

# ELEIÇÕES MUNICIPAIS

2020

cenários, disputas e  
resultados políticos

---

organizador  
EMANUEL FREITAS DA SILVA

# ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020:

cenários, disputas  
e resultados políticos

# ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020:

cenários, disputas  
e resultados políticos

---

Organizado por  
EMANUEL FREITAS DA SILVA

Fortaleza - CE  
2021

**2021, EDMETA**

**Eleições municipais de 2020:  
cenários, disputas e resultados  
políticos**

ORGANIZADOR

**Emanuel Freitas da Silva**

PROJETO GRÁFICO

Ana Carolina Frota

DIAGRAMAÇÃO

Eleni Lopes

REVISÃO ORTOGRÁFICA

João Vianney Campos de Mesquita

EDMETA - EDITORA DIGITAL E IMPRESSA LTDA  
Av. Desembargador Moreira, 2800, Sala 1008.

Bairro Aldeota Fortaleza - CE, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Francisco Horácio da Silva Frota  
Maria Helena de Paula Frota  
Maria Andréa Luz da Silva  
Jeanete Filomeno Puchain Ramos

Irapuan Peixoto Filho

CREATIVE COMMONS

CC BY-NC

Esta licença permite que outros remixem,  
adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não  
comerciais

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Eleições municipais 2020 : cenários, disputas e  
resultados políticos [livro eletrônico] /  
organizador Emanuel Freitas da Silva. --  
Fortaleza : EDMETA, 2021.  
PDF

Vários autores.  
ISBN 978-65-86311-11-2

1. Direito eleitoral - Brasil 2. Eleições - Brasil  
3. Eleições - Brasil 2020 4. Eleições municipais -  
Brasil 5. Política eleitoral - Brasil I. Silva,  
Emanuel Freitas da.

21-82641

CDU-342.843(81)

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Eleições municipais : Brasil : Direito eleitoral  
342.843(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

**Editora**

**Instituições Parceiras**



# SUMÁRIO

- 07 INTRODUÇÃO
- 09 PARTE I. ELEIÇÕES E PANDEMIA
- 10 1. ELEIÇÕES NA PANDEMIA: ESTRATÉGIAS, DISCURSOS E ATORES  
Danyelle Nilin |UFC
- 30 PARTE II. NACIONALIZAÇÃO DE AGENDA E DISPUTAS LOCAIS
- 31 2. ESTRATÉGIAS PARTIDÁRIAS DAS OPOSIÇÕES DE ESQUERDA NAS  
CAPITAIS BRASILEIRAS EM 2020  
Gabriella Maria Lima Bezerra |UFRPE  
Márcia Paula Chaves Vieira |UNICHRISTUS  
Marcos Paulo Campos |UEVA
- 57 3. ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020: “NOVA NORMALIDADE” REJEITA  
O EXTREMISMO RELIGIOSO BOLSONARISTA? OU ACOMODA O  
CONSERVADORISMO CONFSSIONAL?  
Marcelo Ayres Camurça |UFJF
- 79 4. ELEIÇÕES SOB CUSTÓDIA: UMA ANÁLISE DA INTERFERÊNCIA  
MORALIZANTE NA COMPETIÇÃO ELEITORAL  
Gabriella Maria Lima Bezerra |UFRPE  
Grazielle Albuquerque |UNICAMP  
Monalisa Soares Lopes |UFC
- 110 5. ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 2020: PARTICIPAÇÃO FEMININA E APORTE  
NORMATIVO  
Adriana Soares Alcântara |UECE  
Francisco Josênio Camelo Parente |UECE  
José Raulino Chaves Pessoa Júnior|UECE
- 135 6. A INVISIBILIDADE FEMININA NAS CANDIDATURAS ÀS PREFEITURAS DAS  
CAPITAIS BRASILEIRAS EM 2020  
Luciana Panke |UFPR
- 149 7. DERROCADA TUCANA NAS ELEIÇÕES 2020? O PSDB NAS ELEIÇÕES  
MUNICIPAIS (2012–2020)  
Henrique dos Santos Curi |UNICAMP  
José Raulino Chaves Pessoa Júnior |UECE
- 170 8. ENREDOS E PERSONAGENS DA ELEIÇÃO DE 2020 EM FORTALEZA: A  
DISPUTA ENTRE GRUPOS POLÍTICOS E O PROCESSO DE NACIONALIZAÇÃO  
DA CAMPANHA  
Cleyton Vasconcelos Monte |FAC  
Monalisa Lima Torres |UECE

- 194 PARTE III. ELEIÇÕES NAS CAPITAIS E GRANDES CIDADES
- 195 **9. 2020 EM SÃO LUÍS-MA: UMA ELEIÇÃO, VÁRIAS DISPUTAS**  
Arleth Santos Borges |UFMA  
Marcelo Fontenelle Silva |UFMA
- 231 **10. ELEIÇÕES, GOVERNISMO E PÓS-CARLISMO EM SALVADOR: UMA ANÁLISE DA VITÓRIA DE BRUNO REIS NAS ELEIÇÕES 2020**  
Cláudio André de Souza |UNILAB
- 255 **11. ELEIÇÕES DE 2020 EM TERESINA (PI): DA HEGEMONIA À DERROTA DO PSDB**  
Raul Wesley Leal Bonfim |UNICAMP  
Vitor Eduardo Veras Sandes-Freitas |UFPI
- 270 **12. ELEIÇÕES NO RECIFE: INCLINAÇÕES DO ELEITORADO E POLARIZAÇÃO POLÍTICA**  
Luciana Santana |UFAL  
Priscila Lapa |FACHO
- 285 **13. O MESMO SENTIDO, CAMINHOS DIFERENTES: A DISPUTA À ESQUERDA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DO RECIFE EM 2020**  
Gabriella Maria Lima Bezerra |UFRPE  
Pedro Gustavo de Sousa Silva |UFRPE
- 310 **14. FAMILISMO E ALIANÇAS DE CENTRO-DIREITA NO SERTÃO NORDESTINO: AS ELEIÇÕES DE 2020 NO VALE DO SÃO FRANCISCO - JUAZEIRO-BA E PETROLINA-PE**  
Helga do Nascimento de Almeida |UNIVASF  
Simone Piletti Viscarra |UNIVASF  
Vanderlei Souza Carvalho |UNIVASF
- 331 **15. ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 EM MACAPÁ: CRISE E REJEIÇÃO À ELITE POLÍTICA TRADICIONAL**  
José Raulino Chaves Pessoa Júnior |UECE  
Moisés Silva Campos |UECE  
Tatiana Gemaque Rezende |UECE|
- 358 **16. O DOMÍNIO DA VIRTÙ: AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM BELO HORIZONTE EM 2020**  
Denisson Silva |UNIFAL  
Thiago Silame |UNIFAL
- 392 **17. ELEIÇÕES EM JUIZ DE FORA (MG) SOB A SINDEMIA DE COVID-19: VITÓRIA DA ESQUERDA, DESTROÇOS SOCIAIS E A SOMBRA DA RELIGIÃO**  
Emerson José Sena da Silveira |UFJF
- 420 PARTE IV. O PODER LEGISLATIVO EM DISPUTA
- 421 **18. O FIM DAS COLIGAÇÕES E SEUS IMPACTOS NOS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS DO PARÁ**  
Bruno de Castro Rubiatti |UFPA

- 446 **19. CANDIDATURAS COLETIVAS E MANDATOS COMPARTILHADOS: NOVOS FORMATOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL**  
David Barbosa |UFC  
Deborah Cavalcante de Oliveira Salomão Guarines |UFC
- 467 PARTE V. ELEIÇÕES NO CEARÁ
- 468 **20. O CAPITAL POLÍTICO DOS “FERREIRA GOMES”: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS CEARENSES DE 2016 E 2020**  
Alexandre Barbalho |UECE
- 494 **21. AS DINÂMICAS DA ALIANÇA ENTRE MILITARES E EVANGÉLICOS NAS ELEIÇÕES DE 2020 EM FORTALEZA: O CASO DA CANDIDATURA DE CAPITÃO WAGNER**  
Matheus Alexandre Araujo |UFC
- 518 **22. “DEVOLVER FORTALEZA AOS CRISTÃOS”: A ILLUSIO DO CAMPO RELIGIOSO EVANGÉLICO EM TORNO DE WAGNER NAS ELEIÇÕES DE 2020**  
Emanuel Freitas da Silva |UECE  
Kerolaine Castro de Oliveira |UFC

# ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020: CENÁRIOS, DISPUTAS E RESULTADOS POLÍTICOS

## Introdução

Mais um conjunto de análises eleitorais chega às suas mãos pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Políticas Públicas. Desta vez, um conjunto de textos foram produzidos acerca das eleições municipais de 2020, realizadas sob a pandemia da Covid-19. O objetivo foi reunindo pesquisadores de diversas regiões do país, se dispusesse de um conjunto de análises que, cada uma a seu modo, oferecessem respostas à mesma pergunta: afinal, como os eleitores fizeram suas escolhas eleitorais em 2020? A que discursos responderam? Sob que contextos produziram suas escolhas?

Desta vez, o livro está dividido em cinco partes. A primeira delas, “**Eleições e pandemia**”, traz uma análise de Danyelle Nillin sobre as particularidades de uma eleição realizada sob pandemia, destacando as implicações para as campanhas de rua, mudanças nos gastos, medidas de segurança adotadas pelas cidades, candidatos acometidos pela covid dentre outros elementos.

“**Nacionalização de agenda e disputas locais**” é o título da segunda parte, que, em linhas gerais, reúne autores que se debruçaram sobre a presença da disputa e da agenda nacional nas eleições locais. O texto de Marcos Paulo Campos, Márcia Paula Chaves Vieira e Gabriella Maria Lima Bezerra, que abre esta parte, analisa as estratégias de partidos de esquerda nas capitais; por sua vez, Marcelo Camurça analisa os movimentos do campo religioso rumo ao conservadorismo político pós-eleição de Jair Bolsonaro; a entrada em cena do sistema jurídico como produtor de discursos políticos moralizantes nas disputas eleitorais é tratada no texto de Monalisa Soares Lopes, Grazielle Albuquerque e Gabriella Maria Lima Bezerra; a participação feminina nas campanhas e no debate político é analisada nos textos de Adriana Soares Alcântara e Raulino Chaves e no texto de Luciana Panke; o que os resultados eleitorais reservam para o PSDB, até 2018 o maior partido de oposição a nível nacional, é o tema do texto de Raulino Chaves e Henrique Curi e, por fim,



Monalisa Torres e Cleyton Monte analisam os modos como grupos políticos nacionalizaram a disputa em Fortaleza.

Na terceira parte do livro, **“Cenários eleitorais nas capitais e grandes cidades”**, se encontram textos que analisam cenários locais com as dinâmicas que lhes foram próprias: as várias disputas dentro da disputa em São Luís são analisadas por Arleth Santos Borges e Marcelo Fontenelle Silva; os desafios de uma nova gestão de um grupo político sem os herdeiros naturais, na cidade de Salvador, constitui o assunto do texto de Cláudio André de Souza; a ascensão e queda do PSDB em Teresina é tema do texto de Vitor Sandes e Raul Wesley Leal Bonfim; as eleições no Recife são temas de dois textos, um de Luciana Santana e Priscila Lapa (dando ênfase à polarização no eleitorado) e outro de Pedro Gustavo de Sousa e Gabriella Maria Lima Bezerra (que analisa a disputa dentro do campo da esquerda); o crescimento da direita no Vale do São Francisco é analisado por Helga do Nascimento de Almeida, Vanderlei Souza Carvalho e Simone Piletti Viscarra; a derrocada de elites políticas tradicionais de Macapá é analisada por Raulino Chaves, Tatiana Gemaque Rezende e Moisés Silva Campos; a transformação da “nova política” em “política” e a constituição de um novo grupo político em Belo Horizonte é o tema do texto de Thiago Silame e Denisson Silva; por fim, Emerson Sena analisa a eleição de Juiz de Fora a partir da ideia de “sindemia” e da influência do fundamentalismo religioso como produtor de discursos.

O Poder Legislativo é o objeto das pesquisas reunidas na quarta parte, **“Perspectivas sobre disputas para o Legislativo”**. Dois textos estão aqui reunidos: o de Bruno de Castro Rubiatti, que analisa o fim das coligações e suas implicações no estado do Pará; e o de David Barbosa e Deborah Cavalcante, que analisa as candidaturas coletivas e mandatos compartilhados.

A última parte analisa as **“Eleições no Ceará”**. Tal análise se dá por meio de três textos: Alexandre Barbalho analisa o capital político de líderes locais em duas eleições seguidas; Matheus Alexandre analisa as alianças entre militares e religiosos na disputa pela prefeitura de Fortaleza; ao passo que Emanuel Freitas e Kerolaine Castro centram-se apenas na mobilização de lideranças religiosas em torno de uma candidatura.

---

# PARTE I

ELEIÇÕES E PANDEMIA

# 01. ELEIÇÕES NA PANDEMIA: ESTRATÉGIAS, DISCURSOS E ATORES

Danyelle Nilin Gonçalves<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

De dois em dois anos, as ruas das cidades brasileiras se transformam. Bandeiras tremulando nos semáforos, nas esquinas, movimentação em casas, transformadas em “quarteis gerais”, entra e sai de pessoas levando cartazes, bandeiras, panfletos. Carros de som passando nas ruas, anunciando propagandas, movimentação nas gráficas, nos estúdios de som, nos escritórios de publicidade. Propagandas são pensadas para o rádio e a televisão e, nos últimos anos, para as redes sociais. Toda essa movimentação tem um foco central: apresentar candidaturas aos postos eletivos para que os eleitores façam suas escolhas e assim definam vereadores, deputados estaduais, federais, senadores, prefeitos, governadores e presidente.

Esse período, entretanto, é muito mais do que isso. O “tempo da política”, conceito trabalhado por Palmeira e Heredia (1994), dá conta desse período que não é apenas eleitoral no sentido de escolha por meio do voto pelos eleitores, mas diz respeito ao pertencimento a grupos, às redefinições das fidelidades partidárias e reafirmações dos valores sociais. Por tudo o que as eleições mobilizam, esse é um tema de estudo caro à Sociologia, Antropologia e Ciência Política, já tendo sido produzidas muitas pesquisas sobre esse fenômeno<sup>2</sup>.

1 Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (1999), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2001) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2006). Atualmente é coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Política, Educação e Cidade (LEPEC) da Universidade Federal do Ceará, professora associada da Universidade Federal do Ceará, membro da comissão de Pesquisa Ensino de Sociologia da Sociedade Brasileira de Sociologia, professora da pós graduação em sociologia da Universidade Federal do Ceará, coordenadora nacional do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio)

2 Sobre esse assunto, há uma lista variada de trabalhos muito instigantes sobre as campanhas eleitorais em distintos lugares do País, a saber : Barreira (1998), Kuscnhir ( 2000), Palmeira & Goldman (1996), Heredia (1996), Scotto (1996), Gonçalves (2012) e Guebel (1996), dentre outros.

Apesar das mudanças que as sucessivas leis eleitorais das últimas décadas trouxeram às campanhas, é ainda muito perceptível o modo como as cidades e comunidades se transformam nesse período. A política passa a ter uma centralidade maior nas conversas, trazendo o tema para o cotidiano das pessoas. E modificam, ainda que temporariamente, em certos casos, as relações sociais. Como é um momento em que as pessoas são chamadas a se posicionar e a escolher algum dos lados, é comum também que haja cisões, brigas, incluindo as de ordem familiar.

Em cenários normais, ao iniciar a campanha, os candidatos saem em busca do almejado voto do eleitor e para isso participam de variadas atividades: além das gravações de propagandas eleitorais, de reuniões com a coordenação de campanha, é nesse período que eles passam a visitar as casas dos eleitores e a estar em locais públicos, de modo a interagir com eles.

Para alguns cargos, a presença física dos candidatos torna-se imprescindível<sup>3</sup>. Como pensar, então, em um pleito num cenário atípico? Que mudanças o cenário trazido pela pandemia da COVID-19 trouxe às campanhas eleitorais municipais brasileiras em 2020? Este capítulo analisa como se deram as campanhas eleitorais, dada essa condição que a pandemia impôs. Para isso, recorreu-se a reportagens, vídeos postados pelos candidatos, documentos oficiais e análise das redes sociais dos candidatos.

## **2. A COVID 19: DISTANCIAMENTO SOCIAL, PROTOCOLOS DE SEGURANÇA E CAMPANHAS ELEITORAIS**

Em dezembro de 2019, um médico oftalmologista chinês relatou aos colegas sobre alguns pacientes que apresentavam sintomas semelhantes aos da Síndrome Respiratória Aguda (SARS)<sup>4</sup>. Em meados desse mês, os médicos de Wuhan, a capital da província de Hubei, na China Central, tiveram contato com pacientes exprimindo sintomas iniciais, como tosse seca, febre alta e dispneia, evoluindo para um quadro respiratório grave. Médicos e autori-

---

<sup>3</sup> Diz-se isto porque como discutido pelo trabalho de Maria Clara Ribeiro Martins (2020), para os cargos de deputado, há outros elementos mais importantes do que o comparecimento físico na época das eleições.

<sup>4</sup> De acordo com Marques; Silveira; Pimenta (2021), em novembro de 2002, a SARS mobilizou a atenção internacional, quando casos descritos como uma “pneumonia misteriosa” foram relatados na província de Guangdong. Em março e abril de 2003, a doença teria produzido 2.781 notificações e 111 mortos. No estudo de revisão sobre a SARS, publicado em dezembro de 2003, a OMS indicava o registro de 8.096 casos da doença em 29 países, com 774 óbitos, quase 10% do total. Apesar do número reduzido de infectados, a mortalidade foi proporcionalmente elevada.

dades de saúde se mobilizaram perante a doença e, no final de dezembro, a existência de casos de SARS em Wuhan foi confirmada. No último dia do ano, a OMS foi comunicada.

Ainda sem muitas informações, três dias depois, se sequenciou o vírus, e se identificou o coronavírus (sendo a doença posteriormente nomeada pela OMS de covid-19).

Apesar de até então desconhecida para uma parte do mundo, Wuhan tem uma história de mais de 3500 anos e é um importante centro político, econômico, financeiro, comercial, cultural e educacional da China Central, comportando 10 milhões de habitantes. Sua localização estratégica a tornou um importante centro logístico, contando com dezenas de ferrovias, estradas e vias expressas que a conectam a outras grandes cidades do País. Em razão dessas ocorrências, se recebeu com preocupação a notícia de que aqueles casos estavam se alastrando não somente pela Província, mas também pelo País. Sendo a China a segunda maior economia do mundo, responsável por grande parte do comércio mundial, tendo uma população de quase 1,4 bilhão de pessoas e, portanto, com intenso fluxo interno e externo, a preocupação com a propagação era real.

Foi o que na verdade ocorreu: o vírus se espalhou pelo mundo rapidamente e de maneira avassaladora. Em meados de janeiro de 2020, a covid-19 já havia atravessado as fronteiras da China, atingindo Japão, Tailândia e Coreia do Sul.

No final de janeiro de 2020, a OMS já declarava se tratar de uma Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII. Em pouco mais de dois meses, já declarava se tratar de uma pandemia. Cinco meses após as primeiras confirmações, a doença já estava em 183 dos 195 países e territórios reconhecidos pelas Nações Unidas.

No primeiro momento, os olhares se voltaram para pessoas que estiveram no Exterior, mas logo se percebeu o contágio comunitário, isto é, entre pessoas que não haviam viajado. A acelerada propagação da doença levou a OMS a estabelecer orientações e protocolos de segurança ( “lavar as mãos”, “usar álcool em gel”, “usar máscaras”, dentre outros) e aos governos a tomarem medidas extremas, impondo o isolamento social e, com isso, alterando a rotina e os procedimentos cotidianos mundo afora.

Praticamente todos os setores da vida social foram alvo de alterações substanciais. Como meio de barrar o contágio, foram fechados espaços que levavam à aglomeração, como lojas e centros comerciais, *shoppings*, escolas,

universidades, cinemas, indústrias e desincentivando o uso de praças, parques públicos e todo o tipo de evento que levasse a algum ajuntamento. Ainda como parte das estratégias para impedir o contágio, foram estabelecidos decretos para que as pessoas ficassem em casa e deixassem de circular. Com o passar dos meses, os países foram parando, criando uma situação inédita nesse século, já que as últimas vezes que algo parecido tinha ocorrido de maneira mais ampla havia sido na pandemia da gripe espanhola no início do século XX ou no período da segunda guerra (mas ainda assim para os países afetados).

A terceira pandemia do século XXI<sup>5</sup>, entretanto, estava inserida num âmbito diferente das demais. Pela primeira vez era possível acompanhar em tempo real, seja pela rede mundial de computadores ou pela televisão, os casos no mundo, as descobertas científicas e os novos protocolos de segurança sugeridos pela OMS e pelos governos. Tais recursos tecnológicos permitiram, também, desenvolver uma série de atividades antes realizadas presencialmente e que agora passaram a ser feitas de maneira remota.

Em janeiro de 2020, 53% da população mundial estavam conectados à rede mundial de computadores e mais de cinco bilhões de pessoas tinham acesso a aparelhos celulares no mundo. Assim, as redes sociais e plataformas *online* passaram a ser usadas de maneira mais ostensiva para distintas atividades. Empresas como a *Google*, *Microsoft* e *Zoom* passaram a disponibilizar plataformas interativas, como o *Meet*, *Microsoft Teams* e *Zoom*, somando-se ao *Instagram*, *Facebook*, *Youtube*, *Whatsapp* e *Tik Tok*.

O prolongamento da pandemia fez o número de usuários conectados aumentar sobremaneira. A pesquisa *Global Digital Overview 2020*, divulgada em janeiro de 2021, aponta para um crescimento de 7% ao ano. O tempo dedicado ao uso também cresceu e estima-se que os usuários utilizem 40% do seu tempo com o acesso. As redes sociais também foram beneficiadas com o isolamento social. Houve um aumento de 9% nesse período.

A ideia transmitida durante todo o ano foi de que, embora o isolamento social fosse necessário, era urgente se pensar nas possibilidades de a vida continuar seguindo, ainda que de outra maneira. Com efeito, aulas de escolas e universidades, reuniões de trabalho, *shows*, sessões legislativas, do Judiciário, reuniões de governadores com comitês científicos, de secretariado e de ministérios, assim como encontros familiares, aniversários e eventos religiosos

---

5 As outras foram *Sars Cov* (2002) e *Mers-Cov* (2012).

e até exercícios físicos passaram a ocorrer, então, mediados por essas plataformas e nesse formato.

Como já expressei, quase todas as atividades sociais foram afetadas pela pandemia, e não seria diferente com os pleitos. Em 2020, ocorreriam eleições em 180 países e territórios, dentre nacionais, subnacionais/locais e referendos. Segundo levantamento realizado pela *ONG Idea*, 75 países e territórios em todo o mundo decidiram adiar as eleições. Mesmo com a pandemia, porém, 105 decidiram realizá-las, seja mantendo o planejado originalmente ou adiando o pleito em alguns meses. Esse foi o caso do Brasil. Em outubro de 2020, ocorreriam as eleições municipais, quando seriam escolhidos, pelo voto de 147,9 milhões de eleitores, 63.775 cargos, sendo eles 5.567 prefeitos e 58.208 vereadores.

Logo que os meses passavam e a doença avançava sobre o País, todos se perguntavam como ocorreria o pleito. Durante os primeiros meses, havia dúvidas se era possível realizar uma eleição em meio a um cenário tão expressivo da doença. Ainda em maio, o ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, em entrevista a jornalistas, ressaltava a imprevisibilidade que marcava o momento e a necessidade de se pensar em medidas “ousadas e criativas” para dar conta da realização das eleições que, se adiadas, deveriam ser pelo mínimo de tempo possível. Àquela época os tribunais eleitorais já se reuniam remotamente para organizar o pleito. Os partidos, por sua vez, também se questionavam e se organizavam para o momento de campanha. Em junho, ao responder à demanda de alguns partidos sobre a viabilidade das convenções partidárias ocorrerem de maneira virtual, o Ministro do TSE estabeleceu um grupo de trabalho para propor regras destinadas a viabilizar o controle de autenticidade da ata de convenção pela Justiça Eleitoral<sup>6</sup>. Na ocasião, os partidos enviaram sugestões.

A divulgação do calendário eleitoral, fornecido pelo TSE, órgão responsável por conduzir as eleições no País, onde constam os prazos para as convenções partidárias, o registro das candidaturas, o tempo de campanha eleitoral, os prazos para propagandas de rádio e tv marcam a largada para as eleições. As primeiras alterações que a pandemia impôs ao processo eleitoral de 2020 se fizeram perceber na mudança do calendário. Como as datas são fixadas pela Constituição, foi necessário que o Congresso Nacional decidisse pela alteração, o que foi feito por meio da Emenda Constitucional 107/2020

---

6 Portaria nº 394/2020.

no início de julho (tempo em que, em circunstâncias normais, já seria o prazo das convenções partidárias).

A data final das convenções passou de agosto para meados de setembro e a campanha propriamente dita iniciou em 27 de setembro. A propaganda eleitoral no rádio e na televisão teve início no dia 9 de outubro. O primeiro turno ocorreria em 15 de novembro e o segundo turno, se necessário, ocorreria duas semanas após, diminuindo assim o tempo que normalmente se destina entre turnos.

Foi necessário rapidamente se adequar ao que o contexto impunha. O TSE autorizou que as convenções partidárias fossem realizadas remotamente, utilizando meios tecnológicos que os partidos julgassem adequadas, garantindo amplo conhecimento aos filiados e atentando para que se cumprisse tanto o estabelecido nas diretrizes definidas pelos diretórios nacionais como para os prazos estabelecidos no calendário eleitoral. Foram adaptados meios para garantir a confirmação do comparecimento ao evento e a inserção dos dados no sistema de candidaturas<sup>7</sup>. Por ser algo inédito, foram elaboradas cartilhas e vídeos explicativos de como realizar uma convenção partidária virtual, sendo essa a orientação do Ministério Público em vários estados<sup>8</sup>.

As convenções partidárias são uma espécie de *avant-première*, pois nelas são definidos e apresentados os candidatos ao público presente, é confirmada a participação nas eleições majoritárias e proporcionais, são sorteados os números dos postulantes e é a partir delas que os candidatos são registrados e formalizados no sistema de candidaturas que, após serem deferidas, são oficializadas. Apesar de serem reuniões de deliberação partidária, geralmente as agremiações aproveitam o momento para realizar festas de apresentação dos nomes e de confraternização entre os filiados, permitindo, assim, criar um clima favorável e de esperança que estimule a todos a se empenharem no pleito. Essas reuniões têm um espaço garantido nos meios de comunicação e, portanto, são *locis* para demonstrar o vigor das candidaturas e dos partidos.

---

7 De acordo com as orientações constantes no *site* do TSE, a lista de presença é registrada por diversos meios: assinatura eletrônica, registro de áudio e vídeo, coleta presencial, ou qualquer outro mecanismo que possibilite a efetiva identificação dos participantes e sua anuência com o conteúdo da ata. No caso da coleta presencial, devem ser observadas as leis e as regras sanitárias previstas na respectiva localidade. Posteriormente, as atas são publicadas no Portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no sistema de Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais (DivulgaCandContas), conforme determinado pela Resolução nº 23.609/2019.

8 Ainda assim, alguns partidos optaram por fazer a convenção presencial.



Por isso, meses antes, há uma preparação para esse evento: além dos locais onde ocorrerá o evento é também realizada a escolha das atrações: políticos representativos, lideranças e, em alguns casos, cantores, todos os que possam abrilhantar a “festa”. Convites são feitos aos filiados, as informações são inseridas no *site* do partido e enviadas à imprensa que começa então a noticiar.

Em 2020, em decorrência da pandemia, os partidos precisaram fazer diferente. A maioria dos partidos optou por efetivar a convenção no formato presencial, mas incluiu alguns procedimentos (obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilidade de álcool em gel e medidas de distanciamento), tendo sido necessária, em muitos casos, a mudança de local.

Tradicionalmente, os partidos realizam suas convenções na própria sede, em hotéis ou em espaços que permitam a presença de grande números de pessoas. Alguns partidos aproveitaram as mudanças para realizar a convenção em lugares que se afinavam às próprias bandeiras e proposições, aproveitando a ocasião para se diferenciar dos demais candidatos. Guilherme Boulos, candidato a prefeito pelo PSOL de São Paulo, por exemplo, optou por fazer a convenção num campo de futebol da comunidade Morro da Lua, na região do Campo Limpo, e aproveitou o momento para reforçar: “Nós escolhemos fazer essa convenção pela primeira vez na história na cidade numa periferia, não em um hotel ou centro de evento, porque nós não somos daqueles que aparecem na periferia só a cada 4 anos, para abraçar os moradores e comer comida em lata de goiabada” (Site G1). Houve ainda aqueles que pela primeira vez optaram pelas reuniões utilizando sistemas virtuais e votações realizadas em drive-thru ou em reuniões drive-in.

Nesse formato, semelhante aos serviços de *drive-thru*, a orientação era de que o filiado não precisasse sair do carro, sendo criado um procedimento para isso. O partido DEM de São Paulo criou dois formatos a serem seguidos na convenção realizada na sua sede: em um, a cédula de votação e a urna seriam levadas até o filiado no carro e um formato de voto rápido para quem quisesse sair do carro “com entrada e saída independentes” para evitar aglomerações. O Partido Novo, também de São Paulo, estabeleceu o seguinte procedimento: o motorista ia a uma baia identificada com a primeira letra de seu nome, assinaria a lista de presença e receberia uma cédula, parando em um espaço mais adiante para preencher a cédula e posteriormente, entregando a cédula preenchida e deixando o estacionamento.

Em uma entrevista concedida ao *site* Uol, o presidente do diretório municipal do Partido Novo, Julio Rodrigues, explicou o motivo de o partido ter

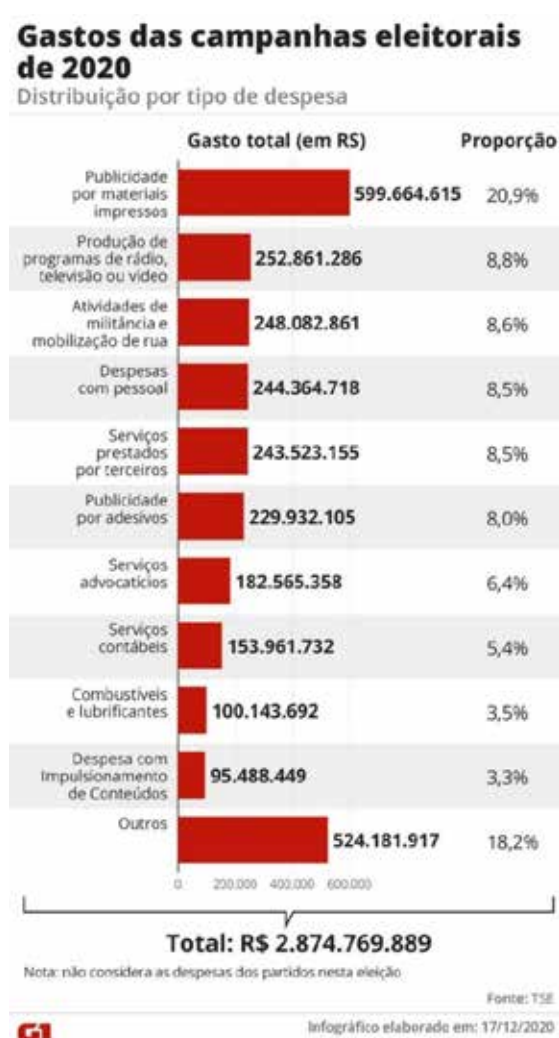
optado por essa proposta. Ao pensar sobre o formato que adotariam e que não fosse uma convenção virtual, já que nela “a gente não traz esse filiado para perto, para dar uma oportunidade de ele exercer realmente a cidadania dele, que é indo lá votar” e na impossibilidade de ser uma convenção tradicional, dada a possibilidade de aglomeração alguém teve a ideia: “Por que a gente não pega um espaço grande e monta umas tendas, umas cabines, e faz um drive-thru?”

As reuniões *drive-in* foram inspiradas nos *shows* e espetáculos culturais que foram se adaptando ao longo do ano para esse formato. Nesses eventos, o público assiste dentro dos carros e interage com buzinas, roncos do motor, acendendo e apagando os faróis. O Partido Patriota, também em São Paulo, optou por esse tipo de convenção, utilizando um estacionamento com capacidade para 100 carros na zona sul paulista. Um telão de 16 X 9 transmitia a imagem dos candidatos, e os presentes, dentro dos carros, buzinavam a cada fala efusiva dos postulantes.

Além desse primeiro desafio de como organizar as convenções em outros formatos, havia dúvidas de como se daria a campanha propriamente dita em pleno momento de isolamento social. Como realizar uma campanha que comumente se faz com a presença física dos candidatos quando as autoridades governamentais (muitas vezes os próprios candidatos, já que 3.324 prefeitos tentaram a reeleição) estimulavam o isolamento social através de decretos? Os métodos tradicionais de publicidade seriam utilizados? Pessoas para ageciar votos seriam contratadas? As atividades de rua seriam mantidas?

Discutia-se muito se, dado o momento, a campanha seria feita principalmente pelas redes sociais ou se utilizaria também do rádio e da TV. O Brasil é um dos países que mais fazem uso da internet e se conectam às redes sociais. Apesar das flagrantes desigualdades de renda e de haver ainda uma porcentagem considerável de pessoas sem acesso (26%), os números são expressivos: o acesso à internet atinge pelo menos 150,4 milhões de brasileiros (71% da população) e destes 140 milhões são usuários de redes sociais (66% da população) e há 205,8 milhões de linhas de telefone celular no País. Ainda que uma grande parte dos usuários se conecte somente pelo aparelho celular e que os mais pobres tenham apenas planos pré-pagos que limitam o acesso, aplicativos gratuitos como *Whatsapp* têm 120 milhões de usuários no País e a rede social *Facebook* tem 143 milhões de pessoas que o acessam todos os meses. O Brasil se destaca como o terceiro país a passar mais tempo nas redes sociais diariamente (3h31m), ficando atrás apenas das Filipinas e Colômbia.

Percebeu-se que, mesmo em meio à pandemia, a lógica das campanhas não se alterou substancialmente. Mesmo havendo uma redução de 20% quando se compara com a campanha de 2016, não foram observadas muitas mudanças na distribuição dos gastos. A maior despesa contratada dos candidatos ainda continuou sendo a produção de materiais impressos, seguidos da produção de programas de rádio, televisão ou vídeo, como se vê no gráfico abaixo elaborado pelo *site* G1:



Fonte: Site G1

Na análise do cientista político Malco Camargos (PUC/Minas), “a inclusão de novas mídias não enfraquece o uso de mídias comumente usadas. O digital veio para ficar, mas ele não vai substituir a TV, o rádio e também o corpo a corpo das campanhas. O que certamente diminuiu foram os gastos com eventos de campanha”. (Site G1).

A dúvida residia justamente no corpo a corpo da campanha: como fazer os processos de convencimento e de sedução do eleitor que passam (não somente, mas também) pelo “olho no olho”, pelo aperto de mão, pelo abraço no eleitor, por pegar crianças no colo, pelas atividades nas ruas, como caminhadas, passeatas, carreatas, panfletagens em lugares de muita movimentação e por visitar feiras, lanchonetes e mercados, tradicionais pontos visitados por candidatos nas campanhas eleitorais? Como proceder se as campanhas

se alimentam de aglomerações, já que elas são também indicativas de que os candidatos gozam de simpatia e de apoio, além de ser um momento no qual o eleitor se sente mais próximo do candidato para reclamar, demandar e demonstrar apoio ou repúdio? Como Scotto percebeu em seus estudos, a política é um campo entrecruzado de relações personalizadas - um aperto de mão, um abraço ou um beijo passam a ter uma conotação política em termos de proximidade, distância, hierarquia, popularidade e disputa.

Como fazer, então, tudo isso quando os protocolos sanitários diziam justamente o contrário? De acordo com as orientações, as altas taxas de contágio exigiam usar máscaras em todas as situações de encontro entre pessoas e desaconselhavam apertar a mão, beijar, estar muito próximo, se aglomerar, ou seja, tudo o que as campanhas de rua promovem comumente.

Em relação ao pleito de 2016, o TSE não alterou substancialmente as atividades de campanha, sendo as *caminhadas, passeatas e carreatas* autorizadas desde o início da campanha até às 22h do dia que antecederia as eleições, sendo permitido o uso de carros de som ou mini-trios durante os eventos. Os *comícios* (com a utilização de aparelhagens de sonorização fixas e o uso de carros de som, mini-trios e trios elétricos) também foram permitidos do início da campanha até três dias antes do primeiro turno e após o prazo de 24h do encerramento da votação até três dias antes do segundo turno, sendo possível a prorrogação por mais duas horas quando do comício de encerramento da campanha. As *Reuniões públicas* só foram proibidas a partir das 48h anteriores à eleição até 24h depois do pleito. A novidade em termos de impedimentos não tinha relação com a pandemia: dizia respeito ao disparo em massa de mensagens instantâneas sem anuência do destinatário. Sobre os procedimentos a serem tomados, havia uma recomendação geral de que fossem seguidos os protocolos sanitários.

O início das campanhas foi marcado por uma relativa obediência a esses procedimentos: reuniões realizadas com distância entre as cadeiras, em lugares mais amplos, caminhadas realizadas com poucas pessoas e com distanciamento, reuniões virtuais, lançamento de campanha utilizando plataformas como *Youtube*, com depoimentos de pessoas em suas casas, sendo o uso de máscaras recorrente em várias circunstâncias.

Com o desenrolar da campanha, no entanto, o que se viu em geral foi o descumprimento de medidas de distanciamento social, principalmente porque as atividades continuaram a gerar aglomerações, desrespeito ao uso de máscaras, sendo em alguns casos os próprios candidatos a descumprirem os

protocolos. Muitas vezes esse descumprimento foi fotografado e utilizado pelos próprios candidatos em suas propagandas.

A reação foi estabelecida em alguns casos pelos próprios municípios. Em um levantamento preliminar realizado pelo *site* G1, ao menos 36 cidades impuseram alguma medida restritiva durante o processo eleitoral, como se vê no quadro abaixo. Salienta-se que há no Brasil 5568 municípios, e ainda que o número possa ser maior do que esse, dado que não há um lugar único para compilar essas informações, foi um número inexpressivo de cidades que protagonizaram medidas de restrição.

### Quadro 1. Restrição às campanhas em função do distanciamento eleitoral

Estado	Nº total de cidades	Cidades que impuseram medidas
Alagoas	102	Maceió
Amapá	16	Macapá
Amazonas	62	São Paulo de Olivença e Parintins
Bahia	417	Ilhéus
Ceará	184	Meruoca, Barro, Baixio, Aurora, Ipaumirim e Caririaçu
Minas Gerais	853	Poços de Caldas
Paraíba	223	João Pessoa
Piauí	224	Bonfim do Piauí, Coronel José Dias, Cristino Castro, Dirceu Arcoverde, Dom Inocêncio, Fartura do Piauí, Picos, Santo Antônio de Lisboa, São Braz do Piauí, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato e Várzea Branca
Rio Grande do Norte	167	Caicó e Florânia
Sergipe	75	Maruim, Rosário do Catete, Divina Pastora, General Maynard e Carmópolis
Tocantins	139	Pedro Afonso, Bom Jesus do Tocantins, Rio Sono e Tupirama
Santa Catarina	295	Medidas foram impostas em todo o estado. Comícios poderão ter restrição de público, a depender do estágio da pandemia em determinadas regiões, ou até mesmo proibidos caso o risco de contaminação seja classificado como gravíssimo – no entanto, nenhuma cidade está nessa situação

Fonte:G1 e elaborado pela autora (2021)

As restrições variavam de cidade a cidade. Em alguns lugares, mediante acordos realizados com as próprias coligações, todos os atos de campanha presenciais foram proibidos<sup>9</sup>. Em geral, se destinaram aos comícios, reuniões e carreatas, principais atos de campanha a gerarem aglomerações.

No decorrer da campanha, a Justiça Eleitoral também foi acionada e impôs limites em vários estados. Ainda assim, houve contestação por parte dos candidatos e partidos quando esses casos ocorreram, solicitando a flexibilização das regras sanitárias. Ao ser demandado por um dos candidatos, o TSE deixou a cargo dos tribunais regionais decidir por autorizar ou não atos de campanha que pudessem causar aglomerações. Conseqüentemente, o entendimento acerca disso e as decisões então foram distintas em muitas ocasiões.

Em consonância com o Ministério Público Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE/PB) acatou recurso da Procuradoria Regional Eleitoral (PRE) e decidiu proibir carreatas, passeatas e comícios durante a campanha eleitoral no Estado.

No Ceará, onde ainda durante a campanha já havia denúncias de aglomeração em atos de campanha em 81 cidades cearenses(a serem apuradas pelo Ministério Público), a Justiça Eleitoral, primeiramente, determinou irregularidades dessas manifestações em alguns municípios, incluindo a capital, Fortaleza. Posteriormente, determinou que a decisão valesse para os 184 municípios do Estado<sup>10</sup>. Desse modo, ficaram “proibidos os atos de campanha eleitoral que causassem aglomeração, ainda que em espaços abertos, semi-abertos ou no formato *drive-in*, tais como: comícios, bandeiraços, passeatas, caminhadas, carreatas e similares, confraternizações ou eventos presenciais, inclusive os de arrecadação de recursos de campanha, ainda que no formato *drive-thru*”.

Em Pernambuco, o Tribunal Regional Eleitoral proibiu comícios, bandeiraços, passeatas, caminhadas, carreatas e similares em todos os municípios do Estado e, em resposta ao mandado de segurança impetrado por um candidato, o desembargador Frederico Neves afirmou: “Diante de interesses em colisão, deve prevalecer o mais valioso, que, no caso, é o que visa preservar a saúde e a vida das pessoas”. Como tudo o que diz respeito à pandemia,

---

9 No Piauí, nove cidades ao Sul do Estado firmaram esse acordo.

10 Em abril de 2021, o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará condenou 15 candidatos a prefeito e a vice no Ceará, nas eleições de 2020, por gerarem aglomerações durante a campanha eleitoral a multas que variam de R\$ 10 mil a R\$ 400 mil. Há pelo menos outros 33 processos tramitando na Justiça Eleitoral por aglomerações, que ainda não chegaram a ser julgados. (Diário do Nordeste, 06 de abril de 2021).

não houve concordância sobre essa decisão. O advogado de defesa do candidato Ophir Cavalcante, ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em resposta à decisão, se posicionou da seguinte maneira: “A decisão do TRE-PE fere o direito líquido e certo dos candidatos à eleição de fazerem suas campanhas e apresentar suas propostas aos eleitores, quebrando o princípio da isonomia entre os candidatos e, com isso, a própria legitimidade do pleito eleitoral ao beneficiar os candidatos já conhecidos”.

Em alguns casos, houve embates entre os municípios e a Justiça eleitoral. Em Natal, capital em que o então prefeito e candidato à reeleição, Álvaro Dias (PSDB), havia proibido carreatas e comícios em razão da pandemia, após recurso dos adversários, a Justiça Eleitoral suspendeu a determinação.

Apesar das proibições, os últimos dias de campanha intensificaram as atividades nas ruas: encontros com evangélicos, com torcidas organizadas, com lideranças comunitárias, participações em cultos religiosos, além das caminhadas e carreatas. Era também a oportunidade de os eleitores fazerem as últimas *selfies* com os candidatos e, nessas ocasiões, os protocolos sanitários estiveram longe de ser seguidos.

### 3. OS PROTOCOLOS DE SEGURANÇA NO DIA DO PLEITO

Com uma eleição de tamanha magnitude e envolvendo 147.918.483 eleitores havia uma grande preocupação em não causar aglomerações durante a votação. Com base numa consultoria realizada pela Fiocruz e pelos Hospitais Albert Einstein e Sírio Libanês, o TSE elaborou um Plano de Segurança Sanitária destinado ao dia do pleito deste ano.

Uma série de procedimentos foi estabelecida para facilitar os processos e dar celeridade ao processo de votação. Eleitores foram aconselhados a baixar um aplicativo (*E-título*) para que mostrassem ao mesário, sem que houvesse necessidade de troca de documentos. Sugeriu-se, também, que cada um levasse a própria caneta para assinar o comprovante de votação. O uso de máscara obrigatório foi mais uma vez reforçado para entrada e permanência no local. Os eleitores ou mesários que estivessem com febre ou testado positivo para a Covid-19 nos últimos 14 dias anteriores à data da eleição deveriam permanecer em casa, sendo a falta justificada.

Os locais de votação foram organizados para garantir o distanciamento social na fila, sendo definidos horários específicos para os eleitores que estivessem no grupo de risco<sup>11</sup>. Em algumas seções, foram afixadas no chão

---

11 O horário da eleição foi adiantado em uma hora para se destinar aos eleitores do grupo



as marcações, estabelecendo a distância. Cartazes nas paredes explicavam o passo a passo.

Em termos gerais, nesse quesito, o pleito ocorreu sem grandes problemas. No balanço das eleições, o ministro do TSE, Luís Roberto Barroso, ressaltou que havia dois grandes objetivos nas eleições de 2020: “conciliar o rito democrático com a saúde pública da população e enfrentar a desinformação nas campanhas eleitorais...Tivemos sucesso nos dois”<sup>12</sup>. Ao final, foram escolhidos os novos gestores das cidades e compostas as novas câmaras municipais. A taxa de reeleição foi alta. Dos 54.504 candidatos a prefeitos, vice-prefeitos e vereadores que venceram na última eleição municipal, em 2016, 54% ganharam mais uma vez em 2020. Em 1º de janeiro de 2021, esses gestores assumiam os mandatos com o desafio de lidar com as consequências de uma pandemia que teimava em não ir embora. Ao contrário, se acelerava em segunda onda, ainda mais forte do que a primeira.

#### 4. A COVID-19: ANTES, DURANTE E DEPOIS DAS ELEIÇÕES

A campanha de 2020 começou oficialmente no dia 16 de agosto, um domingo, quando o Brasil tinha 3.339.999 infectados e 107.879 mortos pela Covid, ocupando naquela ocasião o 2º lugar no maior número de mortes.

No dia do primeiro turno, 15 de novembro, o Brasil já apresentava 165.811 óbitos e um acumulado de 5.860.590 infectados. No dia do segundo turno, 29 de novembro, o número já era de 172.848 mortes e 6.313.656 infectados.

Não há uma causa única para esse aumento expressivo, mas certamente, as campanhas de rua contribuíram para isso, atingindo inclusive os postulantes. Durante o processo eleitoral, foi comum ver manchetes informando que candidatos haviam testado positivo para Covid-19. Em alguns desses casos, eles próprios utilizavam suas redes sociais (*Twitter, Facebook* ou *Instagram*) para informar aos eleitores essa situação. Nessas ocasiões, buscavam expressar tranquilidade, informavam sobre os sintomas, acerca do tratamento e como a campanha continuaria sem a sua presença física por alguns dias. Terminavam com palavras de esperança e com a certeza da vitória, nesse caso, se referindo tanto às urnas como à doença em si.

A título de ilustração, buscamos em *sites* exemplos de candidatos com Covid pelo buscador *Google* e, em rápido levantamento, notamos que houve

---

de risco. Assim, aqueles votaram nas três primeiras horas da eleição (7h às 10h).

12 <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/ao-final-do-2o-turno-presidente-do-tse-faz-balanco-das-eleicoes-2020>



casos em todas as regiões do País, em capitais e em outras cidades, de grande, médio e pequeno porte, sendo que em alguns municípios, todos ou quase todos os candidatos se contaminaram. Em certos casos, candidatos a prefeito e vice se contaminaram ao mesmo tempo. Nessas situações, as atividades de campanha foram suspensas temporariamente.

## Quadro 2. Candidatos que testaram positivo para a covid-19 durante a campanha<sup>13</sup>

Candidatos que se contaminaram ao longo da campanha	Cidade/Estado
Rodrigo Minotto (PDT), Dr. Aníbal (MDB)	Criciúma (SC)
David Almeida (Avante), Romero Reis (Novo) e Chico Preto (DC)	Manaus (AM)
Fabiano Cazeca (PROS)	BH (MG)
Gerlane Baccarin (Progressistas)	Boa Vista (AC)
Sarto Nogueira (PDT)	Fortaleza (CE)
Guilherme Boulos (PSOL)	São Paulo (SP)
Béia Savassi (DEM)	Patos de Minas (MG)
Fabício Gandini (Cidadania)	Vitória (ES)
Marcus Diogo e Welligton Oliveira (PSDB)	Guarabira (PB)
Rubens Pereira Júnior (PC do B)	São Luís (MA)
Gean Loureiro (DEM)	Florianópolis (SC)
Aécio Rodrigues (PSL)	Cuiabá (MT)
Clarissa Garotinho (Pros)	Rio de Janeiro (RJ)
Manoel Junior (PSB) e Joquebede dos Santos Nunes (PTB)	Cristino Castro (PI)
Maguito Vilela (MDB)	Goiânia (GO)
Ricardo Rebelato (PP) e padre Osvaldo (PSDB)	Catanduva
Rubens Pereira Jr. (PCdoB)	São Luís (MA)
Gustavo Paim (PP) e Carmen Santos (PP)	Porto Alegre (RS)

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Em levantamento realizado pelo *site* G1 em 8 de novembro de 2020, antes mesmo do primeiro turno, 39 candidatos a prefeito das capitais já haviam se contaminado ou estavam com Covid-19 naquele momento, o que representa 12% dos postulantes. Em quase 70% desses casos, a infecção aconteceu após o início das campanhas eleitorais, atingindo 21 postulantes dos 26 estados (no Distrito Federal não há eleições municipais). Dois candidatos desistiram da disputa justamente para tratar das sequelas da doença: Carlos Madeira (Solidariedade), em São Luís (MA), e Fernando Pinto (Novo), em Natal (RN).

<sup>13</sup> Esse número pode ser ainda maior, dado que nem todos os candidatos que testaram positivo tiveram notícias divulgadas. Esse levantamento pretende oferecer uma ideia do impacto das campanhas para a disseminação da Covid entre os candidatos.

Um dos casos mais emblemáticos foi o de Maguito Vilela (MDB), que se hospitalizou logo em meados de outubro e nem pôde votar. No dia da eleição, se encontrava entubado no Hospital Albert Einstein. O candidato venceu o pleito ainda em primeiro turno e, enquanto estava na UTI, foi diplomado virtualmente em 18 de dezembro, mediante assinatura eletrônica. O registro de diplomação foi transmitido nas redes sociais do Político. No dia 1º de janeiro, foi empossado pela Câmara e imediatamente aprovada a sua licença, tendo o vice assumido temporariamente. No 13º dia de seu novo mandato, no entanto, o político não resistiu às infecções pulmonares causadas pela Covid.

Assim como ele, vários outros postulantes faleceram em decorrência da doença. Ainda antes do primeiro turno, já eram 20 os candidatos mortos, aumentando esse número posteriormente, como mostra o levantamento abaixo:

### Quadro 3. Candidatos falecidos em decorrência da Covid-19 até 9 de março de 2021<sup>14</sup>

Nome/ Partido	Idade	Cargo pretendido	Cidade/Estado
Edileusa Lóz (MDB)	57 anos	Candidata a vice-prefeita	Boa Vista (RR)
Ademir Serafim (DEM)	62 anos	Candidato a prefeito	Montividiu (GO)
Dr. Edson Jovino (PRTB)	48 anos	Candidato a Vice-prefeito	Canguaretama (RN)
Chico Viana (PSOL)	73 anos	Candidato a Vice-prefeito	Novo Gama (GO)
Ronaldo Miguel Bezerra (PSL)	54 anos	Candidato a vereador	João Pessoa (PB)
Gerson Pataxó (PT)	57 anos	Candidato a vereador	Pau Brasil (BA)
Coronel Rozendo (PV)	73 anos	Candidato a vereador	Sorocaba (SP)
Olimpio Jorge Naben (DEM)	59 anos	Candidato a vereador	Barretos (SP)
Odair Alves Machado (DEM)	44 anos	Candidato a vice-prefeito	Barrolândia (TO)
Olímpia Torres Fernandes Franco (Republicanos)	53 anos	Candidata a vereadora	Ariquemes (RO)
Pastor Damaceno Junior (PSD)	43 anos	Candidato a vereador	Curitiba (PR)
Aramitan Antônio Fortunato (Pros)	59 anos	Candidato a Prefeito	Ibema (PR)
Maguito Vilela (MDB)	71 anos	Candidato a Prefeito	Goiânia (GO)
Silvio Azarias (PSDB)	64 anos	Candidato a vereador	Mineiros (GO)
Rubinho Costa (PSD)	56 anos	Candidato a vereador	Penápolis (SP)
Aidan Ravin (Republicanos)	59 anos	Candidato a vereador	Santo André (SP)
José Paulo Luciano (MDB)	68 anos	Candidato a vereador	Guareí (SP)
Heder Caio Pereira (DEM)	37 anos	Candidato a vereador	General Carneiro (MT)
Wilson Coelho (Democratas)	53 anos	Candidato a vereador	Governador Jorge Teixeira (RO)
Pablo Figueiredo (PSDB)	34 anos	Candidato a vereador	Sousa (PB)
Valdemar Gomes Alves (PSC)	64 anos	Candidato a vereador	Carira (SE)

14 Esse número pode ser ainda maior, dado que nem todos os candidatos que faleceram em decorrência da covid tiveram notícias divulgadas. Esse levantamento pretende oferecer uma ideia do impacto das campanhas para a disseminação da covid entre os candidatos.

Luiz Carlos de Souza (PP)	52 anos	Candidato a vereador	Guamaré (RN)
Maria do Carmo (SD)	60 anos	Candidata a vereadora	Santa Quitéria (CE)
Hilton Rosa da Silva (não informado)	53 anos	Candidato a vereador	Nova Serrana (MG)

Fonte: elaborado pela autora (2021)

O levantamento acima revela que a taxa de mortalidade entre os candidatos foi maior do que a proporção de candidatos inscritos no pleito. 34% dos mortos tinham acima de 60 anos, mesmo que houvesse apenas 11,93% de candidatos nessa faixa etária. Ainda que o número de candidaturas de homens em 2020 correspondesse a 66%, o número de candidatos mortos foi muito superior: 87,5%.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vários eventos da vida social, as eleições de 2020 foram impactadas pela pandemia da Covid-19, criando uma série de protocolos e ajustes. Seja na maneira peculiar de se apresentar aos eleitores portando máscaras que, em alguns casos foram adaptadas para a situação (com as cores do partido, com o número do candidato, com o *slogan* e símbolos da campanha ou ainda transparentes, para que os eleitores vissem a expressão facial dos postulantes), seja agregando outras modalidades de cumprimento, como o toque de cotovelos e, ainda, na própria maneira de oficializar as candidaturas, com o uso das convenções virtuais, em formato *drive-thru* e *drive in*.

Do ponto de vista da organização do pleito, também foram impostos novos procedimentos, como a criação de manuais explicativos, cartazes informativos, propagandas na tv específicas sobre os procedimentos sanitários a serem utilizados no dia do pleito e na criação de aplicativos eletrônicos, na criação de protocolos presenciais, como a marcação indicando o distanciamento social nas filas, novos horários para a votação, treinamento virtual para mesários e o uso de novos itens de segurança sanitária, como o álcool gel e viseiras plásticas. Tudo isso permitiu que a votação ocorresse mesmo com o clima tenso que a pandemia promovia.

Ela também esteve nos discursos de muitos candidatos, ao reforçar o número de mortos, ao criticar a gestão da pandemia realizada pelo Governo federal e ainda nas proposições de auxílio emergencial, renda básica de cidadania, na compra de vacinas, na necessidade de testagens e na defesa do SUS e da ciência.

Apesar de algumas adaptações realizadas para esse período, entretanto, as campanhas de rua seguiram seu curso tradicional. Apertos de mão, beijos, aglomerações, ausências de máscaras e descumprimento do distanciamento social deram o tom de variadas campanhas Brasil afora. Nos meses seguintes houve uma escalada no número de mortes por Covid no país: No dia 07 de janeiro de 2021, o país marcava 200.000 mortes; em 25 de fevereiro esse número já era de 250.000. Um mês após havia 300.000 (24 de março) e enquanto escrevemos esse capítulo, 17 dias após, o país contava com 351.469 óbitos (10 de abril). Esses números, certamente, foram influenciados por vários eventos ocorridos no segundo semestre de 2020, dentre eles, as campanhas eleitorais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIRA, Irllys. **Chuva de papéis** - ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

GONÇALVES, Danyelle Nilin; LIMA FILHO, Irapuan Peixoto; SANTOS, Harlon Romariz Rabelo; FREITAS, Rafael. A vida na quarentena: deslocamentos e aglomerações de pessoas em Fortaleza. *In*: GROSSI; Miriam Pilla; TONIOL, Rodrigo. (Org.). **Cientistas sociais e o Coronavírus**. 1ed. Florianópolis: Tribo Da Ilha, 2020, v. 1, p. 200-203.

GONÇALVES, Danyelle Nilin; LIMA FILHO, Irapuan Peixoto; SANTOS, Harlon Romariz Rabelo ; FREITAS, Rafael . Estar em isolamento: quando a desigualdade atua como fator. *Aval - revista avaliação de políticas públicas*, v. 3, p. 150-169, 2020.

GONÇALVES, Danyelle Nilin; LIMA FILHO, Irapuan Peixoto; SANTOS, Harlon Romariz Rabelo; FREITAS, Rafael. Educação superior em tempos de pandemia: usos de tecnologias e condições de trabalho dos docentes. *In*: FROTA, Francisco Horácio da Silva FROTA, Maria Helena de Paula Frota; SILVA, Maria Andréa Luz da Silva. (Org.). **O Impacto da covid -19 nas políticas públicas**. 1ed. Fortaleza: EdMeta, 2020, v. 1, p. 259-276.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. **Jovens na política: animação e agenciamentos do voto em campanhas eleitorais**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2012. v. 3.

GUEBEL, Claudia. O Bar de Tita: Política e Redes Sociais *In* PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio (orgs.). 1996. **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria.

HEREDIA, Beatriz. Política, Família, Comunidade *In* PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio (orgs.). 1996. **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria.

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MARQUES, Rita de Cassia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; PIMENTA, Denise Nacif. **A pandemia de Covid-19: interseções e desafios para a história da saúde e do tempo presente.** Coleção História do tempo presente: Volume III, 2021.

MARTINS, Maria Clara Ribeiro. **Entre confiança e retribuição: o papel das redes de apoio na construção das votações ao Legislativo Federal do Ceará.** Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Ceará, 2020.

PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio (orgs.). 1996. **Antropologia, Voto e Representação Política.** Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria.

PALMEIRA, MOACIR G.S; HEREDIA, BEATRIZ M .A. *Os comícios e a política de facções.* **Anuário Antropológico/94** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, pp.31-94.

SCOTTO, Gabriela. Campanha de Rua, Candidatos e Biografias *In:* PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio (orgs.). 1996. **Antropologia, Voto e Representação Política.** Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria.

## SITES:

uol.com.br

gl.com

tribunademinas.com.br

odia.ig.com.br

tse.jus.br

diariodonordeste.com.br

diariodorio.com.br

## NOTÍCIAS

<https://pontopoder.verdesmares.com.br/candidato-do-pdt-a-prefeitura-de-fortaleza-sarto-nogueira-testa-positivo-para-a-covid-19/22528/>

<https://gl.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/10/05/candidato-do-pdt-a-prefeitura-de-fortaleza-sarto-nogueira-testa-positivo-para-covid-19.ghtml>

<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/elei%C3%A7%C3%B5es/busato-testa-positivo-para-a-covid-19-em-canoas-1.527321>

<https://www.poder360.com.br/coronavirus/numero-de-candidatos-que-contrairam-covid-19-sobe-com-campanhas-nas-ruas/>

<https://sagresonline.com.br/apos-sintomas-de-covid-19-maguito-vilela-testa-positivo/>

<https://www.diariodaregiao.com.br/politica/2020/08/1204299-pre-candidatos-a-prefeito-de-catanduva-testam-positivo-para-a-covid-19.html>

<https://patosnoticias.com.br/candidato-a-prefeito-testa-positivo-para-covid-19/>

<https://folhabv.com.br/noticia/POLITICA/Eleicoes-2020/Candidata-a-prefeita-e-diagnosticada-com-covid/69629>

Fonte: D24am. Leia mais em <https://d24am.com/eleicoes-2020/eleicoes-2020-tres-candidatos-a-prefeito-de-manaus-ja-testaram-positivo-para-covid-19/>

<https://gl.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2020/noticia/2020/09/05/psol-oficializa-candidatura-de-guilherme-boulos-a-prefeitura-de-sao-paulo.ghtml>

<https://www.idea.int/news-media/multimedia-reports/global-overview-covid-19-impact-elections>

<https://www.idea.int/es/news-media/multimedia-reports/panorama-global-del-impacto-del-covid-19-en-las-elecciones>

<https://gl.globo.com/ce/ceara/eleicoes/2020/noticia/2020/11/04/justica-proibe-atos-de-campanha-com-aglomeracao-em-todo-o-ceara.ghtml>

<https://gl.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/11/25/prefeitos-e-vereadores-do-interior-da-ba-testam-positivo-para-covid-19-apos-campanhas-eleitorais.ghtml>

<https://gl.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/10/24/prefeito-de-guarabira-candidato-a-vice-e-deputada-estadual-testam-positivo-para-a-covid-19-na-pb.ghtml>

<https://www.nsctotal.com.br/noticias/orvino-psd-candidato-a-prefeito-de-sao-jose-testa-positivo-para-o-coronavirus>

<https://www.otempo.com.br/hotsites/eleicoes-2020/eleicoes-em-bh-fabiano-cazeca-testa-positivo-para-a-covid-19-1.2406405>

<https://d24am.com/eleicoes-2020/eleicoes-2020-tres-candidatos-a-prefeito-de-manaus-ja-testaram-positivo-para-covid-19/>

<http://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2020/rodrigo-minotto-testa-positivo-para-covid-19>

<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/08/30/drive-in-drive-thru-convencoes-sao-paulo.htm?>

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/aglomeracoes-nas-eleicoes-no-ceara-ja-resultaram-em-mais-de-dez-condenacoes-na-justica>

---

# PARTE II

NACIONALIZAÇÃO DE AGENDA  
E DISPUTAS LOCAIS

## 02. ESTRATÉGIAS PARTIDÁRIAS DAS OPOSIÇÕES DE ESQUERDA NAS CAPITAIS BRASILEIRAS EM 2020

Gabriella Maria Lima Bezerra<sup>1</sup>

Márcia Paula Chaves Vieira<sup>2</sup>

Marcos Paulo Campos<sup>3</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

As estratégias de competição política nas eleições municipais de 2020 são analisadas neste trabalho com atenção dirigida às candidaturas dos partidos de esquerda (Miguel, 2010) nas capitais brasileiras, considerando que esses constituem a oposição ao governo do presidente Jair Bolsonaro no Congresso Nacional. O ambiente institucional no qual governo e oposição interagem é composto pelas arenas eleitoral, parlamentar e governo (Peres & Bezerra, 2020a). Essas três arenas possuem regras e lógicas distintas de funcionamento, mas são interligadas de maneira sistêmica. Entendemos as estratégias de oposição como articuladas e prolongadas em quatro momentos demarcados: governação, pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral. A arena eleitoral, neste texto, assume centralidade.

As oposições são fundamentais para a existência de governos democráticos, por seus componentes normativos e por funções que assumem na estrutura das relações institucionais. Os grupos partidários de oposição não apenas se colocam como uma opção futura e não se resumem a ampliar o mercado eleitoral para tornar efetiva a competição política, mas estão pre-

---

1 Doutora em Ciência Política pela UFRGS. Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (LEPEM/UFC) e do Núcleo de Estudos sobre Partidos e Democracia (NEPD/UFRGS). E-mail: [gabriellamlb@gmail.com](mailto:gabriellamlb@gmail.com) Orcid: 0000-0003-1420-5667.

2 Doutora em Sociologia pela UFC. Professora do Centro Universitário Christus. Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (LEPEM/UFC). E-mail: [mpaulavieiracs@gmail.com](mailto:mpaulavieiracs@gmail.com) Orcid: 0000-0003-0190-1858.

3 Doutor em Sociologia pela UERJ. Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (LEPEM/UFC) e do do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL/UERJ). E-mail: [marcospaulo\\_campos@yahoo.com.br](mailto:marcospaulo_campos@yahoo.com.br) Orcid: 0000-0002-1189-085X.



sententes nas negociações e, portanto, nos resultados das políticas, ocupando um lugar no processo de decisão. Os partidos excluídos dos trabalhos executivos podem influenciar o processo de tomada de decisão pela complexificação do debate e pela introdução de novos elementos no debate político. Eles podem também promover a fiscalização permanente das políticas governamentais, garantindo a observação dos preceitos constitucionais, alertando e divulgando as ações políticas para o eleitorado, ampliando canais de informação e comunicação, representando minorias e introduzindo novas pautas.

Oposição é uma situação passageira e transitória que muitas vezes não está restrita a um governo e pode ser alterada dentro de legislaturas, sofrer modificações por ciclos eleitorais, ciclos ideológicos e renovações internas. No Brasil, é preciso destacar, as relações entre governo e oposição não consistem em um embate entre Executivo e Legislativo, mas numa disputa entre partidos que controlam o Executivo e uma parte do Legislativo, muitas vezes, a maior parte. A oposição, portanto, não é mais protagonizada pelo Legislativo como um todo, mas pelos partidos que não estão aliados ao governo e que ocupam apenas uma proporção das cadeiras legislativas, inclusive diante da ponderação da existência de alta fragmentação partidária parlamentar. Em diálogo com os argumentos de Paulo Peres e Gabriella Bezerra (2020a e 2020b), reconhecemos que essa condição impacta as estratégias e os posicionamentos eleitorais dos partidos políticos.

O arcabouço conceitual sobre oposições sustenta a construção teórico-metodológica deste trabalho, combinado à leitura da literatura especializada e aos levantamentos de dados de diferentes fontes. Nesse sentido, consideramos fundamentais as informações sobre o apoio congressual ao governo Bolsonaro como expressão de posicionamentos partidários conjunturais nos quais se reproduzem os arranjos políticos do segundo turno da última eleição presidencial, disputada entre Jair Bolsonaro, então filiado ao Partido Social Liberal (PSL), e Fernando Haddad, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT). Os dados sobre atuação parlamentar se somam aos relativos às composições eleitorais que encontramos no *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os partidos de oposição e de esquerda com atuação parlamentar mais relevante nos dois primeiros anos do governo Jair Bolsonaro são aqui percebidos em dois blocos. O primeiro desses reúne a oposição nacional genuína, composta pelo PT e pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). O segundo bloco compreende a oposição nacional moderada e tem como integran-

tes o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em menor medida, se observa o papel do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e da Rede Sustentabilidade (REDE). Esses seis partidos apresentam o menor apoio à pauta do Poder Executivo na legislatura em curso. Reconhecendo e analisando os citados blocos partidários, buscamos responder como as oposições de esquerda elaboraram e executaram estratégias eleitorais municipais após a derrota que experimentaram no último pleito presidencial.

O entrelaçamento das posições ideológicas, da ação parlamentar e dos incentivos institucionais constitui a chave analítica mais fecunda que mobilizamos ao longo deste trabalho, explicitamente discutida na seção que sucede esta introdução. Na terceira seção, destacamos a importância das articulações entre os diferentes níveis de competição política para a estratégia eleitoral das oposições partidárias que desejam construir seu retorno ao poder. Diante desses fatores, ganha relevo o sistema eleitoral que exige considerar os esforços pragmáticos necessários para a sobrevivência e reprodução partidária, as relações intrapartidárias e as dinâmicas locais. A terceira seção conta também com a discussão sobre os dados eleitorais que refletem os impactos nas eleições municipais do cenário inaugurado pela vitória do capitão reformado Jair Bolsonaro. Destacamos, nesse contexto, a aproximação inédita entre PT e PSOL e a parceria preferencial entre PDT e PSB nos pleitos municipais. As conclusões apresentadas em seguida apontam que a frente ampla oposicionista ou de esquerda não ocorreu nas disputas municipais de 2020. Consideramos, no entanto, que também não é possível constatar a fragmentação em absoluto das oposições de esquerda. Isso porque encontramos a recorrente composição de alianças partidárias, inaugurais ou preferenciais, visando e disputando a conformação de um campo articulado de oposição.

## **2. AS COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS NO JOGO SEQUENCIAL DAS COMPETIÇÕES ELEITORAIS**

O dilema clássico do funcionamento das instituições políticas no Brasil passa inevitavelmente pela formação de coalizões para encaminhar a agenda do Executivo. Os debates existem desde o período da redemocratização brasileira. Se, por um lado, a combinação multipartidarismo e representação proporcional é mecanismo para garantir a pluralidade de projetos, por outro, produz o impasse da excessiva fragmentação partidária e consequente dificuldade para governabilidade (Abranches, 2018; Nicolau, 2003).

Paralelamente, a discussão sobre regras para coligações iniciou no pós-

-Constituinte, nos anos de 1990, momento em que atores institucionais falavam do aperfeiçoamento democrático. Uma questão que foi colocada como eixo do debate girava em torno do equilíbrio entre o pluripartidarismo e a existência de partidos fortes, programáticos e com projetos políticos bem definidos. A preocupação tinha como base a experiência democrática anterior ao regime autoritário no Brasil. O sistema que antecedeu o regime militar era também multipartidário e estava em um momento que foi denominado “multipartidarismo exarcebado” (Fleischer, 2007). Ao longo do recente período democrático, pequenos partidos, programáticos e não programáticos, utilizaram as coligações estrategicamente para maximizar as chances de conseguir alcançar o quociente eleitoral. Como efeito, o sistema político, eleitoral e partidário possui alta fragmentação, baixa identidade programática e dificulta formação de coalizões legislativas.

Em 2017, após inúmeras minirreformas eleitorais, as coligações foram redefinidas pela Emenda Constitucional 97/2017. Esperava-se combater os puxadores de votos e o “ruído” institucional provocado pela representação proporcional, como também diminuir a excessiva fragmentação partidária (Silva, 2020).

As siglas menores, sem capital político ou sem regras eleitorais favoráveis, construíram a estratégia que ficou conhecida como “efeito Tiririca”, ou seja, um candidato que puxasse votos para as legendas da coligação alcançar o quociente eleitoral. Essa forma de ação política aumentava a representação institucional legislativa de partidos de estatura média (Silva, 2020). Com a EC 97/2017, o efeito esperado é a diminuição da fragmentação partidária, mas o fenômeno de puxadores de votos continua existindo, porém dentro da mesma sigla. As novas regras fazem os partidos pequenos esbarrar no desafio de alcançar o quociente eleitoral, forçando a composição com coligações sem consistência ideológica.

A representação proporcional, sob a regras de coligações que funcionam até 2018, por vezes, confundia o eleitor. Isso porque o candidato mais votado não necessariamente era contemplado pela distribuição de cadeiras, visto que os puxadores de votos atraíam maior número de vagas para a coligação. Provocava, portanto, o “ruído” institucional que apontava a distorção de que a vontade do eleitor não seria efetivada (Silva, 2020).

Nesse sentido, a EC 97/2017 tem como promessa de mudança tornar as escolhas dos eleitores mais eficientes. É parte da promessa de fim das coligações para o legislativo, também, aumentar a coesão partidária, pois os par-

tidos precisariam reforçar os seus projetos na construção de uma imagem identificável pelos eleitores. “Quando os votos remanescentes de um candidato são repassados para outro da mesma lista partidária, argumenta-se que existe certa coerência da vontade eleitoral, já que o voto seria contabilizado para o mesmo grupo político” (Silva, 2020, p. 152). Para ocupar a cadeira, um candidato ao legislativo municipal precisava ter individualmente o mínimo de 10% de votos referentes ao quociente eleitoral das legendas. Por esse critério, o eleitor escolheria o representante do projeto político partidário. Ou seja, além da competição entre as siglas, há a competição interna entre os candidatos de um mesmo partido.

As estratégias para competição eleitoral consideram aspectos também conjunturais, como já apontamos. Nas eleições de 2020, o cenário era de oposição ao governo Bolsonaro, busca por fortalecimento das esquerdas e, para isso, a formação de uma frente ampla se tornou o enredo para a disputa do pleito. Como as novas regras impactam a formação da frente ampla de esquerda? Quais aspectos devemos considerar nas eleições de 2020?

Em um cenário nacional de centralização partidária, volta-se atenção para as especificidades das políticas estaduais e municipais para construção da estratégia eleitoral. A primeira delas é a busca por cadeiras no Legislativo e nesse momento as arenas eleitorais e parlamentares se tornam interdependentes. O antipetismo incide na rejeição a partidos e lideranças de esquerda e centro esquerda como semelhantes de único projeto político. Com efeito, alcançar vagas no Legislativo torna-se uma estratégia de composição de situação e oposição no jogo político parlamentar. Assim, um candidato ao Executivo – “cabeça de chapa” – tende a dar visibilidade para as pautas programáticas a serem mobilizadas no Legislativo.

Acrescenta-se às eleições de 2020 a mudança de regras para o Legislativo. As coligações, antes permitidas para todos os cargos, restringiam-se às disputas ao Executivo. A partir de então, o partido precisa por si só atingir o quociente eleitoral e, assim, a ideia é que fique mais claro ao eleitor qual o conteúdo programático da legenda. Nesse sentido, ter candidato à Prefeitura próprio é um modo de dar visibilidade a quem o candidato a vereador está vinculado, ou seja, é a referência do apoio político.

Essa configuração se torna ainda mais relevante em termos de formação de coalizões e de oposição à coalizão vencedora para o exercício dos mandatos. É, portanto, uma disputa de correlação de forças que se inicia na arena eleitoral para repercutir na arena legislativa e conduzir representantes de seus parti-

dos para este espaço. E, nesse ponto, as clivagens dos partidos de esquerda são mais delineadas, embora as ações pragmáticas decisórias tenham tendência a confluir no mesmo sentido.

O dilema institucional se amplia quando colocamos as coligações como alianças estratégicas para disputa eleitoral. Afinal, os partidos precisam conciliar as regras de disputa, o cenário da competição, ou seja, o viés pragmático, em consonância com a sua agenda e ideologia latente.

Os estudos [sobre coligações] vão desde um diagnóstico sobre o processo de nacionalização dos partidos e do sistema partidário, o perfil das alianças quanto à proximidade ideológica entre as legendas parceiras, as lógicas das estratégias aliancistas nos diferentes planos da federação, os impactos do poder executivo na dinâmica das associações, bem como sua racionalidade nas eleições majoritárias e proporcionais, entre outros enfoques. (Krauser, Barbosa & Fagundes, 2020, p. 125).

Os partidos políticos possuem características próprias quando pensamos em suas distribuições regionais, estaduais e municipais. As ações, sejam elas programáticas, sejam elas pragmáticas, consideram as diferenças geográficas e, ainda, as diferenças internas entre correntes e lideranças. Por isso, pensar em uma unificação das esquerdas é eliminar inclusive a dinâmica intrapartidária de cada legenda.

Numa breve retrospectiva, é possível apontar como as eleições presidenciais e o exercício dos mandatos vitoriosos impactam nas alianças que compõem conjunturas de situação/oposição e formação de coligações para aumentar a competitividade das esquerdas. Com Fernando Collor, a participação da direita cresceu e, para potencializar competitividade, aumentou o número de coligações entre partidos de esquerda. Em 1998, ocorreu o mesmo efeito com a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Em 2002, 2006 e 2010, as coligações petistas tornaram-se inconsistentes por ampliarem a associação e incluírem partidos de centro (Krauser & Godoi, 2012). Assim, são perceptíveis a força da conjuntura e a formação de coalizões de base para eleições seguintes. O cálculo incorpora a conjuntura, proximidade ideológica e o pragmatismo como um jogo de construção de consensos em torno de um projeto político.

As configurações das disputas estaduais e municipais são estratégicas na medida em que afetam as consequências das eleições majoritárias federais. O jogo é amplo e complexo, se dá em múltiplos espaços: partidos têm interesses

e estratégias concorrentes não só entre si, mas internamente nas estratégias estaduais, municipais e federais, envolvendo estratégias de coordenação pré-eleitoral, cálculo entre os custos de lançar candidato, as chances de vitória e a capacidade de sobreviver sem cargos. Cada partido tem diferentes estratégias de negociação, que são modificadas ao longo do tempo em alguns casos, , “interessados, muitas vezes, em maximizar ganhos distintos em diferentes arenas”. (Melo, 2007, p. 248).

A eleição presidencial forçou movimentos ideológicos (idem, p. 146): PT, PC do B, PFL e PSDB formaram dois grupos de atuação consistentes, sempre em dupla nas quatro coligações do período. O PDT integra a oposição nos governos FHC e, inesperadamente, apesar de integrar a coalizão no primeiro ano do governo Lula, se retira e sobrevive sem participar do governo, assim como o PPS. Este cenário nacional tem efeito sobre as dimensões estaduais e municipais. Como também, as disputas locais são desafios para a estruturação e composição das forças para a competição nacional. O ciclo é retroalimentado, segue um fluxo contínuo e de mão dupla. Isso porque as coligações são estratégias centrais na competição partidária. Elas influenciam as escolhas e estruturam as táticas de vitória e sobrevivência para os partidos de todos os portes.

Ao se coligar, o candidato majoritário vê reduzido o número de concorrentes, amplia sua rede de sustentação e ganha uma parcela maior do horário de propaganda eleitoral “gratuita” nos meios eletrônicos de comunicação. [...] Já os partidos apoiadores, podem receber, em retribuição, o direito de indicar candidatos a cargos menos importantes (vice-governador, senador) e têm a esperança de ocupar cargos no governo, em caso de vitória. (Miguel, 2017, p 27).

Em razão das dimensões e particularidades regionais, não existe uma distribuição nacional suficiente que permita a autonomia partidária. De maneira controversa, a existência das coligações impacta na fragmentação partidária, tornando as relações entre Executivo e Legislativo federais cada vez mais necessitadas de alianças partidárias em todos os níveis, já que os partidos maiores abdicam de algumas cadeiras parlamentares para aumentar suas chances de vitória para as majoritárias. Ao levar em conta que o tamanho dos partidos é relativo no espaço nacional, há a recorrência de apoio cruzado: Partido A, forte na região 1, é apoiado pelo Partido B, mediano, que em troca, por ser forte na região 2, encabeça a chapa apoiada pelo Partido A. “De maneira direta: a coalizão do presidencialismo de coalizão começa nas coli-

gações” (Peres & Lenine, 2017, p. 69).

Os pesquisadores têm se dedicado também em evidenciar o teor ideológico das coligações eleitorais. Diante da divisão PT e PSDB, há um complicador na definição dos parceiros. Além disso, como já falamos, as particularidades locais não sucumbem ao perfil ideológico projetado normativamente por alguns profissionais e dado *a priori*, sem sedimentar os elementos variantes da estrutura fixa, colaborando com um imaginário antipolítico e antipartidário, originário de premissas teóricas rígidas, irrealistas e aspirativas. (Peres & Lenine, 2017). Há também o interesse em rever a lógica da racionalidade que mobiliza o investimento no perfil ideológico. Assim, não haveria necessariamente estratégias em conflito, mas alternativas agregadas (Machado, 2017) - a “lógica da racionalidade contextual” (Krause & Godoi, 2010, p.90).

Ou seja, em determinadas circunstâncias, os partidos respondem mais fortemente às motivações *vote-seeking* e *office-seeking*, aceitando pagar o preço da redução do *policy-seeking*. Sendo maximizadores de políticas, os partidos, algumas vezes, podem ser levados à adoção de estratégias que resultem no máximo possível das políticas pretendidas, mesmo que esse máximo seja consideravelmente reduzido (Peres & Lenine, 2017, p. 67).

Como questionam os autores, é incoerente esperar coerência ideológica em todos os contextos se há o objetivo de vitória, afinal, para se avançar sobre o restante do eleitorado, é preciso incorporar seus vieses. “Isso demanda que se analisem as coligações enquanto uma forma de cooperação que visa a vantagens mútuas no processo de competição eleitoral”. (Peres & Lenine, 2017, p. 68). Por exemplo, a depender da sua força e tamanho da bancada nacional, pode eventualmente não sumcubir as pressões locais destoantes e encabeçar a chapa na disputa. “Seu sucesso eleitoral decorre da liberdade de se adaptar livremente a diferentes cenários políticos” (Peres & Lenine, 2017, p. 44).

Este elemento é importante ao estudarmos o PT no contexto pós-*impeachment*, como argumentamos aqui. A intensificação do antipetismo, o desgaste da década governativa, a vitória da extrema direita e a conversão ideológica para o centro, o partido pode ter investido em um retorno a chapas ideológicas, buscando reconquistar seu ‘mito de fundação’ e reorientar-se para a renovação das lideranças e para a coesão interna (Machado, 2017; Panebianco, 2005).

Entende-se, assim, que as ideologias não seriam um corpo doutrinário fixo e bem definido, flutuando nas estratégias eleitorais e não eleitorais, fun-

cionando como mapas de orientação e atuação no campo político-partidário, em interlocução com as demais (Machado, 2017), reduzindo as possibilidades de atuação. Pragmatismo, governismo e ideologia são complementares: os primeiros com teor mais conjunturais e o terceiro com estruturas limitadoras duradouras, constantes (idem) - “um padrão mutável tanto na ótica do espaço quanto do tempo” (Krause & Godoi, 2010, p.90)

A racionalidade seria espacial e temporalmente conjuntural, demandando se observar elementos institucionais, sistêmicos, dinâmicos, não constantes, ambientais, a história e trajetória do sistema partidário, incorporando a complexidade no lugar da linearidade nos modelos analíticos (Machado, 2017; Peres & Lenine, 2017).

Na eleição de 2016, o PT não teve estímulos para considerar o *impeachment*, mas seus aliados consideraram o antipetismo. Em 2020, parece haver um agregado: a derrota presidencial para um *outsider* de extrema direita, exigindo um reforço da narrativa das más decisões dos seus competidores e a persistência do antipetismo. Reduzindo as possibilidades de coligação do partido, o cenário agora para o PT é dismantelar a imagem de oposição tóxica e reforçar a resistência democrática. A estratégia eleitoral envolve, portanto, uma meta agenda.

### 3. OS CAMINHOS DAS OPOSIÇÕES PARTIDÁRIAS NACIONAIS NA COMPETIÇÃO ELEITORAL MUNICIPAL

A eleição do capitão reformado Jair Bolsonaro constitui a principal referência para a afirmação inequívoca de que o Brasil *dobrou à direita* (Nicolau, 2020). Essa mudança política na preferência nacional do eleitorado estabeleceu um governo com evidente estratégia de confronto com as instituições e sugestão aberta de golpe ao longo do ano de 2019, preocupando intelectuais, políticos e democratas de toda ordem que verbalizaram frequentemente a demanda por uma frente ampla de oposição para imediata recuperação do ambiente democrático.

A inquietação a respeito das iniciativas autoritárias também se refletiu na expectativa de alianças alargadas para a disputa das capitais e demais cidades das regiões metropolitanas brasileiras em 2020, que ocupou boa parte dos debates públicos pré-eleitorais. A constatação de que a unificação de partidos e chapas oposicionistas não ocorreria em cidades importantes do País, como São Paulo, deu vazão ao discurso mais recente sobre a divisão das



oposições, especialmente as oposições de esquerda, e de um isolamento político do maior partido de contraposição ao Governo federal, o Partido dos Trabalhadores (PT).

Isso se deve, em certa medida, à percepção de que ainda é pouco significativo ter alianças entre PT e PSOL em chapas majoritárias de cinco capitais, apenas 20% das principais cidades do País. Quando consideramos o PCdoB, o número sobe para nove e a fragmentação se reapresenta, dispensando o potencial eleitoral dessa unidade, por exemplo, nas capitais do Sudeste e do Centro-Oeste; entretanto, quando se trata da não realização de uma frente ampla, esse discurso tem mais razão de ser porque somente em Florianópolis se realizou o encontro entre as oposições de esquerda e centro-esquerda, congregando PSOL, PT, PCdoB, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

As dificuldades de uma possível frente ampla nas capitais podem ser compreendidas pela observação da relação entre ação parlamentar e alianças eleitorais. A oposição de esquerda ao governo, como já citamos, têm agido em conjunto no Congresso Nacional, conseguindo somar também boa parte dos partidos de centro-esquerda. Em 2019, durante a votação da Reforma da Previdência na Câmara Federal, PT, PSB, PDT, PSOL, PCdoB e REDE orientaram suas bancadas a votar contra a proposta do Poder Executivo. Mesmo assim, 8 dos 27 parlamentares do PDT não seguiram a orientação do líder de bancada. No PSB, 11 dos 32 deputados votaram pela reforma. Isso colaborou para uma aprovação acachapante da mudança nas regras de aposentadoria propostas pelo governo Bolsonaro. Mais recentemente, na votação do Marco Legal do Saneamento, as oposições se dividiram, considerando que PDT e PSB indicaram voto favorável à medida em conjunto com a base parlamentar do Governo federal.

Essas votações exemplificam as dificuldades de realização do que poderíamos chamar de “unidade das oposições”. Isso acabou também se reproduzindo como impedimento a amplas alianças nas composições eleitorais das capitais brasileiras. As fraturas entre esquerda e centro-esquerda já se expressavam no Congresso Nacional, enquanto o debate público se voltava à demanda por uma maior articulação das forças partidárias contrárias ao governo Bolsonaro.

As tensões entre esquerda e centro-esquerda, entretanto, também conviveram com estratégias de ação mais convergentes no contexto da pandemia da covid-19, tornando ainda mais complexo o entendimento dessa relação.

A configuração das esquerdas na Câmara Federal foi de ação convergente. Entre os projetos apresentados, 20% foram do PT e 12% de autoria coletiva, predominantemente com participação dos partidos de esquerda. Deste percentual de proposições coletivas, 56% foram assinadas por coalizões formadas por parlamentares dos partidos deste espectro ideológico. PT, PSOL, PCdoB, PDT e PSB assinaram juntos 40% dos projetos apresentados de forma coletiva (Observatório do Legislativo Brasileiro, 2020a). A união do PT, PSOL e demais articulados no coletivo, em relação aos projetos, foi direcionada, principalmente, para o tema “proteção aos vulneráveis”. O PSB voltou atenção para o tema “medidas gerais de enfrentamento à pandemia”<sup>4</sup>. O PCdoB não teve ênfase em nenhum tema, ficando com participação difusa (Observatório do Legislativo Brasileiro, 2020a).

A partir das informações da plataforma Radar do Congresso, constituída pelo *site* jornalístico Congresso em Foco, que condensa índices para a compreensão da atuação partidária no parlamento e nas eleições, selecionando os partidos de oposição mais atuantes em dois blocos principais: PT e PSOL. O índice mais caro para nossa análise diz respeito ao nível de governismo dos 24 partidos com representação na Câmara dos Deputados, cujo cálculo se dá a partir da comparação entre os votos dos deputados e a orientação do líder do governo, levando em consideração 347 votações nominais realizadas de fevereiro de 2019 a fevereiro de 2020.

**Tabela 1. Nível de governismo<sup>5</sup> dos partidos na Câmara dos Deputados de fevereiro de 2019 a fevereiro de 2020**

Partido	Percentual De Governismo
PSL	97%
PATRIOTA	94%
DEMOCRATAS	93%
PSC	93%
NOVO	92%
PSDB	92%
MDB	91%
PP	91%

4 Outros temas também foram tratados pelos partidos. Apresentamos no texto informações mais significativas de confluência entre ações na Câmara dos Deputados no que diz respeito às esquerdas. Ver: Observatório do Legislativo Brasileiro, 2020a e 2020b.

5 O cálculo é feito a partir da comparação entre os votos dos deputados e a orientação do líder do governo e leva em conta 347 votações nominais realizadas entre fevereiro de 2019 e fevereiro de 2020 na Câmara dos Deputados.

REPUBLICANOS	91%
PL	90%
PSD	90%
PTB	90%
SD	89%
CIDADANIA	87%
PODEMOS	77%
PROS	75%
AVANTE	74%
PV	68%
PDT	48%
PSB	46%
REDE	36%
PCdoB	29%
PT	20%
PSOL	15%

Fonte: Congresso em Foco.

A disputa de 2020 é um ponto de ruptura que já se anunciava nos pleitos anteriores para o PT. O partido estava em expansão crescente de parcerias inconsistentes e semi inconscientes nas disputas eleitorais. A partir, entretanto, da ‘toxicidade’ do antipetismo, ele vai na direção oposta, de isolamento e retorno a composições ideológicas, entretanto, com variações importantes entre as regiões, a depender do contexto e da trajetória recente das outras legendas e da força do governo Bolsonaro e antipetismo que tem dimensões regionais e distribuição espacial específica nas metrópoles (Nicolau, 2020). A emergência de novas lideranças de esquerda e centro-esquerda é, também, acrescentada ao cálculo de estratégia eleitoral. Além disso, as regras eleitorais passaram por sucessivas e significativas alterações que incentivam novas estratégias para os partidos. As mudanças se ancoram no argumento de eficiência da representação democrática e são motivadas por contextos históricos sociopolíticos que envolvem o dilema do multipartidarismo, o pragmatismo e a identidade partidária.

Um aspecto interessante para observar a competição para o Legislativo municipal em 2020 pelos partidos de esquerda do ponto de vista programático foram as candidaturas com pautas identitárias - mulheres, movimentos de negritude, LGBTQI+, juventudes - e que produzem três efeitos. O primeiro refere-se ao alcance de mais grupos e, conseqüentemente, atingir o quociente partidário. O segundo se liga à consequência de fragmentação de votos para atingir o quociente individual. Por fim, é importante destacar que isso não quer dizer que em outros pleitos não existissem, mas a visibilidade pro-

gramática vem acompanhada da renovação de lideranças e, ainda, disputam o mesmo público. Esse reforço da competição entre legendas e internamente às legendas reforça o argumento de ocupar o espaço de esquerda hegemônica diante do movimento antipetista.

Isso deve ser pensado também com as referências postas pelas mudanças de regras eleitorais. As coligações, antes permitidas para todos os cargos, se restringem agora somente às disputas ao Poder Executivo. E mais, para ser eleito vereador, o candidato precisa estar em um partido que atingiu o quociente eleitoral e ter individualmente, pelo menos, 10% desse mesmo quociente. Ou seja, este pleito admite um incentivo institucional para que os partidos tenham candidaturas próprias ao cargo majoritário como um modo de dar visibilidade e constituir referência de apoio político para seus filiados que concorrem ao Legislativo. O clamor por unificação nem sempre considera os esforços de reprodução partidária.

As dificuldades de uma possível frente ampla nas capitais podem ser mais bem compreendidas pela observação da relação entre ação parlamentar e alianças eleitorais (Vieira, 2011). O efeito do governo Bolsonaro foi fator conjuntural para orientação de alianças nas eleições municipais de 2020. Os partidos de esquerda e centro-esquerda, aliados em votações de oposição ao governo de Jair Bolsonaro (sem partido), replicaram a forma de atuação parlamentar em uma tentativa de unificação. Esse eixo de estratégia eleitoral municipal foi afinado com a conjuntura nacional e compõe associação pragmática e de consistência ideológica média. Se, por um lado, o primeiro turno foi competitivo entre candidaturas de esquerda de proximidade ideológica, por outro, o segundo turno foi marcado por alianças entre estes candidatos como uma frente de oposição a candidatos que representavam proximidade com o governo de Jair Bolsonaro.

Voltamos à questão sobre o significado da divisão das esquerdas, ponderando, a seguir, as estratégias para eleições municipais, considerando ação política pragmática e ação política programática.

### **3.1. PT e PSOL: parceria parlamentar e alianças inaugurais**

O Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB) aponta, em levantamento publicado no ano de 2020, o PT e o PSOL como os partidos que mais votam contra os projetos apresentados pelo Executivo federal (Observatório do Legislativo Brasileiro, 2020b). Dessa forma, essas legendas reproduzem em sua ação parlamentar o genuíno oposicionismo que representaram no segun-

do turno da eleição presidencial de 2018, disputado pelo ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), contra o capitão reformado Jair Bolsonaro, no qual o petista recebeu apoio de Guilherme Boulos, candidato psolista no primeiro turno. Essa atuação justifica que PT e PSOL sejam observados mais detidamente para entender as esquerdas nas eleições municipais de 2020. O presidenciável petista compôs chapa com a gaúcha Manuela D'Ávila do PCdoB.

A competição de esquerdas entre PT e PSOL é recorrente desde quando a segunda legenda ainda era corrente interna da primeira. O PSOL construiu sua prática política fazendo críticas aos governos petistas e suas alianças construídas com movimentos ao centro. Desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, no entanto, a discussão interna ao PSOL foi direcionada para não adensar o discurso antipetista e, conseqüentemente, fortalecer a direita, mas sem apoiar diretamente o PT.

A ruidosa aproximação no parlamento foi estratégia para, no mínimo, construir um campo político em defesa de pautas progressistas e se contrapor ao conservadorismo emergente nas instituições políticas brasileiras. A conjuntura do período recente estimulou a formação e consolidação de uma oposição parlamentar ao governo Bolsonaro (sem partido) e sua base parlamentar. Desse modo, a ideia, bastante discutida no período pré-eleitoral, de constituir uma frente ampla de oposição ou uma frente ampla de esquerda, foi fruto de uma expectativa de que a oposição parlamentar reverberasse na competição eleitoral.

O PT apresentou 21 candidatos às prefeituras de capitais e liderou ou participou de alianças em metade das disputas pelas cidades mais importantes do País. A legenda de Lula da Silva teve, pelo menos, um aliado na maioria das capitais do Nordeste, do Norte e do Sul. Em oito disputas, o candidato ou a candidata petista liderou uma chapa composta por partidos parceiros. Esse cenário, em parte, não é tão diferente de 2016, quando o PT teve 20 candidatos em capitais e 10 marcharam sozinhos. A novidade de 2020, no entanto, está em os petistas inaugurarem uma aproximação inédita com o PSOL. Se, em 2016, nenhuma capital registrou aliança entre o PT e o partido de Marcelo Freixo, em 2020, o PSOL é quem mais oferece vice-prefeitos às alianças lideradas pelo PT, como bem demonstram Recife, Manaus e Rio Branco. O contrário também é verdade. As chapas lideradas por psolistas em Belém e Florianópolis trouxeram petistas como candidatos a vice-prefeitos. PT e PSOL, portanto, inauguraram nessas eleições uma aproximação nunca antes registrada em campanhas municipais, compondo chapas nas quais um

ou outro lidera em cinco capitais. Isso, em parte, realiza a intenção dos diretórios nacionais dos dois partidos que sinalizaram, no período pré-eleitoral, a importância de unirem forças em municípios estratégicos.

O segundo partido que mais compõe com o PT é o aliado de longa data, o PC do B, sendo parceiro de Benedita da Silva no pleito carioca e dos petistas em João Pessoa. Os comunistas também têm no PT o maior aliado para composição das chapas que lideram, recebendo petistas como vice em São Luís e Porto Alegre. A partir desses dados, verificamos que os maiores parceiros dos partidos de esquerda para composição de chapas eleitorais nas capitais do País são eles mesmos. A Região Centro-Oeste, por sua vez, desponta como a região onde os afastamentos são mais intensos, estando em Cuiabá, Campo Grande e Goiânia a maior concentração de candidaturas petistas e psolistas solitárias. Os comunistas, por sua vez, integram as chapas que representam o governismo local. No plano nacional, como pequeno partido de esquerda, o PCdoB possui atuação parlamentar por vezes questionada. Isso ocorre porque a legenda, embora tenha característica ideológica e histórica, está aberta a negociações quando diante de sua sobrevivência na representação política institucional.

O Sudeste, maior concentração eleitoral brasileira, apresentou um quadro de fragmentação muito significativo, pois não conta com aliança entre o PT e o PSOL em nenhuma capital. Ao Sul, em Florianópolis, e ao Norte, em Belém, registramos os casos em que psolistas, petistas e comunistas estão reunidos e, nas duas capitais, a liderança da chapa fica com candidatos do PSOL.

O PT e os psolistas possuem igualmente 13 candidatos em chapas puras e fazem alianças em cerca de 40% das composições que lideram, mas o PSOL costuma estar mais reunido a partidos de esquerda sem representantes no Congresso Nacional e com menos recursos para a disputa eleitoral, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Unidade Popular (UP). A avaliação sobre uma maior facilidade em promover a unidade das esquerdas em torno dos psolistas ou se o partido de Boulos tem maior propensão a fazer alianças com legendas competitivas do seu campo político somente quando lidera a composição é uma questão para trabalhos futuros. Por enquanto, a afirmação mais segura é que os dados apontam não haver divisão absoluta entre PT, PSOL e PCdoB, mas grandes alianças eleitorais são escassas.

A eleição nacional que resultou na chegada de Jair Bolsonaro ao poder foi precedida de um pleito municipal em que os petistas tiveram seu pior de-

sempenho. Após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e os processos judiciais contra o ex-presidente Lula da Silva, maior líder do partido, a agremiação perdeu mais da metade das cidades que governava, saindo de 632 para 254 prefeituras. Ao final de 2016, o PT deixou o G96, grupo de municipalidades onde está o percentual de 40% do eleitorado brasileiro. Essa foi sua pior participação em um pleito municipal.

A presença de um candidato petista no segundo turno de 2018 e a eleição de quatro governadores e da maior bancada de deputados federais podem expressar o acúmulo de capital político do PT na oposição ao governo Michel Temer (PMDB/MDB), uma gestão com recordes de reprovação e descontentamento. É também de se pontuar o caráter histórico do partido e, por isso, o resultado de 2018 reapresenta esta historicidade para uma possível recuperação de desempenho eleitoral frente ao antipetismo. Isso porque a possibilidade de uma recuperação de desempenho eleitoral ocorreu em meio a prejuízo: mesmo fazendo a maior bancada da legislatura 2018-2022, os petistas perderam 13 deputados federais. O PSOL, por sua vez, teve aumento de bancada no Congresso Nacional, saindo de 6 para 10 deputados. O Senado Federal experimentou a maior renovação de sua história: de cada quatro senadores que tentaram a reeleição em 2018, três não conseguiram. O PT saiu de 13 para 6 senadores, perdendo mais da metade de sua presença na casa revisora. O PSOL não elegeu nenhum e o PCdoB perdeu o senador que tinha.

Os dados das duas últimas eleições reforçam a necessidade de maior investimento analítico com respeito à não sincronidade eleitoral e estimulam uma atenção mais pormenorizada sobre o impacto das eleições municipais nas eleições nacionais e vice-versa. No caso dos partidos de esquerda, há cortes mais delineados no plano ideológico, mas, do ponto de vista pragmático, a disciplina de ação parlamentar revela que muitas decisões tendem a confluir no mesmo sentido. Essas reflexões devem levar em consideração a formação de coalizões governativas e de oposição que se reconfiguram entre os pleitos, tornando ainda mais relevantes as clivagens partidárias.

### **3.2. PDT e PSB: a atuação eleitoral conjunta da oposição moderada**

O PDT e o PSB constituem o que reconhecemos como núcleo de oposição parlamentar moderada ao governo Jair Bolsonaro. Isso se comparados às atuações do PT e do PSOL, como evidencia a tabela. Na Câmara dos Deputados, os trabalhistas seguem o Palácio do Planalto em 48% das votações e os

socialistas em 46% das matérias.

Os pedetistas e os pessebistas, como sabemos, não apoiaram a eleição do capitão reformado. Em 2018, Ciro Gomes, ex-governador do Ceará, foi o candidato do PDT no primeiro turno da disputa presidencial, tendo a senadora ruralista Kátia Abreu (PDT-TO) como vice e obtendo 12,47% dos votos válidos. O PDT apoiou o PT no segundo turno, mas o candidato trabalhista, por sua vez, apresentou um engajamento relutante na campanha do petista Fernando Haddad.

O PSB trilhou um caminho diferente e negociou com o PT uma aliança desde o primeiro turno que incluiu a não apresentação de candidatura nacional e apoios mútuos em disputas estaduais, tendo como mais importantes o apoio do PT à reeleição do governador Paulo Câmara em Pernambuco, Estado mais importante para os socialistas no País, e o apoio do PSB à reeleição do governador Fernando Pimentel em Minas Gerais. Em ambos os casos, houve necessidade de intervenção das direções nacionais dos partidos na atuação regional das siglas. A direção nacional do PT retirou a possível candidatura de Marília Arraes ao governo pernambucano, tendo a candidata se apresentado em empate técnico com o governador socialista na liderança de duas pesquisas (Diário de Pernambuco, 2018, 17 de julho), e o presidente nacional do PSB desfez a candidatura de Márcio Lacerda ao Governo mineiro quando o candidato se apresentava em terceiro lugar nas pesquisas (Rodrigues, 2018, 26 de junho), marcando 9% e ficando assim atrás do governador petista em 15% e do candidato do PSDB em 27%. O acordo, no entanto, não incluiu a formalização do apoio a Haddad no primeiro turno pela resistência de parte da bancada federal socialista que desejava apoiar o candidato do PDT e a contrariedade de alguns diretórios regionais que preferiam apoiar o candidato pessedebista Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo.

Os resultados de 2018 foram mais satisfatórios para o PSB, que obteve a reeleição, em primeiro turno, do governador pernambucano. Paulo Câmara havia chegado ao início da campanha eleitoral com o mais alto índice de rejeição (43%) entre os candidatos da disputa ao Palácio do Campo das Princesas. O PSB, portanto, seguiu governando sua “jóia da coroa”. O PT não logrou êxito em Minas Gerais porque não foi ao segundo turno e assistiu à vitória do empresário bolsonarista Romeu Zema (Novo) sobre Antonio Anastasia (PSDB), que confirmou o favoritismo dos apoiadores de Bolsonaro no Sudeste.

O cenário das eleições gerais, contudo, não impediu que, no ano seguin-



te, parte dos membros ou a íntegra das bancadas trabalhista e socialista não acompanharam o mesmo nível de oposição do PT e do PSOL. Essa atuação não ficou restrita ao campo legislativo e se reproduziu na atuação eleitoral de trabalhistas e socialistas na primeira eleição municipal após a chegada de Jair Bolsonaro ao poder. PDT e PSB estiveram juntos em oito das dezoito candidaturas majoritárias que lideraram nas capitais brasileiras em 2020. Quando observadas as composições de chapa para disputar as principais cidades do País, os trabalhistas é que mais asseguram vice-prefeitos aos socialistas e a reciprocidade também se confirma. Das 12 candidaturas do PSB, cinco traziam vice-prefeitos trabalhistas. Das seis chapas majoritárias do PDT, três eram compostas por vice-prefeitos socialistas.

A estratégia eleitoral articulada e admitida pelas direções partidárias, segundo Ciro Gomes (Caetano, 2020, 12 de março), expressa o início da construção de um campo político igualmente alternativo ao petismo e ao campo de apoio do governo de Bolsonaro. O líder pedetista também afirmou considerar a possibilidade de atrair para esse campo alternativo as agremiações e as lideranças interessadas em ir para além da polarização que estruturou o segundo turno de 2018 e constitui a disputa política no Congresso Nacional, desde a posse do capitão reformado. E mais, a aproximação entre PDT e PSB, iniciada nas eleições municipais de 2020, também buscava se reproduzir nas presidenciais de 2022, reafirmando relações entre as eleições de meio-turno e os pleitos gerais.

A observação detida às chapas conjuntas de pedetistas e socialistas poderia inspirar segurança à constituição de um novo campo de atuação partidária no Brasil, um país tantas vezes marcado por uma polarização dual; no entanto, quando analisada a participação geral do PDT e do PSB em coligações nas capitais no pleito de 2020, percebemos distinções importantes que, em certa medida, podem ser pensadas como limites e possibilidades de uma parceria estratégica alongada entre esses partidos.

O PDT apresenta, em muitas capitais, alianças que não contemplam sua alardeada parceria estratégica. Na região Norte, o partido caminha como vice do PSB apenas em Rio Branco (AC) e essa coligação conta ainda com siglas que, segundo o Radar do Congresso, votam bastante alinhadas com o governo, como Podemos (PODE), Solidariedade (SD) e Democratas (DEM). Os percentuais de governismo desses partidos são 77%, 89% e 93%, respectivamente. Em três das sete capitais da região Norte, Porto Velho (RO), Macapá (AP) e Manaus (AM), o PDT participa de coligações com setores da base par-

lamentar do governo Bolsonaro ou que, mesmo não integrando essa base, colaboram com a orientação do Palácio do Planalto em muitas matérias. Em Boa Vista (RR), os trabalhistas garantem o vice de um candidato do Progressistas, sigla tão governista quanto o DEM, e, em Palmas (TO), compõem chapa liderada pelo PV, partido que atende ao governo em 68% das votações. No Sudeste, os trabalhistas repetem essa tendência em duas das quatro capitais, apoiando uma chapa do Cidadania com vice do PSL em Vitória (ES) e uma composição pura do PSD em Belo Horizonte (MG). Cidadania, PSL e PSD, respectivamente, marcam 87%, 97% e 90% de apoio parlamentar ao governo. O PSL é o partido mais governista, mesmo não contando com o presidente Jair Bolsonaro entre seus filiados. São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) confirmam a parceria estratégica na qual a carioca Martha Rocha (PDT) recebe Anderson Quack (PSB) como vice e, por sua vez, Márcio França (PSB-SP) lidera a chapa com Antonio Neto (PDT-SP). O Sul se mostra um terreno de menor variação da estratégia eleitoral pedetista, pois a região traz os trabalhistas em chapa pura na capital do Paraná, em aliança com toda a esquerda na capital de Santa Catarina e liderando uma chapa em sua parceria estratégica na capital do Rio Grande do Sul.

O Nordeste do Brasil concentra a maior parte da bancada federal do PDT, sendo também a região onde se localiza o Ceará, Estado de atuação do presidenciável do partido. É importante registrar que, segundo o Radar do Congresso, a bancada cearense é a menos governista da Câmara dos Deputados, registrando 59% dos votos favoráveis à orientação da liderança do governo; no entanto, a estratégia eleitoral pedetista no Nordeste não se resume ao diálogo com os partidos mais ou medianamente oposicionistas. A região, por sua vez, é o palco de distintas estratégias de ação partidária eleitoral pedetista. Nesse sentido, cabe observar a ação trabalhista no Nordeste em particular. Desde já, adiantamos que a região condensa mais propriamente os alardeados vínculos preferenciais do PDT com o PSB, as composições com partidos que, mesmo não integrando oficialmente a base parlamentar do Governo federal, votam muito alinhados ao Palácio do Planalto e até alianças com partidos da base bolsonarista. O PDT não caminhou sozinho em nenhuma capital do Nordeste.

As capitais do Ceará, de Pernambuco e de Alagoas confirmam a formação de candidaturas majoritárias pela parceria entre trabalhistas e socialistas. Esses últimos lideram as chapas em Recife (PE) e Maceió (AL), no entanto, as coligações das três capitais não se resumem aos partidos que pouco acom-

panham o Governo federal em votações congressuais. Ao contrário, o PSDB, que registrou 92% de governismo no primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro, participa da aliança do candidato João Henrique Caldas (PSB) em Maceió. Em Fortaleza, o candidato pedetista José Sarto e seu vice pessebista Élcio Batista reúnem PP, PTB, PL, DEM, PSD, Cidadania, REDE e PSDB. PTB e PL registram 90% de governismo segundo o Radar do Congresso. A Rede Sustentabilidade, que registra apenas 36% de apoio ao Governo federal na Câmara dos Deputados é a sigla menos governista entre os partidos da aliança liderada pela chapa dos trabalhistas com os socialistas na Capital do Ceará, Estado que garantiu seis dos 28 deputados federais eleitos pelo PDT em 2018. Em Recife, João Campos (PSB) e sua vice Isabella de Roldão (PDT) compõem uma aliança ampla que traz, por exemplo, REDE, PCdoB, Solidariedade, Republicanos, PP e PSD. Republicanos e PSD marcam 91% e 90% de governismo, respectivamente. Há forte tendência nos pedetistas de estarem aliados àqueles que, mesmo não integrando oficialmente a base parlamentar do Governo federal, votam muito alinhados com o Palácio do Planalto no Congresso Nacional. Isso se mostra nos dois candidatos a vice-prefeitos que os trabalhistas asseguram ao DEM em Salvador e em São Luís. E mais, o PDT oferece um vice ao PSDB em Natal e apoia a chapa PSDB/Progressistas em Teresina. Em João Pessoa, os trabalhistas são vice na chapa do PV. Em Aracaju, o PDT recebe um vice do PSD numa aliança que agrega, por exemplo, PP e Republicanos, governistas de primeira hora.

O Nordeste é tão importante para o PSB quanto para o PDT, afinal, é a região que mais elegeu deputados de sua bancada. Pernambuco reitera sua importância para os socialistas, quando se registra que, dos 32 deputados federais socialistas eleitos em 2018, cinco são provenientes da terra de Gilberto Freyre. Como já demonstramos, em três capitais, incluindo Recife (PE), a parceria estratégica com o PDT se realiza; no entanto, diferentemente do PDT, a região Nordeste registra três candidaturas socialistas puras em João Pessoa (PB), São Luís (MA) e Natal (RN). E mais, o PSB integrou como vice a chapa liderada pelo PT em Salvador, disputando a Capital da Bahia com a chapa, liderada pelo DEM, na qual o PDT figurava como vice.

A atuação eleitoral do PSB no Nordeste guarda caráter menos pragmático quando comparada ao PDT, sendo a região com maior número de candidaturas puras socialistas. A região também registra variadas estratégias dos pessebistas que vão desde a representação isolada do programa partidário, passam pela composição com aliados históricos e preferenciais e chegam até

a alianças com forças partidárias que atuam de forma oposta ao partido na relação com o governo Jair Bolsonaro. A única aliança em primeiro turno com o PT ficou reservada ao caso baiano. E, ao olhar para Teresina (PI) e Aracaju (SE), registramos o relevante dado que o PSB assegurou vice-prefeitos, respectivamente, ao MDB e ao Cidadania. O MDB apresenta 91% de governismo em sua atuação parlamentar.

O PSB no Sudeste, no Sul e no Centro-Oeste não apresenta candidaturas puras, deixando essa experiência apenas para Palmas (TO) na região Norte. Como já demonstramos, os socialistas realizam sua parceria estratégica com o PDT em duas capitais do Sudeste: São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). Em São Paulo, a aliança do candidato Márcio França contou com partidos que votam de modo mais governista no parlamento, por exemplo, o Solidariedade e o Avante. Em Vitória (ES), os socialistas lideram uma chapa com vice da Rede e compõem aliança com os governistas PROS e PP. Vale registrar que a Rede é o segundo partido que mais oferece vice-prefeitos ao PSB. Em Belo Horizonte, o PSB apoia uma aliança liderada pelo Cidadania em conjunto com outros partidos também governistas.

No Centro-Oeste, os socialistas ou estão reunidos aos seus parceiros preferenciais em Goiânia ou apoiam partidos de atuação governista em Campo Grande. No Sul, o PSB realiza sua parceria preferencial em Porto Alegre (RS), sendo vice de Juliana Brizola (PDT) numa aliança que conta com a Rede. E mais, os socialistas participam da ampla aliança de esquerda em Florianópolis (SC) e apoiam uma chapa de partidos governistas em Curitiba (PR), liderada pelo candidato à reeleição Rafael Greca (DEM). No Norte, as estratégias se reapresentam com chapa pura, participação em alianças governistas em Manaus (AM) e Boa Vista (RR), parceria preferencial com PDT em Macapá (AP) e Rio Branco (AC), contando com a rede na aliança da Capital do Amapá e com partidos governistas na aliança da Capital acreana. Em Belém (PA), o candidato a prefeito pelo PSB recebe um vice do PROS e sua aliança conta com os partidos Avante e Solidariedade.

O PDT e o PSB compõem sua estratégia de participação nas eleições municipais com um grau maior de parceria preferencial e, ao mesmo tempo, maior abertura a composições com partidos de atuação governista na Câmara dos Deputados. As chapas puras e as alianças entre trabalhistas ou socialistas e o núcleo mais genuíno da oposição são menos recorrentes e competitivas. Dessa forma, pedetistas e pessebistas construíram uma participação diversificada nos pleitos das capitais do País em 2020, mas só asseguraram vitórias na

região Nordeste. Para o PSB, ficaram as prefeituras de Recife (PE) e Maceió (AL) e, para o PDT, Fortaleza (CE) e Aracaju (SE). Os resultados reafirmam o caráter marcadamente regional do potencial eleitoral dessas legendas, considerando inclusive a eleição das vice-prefeitas trabalhistas em Salvador (BA) e Natal (RN) e do vice-prefeito socialista de João Pessoa.

As especificidades locais complexificam o processo de centralização para nacionalização partidária. As variações estratégicas do PDT e do PSB alcançaram, em suas alianças, os polos de apoio e de oposição ao governo Bolsonaro.

#### 4. CONCLUSÃO

O campo de ação política das esquerdas nesse pleito municipal se mostrou matizado e refletiu a complexidade própria às estratégias eleitorais. Constatamos que não se realizou nem uma frente ampla oposicionista nem mesmo uma frente de esquerda nas eleições de 2020. No entanto, alianças entre partidos de esquerda foram recorrentes, sendo inaugurais entre PT e PSOL e preferenciais entre PDT e PSB.

As eleições municipais de 2020 se desenrolaram em formas menos lineares devido às especificidades locais e às diferentes trajetórias locais e regionais dos partidos desse campo político. Também foi importante introduzir, na análise das estratégias partidárias, as mudanças nas regras eleitorais com a EC 97/2017 aplicadas no pleito em foco. As coligações, antes permitidas para todos os cargos, se restringem agora somente às disputas ao Poder Executivo. A apresentação de candidaturas majoritárias é impulsionada como um meio de fortalecimento da disputa por postos no Legislativo Municipal. Nesse sentido, o não registro de uma frente ampla oposicionista em nível nacional não significa a fragmentação em absoluto dos partidos de esquerda. Isso questiona certo clamor por unificação que precisa considerar os esforços necessários para a sobrevivência e reprodução partidária, as relações intrapartidárias e as dinâmicas locais de cada legenda.

Os dados trabalhados aqui apontaram o ineditismo das alianças entre PT e PSOL em campanhas municipais, a evidente parceria entre esses partidos de esquerda para composição de chapas eleitorais nas capitais do país e as dificuldades de uma possível frente ampla presentes nas fraturas da ação parlamentar oposicionista. As alianças inauguradas pelas legendas no período eleitoral sinalizam as articulações para ação parlamentar pós-eleitoral e até mesmo uma possível aproximação para construir uma liderança de esquerda competitiva para as eleições gerais. O PSB e o PDT se mostraram dispostos

a alianças com partidos da oposição de esquerda e com legendas governistas de direita. Os pessebistas, contudo, agem pragmaticamente, mas também atentos à coerência ideológica. Os pedetistas possuem estratégias mais pragmáticas, participando de alianças com variados espectros políticos que apresentam expectativa de vitória. Socialistas e trabalhistas convergem ao traçar suas estratégias considerando especificidades locais com mais atenção.

Observamos que a construção das candidaturas não se encerra naquilo que as regras constituem. As alianças no campo das esquerdas enlaçam dimensões pragmáticas e programáticas de forma complexa e demandam uma agenda de pesquisa específica sobre atuação destes partidos como oposição parlamentar em exercício de mandatos. Nesta perspectiva, pontuamos que cada eleição tem um histórico e um contexto que precisam ser observados. Isso significa dizer que há diferentes dimensões a compor as decisões de estratégias como os aspectos conjunturais, históricos, programáticos e pragmáticos.

Na análise das estratégias das oposições de esquerda para as eleições municipais de 2020, reconhecemos que o pragmatismo impulsionado pelos incentivos institucionais conduziu parte das estratégias eleitorais. Atestamos que houve incentivo institucional para a apresentação de candidaturas majoritárias como um meio de fortalecimento da disputa por postos no Legislativo Municipal e, ademais, a visibilidade dos partidos de esquerda em primeiro turno é uma forma de alicerçar a identidade programática e situar o eleitor no posicionamento da legenda frente à conjuntura política de oposição governamental. A eleição municipal, de certa forma, aponta tendências possíveis para as eleições gerais. Nesse sentido, a inegável disputa pela liderança partidária do campo das oposições, em certa medida, se torna eixo condutor de coalizões eleitorais.

A formulação de Jairo Nicolau (2020) a respeito da centralidade do PT na organização dos partidos no Brasil pós-redemocratização e a construção *pari passu* do sentimento antipetista, ou melhor, do antipetismo como fenômeno frequente nas disputas políticas nacionais e como uma posição eleitoral crescente desde 2005 (Samuels & Zucco, 2018) reintroduz a temática da aversão ao PT ao buscarmos significação para a divisão das esquerdas e a dificuldade de estarem em aliança para além desse campo político. Essa discussão bem caberia em trabalho vindouro. Este, no entanto, se encerra aqui.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abranches, S. (2018). *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. Editora Companhia das Letras.

Caetano, G. (2020, 12 de março). PDT e PSB se unem em frente antipolarização. *O Globo*. Recuperado de: <https://oglobo.globo.com/brasil/pdt-psb-se-unem-em-frente-antipolarizacao-visando-prefeituras-de-varias-capitais-24300865> .

Diário de Pernambuco. (2018, 17 de julho). Pesquisa aponta empate técnico para governo de PE nas eleições. *Diário de Pernambuco*. Recuperado de: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2018/07/empate-tecnico-na-corrida-eleitoral.html>

Fleischer, D. (2007). Os partidos políticos. In: Avelar, L., & Cintra, A.O. (Orgs). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução* (pp. 249-283). Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora UNESP.

G1. (2020, 05 de outubro). Pesquisa Ibope em Florianópolis. *Portal de Notícias G1 SC*. Recuperado de: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2020/noticia/2020/10/05/pesquisa-ibope-em-florianopolis-gean-loureiro-44percent-angela-amin-15percent-pedrao-9percent-professor-elson-7percent.ghtml>

Krause, S.; Dantas, H., & Miguel, L. F. (Orgs.). (2010) *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. São Paulo, Rio de Janeiro: Unesp e Fundação Konrad Adenauer.

Krause, S., & Godoi, P. (2010). Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. In: Krause, S.; Dantas, H., & Miguel, L. F. (Orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira* (pp. 41-90). São Paulo: Ed. Unesp

Krause, S., & Godoi, P. (2012). Estratégias coligacionistas dos partidos de esquerda no Brasil: Uma análise das eleições para governadores (1986-2010). *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 12(2), 262-297.

Krause, S.; Barbosa, T. A. L., & Fagundes L. G. (2020). Novos partidos nas capitais brasileiras: o que pode significar o fim das coligações proporcionais?. *Cadernos Adenauer: Eleições Municipais e os desafios de 2020* (pp. 119-146), 21(2), Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

Limongi, F., & Vasselai, F. (2016). *Coordenando candidaturas: coligações e fragmentação partidária nas eleições gerais brasileiras*. 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Belo Horizonte, Brasil.

Machado, C. (2017) Coligações revisitadas: metodologias e encruzilhadas. In: Miguel, L. F., Krause, S., & Machado, C. *Coligações e disputas eleitorais na Nova República: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso* (pp. 39-60). Konrad-Adenauer Stiftung; Editora Unesp.

Melo, C. R. (2007). Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: Melo, C. R., & Sáez, M. A. *A democracia brasileira: balanço e*



*perspectivas para o século 21* (pp. 267-302). Editora UFMG.

Miguel, L. F. (2010). Os partidos brasileiros e o eixo “esquerda-direita”. In: Krause, S.; Dantas, H., & Miguel, L. F. (Orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira* (pp. 31-40). São Paulo, Rio de Janeiro: Unesp e Fundação Konrad Adenauer.

Miguel, L. F. (2017). Coligações em eleições proporcionais e o sentido da representação política. In: Miguel, L. F., Krause, S., & Machado, C. (Orgs.). *Coligações e disputas eleitorais na Nova República: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso* (pp. 21-38). Konrad-Adenauer Stiftung; Editora Unesp.

Miguel, L. F., Krause, S., & Machado, C. (2017). *Coligações e disputas eleitorais na Nova República: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso*. Konrad-Adenauer Stiftung; Editora Unesp.

Miranda, G. (2013). Coligações eleitorais: tendências e racionalidades nas eleições federais e majoritárias estaduais (1990-2010). *Revista de Sociologia e Política*, 21(47), 69-90.

Nicolau, J. (2003). A reforma política e os pequenos partidos. Hermanns, K., & Moraes, F. *Reforma política no Brasil: realizações e perspectivas* (pp. 11-18). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.

Nicolau, J. (2020). *O Brasil dobrou à direita: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar.

Observatório do Legislativo Brasileiro. (2020a). A produção da Câmara frente ao Coronavírus. *Observatório do Legislativo Brasileiro*. Recuperado de: <https://olb.org.br/a-producao-da-camara-frente-ao-coronavirus/>.

Observatório do Legislativo Brasileiro. (2020b). Como votaram os congressistas no primeiro ano do governo Bolsonaro?. *Observatório do Legislativo Brasileiro*. Recuperado de: <https://olb.org.br/como-votaram-os-congressistas-no-primeiro-ano-do-governo-bolsonaro/>.

Panbianco, A. (2005). *Modelos de partido: Organização e Poder nos Partidos*. Martins Fontes. São Paulo.

Peres, P., & Bezerra, G. (2020a). Oposição Parlamentar: conceitos e funções. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 110, 247-298.

Peres, P., & Bezerra, G. (2020b). Presidencialismo, Governabilidade e Oposições Parlamentares: uma análise crítica da literatura comparada. *Caderno CRH*, 3, 1-23.

Peres, P., & Lenine, E. (2017). Uma abordagem ecológica das coligações eleitorais. In: Miguel, L. F., Krause, S., & Machado, C. *Coligações e disputas eleitorais na Nova República: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso* (pp. 61-92). Konrad-Adenauer Stiftung; Editora Unesp.

Rodrigues, F. (2018, 26 de junho). Anastasia tem 27% e lidera com folga disputa pelo governo de Minas Gerais. *Poder 360*. Recuperado de: <https://www.poder360.com.br/poderdata/anastasia-tem-27-e-lidera-com-folga-disputa-pelo-governo-de-minas-gerais/>.

Samuels, D., & Zucco, C. (2018) *Partisans, antipartisans, and nonpartisans: Voting behavior in Brazil*. Cambridge University Press.



Silva, L. E. G. (2020). A proibição das coligações nas eleições proporcionais: três possíveis efeitos. *Cadernos Adenauer*, 21(2), 147-162.

Vieira, M. P. (2011). *O Poder Legislativo no Ceará: Geografia do voto e ação política na Assembleia Legislativa*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

# 03. ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020: “NOVA NORMALIDADE” REJEITA O EXTREMISMO RELIGIOSO BOLSONARISTA OU ACOMODA O CONSERVADORISMO CONFSSIONAL?<sup>1</sup>

Marcelo Ayres Camurça<sup>2</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

A imprensa especializada e os analistas políticos registraram nas eleições municipais de 2020 uma ampla vitória dos partidos de centro e da direita moderada. (por exemplo, nas capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, etc.)<sup>3</sup>. Da mesma forma constatou-se uma derrota da extrema direita apoiada pelo presidente Bolsonaro. E, apesar do êxito em algumas capitais, não foi a esquerda que deu a tônica destas eleições<sup>4</sup>.

Como esta nova conjuntura se refletiu na presença pública e política das forças religiosas evangélicas e católico-carismáticas, base eleitoral do projeto

---

1 Agradeço a Emerson Giumbelli pela leitura generosa e comentários a este texto, a Cristina Vital as informações sobre a pesquisa do ISER, a Álvaro Nascimento a revisão ortográfica e gramatical do texto. Agradeço ainda a Emerson Silveira as orientações sobre como empregar algumas referências bibliográficas e a Péricles Andrade as informações sobre a realidade religiosa em Aracaju e no Nordeste.

2 Antropólogo, professor Titular aposentado do Departamento de Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente professor convidado nesta universidade. Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em História Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (2019-2021). Bolsista de Produtividade CNPQ 02. Foi professor visitante da Universidade Estadual do Ceará (UECE) no Programa de o Pós-Graduação em Sociologia durante o ano 2018.

3 O PSDB ganhou em São Paulo, em Natal, Palmas e em Porto Velho. O DEM ganhou no Rio, Florianópolis, Curitiba e em Salvador. O MDB ganhou em Porto Alegre, Teresina, Boa Vista, Goiânia e Cuiabá. O PSD em Belo Horizonte e o PP em João Pessoa. E ainda se verificaram vitórias de partidos pequenos e médios vinculados ao “Centrão” em mais quatro capitais, afora as menções ao PSD e PP aqui feitas com relação a vitória de candidatos tidos como moderados e administradores: Alexandre Kalil e Cícero Lucena. Fonte: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-29/eleicoes-2020-resultados-do-2-turno-das-capitais-do-brasil.html>

Acesso em 18/02/2021

4 A esquerda e centro esquerda venceram em Recife e Maceió com o PSB, em Fortaleza e Aracaju com o PDT e em Belém com o PSOL. Fonte: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-29/eleicoes-2020-resultados-do-2-turno-das-capitais-do-brasil.html>

Acesso em 18/02/2021

bolsonarista? Como ficaram os famosos 30% de apoio religioso evangélico conservador sistemático que fizeram a diferença na vitória de Bolsonaro em 2018? Como se posicionaram os grandes protagonistas das *mega churches*, fiéis aliados de Bolsonaro?: Silas Malafaia da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Edir Macedo da Igreja Universal do Reino de Deus, R.R. Soares da Igreja Internacional da Graça de Deus, Manoel Ferreira e José Wellington das Assembleias de Deus (Ministério Madureira e Belém), Robson Rodovalho da Sara Nossa Terra e o deputado Marcos Feliciano dos Gideões Missionários, etc.

Como primeira constatação, ainda com o evento relativamente recente, avalio que essas forças não alcançaram a mesma convergência que lograram em 2018 na vitória presidencial de Bolsonaro. Estas se dispersaram por mais de um candidato e algumas, como a Igreja Universal, experimentaram o mesmo insucesso que a extrema direita derrotada, como um de seus componentes ou encarnando a própria candidatura. No caso, as candidaturas fracassadas de Celso Russomano em São Paulo e Marcelo Crivella no Rio, expressando os casos mais emblemáticos desta derrota política evangélico-pentecostal, como expressão da extrema-direita bolsonarista, em cidades “vitrines” da política nacional.

Portanto, na razão inversa da concentração e explicitação de um *ethos* religioso conservador e reacionário em torno de Bolsonaro, que ocorreu nas presidenciais de 2018, observou-se que, no caso do pleito municipal de 2020, aconteceu uma fragmentação e dispersão do voto evangélico no país, que não resultou para muitos destes, necessariamente, perdas eleitorais e de representatividade, como pretendo demonstrar.

Adianto que, para mim, os esquemas partidários do vasto e diferenciado conjunto das *denominações* evangélico-pentecostais, escolheram, às vezes, caminhos eleitorais divergentes, mas principalmente costuraram alianças com a direita moderada e o centro que venceram os pleitos. Com isto, terminaram ajudando a *debacle* das principais candidaturas firmadas com o timbre evangélico-pentecostal da Igreja Universal, ancoradas em um discurso de crescente afinidade com o bolsonarismo. Como consequência destas alianças, penso que os que não se comprometeram, nestas eleições em particular, com estas candidaturas chanceladas por Bolsonaro, garantiram para si um lugar mais confortável e expressivo nas prefeituras e vereanças espalhadas pelo Brasil.

É fato, como se verá adiante, que nas capitais dos estados da federação também outras candidaturas denominadas evangélicas não tiveram sucesso. Aqui porém, considero que dado o estilo e finalidade destas eleições: muni-

cipais, há que se avaliar que candidaturas de evangélicos – apoiadas por estas igrejas e com compromissos com elas – não foram tomadas de forma tão explícita como candidaturas “evangélicas”, como já aconteceu com Iris Rezende nos anos 1980, ou mesmo com Garotinho nos 1990/2000 que possuíam um componente evangélico, mas não só. E também, pelo fato de seus candidatos serem evangélicos, isto não fez destas – algumas sim, muitas outras não – candidaturas bolsonaristas. Mesmo aquelas que acentuaram o tom moralista conservador contra o que atribuíam ser à “esquerda” dissolvente dos bons costumes dos governos PDT/PT, como a do capitão Wagner em Fortaleza, nelas parece ter havido uma atitude evasiva em relação ao apoio do presidente Bolsonaro. Vale dizer, para este caso, que, apesar da derrota, Capitão Wagner se credenciou como uma liderança<sup>5</sup> dentro da cidade, formando inclusive uma robusta e expressiva bancada de oposição “militar-religiosa-conservadora” na Câmara de Vereadores.

O que este processo de 2020 atestou de uma forma geral nas candidaturas majoritárias às prefeituras foi um grau de pouca visibilidade e/ou de baixa exposição pública das características evangélico-carismáticas em termos de valores e de moral conservadora, isto em proveito de uma postura mais ampla, concentrada nos temas maiores do planejamento urbano, segurança, saúde e educação atinentes às esferas dos municípios. Ao passo que na base, nas candidaturas a vereadores, a chamada “pauta moral conservadora” tenha sido mais agenciada pela sua proximidade às comunidades evangélicas particulares.

## **2. ESBOÇO DE UM PRIMEIRO OLHAR ANALÍTICO SOBRE AS FORÇAS RELIGIOSAS NO QUADRO PÓS-ELEITORAL DE 2020**

Os balanços iniciais do resultado destas eleições municipais indicam algumas tendências. Segundo Magali Cunha, dos 311 candidatos às prefeituras das capitais, 67 (21,5%), se identificavam como *religiosos*: 39 como evangélicos (58,2%), 13 como católicos (19,4%), 9 como cristãos (13,5%), 2 espíritas (3%) e um judeu (1,5%). Ou seja, uma predominância evangélica (Cunha, 2020), o que só fez confirmar a presença desta força religiosa, já consolidada na política (devido a sua presença social), que na tipologia de Burity, este chamou de “via

---

<sup>5</sup> No que se refere ao resultado eleitoral, é possível estabelecer uma semelhança da candidatura do Capitão Wagner com outra antípoda candidatura à esquerda, como a de Guilherme Boulos do PSOL em São Paulo, que apesar de derrotada pelo PSDB saiu muito fortalecida das urnas.

político-eleitoral pentecostal” (2018:34) ou de “elite parlamentar evangélica”<sup>6</sup>(2018:44).

De um modo geral, houve perdas e ganhos, se levarmos em conta a obtenção de poder político pelas estruturas conservadoras evangélico-pentecostais associadas aos esquemas partidários maiores. Da mesma forma, ao se pensar em escalas de municípios com menor ou maior densidade eleitoral, os resultados de êxito ou insucesso parecem corresponder - ainda que, com alguns diferenciais - a esta proporção.<sup>7</sup>

Em um conjunto de municípios sem tanta concentração populacional, segundo Mariano, o partido Republicanos – *grosso modo* identificado com a Igreja Universal<sup>8</sup> e com o bolsoranismo - como que compensando as derrotas em São Paulo e no Rio, dobrou o número de prefeitos de 106 para 211, elegeu 2.604 vereadores, 60% a mais que em 2016. Em cidades de médio porte como Vitória e Campos elegeu prefeitos e até na megalópole do Rio ainda que, com a derrota de Crivella, formou uma bancada de 7 vereadores (Mariano 2021). Já o Partido Social Cristão, que reúne tradicionalmente o conservadorismo ligado a Assembleia de Deus<sup>9</sup> (Tadvald, 2015:272), mesmo com a prisão

---

6 Para Burity, “os evangélicos’, nome para uma aliança (...) de protestantes conservadores, capitaneada por líderes pentecostais optaram por uma estratégia de *representação eleitoral autônoma* (corporativa) que foi (...) participando como tal (ou seja, como grupo religioso) em negociações de coalizões, ocupando diferentes partidos, buscando controlá-los (... no caso da IURD com o PR/PL e da Assembleia de Deus com o PSC (...) mas também criando novos partidos e dirigindo-os (casos da IURD com o PRB [hoje Republicanos]” (2018:36). Numa visão mais “estrutural” da “regulação do religioso” no Brasil, Giumbelli atesta “a força demonstrada pelos evangélicos” na sociedade, através de “programas religiosos ocupando extensos horários em canais de televisão” e “mais recentemente, referências evangélicas” se expandem, com “a proliferação, em praças públicas, de monumentos à Bíblia e, em calendários oficiais, com datas alusivas ao protestantismo” (2018:512).

7 No seu estudo sobre as eleições presidenciais de 2018, Jairo Nicolau criou um gradiente, com cinco tipos de municípios, que ia daqueles com “até 20 mil habitantes” até aos com “500 mil habitantes ou mais”. Os de 20 mil perfaziam um total de 3.914 e os de acima de 500 mil habitantes eram 38 municípios. Ele frisa essa assimetria da distribuição da população brasileira pela extensão de seu território, com a seguinte frase: “um número expressivo de brasileiros reside em poucas cidades. Em contraste, existem milhares de cidades habitadas por um pequeno número de pessoas (Nicolau, 2020: 112-113)

8 Para Tadvald o PRB - hoje o Republicanos – nas eleições de 2014 funcionava como a “legenda *par excellence* da IURD” (2015:272). Segundo “o cientista político Cláudio Gonçalves Couto (...) 55% da Executiva Nacional do PRB e 85% dos dirigentes estaduais são ligados à Igreja Universal na condição de fiéis, obreiros e pastores” (Gutierrez, 2015:50)

9 Analisando as eleições de 2014, Marcelo Tadvald afirma que o “PSC do candidato Pastor Everaldo, conta entre filiados com membros das Assembleias de Deus e de outras igrejas evangélicas como a do Evangelho Quadrangular”. Já o PR concentrou a candidatura do Senado e à Câmara de membros das Assembleias de Deus, Igrejas Batista e Presbiteriana” (2015:272).

do seu Presidente Pastor Everaldo em agosto de 2020 em meio as eleições municipais, conseguiu aumentar seu número de prefeituras de 86 para 115 (Mariano 2021). Neste particular, haveria que se averiguar mais, caso a caso, se cada vitória nos municípios destes partidos (Republicanos e PSC) identificados como de influência da Igreja Universal e Assembleia de Deus, se deveu diretamente ao esquema religioso-partidário ou se à presença na legenda de esquemas políticos locais, de grupos e oligarquias regionais estabelecidas há longo tempo. Ou ainda, no sentido que vou desenvolver neste capítulo, mediante alianças e duplas-pertenças entre estes dois segmentos

Ao analisar o fenômeno eleitoral numa escala maior, a das metrópoles capitais dos estados, as candidaturas ditas evangélicas só tiveram sucesso em Campo Grande com Marquinhos Trad do PSD e membro da Igreja Evangélica Atos de Justiça e com David Almeida do Avante em Manaus. Chegaram ao 2º turno em seis outras capitais (Rio, Fortaleza, Belém, Cuiabá, Goiânia e Maceió) todavia, sem conseguir a vitória.

Coerente com o que disse acima, seria necessário também averiguar mais em cada uma destas candidaturas as porções de conteúdo religioso evangélico-pentecostal e/ou de pertencas a linhagens políticas tradicionais da religião, às corporações militares, de grupos econômicos regionais ou locais, etc., na composição de cada uma delas. Assumo, porém, a hipótese de que uma porcentagem destas candidaturas foi vista com um considerável teor “evangélico” – que foram defendidas como tal, ou acusadas de ser, pelos seus adversários – o que ficou mais evidente no caso daquelas patrocinadas pela Igreja Universal no Republicanos, as de Crivella e Russomano, mas que nas outras seis que perderam no 2º turno, pode ter ocorrido o mesmo. Com base nesta constatação, me proponho a problematizar, em seguida, a condição e propensão para um insucesso de candidaturas religiosas em 2º turno.

De fato, em um 2º turno, uma candidatura religiosa majoritária (evangélica) padece do *dilema*, já analisado por Mariano e Oliveira (2009) entre o representar o universo social geral dos cidadãos ou os membros de sua comunidade de fé. E isto é sempre explorado pelos seus opositores. Vital da Cunha, Lopes e Lui mostraram como nas disputas eleitorais de Marcelo Crivella (bispo licenciado da Igreja Universal e candidato algumas vezes ao governo do Estado do Rio de Janeiro e à prefeitura da cidade do Rio), seus concorrentes políticos laicos, assacaram contra ele acusações de ser instrumento de um “projeto de poder de uma seita expansionista que compra redes de rádio e TV no Brasil e no exterior” e de utilizar “crentes como militantes

[para] gasta[r] fortunas nas eleições para eleger a sua bancada *separatista*” (Vital da Cunha, Lopes & Lui, 2017: 100-102, Grifei). E de se constituir em “um perigo para o *Estado*” (Vital da Cunha, Lopes & Lui, 2017: 107, Grifei). Aqui, o que é explorado enquanto forma de advertência é o risco de se levar para o domínio público “projetos de poder”<sup>10</sup> religiosos escudados em comunidades específicas, acrescido do fato das suspeitas de corrupção e exploração da credence popular, que pairavam/pairam sobre a Igreja Universal.

A questão é que para viabilizar candidaturas que visam representar um grupo religioso com uma mensagem corporativa e de cunho moral para ganhar espaço para sua corrente religiosa em um partido político mais amplo, é preciso emular esta sua base eleitoral de “crentes” com o discurso que a mobiliza, do qual depois fica difícil relativizar, quando a candidatura almeja horizontes maiores, como governar um município ou um estado. Por isso, o ideal de 2º turno eleitoral, para uma estrutura político-religiosa assentada em um eleitorado fiel de adeptos, é quando esta se encontra numa posição de suporte de uma candidatura majoritária de políticos *tout court*, e aí consegue cumprir o papel de “fiel da balança” e se beneficiar desta condição (como irei desenvolver à frente, a partir da colocação de Ricardo Mariano).

Uma candidatura a posto majoritário por candidatos ditos evangélicos é sempre um jogo sutil, de deixar mais reservado ou mais explícito o nível do religioso em relação ao político-administrativo, onde o segundo só é acionado em diferentes momentos do processo eleitoral e de acordo com as circunstâncias. O candidato com estas duas pertencas vai se equilibrando na apresentação de sua *persona* política, revelando uma faceta para a grande faixa dos cidadãos do município e ocultando de sua comunidade religiosa, e vice-versa. Almeida afirma que o bispo e Senador/Prefeito Crivella nas favelas “ênfatisou o empreendedorismo sem falar de religião, enquanto que nas igrejas pregava o empreendedorismo sem falar de política” (2017).

Aqui, o cálculo político e o envolvimento religioso funcionam como duas faces de um mesmo *ethos*,<sup>11</sup> ambos portadores de identidade e comuni-

10 Em artigo a revista *Religião e Sociedade*, exploro a ideia de que a Igreja Universal teria um auto atribuído “projeto de poder” (2020:43-66)

11 Em entrevista Christina Vital comentando medidas extremamente conservadoras de Crivella enquanto prefeito do Rio: de proibição de exposição arte gay, o Queermuseum, ou de mandato de apreensão de livro que mostrava um beijo Gay na Feira Nacional do Livro, ela falava de um “cálculo político” mais que da “vinculação religiosa” do prefeito, como motivação destas decisões. No caso, a busca de apoio do setor conservador do eleitorado. “Há cálculo político nas afirmações de Crivella” afirma Christina Vital em entrevista”. Heinrich Böll Stiftung. 01/11/2018. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2017/11/01/ha-calculo-politi->

cantes entre si, quanto se trata do tipo “político eleitoral pentecostal” (Burity, 2018). Magali Cunha analisou que nas eleições de 2020, a “pauta moral” dos temas relativos a sexualidade, a defesa da família tradicional, só foi mobilizada nos momentos “de baixa avaliação da campanha”. Segundo ela, no geral, os candidatos evangélicos à prefeito concentraram-se nas questões internas dos municípios, “sem a invocação da Bíblia”. (Cunha, 2020).

Então, o que se constatou neste pleito de 2020 diferindo do de 2018<sup>12</sup>, foi o não alinhamento de muitas igrejas evangélicas conservadoras ao extremismo bolsonarista. Os dois grandes ramos da Assembleia de Deus (Ministério Belém e Madureira) no município de São Paulo apoiaram o candidato do PSDB, Bruno Covas, em detrimento do candidato da Universal, Celso Russomano, do Republicanos, este conhecido como “o candidato dos evangélicos”. Segundo Mariano, Covas obteve o apoio destas igrejas pentecostais logo no 1º turno das eleições. Com medidas - como a resolução para a aprovação “de isenção de IPTU a templos” e a adoção “do lema ‘força, foco e fé’ na campanha” - ele deslocou o que se supunha como a preferência dos segmentos evangélicos pela candidatura Russomano vinculada à Igreja Universal (Mariano, 2021)

Na cidade do Rio de Janeiro, a Assembleia de Deus não apoiou a candidatura Crivella à reeleição, tampouco o fez Silas Malafaia com sua “Assem-

---

co-nas-afirmacoes-de-crivella-afirma-christina-vital-em-entrevista Acesso em: 15 fev, 2021. Eu, em artigo que analisava o papel dos evangélicos na política e nas eleições presidenciais de 2018, avaliava que, neste caso, funcionavam as duas lógicas, “cálculo político” sim, mas também uma visão com orientação religiosa, principalmente para atender a comunidade evangélica a que Crivella estava vinculado (Camurça, 2019)

12 Não, porém, em relação aos anos anteriores quando sempre houve divisões no campo evangélico-pentecostal no apoio a candidaturas para eleições majoritárias. Por exemplo: em 1994 o candidato evangélico Francisco Rossi do PDT, à prefeitura de São Paulo não contou com o apoio da Igreja Universal, que preferiu apoiar Mário Covas do PSDB (Mariano, 1999:92). Ou nas eleições presidenciais de 2010, quando José Serra do PSDB teve o apoio de Silas Malafaia da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, dos dirigentes da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (Belém), da Igreja Mundial do Poder de Deus e da Bola de Neve e Dilma Roussef do PT, o apoio de Manoel Ferreira da outra Convenção das Assembleias de Deus de Madureira (CONAMAD), da Igreja Universal do Reino de Deus de Macedo e Crivella, da Sara Nossa Terra de Robson Rodovalho (Mariano e Oro, 2009: 24-37). Isto parece demonstrar que atípica foi a eleição de 2018, assim como, a capacidade de Bolsonaro unificar todas as correntes evangélico-pentecostais em torno de si - o que redobra a aposta sobre se ele mantém a aliança. No caso destas eleições municipais de 2018, ele não logrou êxito, seu resultado foi pífilo, mas há que considerar as características desta eleição onde o que prevalece são os interesses locais. No entanto ao longo dos seus 3 anos de governo, ele tem conseguido manter o apoio fiel deste segmento religioso - os famosos 30% - percentual considerado como o mais “resiliente” na aprovação incontestemente a Bolsonaro.



bleia de Deus Vitória em Cristo”, ele, desafeto da Universal de longa data<sup>13</sup>, no caso, reflexos das competições por adeptos dentro do meio evangélico. Aqui, mais um exemplo de como as disputas mais específicas do chamado “campo religioso” se estendem para o “campo” da política<sup>14</sup>. Também, nesta eleição de 2020, Crivella e a Igreja Universal não conseguiram sustentar o apoio do conjunto do voto evangélico-pentecostal angariado nas eleições de 2016, quando no 2º turno estabeleceu uma trégua com seus concorrentes da Assembleia de Deus e outras denominações e apresentou-se diante da população evangélica, como a opção cristã, oponente ao candidato de esquerda e “ateu”, Marcelo Freixo, do PSOL<sup>15</sup>. É curioso notar que naquela estratégia exitosa de 2016, para representar a média evangélica conservadora, Crivella faz uma inflexão no discurso e prática, até então característico dos políticos da Universal, marcado mais pelo pragmatismo e flexibilidade do que pelo apego a uma moral rígida dos pentecostais tradicionais.<sup>16</sup> E a partir daí a gestão do PRB, depois

---

13 Nas eleições para o governo do Estado do Rio de 2014, em debate público, Malafaia questionava a candidatura Crivella como defensora dos interesses privados da Universal: “o Pastor Silas Malafaia (...) perguntou ao candidato: ‘Se vocês não consideram nem seus irmãos de fé, como é que as pessoas de outros segmentos religiosos vão acreditar em você, já que obedece [só] às ordens do Bispo Macedo?’” (Vital da Cunha, Lopes & Lui, 2017:104).

14 É possível pensar o conceito de “campo” (religioso) em Bourdieu como um modelo teórico para melhor compreender os jogos e relações de saber/poder internas entre adeptos, clérigos e instituições religiosas (1978:27-78). O próprio Bourdieu, todavia, em “La dissolution de lo religioso” na obra “Coisas Ditas” (1988: 102-107) relativizou a integralidade do conceito, ao mostrar que diversos agentes internos do “campo religioso” moderno transbordavam o mesmo, como os *personal* terapeutas, cuidadores do corpo new agers, a quem não se saberia dizer se pertencem a uma esfera religiosa, esportiva ou terapêutica. Paula Montero em artigo à Religião e Sociedade, também critica a “dimensão estrutural do conceito” que não consegue “dar conta das muitas dimensões do secularismo moderno” (2016). De igual modo, para o caso da intervenção religiosa no espaço político e público, Burity também critica a ideia de se tomar a religião atinente e vocacionada a um ambiente específico. E quando estivesse fora dele, ou seja, no espaço público, fosse considerada “estruturalmente externa” a este e que “adentra” nele (2018:50-51)

15 Na verdade, em 2016, a candidatura Crivella se beneficiou de uma conjuntura particular. Nesta os tradicionais partidos de centro, como o PMDB, se encontravam com a reputação arrasada pela chamada Operação Lava-Jato: o ex-governador e presidente da Assembleia presos. Aqui, novamente para o argumento que desenvolvo neste texto, revela-se importante o lugar do centro (ou centro direita, direita moderada) como diferencial. Neste quadro, de falta de uma opção à direita ou ao centro e de polarização da sociedade local, Crivella conseguiu amearhar entre os setores conservadores do município os votos necessários para derrotar o candidato da esquerda, Marcelo Freixo, a outra opção no 2º turno destas eleições.

16 Machado e Mariz já apontavam em 1998 a abertura da Universal para os temas do “sexo seguro”, da “contracepção” e o aborto em “caso de estupro” e de “anomalia fetal”, convidando “especialistas” e “membros de movimentos civis” para seus programas televisivos para debater

Republicanos, expressão da Igreja Universal, passou a se posicionar cada vez mais dentro de um espectro moral conservador<sup>17</sup>.

No 2º turno de 2020, ante a iminência da derrota, a campanha Crivella ainda tentou sem sucesso “demonizar” a candidatura de Eduardo Paes do DEM (Mariano, 2021), naquele estilo, de acionar uma pauta moral com acusações ao adversário, classificando-o como um agente do “mal”. Como lembrou Magali Cunha, expediente utilizado sempre nos momentos de crise na campanha (Cunha 2020). E este, sem dúvida, era o caso. Entretanto, prevaleceram os interesses comuns e as boas relações da candidatura Eduardo Paes em relação à Assembleia de Deus, e vice-versa, e desta vez o “pânico moral” não pespegou nos membros e área de influência da Assembleia, quando sua cúpula eclesiástica blindou o candidato que apoiava destas acusações. Além disso, a gestão de Crivella já acumulava um passivo de descrédito, mesmo no meio evangélico. Como afirmou Mariano, a derrota de Crivella “deveu-se à sua desastrosa administração municipal, rejeitada por 40% dos evangélicos” (2021)

Se afirmo, então, que as forças evangélico-pentecostais aliadas do bolsonarismo, como as da Igreja Universal, perderam força nestas eleições, isto não significou automaticamente que evangélicos-pentecostais como um todo foram derrotados eleitoralmente, nem que sua disseminação por entre partidos políticos (antagonistas da extrema direita bolsonarista) significou enfraquecimento próprio. Em muitos aspectos a multiplicidade, diferenciações e tensões internas já fazem parte do “campo religioso evangélico-pentecostal” que convive com estranhamentos e clivagens entre suas inúmeras confissões. Em capítulo para um compêndio sobre o panorama religioso no Censo de 2010, eu já comentava que, acompanhando o significativo e constante crescimento dos evangélicos, havia uma acirrada competição interna. Esta se explicitava nas disputas entre a Igreja Mundial do Poder de Deus do apóstolo Waldomiro Santiago e a Igreja Universal do Reino de Deus ou nos conflitos

---

esses temas (1999:21-44) Almeida analisando a atuação da bancada evangélica no Congresso durante o ano 2015, afirma que “diferente da Assembleia de Deus, a Igreja Universal é menos propositiva em questões morais” (2017)

17 Declarações de Crivella, como prefeito, como aquela “só vamos vencer essa crise com mudanças de costume” através de “princípios morais cristãos da civilização ocidental, sugerem um tom semelhante às demais correntes conservadoras evangélicas-pentecostais, das quais a IURD destoava em termos de estratégia. “Não cabe mais político com dimensão carnavalesca, afirma Crivella” *Folha de São Paulo*, 03/03/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/nao-cabe-mais-politico-com-dimensao-carnavalesca-afirma-marcelo-crivella.shtml>

entre o Ministério de Louvor “Diante do Trono” e a mesma Igreja Universal ou ainda os debates acirrados entre Malafaia e Crivella nas eleições de 2010 (Camurça, 2013:77).

O que parece ter ocorrido nestas eleições municipais de 2020 foi uma desvinculação em relação à exclusividade que evangélicos-pentecostais mantiveram em 2018 com candidaturas bolsonaristas de extrema direita e sua distribuição como uma (dentre outras) bases de sustentação de partidos de centro e de direita moderada. E mesmo em candidaturas que conseguiram uma grande convergência das forças evangélico-pentecostais, (também católico-carismáticas) como a do Capitão Wagner em Fortaleza, não houve unanimidade, pois, outros grupos evangélicos apoiaram o candidato de centro-esquerda vitorioso do PDT, José Sarto. Este, por sinal, também evangélico da “Comunidade da Videira”, mas que não ostentou de forma ostensiva essa condição, nem fez dela a bandeira central de sua campanha.

O êxito eleitoral dos partidos e lideranças de direita moderada nestas eleições confirmou a estratégia pragmática corrente dos grupos políticos evangélicos de se aproximar dos esquemas majoritários com viabilidade de chegar ao poder. Isso ficou claro quando o quadro político caminhou da extrema direita para a direita ou ao centro-direita, os evangélicos acompanharam. Aqui, a já conhecida flexibilização de ambos os lados para se acomodarem no mesmo projeto.

Mariano, na sua entrevista à Folha de São Paulo, atribui a um *cálculo utilitarista*, utilizado por parte das lideranças das grandes igrejas evangélicas, a estratégia dos mesmos de obter relevância perante os grandes partidos políticos brasileiros no sentido de viabilizar seus projetos. Segundo o sociólogo, eles estimam que uma união entre a população evangélica tende a ocorrer nos 2º turnos eleitorais, funcionando aí o apelo às questões morais contra os “inimigos do evangelho”. Dentro deste cálculo, “pastores jogam com as hipóteses de que, em disputas acirradas, o eleitorado evangélico pode ser o fiel da balança e de que eles podem orientar esse voto” (2021). Isto produz efeito entre os postulantes a cargos executivos (no caso, prefeitos) e aumenta a credibilidade na força eleitoral destes “caciques denominacionais”<sup>18</sup> (2021)

---

18 Mariano em outra análise já frisava que o “tamanho empoderamento deste grupo religioso só foi possível graças ao fato de que os principais partidos laicos do país, seus candidatos a cargos executivos e seus governantes ter procurado, a cada pleito, estabelecer alianças com e cooptar o apoio eleitoral dos evangélicos” (2011:251).

### 3. CONTINUIDADES, MODULAÇÕES E VARIAÇÕES DO COMPORTAMENTO EVANGÉLICO-PENTECOSTAL NAS ELEIÇÕES DE 2020

O tom de “normalidade” que revestiu as candidaturas da direita moderada (nas suas alianças com o esquema evangélico) ao longo das eleições de 2020 (em distinção com o radicalismo do discurso de extrema direita bolsonarista,) se expressou da seguinte forma. De um lado numa certa secundarização da pauta moralista conservadora, em prol dos assuntos gerais da gestão municipal, quando tratou-se de candidaturas majoritárias. Mas, de outro lado, no esquecimento das grandes urgências e aflições da nossa época, que foram desconsideradas no discurso de campanha destes candidatos. Segundo a(s) pesquisa(s) do ISER sobre as eleições de 2020<sup>19</sup>, o tema da pandemia e suas implicações na população foi pouco problematizado pelos candidatos evangélicos nas plataformas eleitorais – salvo para defender a manutenção dos templos abertos em nome da “liberdade religiosa”, mesmo que provocando aglomerações.<sup>20</sup> Da mesma forma, a questão racial e a violência policial que atingem brutalmente os habitantes (negros) da periferia<sup>21</sup>, a despeito dos casos de assassinato de crianças negras em bairros populares das metrópoles

---

19 A pesquisa do ISER se subdividiu em duas, uma intitulada “Esquerda evangélica nas eleições 2020”, realização do ISER em parceria com a fundação Heinrich Boll, coordenada por Christina Vital Cunha. A outra denominada “Candidaturas evangélicas conservadoras nas eleições 2020” foi coordenada por Livia Reis, sendo uma iniciativa do ISER com apoio da Fundação Ford. Contou também com o apoio de Magali Cunha, Regina Novaes, Ana Carolina Evangelista, Clemir Fernandes como interlocutores preferenciais e com João Luiz Moura, Matheus Pestana e Gabriele Abreu como assistentes de pesquisa.

20 Aqui, sobressaiu o comportamento da cúpula da Igreja Universal, defendendo o fim do isolamento social, a aglomeração nos templos, a defesa imediata da retomada das atividades econômicas e o uso da cloroquina. O próprio bispo Macedo afirmou que se curou da Covid 19 tomando cloroquina e atribuiu a doença a “uma tática de Satanás”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/bispo-edir-macedo-recebe-alta-apos-tratamento-com-cloroquina-contra-coronavirus-diz-universal.shtml>. Da mesma forma, o discurso de Silas Malafaia acompanhou o de Macedo no negacionismo da doença e prescrição de remédios de conteúdo duvidoso, como a ivermectina e vermífugos. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/video-do-pastor-silas-malafaia-engana-sobre-eficacia-da-ivermectina-contra-covid-19-na-africa/>. Causou, porém, estupor, a performance dos membros da Igreja Apostólica do Trono de Deus do “ungido” Agenor Duque, perfilados ao longo de uma avenida no Brás em São Paulo, onde fica a sede da igreja, no auge da contaminação pandêmica, vestidos com sacos de estopa a clamarem pelo “milagre”, se dizendo protegidos da doença por “mandato divino”. Para maiores esclarecimentos sobre esta liderança pentecostal e sua igreja ver Figueiredo, 2018.

21 Informação da pesquisadora Gabrielle Abreu na “live” do ISER “Pesquisas sobre religiões e eleições: trajetórias, experiências e desafios de 2020”. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=ThTe0vhT8\\_Y](https://www.youtube.com/watch?v=ThTe0vhT8_Y)

brasileiras e da mobilização antirracista em escala mundial em protesto pelo assassinato de George Floyd nos EUA pela polícia.

Mas podemos também reconhecer como fazendo parte da “normalidade” evangélica, principalmente nas candidaturas de base a vereança, a continuidade do seu discurso moralista como bandeira política. Mesmo que, desta vez, não se referindo diretamente à radicalidade do bolsonarismo. Estou falando do destaque à defesa da “família”, a “proteção à criança”, “contra a sexualização precoce na infância”, bandeiras eleitorais que têm um apelo forte no cotidiano dos segmentos evangélicos nos bairros populares. Dentre os indicadores já detectados nas pesquisas do ISER, aparece um índice significativo de candidatos jovens, na faixa de 30 a 35 anos, que foram eleitos por meio desta proposta conservadora<sup>22</sup>. De fato, me parece que já há alguns anos, no âmbito da máquina político-evangélico/pentecostal, se configura uma perspectiva de formação política para jovens que emergem na prática social das igrejas. Jacqueline Teixeira fala da experiência de atuação nos Conselhos Tutelares<sup>23</sup> como uma “experiência de iniciação política”, um “laboratório para testar pedagogias eleitorais”. Para ela, neste espaço se dá um “aprendizado sobre o léxico burocrático” visando o trabalho com a “máquina do Estado” (Teixeira, 2021). Na etnografia de Carlos Gutierrez também aparece que é por meio da escola de formação de quadros na “Fundação Republicana”, do PRB, que os jovens egressos da Igreja Universal irão se adestrar no *modus operandis* da prática política, distinta de sua vivência religiosa. Neste espaço de transição entre a igreja e o partido, estes jovens recrutados no meio da Universal irão aprender as noções de *militância*, “chamados a participar de passeatas do partido, audiências públicas, elaboração de políticas públicas, desenvolvimento do PRB em bairros periféricos” (Gutierrez, 2015:58). E a partir daí ocupando “cargos de assessoria de vereadores e deputados” e os mais promissores “sendo lançados como candidatos” (Gutierrez, 2015:51).

Outra característica que emergiu nestas eleições, de maneira cada vez mais substantiva, foi a articulação do esquema partidário evangélico-pentecostal conservador com forças católicas de igual matiz. Pode-se, aqui, constatar a estratégia do que chamamos de um “ecumenismo de direita” (Camurça

---

22 Informação da pesquisadora Gabrielle Abreu na “live” do ISER “Pesquisas sobre religiões e eleições: trajetórias, experiências e desafios de 2020”.Disponível: [https://www.youtube.com/watch?v=ThTe0vhT8\\_Y](https://www.youtube.com/watch?v=ThTe0vhT8_Y)

23 Segundo a antropóloga cerca de 53% dos Conselheiros Tutelares em 2019 em São Paulo são ligados às denominações evangélicas, sendo a maioria da Igreja Universal (Entrevista Teixeira IHU, 2021)

& Zaquieu-Higino, 2021) para a ocupação das Câmaras Municipais das principais cidades do país com base em uma pauta comum de valores tradicionais: contraposição aos direitos de gênero nas áreas da saúde e educação e aos direitos sexuais e reprodutivos. Em Goiânia, a campanha do candidato evangélico a prefeito, Senador Vanderlan Cardoso (PSP) foi coordenada pelo deputado Francisco Júnior, coordenador da Frente Mista Católica no Congresso Nacional (Cunha 2020). Em Aracaju, foi lançada, com o beneplácito do governo Bolsonaro, a candidatura do evangélico Lúcio Flavio Rocha, tendo como vice o missionário católico Davi Calazans<sup>24</sup>. E antecipando estas candidaturas comuns, uma matéria publicada no jornal Estado de São Paulo em 31/01/2018 já dava conta destas articulações entre evangélicos e católicos conservadores visando coligações para disputa eleitoral. Nesta reportagem figurava o depoimento de Paulo Melo (PEN) do Movimento Católico Pró Vida, onde este dizia: “os nossos irmãos evangélicos não são nossos adversários e, na medida do possível estaremos juntos na eleição, os nossos adversários são PT, PSOL, PSTU e PC do B”. E esta mesma reportagem assinalava já para as eleições daquele ano um acordo entre evangélicos e católicos “já selado” em torno da candidatura do “deputado Givaldo Carimbão (PHS) da renovação carismática que receberá o apoio para sua campanha ao Senado”<sup>25</sup>. Porém, como expressão política desta aliança, a inspiração maior destas frentes de candidatos evangélicos-católicos conservadores foi a própria candidatura de Bolsonaro, que aglutinou em 2018 evangélicos e católicos em um projeto conservador com êxito eleitoral (Camurça & Zaquieu-Higino, 2021).

Retornando ao tema das estratégias eleitorais diferenciadas da “via político-eleitoral pentecostal” (Burity, 2018:34), a forma dispersa com que as cúpulas das igrejas evangélico-pentecostais – Igreja Universal, Assembleia de Deus, seus Ministérios e variantes; Evangelho Quadrangular; Sara Nossa Terra; Convenções Batistas; Internacional da Graça de Deus, Mundial do Poder de Deus, etc. - se distribuíram neste processo eleitoral, assegurou uma espécie de “divisão de trabalho religioso”. Em que pese as alianças firmadas com partidos opostos, todos puderam mobilizar o voto de cada uma de suas comunidades religiosas – com maior ou menor grau de êxito - para eleger seus candidatos. A profusão de designações de pastores, apóstolos, diáconos entre os candidatos à vereança ao longo do país, 24% a mais em relação a eleição

---

24 Disponível em: <https://youtu.be/x4xomDh2ZDU> Acesso em 22/02/2021

25 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/coluna-do-estadao/evangelicos-e-catolicos-se-unem-para-eleicao/> Acesso em 22/02/2021

municipal anterior, segundo a pesquisa do ISER, não significou, contudo, a eleição da maior parte destes. Segundo Mariano em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, a “inflação de candidaturas tem efeitos adversos, aumenta a concorrência pelo voto dos irmãos de fé e dispersa o voto” (2021). Mas penso que, como em qualquer grande partido ou grande coligação partidária, o fato de muitos candidatos se lançarem em torno de suas consignas ou ideologia (no caso, a religiosa), isto só atesta a popularidade e pregnância que esta força político-ideológica possui na população.

Por outro lado, a mesma estratégia de disseminação das igrejas conservadoras entre os partidos do nosso sistema político também acarretou mais pluralidade e menos controle das grandes máquinas eclesiais e suas lideranças sobre a decisão de voto dos brasileiros de confissão evangélico-pentecostal. Perguntado sobre a capacidade de controle de um “rebanho eleitoral” por parte dos esquemas políticos das cúpulas evangélicas, o sociólogo Ricardo Mariano respondeu que o conjunto da população evangélica não vive numa “bolha religiosa” e nem age somente com base em sua pertença à igreja, “aliás muitos nem têm tal pertença: cresce o fenômeno dos ‘desigrejados’ no jargão interno” (Mariano, 2021).

E além desta libertação do círculo inclusivo e unanimista do “voto de cajado” que os “desigrejados” conquistaram, estas eleições apontaram para outra novidade, que foi a constituição de candidaturas progressistas e de esquerda no meio evangélico em todas as regiões do país. Estas se corporificaram nos chamados “Coletivos”, como a “Bancada Evangélica Popular” que reuniu jovens negros e LGBTQA+, dos quais o exemplo mais paradigmático foi o da Pastora Trans Alexya Salvador, do PSOL. Estes coletivos veicularam pautas com reivindicações antirracistas (a teologia negra), de gênero (o feminismo negro) e de classe, todos conjugados<sup>26</sup> e expressos nas mídias e redes sociais, como o site Afro Crente, do jovem evangélico pernambucano Jackson Augusto. É importante, contudo, remarcar a considerável desproporcionalidade em termos de recursos humanos e financeiros entre as candidaturas conservadoras provenientes das grandes igrejas evangélico-pentecostais e as candidaturas alternativas dos “Coletivos” de jovens negros, negras e LGBTQA+. Arrisco-me a dizer que estas têm uma proximidade quanto ao estilo com as candidaturas jovens provindas das religiões de matriz afro-brasileiras<sup>27</sup>.

---

26 A Pesquisa do ISER: acompanhou, 67 candidaturas evangélicas em todos países. Destas, 5 candidaturas no Sudeste dos “Cristãos contra o Fascismo” e 4 candidatos de “Coletivos” em 18 cidades e 8 estados.

27 Vide a pesquisa desenvolvida no PPGHS da UERJ, que culminou com o meu texto com a



Outra novidade a se observar, segundo Magali Cunha, é que também no campo da esquerda houve uma confluência entre evangélicos e católicos, expressas na articulação “Cristãos contra o Fascismo”. Ela contabilizou nas candidaturas religiosas à prefeito nas capitais do país sete candidaturas de esquerda, perfazendo um total de 10% do conjunto: 3 evangélicos (PT, PSB, PDT), 3 católicos (PT, PSB, PDT) e uma espírita (PCdoB) (Cunha 2020). Entendo que estas experiências que começam a germinar - do qual as articulações construídas nestas eleições de 2020 são um exemplo - guardam estreita relação com o que Burity chamou de “ativismo ecumênico” na sua confrontação com a “extrema-direita fascista e numerosas formas de conservadorismo centrista” (2020:239). Ecumenismo este, de caráter “inter-religioso”, que o autor reputa estar existindo “para além de suas instituições oficiais” (2020: 241), baseado nas noções de “tolerância”, associada “a reasserções da laicidade do estado”, o que permite “juntar fileiras” da “gente ecumênica com os sem religião” (2020: 241).

Por fim, pelo apresentado, em termos de macro-política, pode-se dizer que ocorreram mudanças em relação aos extremismos de direita ocorridos a partir de 2018 que investiram contra as instituições, o meio ambiente, as condições sanitárias diante da pandemia e a própria democracia, o que especialistas já chamaram de “necropolítica”<sup>28</sup>. Desembocamos, então, no pós eleição de 2020 em uma “nova normalidade”<sup>29</sup> - aonde, ao lado do freio dado na ofensiva bolsonarista e do irromper, ainda que de forma tênue, de articulações de cristãos progressistas - evidencia-se a continuidade de práticas

---

colega Joana Bahia e a doutoranda Camila Fogaça Aguiar sobre o caso da candidatura de “Waguinho Macumba”, jovem liderança negra dos terreiros de Umbanda de São Gonçalo. Essa candidatura marcou presença, mas não obteve êxito eleitoral, inclusive pelas dificuldades de estrutura (financeira) para se expandir (Aguiar, Bahia & Camurça, 2021).

28 Necropolítica se dá quando a decretação da vida pela morte se encontra legitimada. Para Mbembe, a necropolítica não ocorre só por um descaso com a vida humana, mas pela deliberada destruição desta. Não é só deixar morrer, é produzir a morte também. Esse poder de morte corresponde a um elemento estrutural do capitalismo neoliberal de hoje, atuando por meio de práticas e tecnologias de gerenciamento de morte visando certos grupos e populações. MBEMBE, Achile. *Necropolítica*. N-1 edições, 2018.

29 Utilizo o termo adotado pela OMS e infectologistas para caracterizar a situação que está ou vai sobrevir depois da pandemia do Covid 19, como uma analogia - arriscada, admito - com o quadro pós-eleitoral de 2020. A evocação vem por três proximidades: a de que houve uma superação do quadro anterior, mas que a persistência do risco viral acompanha todo o tempo a nova situação e ainda - ideia que desenvolvo na conclusão do texto - que a esta situação de latência pode se acoplar com outros vírus costumeiros, não letais de chofre, mas que vem minando por longa data o organismo do país.



políticas bem antigas de clientelismo e fisiologismo a se repor. Tudo isso em meio às incertezas sobre o recrudescimento dos agravamentos do pós-2018, pois o poder discricionário do governo Bolsonaro continua a pairar constantemente sobre nossa realidade político-social. E quanto aos esquemas partidários evangélico-pentecostais, estes parecem buscar uma acomodação com os sistemas políticos majoritários (com quem sempre tiveram afinidades) para viabilizar seus projetos, sejam eles corporativos ou de valores morais conservadores.

## CONCLUSÃO

A questão que se coloca é que o “novo normal” que se configura alternativo à convulsão da extrema direita bolsonarista provocadora das crises (sanitárias, jurídicas, políticas) de 2018-2019, também atende, e muito, pelo nome de “Centrão”. Esta “máquina” partidária com seu poder inercial de pragmatismo e fisiologismo pode lograr enquadrar até as ações destemperadas de extrema direita de Bolsonaro, conduzindo a uma *realpolitik*, ainda que os destemperos de Bolsonaro e do bolsonarismo persistam, mas como performances e estilo de atuação.

A recente vitória para o comando da Câmara Federal do deputado do PP, Artur Lira, representou um enfraquecimento da chamada direita moderada de Rodrigo Maia. Este fato deixou às claras que dentro do espectro da direita e do centro-direita não-bolsonarista que triunfou nas eleições municipais de 2020, estavam estes dois blocos que logo depois se digladiaram pelo comando da Câmara: os neoliberais e os “políticos clássicos” do DEM, PSDB, MDB, mas também os partidos do sempre redivivo e poderoso “Centrão”: PP, PL, PSD, Republicanos, PROS, PSC, PTB, Avante e Patriota<sup>30</sup>. Blocos estes às vezes antagônicos, mas muitas vezes imbricados e com porosidades mútuas.

Portanto, não apenas o equilíbrio, a experiência de gestão, o reconhecimento administrativo foi o que prevaleceu diante do populismo desajustado e do negacionismo bolsonariano, mas também os esquemas de poder e de clientelismo incrustados por anos no tecido social das miríades de municí-

---

<sup>30</sup> Interessante contabilizar o fato de que nas capitais brasileiras, os partidos de centro-direita mencionados acima prevaleceram sobre os do Centrão dito fisiológico: 13 capitais para os primeiros: 04 para o DEM, 05 para o MDB e 4 do PSDB, contra 07 para o Centrão: 02 para o PSD, 02 para o PP, 01 para o Avante, 01 para o PODEMOS e 01 para o Republicanos. Isto indicaria que a direita moderada de Rodrigo Maia teria uma maioria no Congresso Nacional. Porém o que ocorreu foi que frações consideráveis do DEM e do MDB, declaradamente se associaram ao Centrão.

pios brasileiros. O eficaz, oportunista e corrupto: “toma lá, da cá!”. E qual seria a projeção disto em outra “máquina” partidária mais específica da política brasileira: o esquema político das igrejas evangélico-pentecostais com suas “bancadas” e Frentes Parlamentares?

Já estão apregoando que o pragmatismo e fisiologismo do “Centrão” se encontra em negociação com o corporativismo religioso da bancada evangélica para a reintrodução da “pauta religiosa moral” no Congresso Nacional. Esta, tantas vezes procrastinada na gestão de Rodrigo Maia, como matéria inconveniente diante da principalidade da agenda neoliberal, interesse real dos grandes grupos financeiros (Camurça, 2020). Não há, porém, consenso na base aliada do governo Bolsonaro, expressa no “Centrão” de encaminhar a chamada “pauta de costumes”, interesse dos parlamentares da bancada evangélica. Agora, como no tempo da presidência de Maia, parece que tanto Artur Lira quanto o seu vice Marcelo Ramos, do PL/AM, não desejam dar prioridade a estes temas, como têm afirmado em reuniões de líderes da Câmara Federal. Segundo se especula, atualmente para o comando do “Centrão”, o tema moral-religioso geraria polêmicas desnecessárias diante da urgência do país em “tratar de assuntos que reduzam os danos sanitários da crise e melhorem o ambiente de negócios no país para gerar emprego”<sup>31</sup>.

Além disso, dentro das quatro linhas de força definidas por Almeida como componentes da “onda conservadora” (2017), me parece que a “repressiva punitiva” ainda encontraria mais eco num acordo governo Bolsonaro e ‘Centrão’ do que a “moralmente reguladora”. Estou me referindo aos Projetos de Lei, (PLs) que flexibilizam as regras para posse e venda de armas e ao isentar militares e policiais de crimes enquanto perdurar a GLO (Garantia de Lei e Ordem), que teriam prioridade para votação.

Um efeito não planejado, mas benéfico, destes decretos armamentistas de Bolsonaro, em relação a aliança evangélico-Bolsonaro, foi a rejeição da medida por vários membros da Bancada Evangélica. A senadora da Assembleia de Deus, Eliziane Gama (Cidadania –MA) apresentou quatro projetos para sustar os decretos do governo, com o argumento de que estes são “anti-humanos, anti-cristãos e favor das mortes”. O deputado Cezinha da (Assembleia de Deus) Madureira (PSD- PI) atual líder da Frente Parlamentar Evan-

---

31 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/02/bolsonaro-tera-dificuldades-com-pauta-de-costumes-apesar-de-aliados-no-congresso.shtml> Acesso em 22/02/2021

gética, afirmou que “apoiar a pauta armamentista é contraditório para quem faz a defesa da vida pelos cristãos”<sup>32</sup>

De fato, a auto ostentação do moralismo cristão como bandeira da campanha eleitoral não conseguiu, nas eleições de 2020, dar a tônica ao debate eleitoral e encobrir a má administração da coisa pública e mesmo a corrupção de seus gestores. Isto se mostrou emblemático no insucesso da candidatura do bispo licenciado da Igreja Universal, Marcelo Crivella, à reeleição para a prefeitura do Rio. Estas nem sequer conseguiram aglutinar as demais forças evangélicas e pentecostais, que preferiram sua viabilidade política nas alianças com a direita laica mais moderada, do que reconhecer neste seu concorrente no campo religioso evangélico os atributos de ser o “homem de Deus” no poder para “fazer valer sua Lei”.

As últimas eleições municipais indicaram a dificuldade de candidaturas majoritárias personificarem os valores conservadores do conjunto dos evangélicos, fato que também mostrou a proeza singular de Bolsonaro em unificar todas essas forças em 2018<sup>33</sup>. Aliás, o padrão nas eleições presidenciais passadas desde a redemocratização do país em 1985, foi a repartição e nunca a unanimidade entre as *mega churches* no apoio às candidaturas majoritárias<sup>34</sup>. Estas divergências, no entanto, nos apoios às candidaturas majoritárias nunca foram empecilho para a posterior unidade destas correntes religiosas no Congresso Nacional, sempre operacionalizada na Frente Parlamentar Evangélica.

---

32 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bancada-evangelica-resiste-decretos-das-armas-24885845> ; <https://br.noticias.yahoo.com/bancada-evang%C3%A9lica-resiste-decretos-das-063017885.html> Acesso em 22/02/2021

33 Segundo Jacqueline Teixeira, em entrevista a IHU, a candidatura de Bolsonaro em 2018, conseguiu aglutinar Teologias bastante distintas do universo conservador evangélico-pentecostal, como a Teologia da Prosperidade, a Teologia da Missão Integral e a Teologia da Guerra Religiosa (2021). Outra associação curiosa que a socióloga fez para o apoio de evangélicos conservadores a Bolsonaro, foi a de uma profecia que se deu quando do falecimento do tele evangelista Billy Graham, que passagem deste homem consagrado era um sinal para que os evangélicos se reunissem num grande avivamento. E passaram a identificar a votação em Bolsonaro como uma resposta a esse avivamento (2021).

34 Em eleições anteriores os evangélicos cindiram-se entre candidatos presidenciais, como naquela de 2010 quando importantes expressões do meio evangélico apoiaram a candidatura Dilma Rouseff do PT, como Manoel Ferreira presidente da Convenção Nacional das Assembleias de Deus e deputado federal (PP/RJ), o bispo e Senador Marcelo Crivella da IURD (PRB/RJ), o senador Magno Malta (PR/ES), o deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) e Robson Rodvalho da igreja Sara Nossa Terra (PP/DF). Apoiaram a candidatura José Serra do PSDB, o pastor Silas Malafaia da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, o pastor Paschoal Piragine da Igreja Batista em Curitiba, entre outros (MARIANO; ORO, 2010: 11-38)

Mas para a “elite parlamentar evangélica” ter seus interesses contemplados, não basta que esta chegue a um consenso no Congresso Nacional. Para terem aprovados seus projetos de lei, estes devem passar pela mediação com temas e interesses de outros grupos e agentes encastelados nos esquemas de poder, com quem os evangélicos conservadores têm uma afinidade eletiva de longa data. Pierucci, analisando a atuação dos parlamentares na Constituinte de 1988, já sublinhava a “trajetória de alianças” dos “evangélicos conservadores” com “o poder econômico (UDR, UBE, “centrão”) (1989:125). Dentre os exemplos arrolados pelo sociólogo, está o debate na Comissão da Família, Educação e Cultura, onde os evangélicos estavam em maioria, “aliados a outros conservadores” e impõem a derrota do relatório do Senador Artur da Távola. Isto devido à “sintonia” entre o “grupo do rádio” que congregava todos os interessados nas concessões de canais de rádio e TV”, com os evangélicos defensores da lei da proibição do aborto. Segundo Pierucci, “em troca dos 12 votos evangélicos contra o relatório da comissão, o grupo do rádio apoiaria a censura [a lei do aborto] (1989:125).

Portanto, uma pauta moral-religiosa-conservadora pode ser acionada a qualquer momento como “moeda de troca” com grupos de oligarquias regionais, redes de comunicação, lobistas do agronegócio, corporações policiais e esquemas de segurança privada. Ainda mais, diante de uma bancada religiosa nada desprezível, com quem vem estabelecendo alianças - ainda porque muitas vezes estas dimensões se interpenetram: redes de TV pentecostais, policiais evangélicos e *businessman gospel*. Porém, isto vai ser mobilizado no momento em que os interesses convergirem, numa conjuntura propícia, dentro da correlação de forças geral. Aqui, de novo, a articulação e tensão entre envolvimento religioso e cálculo político, já mencionados neste capítulo.

Um exemplo eloquente da visibilidade evangélico-pentecostal extrema, colocada de novo em destaque dentro da “nova normalidade” fisiológica do “Centrão”, se deu com a desenvoltura com que a deputada evangélica Flordelis dos Santos de Souza, do PSD-RJ, indiciada por assassinato do seu marido, o pastor Anderson do Carmo, percorria corredores e plenário do Congresso, com sua tornozeleira eletrônica (oculta na saia comprida, que antes servia para comprovar o decoro “crente”) para votar na candidatura Artur Lira.

Em suma, na conjuntura pós-eleitoral de 2020, no que diz respeito ao poder político, penso estarmos vivendo um estado de latência entre razoabilidade administrativa, cálculo de interesses e influência religiosa (das conservadoras às mais obscurantistas). Essas dimensões podendo ser acionadas de

acordo com a situação e conveniência: de forma escalonada, uma com principalidade em relação à outra ou conjugadas, em par ou na tríade<sup>35</sup>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguiar, C. F., Bahia, J. & Camurça, M. (2021). Relações interétnicas, luta contra a intolerância religiosa e produção de candidaturas no campo político: eleições municipais em São Gonçalo (RJ) de 2020. Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS), UERJ (não publicado)

Almeida, Ronaldo. (2017). A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cadernos PAGU*, v. 50, 5-30.

Balloussier, A.V. (2021, 1º de janeiro) Evangélicos têm força crescente de submeter políticos a seus interesses, diz professor referência no tema. *Folha de São Paulo*. [entrevista com Ricardo Mariano]. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/01/evangelicos-tem-forca-crescente-de-submeter-politicos-a-seus-interesses-diz-professor-referencia-no-tema.shtml>

Bourdieu, P. (1978). Gênese e Estrutura do Campo Religioso. In *Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo: Perspectiva.

\_\_\_\_\_. (1988). La dissolución de lo religioso. In: *Cosas Dichas*, Barcelona: Gedisa.

Burity, J. (2018). A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In R. Almeida & R. Toniol (Ed.), *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp.

\_\_\_\_\_. (2020). Ativismo religioso contemporâneo: o complexo ecumênico e o povo da/na religião. In D. Rodrigues & N. Lellis (Ed.), *Religião e Política: o contexto da lusofonia*. São Paulo: Editora Recriar.

Camurça, M. (2013). O Brasil religioso que emerge do Censo de 2010: consolidações, tendências e perplexidades. In F. Teixeira & R. Menezes (Ed). *Religiões em Movimento: o Censo de 2010*. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_. (2019). Religião, política e espaço público no Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. *Estudos de Sociologia*, v.3, n.25,125-159.

---

35 No “apagar das luzes” deste texto, detecto em matéria da Folha de São Paulo, declarações de realinhamento (com vistas às eleições de 2022) de lideranças conservadoras evangélico-pentecostais com o governo Bolsonaro e um afastamento delas de figuras da direita e centro-direita moderada como o governador João Dória e o apresentador de televisão Luciano Huck. É fato que quem se pronunciou foram o pastor Silas Malafaia e o apóstolo César Augusto da Igreja Apostólica Fonte da Vida, faltando muitas outras lideranças e igrejas se pronunciarem. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/02/apoio-evangelico-em-2022-indica-bolsonaro-na-ponta-e-entaves-a-doria-huck-e-pt.shtml>

\_\_\_\_\_. (2020). Igreja Universal do Reino de Deus: entre o plano de poder e a lógica de minoria perseguida. *Religião e Sociedade*, 40/1, 43-66

\_\_\_\_\_. (2020). Religião, política e laicidade no Brasil atual (2014-2019). D. Rodrigues & N. Lellis (Ed.), *Religião e Política: o contexto da lusofonia*. São Paulo: Recriar.

Camurça, M., & Zaquieu-Higino, P.V. (2021). Entre a articulação e a desproporcionalidade: relações do governo Bolsonaro com as forças conservadoras católicas e evangélicas. *Revista Brasileira de História das Religiões*, n. 13, 207-232.

Cunha, M. (2020, 18 de novembro) Notas preliminares sobre as eleições 2020. *Carta Capital*. Recuperado de <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/notas-preliminares-sobre-religiao-nas-eleicoes-2020/>

Figueiredo, P. H. (2018). *Apóstolo, “bispa” e seus rituais mágicos: observações antropológicas sobre a Igreja Apostólica Plenitude do Trono de Deus (IAPTD)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

Giumbelli, E. (2018). In J. Esquivel & V. G. Béliveau, *Religiones em Cuestión: campos, fronteras y perspectivas*. Buenos Aires: Ediciones Circus.

Gutierrez, C. (2015). Igreja Universal e política: controvérsia em torno do secularismo. In P. Montero (org.), *Religiões e controvérsias públicas: experiências, práticas sociais e discursos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, Campinas: Editora Unicamp.

Machado, M. D. C., & Mariz, C. L. (1999). Mudanças Recentes no campo religioso Brasileiro. *Antropolítica (UFF)*, n. 5, 21-44.

Mariano, R. (1999). *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola.

\_\_\_\_\_. (2011). Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, v.11, n. 2, 238-258.

Mariano, R. & Oliveira, R. E. S. (2009). O Senador e o Bispo: Crivella e seu dilema shakespeariano. *Intercessões*, v.4, n.6, 81-106.

Mariano, R. & Oro, A. P. (2010). Eleições 2010: Religião e Política no Rio Grande do Sul e no Brasil. *Debates do NER*, n. 18, 11-38.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições

Montero, P. (2016). “Religiões Públicas” ou religiões na Esfera Pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. *Religião e Sociedade*, 36/1.

Nicolau, J. (2020). *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar.

Pierucci, A. F. (1989). Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, 1989, 104-132.

Tadvald, M. (2015). A reinvenção do conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014. *Debates do NER*, n. 27, 259-288.

SANTOS, J.V. (2021, 12 de janeiro). Cenário político e pandemia revelam autonomia de evangélicos e abertura para pautas progressistas. Entrevista especial com Jacqueline Moraes Teixeira. *Instituto Humanistas UNISINOS*, Recuperado de <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/606661-cenario-politico-e-pandemia-revelam-autonomia-de-evangelicos-e-abertura-para-pautasprogressistas-entrevista-especial-com-jacqueline-moraes-teixeira>

Vital da Cunha, C., Lopes, P. V. L., & Lui, J. (2017). *Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014*. Rio de Janeiro: Heinrich Boll Stiftung, ISER.

## 04. ELEIÇÕES SOB CUSTÓDIA: UMA ANÁLISE DA INTERFERÊNCIA MORALIZANTE NA COMPETIÇÃO ELEITORAL

Gabriella Maria Lima Bezerra<sup>1</sup>  
Grazielle Albuquerque<sup>2</sup>  
Monalisa Soares Lopes<sup>3</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, analisamos as interferências das entidades Ministério Público (MP) e Polícia Federal (PF) na competição eleitoral, ilustrando o debate com o caso de Fortaleza em 2020, envolvendo o então prefeito Roberto Cláudio (PDT), apoiador de Sarto Nogueira (PDT) que disputou o segundo turno com Capitão Wagner (PROS). Detalharemos, especificamente, como este candidato de oposição que era, no momento da denúncia, o candidato bolsonarista de melhor performance na disputa das municipais do ano, mobilizou o disparo das investigações do Ministério Público e Polícia Federal, no período pré-eleitoral e eleitoral, em seus materiais de campanha, HGPE - Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, redes sociais e nos seus posicionamentos públicos, *lives* e colunas de opinião no jornal escrito.

Argumentamos que a forma atípica como a governança eleitoral ocorre no Brasil, segundo a literatura da área (Lopes, 2019; Marchetti, 2008; Marchetti & Dantas, 2017), associada ao repertório de interferência política disse-

1 Docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (DECISO/UFRPE). Pesquisadora do *Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia* da Universidade Federal do Ceará (LEPEM/UFC) e do *Núcleo De Estudos Sobre Partidos E Democracia* (NEPD/UFRGS). Email: [gabriellamlb@gmail.com](mailto:gabriellamlb@gmail.com). Orcid: 0000-0003-1420-5667.

2 Jornalista e doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Coordenadora do *Núcleo de Estudos e Pesquisas da Defensoria Pública* do Estado do Ceará e do GT sobre Comunicação e Justiça da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolitica). Colunista do jornal *Le Monde Diplomatique*, colabora para outros veículos como *El País* e *Jota*. E-mail: [grazialbuquerque@gmail.com](mailto:grazialbuquerque@gmail.com). Orcid: 0000-0002-8898-4571.

3 Docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Integra o *Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia* (LEPEM), produzindo pesquisas na interface da Comunicação Política e Campanhas Eleitorais. E-mail: [monalisaslopes@gmail.com](mailto:monalisaslopes@gmail.com). Orcid: 0000-0002-0513-2219.



minado pela Lava Jato, serviram como uma janela de oportunidade para uma nova modalidade e um novo elemento de interferência nos pleitos locais. Este ativismo é publicamente justificado pela intencionalidade destes atores de moralização da política, entendida como desviante e corrupta. Além disso, fundamentam suas recomendações e ações, especificamente, as que geram publicidade negativa para os governos em exercício, pela insuficiência da *accountability* vertical em punir a má gestão pública, reforçando nossos achados anteriores (Lopes, Albuquerque & Bezerra, 2020).

Ainda que tais intervenções temporalmente estratégicas não sejam continuadas, ou seja, que as suspeitas não se comprovem ou que a investigação não seja continuada por questões técnicas ou institucionais, o *frisson* pode impactar na agenda do debate eleitoral e ser incorporado como elemento de campanha negativa pelos candidatos opositores, como o caso de Fortaleza assevera. Além disso, alguns autores argumentam que a ingerência política, com o disparo das operações dessas entidades, altera a dinâmica das relações entre os três poderes, em decorrência do que pode ser identificado como uma barganha - aumentos salariais ou de pessoal, respeito às indicações e decisões internas, concessão de autonomia - diante dos demais agentes políticos.

Ampliamos, neste trabalho, os estudos recentes sobre a atuação política da Polícia Federal (Arantes, 2011a; 2011b; Rodrigues & Arantes, 2020) e as pesquisas já consolidadas sobre o perfil ativista do Ministério Público<sup>4</sup>, considerando também sua ingerência no cenário da regulação e atuação estratégica coordenada nas eleições, com o objetivo de impactar na competição e, conseqüentemente, no resultado do pleito, comportamentos que não eram ponderados até então.

Na seção 1, revisamos o debate sobre governança eleitoral, destacando as singularidades brasileiras, notadamente, seu perfil de comportamento e atuação, chamado de *ativismo judicial*. Vinculamos este perfil na contribuição e espelhamento pelo MP e PF, atuando com uma lógica semelhante nos pleitos, com repercussões nas estratégias dos competidores. Em seguida, na seção 2, apresentamos um histórico de como o MP ampliou os seus poderes e passou a ter uma atuação mais efetiva junto ao sistema político, em especial, nas questões relativas à improbidade e à moralidade. A esse processo, somou-se também um aumento de visibilidade do Sistema de Justiça. Tais movimentos são catalisados pela Operação Lava Jato, ganhando contornos próprios na disputa eleitoral. Para finalizar, analisamos um caso específico,

---

4 Ver nota 11.

como a Operação *Cartão Vermelho*, que foi um recurso mobilizado na campanha do candidato bolsonarista Capitão Wagner nas eleições municipais fortalezenses.

## 2. ATIVISMO JUDICIAL E BUSCA PELA CONVERGÊNCIA DE *ACCOU-NTABILITES* NA COMPETIÇÃO ELEITORAL

O fenômeno da atuação do Judiciário ganhou contornos específicos, a partir da década de 1990, consequência da ampla sedimentação das democracias liberais pelo globo, após as ondas democratizantes na América, África e Leste Europeu, especialmente. Este desdobramento, por alguns chamados de judicialização da política ou politização do Judiciário – apesar desses termos terem se popularizado, e talvez por isso mesmo, há contestação dos termos<sup>5</sup> – têm tido diligente atenção da Ciência Política, crescendo o número de publicações, grupos de pesquisa e trabalhos interdisciplinares. Como desdobramento, temos visto ampliada, também, a discussão sobre a Justiça Eleitoral, não apenas na abordagem mais tradicional e sistemática sobre a institucionalização dos organismos de organização eleitoral, mas também, da disseminação da judicialização para este setor (Lopes, 2019). Especialmente, sobre o último aspecto, os especialistas utilizam certos jargões e conceitos, que retomaremos abaixo, para situar nossa problemática e desenvolver o argumento.

As análises sobre as transições democráticas, predominantes nas décadas de 70 e 80, dão lugar à mirada da estabilização e consolidação das democracias recentes, mas também das antigas, que passam a contar com reformas importantes, como, por exemplo, a ampliação do sufrágio e as mudanças que regulam o sistema partidário. O que poderia ser aparentemente caracterizado como aspecto administrativo e de gestão do Estado ganha contornos relevantes para a sustentabilidade democrática e consequente governabilidade. A expressão *governança eleitoral* emerge como motivação à sustentação da legitimidade da operação-base de todo o regime democrático, a partir de um conjunto de regras e instituições orientadas para coordenação de todo o pro-

---

5 Entende-se que a judicialização da política se trata da constatação de um fenômeno, o da intensificação do poder de atuação do judiciário, tornando-se assim, a descrição de um *modus operandi* observado no judiciário. Dessa forma, este conceito não deve ser entendido como ferramenta analítica que propicie a compreensão de conflitos ou interfaces resultantes da relação entre Direito e Justiça, sendo sim uma expressão descritiva que faz um diagnóstico do comportamento dos tribunais, descrevendo, portanto, o fenômeno de expansão do Poder Judiciário”. (Graeff & Barreto, 2017, p. 105).

cesso eleitoral, sendo frequentemente subdividida nas etapas de elaboração das normativas, sua execução e arbitragem dos conflitos e questionamentos.

O Brasil tem uma sólida organização eleitoral, inspirando confiança, apesar dos episódios recentes, como: o pedido de recontagem de votos feito pelo líder do PSDB, Aécio Neves, em 2014, depois da derrota no pleito por uma margem apertada, e a recente estratégia facciosa do presidente Jair Bolsonaro, ao defender que houve fraude no processo em que foi vitorioso, sem apresentar provas ou quaisquer outros indícios; mas, por exemplo, o caso dos EUA, com a tumultuada eleição de Trump, e o embate entre Bush e Al Gore, são evidências de como o contencioso eleitoral pode ganhar contornos explosivos e minar o sistema democrático.

Há um significativo número de características e elementos a serem observados e comparados entre países, ou mesmo entre distritos eleitorais com regras não nacionalizadas. Não pretendemos esmiuçar toda a engenharia regulatória. Interessa-nos, aqui, dado o recorte do objeto e os interesses analíticos, apresentar as singularidades da governança eleitoral no caso brasileiro.

O modelo de governança eleitoral do País é classificado como independente<sup>6</sup>, não muito comum na América Latina. Os outros tipos são: misto (exemplo: Argentina), governamental (exemplo: EUA) ou duplamente independente (López-Pintor, 2000; Marchetti, 2008; Pereira, 2012; IDEA - Institute for Democracy and Electoral Assistance). Apesar do hibridismo entre os poderes Executivo e Judiciário, a replicação é da estrutura institucional do segundo (Lopes, 2019). Os elementos estão presentes em ambos, já que são extensão um do outro, e é a explicação dos estudiosos para a latente possibilidade de o ativismo judicial estar presente na regulação eleitoral brasileira. Além disso, a intersecção STF e TSE “eleva a governança eleitoral ao nível constitucional”. (Lopes, 2019, p.7). Temos, então, uma dupla confluência: os contornos institucionais e a coincidência dos membros oriundos de um *habitus* crescentemente ativista (Graeff & Barreto, 2017). São bastante comentadas as atuações da Justiça Eleitoral e do STF nos casos da verticalização das coligações e da fidelidade partidária; mudanças na distribuição e fundo partidário e prestação de contas como exigência de quitação eleitoral (Graeff & Barreto, 2017).

Nesse binômio assimétrico dos poderes, há a exclusão dos atores da competição política propriamente e da atuação do Legislativo, uma inércia histórica que objetiva isolar os partidos políticos, revelando o desejo de legi-

6 Ressalta-se que esta característica não é recente, seus contornos datam da década de 1930.

timidade do processo, mas pela via da suspeição da política (Marchetti, 2013; Zauli, 2011). A Justiça Eleitoral assume, portanto, três funções no processo de coordenação do pleito, podendo agir em todas as suas etapas: elaboração, execução da legislação e análise de adjudicação (na categorização de Mozafas & Schedler, 2002).

Dessa forma, conclui-se que o modelo de governança eleitoral brasileiro é resultado não apenas das regras que o institucionalizaram, mas também de uma atuação consolidada no sentido de não apenas resolver o contencioso eleitoral ou impactar as eleições pelos efeitos de uma decisão judicial, mas produzir mudanças no campo do *rule making*, isto é, inovar nas regras do jogo eleitoral. (Lopes, 2019, p. 29).

Nas afirmações da expansão da atuação do Judiciário nas democracias são especialmente invocados os fatores de dimensões institucionais, como, por exemplo, o controle do Estado, a divisão dos poderes, a expansão e constitucionalização dos direitos difusos e coletivos. Por essa razão, ainda predominam estudos nesta abordagem, ao analisar as cortes. Ainda assim, é crescente o uso das análises atitudinais e de observação das orientações de ação dos magistrados, “[...] isto é, quando atores judiciais se lançam no universo da política e, mais precisamente, alteram regras institucionais de modo a alcançar, estrategicamente, resultados por eles almejados” (Rodrigues & Arantes, 2020, p. 25), como também, que privilegiam uma acepção mais precisa do que seria o ativismo judicial. O termo se tornou um jargão e perdeu em precisão, o que não impossibilita tentativas de sistematização.

Aqui, enfocamos, a partir do trabalho de Kmiec (2004), o quinto significado atribuído pelo autor à dicção ativismo judicial: decisões orientadas por um objetivo, mesmo que no presente ele não se apresente e não aparente fazer parte da resolutiva<sup>7</sup>. Neste sentido, a atuação judicial tem uma agenda que transcende a regra formal atual (Kmiec, 2004; Rodrigues & Arantes, 2020), “[...] operam o poder de agenda e mergulham em ativismo judicial para alterar as regras institucionais, *afetando assim o comportamento de outros atores e instituições.*” (Rodrigues & Arantes, 2020, p. 50; grifamos).

O voluntarismo judicial no Brasil parte, especialmente, do diagnóstico da carência de responsabilização dos governos, como, também, é impactado

---

7 “In other words, a decision is “activist” Only when (a) the judge has an ulterior motive for making the ruling; and (b) the decision departs from some “baseline” of correctness. [...] this definition seems particularly useful, if only because the *scienter* element limits the universe of “activist” decisions more than any of the preceding definitions” (Kmiec, 2004, p. 1476).

pelas pressões populares e midiáticas desejosas de punição rigorosa das elites políticas, percebidas historicamente como protegidas da lei. A sua atuação tem, portanto, uma orientação onde “*a accountability* é vista ao mesmo tempo como um antídoto e um remédio para a corrupção”. (Da Ros, 2019<sup>a</sup>, p. 1254).

Apesar da luta anticorrupção haver ganhado enorme visibilidade pela costura institucional<sup>8</sup> da Operação Lava Jato<sup>9</sup>, esta agenda já era prioritária para vários organismos internacionais desde a década de 1990. “O caminho que se foi trilhando ao longo das últimas décadas sobre o discurso anticorrupção possibilitou a construção e a inauguração de uma era anti-corrupção: de um pacto social anticorrupção”. (Burgoa, 2012, p. 172).

Outro termo, correlato ao debate, é o de discricionariedade dos servidores públicos e burocratas estatais: conceituada “como o espaço de liberdade para tomada de decisão, nos limites do constrangimento imposto pelas regras”. (Oliveira et al, 2020, p.187). O fenômeno pode envolver tanto variáveis endógenas – comportamento dos agentes, mudanças institucionais; como exógenas – conjuntura política, crises, escândalos, atuação da oposição, de mídia; e sistêmicas – relação entre instituições, ‘ecologia processual’, formação de agrupamentos entre diferentes corpos burocráticos e a socialização entre eles (Aranha & Filgueiras, 2016).

No caso brasileiro, autores sugerem que vêm ocorrendo uma articulação institucional entre órgãos judiciais, nomeadamente: Ministério Público, Defensoria Pública, Controladoria Geral da União e Polícia Federal. Para Arantes e Moreira (2019), isso se deve a esse cenário de ênfase no combate à corrupção e na defesa dos direitos após o processo de transição democrática no Brasil. Impulsionados pela dimensão dos escândalos políticos nos Governos Collor e FHC, a defesa dessa agenda, já amplamente valorizada, estimula a politização da atuação dos servidores públicos, em consonância com a expectativa social<sup>10</sup>.

---

8 Envolvendo a articulação entre COAF, Polícia, Receita e Ministério Público Federais.

9 A operação Lava Jato começou em 2009 com a investigação de crimes de lavagem de recursos relacionados ao ex-deputado federal José Janene, em Londrina, no Paraná. Além do ex-deputado, estavam envolvidos nos crimes os doleiros Alberto Youssef e Carlos Habib Chater. Tais informações e histórico eram disponibilizadas pelo próprio Ministério Público Federal, em um *hotsite* dedicado à operação. Recentemente, no dia 3 de fevereiro de 2021, a Procuradoria Geral da República (PGR) extinguiu formalmente a operação. A força-tarefa foi incorporada ao Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) do MPF.

10 Um exemplo do impacto administrativo da mobilização das pautas anticorrupção foi a criação da CGU, em 2001, com o objetivo de investigar autonomamente denúncias contra a administração pública federal, uma vez que as investigações tentadas pela via parlamentar foram constantemente interrompidas, gerando uma onda de descrédito.

Diferente do perfil de organizações que buscam aumentar seu poder de atuação, através da conquista de proteção do poder Executivo, ou seja, por um caminho interno e não público, as ações de expansão desses profissionais são articuladas com a sociedade civil organizada, constituindo-se em motor de transformações legais, administrativas e atitudinais (Arantes & Moreira, 2019), chamado por Moreira (2016) *de ativismo político estatal, ou ativismo político de atores estatais*. Arquitetam assim, incrementalmente e de modo coordenado, um espaço institucional ampliado permissivo a “novas e heterodoxas formas de aplicação do direito penal nessa área” (Arantes & Moreira, 2019), constituindo-se em “atores no jogo político”.

Neste sentido, nos importa destacar a racionalidade na aplicação da regra para certo fim específico (Moller, 2016), envolvendo, portanto, um aspecto conjuntural no cenário eleitoral. Isso se dá a partir de um ‘espelhamento de comportamento’, constituindo um ‘incrementalismo institucional’ na disputa eleitoral, pelo acréscimo de outros, *locis*, notadamente, Ministério Público, Controladoria Geral da União<sup>11</sup> e a Polícia Federal.

Essa difusão se constitui, por um lado, pela dimensão das forças-tarefa da Operação Lava Jato e seu enfoque de combate à corrupção, envolvendo políticos nacionais centrais, e, por outro, pelo crescente ativismo e voluntarismo das instâncias judiciais brasileiras em uma agenda de moralização da política.

Essa onda está bastante focada nos elementos punitivos e aspectos criminais da prática política, reforçados pelas consequências sociais das ingerências e ineficiências das políticas públicas, em um sentido que carrega o símbolo de *luta /batalha*, e sua correspondente temporalidade, para que seja duplamente eficiente: retrospectiva e prospectivamente; apontando, ainda, devido às características corruptivas, como seus novos e criativos usos e saídas, uma ‘batalha’ em estado vigilante de investigações consistentes, amplas e permanentes (Burgoa, 2012), contribuindo, assim, no caso brasileiro para a realocação da Polícia Federal nesta agenda (Arantes, 2011a; 2011b, Rodrigues & Arantes, 2020).

Apesar de a ampliação da legislação e de as medidas punitivas não terem literatura suficiente para afirmar as causalidades que as fomentam ou se

---

11 “Trabalhos anteriores ressaltaram a atuação política de atores estatais na evolução do Ministério Público (Arantes, 2002), da Defensoria Pública (Moreira, 2016, 2017; Arantes e Moreira, 2015) e da Polícia Federal (Arantes, 2011a, 2011b, 2015), e outros estudos observaram a ocorrência de comportamento semelhante no Tribunal de Contas da União (Fonseca, 2014) e na Controladoria Geral da União (Olivieri, 2010)” (Arantes e Moreira, 2019, p.101).

têm fluxos positivos (Da Ros, 2019a), esses fatores conjunturais e políticos se impõem às evidências, conquistando espaço institucional, com acréscimos de *accountability legal* - novas sanções legais previstas em lei<sup>12</sup> - de corpo especializado, de gastos orçamentários e poucos controles horizontais.

Mesmo que não consigam atribuir punições severas – já que são dependentes de outras instâncias que nem sempre embarcam na meta da mesma maneira, às vezes, devido à competição por espaço estatal<sup>13</sup> - se empenham em outros tipos de sanções simbólicas e com foco em agentes. Desta maneira, os políticos podem ter sua imagem comprometida, a partir da repercussão intencional no debate público e midiático e, como destacamos no recorte proposto aqui, em uma temporalidade crítica para a competição eleitoral. “Antes de atingir seus objetivos, o resultado geral dessas amplas campanhas de “moralização” do setor público quase sempre tem sido o de reduzir a competitividade de segmentos da elite política no mercado eleitoral [...]” (Da Ros, 2019a, p. 1264).

Alguns estudos (Ferraz e Finan, 2005; Ferraz e Finan 2008, Pereira, Melo e Figueiredo, 2009, Brollo, 2010) têm demonstrado que no âmbito municipal, na disputa pelas prefeituras, a divulgação de notícias sobre possível envolvimento do incumbente compromete as probabilidades de vitória. E mais, este impacto esmorece com o passar do tempo, é *time-sensitive* para a eleição.

Filgueiras (2011) argumenta que, nesse bojo, uma intensificação da transparência como sinônimo de *accountability* eleva a importância da publicidade e da constante ocupação da mídia, estimulando uma rotina de escândalos, em um uso estratégico (Aranha e Filgueiras, 2016) e “instrumental da informação” (Filgueiras, 2011, p. 78), sem, gerar responsabilização institucional e mudança efetiva. A investida sobre os atores políticos partidários têm uma compreensão moralizante e limitada da *accountability*, vincula práticas corruptas a indivíduos, sem observar elementos sistêmicos, que não seriam palatáveis à linguagem midiática.

Como investigamos em trabalho anterior (Lopes, Albuquerque & Bezerra, 2020), a Lava Jato “publicizou” suas intenções de entropor-se à *accountability* horizontal, promovendo pela exposição dos grupos políticos no poder a emergência de novas forças políticas, buscando assim o que chamamos de

---

12 Lei de Lavagem de Dinheiro de 1998, revisada em 2012; Lei Anticorrupção (2013); Lei contra Organizações Criminosas (2013). Lei Complementar 135/2010 (Lei da Ficha Limpa).

13 “As mudanças podem encontrar conjunturas de veto ou *enforcement* em função da atuação de outras instituições e também da relação interdependente entre as organizações” (Aranha & Filgueiras, 2016, p.12).



convergência de *accountabilites*: “[...] a horizontal se propondo a orientar a societal e a vertical sob a “missão redentora” do combate à corrupção”. (Lopes, Albuquerque & Bezerra, 2020, p. 380).

Na análise comparada dos caminhos de ação do MP, PF e DP, os pesquisadores (Arantes, 2011a; 2011b, Rodrigues & Arantes, 2020) encontram um processo chamado de ‘encaixe’ institucional. Em um cenário de oportunidades, onde se detectam espaços vazios e passíveis de ocupação, o corpo burocrático articula suas metas organizacionais e de carreiras a um objetivo político. O sucesso dessa movimentação depende de características que acabam por diferenciar as trajetórias dessas instituições na história política recente. Afinal, precisam 1) constituir fronteiras, sem provocar conflitos entre espaços administrativos; 2) coordenar e unificar os interesses dos membros – o que, no caso da Polícia Federal, se apresenta como problema maior do que para as outras; e 3) definir e remodelar sua função em harmonia com as outras corporações. Opera como facilitador o sucesso de empreitadas anteriores e paralelas, servindo como modelo, abrindo espaços e/ou articulando forças.

Se nos casos do MP e da DP os encaixes se encontram na órbita do sistema que habitam, o caso da PF revela a decisão de uma corporação de sair da alçada do Executivo para fixar seu ponto de junção no sistema de justiça. [...] a corporação preferiu caminhar na direção da justiça, “*porque polícia judiciária nós somos*”, encaixando-se entre o Ministério Público e o Judiciário, no ponto frágil do inquérito policial, renovando-o e emprestando-lhe uma eficiência que não detinha. (Arantes & Moreira, 2019, p.116).

Na esteira da constituição de redes de *accountability*, que permitiriam a transposição dos problemas de efetivação e continuidade das investigações e punições da elite política, se acoplam as ambições profissionais e a conquista de privilégios: remunerações diferenciais, autonomia financeira e administrativa. Estas entidades investem em retornos crescentes pela conquista de prerrogativas institucionais. O fluxo das pressões da opinião pública atua como força propulsora, ao mesmo tempo como recurso estratégico intencionalmente mobilizado, com a consecução de uma agenda política moralizante. Fazem, cada uma a seu modo, “[...] fazem do discurso da defesa de direitos e da fiscalização do poder público e da classe política uma bandeira de seu próprio desenvolvimento institucional”. (Arantes & Moreira, 2019, p. 98).



### 3. MORALIDADE E VISIBILIDADE: CONFLUÊNCIA DE FATORES NO SISTEMA DE JUSTIÇA

Em um plano histórico, a questão da moralidade da política pela via judicial, em especial tendo a atuação do Ministério Público como agente, remonta aos 1990. Nesse sentido, é preciso ter em vista que, para além do novo desenho institucional dado ao MP pela Constituição de 1988, a partir da qual ele deixou de ser um braço do Executivo para ampliar seus poderes e se tornar autônomo, ao longo dos anos seguintes, uma série de leis infraconstitucionais foi alargando a capacidade de interferência da instituição em questões relativas à administração pública. É possível mencionar como exemplo a lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que versa sobre a improbidade administrativa de agentes públicos. O novo aparato legal, juntamente com algumas ferramentas surgidas um pouco antes da Constituição, como a Lei da Ação Civil Pública, foram proporcionando maior interferência do Sistema de Justiça no âmbito político.

Em 1994, no Rio Grande do Sul, o Poder Judiciário chegou a criar uma câmara exclusivamente voltada para o julgamento de chefes do Executivo municipal. Dados divulgados pela imprensa da época (Sadek, 2009) apontam que também no RS durante aquele período havia cerca de 300 prefeitos investigados, tendo 108 sofrido algum tipo de condenação. No Acre, em 2000, dos 16 prefeitos que tentavam a reeleição naquele ano, 15 estavam sendo investigados pelo Ministério Público por questões relativas a irregularidades nas administrações municipais.

[...] o Ministério Público tem agido em duas frentes: uma respondendo às suas atribuições legais, ainda que buscando expandi-las; outra desenvolvendo atividades fora do gabinete. No tocante à primeira frente, têm sido notáveis as iniciativas que procuram defender a probidade administrativa e a moralidade pública. (Sadek, 2009, p. 9).

Assim, começa a se desenhar uma forte presença do Sistema de Justiça na administração pública, levando em consideração a capilaridade de instituições como Judiciário e Ministério Público presentes em praticamente todas as cidades brasileiras, com sua organização com titularidades e responsabilidades por comarca. A esse movimento institucional que se espalhou a partir dos anos 1990, somou-se outro relativo à mídia. Vale lembrar que antes mesmo da redemocratização (vide lei da Ação Civil Pública), e especialmente durante a Constituinte, o Ministério Público buscou se fortalecer através do

apoio de diversos grupos. Como afirmam Maciel e Koerner (2014), havia uma necessidade de legitimação política na nova agenda de atuação. Podemos, inclusive, interpretar que, em seus passos seguintes à Constituição, para o MP se desvincular do Executivo, significava também a possibilidade de confrontá-lo, sobretudo nas questões de probidade e de moralidade.

Deve-se frisar que essa nova envergadura na atuação ultrapassa o MP e se estende a todo o Sistema de Justiça, que passou a inserir novas instituições e atores na agenda pública no que foi conceituado no Texto Constitucional como “funções essenciais à Justiça”. Lá estão a Advocacia Pública e a Advocacia Privada, a Defensoria Pública etc. Juntamente com o processo de consolidação da democracia representativa após a ditadura militar, o Brasil aos poucos via um papel de controle sendo desenvolvido pelo Sistema de Justiça, o que já pontuamos como *accountability* legal.

Ocorre que, em paralelo a amplitude de atuação, há também um processo de maior visibilidade. O Judiciário começa a estar na agenda pública com mais ênfase exatamente quando os efeitos do modelo desse novo Sistema de Justiça começam a se fazer sentir. De toda forma, é interessante notar que a própria literatura sobre judicialização da política, politização da Justiça, ativismo judicial etc. toca na questão da opinião pública e de uma atuação não processual, mais ligada à sociedade, como elemento de análise do novo posicionamento, não só do Judiciário, como também do Ministério Público. “A permeabilidade e a abertura da instituição a valores do ambiente externo acabaram por conferir-lhe crescente visibilidade pública e legitimação social às disputas de natureza coletiva e difusa”. (Maciel & Koerner, 2002, p. 122).

A questão da “visibilidade” novamente é colocada. Sadek (2004) aponta para o fato de que a presença do Judiciário brasileiro passa a ser sentida, não só no esteio social, mas também no jogo político:

Essa visibilidade é tanto maior quanto mais amplo for o número de decisões majoritárias definidas pelo Congresso ou pelo Executivo que alterem o *status quo*. Assim, em um país com uma ampla agenda de Reformas e que adote um modelo institucional que alarga o espaço político do Judiciário, como é o caso do Brasil, os problemas oriundos da dimensão política são mais do que esperados, tornam-se inevitáveis. (Sadek, 2004, p. 85).

O que se aponta é a confluência de fatores: aumento na capacidade de interferência no Sistema Político e aumento de visibilidade. Esse processo que primeiro começa a ser notado em questões de âmbito nacional com maior

envergadura, como nos *turning-points* da CPI do Judiciário, da Reforma do Judiciário e do julgamento do “Mensalão” (Albuquerque, 2017), ganham “por baixo” outro movimento mais ligado às eleições. É como se aquele processo de forte atuação judicial com pautas relativas à improbidade administrativa e à moralidade pública, que se iniciou nos anos 1990, tivesse saído da “rotina” do calendário e atingisse em cheio as disputas eleitorais. A governança eleitoral passa a ter um novo elemento, ainda que atípico, na sua composição.

### 3.1. Lava-Jato: de espelho a catalisador

É indiscutível o papel que o apoio popular teve para a ascensão da Lava Jato. É conhecido o artigo do ex-juiz Sérgio Moro citando a Operação Mãos Limpas, na Itália<sup>14</sup>, como inspiração. Em seu projeto, a reprodução das estratégias para se legitimar publicamente são expressas tanto no artigo como na prática da própria Operação. É curioso ressaltar que o modelo italiano servia de referência simbólica desde os anos 1990, justamente quando se aumenta o esteio das atuações do Sistema de Justiça sobre a política.

Coincidindo com um momento de instabilidade política e deterioração dos serviços públicos municipais, as investigações da Polícia e do Ministério Público logo atingiram outros setores da administração pública, a Câmara dos Vereadores e até o prefeito Celso Pitta, ensejando a comparação simbolicamente muito forte de que estávamos diante de uma “Operação Mãos Limpas” em São Paulo. Dessa vez, a experiência italiana estava sendo invocada graças à predominância de organismos policiais e judiciais no processo de investigação da corrupção política. (Arantes, 2009, pp. 44 - 45).

Nesse histórico vale ressaltar como a própria temática anticorrupção está na pauta dos anos de 1990 e 2000, seja como inspiração para alguns aspectos da atuação do Sistema de Justiça, seja como uma agenda que acaba tendo um alcance interno e que se refletia em demandas por transparência e *accountability* sobre a própria Justiça. Todo o debate público sobre a Reforma do Judiciário se deu em torno dessa temática. Mais uma vez, apontamos a convergência com uma maior visibilidade. O Ministério Público atuava não apenas como pauta mas também como fonte jornalística em um momento importante de inflexão na cobertura do Sistema de Justiça. Trabalhos como o do jornalista Frederico Vasconcelos (2005), um dos pioneiros em cobrir a área, mostra isso. Operações como “Anaconda” e a prisão do desembargador

14 Moro, S. F. (2004). Considerações sobre a operação mani pulite. Revista CEJ, 26, 56-62.

Nicolau dos Santos Neto são exemplares para indicar, inclusive, como o Sistema de Justiça tanto se tornava notícia como aprendia a lidar com o impacto gerado pelas informações relativas à temática da corrupção. Nesse sentido, é possível dizer que a Lava Jato se ancora em um aprendizado prévio, embora dê a ele uma outra dimensão em alcance e em consequências.

Para Pilau e Engelmann (2020), os delegados envolvidos em investigações contra corrupção passam a acumular capital simbólico (Bourdieu, 1989). Tomando o caso da Lava Jato como objeto de análise, apontam como o modelo de força-tarefa acabou produzindo a ascensão desses delegados no campo de poder, não apenas de forma vertical, dentro da carreira, mas ocupando um espaço que antes era majoritariamente tomado por outros atores do Sistema de Justiça. Assim, o movimento de combate à corrupção, no caso da Lava Jato, em alguns aspectos, condensou forças que nem sempre atuam com os mesmos interesses. A disputa pública entre MP e Polícia em torno dos poderes investigatórios que eram objeto da Proposta de Emenda Constitucional 47 (Lemos & Barros, 2016) evidencia como em algumas situações tais instituições têm posições antagônicas.

A Lava Jato, portanto, se beneficiou de um acúmulo de experiência e convergiu interesses, catalisando uma atuação na qual usou o tempo processual de forma estratégica, combinando a atuação jurídica com um grande senso de oportunidade política. Talvez o evento que melhor exponha essa prática seja a divulgação, por Moro, responsável pela Lava Jato, da gravação das conversas entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a então presidente Dilma Rousseff. Como a gravação telefônica envolvia a chefe de Estado e Governo, caberia apenas ao Supremo Tribunal Federal a liberação do material. A escuta, legalmente autorizada, restringia-se ao ex-presidente Lula. A divulgação, em 16 de março de 2016, causou um rumor. Às cobranças jurídicas sobre a exposição, Moro respondeu com um pedido formal de desculpas ao Supremo. Do ponto de vista prático, a gravação serviu como um rastilho de pólvora para diversas manifestações contra corrupção que se espalharam pelo Brasil.

No mesmo dia 16, o Partido Republicano Brasileiro (PRB) anunciou a saída da base de apoio ao governo. Em 18 de março, o ministro do STF Gilmar Mendes suspendeu a nomeação de Lula como ministro da Casa Civil. Em 29 de março, foi a vez do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) anunciar sua saída da base governista. Começava a se esfacelar formalmente a sustentação política de Dilma no Legislativo. Era o caminho para o *impea-*

*chment*. Aqui, não nos cabe recuperar a totalidade dos eventos deste processo político, mas levantar alguns exemplos de como há um encadeamento de ações jurídicas e políticas cujo esteio se dá em consonância ao apoio popular. Desde o início, com seus adereços, bonecos e trajes de herói, a Operação Lava Jato tinha na aderência popular seu grande trunfo. Ao pensarmos nas práticas e no *time-sensitive* praticados pela Lava Jato, a Operação coloca em evidência ímpar como as instituições do Sistema de Justiça há muito vêm ampliando sua atuação e seu alcance no jogo político. A Lava Jato tornou-se catalisadora de uma série de práticas que se instalaram junto ao processo eleitoral.

A própria Operação foi significativa para a disputa presidencial de 2018. Em outubro daquele ano, a uma semana do primeiro turno, Moro tornou pública parte da delação do ex-ministro da Fazenda de Lula e da Casa Civil de Dilma, Antônio Palocci. A delação de Palocci afirmava que Lula sabia dos esquemas de corrupção para desviar verba da Petrobras para o PT. A divulgação reforçou os ataques de Jair Bolsonaro à campanha de Fernando Haddad, assim, associando a luta anticorrupção ao antipetismo. Como demonstrado em trabalho anterior (Lopes, Albuquerque & Bezerra, 2020), Bolsonaro se apropriou de marcas discursivas da Lava Jato, apresentando-se como candidato genuíno da luta anticorrupção.

Ao agir buscando o apoio popular e utilizando símbolos e discursos de aderência como a temática do combate à corrupção, o Sistema de Justiça busca se legitimar. Contudo, tal prática também repercute de forma direta em questões político-administrativas, além de deixar rastros que são mobilizados na disputa eleitoral.

#### 4. ELEIÇÕES SOB CUSTÓDIA: O CASO DE FORTALEZA EM 2020

As eleições de 2020 em Fortaleza foram marcadas pela perspectiva de retorno da competitividade. Com o maior número de candidatos/as desde 2004, a disputa contou com o registro de 11 candidaturas: Anízio Melo (PCdoB), Capitão Wagner (PROS), Célio Studart (PV), Heitor Férrer (SD), Heitor Freire (PSL), José Loureto (PCO), José Sarto (PDT), Luizianne Lins (PT), Paula Colares (UP), Renato Roseno (PSOL) e Samuel Braga (Patriota). De antemão, a lista não revelou renovação. A maior parte dos postulantes era composta de lideranças já conhecidas do eleitorado, grande parte estando em exercício de mandatos ou tendo passado por cargos públicos. Apesar do grande número de candidatos/as, a competitividade da disputa ficou concentrada em torno de três nomes: Luizianne Lins (PT), José Sarto (PDT) e Capitão Wagner (PROS),

com o favoritismo dos dois últimos em virtude das estruturas e recursos que suas campanhas mobilizavam. O segundo turno foi travado entre eles.

Como sabemos, a eleição de 2020 foi realizada num contexto crítico. A pandemia de covid-19 afetou significativamente o ritmo da política, alterando inclusive o calendário eleitoral (Tribunal Superior Eleitoral, 2020, 1º de julho). As eleições locais caracterizadas pelo contato aproximado entre lideranças políticas e eleitorado tiveram sua dinâmica colocada à prova. O “tempo da política” (Palmeira & Heredia, 1995) necessitou de ressignificações, pois ao passo que necessitavam resguardar as medidas de segurança, como pleiteantes a gestores públicos da pandemia, os/as candidatos/as também precisavam dar visibilidade às suas plataformas e, de algum modo, mobilizar o eleitorado a participar do pleito.

Dessa forma, a ampliação dos gastos com impulsionamento de conteúdo nas redes sociais (Folha de São Paulo, 2020, 18 de novembro) e a busca por maior tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (Folha de São Paulo, 2020, 08 de outubro) compuseram as estratégias dos/as candidatos/as. No tocante à primeira estratégia, Fortaleza recebeu destaque nacional ao ter os postulantes do 2º turno (Sarto Nogueira – PDT e Capitão Wagner – PROS) em primeiro e segundo lugares, respectivamente, na lista de candidatos que mais gastaram no País.

Num ano marcado pela pandemia, a maior preocupação do eleitorado na cidade de Fortaleza foi a saúde (61% de menções), seguida pela segurança pública (52%), educação (34%), geração de empregos (22%) e corrupção (18%), dentre as 5 mais citadas (G1, 2020, 14 de outubro) - temas que compuseram as discussões do pleito, nas propagandas eleitorais dos/as candidatos/as e nos debates realizados<sup>15</sup>.

É relevante que o tema da corrupção se encontre entre os problemas mais mencionados pelo eleitorado. Quando discutimos processos eleitorais no Brasil, a corrupção é tópico perene nas reflexões. Muitas vezes percebida como uma prática intrínseca à própria política, a noção de que “todo político é corrupto”, as denúncias de corrupção se tornam uma arma que compõem estratégias típicas de candidaturas de oposição nos contextos eleitorais, como veremos à frente.

O sociólogo britânico John B. Thompson (2002) propôs uma teoria social do escândalo político midiático. De acordo com o autor, estes confi-

---

15 Em Fortaleza, foi realizado apenas 1 debate no 1ª turno, pela TV Otimista. No 2º turno, foram 2 debates: realizados pelas TV Cidade e TV Verdes Mares.

guram acontecimentos que adquirem visibilidade em face do novo contexto de desenvolvimento dos *media*. São escândalos porque transgridem normas, valores, leis ou obrigações reconhecidas socialmente.

Tais revelações midiáticas, além de trazerem à luz o segredo político, fomentam uma discussão pública em torno da qual se desdobram os argumentos de defesa dos acusados, os discursos de acusação dos opositores, os comentários de analistas políticos, especialistas e jornalistas. Desse modo, o escândalo político assume relevância no contexto da disputa política contemporânea, especialmente na sua dimensão eleitoral.

Segundo Thompson (2002), a expressão reside no fato de que os escândalos, e as tramas políticas que se desdobram a partir deles, refletem lutas por poder simbólico<sup>16</sup>,

A divulgação de transgressões (ou supostas transgressões) pode questionar a reputação e o bom nome do indivíduo (ou indivíduos) em questão, destruindo assim (ou ameaçando destruir) os recursos simbólicos que eles acumularam cuidadosamente e minar (ou ameaçar minar) o seu poder. [...] O fato de que o escândalo político pode se transformar em uma luta para conquistar a opinião pública – monitorada por uma sequência de resultados de pesquisas de opinião divulgados na mídia – é um reflexo do fato de que parte do que está em jogo nos escândalos é a credibilidade dos líderes, cuja reputação e bom nome foram questionados pelo desenrolar do escândalo ou pela ameaça de sua divulgação, no ambiente que os circunda. (Pp. 139-140).

Numa era da “política da confiança”, para usar os termos do autor, torna-se imprescindível a construção de uma imagem pública que apresente o ator político como alguém que atua conforme as expectativas sociais, constituindo assim uma reputação, um “*bom nome*” (grifo no original), dignos de reconhecimento (Thompson, 2002).

Telles, Fraiha e Lopes (2016) chamam atenção para o fato de que, em contextos de ampla visibilidade dos escândalos, a ausência de “contrapartida de controle judicial e público não estatal” (p. 239) pode fomentar uma crise de confiança nas instituições e atores políticos, em face da sensação de impunidade. Nas palavras dos autores,

---

16 De acordo com Bourdieu (1989): “O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário”. (p. 14).

Ao ser tratado frequentemente pela mídia, a corrupção passa a ser rotinizada, e, de escândalo, transforma-se, na percepção do eleitor, em “fato natural” e atributo de todos os políticos, o que reduz, assim, a possibilidade de o tema da corrupção produzir efeitos na decisão do voto. (P. 239).

Os efeitos dos escândalos políticos na disputa eleitoral são, portanto, controversos. Considerando que os atores políticos estão em concorrência pela maior adesão a fim de conquistar o poder, a visibilidade de transgressões pode constituir situações que levem à perda de credibilidade. Os impactos e repercussões do escândalo de corrupção necessitam ser analisados a partir das dinâmicas específicas da disputa eleitoral em questão.

De todo modo, fato é que, ao emergirem na mídia, os escândalos passam a compor o debate público e, na grande parte das vezes, as estratégias de ataque das candidaturas opositoras ao agente político denunciado. Assim, ainda que não possamos mensurar exatamente seu impacto, podemos analisar os escândalos de corrupção sob a perspectiva das estratégias em disputa e da campanha negativa<sup>17</sup> que os/as candidatos/as mobilizam ao longo do pleito. É seguindo essa trilha interpretativa que o presente texto se constrói.

#### **4.1. Eleições em contexto de pandemia: os hospitais de campanha na mira**

A pandemia trouxe impactos para a gestão pública. A principal delas referiu-se à ampliação do investimento em saúde e à urgência na compra de insumos e contratação de profissionais a fim conter a pandemia, reduzindo o número de mortes. Para tanto, nos diversos níveis da gestão foi decretado o estado de calamidade pública<sup>18</sup>.

Entre as principais ações para ampliar a capacidade de atendimento do setor público no enfrentamento à pandemia de covid-19, destacam-se as montagens de hospitais de campanha<sup>19</sup> por todo o País. À medida que esses centros de saúde passaram a funcionar, também emergiram denúncias de mau

<sup>17</sup> A campanha negativa é uma estratégia que vem se consolidando ao longo dos anos nas disputas eleitorais e caracteriza-se pelo ataque aos adversários. Borba (2012) apresenta “a propaganda negativa como estratégia de elevado risco. [...] que ela não deve ser usada como primeira opção, mas sim como último recurso. É adequada para os candidatos que se encontram em desvantagem nas sondagens de intenção de voto e precisam alterar tendências favoráveis de seus adversários. Nesse objetivo, é apropriada para candidatos da oposição, retardatários ou que se vejam ameaçados pelo avanço de algum adversário. Para líderes, ataques desnecessários podem ser o seu cadafalso”. (P. 187).

<sup>18</sup> As principais características do estado de calamidade são a dispensa de cumprimento da meta fiscal e a possibilidade de contratar serviços sem licitação.

<sup>19</sup> Hospitais de campanha são unidades destinadas à assistência médica da população construídas em situações de emergência de saúde, possuem caráter temporário.



uso dos recursos públicos e solicitações de investigações. De São Paulo (R7, 2020, 06 de junho) ao Pará (Palma & Sauma, 2020, 29 de setembro), passando pelo Recife (Blog de Jamildo, 2020, 12 de agosto), as denúncias cruzaram o País e mobilizaram o ambiente político em meio à pandemia. O caso mais emblemático foi o do Rio de Janeiro, que teve o governador do Estado, Wilson Witzel (PSC), afastado do cargo por suspeita de participação no esquema de corrupção que envolvia a organização social contratada para construção dos hospitais de campanha no Estado (Sabóia & Regula, 2020, 28 de agosto).

O Hospital de Campanha de Fortaleza foi inaugurado em abril de 2020 e instalado no estádio Presidente Vargas (PV). Considerado uma construção em tempo recorde (25 dias), o hospital mobilizou recursos da ordem de R\$ 110 milhões durante seu tempo de atuação (Revista Ceará, 2020, 20 de setembro). A Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) sofreu críticas, especialmente, pela escolha de construir o hospital em vez de reforçar a rede hospitalar, sendo inclusive questionada pelo Ministério Público Estadual e Federal acerca das motivações da decisão (Ministério Público do Estado do Ceará, 2020, 27 de março).

Desde o início, a oposição esteve mobilizada politicamente em torno do hospital de campanha. Ainda em abril de 2020, um grupo de três vereadores do PROS, Sargento Reginauro, Márcio Martins e Julierme Sena, solicitaram à Justiça o acesso ao PV a fim de fiscalizar as obras. Na ocasião, o deputado federal Capitão Wagner (PROS) também acompanhou a visita. De acordo com o então vereador Sargento Reginauro, as obras encontravam-se atrasadas: *“Não tem nada pronto! São quatro blocos e apenas um está sendo finalizado. Tem gente trabalhando por todos os lados e não tem a menor condição de dizer que esse hospital vai ser entregue até segunda-feira (20). Se for receber paciente só nessa ala, implica dizer que teremos pacientes com coronavírus, enquanto operários circulam para concluir as outras alas”*<sup>20</sup>. Além do atraso, o relato da visita denunciava que a organização social (OS) contratada para gerir o hospital tinha envolvimento com escândalos de corrupção. Em resposta à mobilização dos opositores, a Prefeitura de Fortaleza afirmou que os ataques disseminavam *fake news* e se orientavam por interesses políticos. Numa entrevista, o prefeito Roberto Cláudio (PDT) argumentou que a escolha pelos hospitais de campanha estava ocorrendo em todo o mundo pelas vantagens de urgência e economia (Castro, 2020, 16 de abril).

---

20 *Covid-19: Comitiva desmascara a realidade do Hospital no PV*. Disponível em: <<https://sargentoreginauro.com.br/covid-19-comitiva-desmascara-a-realidade-do-hospital-no-pv/>>. Acesso em 17 fev. 2021.

Os perfis nas redes sociais de parlamentares e influenciadores da oposição seguiram com as sugestões de desvio de recursos da saúde no contexto da pandemia. Tais discursos foram adensados pelo disparo da Operação da Polícia Federal, em parceria com Ministério Público Federal e a Controladoria-Geral da União, realizada em maio de 2020. Intitulada “Dispneia”, a operação investigava desvio de recursos na compra de respiradores (Polícia Federal, 2020, 25 de maio). Nesse contexto, a oposição tentou a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara de Vereadores, no entanto, conseguiu reunir apenas 7 assinaturas<sup>21</sup>. Em junho, Capitão Wagner (PROS) postou vídeo<sup>22</sup> em seu perfil da rede social Instagram, no qual, acompanhado dos vereadores de oposição, apresentava o balanço das “Denúncias no MPCE – Pandemia”. Entre os temas: hospital de campanha, compra de respiradores, compra de álcool em gel, testes rápidos.

A narrativa da oposição foi, portanto, sendo fortalecida. Em agosto, já na condição de pré-candidato à Prefeitura, Capitão Wagner (PROS) publicou artigo no jornal *O Povo* intitulado “Eleições limpas e livres” (2020, 14 de agosto). Ao elencar os aspectos necessários para a garantia da lisura do pleito, o pré-candidato do PROS dedicou atenção especial à função desempenhada pelo sistema de justiça,

Uma eleição pode ser considerada limpa quando não influenciada, por exemplo, pela compra de votos ou pelo abuso do poder econômico. Contudo, para que mazelas como estas não ocorram, as instituições precisam funcionar de forma eficiente e integrada. Precisamos, no mínimo, de um *Ministério Público* atuante, atento ao que vai acontecer. E, principalmente, que trabalhe em conjunto com o *Judiciário*, para evitar prejuízos ao resultado final. *Muita coisa acontece antes de um pleito*. Por vezes, *os fatos criminosos são comunicados*, amplamente difundidos, mas, por inércia ou ação tardia, resultam em prejuízo para a democracia. (Capitão Wagner, *Jornal O Povo*, 2020, grifos nossos)

O trecho acima deixa evidente a estratégia que a oposição executou ao longo do contexto da pandemia. Diante das ações da Polícia Federal, os líde-

21 É relevante destacar que, após avaliação, o próprio Tribunal de Contas da União (TCU) identificou que não havia aplicação de recursos públicos federais envolvidos na compra dos respiradores, o que por si retirava da competência da polícia federal e do MPF a atribuição de investigar e averiguar sobre a aquisição dos equipamentos.

22 O vídeo foi postado em 10 de junho de 2020, possui 5.360 visualizações e 114 comentário. Disponível em: <<https://www.instagram.com/tv/CBQwF-XAlpX/?igshid=165p6rlwh8p87>>. Acesso em 17 fev. 2021.

res opositoristas fizeram denúncias nas redes sociais e aos órgãos competentes (Ministério Público Estadual e Federal) buscando, nos últimos casos, uma repercussão institucional para seus movimentos políticos.

Nesse sentido, é relevante situar a candidatura de Capitão Wagner (PROS) para entender os seus movimentos na disputa. Wagner é deputado federal (2019-2022), foi vereador (2013-2014) e deputado estadual (2015-2018). Em sua trajetória prévia à carreira política, evidenciou sua vinculação às forças de segurança pública, na condição de capitão da Polícia Militar do Estado do Ceará. Em 2018, foi um dos líderes da campanha de Bolsonaro no Estado. Durante o ano de 2020, foi reunindo em torno de si as lideranças eleitas na onda bolsonarista: Eduardo Girão (Senador - Podemos), André Fernandes (Deputado Estadual - Republicanos), além de figuras já estabelecidas que se somaram ao bolsonarismo: Dra. Silvana (Deputada Estadual - PL), Delegado Cavalcante (Deputado Estadual - PSL), entre outros.

Essa breve recomposição da trajetória de Capitão Wagner no tabuleiro político é relevante para demarcar suas conexões políticas com o campo do bolsonarismo, que mobiliza fortemente a luta anticorrupção como bandeira eleitoral (Lopes, Albuquerque & Bezerra, 2020). Já que análises como a de Carvalho (2017) indicam que na disputa de 2016, apesar do cenário político nacional perpassado pelo escândalo da Lava Jato, a discussão sobre corrupção foi pouco mobilizada, tendo Capitão Wagner acionado-a apenas no segundo turno:

Nos dois turnos das campanhas de Roberto Cláudio e Capitão Wagner, as questões nacionais não foram abordadas, como se poderia esperar, considerando a conjuntura da crise política, com escândalos de corrupção da “Lava Jato” ocupando todos os noticiários, e a crise econômica cujo reflexo principal na vida das pessoas era o crescente número de desempregados. (P. 425).

Entendemos, portanto, que a nova posição, alinhada ao grupo dominante no Executivo federal, trouxe repercussões para a narrativa eleitoral do candidato do PROS.

No processo de formalização das candidaturas para a disputa municipal de 2020, Capitão Wagner (PROS) conseguiu se consolidar como o principal nome de oposição, reunindo 9 partidos em sua coligação (PROS, Republicanos, Podemos, Avante, PSC, PMN, PMB, PTC e DC), tendo como vice a advogada Kamila Cardoso (Podemos). Sua campanha mobilizou a ideia da

necessidade de renovação e mudança política no Município. Numa crítica à continuidade e à oligarquização<sup>23</sup>, buscou estabelecer conexões entre a disputa local e o que havia acontecido no plano nacional em 2018.

O tema da corrupção passou a ser explorado, mais explicitamente, na campanha de Capitão Wagner a partir da Operação Cartão Vermelho. Deflagrada pela Polícia Federal (PF) em parceria com o Ministério Público Federal (MPF) e a Controladoria Geral da União (CGU), a operação investigava a má aplicação de recursos públicos no Hospital de Campanha do PV (Diário do Nordeste, 2020, 03 de novembro).

Ocorrida em 03 de novembro, ainda no primeiro turno das eleições, a operação teve ampla repercussão midiática, tendo cobertura em reportagens de jornais impressos e televisivos, nos planos local e nacional. A campanha repercutiu a ação através de postagens nas redes sociais do candidato e o próprio Capitão Wagner gravou uma *live*<sup>24</sup> para elogiar o trabalho da PF. Ao descrever a operação para seus seguidores, o candidato afirmou:

[...] o Brasil todo falou da operação que descobriu um esquema dentro da operação Covidão. Muitos prefeitos e governadores receberam dinheiro para salvar vidas, mas muitos deles colocaram no bolso fazendo com que milhares de pessoas morressem sem um atendimento digno. Sem condições de respirar, sem tratamento nesses hospitais de campanha. Acho que em quase todos os estados, especialmente naqueles, olhe só, aqueles estados onde mais morreram pessoas os escândalos foram maiores. Veja a situação do Pará, veja a situação do Rio de Janeiro e veja a nossa amada e querida Fortaleza, que lamentável, está aí nas páginas policiais. Uma operação da polícia federal que descobriu, de uma cacetada só, que botaram R\$ 7 milhões no bolso. Já descobrimos lá na operação dos respiradores, a descoberta de que uma empresa de fundo de quintal recebeu R\$ 22 milhões da prefeitura e só devolveu R\$ 5 milhões, um prejuízo de R\$ 17 milhões. [...] O hospital de campanha era na verdade uma *Fake News*. O hospital de campanha foi uma ferramenta utilizada para colocar dinheiro público no bolso. (*Live Facebook*, 03/11/2020).

A reação da gestão municipal e seus aliados políticos, como o governador do Estado, Camilo Santana (PT), foi a de levantar suspeitas sobre a mo-

---

23 O *slogan* da campanha de Capitão Wagner era “Olhar pra todos. Olhar pra frente”. Em seus programas eleitorais e discursos enfatizava que “Fortaleza não pertence a uma família”, numa referência ao grupo político Ferreira Gomes, dos irmãos Ciro e Cid (ex-governadores) e Ivo (prefeito de Sobral), que lideram do PDT e apoiavam seu adversário direto Sarto Nogueira (PDT).

24 *Operação Cartão Vermelho! Parabéns, Polícia Federal!*. Disponível em: <[https://www.facebook.com/watch/live/?v=481884709438474&ref=watch\\_permalink](https://www.facebook.com/watch/live/?v=481884709438474&ref=watch_permalink)>. Acesso em 17 fev. 2021.

tivação política da operação da PF a poucos dias do pleito eleitoral. O então prefeito Roberto Cláudio (PDT) afirmou que a operação era uma “clara tentativa de interferência política do governo Bolsonaro” para favorecer seu aliado na disputa eleitoral (*O Povo*, 2020, 03 de novembro). Tal acusação de uso político da PF havia sido tema central do debate político nacional, durante o ano de 2020, e estopim da saída de Sergio Moro do governo Bolsonaro. Na ocasião, o ex-ministro alegou como motivo de sua demissão o uso de critérios pessoais pelo Presidente na escolha e definição de nomes-chave da superintendência da PF.

Na mesma *live* do dia 03 de novembro, Capitão Wagner rebateu as críticas de politização da PF, afirmando que “quem determina busca e apreensão é o Judiciário”. A polícia federal não poderia ter feito a apreensão sem a determinação do poder judiciário”. Outra evidência mobilizada pelo candidato é a ratificação das suspeitas pelo Ministério Público: “o Ministério Público Estadual do Ceará já havia apontado irregularidades no Hospital de Campanha do PV”.

O tema da corrupção ganhou mais fôlego no segundo turno, alcançando o escândalo do hospital de campanha mais notoriedade no âmbito da narrativa de Capitão Wagner. Duas peças da propaganda eleitoral são emblemáticas do uso desse escândalo na campanha do candidato do PROS.

O primeiro vídeo tem como mote a ideia de que a chegada de Capitão Wagner à Prefeitura trará mudanças significativas na luta anticorrupção, pois será passado “um pente fino nas contas da PMF”. À medida que o candidato narra sobre os contratos e o hospital de campanha, cenas da reportagem televisiva sobre a operação se sucedem na tela.

Num diálogo direto com o eleitor, o candidato afirma:

*Capitão Wagner:* Mas, vem cá, você já se perguntou por que todos me atacam de forma tão covarde, o tempo todo? Você acha mesmo que é por causa dessa paralisação ou do Bolsonaro? Nada disso. Quando eu chegar à prefeitura, vou passar um pente fino nos contratos dessa gestão. Começando pelo hospital do PV, viu, Roberto Cláudio? E quem tiver desviado o dinheiro suado da população vai responder na Justiça. Vai pra cadeia. Esse é o verdadeiro medo deles: a prisão<sup>25</sup>.

O segundo vídeo foi veiculado no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, no início da última semana antes do segundo turno. O mote do vídeo é

25 Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CIIVweonZiq/?igshid=1y00xatwdf2tr>>. Acesso em 17 fev. 2021.

a ideia de “a gente se acostuma, mas não devia...”. Capitão Wagner aponta inúmeras insuficiências dos serviços públicos de saúde e segurança na cidade de Fortaleza, em dado momento afirma: “Se acostuma com escândalos, como o dos respiradores e do Hospital de Campanha do PV”. Nesse momento, mais uma vez a reportagem televisiva sobre a operação da PF é veiculada.

O momento mais expressivo da peça, no entanto, é em seus minutos finais. Ao reafirmar seus compromissos com o eleitorado, Capitão Wagner afirma: “Estarei sempre do lado dos mais necessitados, sempre ao lado dos mais fracos, porque não suporto mais ver pessoas morrendo por conta de uma gestão ineficiente”. Na sequência da fala do candidato, emerge o relato de um homem (Rogério) narrando a experiência de um tio seu no Hospital de Campanha do PV: *“Porque o último áudio que eu cheguei a ouvir do meu tio, eu perdi o chão, como muitas outras pessoas. E ele dizendo uma frase que tocou meu coração, pedindo pra avisar que tinha chegado a hora dele. E o pior de tudo é que a gente não podia fazer nada. Então, essas coisas são revoltantes”*.

O depoimento de Rogério é entrecortado pela troca de áudios que teve com o tio:

Tio (voz ofegante): Chegou a minha hora viu?

Rogério: Oi?

Tio (voz ofegante): Acho que chegou a minha hora.

Rogério: Rapaz, digo isso não, homem.

Tio (voz ofegante): Eu tô aqui morrendo e ninguém faz nada.

Rogério: Cadê o oxigênio? Tá sem oxigênio aí?

Tio (voz ofegante): Tô.

Rogério: Tenha fé em Deus.

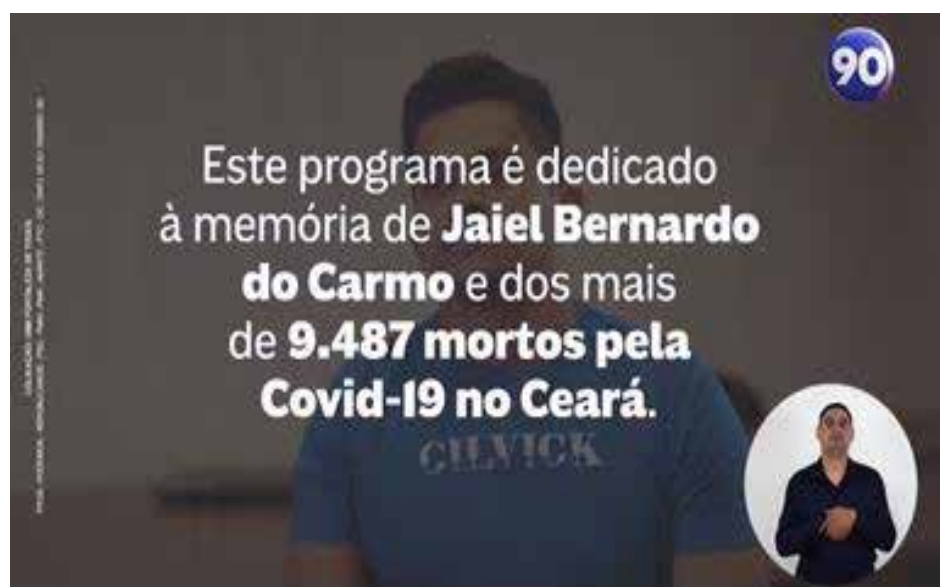
Tio (voz ofegante): Avisa aí, viu?

Rogério: Não, rapaz, vai dar certo, homem, o que é isso? Ainda vamo ficar por aqui ainda. Um pouquinho mais. (HGPE, Capitão Wagner, 23/11/2020)

À medida que a troca de áudios é apresentada ao espectador, a história do tio de Rogério é narrada de forma escrita na tela. Identificado como Sr. Jaiel, o programa afirma que ele contraiu covid e foi se tratar no Hospital de Campanha do PV, que ficou internado por 8 dias e não recebeu respirador. Afirmam que o Sr. Jaiel faleceu logo após aquele contato com o sobrinho. Ao fim da apresentação do diálogo, a câmera foca em Rogério que olha diretamente para tela e afirma: *“Eu perdi meu tio e eles ganharam 17 milhões”*. O pro-

grama é encerrado com uma dedicatória ao Sr. Jaiel e às vítimas de covid-19 no Estado (figura 1).

### FIGURA 1 . HGPE do Candidato Capitão Wagner de 23 de novembro de 2020



Fonte: Campanha Capitão Wagner, 2020. Corrupção na Prefeitura de Fortaleza. [Fortaleza], 2020. 1 imagem do HGPE.

No período pré-eleitoral, cumprindo as funções esperadas de fiscalização e controle (Peres & Bezerra, 2020), o bloco de oposição empenhou-se de modo significativo para dar visibilidade a uma série de ações de *accountability* legal empregadas pelo Sistema de Justiça. Tais movimentos da oposição também eram reveladores do investimento numa pauta estratégica que seria mobilizada na narrativa eleitoral, assegurando sua constância no debate público. No contexto das eleições, as suspeitas em torno dos gastos na pandemia de covid-19 ganham novo fôlego e materialidade a partir da Operação Cartão Vermelho. A temporalidade sensível em que se desdobram essas ações dos órgãos de controle desequilibram o jogo, à medida em que repercutem nas estratégias dos postulantes. A intensificação da campanha negativa, impulsionando a repercussão midiática da operação por Capitão Wagner, no segundo turno do pleito, é evidência desse desequilíbrio.

## 5. CONCLUSÃO

Neste capítulo, apresentamos um panorama que concatenou 1) a progressão do arcabouço judicial na consecução da democracia brasileira, em consonância com a realidade internacional; 2) o perfil da governança eleitoral, com seu histórico específico; 3) a luta anticorrupção com ênfase na pu-



nição dos atores políticos; 4) a emergência do instrumental de *accountability* como recurso estratégico pela burocracia pública, justificado pela necessidade de moralização da política e 5) a formação de engenhosa coalizão que incide sobre a dinâmica da competição eleitoral. Essas trajetórias institucionais transformam os alcances e as características da luta anticorrupção.

A partir da análise do caso da disputa pela Prefeitura de Fortaleza em 2020, encontramos influxos importantes no pleito: 1) o disparo de Operações do MP, CGU e PF em uma temporalidade crítica para a eleição, envolvendo os dois candidatos que possivelmente iriam para a disputa no segundo turno; 2) uma movimentação que altera os temas de destaque na competição, justamente pelo *momentum*, como também, pelo 3) tema coincidente com o enredo mobilizado pelo candidato de oposição e seus aliados no período pré-eleitoral, fazendo um forte elo narrativo que 4) impulsiona a permanência do assunto também na campanha, permitindo sua incorporação nos materiais publicitários e posicionamentos públicos e, por fim, 5) traz uma pauta de grande destaque e comoção: os recursos públicos para o combate à covid-19 e suas graves consequências na vida coletiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque, G. (2017). Mídia e Justiça no Brasil: o mapeamento das pautas históricas de uma nova relação. *Mediapolis—Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, (5), 51-73.

Andrade, R. S. de. (2018). Corrupção municipal e Efeitos do Alinhamento Político com o Governo Federal nas Eleições e nas Condenações. *Revista Brasileira de Economia*, 72(1), 1-25.

Aranha, A. (2017). Accountability, corruption and local government: Mapping the control steps. *Brazilian Political Science Review*, 11 (2), 1 -31.

Aranha, A., & Filgueiras, F. (2016). Instituições de accountability no Brasil: mudança institucional, incrementalismo e ecologia processual. *Cadernos Enap*, Brasília, 1(44), 01-51.

Arantes, R. B. (2009). O Ministério Público e a Corrupção Política em São Paulo. In: Sadek, M.T. (org.). *Justiça e cidadania no Brasil* (pp. 23 – 116). Rio de Janeiro: Centro Edelstein.

Arantes, R. B. (2011a). Polícia Federal e construção institucional. In: AVRITZER, L.; Filgueiras, F. (orgs.). *Corrupção e sistema político no Brasil* (pp. 99-132). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Arantes, R. (2011b). The Federal Police and the Ministério Público. In: Power, T., & Taylor, M. (Ed.). *Corruption and democracy in Brazil: the struggle for accountability* (pp. 184-217). Notre Dame: University of Notre Dame Press.

Arantes, R. (2015). Rendición de cuentas y pluralismo estatal en Brasil: Ministerio Público y



Policía Federal. *Desacatos*, Cidade do México, 49, 28-47.

Arantes, R. (2016, 24 de setembro). Protagonismo da Justiça deslocou centro gravitacional da democracia brasileira. *El País*.

Recuperado de [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/16/politica/1474061979\\_483659.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/16/politica/1474061979_483659.html).

Arantes, R. et al. (2010). Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, tribunais de contas, Judiciário e Ministério Público. In: Loureiro, M.; Abrucio, F., & Pacheco, R. (Org.). *Burocracia e política no Brasil: Desafios para a ordem democrática no século XXI* (pp. 109-147). Rio de Janeiro: Editora FGV.

Arantes, R., & Moreira, T. (2019). Democracia, instituições de controle e justiça sob a ótica do pluralismo estatal. *Opinião Pública*, 25 (1), 97-135.

Batista, M. (2013). Incentivos da dinâmica política sobre a corrupção. Reeleição, competitividade e coalizões nos municípios brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(82), 87-106.

Blog de Jamildo (2020, 12 de agosto). Marco Aurélio aciona Ministério Público para investigar condições sanitárias de hospital de campanha do Recife. *Blog de Jamildo*, Blog Nordeste. UOL. Recuperado de: <https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2020/08/12/marco-aurelio-aciona-ministerio-publico-para-investigar-condicoes-sanitarias-de-hospital-de-campanha-do-recife/>.

Borba, F. de M. (2012). *A propaganda negativa: estratégia e voto nas eleições brasileiras*. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Rio de Janeiro.

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa:DIFEL, Rio de Janeiro:Bertrand Brasil.

Brollo, F. (2010). *Who is punishing corrupt politicians. Voters or the central government? Evidence from the Brazilian anti-corruption program*. Working Paper, 336. Milano, Università Bocconi. Disponível em: <http://www.igier.unibocconi.it/folder.php?vedi=4226&tbn=albero>.

Burgoa, E. (2012). Temporalidade e combate à corrupção. In: Araújo, E., & Duque, E. *Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas* (pp. 169-190).CECS-Publicações/eBooks.

Carvalho, E., & Leitão, N. (2010). O Novo Desenho Institucional do Ministério Público e o Processo de Judicialização da Política. *Revista Direito FGV*, 6 (2), 399-422.

Carvalho, R. M. V. A. de. (2017). Eleições para a prefeitura de Fortaleza em 2016. *Paraná Eleitoral: Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política*, 6 (3), 401-428.

Castro, A. (2020, 16 de outubro). Críticas a hospital de campanha no PV têm interesse político e são ‘fake news’, diz Roberto Cláudio. *G1 CE*. Recuperado de: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/04/16/criticas-a-hospital-de-campanha-no-pv-tem-interesse-politico-e-sao-fake-news-diz-roberto-claudio.ghtml>.

Da Ros, L. (2019a). Accountability Legal e Corrupção. *Revista da CGU*, 11(20), 1251-1275.

Da Ros, L., & Taylor, M. (2019b). Juízes eficientes, judiciário ineficiente no Brasil pós-1988. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 89(2), 1-31.

Diário do Nordeste. (2020, 03 de novembro). PF investiga suposto desvio de recursos públicos no Hospital de Campanha do PV. *Diário do Nordeste*. Recuperado de: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/pf-investiga-suposto-desvio-de-recursos-publicos-no-hospital-de-campanha-do-pv-1.3006745>.

Kerche, F., & Marona, M. (2018). O Ministério Público na Operação Lava Jato: como eles chegaram até aqui? In: Kerche, F., & Feres Jr., J. (coords.) *Operação Lava Jato e a democracia brasileira* (pp. 69-100). São Paulo: Editora Contracorrente.

Kmiec, K. D. (2004). The Origin and Current Meanings of Judicial Activism. *California Law Review*, 92(5), 1441-1477.

Falcão, J., & Oliveira, F. L. de. (2012). Poder Judiciário e Competição Política: as eleições de 2010 e a lei da "ficha-limpa". *Opinião Pública*, 18(2), 337-354.

Ferraz, C., & Finan, F. (2008). Exposing corrupt politicians: the effects of Brazil's publicly released audits on electoral outcomes. *The Quarterly journal of economics*, 123 (2), 703-745.

Filgueiras, F. (2011). Além da transparência: accountability e política da publicidade. *Lua nova: revista de cultura e política*, 84, 65-94.

Folha de São Paulo. (2020, 08 de outubro). Candidatos à reeleição dominam horário eleitoral em capitais do país. *Folha de São Paulo*. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/candidatos-a-reeleicao-dominam-horario-eleitoral-em-capitais-do-brasil.shtml>.

Folha de São Paulo. (2020, 18 de novembro). Gasto com internet ganha força, e Fortaleza vira líder de campanha pelo Facebook. *Folha de São Paulo*. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/gasto-com-internet-ganha-forca-e-fortaleza-vira-lider-de-campanha-pelo-facebook.shtml>.

G1. (2020, 14 de outubro). Ibope: com pandemia, eleitores de Fortaleza classificam saúde como a área mais problemática. *G1 CE*. Recuperado de: <https://g1.globo.com/ce/ceara/eleicoes/2020/noticia/2020/10/14/ibope-com-pandemia-saude-e-a-area-mais-problematica-para-os-eleitores-de-fortaleza.ghtml>.

Gehrke, M. (2018). Eleições e corrupção nas prefeituras brasileiras. In: Marengo, A., & Noll, M. I. *A política, as políticas e os controles: como são governadas as cidades brasileiras* (pp. 171-184). Tomo Editorial.

Gersen, J.; & Stephenson, M. (2014). Over-accountability. *Journal of Legal Analysis*, 6 (2), 185-243.

Graeff, C. B., & Barreto, A. A. (2017). O modelo de governança eleitoral brasileiro e a judicialização

das regras político-eleitorais. *Revista Debates*, 11(1), 99-118.

Lemos, C. R. F., & Barros, A. T. D. (2016). Lutas simbólicas na arena midiática: o poder de agência do Ministério Público e as controvérsias sobre a PEC 37. *Opinião Pública*, 22(3), 702-738.

Lopes, A. (2019). Governança Eleitoral e Ativismo Judicial: Uma Análise Comparada sobre o Impacto de Decisões Judiciais nas Regras do Processo Eleitoral Brasileiro. *Dados*, 62 (3), 1-36.

Loureiro, M. R. et al. (2012). Do controle interno ao controle social: a múltipla atuação da CGU na democracia brasileira. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, 17(60).

Lührmann, A.; Marquardt, K.; Mechkova, V. (2017). *Constraining Governments: New Indices of Vertical, Horizontal and Diagonal Accountability*. University of Gothenburg: Varieties of Democracy Institute, Working Paper, 46.

Machado, M., & Paschoal, B.. (2016). Monitorar, investigar, responsabilizar e sancionar: A multiplicidade institucional em casos de corrupção. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, 35 (1), 11-36.

Maciel, D. A., & Koerner, A. (2002). Sentidos da judicialização da política: duas análises. *Lua Nova: revista de cultura e política*, (57), 113-133.

Maciel, D. A., & Koerner, A. (2014). O processo de reconstrução do Ministério Público na transição política (1974-1985). *Revista Debates*, 8(3), 97-117.

Mahoney, J., & Thelen, K. (2010). A theory of gradual institutional change. In: Mahoney, J., & Thelen, K. (Eds.). *Explaining institutional change: ambiguity, agency and power*. Cambridge: Cambridge University Press.

Marchetti, V. (2008). O modelo brasileiro de justiça eleitoral. *Dados*, 51 (4), 865-893.

Marchetti, V., & Cortez, R. (2009). A Judicialização da competição política: o TSE e as coligações eleitorais. *Opinião Pública*, 15(2), 422-450.

Marchetti, V. (2011). A ficha limpa no contexto da governança eleitoral brasileira. *Interesse Nacional*, 12, 33-42.

Marchetti, V., & Dantas, H. (2017). Coligações no Brasil: uma construção histórica dos seus parâmetros legais. In: In: Miguel, L. F., Krause, S., & Machado, C. (Orgs.). *Coligações e disputas eleitorais na Nova República: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso* (p. 111-144). Konrad-Adenauer Stiftung; Editora Unesp.

Ministério Público do Estado do Ceará. (2020, 27 de março). MPCE e MPF requisitam informações sobre hospital de campanha no PV. *Ministério Público do Estado do Ceará*. Recuperado de: <http://www.mpce.mp.br/2020/03/27/mpce-e-mpf-requisitam-informacoes-sobre-hospital-de-campanha-no-pv/>.

Møller, M. Ø.(2016). “She isn’t someone I associate with Pension” - A vignette study of

professional reasoning. *Professions & Professionalism*, 6(1).

Mozaffar, S., & Schedler, A. (2002). The Comparative study of electoral governance - Introduction. *International Political Science Review*, 23(1), 5-27.

Mulgan, R. (2000). 'Accountability': An Ever Expanding Concept?. *Public Administration*, 78(3), 555-573.

Oliveira, V.; Lotta, G., & Vasconcelos, N. (2020). Ministério Público, Autonomia Funcional e Discricionariedade: ampla atuação em políticas públicas, baixa accountability. *Revista De Estudos Empíricos Em Direito*, 7 (1), 181-195.

Olivieri, C. et al. (2013). Organizational learning of controllers and controlled agencies: innovations and challenges in promoting accountability in the recent Brazilian democracy. *American Journal of Industrial and Business Management*, 3, 43-51.

O Povo. (2020, 14 de agosto). [Capitão Wagner]. Eleições Limpas e Livres. *Jornal O Povo*. Recuperado de: <https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/08/14/capitao-wagner--eleicoes-limpas-e-livres.html>.

O Povo. (2020, 03 de novembro). Operação contra o Hospital de Campanha do PV é “clara interferência política do governo Bolsonaro”, diz RC. *Jornal O Povo*. Recuperado de: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/11/03/operacao-contra-o-hospital-de-campanha-do-pv-e--clara-interferencia-politica-do-governo-bolsonaro---diz-rc.html>.

Pagotto, L. (2013). Esforços globais anticorrupção e seus reflexos no Brasil. In: Del Debbio, A. et al. (Coord.). *Temas de anticorrupção & compliance* (pp. 21-43), Rio de Janeiro: Elsevier.

Palmeira, M. G., & de Heredia, B. M. A. (1995). Os comícios e a política de facções. *Anuário Antropológico*, 19(1), 31-94.

Palma, G., & Sauma, J. (2020, 29 de setembro). PF faz buscas contra Helder Barbalho e prende secretários do governador em operação contra supostos desvios de recursos da Saúde. *G1 PA*. Recuperado de: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/09/29/pf-faz-operacao-sobre-supostos-desvios-de-recursos-da-saude-no-governo-do-para.ghtml>.

Peres, P., & Bezerra, G. (2020). Oposição Parlamentar: conceitos e funções. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 110, 247-298.

Pilau, L., & Engelmann, F. (2020). Delegados Federais e Usos Políticos do “Combate à Corrupção”. 44º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais.

Polícia Federal. (2020, 25 de maio). PF investiga desvio de recursos destinados à compra de respiradores em Fortaleza/CE. *Polícia Federal*. Recuperado de: <http://www.pf.gov.br/imprensa/noticias/2020/05-noticias-de-maio/pf-investiga-desvio-de-recursos-destinados-a-compra-de-respiradores-em-fortaleza-ce>.

Praça, S., & Taylor, M. (2014). Inching Toward Accountability: The Evolution of Brazil's

Anticorruption Institutions, 1985-2010. *Latin American Politics and Society*, 56(2), 27-48.

R7. (2020, 06 de junho). Após ida ao hospital do Anhembi, deputados acionam MP e Senado. Recuperado de: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/apos-ida-ao-hospital-do-anhembi-deputados-acionam-mp-e-senado-06062020>.

Revista Ceará. (2020, 20 de setembro). Hospital móvel do PV encerra atendimento, gastos superam a casa dos R\$ 100 milhões em 5 meses. *Revista Ceará*. Recuperado de: <https://www.revistaceara.com.br/hospital-movel-do-pv-encerra-atendimento-gastos-superam-a-casa-dos-r-100-milhoes-em-5-meses/>.

Rodrigues, F. (2019). *Operação Lava Jato: aprendizado institucional e ação estratégica na Justiça Criminal*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Rodrigues, F., & Arantes, R. (2020). Supremo Tribunal Federal e A Presunção de Inocência: Ativismo, Contexto e Ação Estratégica. *REI-Revista Estudos Institucionais*, 6(1), 21-54.

Sabóia, G., & Regula, F. (2020, 28 de agosto). STJ afasta Witzel do cargo de governador do RJ; Pastor Everaldo é preso. *UOL Notícias*. Recuperado de: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/28/stj-witzel-afastamento.htm?cmpid=copiaecola>.

Sadek, M. (1995). *A justiça eleitoral e a consolidação da democracia no Brasil*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung.

Sadek, M. (2004). Judiciário: mudanças e reformas. *Estudos avançados*, 18(51), 79-101.

Sadek, M. (2009). Cidadania e Ministério Público. In: Sadek, M. (org.). *Justiça e cidadania no Brasil* (pp. 3 – 22). Rio de Janeiro: Centro Edelstein.

Tarouco, G. da S. (2014). Governança eleitoral: modelos institucionais e legitimação. *Cadernos Adenauer*, 15(1), 229-243.

Tate, C. N., & Vallinder, T. (1995). *The Global expansion of Judicial power*. Nova York: New York University Press.

Telles, H.; Fraiha, P. S., & Lopes, N. (2016). Escândalos midiáticos de corrupção e pragmatismo: campanhas e voto para prefeito de Belo Horizonte. In: Lavareda, A., & Telles, H. (org.). *A lógica das eleições municipais* (pp. 203-248). Rio de Janeiro: FGV.

Thompson, J. B. (2002). *O escândalo político. Poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes.

Tribunal Superior Eleitoral. (2020, 1º de julho). Câmara aprova PEC, e Eleições Municipais 2020 são adiadas para novembro. *Tribunal Superior Eleitoral*. Recuperado de: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Julho/camara-aprova-pec-e-eleicoes-municipais-2020-sao-adiadas-para-novembro>.

Vale, T. (2009). *Justiça Eleitoral e judicialização da política: um estudo através da história*. (Tese de

Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Vasconcelos, F. (2005). *Juízes no banco dos réus*. Publifolha.

Zauli, E. M. (2011). Justiça eleitoral e judicialização das eleições no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 102, 255-290.

## 05. ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 2020: PARTICIPAÇÃO FEMININA E APORTE NORMATIVO

Adriana Soares Alcântara<sup>1</sup>

Francisco Josênio Camelo Parente<sup>2</sup>

José Raulino Chaves Pessoa Júnior<sup>3</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

As eleições municipais de 2020 foram marcadas pelo aumento das candidaturas de mulheres. Esse crescimento ocorreu menos pelo efeito direto das cotas eleitorais por gênero e mais pelo efeito indireto do fim das coligações para disputa proporcional. Percebe-se a importância que as regras eleitorais desempenham na disputa política como balizadoras das ações das(os) atoras (es) no cenário político eleitoral. Partidos, candidatas (os) e Justiça Eleitoral tem a sua participação, ou pelo menos deveriam ter, no aumento da representação política eleitoral.

A igualdade de todas (os) perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, é algo distante na sociedade. Ser apenas residente no País não é suficiente para que mulheres e homens tenham direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade e as prescrições normativas se distanciam da realidade vivida pelas (os) brasileiras (os) parecendo destinadas a indivíduos de outras terras que não as nossas.

As desigualdades econômica, social, política e cultural marcam a sociedade brasileira. Somos um povo dividido até mesmo nas impressões sobre desigualdade. A sociedade dividida em classes A, B, C, D e E importa para além dos estudos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elas têm diferentes tipos de ocupação e sofrem por desigualdades cada vez mais desiguais – não existe sofrimento igual a outro<sup>4</sup>. Vivemos em momento

1 Doutoranda em Planejamento e Políticas Públicas da UECE. Vinculada ao grupo de pesquisa Democracia, Partidos e Políticas Públicas (UECE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1429273362277016>.

2 Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo – USP, Professor do Programa de Planejamento e Políticas Públicas da UECE

3 Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (PPGPP/UECE). Líder do grupo de pesquisa Democracia, Partidos e Políticas Públicas (UECE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3204550551936525>.

4 <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30172-estatisticas-de-genero-ocupacao-das-mulheres-e-menor-em-lares->

de antagonismos, quando diferenças e desigualdades são ressaltadas e ignoradas, muitas vezes pelos mesmos agentes.

A leitura e interpretação do art.5º, I, da Constituição Federal de 1988 fantasiam o nosso dia a dia: não somos iguais em direitos e deveres. Alguns têm casa, outros moram sobre o viaduto e, para isso, contam com a coragem daquele que destrói os obstáculos ao colchão; algumas famílias almoçam e jantam e outras renunciam à sua porção para a filha menor; algumas não questionam a cidadania porque estão na classe A, criada especialmente para delimitar a sua superioridade e outras simplesmente não sabem o que é ter direitos, pois são violadas e violentadas diuturnamente. É esse o país que nos abriga.

O art.14 da Constituição Federal prevê que o sufrágio universal e o voto direto e secreto são meios de se exercer a soberania popular e que o alistamento eleitoral e o voto devem ser exercidos obrigatoriamente por pessoas maiores de 18 anos. Mulheres e homens podem se alistar, votar e serem votados, desde que possuam condições determinadas de elegibilidade, como ser filiada ao partido político e possuir domicílio eleitoral ou não incorram em causas de inelegibilidade. As mulheres, pois, podem candidatar-se, mas não conseguem ou não se elegem na mesma proporção dos homens.

O presente artigo apresenta uma compilação de normas voltadas para o incentivo e melhoria na participação da mulher na política, desde a edição da Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995, e da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, até o momento da realização das eleições de novembro de 2020. Serão apresentadas e analisadas as leis e resoluções do Tribunal Superior Eleitoral que trouxeram alterações para ambas as normas e o impacto normativo no pleito municipal recente.

O marco inicial de nossa investigação, portanto, será a Lei nº 9096, de 19.9.1995, que revogou a Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, denominada de Lei Orgânica dos Partidos Políticos, e atribui de modo marcante autonomia para os partidos políticos com redução da competência de fiscalização da Justiça Eleitoral na existência dos partidos políticos.

O artigo está dividido em três tópicos. O primeiro traz o detalhamento das leis eleitorais vigentes, suas alterações por leis e resoluções. As alterações feitas por leis constam na primeira tabela, onde, ao lado da norma, está a ementa; as resoluções são diluídas no texto. Optamos por demonstrar de modo descritivo as alterações legislativas em razão da variedade de nor-



mas que disciplinam procedimentos e processos eleitorais, o que dificulta em muito as atividades dos estudiosos e operadores do Direito eleitoral. É fato que deve ser considerada a diversidade de normas e de condutas que se pretende disciplinar, com novidades surgidas a cada pleito, conforme analisado por Alcântara (2018).

O segundo tópico separa por temas as alterações ocorridas e as analisa destacando as destinadas a aumentar a participação feminina na política. Discorreremos, portanto, sobre os incentivos institucionais à participação feminina, onde selecionamos os incentivos financeiros e a propaganda eleitoral, a estrutura organizativa dos partidos e as cotas de gênero. Sobre cada tema, as análises objetivam contribuir com discussões atuais que tiveram impacto nas eleições de novembro de 2020. São abordados cinco incentivos, como: Fundo partidário, Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), propaganda eleitoral, estrutura organizativa dos partidos políticos e cota nas eleições. O terceiro tópico menciona e discorre sobre o ativismo da Justiça Eleitoral com o enfoque nas ações implementadas pela Justiça Eleitoral. As considerações são apresentadas ao final do trabalho.

## **2. LEIS ELEITORAIS VIGENTES E A ATENÇÃO À PARTICIPAÇÃO FEMININA**

As normas importam! Têm vigência no ordenamento jurídico eleitoral e são fontes do Direito eleitoral o Código Eleitoral (Lei nº 4.737/65), a Lei das inelegibilidades (Lei Complementar nº 64/90), a Lei nº 9.096, de 19 setembro de 1995, que dispõem sobre partidos políticos e regulamentam os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal, e a Lei nº 9504/97, de 30 de setembro de 1997, que se propõe a ser única para todos os pleitos. Ao lado das leis – referidas em cronologia ascendente, citamos as jurisprudências, de importância para a compreensão do Direito eleitoral e do entendimento firmado pela Justiça Eleitoral. Esta, nas suas atividades fiscalizatória e punitiva, define, por meio da jurisprudência, questões tidas como essenciais para o Direito eleitoral (ALCÂNTARA, 2018)<sup>5</sup>.

Em posição hierarquicamente superior está a Constituição Federal de 1988, que disciplina a igualdade entre todas as pessoas e o exercício de direitos políticos – possibilitando o exercício do sufrágio e a possibilidade de candidatura às brasileiras e aos brasileiros, desde que cumpridas as condições de elegibilidade e não existentes as condições de inelegibilidade.

<sup>5</sup> Sobre a quantidade de regras eleitorais no Brasil, a importância de se analisar o desenho institucional e a relação entre o sistema eleitoral e o sistema partidário, ver Melo, Pessoa Jr & Soares, 2020.

Pois bem, o Código Eleitoral data de 1965, possui 383 artigos, alguns revogados, alterados parcial ou totalmente pela Constituição Federal de 1988 e por leis que o sucederam<sup>6</sup>. Trata de alistamento de eleitores e exercício do voto; eleições; propaganda eleitoral; disposições procedimentais e processuais de natureza penal e civil. A redação nos revela a ausência de regras que incentivem a participação feminina ou diferenciem as eleitoras sob algum aspecto. Apenas dois artigos fazem alusão às palavras sexo e mulher: o art.6º prevê que o alistamento e o voto são obrigatórios para brasileiros de ambos os sexos e o art.143, §2º, prevê prioridade às grávidas para votarem, no dia da eleição. Não há surpresa na ausência, uma vez que essa preocupação com a participação da mulher na política e a adoção de políticas afirmativas tem tomado corpo no Brasil nas últimas décadas, de forma lenta, entretanto.

A Lei Complementar nº 64/90, denominada de Lei das inelegibilidades, tem preocupação com os casos de desincompatibilização daqueles que pretendem candidatar-se e traz hipóteses e operacionalização das ações de investigação judicial eleitoral. Não há referência às candidaturas femininas.

A Lei nº 9096, de 19 de setembro de 1995, foi editada, inicialmente, sem qualquer referência às candidaturas femininas. A sua preocupação é viabilizar as atividades partidárias, compatibilizando com a competência da Justiça Eleitoral que, vez por outra, se choca com a autonomia estabelecida. As disposições preliminares anunciam no art.1º que os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado e destinam-se a assegurar o interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

Nos artigos seguintes, a Lei nº 9096/95 garante a liberdade para criar, fundir, incorporar e extinguir partidos políticos e a autonomia para, uma vez criados e registrados os seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, organizar a sua estrutura interna e o funcionamento, definir duração de mandatos e a possibilidade de que os órgãos provisórios assim permaneçam por até oito anos. As liberdades, ressalte-se, não eximem a obediência às prescrições legais.

Constam, ainda, regras sobre filiação partidária, fidelidade e disciplinas, prestação de contas, composição e distribuição do Fundo Partidário.

A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, surge como uma esperança de lei única para todos os pleitos. Observa-se, de partida, que ela já revoga dis-

---

6 <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965>

positivos da Lei nº 9.100/95 que estabelecia normas para as eleições de 1996. Traz regras gerais sobre condições de elegibilidade, escolha e registro de candidatas (os), realização das eleições, coligações, financiamento de campanha, pesquisas e propagandas eleitorais, prestação de contas, condutas vedadas a agentes públicos, meios de fiscalização e apuração de condutas irregulares pela Justiça Eleitoral. Ambas as leis foram objeto de muitas alterações desde a sua edição, conforme demonstramos na tabela nº 1, a seguir, por ordem cronológica de edição de cada lei.

**Tabela 1. Normas eleitorais que alteraram as Leis nºs 9096/95 e 9.504/97**

Lei nº	Ementas
9.259/1996	Acrescenta parágrafo único ao art. 10, dispõe sobre a aplicação dos arts. 49, 56, incisos III e IV, e 57, inciso III, da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e dá nova redação ao § 1º do art. 1º da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951.
9.504/1997	Estabelece normas para as eleições trazendo alterações na Lei 9.096/95
9.693/1998	Modifica a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), para tratar de punição ao partido político mediante suspensão de cotas do Fundo Partidário.
9.840/1999	Altera dispositivos da Lei no 9.504, de 30 de setembro de 1997, e da Lei no 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.
11.300/2006	Dispõe sobre propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, alterando a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.
12.034/2009*	Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.
12.350/2010	Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas; altera as Leis nos 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.959, de 27 de janeiro de 2000, 10.887, de 18 de junho de 2004, 12.058, de 13 de outubro de 2009, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 10.996, de 15 de dezembro de 2004, 11.977, de 7 de julho de 2009, e 12.249, de 11 de junho de 2010, os Decretos-Leis nos 37, de 18 de novembro de 1966, e 1.455, de 7 de abril de 1976; revoga dispositivos das Leis nos 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e dá outras providências.
12.875/2013	Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, nos termos que especifica.
12.891/2013*	Altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para diminuir o custo das campanhas eleitorais, e revoga dispositivos das Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, e 9.504, de 30 de setembro de 1997.
13.107/2015*	Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre fusão de partidos políticos.

13.165/2015*	Altera as Leis n° 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina.
EC 97/2017*	Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição.
13.487/2017*	Altera as Leis n° 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão.
13.488/2017*	Altera as Leis n° 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei n° 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral.
13.831/2019	Altera a Lei n° 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), a fim de assegurar autonomia aos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios; e dá outras providências.
13.877/2019*	Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), 13.831, de 17 de maio de 2019, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, para dispor sobre regras aplicadas às eleições; revoga dispositivo da Lei n° 13.488, de 6 de outubro de 2017; e dá outras providências.
14.063/2020	Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de <i>softwares</i> desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei n° 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei n° 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Obs.: Ressalta-se que o asterisco indica quando a Lei referida alterou ao mesmo tempo as duas Leis n°s 9096/95 e 9.504/97.

## INCENTIVOS INSTITUCIONAIS À PARTICIPAÇÃO FEMININA

Na Ciência Política, em sua vertente neoinstitucionalista, é debatido o custo para participação política. Quando analisamos esse pedágio sob a perspectiva de gênero, ele se torna mais elevado para as mulheres, aumentando o custo para que estas consigam integrar a vida política e a atividade partidária.

São inúmeros os constrangimentos que impendem e limitam a plena integração das mulheres no sistema político. Tarefas domésticas, criação dos filhos, jornadas duplas de trabalho são ações que as perseguem e dificultam a saída da mulher do ambiente privado e a entrada – por mais lenta que seja, na esfera pública, um ambiente interfere no outro e não é possível, “*descolar a esfera política da vida social, a vida pública da privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática*”. (BIROLI & MIGUEL, 2014, pg.33). A literatura especializada nesse debate enumera constrangimentos sociais, políticos, econômicos, culturais e institucionais. No presente texto iremos ana-

lisar a legislação eleitoral para identificar incentivos institucionais que contribuem para diminuir o custo para participação feminina na política.

#### a) Fundo partidário

No sítio do TSE ([www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br))<sup>7</sup> é possível encontrar a definição do Fundo Partidário: é um fundo especial destinado aos partidos políticos constituído de recursos públicos e particulares.

A Lei n° 9.096/95 traz regras gerais sobre recebimento dos recursos do Fundo Partidário e distribuição para os diversos órgãos dos partidos políticos. Sua aplicação é fiscalizada pela Justiça Eleitoral, espelhada nas prestações de contas apresentadas anualmente pelos partidos políticos e em anos de campanhas eleitorais. Há casos de suspensão do repasse e desconto das parcelas liberadas mensalmente pelo TSE.

Em 2009, a Lei 12.034 incluiu um inciso no art. 44 da Lei 9.096/95 onde se lia a distribuição de recursos do Fundo Partidário para criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, conforme percentual fixado pelo órgão nacional, observando o mínimo de 5% do total. A Lei n° 13.165, de 2015, alterou o inciso inserindo a exigência de secretaria da mulher, instituto ou fundação para criar e manter os programas. Esta norma de 2015, denominada de minirreforma eleitoral, determina, ainda, que o partido político que não cumprir a norma deverá transferir o saldo para conta específica, sendo vedada sua aplicação para finalidade diversa, de modo que o saldo remanescente deverá ser aplicado dentro do exercício financeiro subsequente, sob pena de acréscimo de 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do valor previsto inicialmente.

Importante é citar a decisão na ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5617, de 15.3.2018, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria de votos, que a distribuição de recursos do Fundo Partidário destinado ao financiamento das campanhas eleitorais direcionadas às candidaturas de mulheres deve ser feita na exata proporção das candidaturas de ambos os sexos, respeitado o patamar mínimo de 30% de candidatas previsto no artigo 10, parágrafo 3°, da Lei 9.504/1997 (Lei das Eleições). Restou decidido, ainda, que é inconstitucional a fixação de prazo para esta regra, como determina a lei, e que a distribuição não discriminatória deve perdurar enquanto for justificada a necessidade de composição mínima das candidaturas femininas.

<sup>7</sup> <https://www.tse.jus.br/partidos/fundo-partidario-1/perguntas-frequentes-fundo-partidario>

Em 2019, a Lei nº 13.877 traz nova alteração para que não só a criação mas a execução dos programas de promoção e difusão da participação da mulher sejam feitas pela Secretaria da Mulher ou, a critério da agremiação, por instituto com personalidade jurídica própria presidido pela Secretaria da Mulher, em nível nacional, conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total. Ressaltamos que surge a obrigatoriedade instituir órgão próprio para criação dos programas no diretório nacional de cada partido em estruturação que nem sempre é reproduzida nos estados ou municípios, o que significa dizer que os recursos destinados pelo TSE aos órgãos nacionais podem não chegar às instâncias inferiores.

#### **b) Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)**

As Leis nºs 13.487 e 13.488, ambas de 2017, disciplinam a instituição e a distribuição do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, o FEFC. Este incentivo, também conhecido como Fundão, só é devido em anos de eleições e foi inserido na Lei nº 9.504/97 pela Lei nº 13.487, de 6 de outubro de 2017. É constituído por dotações orçamentárias da União e distribuído aos partidos políticos a partir de um cálculo feito com base no número de deputados e senadores eleitos na última eleição geral.

Os critérios de distribuição são previamente discutidos e aprovados pela maioria absoluta dos membros do diretório nacional de cada partido, podendo ser renunciado por ele. Não há análise dos critérios pelo Tribunal Superior Eleitoral, o que pode resultar em distribuição que privilegie determinadas candidaturas em detrimento de outras, a depender de potencial de votos, análise de estratégias de reeleição, entre outras.

A Resolução do TSE nº 23.605, de 17 de dezembro de 2019<sup>8</sup>, no seu art.6º, §1º, menciona o que restou decidido pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade nº 5.617/DF, de 15.3.2018, e na Consulta n 0600252-18 de 22.5.2018, e dispõe que os critérios a serem fixados devem prever a aplicação de no mínimo 30% do total recebido do FEFC de modo proporcional ao número de candidatas do partido ou da coligação.

Os critérios devem ser divulgados de modo amplo, encaminhados ao TSE com uma série de documentos que comprovem a discussão, a divulgação e a abertura de conta bancária específica para o trânsito dos recursos.

---

8 Res. 23.605 de 17.12.2019 - Estabelece diretrizes gerais para a gestão e distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).

A Res. nº 23.607, de 17 de dezembro de 2019<sup>9</sup>, em seu art.17, traz explicitamente que os partidos políticos devem destinar o percentual de 30%, no mínimo, do FEFC para aplicação nas campanhas de suas candidatas. Este percentual deverá ser majorado se houver aumento no número de candidatas. Ressalta-se que a aplicação de recursos desta natureza deve ser feita pela candidata no interesse de sua campanha ou de outras campanhas femininas, sendo ilícito o seu uso para financiar candidaturas masculinas, ainda que somente parte deles. Há algumas exceções, mas o uso do FEFC nas candidaturas femininas deve ter como foco o benefício nas campanhas. Seu emprego ilícito sujeita os responsáveis e beneficiários às sanções previstas no art. 30-A da Lei nº 9.504/97 como negação do diploma da (o) eleita (o) ou sua cassação. Há ainda a determinação de que o repasse irregular seja recolhido ao Tesouro Nacional com responsabilização das pessoas envolvidas na irregularidade

A tabela nº 2 demonstra o total de Recursos do FEFC distribuídos para as eleições de novembro de 2020, por partido, ressaltando que os partidos NOVO e PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro renunciaram ao recebimento, conforme notícia do TSE constante no link: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Junho/divulgada-nova-tabela-com-a-divisao-dos-recursos-do-fundo-eleitoral-para-2020>.

**Tabela 2 . total de recursos do FEFC distribuídos em 2020**

<b>Partido</b>	<b>Valor Total do FEFC (R\$)</b>
Partido dos Trabalhadores – PT	201.297.516,62
Partido Social Liberal – PSL	199.442.419,81
Movimento Democrático Brasileiro – MDB	148.253.393,14
Progressistas – PP	140.669.215,02
Partido Social Democrático – PSD	138.872.223,52
Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB	130.452.061,58
Democratas – DEM	120.810.759,08
Partido Liberal – PL (antigo PR)	117.621.670,45
Partido Socialista Brasileiro – PSB	109.545.178,16
Partido Democrático Trabalhista – PDT	103.314.544,11
Republicanos – Republicanos (antigo PRB)	100.632.561,34
Podemos – PODE	77.968.130,80
Partido Trabalhista Brasileiro – PTB	46.658.777,07
Solidariedade – SOLIDARIEDADE	46.037.917,83
Partido Socialismo e Liberdade – PSOL	40.634.516,50
Partido Republicano da Ordem Social – PROS	37.187.846,96
Partido Novo – NOVO	36.564.183,26
Cidadania – CIDADANIA (antigo PPS)	35.824.724,42

<sup>9</sup> Res. nº 23.607 de 17.12.2019 - Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições.

Patriota – PATRIOTA	35.139.355,52
Partido Social Cristão – PSC	33.239.786,22
Partido Comunista do Brasil – PCdoB	30.941.860,30
Rede Sustentabilidade - REDE	28.430.214,66
Avante – AVANTE	28.121.267,64
Partido Verde – PV	20.498.922,01
Partido Trabalhista Cristão – PTC	9.498.596,58
Partido da Mobilização Nacional – PMN	5.872.173,76
Democracia Cristã – DC	4.025.171,90
Partido Comunista Brasileiro – PCB	1.233.305,95
Partido da Causa Operária – PCO	1.233.305,95
Partido da Mulher Brasileira – PMB	1.233.305,95
Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB	1.233.305,95
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU	1.233.305,95
Unidade Popular – UP	1.233.305,95
Partido Humanista da Solidariedade – PHS	-
Partido Pátria Livre – PPL	-
Partido Republicano Progressista – PRP	-
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.034.954.823,96</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Os partidos PHS, PPL e PRP foram incorporados no ano de 2019 a outros partidos, por isso não entraram na distribuição prevista acima.

### c) Propaganda eleitoral

A Lei nº 9.504 de 1997 traz, nos artigos nºs 36 a 41-A, prescrições gerais sobre a propaganda eleitoral que vem a ser um instrumento de acesso do eleitor à (ao) candidata (o) a fim de conhecer sua plataforma de governo, suas intenções no transcorrer do mandato.

Há na norma regras sobre condutas permitidas e proibidas na propaganda eleitoral, prazos de início e fim, caracterização de propagandas antecipadas e detalhes sobre a feitura do material a ser utilizado como meio propagandístico. A leitura deve ser feita de forma minuciosa e requer o cumprimento rigoroso sob pena de ajuizamento de representações que podem trazer multas e outras penalidades para as concorrentes.

O horário eleitoral gratuito é outro instrumento de veiculação de plataforma de governo. A sua divisão é feita por sistema próprio do TSE, a partir de cálculos feitos sobre o desempenho parlamentar dos partidos. A veiculação desta propaganda não é paga, mas a sua confecção em meios e formatos adequados é um elemento de competição que não pode ser desconsiderado.

O estabelecimento de cláusula de desempenho para o exercício do ho-



rário eleitoral trouxe impacto de forma indireta nas candidaturas femininas. Observamos a seguir que vários partidos ficaram sem o direito a participar do horário eleitoral, o que trouxe prejuízos às candidaturas.

Esta mudança trazida pela Emenda Constitucional nº 97/2017 confirmou a autonomia partidária, ratificando o constante no art. 17 da Constituição Federal e atribuiu cláusula de desempenho para recebimento de recursos do fundo partidário e acesso ao rádio e televisão. É mudança que impacta diretamente na competitividade pois alija do pleito alguns partidos que não conseguiram eleger nomes na eleição passada. Recentes estudos concluem que a Emenda Constitucional nº 97/2017 trouxe para as eleições de 2020 alterações, tanto na competição partidária, onde os partidos maiores apresentaram maior desempenho eleitoral e os menores foram penalizados de modo drástico com relação ao número de candidatos, votos e cadeiras, como no caso de comprovada redução da fragmentação partidária (MELO, PESSOA JR & SOARES, 2020).

A tabela nº 3, cujas análises constam de trabalho apresentado no 12º Encontro da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política, apresenta o quadro partidário para o cálculo do horário eleitoral no pleito de 2020.

**Tabela 3. Cálculo do horário eleitoral com base na representatividade**

Partido	Bancada Eleição 2018	Bancada Horário Eleitoral 2020
Partido dos Trabalhadores – PT	54	54
Partido Social Liberal – PSL	52	52
Progressistas – PP	38	38
Partido Social Democrático – PSD	35	35
Movimento Democrático Brasileiro – MDB	34	34
Partido Liberal – PL (antigo PR)	33	33
Partido Socialista Brasileiro – PSB	32	32
Republicanos – Republicanos (antigo PRB)	30	30
Democratas – DEM	29	29
Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB	29	29
Partido Democrático Trabalhista – PDT	28	28
Podemos – PODE*	11	17
Solidariedade – SOLIDARIEDADE	13	13
Partido Socialismo e Liberdade – PSOL	10	10
Partido Trabalhista Brasileiro – PTB	10	10
Partido Comunista do Brasil – PCdoB*	9	10
Patriota – PATRIOTA *	5	9
Cidadania – CIDADANIA (antigo PPS)	8	8
Partido Novo – NOVO	8	8
Partido Republicano da Ordem Social – PROS	8	8

Partido Social Cristão – PSC	8	8
Avante – AVANTE	7	7
Partido Verde – PV	4	4
Partido da Mobilização Nacional – PMN	3	-
Partido Trabalhista Cristão – PTC	2	-
Democracia Cristã – DC	1	-
Rede Sustentabilidade - REDE	1	-
Partido Comunista Brasileiro – PCB	0	-
Partido da Causa Operária – PCO	0	-
Partido da Mulher Brasileira – PMB	0	-
Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB	0	-
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU	0	-
Unidade Popular – UP	0	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

\* partidos incorporadores

Os suplentes de deputados federais, ressaltamos, não foram considerados e a representação, na hipótese de falecimento ou renúncia do titular, é a da bancada eleita. As fusões e incorporações resultam uma nova conjuntura, descrita na Portaria nº 722, do TSE, de modo que os partidos PODE, PCdoB e PATRIOTA receberam, respectivamente, 6, 1 e 4 cadeiras dos partidos que incorporaram. O cenário resta alterado, pois há uma redução de partidos e candidatos: a competição foi modificada em razão da ausência dos partidos incorporados e da ausência de desempenho parlamentar – sem eleição de deputados federais, alguns deixam de acessar o horário eleitoral em 2020.

Decorre, ainda, da EC 97/2017 a proibição, para as eleições de novembro de 2020, de realização de coligações para os cargos proporcionais, o que pode impactar no número de candidatas a partir de então. Observa-se que não se conta mais com a força de partidos coligados, quando havia claro benefício de partidos menos simpáticos ao eleitorado. Observa-se o aumento no número de candidatas, que não implica, necessariamente, no aumento de eleitas.

Existe, ainda, a Lei nº 13.488, de 2017, que alterou a Lei 9.504/97, acrescentando no art. 93-A que o Tribunal Superior Eleitoral, no período de 1º de abril a 30 de julho dos anos eleitorais, promoverá, em até cinco minutos diários, contínuos ou não, requisitados às emissoras de rádio e televisão, propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a participação feminina, dos jovens e da comunidade negra na política, bem como a

esclarecer os cidadãos sobre as regras e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro.

#### **d) Estrutura organizativa dos partidos políticos**

Os partidos possuem, conforme a Lei 9.096, de 1995, autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, podendo estabelecer cronogramas de atividades de campanha, delimitar o prazo das comissões provisórias, formar composições, entre outras ações.

As composições partidárias podem ser feitas por órgãos definitivos e órgãos provisórios, desde que vigentes. Os órgãos provisórios surgem, teoricamente, para preparar os órgãos definitivos, não obstante possam durar até oito anos após a edição da Lei nº 13.831/2019. Esta vem reafirmar a autonomia dos partidos políticos que, não poucas vezes, tem sido utilizada para justificar atos considerados arbitrários pelos próprios filiados.

A ausência de democracia interna é uma constante em vários órgãos partidários, o que justifica uma hierarquia arbitrária e falta de participação. O chefe, por vezes, personifica o partido, e todo o funcionamento deste é condicionado à existência de determinados dirigentes. A presença ou a ausência da democracia intrapartidária é constatada na formação, constituição e desconstituição das composições municipais e estaduais, na realização das convenções para escolha de candidatas (os), nas tomadas de decisões e na participação das(as) filiadas (os).

Os partidos políticos, então, possuem autonomia para inserir mulheres em suas composições e fazê-las participar ativamente da vida político-partidária. Não há obrigatoriedade nessa inserção, mas espera-se que seja um passo próximo, a depender de alterações legislativas, mas, antes de tudo, da vontade do legislador.

O TSE tem reconhecido que a implementação de medidas administrativas e ações afirmativas com vistas ao fortalecimento da participação feminina na política tem sido insuficiente. Foi neste sentido que a ministra Rosa Weber votou nos autos da CTA nº 3816-39<sup>10</sup>, favorável ao preenchimento de cotas de ambos os sexos quando da composição partidária, conforme citamos a seguir:

Consulta respondida afirmativamente quanto ao primeiro quesito, nos seguintes termos: a previsão de reserva de vagas para a dispu-

10 Consultanº 0603816-39.2017.6.00.0000 – Brasília - DF Relatora: ministra Rosa Weber. 19.5.2020.

ta de candidaturas proporcionais, inscrita no § 3º do artigo 10 da Lei nº 9.504/97, deve ser observada para a composição das comissões executivas e diretórios nacionais, estaduais e municipais dos partidos políticos, de suas comissões provisórias e demais órgãos equivalentes. Apelo ao legislador para que a obrigatoriedade da reserva de gênero de 30% para as candidaturas dos órgãos internos dos partidos políticos seja incluída na legislação, com a previsão de sanções às legendas que não a observarem. Ofício ao Congresso Nacional, nos termos deliberados pelo Plenário, a partir de proposta do Ministro Luís Roberto Barroso.

A inovação carece de previsão legislativa e resultaria em maior participação da mulher nas organizações partidárias. Anota-se que o inteiro teor da decisão do TSE foi enviado para a Presidência do Senado Federal através do ofício nº GAB-SPR nº 4250/2020, em 13/10/2020. Aguardemos as providências.

Em consulta feita ao banco de dados da Justiça Eleitoral no mês de agosto de 2020, dos 33 partidos vigentes, apenas 19 diretórios nacionais possuíam mulheres em suas comissões executivas, sendo 2 presidentes, 4 mulheres na primeira e na segunda vice-presidências, 8 secretárias e 12 tesoureiras. Observa-se que os cargos de chefias ficam em sua maioria para os homens de forma naturalizada por toda a sociedade, cabendo às mulheres, filiadas ou não, os serviços secundários, administrativos e de organização do partido político.

A necessidade de que mais mulheres façam parte do universo político-partidário, ocupando conscientemente o espaço público, é fato que tem sido discutido amplamente por teorias feministas. Sobre o assunto,

O feminismo mostra, assim, que é impossível descolar a esfera pública da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática. Faz sentido, assim, abandonar a visão de que esfera privada e esfera pública correspondem a “lugares” e tempos” distintos na vida dos indivíduos, passando a discutí-las como um complexo diferenciado de relações, de práticas e de direitos – incluídos os direitos à publicidade e à privacidade – permanentemente imbricados, uma vez que os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma das esferas serão sentidos na outra. (BIROLI & MIGUEL, p.33, 2014).

### **e) Cota nas eleições**

A Lei nº 9.504/97 trouxe o aumento na estipulação das vagas já prevista na Lei nº 9.100, que estabelecia normas para as eleições de 1996. Esta previa,

no art.11, §3º, que deveria ser preenchido o percentual de vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação com candidaturas de mulheres. A Lei nº 9.504/97 disciplinou então que o partido reservaria os percentuais de 30% e 70% das vagas para candidaturas de cada sexo. Ressalta-se que a palavra “mulheres” não se encontra na referida norma, mas dialogando com a nossa realidade, constata-se que houve um aumento de 20% para 30% com uma obrigação de reservar que parece não ter se mostrado muito efetiva. A Lei nº 12.034, de 2009, dez anos depois, trouxe uma importante alteração à Lei nº 9.504/97, quando deu nova redação ao parágrafo terceiro do art.10<sup>11</sup>: a obrigação imposta ao partido de reservar o mínimo e o máximo de vagas para candidaturas de cada sexo foi substituída pela obrigação de preencher o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

É importante anotar a contribuição para as eleições municipais de novembro de 2020 com a Resolução nº 23.609, de dezembro de 2019<sup>12</sup>: o art.17, §§3º e 4º, informa que no cálculo dos 30% e 70% qualquer fração será igualada a 1 no cálculo do percentual mínimo estabelecido para um dos gêneros e desprezada para o cálculo das vagas do outro gênero. Este cálculo terá como base o número de candidaturas efetivamente requeridas pelos partidos políticos com a devida autorização da (o) candidata (o), sendo observado, inclusive, para aquelas vagas remanescentes e também no caso de substituição.

---

11 Art.9.504/97 - Art. 10. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 150% (cento e cinquenta por cento) do número de lugares a preencher, salvo: (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

(...)

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 4º Em todos os cálculos, será sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

§ 5º No caso de as convenções para a escolha de candidatos não indicarem o número máximo de candidatos previsto no *caput*, os órgãos de direção dos partidos respectivos poderão preencher as vagas remanescentes até trinta dias antes do pleito.

(Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

12 Res. 23.609 de 18 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a escolha e o registro de candidatos para as eleições.

A exigência da devida autorização é novidade, pois visa a reduzir os muitos pedidos de registro de candidatura apresentados sem a ciência das candidatas, o que trazia inúmeros prejuízos para as mulheres, posteriormente.

Muitas mulheres só sabiam dessa candidatura quando requeriam certidão de quitação eleitoral para assumir um emprego, tinham dificuldades com o CPF ou ainda tencionavam retirar passaporte. Descobriam, então, após várias pesquisas por Cartórios e Tribunal Regional Eleitoral, que não haviam apresentado a prestação de contas de uma campanha em que não pediram para participar. As consequências de uma campanha eleitoral em que a prestação de contas não foi apresentada são graves em razão da impossibilidade de recebimento de quitação durante o mandato respectivo. São, pois, quatro anos sem a possibilidade de retirada de certidão de quitação eleitoral, o que costuma ser um impedimento seriíssimo.

As Res. n<sup>o</sup>s 23.455<sup>13</sup>, de 2015, e 23.548<sup>14</sup>, de 2017, que dispunham, respectivamente, sobre escolha e registro das(os) candidatas(os) nas eleições de 2016 (municipais) e de 2018 (gerais) não previam a exigência de autorização de modo que a inclusão de mulheres nos Demonstrativos de Regularidade de Atos Partidários, feita sem a ciência das candidatas, passa agora a ser mais fiscalizada pela Justiça Eleitoral. É um avanço possibilitado por um incremento normativo.

Há de se observar, todavia, as lacunas nas normas ou as possibilidades de interpretações que trazem ações afirmativas para a participação das mulheres. É o caso, por exemplo, do art.27, §§9<sup>o</sup> e 10<sup>o</sup>, da Res. 23.609/2019 transcrito a seguir:

Art. 27. O formulário RRC deve ser apresentado com os seguintes documentos anexados ao CANDex:

(...)

II - fotografia recente do candidato, inclusive dos candidatos a vice e suplentes, observado o seguinte (Lei n<sup>o</sup> 9.504/1997, art. 11, § 1<sup>o</sup>, VIII):

a) dimensões: 161 x 225 pixels (L x A), sem moldura

b) profundidade de cor: 24bpp;

c) preferencialmente colorida, com cor de fundo uniforme;

§ 9<sup>o</sup> Havendo indícios de que, por seu grau de desconformidade

13 Res. 23.455 de 15 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a escolha e o registro dos candidatos nas eleições de 2016.

14 Res. n<sup>o</sup> 23.548 de 18 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a escolha e o registro de candidatos para as eleições.

com os requisitos do inciso II, a fotografia foi obtida pelo partido ou coligação a partir de imagem disponível na internet, sua divulgação ficará suspensa, devendo a questão ser submetida de imediato ao juiz ou relator, o qual poderá intimar o partido ou coligação para que, no prazo de 3 (três) dias, apresente o formulário do RRC assinado pelo candidato e, ainda, declaração deste de que autorizou o partido ou coligação a utilizar a foto.

§ 10. Desatendido o disposto no parágrafo anterior, a conclusão pela ausência de autorização para o requerimento da candidatura acarretará o não conhecimento do RRC respectivo, o qual deixará de ser considerado para todos os fins, inclusive cálculo dos percentuais a que aludem os §§ 2º a 5º do art. 17, sem prejuízo da comunicação do fato ao Ministério Público Eleitoral, para adoção das providências que entender cabíveis.

Refere-se o dispositivo aos documentos necessários para a análise do Requerimento de Registro de Candidatura (RRC). Havendo indícios de que a fotografia da (o) candidata(o) foi obtida de imagem disponível na internet, o Juiz poderá intimar o partido para que apresente documento assinado com declaração de que autorizou o uso da foto. Se esta apresentação não for feita, a conclusão pela ausência de autorização acarretará o não conhecimento do RRC. Nesta hipótese – de não conhecimento - o registro será desconsiderado, inclusive, impactando no cálculo das cotas. Na hipótese de indeferimento do pedido de registro por ausência de documentos, por exemplo, não haverá impacto nas cotas de gênero. Neste caso e no caso de renúncia, a candidata foi lançada apenas para cumprir as cotas e não impedir o registro das candidaturas dos homens.

O art. 17, §6º, da Res. nº 23.609/2019, traz ainda que a extrapolação do número de candidatos ou o fato de o partido não conseguir cumprir o preenchimento das vagas e não atender as diligências neste sentido resulta em indeferimento de todo o DRAP – Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários - cujo julgamento antecede a todos os pedidos de registro individuais de candidaturas.

A tabela seguinte apresenta uma análise comparativa de candidaturas entre os pleitos municipais de 2016 e 2020. Lembramos que as mudanças trazidas com relação ao preenchimento das cotas pelos partidos, a impossi-

bilidade de coligações para as candidaturas proporcionais e a destinação de recursos financeiros em maior monta são acréscimos normativos trazidos para o pleito de 2020 e, por isso, não devem desconsiderados.

**Tabela 4. Número de candidaturas nos pleitos de 2016 e 2020**

Cargo	Gênero	2016		2020		Diferença
		quant	%	quant	%	
Prefeito	Feminino	79	15,25	88	14,47	9 (0,10%)
Prefeito	Masculino	439	84,75	520	85,53	81 (0,15%)
Vice-prefeito	Feminino	130	23,47	162	25,96	32 (0,19%)
Vice-prefeito	Masculino	424	76,53	462	74,04	38 (0,08%)
Vereador	Feminino	4.507	32,57	5.142	34,37	635 (0,12%)
Vereador	Masculino	9.330	67,42	9.819	65,63	489 (0,04%)
<b>Total</b>		<b>14.909</b>		<b>16.193</b>		<b>1284</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Observa-se que houve um aumento no número de candidaturas femininas para todos os cargos: prefeito, vice-prefeito e vereador. Nove candidatas ao cargo de prefeito a mais do que no pleito de 2016, 32 candidatas para o cargo de vice-prefeito e 635 candidatas ao cargo de vereador a mais do que em 2016.

Nos cargos majoritários, o aumento de candidaturas masculinas supera o número de candidatas, o que não acontece no caso das candidaturas para o cargo de vereador. Há um aumento de 81 candidaturas masculinas entre os dois pleitos. Mesmo com o aumento de 635 candidatas e de 489 candidatos entre os pleitos de vereador, observa-se que há mais candidaturas masculinas em todos os cargos. A porcentagem referente aos candidatos sempre é maior: em ambos os pleitos, os homens representam mais de 80% das candidaturas para o cargo de prefeito e mais de 60% para o cargo de vereador. As mulheres ainda representam, apesar de todas as ações afirmativas impostas pela legislação no que diz respeito à quantidade de recursos ou ainda cotas, em 2020, 34,37 % das candidaturas aos cargos de vereador contra 32,57% em 2016.

Ressaltamos que, das 88 candidatas ao cargo de prefeito, no Ceará, em 2020, apenas 27 se elegeram, somente uma a mais do que o pleito de 2016. Não há aumento de representação se considerarmos que o aumento no número de candidaturas não se reflete na eleição. Há falhas na representação



que não podem ser analisadas e discutidas apenas com a implementação de normas que reservem cotas e destinem recursos. São as dificuldades enfrentadas pelas mulheres de que falam Braga, Dalcin & Boni (2020), quando têm que provar que são elegíveis e, se eleitas, disputarem espaço com as lideranças masculinas. Para as autoras,

Junto com cada mudança institucional visando a maior participação das mulheres na política vemos algum mecanismo que vai na contramão dessa alteração. A adoção das cotas nas listas partidárias e sua obrigatoriedade foi acompanhada pela ampliação no total de candidatos em cada lista. A verba destinada a campanha de mulheres inclui gastos coletivos com campanhas de homens, o que leva a candidaturas, por exemplo, com um homem sendo candidato a prefeito e uma mulher como sua vice-prefeita. E, por fim, a reserva de recursos destinadas às candidaturas femininas não definiu para quais disputas seriam direcionados, deixando a cargo dos partidos decidirem seu destino. (p.204).

Observa-se que, desde o ano de 1995, várias alterações ocorreram nas Leis n<sup>o</sup>s 9.096/95 e 9.504/97, mas poucas foram as modificações que se voltaram para a participação da mulher, em quantidade e em qualidade. Talvez a instituição das cotas de gênero seja a mais importante delas por impactar diretamente nas candidaturas; entretanto, tão importante quanto a instituição de cotas é a análise da implementação. Houve aumento no número de candidatas e no de eleitas? O aumento nas candidaturas femininas não implica maior representatividade se esse aumento não repercute nas eleitas.

Questões outras devem ser repensadas juntamente com a atenção normativa, de cunho sociológico e cultural, talvez. Da leitura de Bourdieu (2020), observamos quão profundas devem ser as análises envolvendo a ordem sexual, a distribuição de funções e o papel reservado na esfera pública para homens e mulheres. Para o autor francês,

Lembrar que aquilo que, na história, aparece como eterno, não é mais que o produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas, tais como a Família, a Igreja, a Escola, e também, em outra ordem, o esporte e o jornalismo (estas noções abstratas sendo simples designações estenográficas de mecanismos complexos, que devem ser analisados em cada caso em sua particularidade histórica) é reinsserir na história e, portanto, devolver à ação histórica a relação entre os sexos que a visão naturalista e essencialista dela arranca (e não, como quiseram me fazer dizer, tentar parar a história e retirar às mulheres seu papel de agentes históricos). (P.8).

A discussão proposta segue para outro ponto, a saber, a reserva de assentos onde teríamos nas casas legislativas cadeiras a serem ocupadas por mulheres e homens. Observa-se que as (os) estudiosas(os) do assunto no Brasil reconhecem a importância das cotas para o aumento da representação, mas consideram a necessidade de que sejam analisadas outras questões. Bolognesi (2000) afirma que o estabelecimento de cotas de gênero deve ser encarado como política pública e que os partidos deveriam assim encarar a questão, fazendo esforço no sentido de inserir a mulher no universo partidário. Araújo (2016, p.58), a presença de cotas é importante para estimular as mulheres a participarem da concorrência. Para a autora, o caso do Brasil surge como mais complexo diante de sinais como apoio e crença na democracia em abstrato, mas descrença e desconfiança em relação aos canais concretos por onde esta democracia se viabiliza.

## ATIVISMO DA JUSTIÇA ELEITORAL

A Justiça Eleitoral tem envidado esforços no sentido de aumentar a participação das mulheres no processo eleitoral. Em atendimento à solicitação feita pela Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA), o TSE criou a Comissão Gestora de Política de Gênero do Tribunal Superior Eleitoral, que, nas eleições 2018, já recomendou que a Justiça Eleitoral atuasse em prol do aumento da participação das mulheres no cenário político. Com a criação do canal *participa mulher*, se veiculam campanhas publicitárias, entrevistas, pesquisas, e há uma coordenação de atividades de todos os tribunais regionais *eleitorais* para que se mobilizem com o mesmo objetivo.

No *link* <<https://www.justicaeleitoral.jus.br/participa-mulher/#estatisticas>> há estatísticas sobre candidaturas e eleições de mulheres nos últimos três pleitos, informações sobre a história do direito do voto feminino e pode ser utilizado por pesquisadores e estudiosos do assunto.

No mês de março de 2021, foram veiculados vários debates sobre igualdade, liderança, violência e gênero, com a participação de personalidades femininas, com a mediação do atual Presidente do TSE, Ministro Luís Roberto Barroso, que tem se mostrado sensível à causa.

Ainda com relação ao cumprimento de cotas de gênero, anota-se que devem ser consideradas para os cálculos de gênero as declarações feitas no Cadastro Eleitoral referidas na Portaria Conjunta nº 1/2018, do TSE que disciplina o uso do nome social no cadastro eleitoral. É uma alteração importante

que tem impacto na distribuição das vagas, a depender da declaração de gênero que a pessoa fizer.

Importante é considerar que decisões prolatadas em processos eleitorais compõem a jurisprudência que pode vir a mudar o rumo das competições eleitorais. Instituições como o Ministério Público Eleitoral e a atuação dos advogados que trabalham no foro eleitoral são de suma importância na mudança do pensamento político dos políticos. A atenção para o número de mulheres registradas e as que realmente movimentaram recursos ou, antes, se ocuparam de trazer documentos hábeis ao deferimento do registro é importante. A inexistência de recursos em campanhas femininas, ausência de quaisquer atos de campanha, pode ser sinal de candidaturas “laranjas”.

E tão importante quanto atentar para as candidaturas todas é compreender que elas estão mudando: grupos antes invisíveis têm tentado candidatar-se, com defesas as mais diversas, mulheres tem se unido para conseguirem êxito em campanhas eleitorais. As mandatas surgiram há pouco tempo com propostas novas, e ganharam força nas eleições de 2020 com eleição de mulheres e grupos minoritários. As mandatas apresentam mandatos coletivos de mulheres que se unem em busca de apoio, coragem, empoderamento; mas não há legislação para esta novidade e o assunto fica para outro artigo.

O TSE também instituiu normas para impedir fraudes na política de cotas - como a Resolução 23.609, de 2019, que determinou como motivo de indeferimento do pedido de registro do partido o não atendimento do mínimo de 30% de candidaturas para algum dos gêneros. Além disso, as candidaturas precisam ser autorizadas por escrito pelos candidatos e sua ausência pode levar ao indeferimento de todos os candidatos. Outro exemplo é a Resolução 23.607, de 2019. Esta regulamenta serem as próprias candidatas, com recursos financeiros próprios do FEFC, que decidem como esse fundo eleitoral será alocando. Este recurso pode até financiar outras candidaturas, outras campanhas de mulheres ou dobradinha com homens, mas precisa ser aprovada pela candidata detentora do recurso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perguntas que lançamos no decorrer da presente escrita não são de resposta imediata, mas apresentam um caminho de reflexão por parte dos que estudam a participação feminina no espaço público.

Pretendem-se visibilidade feminina no debate, o acolhimento e acompanhamento das questões femininas pelas instituições responsáveis e o fim

da reprodução dos padrões e dos preconceitos de que fala Freidenberg (2020) na defesa do neoinstitucionalismo feminino.

Postula-se que as normas sejam interpretadas com o olhar social, político e cultural, de modo que as implementações trazidas por elas sejam feitas a favor da efetiva participação feminina. As normas importam, mas carecem de leitura e interpretação voltadas para a realidade e o ambiente que as recebe, percebendo o modo de agir dos atores presentes.

Observa-se que as alterações legislativas são muitas, mas poucas entram profundamente nas questões e os resultados são poucos, conforme demonstramos nos dados estatísticos apresentados. Algumas normas citadas se propuseram a fazer minirreformas eleitorais que pouco “reformaram” em questões importantes como a participação da mulher na política.

Sugerimos, pois, a implementação de políticas afirmativas que incentivem e acompanhem as candidaturas e as eleições de mulheres, avaliando os resultados de modo efetivo com um olhar mais do que normativo. As eleições de 2020 trouxeram resultados que devem ser avaliados sob olhares acadêmicos e técnicos, aliados na busca de ações que possam ser afirmativas e eficazes para a distribuição de representação no cenário político brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Adriana S. A formação da Jurisprudência Eleitoral: necessidade de reflexão e coerência. *In*: FUX, Luiz, PEREIRA, Luis Fernando Casagrande, AGRA, Walber de Moura (Coord.), PECCININ, Luiz Eduardo (Org). **Direito Constitucional Eleitoral**. Belo Horizonte: Forum, 2018.

\_\_\_\_\_. Um arranjo partidário: como o sistema partidário brasileiro se comporta após a emenda constitucional nº 97/2017 que instituiu a necessidade de comprovação de desempenho parlamentar. *In*: XII Encontro da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política – Democracia e Desenvolvimento, 2020, virtual.

ARAÚJO, C. A intersecção entre [sic] gênero e partidos políticos no acesso a instâncias de representação. 2004. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/politica-e-genero/a\\_intercessao\\_entre\\_genero\\_.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/politica-e-genero/a_intercessao_entre_genero_.pdf) acesso em: 3 mar.2021.

\_\_\_\_\_. Valores e desigualdade de gênero: mediações entre participação política e representação democrática. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, e36-e61, abr.-jun. 2016

BOLOGNESI, Bruno. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral. *Revista Paraná Eleitoral*, v. 1, n. 2, p. 113-129, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 18 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

BRAGA, M. S. S.; DALCIN, C. C.; BONI, M. C. Marchas e contramarchas da sub-representação feminina: desempenho nas eleições municipais de 2020. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, v. 11, n. 26, p. 198-226, 2021.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós socialista. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006 Disponível < <https://www.google.com/search?q=da+redistribui%C3%A7%C3%A3o+ao+reconhecimento+nancy+fraser&oq=DA+REDISTRIBUI%C3%87%C3%83O+A&aqs=chrome.2.0j69i57j0i22i30j0i10i-22i30j0i22i30l3.5432jlj15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>> acesso Jan. 2021

FREINDEBERG, Flavia. **El gênero em el estudio de los partidos políticos: enfoques, dimensiones de análisis y estratégias metodológicas**, in GILAS, Karolina M.; LUZ, Maria Cruz Parcero (eds). **Construyendo Ciencia Política com perspectiva de gênero**, Ciudad de Mexico: FCPyS-UNAM, 2020.

LOVENDUSKI, Joni. **Feminizing Politics**. Cambridge: Polity Press, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flavia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MELO, C. A., PESSOA JÚNIOR, J. R., & SOARES, K. C. (2021). Interseção entre Sistema Eleitoral e Sistema Partidário: Eleições Municipais de 2020. **Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado**, 11(26), 227-64. Disponível em: <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2021.11.26.4704>

PINTO, Celi Regina Jardim. **Política de Cotas**. In *Reforma Política no Brasil*. Minas Gerais: PNUD, 2006.

## REFERÊNCIAS NORMATIVAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) acesso em 20 fev. 2021

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.737 de 15 de julho de 1965. Institui o Código Eleitoral. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14737compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14737compilado.htm) acesso em: 20 fev.2021.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1964. Estabelece, de acordo com o art.14,§9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp64.htm) acesso em: 19 fev.2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19096.htm) acesso em: 15 fev.2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.100 de 29 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996 e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19100.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.100%2C%20DE%2029%20DE%20SETEMBRO%20DE%201995.&text=Estabelece%20normas%20para%20a%20realiza%C3%A7%C3%A3o,Art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19100.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.100%2C%20DE%2029%20DE%20SETEMBRO%20DE%201995.&text=Estabelece%20normas%20para%20a%20realiza%C3%A7%C3%A3o,Art.) acesso em: 15 fev.2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.259 de 9 de janeiro de 1996. Acrescenta parágrafo único ao art. 10, dispõe sobre a aplicação dos arts. 49, 56, incisos III e IV, e 57, inciso III, da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e dá nova redação ao § 1º do art. 1º da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9259.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9259.htm) acesso em: 15 fev.2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm) acesso em: 15 fev.2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.693 de 27 de julho de 1998. Modifica a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), para tratar de punição ao partido político mediante suspensão de cotas do Fundo Partidário. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9693.htm#:~:text=L9693&text=LEI%20N%C2%BA%209.693%2C%20DE%2027,do%20%C2%A7%203%C2%BA%20do%20art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9693.htm#:~:text=L9693&text=LEI%20N%C2%BA%209.693%2C%20DE%2027,do%20%C2%A7%203%C2%BA%20do%20art.) acesso em: 15 fev.2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.840 de 28 de setembro de 1999. Altera dispositivos da Lei no 9.504, de 30 de setembro de 1997, e da Lei no 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19840.htm) acesso em: 15 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.300 de 10 de maio de 2006. Dispõe sobre propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, alterando a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111300.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.300%2C%20DE%2010%20DE%20MAIO%20DE%202006.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20propaganda%2C%20financiamento%20e,eu%20sanciono%20a%20seguinte%20Lei%3A&text=17%2DA%20desta%20Lei.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111300.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.300%2C%20DE%2010%20DE%20MAIO%20DE%202006.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20propaganda%2C%20financiamento%20e,eu%20sanciono%20a%20seguinte%20Lei%3A&text=17%2DA%20desta%20Lei.) Acesso em: 15 fev.2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.034 de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112034.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112034.htm) acesso em: 15 fev.2021.

\_\_\_\_\_. Res. 23.455 de 15 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a escolha e o registro dos candidatos nas eleições de 2016.

\_\_\_\_\_. Res. nº 23.548 de 18 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a escolha e o registro de candidatos para as eleições.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.877 de 27 de setembro de 2019. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 setembro de 1997, 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), 13.831, de 17 de maio de 2019, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre regras aplicadas às eleições; revoga dispositivo da Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13877.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13877.htm) acesso em 27 fev.2021.

\_\_\_\_\_. Resolução do TSE nº 23.605 de 17.12.2019 - Estabelece diretrizes gerais para a gestão e distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).

\_\_\_\_\_. Resolução do TSE nº 23.607 de 17.12.2019 - Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições.

\_\_\_\_\_. Res. 23.609 de 18 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a escolha e o registro de candidatos para as eleições.

\_\_\_\_\_. Lei nº 14.063 de 23 de setembro de 2020. Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L14063.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14063.htm) acesso em: 27 de fev.2021.

# 06. A INVISIBILIDADE FEMININA NAS CANDIDATURAS ÀS PREFEITURAS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS EM 2020<sup>1</sup>

Luciana Panke<sup>2</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

Ditados populares como “por trás de todo homem tem uma grande mulher” apenas reforçam a invisibilidade e a subordinação supostamente destinados às mulheres. A divisão de papéis separada por gênero é aprendida culturalmente, transmitida por gerações e, reforçada, por sistemas que se beneficiam da estrutura tal como se apresenta. Afirmações assim se tomam como “verdades”, e por integrarem o imaginário coletivo estão presentes na linguagem, nas atitudes e, claro, manifestam-se na estruturação das sociedades em si. Como se formam em nível inconsciente, os conceitos de feminino e masculino se moldam e se adaptam às culturas e tempos locais, permanecendo na comodidade dos estereótipos, que facilitam as organizações societárias, além de facilitar o alcance de interesses pessoais e de grupos econômicos que se privilegiam pela manutenção do *status quo*.

A relação entre a distribuição destes papéis e o desenvolvimento socioeconômico é evidente, vide casos como Islândia, Finlândia, Suécia, por exemplo, que investem em áreas como educação e saúde de forma igualitária. Os dados do relatório<sup>3</sup> do Fórum Econômico Mundial, referentes a 2020, indicam o aumento da disparidade entre as regiões. Serão necessários mais de dois séculos para que se alcance a paridade, o que significa que eleger mulheres para cargos públicos é um dos aspectos que pode facilitar o avanço. A região latina é uma com os mais altos índices de desigualdade de gênero. Para se ter uma ideia, o gráfico abaixo<sup>4</sup>, divulgado pela Comisión Económica para América Latina y Caribe - Cepal, órgão das Nações Unidas que observa as

1 O capítulo é um dos resultados de pesquisa financiada pelo CNPq. A autora agradece ao pesquisador Mateus Redivo, integrante do grupo de pesquisa Comunicação Eleitoral PPG-Com/UFPR, pela compilação dos dados das candidaturas, analisados neste capítulo.

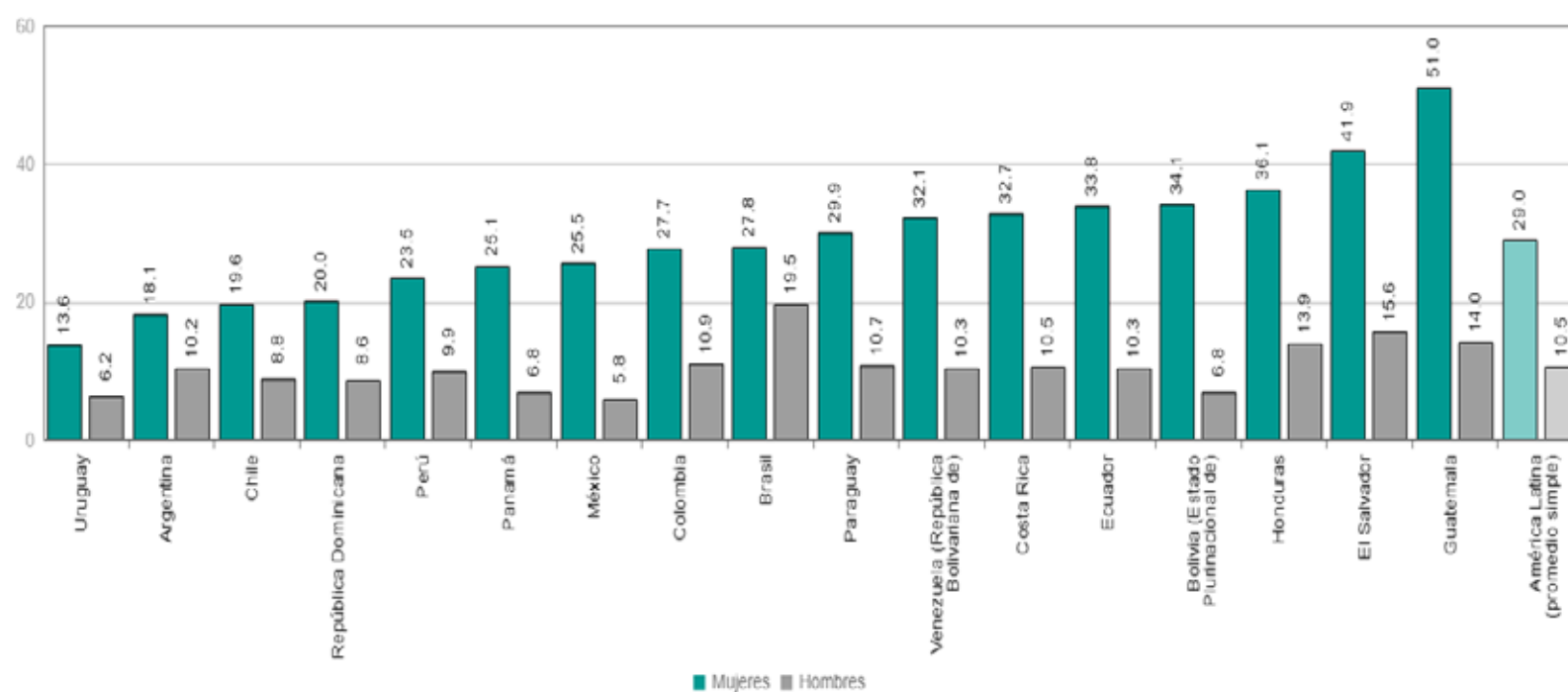
2 Bolsista CNPq. Pesquisadora e Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação UFPR. Líder fundadora do Grupo de Pesquisa Comunicação Eleitoral. Autora, entre outros, do livro Campanhas Eleitorais para Mulheres. Contato @profalucianapanke IG/Fb

3 Disponível em <https://es.weforum.org/reports?year=2019#filter> Acesso em 19/02/2021.

4 Disponível em <https://www.cepal.org/es> Acesso em 21/01/2021



condições econômicas regionais, constatou que no Brasil, por exemplo, 30% da população feminina trabalha sem remuneração, Guatemala mais da metade e apenas Chile, Argentina e Uruguai somam menos de 20% de mulheres sem receber por seu trabalho. A média latina é de 29% da população feminina sem fonte de renda, mesmo trabalhando.



Fonte: Cepal

Quando uma sociedade restringe a presença de um sexo na função de provedor e de outro na de cuidador da casa, por exemplo, reduz potencialidades para ambos. Os dados citados alertam sobre um dos aspectos da desigualdade entre homens e mulheres que afeta o desenvolvimento da sociedade como um todo. Além do explícito, como a economia, está o que nem sempre aparece relacionado diretamente como a violência doméstica, seus reflexos na saúde e no sistema judiciário, são outros exemplos. Uma vez que a sociedade impõe que mulher é “propriedade”, tal qual outros bens, e que o homem deve ser quem manda, se não “deixa de ser homem”, a relação de poder se confirma, se fortalece e reprime, na escala familiar, o potencial feminino de liderança, de criatividade e também como gerador de renda.

Por outro lado, quando os estereótipos de gênero valorizam os potenciais criativos de ambos, sem a criação de heróis agressivos ou princesas a serem salvas, as relações se constroem sob outros vieses com mais paridade e mais parceria. Como consequência da naturalização da presença feminina em locais de visibilidade positiva, por exemplo, protagonizando eventos, pesquisas, entrevistas, personagens centrais inspiradoras em séries, filmes, liderando grupos religiosos, associações, comunidades, escolas, universidades, empresas e outros locais que compõem o cotidiano das pessoas se vai

desconstruindo a ideia de mulheres nascidas “naturalmente” para a subordinação, maternidade e para estar “atrás” das figuras masculinas.

## 2. INVISIBILIDADE E VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

A eleição de mulheres para cargos públicos está vinculada diretamente aos fatores expostos anteriormente. Afinal, no que tange à política, o tema central que é a disputa por poder e, entendendo que o feminino é visto, especialmente nas sociedades latinas como inferior, dividir o espaço de decisão com mulheres é, consciente ou inconscientemente, inconcebível. Tanto é visto como não plausível que a maioria dos países do Continente não completou ainda um século do sufrágio feminino, tampouco elegeu uma presidente, além de não ter paridade em suas câmaras legislativas.

É recente a participação feminina nos cargos decisórios, tanto nos espaços político-eleitorais, quanto em empresariais. No Brasil, o sufrágio feminino completa 90 anos em 2022. Tal significa que parte das avós ou bisavós de quem está lendo agora este capítulo não puderam votar, nem serem votadas. A presença das mulheres nos bastidores ou nos lugares considerados na dicotomia entre o “público e o privado” é resultado da mentalidade que aceita como legítimo e única opção o sistema patriarcal.

Na maioria dos países, faz menos de um século que as mulheres podem votar e ser votadas, portanto não se consolidou, ainda, uma cultura política que valide como natural a eleição delas como as representantes populares. Não raro, as candidatas escutam comentários questionando onde estão seus filhos, marido ou mesmo afirmações de que “política não é lugar de mulher”. Em uma pesquisa<sup>5</sup> que realizei durante o pós-doutoramento, mulheres líderes da América Latina foram entrevistadas e compartilharam experiências semelhantes.

Como diria Foucault (1996), não se disputa o poder em si, mas o poder pela palavra. A palavra dita, por si só, nem sempre tem validade, pois depende de quem fala, quando e onde. É necessário dizer e ser visto. Portanto, a disputa é a disputa pela palavra visibilizada. Ninguém se elege na invisibilidade.

## 3. NO BRASIL

Uma das formas de violência política de gênero é a invisibilidade. Quando se trata de eleições, ter ou não candidatas (e elegê-las) é resultado deste

---

<sup>5</sup> Entre outras publicações, você pode ler os resultados principais no livro *Campanhas eleitorais para mulheres, desafios e tendências*, publicado pela UFPR, 2016.

processo mais amplo de protagonismo feminino em outras esferas, o que faz com que sua liderança seja naturalizada e não seja mais “notícia nos jornais”.

A negação do acesso às mulheres na tomada de decisões leva ao entendimento de algumas hipóteses que são reforçadas no cotidiano, nas respostas sobre o pouco número de candidaturas de mulheres:

- 1) não há interesse por parte delas
- 2) não há competência
- 3) não há preparo
- 4) não é seu lugar

Por outro lado, o fato de algumas pessoas não perceberem que não há representatividade feminina nos cargos de decisão pública mostra a naturalização do conceito da divisão dual entre espaços público e privado como pertencentes, necessariamente, a um sexo ou a outro. Também, respostas como “voto pela competência” ou “não escolho pelo sexo” revelam o machismo intrínseco ao não perceber a falta de paridade na suposta democracia representativa.

Ao pesquisar o argumento da competência, é interessante observar Dados do Instituto Alziras<sup>6</sup>, referentes às eleições de 2016. Eles revelam que as eleitas 71% possuem ensino superior e 42% também pós-graduação, enquanto 50% dos eleitos possuem graduação. Pausa para fazer contas: naquele ano, 12% dos municípios elegeram mulheres, 88% homens. O argumento de falta de preparo, portanto, é uma falácia, uma vez que as candidatas possuem formação superior, proporcionalmente maior às candidaturas masculinas. Portanto, podemos perceber que a maioria absoluta do País esteve ao mando de homens sem formação superior ao mesmo tempo em que as mulheres são julgadas por não terem preparo ou competência. Fica o questionamento: os eleitos tiveram os mesmos critérios de análise? Retomo o raciocínio inicial do capítulo em relação à cultura que está imbricada nos comportamentos de alguns grupos, de modo que, muitas vezes, não consideram que atuam com preconceitos ao se tratar da representatividade política feminina.

Os avanços são lentos e as políticas públicas estão em atuação. Entre elas, as campanhas do TSE incentivando o voto em mulheres, a distribuição de porcentagem de fundo eleitoral e a aplicação do fundo partidário em capa-

---

6 Dados disponíveis em [www.institutoalziras.org.br](http://www.institutoalziras.org.br) Acesso em 15/02/2021

citação. No caso das cotas eleitorais por sexo, importante é destacar, que, por enquanto, abrangem apenas as eleições legislativas e não para o Executivo.

#### 4. MULHERES NAS CANDIDATURAS ÀS PREFEITURAS EM 2020

De acordo com os dados do TSE, houve 55 candidatas nas capitais, mais duas impugnadas. Importante destacar as capitais que **não** apresentaram mulheres como candidatas a prefeitas: São Luís, Manaus e Belém. Nestas capitais, a presença delas se manteve no papel das vices, conforme analisado mais adiante. Nas 23 capitais com mulheres concorrentes, em 11 ao menos uma esteve nos três primeiros lugares da disputa. Em cinco, houve segundo turno com presença feminina, mas apenas em Palmas, Tocantins, há uma prefeita, eleita no primeiro turno: Cinthia Ribeiro (PSDB). Nenhuma candidata obteve mais de 40% dos votos, inclusive a única eleita obteve 36,24%. Como Palmas não tem 200mil eleitores, a disputa não segue para o segundo turno.

O TSE registra 33 partidos e o somatório de candidatas foi de 56, distribuídas entre as capitais e todas as legendas, conforme a tabela a seguir. Com os dados, é possível visualizar sob outra perspectiva a invisibilidade. Quando não há candidatas, os partidos justificam de várias formas, entre elas que não há interessadas. Entre as políticas públicas voltadas para a participação feminina na política está a obrigatoriedade da aplicação do fundo partidário na capacitação das mulheres. De acordo com os registros no Tribunal Superior Eleitoral, a maioria das legendas possui quase metade dos seus quadros compostos por elas. Assim, dizer que não há mulheres não se justifica.

Uma das questões é como os partidos investem a verba, mínima, mas obrigatória. Outro ponto é como estão presentes nos partidos: elas estão na faixa dos 40% de filiadas, organizam eventos, mas não são contempladas nas diretorias, ou, quando estão em cargos, são os que correspondem “às mulheres”. São poucas as legendas lideradas por mulheres, tanto em âmbito estadual, especialmente no nacional. Portanto, a política eleitoral repete o ambiente partidário na escolha dos nomes de quem receberá os apoios financeiro e político na hora de compor as chapas para o Poder Executivo.

As mulheres não são as candidatas escolhidas pelos partidos para governar os municípios brasileiros, salvo em alguns casos, compõem as chapas como vices. É certo que a composição para concorrer às prefeituras advém de um conjunto de fatores, entre eles, as coligações, o financiamento, interesses, e é influenciada pelo pensamento estrutural explicado anteriormente. Das 33 siglas, 11 não indicaram nenhuma ao cargo, 8 recomendaram uma e

7 indicaram duas. Entre os partidos que mais indicaram mulheres para administrar as cidades, nenhuma sigla chegou a 10 representantes femininas como líder de chapa.

**Tabela 01 . Relação Partidos e Mulheres Candidatas nas Capitais em 2020<sup>7</sup>**

	<b>PARTIDOS</b>	<b>PREFEITAS</b>	<b>VICES</b>	<b>TOTAL</b>	<b>ELEITAS</b>
1	Psol	9	10	19	-
2	PSTU	7	6	13	-
3	PT	5	8	13	-
4	Podemos	4	2	6	-
5	PCdoB	3	8	11	-
6	PSDB	3	3	6	1/0
7	PP	3	1	4	-
8	PDT	2	7	9	0/3
9	PSL	2	7	9	-
10	PL	2	6	8	-
11	PSC	2	5	7	-
12	PCO	2	4	6	-
13	UP	2	3	5	-
14	PROS	2	2	4	-
15	PSB	1	5	6	-
16	PSD	1	4	5	0/3
17	Avante	1	3	4	-
	Cidadania	1	3	4	-
	Rede	1	3	4	-
20	DC	1	2	3	-
	PV	1	2	3	-
22	DEM	1	1	2	-
23	Patriota	-	6	6	0/1
24	Republicanos	-	5	5	0/1
25	Novo	-	5	5	-
	Solidariedade	-	5	5	-
27	MDB	-	4	4	0/1
28	PMB*	-	4	4	-
29	PTC	-	3	3	-
30	PRTB	-	2	2	-
31	PCB	-	1	1	-
	PMN	-	1	1	-
	PTB	-	1	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>33 PARTIDOS</b>	<b>56</b>	<b>132</b>	<b>188</b>	<b>1/9</b>

\**Partido da Mulher Brasileira*. Fonte: Grupo de Comunicação Eleitoral – elaboração Mateus Redivo.

7 Foram contabilizadas as candidaturas imputadas, pois acredito que temos como objetivo, entre outras coisas, avaliar o trabalho dos partidos em lançar e promover candidaturas femininas e não o trabalho do TRE em julgá-las; entretanto, destaco que 1 candidata a prefeita do PCO e outra do PL tiveram suas chapas imputadas, bem como 4 candidatas a vice-prefeita pelo PCO.

Nos resultados temos uma prefeita eleita pelo PSDB em Palmas e nove vices: **Nordeste:** Três pelo PSD com Marisa Galvão, em Rio Branco, professora Esmêmia, em São Luís e Katarina Feitoza, em Aracaju.: Três pelo PDT, com Ana Paula Matos, em Salvador, Isabella de Rolsão, em Recife e Aila Cortez em Natal;

**Centro-Oeste:** Patriota: Adriane Lopes, em Campo Grande.

**Sudeste:** Republicanos: Capitã Estéfane, em Vitória.

**Norte:** MDB, em Macapá, com Mônica Penha.

O Nordeste foi a região com maior participação nas vices em cinco estados: Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão e Sergipe. Depois, região Norte com dois estados com vices: Amapá e Acre, mais Tocantins com a única prefeita. Por fim, as regiões Sudeste e Centro-Oeste possuem uma vice-prefeita. A região Sul é a única sem mulheres representantes na gestão das prefeituras das capitais como prefeita ou vices.

## 5. SEGUNDO TURNO

Na distribuição das candidatas mais votadas e que seguiram ao segundo turno, destacam-se, novamente, Norte e Nordeste. Socorro Neri, do PSB, disputou a Prefeitura de Rio Branco, no Acre, e Cristiane Lopes, do PP, em Porto Velho, Rondônia. Neri havia sido eleita vice em 2016 e exercia a Prefeitura da Capital acreana desde 2018, quando o então prefeito Marcus Alexandre (PT) renunciou para se candidatar ao governo. Já possuía, portanto, capital político. Docente universitária de carreira, a candidata é doutora em educação e passou por três partidos desde sua primeira filiação em 2005. Por sua vez, Cristiane Lopes foi eleita vereadora em 2016 e é apresentadora de televisão em Porto Velho, evangélica atuante e com apoios de grupos religiosos. Ambas, portanto, com potencial de vitória nos parâmetros de posicionamento e crescimento político eleitoral.

Em Aracaju, a Delegada Danielle chegou ao segundo turno com uma trajetória distinta das colegas do Norte. Também com formação superior, concursada e com uma carreira de destaque, ela entrou na política em função, justamente, do sucesso profissional relacionado ao combate à corrupção em vários órgãos dos governos do Estado e Federal. A construção do seu capital político veio do protagonismo positivo alcançado com a visibilidade midiática nas coberturas das operações que comandou. Já Marília Arraes, em Recife, esteve em uma briga acirrada com o próprio primo e contra o partido criado

pelo avô, Miguel Arraes. O capital político de seu nome, junto à criação em uma família política, beneficiou o traquejo necessário para os bastidores e para o palco em uma situação inédita na cidade. Pouco menos de 10 mil votos a separaram da Prefeitura. Além da influência familiar, ela é advogada e, aos 24 anos, desde 2009, está em cargo político, primeiro como vereadora e, em 2019, elegeu-se deputada federal por Pernambuco.

Na região Sul, a candidata conhecida por sua participação desde a juventude, também, por ter sido postulante nas eleições presidenciais em 2018, Manuela D'Ávila, concorreu no segundo turno em Porto Alegre. A polarização enfatizada nas últimas eleições presidenciais tornou o pleito gaúcho mais violento e, entre as candidaturas femininas, é possível afirmar que foi a mais atacada<sup>8</sup> entre as cinco que estiveram no segundo turno. Também é possível inferir que as alianças pesaram nos casos descritos, especialmente nos que tiveram pouca margem entre os concorrentes, como Porto Alegre e Recife.

**Tabela 02 . Segundo Turno 2020 com participação de candidatas**

CAPITAL	CANDIDATA	OPOSITOR
Porto Alegre (RS)	Manuela D'Ávila (PCdoB) 29%	Sebastião Melo (MDB) 31,01%
Recife (PE)	Marília Arraes (PT) 27,95%	João Campos (PSB) 29,17%
Aracaju (SE)	Delegada Danielle (Cidadania) 21,31%	Edvaldo (PDT) 45,57%
Rio Branco (AC)	Socorro Neri (PSB) 22,68%	Tião Bocalom (PP) 49,58%
Porto Velho (RO)	Cristiane Lopes (PP) 14,32%	Hildon Chaves (PSDB) 34,01%

Fonte: Grupo de Pesquisa Comunicação Eleitoral

A representatividade de cinco partidos nas disputas no segundo turno indica a transversalidade da pauta da participação política feminina. Não importa o partido, em todos, há mulheres dispostas e preparadas para as contendas, dentro e fora das legendas. Cristiane Lopes, da bancada evangélica,

<sup>8</sup> O resultado específico sobre violência política nas eleições 2020 estará disponível em nova publicação.

a delegada Danielle ou Marília Arraes, podem discordar em diversos temas, porém, podem concordar sobre a necessidade da voz feminina nas decisões públicas. Afirmar que há um modelo ideal de mulher para ser eleita é limitar o potencial de pensar a sociedade de formas diferentes das quais foram pensadas até hoje e de repetir o mesmo modelo opressor que as exclui dos espaços de poder.

## 6. A FORÇA SIMBÓLICA DA ELEITA

Em Palmas, o Partido da Mulher Brasileira postulou dois homens: Joaquim Rocha e Domingos Tocantins (PMB) na cidade que trouxe 7 candidatas, duas das quais lideraram chapas, e uma saiu vencedora, sendo a única mulher que governa uma capital no País. Porém, o PMB parece haver se apropriado de uma pauta para reforçar os homens tomarem a voz de mulheres, ou, também, que Rebecca Solnit (2014) cunhou de *mansplaining*, quando há a necessidade ou costume masculino de explicar coisas ainda que as mulheres saibam como fazê-lo. A política seria um exemplo? As mulheres sabem como administrar e negociar, mas são subestimadas? Seguindo com o exemplo da Capital tocantinense, foram 15 candidatos e 7 candidatas, considerando vices. De 11 chapas, cinco se apresentaram com paridade de gênero e seis sem coligação partidária. A presença feminina ainda esteve, na maioria, como vices.

No outro lado do País, em Curitiba, o número de candidatas à Prefeitura e a postulação de chapas apenas com mulheres se tornou notícia<sup>9</sup>. Entre as 16 opções ao eleitorado, seis eram encabeçadas por mulheres, mas, somando as vices, a Capital revelou 11 candidatas e duas composições exclusivamente femininas, um fato inédito até então. Compõe a prática jornalística noticiar o novo, portanto, noticiar uma composição de dois homens juntos para concorrer à prefeitura de uma capital não é notícia, assim como não o é mostrar a manutenção do *status quo* do poderio masculino na política brasileira. A pauta jornalística muda quando a agenda pública pressiona a mudança.

Assim, a eleição em Palmas carrega a missão simbólica de protagonizar a voz feminina no momento desafiador, quando o país enfrenta a pandemia da covid-19, em um cenário de disputa política pré-eleitoral para a Presidência da República 2022 entre o atual presidente, o governador de São Paulo e

---

9 Entre os exemplos <https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,curitiba-tem-recorde-de-candidatas-mulheres,1114931> <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/09/28/curitiba-tem-candidata-trans.ghtml>



uma tentativa de volta de algum representante progressista ao cenário nacional. O contexto une, como visto, a política com atores masculinos e a única prefeita em um espaço de disputa por recursos e apoios políticos. A campanha eleitoral de Cinthia Ribeiro denunciou os embates que já vinha sofrendo ao administrar a cidade. Em 2019, quando tive a oportunidade de conhecer pessoalmente a já então prefeita Cinthia Ribeiro, conversamos brevemente sobre o desafio de ser mulher na política. Ela comentou o quanto recebia perguntas capciosas sobre sua capacidade de governar e questionamentos a respeito de sua vida privada. Novamente, os espaços público e privado se mesclavam. Fonoaudióloga, viúva, mãe e já concorreu à vice-governadoria, em 2016, eleita vice-prefeita.

Quando observamos seus programas exibidos no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral<sup>10</sup>, é possível constatar como a narrativa de defesa e de prestação de contas é aplicada. Via de regra, as candidaturas à reeleição ocupam parte do tempo de propaganda eleitoral para prestar contas da gestão, visando a uma retrospectiva ao eleitorado, além de provar competência. No caso dela, em alguns programas, o tom foi além da satisfação às pessoas. Por exemplo, no programa<sup>11</sup> que exemplifica com uma obra em andamento, quando aparece com o secretário de obras e comenta com ele: “Anormal secretário é explorarem isso indevidamente, levando, induzindo as pessoas ao erro. O que está acontecendo aqui é uma obra que está em execução.” Claramente é a resposta a algum ataque, assim como na outra veiculação quando a narração do vídeo traz respostas a boatos<sup>12</sup> sobre o uso de verbas, mostrando o passo a passo de como as pessoas poderiam encontrar as respostas reais. Ambos os programas inferem uma candidata transparente, tanto pelo conteúdo, quanto pela postura quando aparece em tela.

Mesclar a serenidade e o enfrentamento é um desafio extra para mulheres públicas, uma vez que o julgamento sobre o “ideal” feminino incide no ambiente político. Por ser considerado um local de não pertencimento, as reações femininas são julgadas pelos que se consideram donos a partir de experiências estereotipadas. Obviamente, há exceções e a presença da própria pauta na agenda pública, as mudanças nas regras eleitorais no Brasil e outros países demonstram isso, mas, ainda assim, é farta a literatura que mostra

---

10 Os programas estão disponíveis no repositório do Grupo de Pesquisa Comunicação Eleitoral, assim como os vídeos das outras candidatas. É só acessar [www.youtube.com/ocanalpanke](http://www.youtube.com/ocanalpanke)

11 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=m947WHsAu4I> Acesso em 10/02/2021

12 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9636JQ-cLg8> Acesso em 24/02/2021

os obstáculos de acesso às mulheres aos espaços de decisão (PANKE, 2016, FREIDENBERG, 2018, LAMAS, 2013, BOURDIEU, 2000, PANKE, IASULAITIS, 2016, BIROLI, 2018). O programa do HGPE com a resposta direta aos ataques<sup>13</sup> que a então candidata vinha recebendo mostra exemplos dos padrões das críticas que mulheres recebem, e que são grifados abaixo, na fala integral transcrita:

Candidata: Oi gente. Palmas tem muitos problemas e eu reconheço. Ainda temos casos de Covid, ainda temos gente sem casa, ainda temos bairro sem asfalto. Mas o que mais se viu nessa campanha foram ataques e atitudes covardes contra minha pessoa. Todos os dias é uma enxurrada de *fake news* e de denúncias falsas. Nós já derrubamos muitas delas na Justiça, esclarecemos todas as mentiras e a Justiça já até multou os candidatos que fazem a campanha mais baixa que a cidade já viu. Em vez de apresentar propostas realistas para resolverem os nossos problemas **eles se preocupam com a cor do meu cabelo, com a minha família e com a minha vida privada**. Fazem **montagens grotescas**, atacam os nossos servidores para tentar desmoralizar os serviços públicos que nós realizamos, **xingam, ofendem** e assim vão matando a democracia. Alguns parecem que tem **ódio pessoal contra mim** e eu digo eu não mudei nada. Eu continuo sendo a mesma mulher que cria o seu filho sozinha, que batalha, que trabalha todos os dias. Não dependeu de mim estar prefeita, eu não tramei para derrubar ninguém, o destino me fez prefeita e eu estou tentando escrever o meu nome na história dessa cidade da forma mais bonita possível. E por favor, **eu só peço um pouco de respeito. Peço aos candidatos que critiquem a gestão**, que mostrem o que tá errado, que apontem as soluções. Nós não fizemos tudo em dois anos, nós temos falhas, cometi erros, mas aprendi muito e tenho muitos acertos para mostrar. E é por isso que eu peço: **aprendam a separar a vida pessoal de um gestor da sua vida pública** e façam uma campanha limpa, decente, que é isso que os nossos eleitores esperam de cada um de nós. Muito obrigada!

Nos destaques, é possível observar questões de aparência e vida pessoal que comumente são usadas como forma de violência política de gênero. Possivelmente, alguém pode se perguntar se o mesmo padrão de conteúdo também não ocorre contra candidatos. Ainda que este capítulo não tenha o objetivo de fazer comparações, cabe a ressalva de que as formas de ataques políticos variam entre gêneros. Entre as três formas gerais de desqualificação – mundo, grupo e indivíduo (PANKE, 2012) - as desqualificações pessoais voltadas às mulheres tendem a questionar aparência, vida pessoal, mérito, adequação e pertencimento ao espaço público. Já as relacionadas aos homens

13 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=4SWcEvId1H8> Acesso em 24/02/2021

questionam caráter, competência, força e habilidades. O discurso da candidata foi gravado em estúdio, aparentando um escritório, e ela com expressão séria do início ao fim, fala olhando para a câmera. Entre as partes grifadas, ao expor que as críticas se referem principalmente à aparência, vida pessoal e boataria, a candidata aposta na infantilização dos concorrentes.

Não é possível avaliar, neste momento, se o eleitorado conseguiu mensurar a tentativa de redução da candidata enquanto mulher, entretanto, é visível o quanto aquela campanha foi voltada para a consolidação do potencial da gestão feminina e para o destaque de falas que a diferenciasse de seus oponentes e a identificasse com as eleitoras. Além de inserções sobre seu próprio papel de mãe e mulher, os programas de moradia, saúde e educação destacavam o protagonismo feminino. Como exemplos, vale citar o primeiro programa eleitoral que trouxe o “outubro rosa”<sup>14</sup> enfatizando a saúde da mulher, sem excluir outros grupos e outro sobre moradias<sup>15</sup>, o qual trechos das falas da candidata estão em destaque a seguir:

Candidata: O Jardim Vitória 1 é um dos bairros mais completos, principalmente essa vista do lago que é lindíssima. (...) E as casas olhem só tem energia solar, tem cerâmica na casa toda, esquadria de alumínio, toda no concreto, com varanda de serviço e instalação para ar condicionado. **A casa, lembrando, fica no nome da mulher** e aqui ninguém vai pagar IPTU. (...)

Candidata: E agora nós vamos trabalhar para que todas as famílias que vivem aqui tenham **também renda, principalmente as mulheres, aquelas que são chefes de família**. E nós vamos ajudar com curso e até mesmo financiamento de equipamentos que podem gerar renda para essas famílias, **como por exemplo uma máquina de lavar roupas, que pode ser financiada pelo Banco do Povo e vai servir para família toda porque além de lavar as roupas ela também pode montar uma mini lavanderia e trabalhar para fora com dinheiro no bolso e de forma garantida**. Como eu disse não é apenas uma casa, trata-se de uma nova vida para todas essas famílias.

O reconhecimento do público feminino como protagonista é um dos diferenciais da campanha feminina. No exemplo, o empoderamento econômico ressoa com a propriedade do imóvel em si e a proposta hipotética de geração de renda. Ainda que um programa de políticas públicas de capaci-

14 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=KW64W1xBfmI> Acesso em 10/02/2021

15 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ja7DCXgcsH0> Acesso em 24/02/2021

tação profissional não esteja explícito, há a consideração pelo papel líder da própria vida, o que também é uma forma de combater violência doméstica, gerar educação a novas gerações e resolver outros problemas da sociedade.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o aspecto quantitativo das candidaturas femininas às prefeituras das capitais brasileiras em 2020, constatei a repetição dos padrões de invisibilidade aos cargos executivos do governo. Além disso, a viabilidade na disputa, os resultados nas urnas no primeiro turno, a quantidade de candidatas que seguiram ao segundo turno e a eleição de apenas uma prefeita revelam várias informações subjacentes.

Entre elas, há a questão estrutural cultural de mudança de paradigmas sobre a naturalização da presença das mulheres nos cargos de liderança no Brasil. Enquanto prevalecerem os estereótipos restritivos de gênero, tanto para mulheres, quanto para homens, a sociedade como um todo sai perdendo.

Como resultado desta postura está a falta de apoio político e econômico dentro dos próprios partidos para que as postulações sejam competitivas. As regras eleitorais permitem coligações (Resolução TSE n° 23.609/2019<sup>16</sup>) para as chapas que concorrem às prefeituras, porém a própria estrutura partidária favorece a reprodução do poderio masculino. O que isso significa? Na hora de escolher os nomes, estão as pessoas que estão visíveis dentro da legenda, participam de encontros, conversas paralelas, negociações e espaços excludentes.

Evitar a invisibilidade feminina na política eleitoral perpassa a criação de políticas afirmativas, tanto para propiciar a eleição das representações como para normalizar o sucesso feminino em todas as áreas. É um ciclo, pois, uma vez que as mulheres se veem representadas, se fortalecem. Quando há uma representante que possui uma perspectiva de gênero, as políticas públicas se voltam a esse público empoderando emocional e economicamente outras mulheres, como vimos nos exemplos trazidos no capítulo com programas de geração de renda e de moradia.

O contexto mundial com a pandemia covid-19 e as consequências na vida das cidades são desafios a serem enfrentados por todas as gestões. Saúde e economia não estão dissociadas e cabe observar como serão as administrações públicas, tanto da única prefeita, como das capitais onde há vices

---

16 Regras eleitorais disponíveis <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-609-de-18-de-dezembro-de-2019> Acesso em 19/02/2021

mulheres. Se a hipótese de que a presença feminina na política pode trazer alternativas se confirma nos próximos anos, por um lado, aumenta a pressão sobre suas gestões, por outro, oferece esperança àquelas capitais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIROLI, Flavia. **Gênero e Desigualdades – Limites da Democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **La dominación masculina**. Barcelona: Anagrama, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola: 1996.

FREIDENBERG, Flavia. Ellas también saben. Estereotipos de género, resistencias a la inclusión y estrategias para feminizar la política. **Pluralidad y Consenso**, Revista del Senado de la República, 2018.

LAMAS, M (Comp.). **El género: la construcción cultural de la diferencia sexual**. 4. reimp. México: UNAM, Porrúa, 2013.

PANKE, Luciana. Categorias de desqualificação na propaganda eleitoral. **Revista em debate**. Belo Horizonte, v. 4, n. 6, p. 7-14, set. 2012.

PANKE, Luciana. **Campanhas eleitorais para mulheres**. Curitiba: UFPR, 2016.

PANKE, L.; IASULAITIS, S. Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v.22, n.2, p.385-417. agosto 2016

SOLNIT, Rebecca. **Os homens explicam tudo para mim**. São Paulo: Cultrix, 2017.

### Mini cv:

Professora da graduação e da pós-graduação em Comunicação na Universidade Federal do Paraná. Bolsista Produtividade CNPq. Pós-doutorado em Comunicação Política (UAM-México) e doutorado em Ciências da Comunicação (USP), é líder fundadora do Grupo de Pesquisa Comunicação Eleitoral (CEL), vice-presidente da Associação Latino-Americana de Investigadores em Campanhas Eleitorais (Alice), consultora externa do Tribunal Superior Eleitoral, do Observatório Nacional de Mulheres na Política (Câmara dos Deputados), coordenadora de Comunicação do projeto de extensão Mulheres Empreendedoras e Líderes UFPR (MEL) e integrante do Comitê Mulheres Líderes das Américas (Espanha). Palestrante internacional desde 2007, autora de mais de 50 vários capítulos e livros, publicados em três países, entre eles: “Lula do sindicalismo à reeleição”, “Campanhas Eleitorais para Mulheres” e “Criação Publicitária em Rádio”. Premiada, internacionalmente, entre os quais se destaca o reconhecimento nos Estados Unidos como uma das mulheres mais influentes da Comunicação Política (Wapas/2016) e como referência no Ensino de Comunicação Política (2020). Contato redes @ profalucianapanke

## 07. DERROCADA TUCANA NAS ELEIÇÕES 2020? O PSDB NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS (2012-2020)

Henrique dos Santos Curi<sup>1</sup>

José Raulino Chaves Pessoa Júnior<sup>2</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

Como analisar a atuação de uma agremiação na disputa eleitoral para avaliar se o partido foi vitorioso no pleito? Que variáveis podemos mobilizar para medir o sucesso eleitoral de um partido? A análise varia a partir do tipo de eleição e, mais especificamente, do cargo em disputa. Por exemplo, um dado utilizado com frequência é a representação no Legislativo, ou seja, a quantidade de cargos obtidos na Câmara dos Deputados. Na legislação eleitoral brasileira, essa variável pode ser empregada para medir o valor a que a agremiação terá acesso, reativamente ao Fundo Partidário.

Mencionamos, porém, outros indicadores para medir o êxito eleitoral de uma agremiação, como: quantidade de votos de legenda ou votos nos candidatos do partido, quantidade de municípios ou estados administrados pela agremiação, número de candidatos apresentados, taxa de liderança em coligações realizadas, penetração em nichos eleitorais, entre outros. Essas variáveis partem do pressuposto de que a arena eleitoral é o *locus* essencial de atuação das agremiações partidárias, visto que, a partir do embate eleitoral, estas agremiações conquistam recursos essenciais à sua manutenção e ao desenvolvimento das suas atividades organizacionais.

Embasado nesse debate, este capítulo analisa o desempenho eleitoral dos partidos nas eleições municipais de 2020. Mais especificamente, examinamos o desempenho do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Além de ser um dos partidos de maior destaque no sistema partidário brasileiro desde sua ascensão à Presidência da República, em 1994, recai sobre o

---

1 Doutorando em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e membro do Grupo de Estudos em Política Brasileira (PolBras), vinculado ao Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9412863733803591>.

2 Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (PPGPP/UECE). Líder do grupo de pesquisa Democracia, Partidos e Políticas Públicas (UECE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3204550551936525>.

PSDB especial atenção em 2020 por dois motivos: (1) foi o partido que mais perdeu prefeituras em números absolutos, quando comparado à eleição anterior, em 2016; (2) foi também a sigla que mais se destacou em 2020, em razão das ações do Governador do Estado de São Paulo, João Doria, no combate à pandemia de covid-2019.

O recorte temporal utilizado, de 2012 a 2020, se justifica pelos distintos movimentos do PSDB na política brasileira durante este intervalo. Em 2012, o partido havia amargado a terceira derrota para a Presidência da República em 2010 e passava por uma reformulação em suas estratégias eleitorais, a fim de se manter o protagonismo no sistema partidário brasileiro. Já em 2016, o PSDB, fortalecido pelo seu melhor desempenho no segundo turno de 2014, com Aécio Neves, lançou alto número de candidatos para o Executivo municipal e se tornou o partido com maior número de prefeituras conquistadas. O retorno até 2012, portanto, traz características contextuais fundamentais para compreendermos que o resultado de 2020 não foi o melhor obtido pelo partido tucano, mas certamente não impõe uma forte derrota à sigla.

## PANORAMA ELEITORAL EM 2020: ANÁLISE DO DESEMPENHO PARTIDÁRIO

Toda e qualquer eleição é marcada por um contexto que a torna singular, seja pelas regras eleitorais adotadas, pelas prioridades do eleitorado, pelo posicionamento das elites políticas e dos partidos, pelos recursos financeiros disponíveis para a campanha etc. A disputa municipal em outubro de 2016, por exemplo, foi marcada pelo enfraquecimento do Partido dos Trabalhadores (PT), que amargou o impedimento do mandato da presidenta reeleita Dilma Rousseff; pelo fortalecimento do PMDB, que assumiu a presidência nacional por meio do vice-presidente Michel Temer; pelo ressurgimento do PSDB que ampliou o capital político conquistado na disputa presidencial de 2014 e liderou a bem-sucedida campanha de *impeachment* de 2016; e pela consolidação do antipetismo, sentimento político alimentado com as denúncias da Operação Lava Jato, que fortaleceu o retorno da direita nas eleições.

Já a disputa municipal de 2020 aconteceu no contexto da crise sanitária global provocada pela pandemia de covid-19, responsável por adiar as eleições para novembro. Houve também o emprego de novas regras eleitorais, como a Emenda Constitucional n. 97/2017, que proibiu a formação de coligação eleitoral na disputa proporcional e adotou cláusula de desempenho que, conforme desempenho eleitoral nas eleições de 2018, bloqueou ou reduziu

os recursos do fundo partidário, do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e limitou o tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão a agremiações. Além disso, o discurso de espectro ideológico mais próximo à direita estava fortalecido com a vitória de Jair Bolsonaro na eleição presidencial em 2018.

Para avaliarmos o crescimento ou declínio dos partidos no pleito de 2020, faz-se necessário comparar esse resultado de 2020 com a eleição anterior de 2016. Foram observadas três variáveis: quantidade de candidatos ao cargo de vereador; número de votos nominais e de legenda ao Legislativo; quantidade de vereadores e prefeitos eleitos.

Cabe ressaltar que entre o pleito de 2016 e 2020 houve alterações no quadro partidário brasileiro. Na primeira disputa eleitoral, o sistema era formado por 35 partidos, número que reduziu para 33 legendas no último pleito. O sistema partidário foi marcado por intensa mudança de nome dos partidos. Oito agremiações alteram seus nomes entre os dois pleitos, como: Partido Trabalhista Nacional (PTN) que passou a ser Podemos (PODE); Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB) para Avante; Partido Social Democrata Cristão (PSDC) para Democracia Cristã (DC); Partido Ecológico Nacional (PEN) para Patriota (PATRI); Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para Movimento Democrático Brasileiro (MDB); Partido Republicano Brasileiro (PRB) para Republicanos (REPUBLICANOS); Partido Popular Socialista (PPS) para Cidadania (CIDADANIA); e Partido da República (PR) para Partido Liberal (PL). É notório que a mudança foi marcada pela omissão da palavra “partido”, ressaltando a crise de representação que os partidos políticos enfrentavam.

Ocorreram, também, incorporações de legendas, como PEN/PATRI que incorporou o Partido Republicano Progressista (PRP); Partido Comunista do Brasil (PCdoB) o Partido Pátria Livre (PPL); e PTN/PODE o Partido Humanista da Solidariedade (PHS). Essas incorporações ou fusões, responsáveis pela diminuição de legendas partidárias, foram provocadas pela implementação da cláusula de desempenho, Emenda Constitucional n. 97/2017, que bloqueou recursos financeiros aos partidos que não atingiram percentual mínimo de votação em 2018. A mesma legislação permitiu incorporação ou fusão de partidos como possibilidade de somatório dos votos para alcance do percentual de desempenho. Essa estratégia foi mobilizada por legendas que individualmente não atingiram a nota de corte, sendo esse desempenho mínimo alcançado apenas com o somatório do desempenho eleitoral. Esse foi o



caso da incorporação do PRP pelo PEN/PATRI e PPL pelo PCdoB. Outra alteração do sistema partidário entre os dois pleitos foi provocada pela criação da legenda Unidade Popular (UP), em 2019.

Para a disputa em 2020, dez partidos não cumpriram os requisitos fixados na cláusula de desempenho para as eleições de 2018. Estas agremiações foram excluídas dos recursos do fundo partidário, como: Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Partido Trabalhista Cristão (PTC), Partido da Mobilização Nacional (PMN), PSDC/DC, Rede Sustentabilidade (REDE), Partido da Mulher Brasileira (PMB), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido da Causa Operária (PCO) e UP, fundada em 2019. A maior parte dos partidos, 23 legendas, não foi atingida pela cláusula de desempenho de 2018 e obteve acesso a esse recurso, caso do PMDB/MDB, Partido Social Democrático (PSD), Progressistas (PP), Democratas (DEM), PSDB, PT, PRB/REPUBLICANOS, PR/ PL, Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), PTN/PODE, PPS/CIDADANIA, Partido Social Cristão (PSC), Partido Social Liberal (PSL), Solidariedade (SOLIDARIEDADE), PTdoB/AVANTE, PEN/PATRI, Partido Verde (PV), Partido Republicano da Ordem Social (PROS), PCdoB, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Partido Novo (NOVO).

Seguindo análise interpretativa do desempenho eleitoral dos partidos em 2020, como exposto em Melo, Pessoa Júnior e Soares (2021), dividimos as legendas em três grupos para facilitar a análise: grupo I composto pelas 23 legendas que não sofreram restrições pela cláusula de desempenho, apresenta resultados heterogêneos entre os partidos, sendo formado por agremiações de grande e médio porte; grupo II formado por 9 legendas afetadas pela cláusula de desempenho, mais homogêneo e composto em sua maioria por partidos pequenos; e grupo 3 composto por 4 partidos que não se enquadram na comparação das duas eleições, pois disputaram apenas um dos pleitos.

A primeira tabela expressa a quantidade de candidatos ao Legislativo municipal. Essa é uma importante *proxy* para medirmos a organização partidária, pois reflete a estruturação do partido e sua capilaridade.

**Tabela 1. Número de candidatos ao Legislativo (2016 e 2020)**

	<b>Partidos</b>	<b>2016</b>	<b>2020</b>	<b>2020- 2016</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>GRUPO I</b>	PMDB/MDB	39.008	39.682	674	1,73
	PSD	26.083	34.978	8.895	34,1
	PP	24.961	34.159	9.198	36,85
	DEM	19.644	29.519	9.875	50,27
	PSDB	32.649	46.721	14.072	43,1
	PT	21.348	27.641	6.293	29,48
	PRB/REPUBLICANOS	16.431	25.823	9.392	57,16
	PR/PL	20.356	25.145	4.789	23,53
	PDT	23.435	25.514	2.079	8,87
	PSB	24.127	23.804	-323	-1,34
	PTB	20.311	21.105	794	3,91
	PTN/PODEMOS	8.995	18.355	9.360	104,06
	PPS/CIDADANIA	15.303	15.478	175	1,14
	PSC	15.077	15.928	851	5,64
	PSL	9.689	19.257	9.568	98,75
	SOLIDARIEDADE	13.709	15.204	1.495	10,91
	PTdoB/AVANTE	6.899	13.537	6.638	96,22
	PEN/PATRIOTA	9.413	12.613	3.200	34
	PV	15.512	10.946	-4.566	-29,44
	PROS	10.057	10.491	434	4,32
PCdoB	11.083	9.306	-1.777	-16,03	
PSOL	4.314	3.658	-656	-15,21	
NOVO	136	481	345	253,68	
<b>GRUPO II</b>	PRTB	6.059	6.750	691	11,4
	PTC	8.152	5.867	-2.285	-28,03
	PMN	6.751	4.443	-2.308	-34,19
	PSDC/DC	6.981	4.154	-2.827	-40,5
	REDE	3.382	4.202	820	24,25
	PMB	4.183	2.507	-1.676	-40,07
	PSTU	216	88	-128	-59,26
	PCB	191	55	-136	-71,2
	PCO	33	60	27	81,82
<b>GP III</b>	UP	-	950	-	-
	PRP	7.940	-	-	-
	PPL	3.338	-	-	-
	PHS	10.984	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>445.705</b>	<b>490.976</b>	-	-	

Fonte: Melo, Pessoa Júnior & Soares (2021) e TSE

Observando os dados da Tabela 1, vemos que os partidos do grupo I aumentaram o número de candidatos no pleito de 2020. Destacam-se partidos com expressivo aumento de candidatos, como: NOVO (254%), PTN/PODE (104%), PSL (99%) e PTdoB/AVANTE (96%). Apenas quatro partidos diminuíram a quantidade de candidatos, como: PV (-29%), PCdoB (-16%), PSOL (-15%) e PSB (-1%). Já o grupo II, formado por legendas afetadas pela redução de recursos para campanha, apresentou tendência inversa, com diminuição de candidatos. Destacamos a retração dos partidos da esquerda doutrinária, como PCB (-71%) e PSTU (-59%). Somente três legendas desse grupo tiveram aumento de candidatos, como: PCO (82%), REDE (24%) e PRTB (11%). Essa tabela mostra que, logo na largada, os partidos do grupo II tornaram-se menos atraentes aos interessados em pleitear um cargo pelas respectivas legendas - fato possivelmente relacionado à escassez de recursos para a campanha.

O dado seguinte traz a quantidade de votos para o cargo de vereador. O grupo I pode ser subdividido em dois, sendo caracterizado pelas legendas com aumento de sufrágio, como NOVO (122,88%), PTdoB/AVANTE (75,14%), PTN/PODE (57,80%), PSL (48,52%), PEN/PATRIOTA (41,24%) e DEM (38,13%); e partidos que apresentaram retração eleitoral, como PV (-42,83%), PCdoB (-32,91%) e PSDB (-28,41%). Mesmo o PCdoB em 2020 que tinha incorporado o PPL apresentou decréscimo eleitoral. Por sua vez, o grupo II é marcado por nítida diminuição de votos. Observa-se o encolhimento apresentado por partidos da esquerda doutrinária, como PSTU (-61,53%) e PCO (-50,81%), e partidos nanicos especializados na disputa municipal, como PMN (-52,74%). Como vemos na Tabela 2.

**Tabela 2. Quantidade de votos nominal e de legenda para Legislativo (2016-2020)**

Partido	2016			2020			Variação votos (2020-2016)
	Nominal	Legenda	Total	Nominal	Legenda	Total	
PMDB/MDB	9.107.275	848.459	9.955.734	7.940.327	523.220	8.463.547	-14,99%
PSD	6.173.579	425.026	6.598.605	7.336.399	457.592	7.793.991	18,12%
PP	5.579.057	466.930	6.045.987	6.904.017	424.640	7.328.657	21,22%
DEM	4.409.048	346.906	4.755.954	6.157.952	411.292	6.569.244	38,13%
PSDB	7.805.040	1.281.595	9.086.635	5.859.189	645.488	6.504.677	-28,41%
PT	5.191.193	581.885	5.773.078	4.986.203	553.830	5.540.033	-4,04%
PRB/REPUBLICANOS	3.758.593	316.677	4.075.270	5.110.472	278.394	5.388.866	32,23%
PR/PL	4.395.846	312.070	4.707.916	4.982.486	255.129	5.237.615	11,25%

GRUPO I	PDT	5.561.948	552.490	6.114.438	4.965.706	375.920	5.341.626	-12,64%
	PSB	5.730.123	411.589	6.141.712	4.606.959	270.763	4.877.722	-20,58%
	PTB	4.477.795	259.824	4.737.619	3.635.288	171.931	3.807.219	-19,64%
	PTN/PODEMOS	2.155.321	67.331	2.222.652	3.361.250	146.006	3.507.256	57,80%
	PPS/ CIDADANIA	3.279.789	183.415	3.463.204	3.003.828	136.693	3.140.521	-9,32%
	PSC	3.241.390	130.200	3.371.590	2.985.605	117.538	3.103.143	-7,96%
	PSL	1.935.020	68.902	2.003.922	2.813.810	162.513	2.976.323	48,52%
	SOLIDA- RIEIDADE	2.838.007	119.504	2.957.511	2.580.209	103.246	2.683.455	-9,27%
	PTdoB/AVANTE	1.290.469	38.898	1.329.367	2.243.302	84.956	2.328.258	75,14%
	PEN/PATRIOTA	1.576.485	49.467	1.625.952	2.181.147	115.273	2.296.420	41,24%
	PV	3.093.040	134.711	3.227.751	1.793.705	51.607	1.845.312	-42,83%
	PROS	1.844.215	57.434	1.901.649	1.761.443	63.225	1.824.668	-4,05%
	PC do B	2.338.944	113.149	2.452.093	1.578.176	66.976	1.645.152	-32,91%
	PSOL	1.139.062	162.272	1.301.334	1.494.370	186.458	1.680.828	29,16%
NOVO	268.879	43.540	312.419	597.297	99.026	696.323	122,88%	
GRUPO II	PRTB	1.232.093	29.771	1.261.864	1.023.299	40.603	1.063.902	-15,69%
	PTC	1.631.671	40.753	1.672.424	906.300	25.714	932.014	-44,27%
	PMN	1.418.457	77.601	1.496.058	685.629	21.359	706.988	-52,74%
	PSDC/DC	1.439.717	35.191	1.474.908	695.801	18.696	714.497	-51,56%
	REDE	741.217	57.396	798.613	683.449	26.912	710.361	-11,05%
	PMB	735.749	33.004	768.753	401.473	9.845	411.318	-46,50%
	PSTU	38.378	14.359	52.737	14.429	5.861	20.290	-61,53%
	PCB	22.096	8.285	30.381	13.983	4.953	18.936	-37,67%
	PCO	1.838	1.429	3.267	673	934	1.607	-50,81%
GP III	UP	-	-	-	29.412	2.644	32.056	-
	PRP	1.723.570	76.957	1.800.527	-	-	-	-
	PPL	576.147	25.447	601.594	-	-	-	-
	PHS	2.399.374	77.685	2.477.059	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>99.150.425</b>	<b>7.450.152</b>	<b>106.600.577</b>	<b>93.333.588</b>	<b>5.859.237</b>	<b>99.192.825</b>	<b>-</b>	

Fonte: Melo, Pessoa Júnior & Soares (2021) e TSE

O último dado detalha a quantidade de vereadores e prefeitos eleitos pelos partidos. O grupo I expressa desempenho heterogêneo. Nove partidos desse grupo ampliaram a quantidade de representantes eleitos no plano municipal, como o crescimento de partidos da direita ou centro-direita por meio do DEM, PP, PSD, PRB/REPUBLICANOS, PTN/PODEMOS, PTdoB/Avante, PSL, PR/PL e PEN/PATRIOTA. Na outra ponta, oito partidos do grupo I mostraram diminuição de candidatos eleitos no plano municipal, tanto para o Legislativo quanto para o Executivo. Esses partidos, na maior parte, integram o espectro da esquerda, como PT, PCdoB, PDT e PSB, ou do centro, como PROS, PMDB/MDB e PV. No grupo II, a retração foi dominante. A redução no número de vereadores eleitos foi enérgica no PTC (-360), PMN

(-333) e PSDC/DC (-301). Um dado que chama atenção é que PSTU e PCO não elegeram nenhum vereador ou prefeito nos dois pleitos, como vemos na Tabela 3.

**Tabela 3. Quantidade de vereadores e prefeitos eleitos (2016-2020)**

	Partidos	Vereadores					Prefeitos				
		2016		2020		2020-2016	2016		2020		2020-2016
		N	%	N	%	N	N	%	N	%	N
<b>GRUPO I</b>	PMBD/MDB	7.560	13,05	7.251	9,37	-309	1.044	18,84	783	14,25	-261
	PSD	4.650	8,03	5.591	7,22	941	539	9,73	656	11,94	117
	PP	4.743	8,19	6.275	8,11	1.532	497	8,97	687	12,51	190
	DEM	2.905	5,01	4.277	5,52	1.372	269	4,85	468	8,52	199
	PSDB	5.364	9,26	5.423	7,00	59	805	14,53	524	9,54	-281
	PT	2.815	4,86	2.623	3,39	-192	255	4,60	186	3,39	-69
	PRB/REPUBLICANOS	1.621	2,80	2.556	3,30	935	106	1,91	211	3,84	105
	PR/PL	3.019	5,21	3.415	4,41	396	300	5,41	348	6,34	48
	PDT	3.770	6,51	3.403	4,40	-367	332	5,99	315	5,73	-17
	PSB	3.635	6,27	2.962	3,83	-673	410	7,40	254	4,62	-156
	PTB	3.064	5,29	2.450	3,16	-614	261	4,71	217	3,95	-44
	PTN/PODEMOS	764	1,32	1.501	1,94	737	30	0,54	105	1,91	75
	PPS/CIDADANIA	1.677	2,89	1.562	2,02	-115	123	2,22	142	2,59	19
	PSC	1.528	2,64	1.478	1,91	-50	86	1,55	116	2,11	30
	PSL	878	1,52	1.189	1,54	311	30	0,54	90	1,64	60
	SOLIDARIEDADE	1.438	2,48	1.325	1,71	-113	61	1,10	93	1,69	32
	PTdoB/AVANTE	489	0,84	1.039	1,34	550	12	0,22	82	1,49	70
	PEN/PATRIOTA	524	0,90	712	0,92	188	14	0,25	50	0,91	36
	PV	1.522	2,63	798	1,03	-724	102	1,84	46	0,84	-56
	PROS	987	1,70	749	0,97	-238	50	0,90	41	0,75	-9
PCdoB	1.010	1,74	677	0,87	-333	82	1,48	46	0,84	-36	
PSOL	56	0,10	85	0,11	29	2	0,04	5	0,09	3	
NOVO	4	0,01	25	0,03	21	0	0,00	1	0,02	1	
<b>GRUPO II</b>	PRTB	391	0,67	220	0,28	-171	9	0,16	6	0,11	-3
	PTC	573	0,99	213	0,28	-360	16	0,29	1	0,02	-15
	PMN	526	0,91	193	0,25	-333	28	0,51	13	0,24	-15
	PSDC/DC	419	0,72	118	0,15	-301	9	0,16	1	0,02	-8
	REDE	180	0,31	144	0,19	-36	6	0,11	5	0,09	-1
	PMB	216	0,37	46	0,06	-170	4	0,07	1	0,02	-3
	PSTU	0	0,00	0	0	0	0	0,00	0	0,00	0
	PCB	1	0,00	0	0	-1	0	0,00	0	0,00	0
	PCO	0	0,00	0	0	0	0	0,00	0	0,00	0
<b>GP III</b>	UP	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00	-
	PRP	615	1,06	7.251	9,37	-	18	0,32	-	-	-
	PPL	111	0,19	5.591	7,22	-	4	0,07	-	-	-
	PHS	878	1,52	6.275	8,11	-	38	0,69	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>57.933</b>	<b>100</b>	<b>77.417</b>	<b>100</b>	<b>19484</b>	<b>5.542</b>	<b>100</b>	<b>5.493</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	

Fonte: Melo, Pessoa Júnior & Soares (2021) e TSE

Feita observação panorâmica do desempenho dos partidos por grupo de legenda, cabe uma análise detalhada das agremiações. Observa-se o expressivo desempenho obtido pelo partido NOVO, que mostrou o maior salto no número de candidatos ao cargo de vereador (253,68%) e na quantidade de votos obtidos ao Legislativo (122,88%) - embora o partido ainda conte com pouca representação no plano municipal, sendo 25 vereadores e 1 prefeito eleitos em 2020.

É importante observar o declínio de partidos nanicos e marcados pela estratégia eleitoral de disputar os pleitos municipais, com PTC, PMN, PSDC/DC e PRTB. A hipótese a ser testada é que estas legendas foram diretamente afetadas pelo fim da coligação eleitoral que impediu que estes partidos “pegassem carona” na estrutura organizacional de legendas já estruturadas.

Essas reflexões pormenorizadas sobre as agremiações destacam a necessidade de analisar individualmente os partidos para conseguir precisar o possível crescimento ou declínio da organização na disputa eleitoral. Como abordado no início do texto, as variáveis para medir o desempenho eleitoral são muitas e, dependendo dos dados mobilizados, podemos verificar avanço ou retração da legenda no mercado eleitoral.

Esse é o caso específico do PSDB nas eleições de 2020. Análises divulgadas na grande imprensa ressaltaram o declínio do partido nesse pleito, como em matérias publicadas na revista Isto É, “PSDB segue na liderança, mas perde participação nas Eleições 2020”, no G1, “PSDB e MDB perdem o maior nº de prefeituras e PT encolhe pela 2ª eleição seguida; DEM e PP são os que mais ganham em 2020”. Então, cabe a questão norteadora no texto: houve derrocada tucana nas eleições 2020?

## O PSDB E O NOVO PSDB

Com as primeiras assinaturas reunidas nos dias 24 e 25 de junho de 1988, o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) teve seu início durante o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte. O partido foi majoritariamente formado por deputados e senadores descontentes com as posições que seu partido, PMDB, estava adotando frente ao governo Sarney. Além do descontentamento no contexto nacional, o PMDB vinha sofrendo um desgaste a partir das disputas entre líderes políticos oriundos de São Paulo: (a) insatisfação de Mário Covas com a escolha de Orestes Quéricia para sucessão de Montoro, governador do Estado paulista; (b) e a força eleitoral de Fernando Henrique Cardoso, em 1978, para o cargo de senador - o que impulsionou

o grupo liderado por FHC a sonhar com uma nova sigla partidária (CURI, 2020, p. 31).

De modo mais específico, o descontentamento por parte dos parlamentares do PMDB envolvia, em suma, três questões principais: (1) no tocante ao mais adequado sistema político, se o presidencialismo ou parlamentarismo; (2) desgaste com o grupo de Orestes Quércia dentro do partido (MELHEN, 1998); aliança com siglas e políticos conservadores nas eleições municipais. Dessa forma, a ala considerada mais à esquerda do PMDB rompeu com o partido (LAMOUNIER, 1989; ROMA, 2002).

Vale ainda ressaltar que, por mais que o PSDB possuísse em seu início algumas bandeiras ideológicas, como a defesa do parlamentarismo e a redução do mandato presidencial para quatro anos, o partido assumiu atitude pragmática-eleitoral clara nos seus primeiros anos ao adotar um discurso de centro esquerda, afastando-se do governo Sarney e, logo após conquistar a Presidência da República, ter o Partido da Frente Liberal (PFL) em sua base de governo. Além disso, a construção da socialdemocracia como ideologia do PSDB foi analisada por Genaió (2013), que ainda avaliou os ideais populistas no Partido tucano, e Vieira (2012), que argumenta nunca ter havido a implementação de ideais sociais democratas na história do PSDB, constituindo desde seu início como um partido de centro direita.

Desde o início da sigla, em decorrência de sua formação em meio a atores políticos já experientes e de expressão nacional, o Partido contava com alto potencial de dispersão territorial. Ainda que ele seja visto como essencialmente paulista (CARDOSO, 2003), sua formação contou com lideranças do Distrito Federal, Piauí, Minas Gerais, Paraná, Ceará, entre outros estados (CURI, 2020, p. 35). A agremiação conquistou protagonismo no cenário eleitoral brasileiro. A vitória para governador do Estado, por exemplo, demonstra um partido de força eleitoral expressiva em UFs como Ceará, Pará, Minas Gerais e São Paulo. Tornou-se, então, objeto de estudo em diversas pesquisas por todo o País. Na contextura nacional, mencionamos pesquisas fundamentais para a compreensão do PSDB, como Furtado (1996), Genaió (2003), Guiot (2006), Roma (2002), Sanchez (2003), Mayer (2011), Marques e Fleischer (1999). Cabe também mencionar estudos como o de Pestana (2011), sobre a trajetória do partido tucano no Espírito Santo, o de Brandão (2010), ao apresentar aspectos relevantes para o não sucesso do PSDB no Rio Grande do Norte, o desempenho historicamente fraco do partido tucano para

Governo estadual do Piauí (MARTINS, 2016), o desenvolvimento do Partido em um de seus principais estados, o Ceará (PESSOA JR., 2018) e também pesquisas que o trouxeram em seu nicho eleitoral de maior sucesso, São Paulo (ASSUMPÇÃO, 2008; CURI, 2020; FIORE, 2016).

Além do desempenho eleitoral importante nos estados, o partido venceu a eleição presidencial em 1994 e 1998, com FHC. Após, de 2002 a 2014, chegou ao segundo turno, mas perdeu a disputa para o Partido dos Trabalhadores. Em 2018, o protagonismo histórico do PSDB não foi repetido: amargou seu pior desempenho na eleição presidencial em toda sua história, com 4.76% dos votos válidos na candidatura de Geraldo Alckmin. Desde então, teve sua posição recuada ante sistema partidário brasileiro.

O PSDB voltou aos holofotes eleitorais em 2020. Após seu pior desempenho em uma eleição presidencial, em 2018, a agremiação tucana passou por reformulações internas<sup>3</sup> e até mesmo foi cogitada a mudança da sigla partidária<sup>4</sup>; mas, o fator principal para que tenha recebido maior atenção em 2020 se deu pela atuação de João Doria, Governador do Estado de São Paulo pelo PSDB, diante da pandemia de covid-19, sob forte oposição ao atual Presidente da República, Jair Bolsonaro. As constantes críticas trocadas entre os dois governantes alertaram para dois principais movimentos: (1) Doria como possível presidenciável em 2022, utilizando sua atuação no governo do Estado de São Paulo durante a pandemia para aumentar sua projeção nacional; (2) volta do PSDB como possível partido competitivo na disputa majoritária nacional. Em congresso nacional interno realizado em 2019, já alertava para uma mudança em sua postura; mas o que há de diferente entre o “antigo” e o novo PSDB?

Após um cenário eleitoral sob forte polarização ideológica em 2018, o PSDB optou, já em 2019, por afirmar seu posicionamento como de “centro” e “liberal”, sem extremismos – em alusão ao governo Bolsonaro e ao Partido dos Trabalhadores. Seu congresso nacional, inclusive, trouxe dois movimentos também importantes para o analisarmos em 2020: (a) a boa avaliação que Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul, possui no seu âmbito, sendo o principal “rival” de Doria na disputa pela vaga de presidenciável tucano em 2022; (b) a ausência de líderes históricos do PSDB, como o ex-presidente

<sup>3</sup> <https://oglobo.globo.com/brasil/doria-define-novo-psdb-como-de-centro-liberal-contrario-extremismos-24124935> - acesso em 23/02/2021

<sup>4</sup> <https://veja.abril.com.br/brasil/partidos-politicos-querem-mudar-de-nome-para-atrair-confianca-do-eleitor/> - acesso em 23/02/2021.



Fernando Henrique Cardoso, o ex-governador Geraldo Alckmin, o senador José Serra ou mesmo o deputado Aécio Neves.

A ausência das tradicionais lideranças tucanas na convenção nacional do partido também foi sentida nas eleições municipais. Em São Paulo, Unidade Federativa de maior domínio do PSDB no País, as campanhas municipais não contaram com Serra e Alckmin pelo estado, fato inédito desde 1996<sup>5</sup>. O afastamento de lideranças históricas importantes para construção nacional do partido traz, em alguma medida, a renovação que a agremiação procura com novos líderes e figuras que não representem o *establishment* político. Nas palavras do protagonista pela renovação da sigla, João Doria: “Bruno Araújo, Eduardo Leite, Bruno Covas, eu, o Reinaldo Azambuja, esse é o novo PSDB”<sup>6</sup>. Além da mudança entre os novos quadros, incentiva cada vez mais seus diretórios municipais a recrutar jovens e mulheres para possíveis candidaturas. Em suma, o PSDB passa por uma renovação desde seus quadros principais até os candidatos no contexto municipal. A mudança, que conta até mesmo com a ausência da ave tucano em seu logotipo principal, visa a restabelecê-lo como ator político protagonista nacionalmente e retomar o cargo de Presidente da República, disputado de maneira competitiva, chegando ao segundo turno, de 1994 até 2014.

Ainda que o resultado eleitoral de 2018 tenha sido o pior em sua história, o PSDB continuou como robusto agente nas eleições municipais de 2020. Embora tenha sido um dos mais abalados no sistema partidário em número de prefeituras perdidas em relação a 2016, foi a sigla com maior número de votos em todo Brasil<sup>7</sup>. Ou seja, o número 45 foi o mais digitado pelo eleitorado no País em 2020. Além disso, como veremos na próxima seção, governa a maior população no Território nacional. Há índices e variáveis que apontam para uma queda do PSDB em 2020. Neste capítulo, defendemos que esta queda não foi tão forte como divulgada<sup>8</sup>.

5 <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/09/12/serra-alckmin-eleicoes-prefeitura-sp-psdb.htm> - acesso em 23/02/2021.

6 <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pista-de-provas,70003176652> - acesso em 24/02/2021.

7 O PSDB foi o partido mais votado na eleição de 2020, com 9,6% de todos os votos depositados em urnas. O segundo colocado foi o MDB, com 9,5% dos votos. Fonte: TSE.

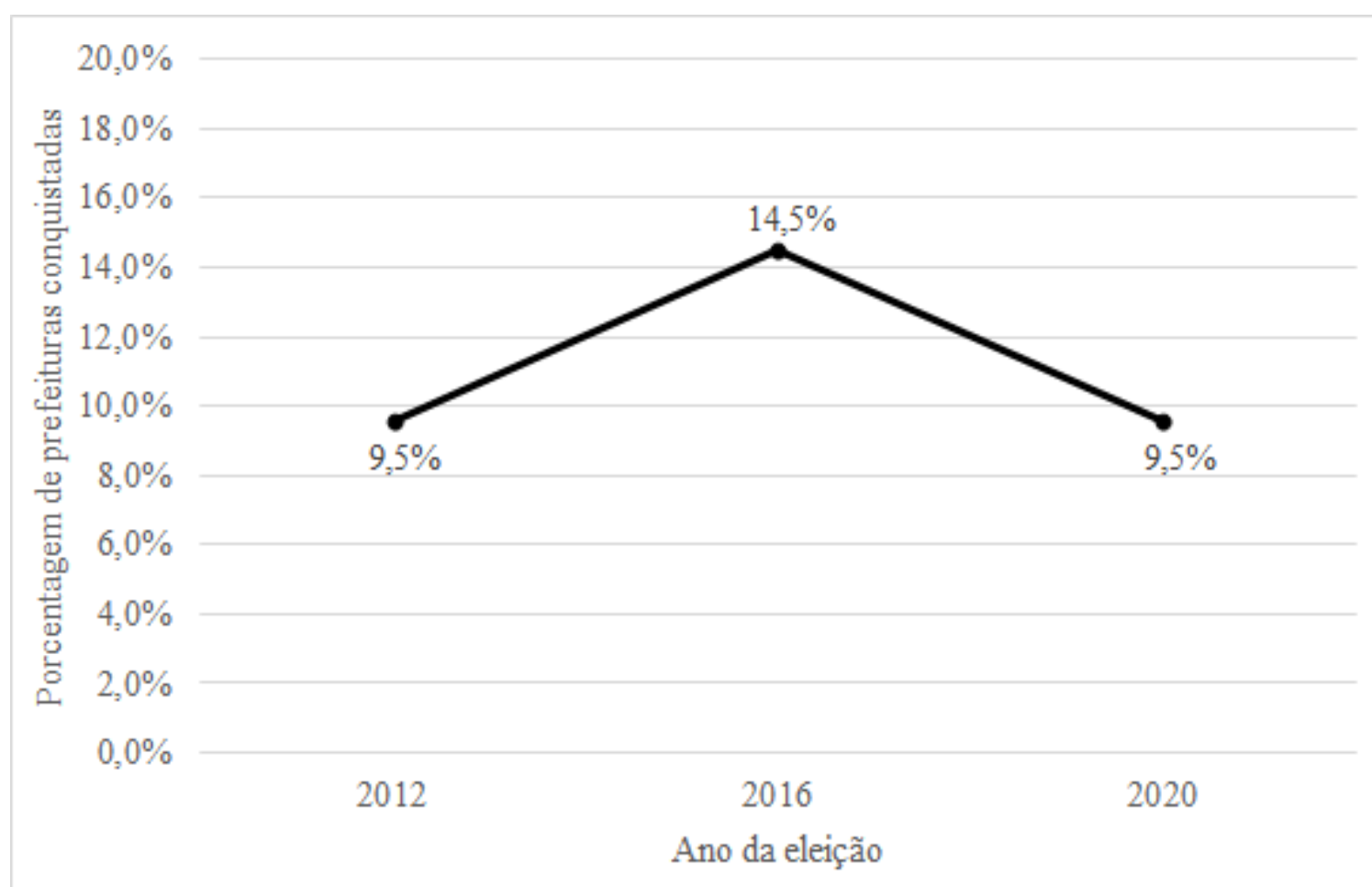
8 <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55129554> - acesso em 23/02/2021.  
<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/16/psdb-e-mdb-perdem-o-maior-no-de-prefeituras-dem-e-pp-sao-os-que-mais-ganham.ghtml> - acesso em 23/02/2021.

<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/psdb-e-o-partido-que-perdeu-mais-prefeituras-mdb-e-o-segundo/> - acesso em 23/02/2021.

## DADOS E ANÁLISES

Dentre os números que orientam as análises acerca de uma queda do PSDB nas eleições municipais de 2020, o número de prefeituras conquistadas é o valor que mais chama a atenção. Como demonstrado abaixo, de fato, oscilou de 2012 para cá. O PSDB, que em 2012 conquistou 9,5% das prefeituras no Brasil e na eleição seguinte aumentou em mais de 100 prefeituras seu domínio, viu seu desempenho voltar à porcentagem de oito anos atrás. O desempenho pelo número de prefeituras caiu em relação a 2016, mas, considerando a crise pela qual passou após seu desempenho em 2018, dizemos que seus números em municípios estão longe de decretar o fim da sigla.

**Gráfico 1. Porcentagem de prefeituras conquistadas pelo PSDB no Brasil (2012 - 2016)**



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Elaboração própria.

Ao avaliarmos conforme a região, os números tucanos demonstram o Centro-Oeste como território determinante para queda no número de prefeituras conquistadas em 2020. Como exposto na Tabela 1, a seguir, a Região apresentou maior queda percentual, além de possuir também a maior diminuição no número absoluto de municípios governados, com 81 a menos. Vale

também ressaltar a queda na região Nordeste, com histórico protagonismo tucano cearense - a região conquistou 63 prefeituras a menos de 2016 para 2020.

**Tabela 4. Porcentagem de prefeituras conquistadas pelo PSDB, conforme a região (2012 - 2020)**

Região/Ano	2012	2016	2020
<b>Centro Oeste</b>	14,6%	32,0%	15,0%
<b>Norte</b>	14,9%	12,0%	4,8%
<b>Nordeste</b>	6,9%	8,4%	5,0%
<b>Sul</b>	10,2%	11,3%	6,8%
<b>Sudeste</b>	19,0%	19,1%	16,2%

Fonte: TSE. Elaboração própria.

Sob o prisma do número de prefeituras conquistadas, o PSDB, de fato, encolheu em todo o País, no entanto, é imprescindível que avaliemos como desenvolveu suas estratégias a partir das candidaturas lançadas. O lançamento de candidaturas ao Executivo municipal configurou-se como estratégias de que o PSDB-SP utilizou para se capilarizar por São Paulo, desde 1996 (CURI, 2020). Ou seja, lançar um candidato é avaliado não apenas pelo desempenho obtido nas urnas, mas pela possibilidade de se viabilizar a sigla em diversas regiões. Mostramos, na sequência, a porcentagem de candidaturas para prefeituras, conforme a região.

**Tabela 5. Porcentagem de candidaturas lançadas pelo PSDB, conforme a região (2012 - 2020)**

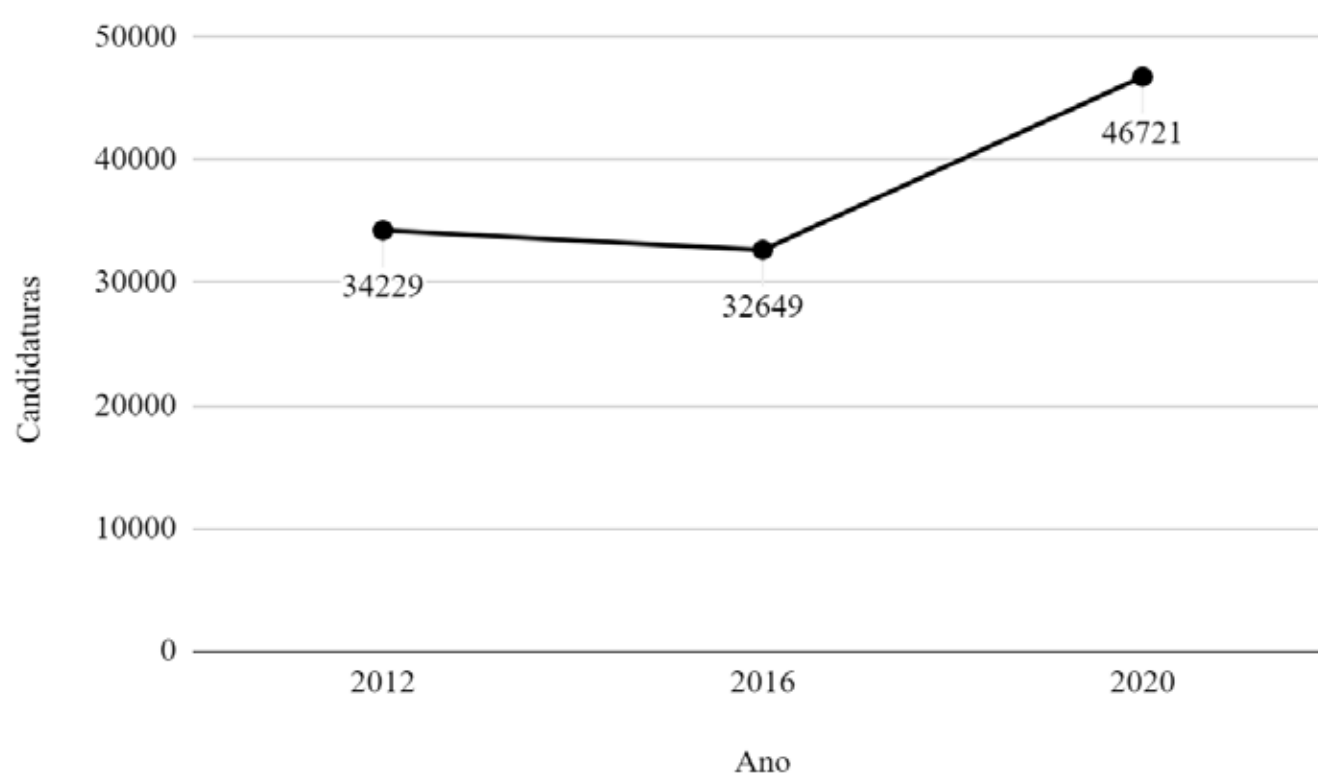
Região/Ano	2012	2016	2020
<b>Centro Oeste</b>	39,3%	55,6%	27,7%
<b>Norte</b>	43,1%	34,9%	18,4%
<b>Nordeste</b>	16,4%	18,0%	13,9%
<b>Sul</b>	27,9%	23,1%	18,3%
<b>Sudeste</b>	45,9%	38,1%	37,5%

Fonte: TSE. Elaboração própria.

O PSDB diminuiu sua presença em todas as regiões do Brasil, no tocante à exposição ao cargo de Executivo municipal. Parece, assim, haver avaliado o contexto como desgastante para a sigla, que veio, dois anos atrás, de seu maior revés em uma eleição presidencial na história. Ainda assim, esteve com candidatos para prefeituras em 23,4% dos municípios, obtendo vitória em 40,2% de suas candidaturas<sup>9</sup>. A taxa de sucesso do PSDB em 2020, aliás, foi superior à taxa de 2012. Em 2012, elegeu 39,3% de suas candidaturas.

Por outro lado, o PSDB focou seus esforços nas candidaturas para vereador. Ambos os movimentos seguem uma lógica de menor exposição, dado que o cargo de prefeito evidencia a agremiação no pleito e, por outro lado, as candidaturas ao cargo de menor expressão na eleição mantém sua presença nos municípios. Como exposto no gráfico 2, aumentou em 43,1% o número de candidaturas para vereador em todo o Brasil.

**Gráfico 2. Número absoluto de candidatos a vereador pelo PSDB no Brasil (2012 - 2020)**



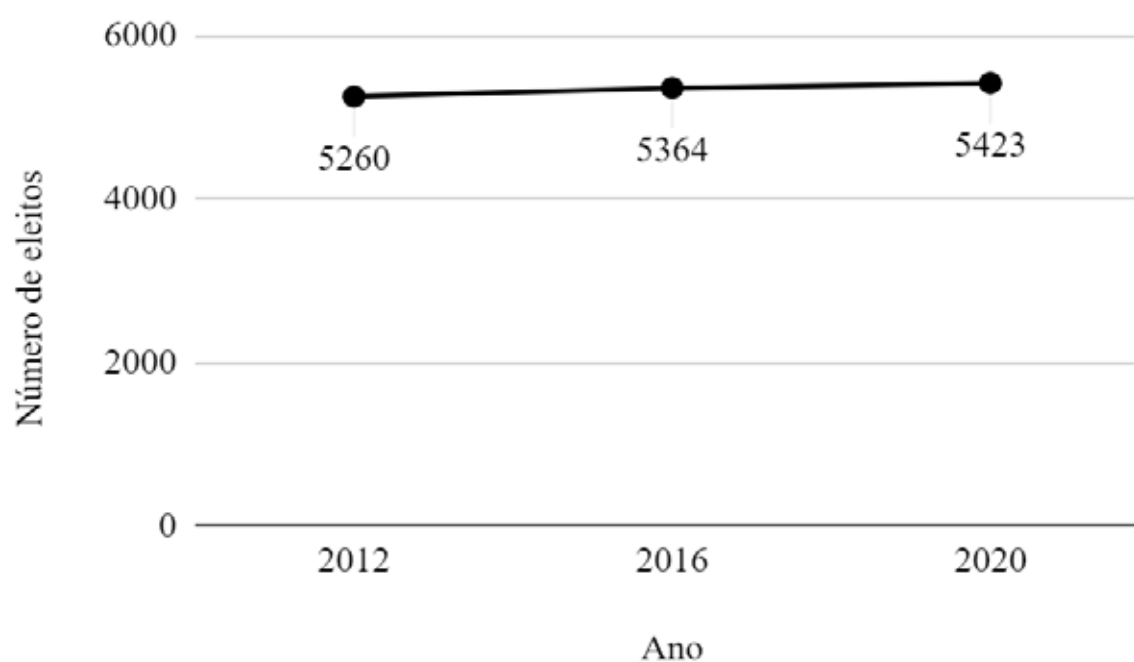
Fonte: TSE. Elaboração própria.

Apesar de o partido tucano haver aumentado significativamente o número de candidaturas aos legislativos municipais, seu desempenho não seguiu a mesma lógica. Ao passo que o número de postulantes a vereador ter

<sup>9</sup> Em 2016, atingiu 48,8% de vitória nos municípios em que lançou candidato ao Executivo. Entendemos aqui “taxa de sucesso” pela porcentagem de vitória do PSDB em suas candidaturas lançadas.

crescido 43,1%, o crescimento no número de vereadores eleitos sob a sigla do PSDB foi de apenas 1,1%, como demonstrado no gráfico 3. Ou seja, o custo para que o partido mantivesse o número de vereadores eleitos no País foi alto.

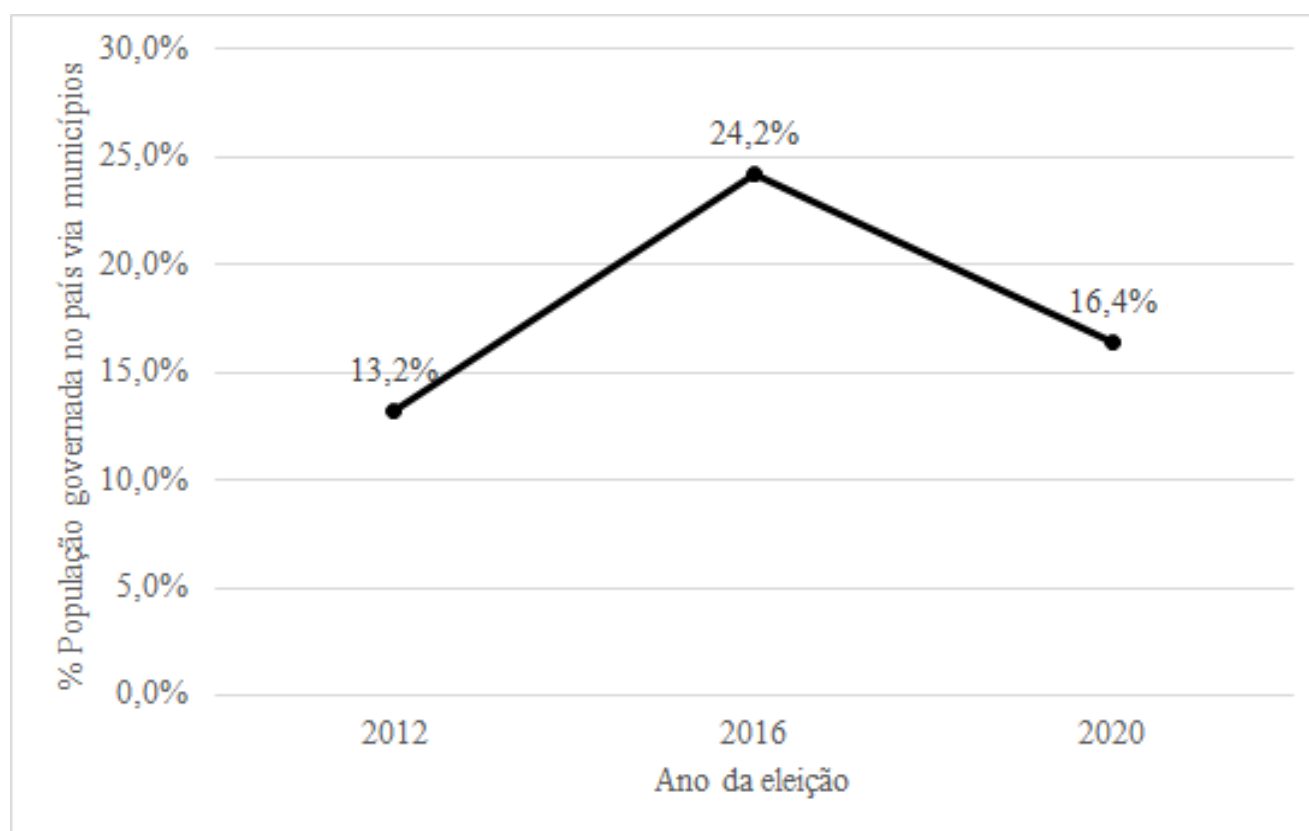
**Gráfico 3. Número absoluto de vereadores eleitos pelo PSDB no Brasil (2012 - 2020)**



Fonte: TSE. Elaboração própria.

Além de o partido ter optado por uma menor exposição em 2020, os números da eleição municipal de 2020 ganharam outro contorno, quando avaliamos o total da população governada pelo partido tucano em todo o País. O PSDB, internamente, tende a avaliar seu desempenho eleitoral justamente a partir da população que estará sob seu domínio - ou seja, a população dos municípios que governará nos próximos anos. E, desde 2016, a avaliação parece ser positiva. Em 2012, o partido foi o terceiro colocado entre os que administravam maior população via prefeituras, atrás apenas do MDB (2º colocado) e PT (1º colocado). Em 2016 e 2020, o PSDB é o partido que domina a maior parcela do eleitorado no Brasil.

**Gráfico 4. Porcentagem governada pelo PSDB no país via municípios (2012 - 2020)**



Fonte: TSE. Elaboração própria.

Os dados apontam para uma queda na população governada pelo PSDB no Brasil, em comparação com o pleito anterior; no entanto, a porcentagem ainda é superior em relação a 2012. Ou seja, ainda que pese a diminuição do partido em 2020, sua sigla indica estar longe de um fim. Se analisarmos conforme a região, o PSDB teve queda significativa no Nordeste e no Norte, como demonstrado na tabela abaixo.

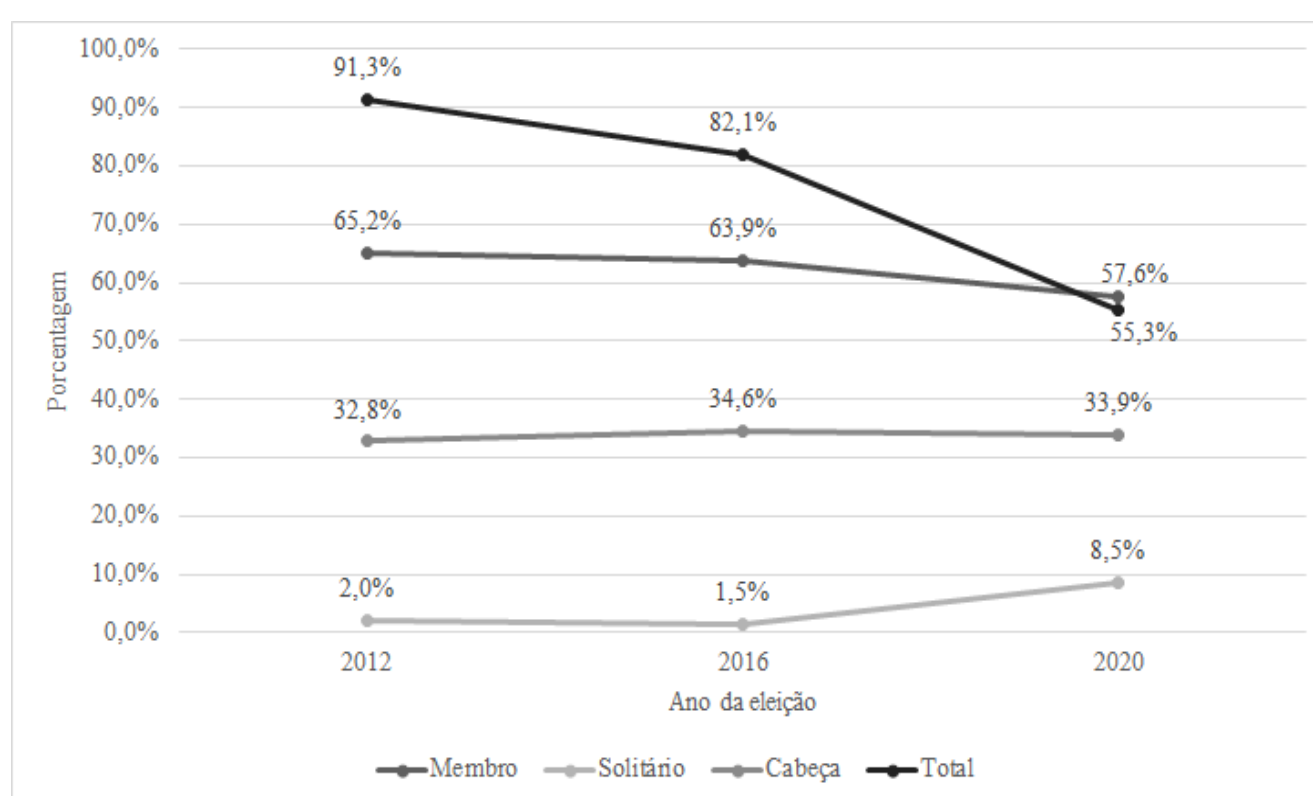
**Tabela 6. Porcentagem da população governada pelo PSDB por região (2012 - 2020)**

Região/Ano	2012	2016	2020
<b>Centro Oeste</b>	8,0%	23,3%	12,0%
<b>Norte</b>	29,2%	34,3%	8,7%
<b>Nordeste</b>	10,2%	11,7%	5,6%
<b>Sul</b>	10,2%	19,9%	10,9%
<b>Sudeste</b>	13,4%	31,9%	27,1%

Fonte: TSE. Elaboração própria.

Se comparados os números do PSDB em 2012 e 2020, vemos claramente a atual derrota do partido nas regiões do Norte e Nordeste. Em contrapartida, para o mesmo período analisado, o partido expandiu seu domínio sobre a população do Centro Oeste, Sul e Sudeste. Ou seja, aqui reforçamos que a queda do PSDB em 2020 é significativa, mas apenas se comparado ao ano de 2016, quando o partido foi, à época, o que mais havia crescido em relação à eleição anterior. Além disso, acreditamos que o partido tenha, na verdade, optado por diferentes estratégias em 2020. A fim de ratificar essa mudança de comportamento, abaixo apresentamos como o PSDB se comporta em relação às coligações majoritárias, de 2012 a 2020.

**Gráfico 5. Coligações realizadas pelo PSDB nas eleições municipais (2012 - 2020)**



Fonte: TSE. Elaboração própria.

No gráfico 4, dois movimentos em 2020 chamam a atenção para o partido tucano: (a) seu crescimento significativo em candidaturas solitárias, ou seja, quando o partido decide por uma candidatura sem aliados. A candidatura solitária passou a ser uma estratégia evitada por partidos até 2016 (VASQUEZ, CURI E SILVA, 2021, no prelo) e o aumento considerável no comportamento tucano é surpreendente; (b) a baixa visibilidade do partido quando analisados seus dados por todo o País (total). Este percentual leva em consideração a soma da participação do partido em todos municípios, seja como membro, solitário ou cabeça da chapa. O PSDB, dessa forma, diminuiu sua participação nas eleições municipais.

Sua “derrota” em 2020, na verdade, passa por uma releitura do contexto eleitoral de atuação e novas estratégias para que o partido não perca protagonismo no sistema partidário. A partir dos dados expostos, 2020 parece ter sido para o PSDB um ano de organização e mensuração de sua capacidade após o fracasso em 2018. A medir pelas suas vitórias com drástica redução de participação nos municípios e maior população governada, o partido tucano não se saiu tão mal da eleição municipal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diminuição drástica na participação do PSDB nas eleições municipais foi analisada, em um primeiro momento, como queda ou fracasso do partido. Aqui defendemos que o partido recuou a fim de evitar um desgaste maior da sigla após o desempenho em 2018. Como o contexto de pandemia acelerou a disputa presidencial de 2022, 2020 era visto como um termômetro para os presidenciais. O partido tucano, ainda que recuado, não deixou a desejar proporcionalmente em desempenho, como demonstrado pela sua taxa de sucesso eleitoral - até mesmo superior em relação a 2012. Os três possíveis presidenciais do partido tucano<sup>10</sup>, Eduardo Leite (RS), João Doria (SP) e Tasso Jereissati (CE), no entanto, obtiveram resultados distintos em suas regiões de atuação.

No Estado de São Paulo, o PSDB foi protagonista na maioria das candidaturas de que participou: o percentual de 56% delas demonstra o partido como cabeça da chapa; em 10,1%, lançou-se sozinho e em 33,9% atuou apenas como membro da coligação. O mais espantoso é que, seja como cabeça da chapa, solitário ou como membro, o PSDB-SP esteve em 92,2% de seu território. A presença maciça do partido por todo o Estado é também marca de seu desempenho único no Governo estadual de São Paulo, com vitórias para o cargo desde 1994.

Os números encontrados para o PSDB no Rio Grande do Sul e Ceará são menos animadores para os possíveis presidenciais tucanos. No Estado governado por Eduardo Leite, o PSDB, ainda que tenha aumentado o número de candidaturas em 2020, possui ainda pouco protagonismo quando comparado ao comportamento em São Paulo: o partido foi cabeça da chapa em

<sup>10</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/02/com-mais-de-um-nome-psdb-de-fine-presidenciaivel-neste-ano-diz-bruno-araujo-presidente-do-partido.shtml> - acesso em 01/03/2021.



27,4% das candidaturas de que participou; em 8,5% foi candidatura solitária e atuou como membro de coligação em 64,1%. Além disso, a participação do PSDB-RS por todo o Estado chegou a 44,9% dos municípios do Rio Grande do Sul. No Ceará, a porcentagem de participação do PSDB em todo o Estado chegou a 42,4% dos municípios - com apenas 12,8% das candidaturas tuanas como cabeça da chapa; 5,1% como candidatura solitária e ampla maioria, 82,1%, como coadjuvante na coligação.

Cardoso (2003) apontava para o PSDB ser visto como um partido essencialmente paulista e, neste atual cenário, é, em alguma medida, simples apontar que João Doria sai na frente. A atuação do PSDB em São Paulo possui grande visibilidade pelas lideranças históricas que possui e pelo desempenho eleitoral que conquista no estado desde 1994. Os desafios para o PSDB em 2022 passam, para além do nome a ser escolhido, pela sua nacionalização. A eleição de 2020, ainda que tenha demonstrado que o PSDB está longe de seu fim, demonstrou também um recuo em regiões do Brasil - historicamente fracas do ponto de vista eleitoral para o partido. A construção de uma candidatura para 2022 certamente passará por (re)construir a imagem do partido fora de estados com lideranças mais atuantes dentro do partido, para além do eixo Rio Grande do Sul-São Paulo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUMPÇÃO, R. P. S. **Análise organizacional do partido da social democracia brasileira no estado de São Paulo (1988-2006)**: a estrutura relacional e o capital político. Tese de Doutorado em Ciência Política. Instituição de Ensino: Universidade Estadual Paulista. 2008.

CARDOSO, F. H. Um líder que marcava posições. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; SARMENTO, Carlos Eduardo B. (Org.). **Mário Covas: a ação conforme a pregação; uma revolução ética em São Paulo**. São Paulo: Fundação Mário Covas, 2003.

CURI, H. **Ninho dos Tucanos: o PSDB em São Paulo (1994-2018)**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas. 2020.

IORE, D. C. **Bases sociais e interiorização: o predomínio eleitoral do PSDB paulista (1994-2014)**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FURTADO, O. H. P. **Trajetos e perspectivas social-democratas: Do modelo europeu para o PSDB e o PT do Brasil**. Dissertação de mestrado em Ciência Política no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas-SP, 1996.

GENAIO, P. **A Formação do Partido da Social-Democracia Brasileira**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Biblioteca Marina São Paulo Vasconcellos. 2003. 111 f.

GUIOT, André P. **Um moderno príncipe para a burguesia brasileira: O PSDB (1988 a 2002)**. Dissertação de Mestrado em História na Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

LAMOUNIER, B. **Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

MARTINS, R. H. C. **Radiografia do Partido da Social Democracia Brasileira no Estado do Piauí (PSDB – PI) no período de 1988 a 2010**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Piauí. 2016. 176f.

MARQUES, Jales R & FLEISCHER, David. **De facção a partido: o partido da social democracia brasileira (PSDB) (1987/1995)**. Brasília, Konrad/Adenauer/Stiftung, 1996.

MAYER, Rodrigo. **Os partidos como organizações: um estudo comparado do PSDB & PT**. Dissertação de mestrado em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2011.

MELHEM, C. S. **Política de botinas amarelas: o MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

PESSOA JÚNIOR, J. R. C. **Articulação entre as instâncias partidárias: o caso do PMDB, PT e PSDB do Ceará nas eleições de 2012 e 2014**. Tese de Doutorado em Ciência Política. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas. 2018

ROMA, C. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 71–92, jun. 2002.

SANCHEZ, Raul Christiano. **De volta ao começo! Raízes de um PSDB militante que nasceu na oposição**. Brasília: Instituto Teótonio Vilela, 2003.

VASQUEZ, V. L.; CURI, H.; SILVA, B. Prefeitos e a construção do apoio legislativo nos municípios. **Dados**, v. 64, 2021.

VIEIRA, S. **O Partido da Social Democracia Brasileira: Trajetória e Ideologia**. Tese de Doutorado em Ciência Política. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Biblioteca do IESP. 2012. 186 f.

## 08. ENREDOS E PERSONAGENS DA ELEIÇÃO DE 2020 EM FORTALEZA: A DISPUTA ENTRE GRUPOS POLÍTICOS E A NACIONALIZAÇÃO DA CAMPANHA

Cleyton Monte<sup>1</sup>

Monalisa Torres<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

Fortaleza é a quinta maior capital brasileira em população. Atualmente, ocupa o lugar de maior PIB do Nordeste e a nona posição no ranking nacional. Maior colégio eleitoral do Estado, concentra sozinha 25% do eleitorado cearense, além de ser destaque em desigualdades sociais estruturais, o que torna a Capital cobiçada por lideranças e grupos políticos com ambições políticas maiores. Ser prefeito ou ter um prefeito aliado em Fortaleza é importante ativo nas eleições estaduais e nacionais. É de relevo lembrar o caráter imprevisível do eleitorado fortalezense, movendo-se na contramão de pesquisas e intenções de líderes.

Somada a essas características, fatores conjunturais como a mudança nas regras eleitorais, que não permitiram coligações para eleições proporcionais em 2020, e, a mais complexa de todas, a crise sanitária gerada pela pandemia

---

1 Possui bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (2009), mestrado (2012) e doutorado (2016) em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC. Apresentando interesse pela Sociologia Política e Ciência Política. Tem experiência docente em: Ciências Sociais, Formação Política do Brasil e Metodologia de Pesquisa. Desenvolve pesquisas nos seguintes temas: democracia, representação política, partidos e política cearense. Atualmente pesquisa a relação entre democracia, crise política e desigualdades sociais. Leciona na Faculdade Cearense (Graduação e Pós-Graduação). Tem longa experiência com educação a distância (tutoria, produção de conteúdo e coordenação de curso). É pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (LEPEM-UFC). Assessor parlamentar. Atua como palestrante e analista político, colaborando com movimentos sociais, associações e imprensa. Membro da Associação Cearense de Imprensa (ACI). É articulista dos jornais O POVO e SEGUNDA OPINIÃO.

2 Professora Assistente do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI-UECE). Possui doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestrado em Políticas Públicas e graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (LEPEM/UFC). Atua principalmente nas seguintes áreas de pesquisa: Eleições, Poder Local, Disputas eleitorais e Antropologia da Política. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2272-4187>

de Covid-19, resultaram numa das eleições mais fragmentadas e apertadas da história de Fortaleza. Ao todo, 11 candidaturas disputaram a preferência do eleitor fortalezense.

Em chapa pura, PC do B, que compõe base política governista, lançou a candidatura dos professores Anízio Melo (PC do B) e Helena Serra Azul (PC do B); o deputado federal Célio Studart (PV) e Francisco Galba Viana (PV) foram os nomes do PV para a disputa. Concorrendo pela Unidade Popular, Paula Colares (UP) e Serley Leal (UP) estrearam a legenda em disputas majoritárias em Fortaleza. Em composição com o MDB, do ex-senador Eunício Oliveira, o Solidariedade lançou os nomes de Heitor Férrer (SD) e Walter Cavalcante (MDB). O PSL, em aliança com o PRTB, também teve seus candidatos, optando pela indicação do deputado federal Heitor Freire (PSL) e do Cabo Maia (PSL). O Patriota indicou Samuel Braga (PATRI) e Roberlene Rodrigues (PATRI). A coligação entre PSOL e PCB escolheu o deputado estadual Renato Roseno (PSOL) e Raquel Lima (PCB). Pelo bloco governista, os escolhidos foram o deputado estadual José Sarto Nogueira (PDT) e Élcio Batista (PSB). Luizianne Lins (PT) e Vladyson Viana foram as indicações do PT à disputa. E finalizando, formando o principal bloco da oposição, o PROS apresentou Capitão Wagner (PROS) e Kamila Cardoso (PODE).

As três últimas composições merecem destaque. Primeiro, pela competitividade na disputa: foram as candidaturas que protagonizaram os maiores embates e se mostraram mais competitivas, disputando as vagas para o segundo turno. Segundo, pela nacionalização desse embate a partir das lideranças políticas acionadas como fiadoras dos competidores: Lula (PT), Ciro Gomes (PDT) e Jair Bolsonaro (sem partido). Por fim, representam os três grupos mais fortes em atividade na cidade de Fortaleza.

A presente pesquisa se nutriu dos debates nos espaços do LEPEN/UFCE (Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia), que abriu caminhos férteis pela literatura sobre estudos eleitorais e política local, além da participação intensa na cobertura da imprensa cearense durante a campanha de 2020, que nos proporcionou observação sistemática de todas as etapas do processo eleitoral.

A análise do discurso do HGPE das três principais candidaturas é o nosso *locus* principal, contudo, o cenário pré-eleitoral e os resultados da campanha foram discutidos no texto. Dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-CE), reportagens, entrevistas, ou seja, tudo o que compôs a movimentação dos grupos políticos em Fortaleza são abordados nas próximas páginas.

A hipótese proposta é que a noção de grupo político ajusta-se à compreensão da política cearense em diferentes contextos políticos não apenas do passado, mas da atualidade e é perfeitamente utilizada para analisar as eleições. Mais ainda: as eleições de 2020 em Fortaleza nos ofereceu um contexto singular - a nacionalização da disputa, com a simbiose estratégica entre grupos políticos locais e nacionais - fenômeno que, apesar de ter sido visto em campanhas anteriores, se intensificou profundamente no pleito de 2020.

O capítulo tem três seções interligadas. Na primeira, refletimos sobre o conceito de grupos políticos e sua relação com o contexto cearense. Em seguida, apresentamos, panoramicamente, o embate político em Fortaleza, destacando o cenário pré-eleitoral, as eleições e seus significados, com ênfase no HGPE. Por fim, tecemos comentários sobre o que as urnas indicam, levando em consideração o conflito entre grupos políticos. Nas considerações finais, esboçamos uma síntese da eleição de 2020 e possíveis agendas de pesquisa.

## **GRUPO POLÍTICO: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO**

É sempre um grande desafio teórico mobilizar conceitos que, possam, de alguma forma, dar conta dos meandros da realidade. Tal empreitada é ainda mais complexa quando envolve o universo político (SEIDL, 2013). Baseados nesse desafio, utilizamos aqui o conceito de grupos políticos. Seu uso não é aleatório ou especulativo. Baseia-se, como bem ensina Robert Dahl (1970), no exame da política real e na movimentação de lideranças, ampara-se na análise histórica e discursos dos próprios atores envolvidos no processo decisório. Ressaltando que a discussão em questão leva em consideração a movimentação política de lideranças nos estados e municípios. A lógica nacional, mesmo quando interfere na ação dos grupos locais, guarda outras propriedades que não serão tratadas no presente capítulo.

Não é possível se referir às elites políticas locais em uma lógica majoritariamente partidária. Muitos politólogos ressaltaram a importância dos partidos na vida legislativa e no debate nacional (MELO, 2011; LIMONGI, 2006; SANTOS, 2003). Ao acompanhar a movimentação histórica e contemporânea na política local, verificamos o despropósito em trazer o partido para o centro do palco. A maioria das siglas funciona nos estados e municípios muito mais como formalidade e pressuposto burocrático do que propriamente demarcador de identidades ideológicas e carreiras políticas. Não raro é possível observar políticos que passaram sem constrangimento por diversos partidos (FARIAS, 2012).

Como demonstrou Rejane Vasconcelos (2008 e 2002) e Cleyton Monte (2019), o termo *grupo político* remonta à política tradicional brasileira, com suas raízes rurais e controle sobre os eleitores. O poder econômico dos proprietários de terra se convertia diretamente em controle político, ou seja, os votos daqueles reconhecidos como “gente do coronel sicrano” não precisavam ser conquistados, na medida em que considerados obrigação devida aos seus donos. Aceitava-se o patrimonialismo, definido por Raymundo Faoro (2010) pela ausência de fronteiras entre o público e privado, como condição “natural” da política. Do mesmo modo, o personalismo estaria na origem da política tradicional remetendo para a noção correlata de “chefe político” atribuída aos que na esfera dos municípios, de modo especial do interior, e na política estadual, detinham bases eleitorais que lhes garantisse força política nas disputas eleitorais (LEAL, 1975). Tal circuito foi descrito por Marcos Bezerra (1999).

A expressão “chefe político” tem origem no contexto de sociedades predominantemente rurais, nas quais o domínio dos patrões se estendia de forma direta sobre as relações sociais e políticas, justificando assim a nomeação pejorativa de “currais eleitorais”. O poder de um chefe político é avaliado por sua capacidade de controle de votos em um determinado território, seja de maneira única ou compartilhada, considerado sua base eleitoral. A noção bases eleitorais assume significados distintos quando aplicada a diferentes tipos de eleições.

Nas instâncias municipais, reporta-se a laços mais diretos estabelecidos entre candidatos e eleitores caucionados por formas de atendimento de demandas econômicas ou troca de favores que resultam em uma adesão relativamente estável traduzida em votos. Nas eleições estaduais e federais, as relações dos candidatos com os eleitores na conquista de votos são mediadas pelos chamados “chefes políticos” municipais, que podem ser prefeitos, vereadores ou lideranças com influência sobre segmentos do eleitorado. A origem familiar é uma característica invocada para justificar a origem e o prestígio de chefes de grupos políticos. Passar por uma sociabilidade política familiar faz diferença na hierarquia dos grupos.

No Brasil, as expressões *chefes políticos*, *currais eleitorais* e *voto de cabresto* continuaram a ser utilizadas com as conotações e contextos distintos. Mesmo reconhecendo que o processo intenso de urbanização, industrialização, modernização dos meios de comunicação, mudanças na economia rural e ampliação da atuação do Estado alteraram significativamente meios anteriores de controle social e político. Daí a impossibilidade de fazer uso de termos

como *oligarquia* ou *coronelismo*, presos semanticamente a arenas políticas que já não existem.

Vale ressaltar que, apesar de não termos no Brasil eleições distritais, deputados estaduais e federais consideram como suas bases eleitorais os municípios ou regiões onde obtiveram significativa concentração de votos e para as quais direcionam grande parte de suas atividades parlamentares na busca de atender “pleitos” daqueles que consideram representar mais diretamente. Os parlamentares são elos importantes na ação e manutenção de grupos políticos.

Assim, os grupos funcionam como poderosas redes de influência. Sua vitalidade está geralmente ligada ao acesso aos canais de poder. Não é possível compreender essa teia sem levar em consideração a estrutura de desigualdades que permeiam a sociedade brasileira, e, em particular, a sociedade cearense. Se os grupos disponibilizam canais de acesso ao poder a parlamentares, prefeitos e lideranças, isso se faz em terreno marcado pela pobreza e ausência de serviços básicos. Por isso, essa prática funciona nas fronteiras entre códigos tradicionais e modernos da política.

Em síntese, os dados mencionados possibilitam que algumas considerações embrionárias sobre o conceito de grupo político sejam feitas. O conceito remete para a política real, desde a instância de laços entre políticos e eleitores nas bases eleitorais municipais até relações que se estabelecem com candidatos ao parlamento e a cargos majoritários que buscam nos chefes políticos municipais apoio para a constituição de redutos eleitorais que lhes garantam os votos necessários para serem eleitos.

A organização de um grupo político pressupõe a existência de um chefe político com características pessoais de liderança e com possibilidades efetivas de contatos políticos ao nível da política estadual ou nacional que tornem plausíveis suas pretensões de agregar seguidores políticos. A noção de grupo político permite o entendimento das características tradicionais da política brasileira (patrimonialismo e personalismo) que se amoldam às exigências da modernização das relações políticas. A “política do favor” tende a assumir formatos menos explícitos e individualizados de troca entre candidatos e eleitores (caso da compra de voto por dinheiro) para converter-se em distribuição preferencial de recursos públicos direcionados às bases eleitorais de grupos políticos.

As disputas nos planos municipal e estadual são travadas, principalmente, entre grupos políticos que se reconhecem como antagônicos em suas pretensões de conquista de poder. A ligação de grupos políticos aos

partidos depende das oportunidades que são oferecidas às suas lideranças para disputar cargos políticos que os fortaleçam em face dos seus opositores. Os partidos constituem-se a face institucional do jogo político, porém seu tamanho e importância nos Estados variam em função da força dos grupos políticos que circunstancialmente neles se abrigam. A dimensão das coligações partidárias firmadas por grupos políticos hegemônicos (KRAUSE, DANTAS e MIGUEL, 2010), que em determinados casos incluem mais de 20 partidos, é indicativa das dificuldades postas à formação de grupos políticos de oposição com capacidade significativa de confrontação, o que contribui para acentuar o situacionismo.

Importante é destacar o fato de que os grupos políticos podem ser percebidos como categoria nativa, uma vez que os sujeitos são reconhecidos e se percebem como membros de uma coletividade (PALMEIRA, 2006). Essa prática pode ser encontrada na análise da imprensa, em debates parlamentares e entrevistas (SEIDL e GRILL, 2013). Para muitas lideranças, é sinal de prestígio integrar um grupo reconhecido pela população. O ex-prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra, o governador Camilo Santana e Sarto Nogueira, ex-presidente da Assembleia Legislativa do Ceará (ALE-CE) não omitem a condição de participes de um mesmo grupo político. Para oposição, ligar-se ao grupo no poder é sinal de subserviência e ausência de autonomia. São disputas de narrativas que marcam as eleições.

O discurso político nas disputas municipais se moderniza com o uso de formas de comunicação midiáticas e estratégias de *marketing*, mas o que se pretende é menos transmitir um “projeto de gestão”, mas oferecer a perspectiva de vitória da qual seus seguidores serão os principais beneficiários. A adesão a grupos políticos é basicamente pragmática e não implica em lealdade duradoura ou incondicional aos seus chefes. Isso explica o caráter instável das alianças formadas.

O fenômeno da “infidelidade” partidária, da migração partidária e da criação de novos partidos explica-se, principalmente, por interesses de chefes de grupos políticos na luta por garantir ou expandir suas posições de poder. As pesquisas de Rejane Vasconcelos (2014, 2008 e 2002), Auxiliadora Lemenhe (1995) e Raulino Pessoa Júnior (2011) destacaram a gênese de importantes grupos políticos locais e estaduais. São notórias as facetas dos grupos de Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals – proeminentes durante a ditadura civil-militar. O grupo de Tasso, nas décadas de 1980 e 1990, seguiu uma lógica empresarial, mas não escapou da dinâmica dos grupos.



De qualquer forma, a redemocratização não anulou a ação de grupos políticos (SARAIVA, 2014; DANTAS NETO, 2006). Esses arranjos estão presentes na ação e nos discursos de políticos progressistas e conservadores, na tribuna da Assembleia Legislativa e na relação do Governador com os prefeitos. Certamente, não é uma particularidade da política cearense, contudo, sua efetividade e conflitos contemporâneos serão discutidos neste capítulo, no âmbito eleitoral, uma vez que a manutenção de grupos políticos pressupõe ocupação do maior número possível de cargos nas diferentes esferas (SANDES FREITAS, 2015).

Marcar posição em postos-chave dentro da máquina pública, além de assegurar meios para ampliar ou preservar as bases eleitorais, é uma forma de demonstrar força e possibilitar a aglutinação de aliados em face do grupo que o antagoniza. Dentro da dinâmica de funcionamento dos grupos políticos, as eleições representam o momento da disputa direta entre os grupos por postos e a possibilidade real de alteração no quadro de forças - desafios que são acentuados em períodos de crise política (MONTE e VIEIRA, 2018).

## **GRUPOS POLÍTICOS E DISPUTA NACIONAL NAS ELEIÇÕES DE FORTALEZA**

Os prefeitos são atores importantes na gramática dos grupos políticos. Isto tanto do ponto de vista eleitoral, pela expectativa de influência no voto do eleitor, quanto político, porquanto gestões municipais bem-sucedidas podem ter o potencial de alçá-los a projetos políticos mais audaciosos. Quando se consideram as disputas locais em grandes colégios eleitorais, esse cálculo é mais cuidadosamente realizado.

Estudos revelam as complexas conexões entre eleições municipais, estaduais e federais (LIMONGE e CORTEZ, 2010; LAVAREDA e TELES, 2020). No caso das eleições majoritárias, mesmo que, no plano municipal, os grupos políticos locais balizem a organização dos arranjos e alianças que concorrerão ao pleito, essas escolhas não são tomadas em completo desalinhamento com os acordos entre líderes políticos e partidos estaduais. Isso porque a disputa em municípios considerados colégios eleitorais estratégicos e o desempenho eleitoral desses grupos em eleições municipais podem interferir decisivamente nas estratégias adotadas nas eleições seguintes.

Em convergência com a perspectiva adotada neste segmento do livro, as eleições municipais podem ser entendidas como estágio preparatório em que alianças e lideranças políticas são testadas, visando competições eleito-

rais futuras. Constitui uma espécie de termômetro usado para visualizar o fortalecimento ou sinais de decadência dos grupos políticos. É vital demonstrar força!

Nesse sentido, o que as eleições de 2020 em Fortaleza podem nos indicar? De que modo as disputas nacionais se expressaram na corrida pela Prefeitura da Capital cearense?

### **Panorama pré-eleitoral**

Considerado o maior grupo político em atividade do Nordeste, contando mais de 600 lideranças políticas no Estado do Ceará, o grupo dos Ferreira Gomes é caracterizado pela ampla base de partidos e lideranças dos mais distintos matizes, pelo compartilhamento de poder e ocupação de cargos na máquina pública entre os aliados e pela decisão centralizada nas figuras dos irmãos Ciro e Cid Gomes. Não possui um programa político definido, agregando nomes de várias tendências e carreiras políticas. Possui robusta tradição na política, apesar do discurso modernizante de seus líderes. Seus governos mobilizam símbolos da eficiência administrativa, ao mesmo tempo em que destacam problemas com a oposição e imprensa (MONTE, 2018).

Acionando a lógica do situacionismo verticalizado, o grupo logrou se consolidar durante a era lulista como maior força política no Ceará e alçou a postos-chave da máquina pública importantes aliados. Eis o que sucedeu com o governador Camilo Santana (PT) e o ex-prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio (PDT), o primeiro da história recente da cidade, alinhado ao governador (Cid Gomes e Camilo Santana), a ser eleito e reeleito na Capital cearense.

Pelas características do próprio grupo Ferreira Gomes, a personalização das figuras dos irmãos Ciro e Cid e o modelo de compartilhamento de poder dificultam o surgimento de “sucessores naturais” aos cargos mais importantes na máquina pública, o que sugere uma estabilidade precária e o imperativo de coordenar os interesses divergentes de aliados que se coloquem como opções nos momentos eleitorais. Esse panorama fica mais claro nas reuniões dos irmãos Ferreira Gomes com os candidatos em períodos pré-eleitorais.

Soma-se às pretensões de Ciro Gomes à corrida presidencial em 2022 e, portanto, a necessidade de eleger aliados próximos nos colégios eleitorais mais importantes do Estado, sinalizando força e prestígio junto ao partido e potenciais aliados. É nesse âmbito que inserimos as disputas eleitorais de 2020 em Fortaleza.

Mesmo com a gestão bem avaliada, sobretudo após as ações da Prefeitura no enfrentamento à pandemia por covid-19, Roberto Cláudio (PDT) deixava

o Paço Municipal sem que um sucessor natural tivesse ganhado espaço. Muito embora o então titular da pasta de Secretaria de Governo, Samuel Dias, fosse o preferido de Roberto Cláudio, a escolha do nome que o sucederia precisava passar pelo escrutínio do grupo e dos partidos aliados.

A escolha recaiu sobre Sarto Nogueira. Então presidente da ALECE, função com a qual esteve ao lado do Governador no enfrentamento das principais crises que assolaram o Ceará em 2020 (de segurança pública com o motim dos PM's e, mais recentemente, a pandemia por covid-19). Deputado estadual desde 1995, é ligado ao grupo político dos irmãos Ferreira Gomes há pelo menos duas décadas. A opção pelo seu nome sinalizou as preferências de Ciro Gomes em um candidato que espelhasse o projeto nacional do PDT em Fortaleza.

Restava a indicação do vice para compor a chapa governista. Camilo Santana conduziu diversas tratativas na direção de uma composição entre PDT e PT, visto que já se esperava uma eleição competitiva e, no plano estadual, as siglas são aliadas. Os acordos, porém, não avançavam. Ambos os partidos tinham projetos nacionais que passavam pela eleição de Fortaleza, portanto, ambos resistiam em ceder a cabeça de chapa. Demonstrando vontade em viabilizar aliança entre as legendas, o Governador exonerou dois secretários: Élcio Batista (PSB) e Nelson Martins (PT). Sem sucesso. Sem o PT e com o aval de Camilo Santana, o escolhido foi o sociólogo e ex-secretário da Casa Civil do Estado, Élcio Batista (PSB).

Reunindo dez legendas dos mais distintos matizes ideológicos, a maior coligação majoritária das eleições de Fortaleza em 2020 refletia bem a configuração e o perfil do grupo político dos Ferreira Gomes: amplo e heterogêneo. A coligação foi formada por PDT, REDE, CIDADANIA, PTB, DEM, PSDB, PSD, PP, PL e PSB. Além disso, Sarto Nogueira (PDT) e Élcio Batista (PSB) como candidatos a prefeito e a vice sinalizaram a força das principais figuras do grupo político dos Ferreira Gomes: Sarto, ligado a Ciro Gomes, e Élcio, a Camilo Santana.

Dentro do PT, a reticência em aceitar compor chapa com o PDT se justificava por três motivos, principalmente. O primeiro deles dizia respeito ao capital político de Luizianne Lins. A ex-prefeita é uma figura de alto *recall* em Fortaleza, eleita deputada federal com a terceira melhor votação em 2018 (173.777 votos) e a escolha natural do diretório municipal do partido. Segundo, por esse *recall*, o partido entendeu que não faria sentido abrir mão de uma cabeça de chapa num cenário em que o PT tinha como estratégia para a

corrida eleitoral de 2022 se reconectar com as bases eleitorais, sobretudo nos grandes centros urbanos. E, por fim, mas não menos importante, as rugas com os irmãos Ciro e Cid Gomes que dificultavam qualquer acordo entre as legendas. Essas alterações se originaram, não apenas, de desentendimentos pessoais entre os Ferreira Gomes e Luizianne, mas também do desconforto em aliar-se a quem frequentemente tecia duras críticas a Lula, assim como seus posicionamentos dúbios em apoio à candidatura de Haddad no segundo turno de 2018.

Durante a pré-campanha, Luizianne esboçou a construção de uma candidatura que se expressava “legitimamente antibolsonarista”, antagonizando com o principal competidor e melhor posicionado nas pesquisas de intenção de votos até então, Capitão Wagner (PROS). O resgate e a ressignificação do legado (positivo) petista foi constantemente mobilizado, a fim de apresentar uma alternativa de mudança e de projeto político entre os grandes desafios impostos pela pandemia. Contudo, diferentemente da eleição de 2016, em que a ex-Prefeita fez uma campanha olhando para suas duas gestões, pois, dessa vez, havia uma série de propostas, uma análise do avanço da extrema direita e a reflexão sobre uma nova administração.

Munido desse discurso, o PT de Luizianne Lins expressou o interesse em estabelecer o que denominou de “frente de forças anti-bolsonaristas”. Buscou diálogos com várias siglas, chegando a tentar uma composição com o MDB de Eunício Oliveira, que preferiu apoiar Heitor Férrer (SD). Enquanto isso, Camilo Santana e um grupo de lideranças petistas próximas a ele insistiam na aliança com o PDT. Fracassaram e o PT saiu isolado. Numa “chapa puro sangue”, seus candidatos a prefeita e vice foram Luizianne Lins e Vladysson Viana, nome ligado ao deputado federal José Guimarães (PT).

Capitão da reserva da Polícia Militar do Ceará (PM), Wagner Sousa se tornou conhecido politicamente na Capital cearense após liderar movimento paralista das PMs em 2012. Naquela ocasião, seus posicionamentos de crítica ao governador Cid Gomes (PSB) e o modo como coordenou e negociou pautas para a categoria o alçaram à política local, sendo eleito o vereador mais votado em Fortaleza (43.655 votos). Dois anos depois, foi eleito o deputado estadual mais votado do Ceará (194.239 votos), marcando lugar na oposição ao grupo político dos Ferreira Gomes. Em 2016, se candidatou a prefeito de Fortaleza, chegando ao segundo turno contra o prefeito em reeleição Roberto Cláudio (PDT). Desde então, tem mantido diálogo com líderes de oposição com vistas a construção de sua candidatura a prefeito da Capital. Em 2018,

concorreu a uma cadeira na Câmara Federal, sendo campeão de votos no Ceará (303.593 votos).

Cabe destacar alguns elementos importantes das campanhas de 2018 que repercutiram nas eleições de 2020 em Fortaleza. Buscando constituir seu próprio grupo político, Wagner (PROS) consolidou aliança com Roberto Pessoa (PSDB) e foi um dos responsáveis pela vitória do neófito e empresário Eduardo Girão ao Senado pelo Ceará, desbancando Eunício Oliveira (MDB)<sup>3</sup>. Além disso, foi quem apoiou a candidatura do presidenciável Jair Bolsonaro no Ceará, aproximando-se, inclusive, de outras lideranças bolsonarista no Estado.

A coincidência de pautas como aquelas ligadas à segurança pública aproximou Wagner do Governo federal e de sua base parlamentar na Câmara Federal. Dita aproximação que ficou mais explícita durante novo motim das PM's em fevereiro de 2020 no Ceará, ocasião em que o capitão Wagner atuou como interlocutor dos amotinados com o Governo estadual.

Consolidando-se como principal antagonista dos irmãos Ciro e Cid e apontado como o favorito na corrida ao Paço Municipal, Wagner<sup>4</sup> atraiu forças de oposição à direita do espectro político e recebeu o apoio de lideranças expressivas do bolsonarismo cearense, a exemplo do deputado federal Dr. Jaziel (PL), dos deputados estaduais Dra. Silvana (PL), André Fernandes (Republicanos) além de influentes lideranças evangélicas alinhadas ao Presidente. Numa coalizão com nove partidos (PROS, PMB, PTC, DC, PMN, AVANTE, PSC e Republicanos), a segunda maior nas eleições de Fortaleza, Capitão Wagner (PROS) e Kamila Cardoso (PODE) representavam a alternativa à direita<sup>5</sup> para o Executivo municipal em 2020, fortalecendo uma dinâmica de polarização.

Se Wagner evitava associação mais explícita de sua candidatura ao nome de Jair Bolsonaro, para os seus adversários, essa associação era quase automática, não apenas pelo seu apoio a Bolsonaro em 2018 e em votações favoráveis ao Governo federal, como pelas figuras do entorno de Wagner e, conseqüentemente, a adoção de pautas próximas ao bolsonarismo como posições contrárias ao que denominam por “ideologia de gênero” nas escolas, a adoção de escolas-modelo cívico-militares, críticas às restrições às atividades

<sup>3</sup> Para uma maior compreensão sobre a dinâmica eleitoral no Ceará que levou à derrota de Eunício Oliveira ao Senado em 2018, ler Torres e Pessoa Júnior (2020).

<sup>4</sup> Em sondagem de intenção de votos em Fortaleza, realizada pelo Paraná Pesquisas e divulgada em setembro de 2019, capitão Wagner aparecia em primeiro lugar, com 35% de intenção de votos, 20 pontos de diferença para o segundo colocado.

<sup>5</sup> Vale destacar que, apesar de outra candidatura majoritária à direita do espectro político em Fortaleza – Heitor Freire (PSL), foi Wagner quem conseguiu galvanizar lideranças e eleitorado de direita na Capital cearense.

econômicas adotadas pelo Governador e o Prefeito de Fortaleza e às ligadas à segurança pública.

### A nacionalização das campanhas eleitorais em Fortaleza

Com o início do Horário Gratuito Político Eleitoral (HGPE), as primeiras pesquisas de intenção de votos em Fortaleza já indicavam uma campanha competitiva, principalmente entre as candidaturas pedetista e petista, que disputariam diretamente uma vaga para o segundo turno. A pesquisa Ibope/Sistema Verdes Mares, de 14 de outubro, trazia os seguintes números: Capitão Wagner na frente, com 28% das intenções de votos, seguido por Luizianne Lins e Sarto Nogueira, empatados tecnicamente, com 28% e 23% das intenções de voto, respectivamente. Um dado que chamou atenção, entretanto, foi a avaliação da influência de figuras da arena nacional nas eleições municipais.

Segundo a mesma sondagem, o apoio de Lula era muito importante para 33% dos entrevistados (Ver Figura 1). Já o apoio de Jair Bolsonaro e Ciro Gomes importava muito para apenas 14% dos respondentes. (TORRES e SANTANA, 2020). Esses resultados refletiram diretamente nas estratégias de campanha adotadas por Luizianne, Wagner e Sarto.

**Figura 1. A influência de Jair Bolsonaro, Lula, Ciro Gomes e Camilo Santana sobre o voto do eleitor fortalezense**



Fonte: CASTRO e BARROS, 2020.



Desde o momento da pré-campanha, Luizianne já indicava que exploraria o “legado petista” de obras e, principalmente, políticas sociais. Os HGPE’s de Luizianne procuravam relacionar as realizações dos governos Lula-Dilma às grandes obras de impacto social implementadas em seu governo, como a construção da Vila do Mar, o Hospital da Mulher, a Rede Cuca. A ideia era ressignificar e positivar o legado petista, além de apresentar-se como alguém com sensibilidade para “cuidar do povo”, tal qual Lula havia feito.

Foi assim que, no dia 22 de outubro, Lula apareceu pela primeira vez no HGPE de Luizianne Lins. Outros programas seriam veiculados com a participação do ex-Presidente ora apoiando a candidatura da petista, ora respondendo (indiretamente) a ataques de adversários, direcionando suas falas contra os Ferreira Gomes, a quem chamou de “os machistas daquele estado”, como apontam os trechos transcritos abaixo:

*Programa veiculado no dia 03 de novembro.*

Lula: Eu estou aqui com uma personalidade dessa cidade que vocês conhecem muito bem. E a lembrança que eu tenho dela é de que foi a prefeita mais carinhosa dessa cidade.

Luizianne: E você sempre dizia que a gente *não pode desistir do povo nunca*. Principalmente depois dessa pandemia. O que nós estamos vendo é um povo sofrido, com muitas angústias. O jovem sem conseguir projetar o seu futuro. E eu vi isso de forma muito clara na nossa cidade. Fizemos obras de grande escala nessa cidade, além de *cuidar das políticas sociais*. Como os Cucas, o Hospital da Mulher, a Vila do Mar.

Lula: Prefeitos do Brasil inteiro, que podem fazer grandes viadutos, estádios de futebol...

Luizianne: E eu fiz um, viu presidente? Eu fiz o novo Presidente Vargas, um estádio maravilhoso foi feito no nosso governo.

Lula: *Tem pouca gente que se preocupa em fazer a grande obra que Fortaleza precisa, que é cuidar das pessoas*. Fortaleza tem a bênção de Deus de ter essa jovem prefeita competente e, sobretudo, mulher que pensa com a cabeça e com o coração.

*Programa veiculado no dia 04 de novembro.*

Lula: É isso que eu acho que o povo vai perceber e já está percebendo. Como eu sei, o *ódio que alguns inimigos teus têm*, porque eu sei, como *você é vítima de agressões por alguns machistas daquele estado*. É por isso que, mais uma vez, não aceite mentiras. Vote 13. (grifos nossos).

Vale evidenciar que esse *recall* positivo dos governos petistas, a possibilidade de apoio de Lula influenciar no crescimento das intenções de votos em Luizianne, somado aos bons índices de avaliação do governo Camilo Santana (56% de ótimo e bom), reforçavam a narrativa do “legado petista aos cearen-

ses”, indicando que uma vitória de Luizianne poderia representar a retomada dos bons tempos do lulopetismo na capital cearense.

**Figura 2. Lula participa de HGPE de Luizianne Lins  
(04 de novembro de 2020)**



Fonte: PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2020.

Se, por um lado, Luizianne reforçava o legado petista e, consequentemente, o apoio de Lula em seu HGPE, de outra parte, Wagner e Sarto, cada qual ao seu modo, evitavam vinculações mais diretas a Bolsonaro e Ciro Gomes, respectivamente.

Em uma de suas *lives* semanais (08 de outubro), Jair Bolsonaro já havia sinalizado apoio “a um capitão lá de Fortaleza”. Muito embora aliados de capitão Wagner tenham comemorado o apoio do Presidente, o Candidato optou por não explorar essa adesão em seus HGPE’s.

O desgaste político do presidente Bolsonaro, sobretudo na condução do Governo federal ante a pandemia, se refletia nos baixos indicadores de aprovação pelos fortalezenses. Na pesquisa IBOPE/SMV de 03 de novembro, 27% dos entrevistados aprovavam (ótimo/bom) o presidente Jair Bolsonaro, enquanto 49% o avaliavam o presidente ruim/péssimo. Tais indicadores apontavam que o Presidente não seria um bom cabo eleitoral.

A estratégia adotada pelo Candidato republicano foi de não negar o alinhamento ao Presidente (o que desagradaria aliados de peso no cenário local), mas despersonalizar essa vinculação indicando, sempre que interpelado, a importância de boas relações institucionais entre Prefeitura e Governo federal.

Em uma das últimas entrevistas que deu antes do segundo turno, na TV *O Povo* na segunda-feira, o candidato do PROS afirmou que tem



orgulho de ter um bom relacionamento com “o Governo federal”. “Apenas 28% do orçamento de Fortaleza vem do Governo Estadual. Enquanto que 49% vem do Governo Federal. Por isso é importante essa boa relação”, disse em entrevista à TV *O Povo*. Na mesma ocasião, ressaltou que não tem padrinhos políticos e que estava feliz por ter um presidente que quer ajudar Fortaleza. “A única coisa que meus adversários apontam contra mim é o apoio do presidente”. (BENTES, 2020)

Com a resiliente primeira colocação de Capitão Wagner nas pesquisas de intenção de votos, indicando sua ida ao segundo turno, o apoio do Presidente se tornou mais explícito. Em outra *live*, no dia 05 de novembro, Bolsonaro afirmou:

O Capitão em Fortaleza, Capitão Wagner. Lá certamente haverá segundo turno. Conheço há algum tempo o Capitão Wagner, está na política há muito tempo, como deputado estadual (sic). E você pode ter certeza, uma vez eleito prefeito em Fortaleza, uma linha direta com o Governo Federal, isso é muito bom para a capital do Estado do Ceará. (...) Tem muita gente que me apoia em Fortaleza, tem o Alex Ceará, o André Fernandes, Delegado Cavalcante, a Cely Duarte. Tem muita gente, Fortaleza é quase minha segunda cidade. Vamos mudar a política de Fortaleza (presidente Jair Bolsonaro, *live* no dia 05 de novembro de 2020).

### Figura 3. Bolsonaro declara apoio ao capitão Wagner (05 de novembro de 2020)



Fonte: FIRMO, 2020.

A despeito de ter participado ativamente da articulação política para a montagem das alianças na coligação governista, da sua influência dentro do PDT pela indicação de Sarto Nogueira, Ciro Gomes não participou das atividades de campanha junto a Sarto. Apesar do grande papel desempenhado

pelos irmãos Ferreira Gomes na definição de estratégias da campanha pedetista em Fortaleza, apenas Cid Gomes participou de algumas atividades de campanha como um “adesivação” em 04 de outubro no bairro Pirambu e uma participação discreta em carreatas no dia 25 de outubro.

A ausência de Ciro nas campanhas e HGPE’s de Sarto foi notada e questionada, sobretudo, por adversários e pela imprensa local que, em diversos momentos, interpelaram o Candidato sobre o motivo de estar “escondendo o seu padrinho político”. Um dos motivos aventados teria sido a demora de Ciro Gomes, durante o segundo turno das eleições de 2018, em declarar apoio à candidatura petista à Presidência da República, na polêmica “viagem de Ciro a Paris”; e de Cid Gomes, em comício em que, confrontado por militante petista, respondeu “o Lula está preso, babaca!”. Os acontecimentos repercutiram negativamente no eleitorado do Estado, sobretudo após a vitória de Jair Bolsonaro.

Em resposta, Sarto sempre afirmava que Ciro era ator importante e ativo em suas campanhas; mas que também dividia agenda em Sobral, onde apoiava seu irmão Ivo Gomes (PDT) à reeleição. Posteriormente, acometido por covid-19, Ciro Gomes precisou se afastar das atividades políticas, o que justificaria também sua ausência nas campanhas em Fortaleza. No final do primeiro turno, Ciro chegou a afirmar em entrevista que seu ciclo político estava chegando ao fim.

Mas o fato de o presidente Jair Bolsonaro e de Ciro Gomes não serem figuras presentes nas menções públicas ou programas eleitorais de Wagner e Sarto não impediu que as mesmas lideranças nacionais fossem mobilizadas negativamente para desgastar as candidaturas a eles vinculadas.

Contra Wagner, sobretudo, pelas figuras de seu entorno e seu relacionamento com lideranças próximas ao Presidente, pesava a alcunha de bolsonarista. Os ataques, tanto por parte da campanha petista quanto pedetista, buscavam construir uma simetria entre Bolsonaro e Wagner, a partir do argumento de que o Capitão de Fortaleza espelhava o Capitão de Brasília, sobretudo na agenda de combate a pandemia. Um dos argumentos que reforçavam essa tese era o de que o então deputado federal capitão Wagner teria votado contra o Auxílio Emergencial. Além disso, o alinhamento entre Wagner e Bolsonaro indicava, segundo adversários, que Fortaleza poderia sofrer interferência direta do Presidente, cuja rejeição bate na casa dos quarenta por cento.

Os nomes mais comuns utilizados contra os Ferreira Gomes eram “oligarquias” e “autoritários”. Do lado de capitão Wagner, esses eram sempre mobilizados em conjunto com a lembrança do episódio em que o senador Cid Gomes avançou com uma retroescavadeira contra PM’s amotinados em batalhão de polícia em Sobral. Na ocasião, o Senador foi alvejado por um dos policiais e, correndo risco de morte, precisou passar por cirurgia de emergência. Contra a campanha pedetista, recaía a acusação de que Sarto era um “candidato poste”, ou seja, “não teria autonomia para cuidar dos interesses do povo fortalezense” e estaria “subordinada aos desmandos e vontades pessoais de Ciro”, seu padrinho político. Portanto, a candidatura pedetista não representaria um projeto de cidade afinado com as demandas do fortalezense, senão um “projeto político de poder do grupo chefiado por Ciro Gomes”.

Tanto Luizianne quanto Wagner se referiam a Sarto como “o candidato dos Ferreira Gomes”. Assim, reforçavam a ideia de que não tinham padrinhos políticos, portanto, sem amarras e livres de quaisquer compromissos com chefes políticos. “Independentes politicamente”, só precisavam “prestar contas ao povo fortalezense”. Para Wagner, essa narrativa ganhava mais uma função: responder às insinuações de que estaria subordinado ao presidente Bolsonaro.

O período de campanhas chegava ao fim sem uma definição clara dos candidatos que avançariam para o segundo turno. A pesquisa IBOPE/SVM de 03 de novembro apresentou os seguintes números: Sarto Nogueira tinha 28% das intenções de votos; Capitão Wagner aparecia com 27% das intenções e Luizianne com 24%. Sobre o percentual de rejeição dos prefeituráveis, Luizianne aparecia com os maiores índices, 38%. 36% dos entrevistados afirmavam não votar em Wagner e 15% não votariam em Sarto. A mesma pesquisa fez simulações de segundo turno.

Em um possível segundo turno entre Sarto e Capitão Wagner, o pedetista venceria o republicano com 46% dos votos contra 36%. Em uma disputa entre Sarto e Luizianne, mais uma vez o pedetista sairia vitorioso: 46% das intenções de voto contra 33%. No caso de um segundo turno entre capitão Wagner e Luizianne, a sondagem indicava empate com 41% de intenção de votos para cada um.

Naquele momento, começou a circular pelas redes sociais a hipótese de que em um eventual segundo turno entre capitão Wagner e Luizianne Lins, ou seja, no segundo turno entre o “candidato de Bolsonaro” e a “candidata do PT”, Fortaleza poderia reeditar o resultado das eleições de 2018, dando vi-

tória ao “candidato bolsonarista” - possibilidade referendada pelos dados da sondagem eleitoral (IBOPE/SMV de 03 de outubro de 2020).

Nesse cenário, ganhava força a tese do “voto útil”, segundo a qual somente o pedetista teria condições reais de “derrotar o candidato bolsonarista” em segundo turno. Eleitores de Sarto chegaram a comparar o pleito de 2020 em Fortaleza ao de 2018, momento em que o argumento do “voto útil” em favor do Ciro foi utilizado. Naquela ocasião, ciristas acusaram petistas de serem os responsáveis pela vitória de Bolsonaro, visto que, segundo indicavam pesquisas de intenção de voto, Ciro era o único candidato que derrotaria Bolsonaro no segundo turno. Desta vez, os eleitores de outros candidatos (principalmente os de Luizianne) poderiam reescrever a história e barrar o “avanço do bolsonarismo na capital cearense”. Para isso, entretanto, seria necessário mudar o voto em favor de Sarto.

A última sondagem do IBOPE/SMV, divulgada no dia 14 de novembro, indicava os nomes que avançariam para o segundo turno: Sarto e Wagner, empatados tecnicamente, mantiveram os mesmos percentuais de intenção de votos da sondagem anterior: 29% e 27%, respectivamente. Luizianne apresentava queda, oscilando de 24% para 18% de intenção de votos. Apesar do derretimento da petista, a pesquisa IBOPE/SMV não indicava para onde os votos da petista migraram.

## O QUE AS URNAS INDICAM?

O eleitorado de Fortaleza confirmou Sarto Nogueira e capitão Wagner no segundo turno. Em primeira colocação, Sarto obteve 457.622 votos (35,72% dos votos válidos); Wagner foi sufragado por 426.803 eleitores (33,32%) e Luizianne contabilizou 227.470 eleitores (17,76%).

Embora pautas locais balizem os debates em eleições municipais, chamou atenção o modo como as eleições de Fortaleza foram nacionalizadas ao trazer para o centro do palco figuras como Lula, Ciro Gomes e Jair Bolsonaro. Muitos analistas políticos acompanharam com atenção os desdobramentos e estratégias dos prefeituráveis (seus partidos e ou grupos) em Fortaleza, entendendo as disputas na Capital como uma espécie de balão de ensaio para 2022.

O segundo turno entre Sarto e Wagner seguiu a lógica da nacionalização das disputas verificada no primeiro turno. Um dos primeiros grandes atos após o resultado das urnas, já em 16 de novembro, veio do governador Camilo Santana. Em coletiva de imprensa, afirmou seu compromisso em defesa da democracia e declarou apoio a Sarto Nogueira. O Governador propôs

ainda uma união entre demais partidos contra o que chamou de “candidato que usou a política da violência para buscar atingir os seus objetivos pessoais” (TORRES e SANTANA, 2020)

Quase todos os partidos<sup>6</sup> que tiveram candidatos a prefeito aderiram à candidatura de Sarto no segundo turno: PSOL, PC do B, SD, PATRIOTAS, UP, PV e PT. Para todos eles, a opção se justificou pela necessidade de se posicionarem contra o que identificaram como “projeto bolsonarista para Fortaleza”. Em nota que oficializou o apoio à candidatura trabalhista<sup>7</sup>, o PT afirmou “a responsabilidade política de combater e derrotar o projeto fascista de Bolsonaro (...) representado pela candidatura de Wagner”.

Além do peso político do apoio do Governador, muito bem avaliado em Fortaleza (56% de ótimo/bom na pesquisa IBOPE/SMV, de 14 de novembro), havia também o peso simbólico da experiência de uma “frente suprapartidária em uma disputa eleitoral contra um candidato bolsonarista”. O sucesso dessa frente poderia indicar alternativas ao bolsonarismo em 2022.

Tanto Sarto Nogueira quanto capitão Wagner exploraram o “voto útil” como expediente durante as campanhas no segundo turno. Mirando a rejeição aos padrinhos, Ciro Gomes e Jair Bolsonaro, ambos buscavam capturar a preferência do eleitor.

Como presidente da ALECE, afeito ao diálogo, Sarto apresentava um perfil unificador, capaz de coordenar uma grande frente suprapartidária, para, além de liderar os esforços no combate à pandemia, enfrentar o bolsonarismo na Capital. A ideia era, mobilizando uma “frente democrática”, atrair o eleitorado que rejeita o Presidente. Segundo IBOPE/SMV de 14 de novembro, 47% dos entrevistados consideram o governo Bolsonaro como ruim ou péssimo, 25% consideram regular e apenas 26% consideram o governo bom ou ótimo.

Capitão Wagner, por sua vez, se dizia o único com coragem de enfrentar os “oligarcas do Ceará”, os irmãos Ciro e Cid Gomes. Em diversas falas, afirmava que sua eleição em Fortaleza representaria a “libertação do povo”, que estaria sob “julgo dos desmandos de uma família”. O fato de não ter atraído nenhum partido no segundo turno era situado como algo positivo, visto que não estaria preso a acordos políticos que pudessem contrariar os interesses

---

6 Com exceção do SD de Heitor Férrer e o PSL de Heitor Freire, que optaram pela neutralidade.

7 Vale destacar que, embora o PT tenha se posicionado em favor de Sarto Nogueira no segundo turno, Luizianne Lins se absteve de qualquer demonstração pública de apoio ao pedetista.

do eleitor fortalezense. Em relação ao apoio de Bolsonaro, seu HGPE chegou a veicular programas em que tecia críticas pontuais à gestão federal, demonstrando que, a despeito do alinhamento ao Governo federal, considerado importante para a implementação de políticas na cidade, era um político independente, que não tinha “padrinhos políticos”.

A “frente democrática antibolsonarista” parecia trazer resultados positivos. A pesquisa IBOPE/SMV de 28 de novembro indicava ampla vantagem do Pedetista sobre o Capitão da reserva: 54% contra 35% das intenções de votos, respectivamente. Considerando apenas votos válidos, esses números saltavam para 61% e 39% - indicando uma vitória folgada do Candidato apoiado pelos Ferreira Gomes.

No entanto, as urnas surpreenderam. As primeiras abertas na Capital colocavam Wagner à frente na disputa - diferença que foi se reduzindo até a virada do Candidato governista. A cada nova atualização da Justiça Eleitoral, a tensão aumentava. O novo prefeito foi conhecido por volta das 19h20min com pouco mais de 96% das urnas apuradas. Sarto venceu, mas com uma margem de apenas 43.760 votos de diferença.

Sarto obteve 668.652 votos (51,69% válidos) contra 624.892 votos (48,31%) de Wagner. A despeito da previsão de uma eleição tranquila ao candidato pedetista apontada pelas sondagens eleitorais, Fortaleza experimentou a disputa mais acirrada de sua história. A diferença percentual de votos válidos entre os candidatos foi de 3,38%.

Se, de um lado, Sarto se colocou como liderança capaz de unificar diferentes legendas numa “frente suprapartidária de oposição ao bolsonarismo”, que estaria representado na candidatura de Wagner, este, por seu turno, explorava a associação de Sarto a Ciro Gomes, acusando-o de “candidato-poste dos Ferreira Gomes”.

O que justificaria, portanto, a pequena diferença e votos entre os candidatos? Qual a força do cirismo, do petismo e do bolsonarismo em Fortaleza?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da grande frente que se montou contra Wagner em Fortaleza, a partir, principalmente, de discurso antibolsonarista, a pecha de apadrinhado do presidente Bolsonaro foi relativamente neutralizada pela campanha de Wagner, que despersonalizou o apoio do Presidente e explorou a importância de o prefeito manter boas relações institucionais com o Governo federal.

Além disso, Capitão Wagner é uma liderança política já consolidada no



Estado, com votações recordes em 2012, 2014 e 2018, quando disputou cargos no Legislativo, sempre com votações expressivas em Fortaleza, sua principal base eleitoral. A entrada na política é anterior à emergência de Bolsonaro, e sua aproximação com o Presidente data de 2018, quando disputou uma vaga a Câmara Federal e fez campanha para o então candidato à Presidência da República pelo PSL no Ceará.

Sobre a rejeição de Ciro em Fortaleza, a pequena margem de votos revela o desgaste de um grupo político que há oito anos governa a Capital cearense e que, lançando uma candidatura relativamente desconhecida às vésperas da eleição, confiou que a força da máquina e o tamanho da base aliada seriam suficientes para garantir a vitória. Em cenários agravados pela crise política e pandemia, apostar em esquemas passados foi um grande risco para o grupo.

A boa avaliação dos governos petistas (federal e estadual) em Fortaleza não foi inteiramente transferida para Luizianne Lins, principalmente porque a campanha pedetista soube explorar bem o *recall* negativo da última gestão de Luizianne entre 2008 e 2012. Apesar disso, apresentou leve melhora no desempenho se comparada à eleição de 2016, quando a Petista também ficou em terceiro lugar, obtendo 193.687 votos (15,06% dos votos válidos). Após derrota no primeiro turno, Luizianne saiu de cena, repetindo o gesto de Ciro ao “viajar para Paris” em 2018.

Apesar de uma eleição municipal, a corrida pela Prefeitura de Fortaleza carrega o peso simbólico de um embate entre três forças políticas que têm pretensões à Presidência em 2022. Para Bolsonaro, a eleição de capitão Wagner significaria vencer PT e Ciro Gomes em territórios onde eles são historicamente fortes; além de uma porta de entrada importante para fortalecer sua base eleitoral no Nordeste.

Para Ciro Gomes, a eleição de Sarto era estratégica não apenas pelo fato de Fortaleza ser a capital (e o maior colégio eleitoral) e, portanto, uma vitrine importante para o projeto político do PDT para o País, mas, principalmente porque se trata da capital de seu Estado, sua principal base eleitoral. Uma derrota em Fortaleza simbolizaria enfraquecimento de sua liderança em seu próprio berço político.

Como partido nacional, o PT precisa fortalecer seus vínculos com suas bases eleitorais para viabilizar suas chances de concorrer à Presidência em 2022. Desde 2016, o partido vem encolhendo e perdendo prefeituras, inclusive no Nordeste. Portanto, uma vitória numa capital como Fortaleza poderia significar um reavivamento do partido.

A nacionalização da campanha de Fortaleza teria sido um ato isolado, específico de um pleito, ou poderá se repetir nas próximas disputas municipais? Teríamos uma perspectiva de interinfluência entre distintos grupos políticos.

Para além do embate entre grupos, Fortaleza se destacou como a capital com candidatos que mais investiram em impulsionamento nas redes sociais, apontando para a rápida adaptação dos grupos políticos ao modelo de campanha virtual. Além disso, pouco foram debatidos assuntos cruciais para a Cidade, como transporte público, modelos educacionais e desigualdades sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Rejane. Eleições 2014: transição de ciclos políticos no Ceará? *Em Debate*, Belo Horizonte, v. 6, n. 5, p. 23-36, 2014.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre o regime midiático de representação da política. *In*: CARVALHO, Rejane (Org). **Campanhas eleitorais e comunicação política: ciclos de mudança e continuidade**. Fortaleza: Ed. UFC, 2013. p. 17-44.

\_\_\_\_\_. Fronteiras simbólicas borradas na transição de ciclos políticos: a campanha para o governo do Ceará em 76 2006. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 39, n. 2, p. 22-43, 2008.

\_\_\_\_\_. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. *In*: ARRUDA, José Maria (Org.) **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 9-34.

CASTRO, A; BARROS, L. IBOPE mede poder de influência de líderes na eleição da capital. [Diário do Nordeste. Fortaleza, 15 out. 2020], 2020. 1 Infográfico. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/paywall-7.100?aId=1.2999880>. acesso em: 16 out. 2020.

BENTES, A. Até tu, Capitão Wagner? Bolsonarista-raiz tenta, em vão, se descolar do presidente na reta final em Fortaleza. *El País*, Fortaleza, 25 de novembro de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-25/ate-tu-capitao-wagner-bolsonarista-raiz-tenta-em-vaio-se-descolar-do-presidente-na-reta-final-em-fortaleza.html>

BEZERRA, M. O. **Em nome das bases: política. Favor e “dependência pessoal”**. Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política – NuAP/URFJ: Rio de Janeiro, 1999.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. O carlismo para além de ACM: estratégias adaptativas de uma elite política estadual. Cap. 8. *In*: SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (Orgs.). **Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2006. p. 247-286.

DAHL, Robert. **Who governs? democracy and power in an American City**. New Haven and London: Yale University, 1970.



FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo, Editora Globo, 2010.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. Fortaleza: Armazém da cultura: 2012.

FIRMO, E. Capitão Wagner é o candidato apoiado explicitamente por Bolsonaro que está melhor nas pesquisas. [O Povo, Fortaleza, 15 nov. 2020], 2020. 3 Imagem. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/colunistas/erico-firmo/2020/11/15/capitao-wagner-e-o-candidato-apoiado-explicitamente-por-bolsonaro-que-esta-melhor-nas-pesquisas.html>. Acesso em: 15 nov. 2020.

KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luís Felipe (Orgs.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora UNESP, 2010.

LAVAREDA, A.; TELES, H. (Orgs.). **Eleições municipais**. Novas ondas na política. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder: o caso dos coronéis**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Edições UFC, 1995.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 5. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos estudos**. CEBRAP, São Paulo, n.88, p.21-37, 2010.

\_\_\_\_\_. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo, 76, p.17-41, 2006.

MELO, Carlos Ranulfo Félix. Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, fev.2011. p. 57-81.

MENDES, Wagner. 2º turno: Wagner e Luizianne empatados; Sarto venceria ambos. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 04 de novembro. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/2-turno-wagner-e-luizianne-empatam-sarto-venceria-ambos-1.3007164>

MONTE. C. Notas sobre o conceito de grupo político: considerações sobre os Ferreira Gomes no Ceará. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v. 5, n. 2, dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/70868>

\_\_\_\_\_. **Os caminhos do poder no Ceará: a política de alianças nos governos Cid Gomes (2007-2014)**. 2016. 261 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MONTE, C.; VIEIRA, P. A crise política brasileira: atores e estratégias. *In*: FRANCO, R. K. G.; GONZÁLEZ, P. F.; BEZERRA, T. S. A. M. (Org.). **Investigar para transformar**. Campina Grande, PB: Realize, 2018. p. 459-472.

PALMEIRA, M; BARREIRA, C. (orgs.). **Política no Brasil**. Visão de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Nucleo de Antropologia da Política – NuAP/URFJ: 2006.

PARENTE, Josênio. **A fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses**. Fortaleza: Edições UFC/UVA, 2000.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (Ceará). Propaganda eleitoral. Luizianne na TV/Programa de governo 04.11. Fortaleza, 04 jun. 2020. YouTube: Luizianne Lins. 2 Imagem. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2RWuUlG8gx8>. Acesso em: nov. 2020.

PESSOA JÚNIOR, J. R. **Entre as bases e o governo: trajetória política de deputados estaduais da Região dos Inhamuns**. 2011. 216f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2011.

SANDES FREITAS, V. E. **Alianças partidárias nos estados brasileiros: das coligações às coalizões de governo**. Orientadora: Rachel Meneguello. 2015. 293 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SANTOS, Fabiano. **O poder legislativo no presidencialismo de coalizão**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SARAIVA, Ciro J. **Depois dos coronéis**. Fortaleza: RDS, 2014.

SEIDL, Ernesto. Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites. Cap. 6. *In*: \_\_\_\_\_; GRILL, Igor Gastal (Orgs.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

\_\_\_\_\_; GRILL, Igor Gastal. A política como objeto de estudo das ciências sociais. Cap. 1. *In*: \_\_\_\_\_ (Org.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

TORRES, M. SANTANA, L Novo mapa político consolida força dos Ferreira Gomes no Ceará. **Observatório das eleições/UOL Notícias**, Fortaleza, 07 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/12/07/novo-mapa-politico-consolida-forca-dos-ferreira-gomes-no-ceara.htm>.

\_\_\_\_\_. Sarto se distancia de candidato bolsonarista e é o favorito na disputa. **Observatório das eleições/UOL Notícias**, Fortaleza, 07 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/11/22/sarto-se-distancia-de-candidato-bolsonarista-e-e-o-favorito-na-disputa.htm>.

\_\_\_\_\_. Em Fortaleza, apoio de Lula importa mais do que de Bolsonaro ou do prefeito. **Observatório das eleições/UOL Notícias**, Fortaleza, 17 de outubro de 2020 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/10/17/em-fortaleza-apoio-de-lula-importa-mais-que-de-bolsonaro-ou-do-prefeito.htm>

TORRES, M. PESSOA JÚNIOR, R. C. 4. (O)caso do MDB nas eleições de 2018 e a derrota de Eunício Oliveira ao Senado no Ceará. In: SILVA, E. F.; FROTA, H. e SILVA, M. A. L. **Atores políticos e dinâmicas eleitorais**. Fortaleza: Edmeta, 2020.

---

# PARTE III

ELEIÇÕES NAS CAPITALIS E  
GRANDES CIDADES

## 09. 2020 EM SÃO LUÍS-MA: UMA ELEIÇÃO, VÁRIAS DISPUTAS

Arleth Santos Borges<sup>1</sup>

Marcelo Fontenelle Silva<sup>2</sup>

### 1. CENÁRIO DA DISPUTA

Desde a redemocratização, de 1985 até os dias de hoje, São Luís já passou por dez pleitos eleitorais, elegendo nesse período oito prefeitos e duas prefeitas. A força política dominante tem sido o PDT, que venceu em 05 das 10 eleições (Jackson Lago, em 2000, 1996 e 1988; Tadeu Palácio, em 2004, e Edvaldo Holanda Júnior, em 2016), ficando as demais com o PTC (Edvaldo Holanda, 2012); PSDB (João Castelo, 2008); PSB (Conceição Andrade, 1992) e PDS (Gardênia Gonçalves, 1985). Este panorama chama atenção pela força do PDT no controle das disputas nesta Capital e a notória ausência de agentes e partidos ligados ao grupo do ex-presidente José Sarney, que, de 1965 até a primeira eleição de Flávio Dino (2014), dominou a política estadual<sup>3</sup>

No presente pleito, novos agentes individuais e partidários adentraram a cena da disputa, concorrendo pela preferência de um eleitorado que, segundo o TSE, soma 699.954 eleitores, sendo 55% de mulheres e 45% homens. Em termos demográficos e socioeconômicos, São Luís tem população estimada em 1.101.884 pessoas, com 63% destes habitantes localizados em áreas urbanas. A população formalmente ocupada corresponde a 33,4% e recebe em média 3 salários-mínimos, enquanto 38,8% têm renda nominal mensal de até 0,5 salário-mínimo. O IDHM relativamente alto (0,7, em 2010) contrasta com as severas desigualdades expressas nos rendimentos escassos de grande parte dos trabalhadores e ausência ou inadequação de equipamentos e serviços básicos (Borges, 2020).

---

1 Doutora em Ciência Política e Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ e Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão

2 Doutorando em Ciência Política pelo PPGPol da Universidade Federal de São Carlos.

3 A segunda eleição de Flávio Dino (PCdoB) para o governo do Estado, em 2018, representa o mais vigoroso abalo no domínio do grupo Sarney. Ver: Costa (2006) e Gonçalves (2000; 2008).

Sendo as eleições eventos políticos muito sensíveis a fatores conjunturais, o pleito de 2020 foi marcado por três fatores que, em doses diferentes de lugar para lugar, lhe conferiram características inusitadas: 1) vigência da pandemia de covid-19, que impôs uma série de restrições à campanha, incluindo o debate sobre a gestão da própria pandemia no Município; 2) espaço para apelo plebiscitário associado à ascensão da direita ao Governo federal, na figura de Jair Bolsonaro, em acirrada polarização com o campo da esquerda; e 3) novas regras eleitorais, com destaque à proibição de coligações na disputa proporcional e encurtamento do período de campanha.

Pesquisa recente, denominada *A Cara da Democracia: Eleições 2020*, aponta que, contrariamente a 2016, quando o *impeachment* de Dilma Roussef e o antipetismo fomentado pela operação Lava-Jato incentivaram a nacionalização da disputa, em 2021, a tendência seria de uma dinâmica eleitoral mais local, sem polarização ideológica e centrada na avaliação dos gestores municipais, que seriam premiados ou punidos nas urnas conforme seu desempenho na gestão da pandemia de covid-19 (Avritzer, 2020a). Em São Luís, a dinâmica da disputa se encaminhou, em parte, na contramão dessa tendência, pois, embora sem papel decisivo e sendo revestida de particularidades locais, a polarização ideológica nacional se fez presente e não houve privilégio ao tema da pandemia e da sua gestão no Município. Com efeito, a dimensão local foi o móvel efetivo da disputa, mas não no sentido indicado pela pesquisa, pois, o que predominou foi o (re)posicionamento de agentes que concorrem pelo poder político no Estado.

As particularidades da nacionalização na disputa em São Luís remetem ao fato de o Maranhão ter o único governador do País eleito por um partido comunista (Partido Comunista do Brasil - PCdoB), alvo privilegiado de ataques dos setores de extrema direita que ascenderam ao Palácio do Planalto em 2018. Acrescente-se que este Governador, Flávio Dino, tem assídua presença na chamada grande mídia, sempre manifestando visões críticas àquelas do presidente da República, de quem se tornou alvo de frequentes críticas, estabelecendo-se entre ambos um áspero e público debate<sup>4</sup>; e, finalmente, deve ser lembrado que, desde os governos Lula e Dilma, o Nordeste vem se mantendo como reduto eleitoral do PT (Singer, 2012) e de rejeição a Jair Bol-

---

4 A título de exemplo, há matéria do jornal O Estado de São Paulo, versão *on line*, do dia 07/08/2019, cujo título já é ilustrativo: “Bolsonaro discrimina Nordeste, diz Governador do Maranhão”. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/08/07/bolsonaro-discrimina-nordeste-afirma-dino.htm>

sonaro. Estas circunstâncias, mais do que as candidaturas de extrema esquerda e extrema direita, ativaram a polarização ideológica e nacional na disputa local, com vários candidatos se apresentando ou sendo “acusados” como pró ou contra Bolsonaro.

## 2. REGRAS DO JOGO E *FORTUNA*: IMPACTOS DA PANDEMIA SOBRE AS ELEIÇÕES

Antes da pandemia, o processo eleitoral já tinha suas regras definidas e trazia mudanças de significativos impactos, como o fim das coligações nas eleições proporcionais (EC nº 97/2017) e a aplicação do Fundo Eleitoral obedecendo às cotas de no mínimo 30% para candidatura de mulheres e incentivando candidaturas de pessoas negras, com mais recursos do Fundo Eleitoral e acesso ao rádio e à TV<sup>5</sup>. Novas regras vieram no rastro da pandemia de coronavírus, que impôs um conjunto de medidas sanitárias aprovadas pelo Poder Legislativo, juntamente com a Justiça Eleitoral, objetivando garantir o cumprimento do calendário de eleições e as necessárias condições de segurança sanitária a todos os participantes do processo.

A pandemia afetou o pleito de 2020 em vários aspectos, começando pelo adiamento das eleições de outubro para novembro; ampliação do horário de votação, definição de horário preferencial para idosos; suspensão da identificação biométrica do eleitor, e redução de prazos relacionados a campanha, candidaturas e prestação de contas. Outros impactos, não escritos, mas tácitos, referem-se à expectativa de que a pandemia, com sua exigência de isolamento social e alto risco de contaminação, acarretaria o desincentivo às aglomerações e atividades de rua, o famoso corpo a corpo, estimulando a abstenção e redução do quociente eleitoral. Expectativas que não se cumpriram em São Luís: a campanha foi para as ruas e recintos fechados com grandes aglomerações e até o adoecimento de vários candidatos. O comparecimento foi afetado, mas o aumento foi relativamente discreto, passando de 14,7%, no primeiro turno de 2016, para 20,9%, no primeiro turno de 2020<sup>6</sup>.

---

5 Importante registrar a crescente ingerência do Poder Judiciário (TSE e STF) nos processos eleitorais. A judicialização das eleições, pela introdução de regras novas e intempestivas, vem de longe, destacando-se: relativização da regra de fidelidade partidária, excluindo de seus efeitos os eleitos pelo sistema majoritário (2015); regras de aplicação da Lei da Ficha Limpa (2010); exigência de fidelidade partidária (2007); derrubada da cláusula de barreira, aprovada no Legislativo para entrar em vigor em 2006 (2005); redução do número de vereadores (2004); verticalização das alianças (2002);

6 Dados retirados do TSE.

### 3. AGENTES EM DISPUTA: OS CANDIDATOS

Principal colégio eleitoral do Maranhão, São Luís teve no pleito de 2020 inusitado número de dez candidatos<sup>7</sup>, que seria ainda maior não fossem as desistências de dois pré-candidatos e a renúncia de outros dois<sup>8</sup>. Contribuiu para esse elevado número de candidatos a proibição das coligações, pois, sem elas, o candidato majoritário acumula o papel de propagar o partido e contribuir para angariar votos para seus candidatos à vereança. As candidaturas confirmadas estão no Quadro 1, juntamente com informações sobre o perfil dos candidatos.

**Quadro 1. Perfil dos Candidatos a Prefeito de São Luís - MA nas Eleições de 2020**

Candidato a Prefeito nome / partido / idade	Gênero, Cor/Raça	Escolaridade e Profissão	Atividade	Participação eleitoral, Cargos Eletivos e de gestão pública assumidos anteriormente	Patrimônio Declarado* R\$
Eduardo Salim Braide (Podemos), 44 anos	Masc Branca	Sup. Completo Advogado	Dep. Federal	Dep. Fed., 2018 (PMN) Candidato não eleito a Prefeito de São Luís, 2016 (PMN) Dep. Estad., 2010 e 2014 (PMN) Sec. Municipal de Orçamento Participativo de São Luís (2009-2010) Presidente da CAEMA12 (2005-2006)	1.067.620,62
Franklin Douglas Ferreira (PSOL), 47 anos	Masc Preta	Sup. Completo Jornalista e Advogado	Professor Ensino superior	Candidato não eleito a vereador em 2004 (PT) Sec. Estad. Adjunto de Trabalho e Economia Solidária, 2007-2009	139.100,00
Hertz da Conceição Dias (PSTU), 50 anos	Masc Preta	Sup. Completo Professor	Professor Ensino Médio	Candidato não eleito a Vice-presidente da República, 2018, e a Vice-governador do MA, em 2010 (PSTU)	Nenhum bem declarado

<sup>7</sup> Nos dois pleitos anteriores, a disputa municipal contou com 08 candidatos em 2012 e 09 em 2016.

<sup>8</sup> Anunciaram candidatura o deputado e deputada estaduais Wellington do Curso (PSL) e Maria Deusdete Lima Cunha Rodrigues - Detinha (PL), mas não passaram da fase de pré-candidatura. Adriano Sarney (PV) e José Carlos Madeira (SOLIDARIEDADE) tiveram suas candidaturas deferidas, mas renunciaram.

Hidelis Silva Duarte Júnior (Republicanos), 34 anos	Masc Parda	Sup. Completo Advogado	Dep. Estadual	Dep. Estad., 2016 (PCdoB) Superintendente do PROCON-MA2 (2015-2018) Diretor do "Viva Cidadão" (2016- 2018)	646.000,00
Jeisael de Jesus Pacheco (REDE), 41 anos	Masc Branca	Sup. Completo Comunicação Social	Jornalista, Radialista Apresentador de TV	--	225.673,67
José Arimatea Lima Neto Evangelista (DEM), 32 anos	Masc Branca	Sup. Completo Advogado	Dep. Estadual	Dep. Estad., 2018 (DEM) Dep. Estad., 2014 e 2010 (PSDB) Candidato não eleito a Vice-prefeito de São Luís, em 2012 Sec. Estad.de Desenv. Social – SEDES (2015-2018)	914.985,74
Rubens Pereira e Silva Júnior (PCdoB), 36 anos	Masc Branca	Sup. Completo Advogado	Dep. Federal Sec. Estad. SECID	Sec. Estad. das Cidades e Desenv. Urbano – SECID (2019-2020) Dep. Fed., 2018 e 2014 (PCdoB) Dep. Estad., 2010 (PCdoB) Dep. Estad., 2006 (PRTB)	943.089,73
Sílvio Antônio Guimarães Machado (PRTB), 51 anos	Masc Branca	Sup. Completo Teologia e Administração	Adminis- trador Pastor/ Apóstolo <i>Life Coach</i>	Candidato não eleito a Dep. Fed., 2018 (PSL) Sup. Dep. Est, 2010 (PTdoB)	422.162,81
Ubirajara do Pindaré Almeida Sousa - Bira (PSB), 52 anos	Masc Preta	Sup. Completo Advogado	Dep. Federal	Dep. Federal, 2018, PSB Sec. Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação – SeCTI (2015) Dep. Estadual, 2014 (PSB) Dep. Estadual, 2010 (PT) Candidato não eleito ao Senado, 2006 (PT); Deleg. Regional do Trabalho (2003); Candidato não eleito a vereador, 1996 e 2000 (PT)	950.000,00
Yglésio Luciano Moysés Silva de Sousa (PROS), 40 anos	Masc Branca	Sup. Comple- to Médico	Dep. Estadual	Dep. Est., 2018 (PDT) Candidato não eleito a dep. estad., em 2014 e vereador, em 2012 (PT) Diretor geral do Socorrão I, em São Luís (2013)	2.300.000,00

Fonte: Montado pelos autores com dados do TSE disponíveis em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2020/2030402020/09210/candidatos> 1 CAEMA - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão. 2 Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon – MA)



O dado que primeiro se destaca nesse conjunto de candidatos é a completa ausência de mulheres na liderança das chapas. Estas aparecem somente como vice (Quadro 2) em seis das dez candidaturas. Também se destaca a maioria de candidatos brancos, com apenas dois autodeclarados negros e um de cor parda; a escolaridade de nível superior é comum aos candidatos, com prevalência de profissões liberais, reconhecidamente mais afeitas à atividade política (RODRIGUES, 2002; GRILL, 2008), além de muitos candidatos com carreira política já estabelecida, ou seja, com anteriores mandatos eletivos e experiências na administração pública.

Estes fatos reiteram numerosos estudos que apontam como trunfos eleitorais certos atributos valorizados social e culturalmente e que adicionados uns a outros resultam em notórias vantagens para seus detentores. É o caso do pertencimento a grupos dominantes, como o dos homens, dos brancos e de posses, cujo poder se confirma na histórica sub-representação de mulheres, negros e trabalhadores manuais em posições proeminentes e espaços de poder. Elevada escolaridade também é traço do recrutamento político, assim como a experiência política materializada em carreira ou trajetória com exercício de cargos eletivos e/ou gestão pública, que envolve a edificação de redes de influência, apoios e acessos. Tudo isso compõe um quadro de vantagens que são decisivas para o desfecho favorável em uma campanha, especialmente para cargos executivos em grandes cidades, onde o comum é que os candidatos mais competitivos sejam justamente aqueles que já tenham acumulado trunfos dessa natureza ao longo suas trajetórias (Braga, Leine e Sabbag, 2017; Codato, Cervi e Perissinotto, 2013; Grill, 2008; Kuschnir, 2000).

Outro elemento que chama a atenção na disputa pela Prefeitura de São Luís é a juventude da maioria dos competidores, atributo, em princípio, desvantajoso em face da tão festejada “experiência”. Sete dos dez candidatos a prefeito têm menos de cinquenta anos, porém, a juventude desses candidatos não necessariamente implica uma carreira política curta, pois alguns deles adentraram na carreira política muito precocemente; tampouco implica renovação, vez que vários desses jovens são herdeiros em famílias de políticos. Dos sete candidatos mais jovens, três já tinham dez anos ou mais de experiência em cargos eletivos e passagens pela Administração Pública, caso de Braide, Neto Evangelista e Rubens, que, juntamente com Duarte, jovem, mas de carreira política recente, foram os que mais pontuaram no pleito. Entre os de menor votação, Bira e Yglésio possuem experiência de representação e gestão pública e os demais também ocupam espaços públicos, mas não na

esfera estatal: Jeisael, em meios de comunicação de massa; Sílvio Antônio, no espaço religioso; Franklin e Hertz, em movimentos sociais. Concluir, assim, que a juventude dos candidatos não equivale, por si, à inexperiência ou renovação de quadros políticos e agendas.

#### 4. A CAMPANHA: PARTIDOS, ALIANÇAS, RECURSOS E ESTRATÉGIAS

Há elementos cruciais em uma campanha eleitoral e a quantidade e qualidade com que são apropriados e utilizados pelos competidores faz muita diferença na dinâmica e resultados da disputa, pois esses elementos podem desequilibrar a isonomia entre os concorrentes em benefício daqueles que os acionam. Entre eles, destacamos: recursos políticos, como partidos e alianças; recursos materiais, como verbas para o financiamento dos gastos; recursos midiáticos, como o tempo, os meios e domínio da linguagem para as inserções no rádio, TV e redes sociais; recursos informacionais, relacionados a conhecimento e experiências, além dos, já mencionados, atributos pessoais dos competidores, referidos à apropriação de qualidades socialmente valorizadas. O Quadro 2 mapeia alguns desses recursos, distribuídos por candidato.

**Quadro 2 . Candidatos, Partidos, Alianças, Recursos materiais e midiáticos (1º turno)**

Candidato a Prefeito e Vice-Prefeito/a	Partido	Coligação	Aliados/as mais destacados	Total de Recursos Recebidos	Tempo de TV
Bira do Pindaré Letícia Cardoso	PSB PSB	---	Artistas, intelectuais, ativistas de movimentos sociais “Eu não escondo meus aliados por que sei que quem está caminhando comigo é o povo de São Luís” (peça de campanha)	1.454.040	00:42
Duarte Júnior Fabiana Vilar	Republicanos PL	<b>Resgate o amor pela Ilha</b> Republicanos, PTC Avante, Patriotas, PL	Vice Gov. Carlos Brandão Dep. federal Josemar Maranhãozinho (PL) Dep. Estadual Detinha (PL)	2.129.800,00	1:33

Eduardo Braide Esmênia Miranda	PODEMOS PODEMOS	<b>Pra Frente São Luís</b> P o d e m o s , PSDB, PSC, PMN, PSD	Sen. Roberto Rocha (PSDB)	1.500.000,00	1:44
Franklin Douglas Ribamar Arouche	PSOL PSOL	---	Dirigentes sindicais Intelectuais / Ativistas de movimentos sociais	147.857,14	00:18
Hertz Dias Jairo Mesquita	PSTU PSTU	---	Dirigentes sindicais, Intelectuais Ativistas de movimentos sociais e artísticos	25.660,00	00
Jeisael de Jesus Janicelma Fernandes	REDE REDE	---	-	175.625,95	00
Neto Evangelista Luzimar Lopes	DEM PDT	<b>Vamos Juntos por São Luís</b> (DEM, PDT, MDB, PSL)	Sen. Weverton Rocha (PDT) Ex-governadora Roseana Sarney (MDB) 2 Dep. Estad. Wellington do Curso (PSDB)3	3.636.000,00	2:54
Rubens Pereira Honorato Fernandes	PCdoB PT	<b>Do Lado do Povo</b> (PCdoB, PT, PMB, DC, PP, Cidadania)	Gov. Flávio Dino (PCdoB)4 Sen. Eliziane Gama (Cidadania) Ex-Presidente Lula (PT) Vários secretários de Estado	1.225.414,54	2:07
Sílvio Antônio Ana Célia Oliveira	PRTB PRTB	---	Vice-Presidente Hamilton Mourão; Movimentos: Endireita Maranhão e Di- reita Maranhão Religiosos evangélicos de diversas denominações, com atuação no bairro Cohatrac	36.305,00	00
Yglésio Moysés Mauro César	PROS PROS	---	-	374.500,00	00:16

Fonte: Montado pelos autores com dados do TSE disponíveis em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2020/2030402020/09210/candidatos> Informações sobre aliados foram extraídas do site G1, redes sociais dos candidatos, programas de TV, debates e materiais de campanha. As informações aqui apontadas são apenas ilustrativas, sem pretensão de abrangência. Por opção ou estratégia, muitos apoios não são divulgados. 1 <https://www.instagram.com/p/CFxsasuFZSc/> 2 Ver: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_hnQyu0aGLk&feature=emb\\_title](https://www.youtube.com/watch?v=_hnQyu0aGLk&feature=emb_title) 3 Pré-candidato a prefeito, com preferência entre 9 e 10%, saiu da disputa por conflitos intrapartidários. 4 Somente na última semana do primeiro turno.

Dos dez homens candidatos a prefeito, seis tinham mulheres no papel coadjuvante, de vice, a maioria sem protagonismos, mas suas presenças na chapa materializavam o reconhecimento à magnitude do eleitorado feminino e à proeminência que a igualdade de gênero vem ganhando na agenda política contemporânea. Em relação aos partidos, 26 apresentaram candidaturas (próprias ou coligadas) ao cargo executivo. Seis candidatos de pequenos partidos optaram por candidaturas isoladas, o que em parte se explica por que eleições em dois turnos estimulam a candidatura própria no primeiro turno para divulgar as ideias e lideranças do partido e, sem coligações nas candidaturas proporcionais, essa importância se ampliou. Também existem, entretanto, fortes razões para preferir a coligação, pois esta tem sido para muitos partidos o meio para alavancar ou mesmo viabilizar candidaturas mediante incremento do tempo de Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e de recursos financeiros; no Quadro 2, constata-se que as quatro coligações concentraram 79% dos recursos financeiros e quase 90% do tempo reservado à propaganda eleitoral.

Tomando como referência o posicionamento dos partidos em relação ao governo de extrema direita, de Jair Bolsonaro, com suas políticas neoliberais, os arranjos partidários nas eleições de São Luís podem ser pensados nos seguintes termos: as coligações de Braide e Duarte são composições homogêneas de partidos de direita que, na Câmara Federal, oferecem elevado apoio aos projetos de Jair Bolsonaro. A de Neto Evangelista é mais heterogênea, reunindo partidos de centro-esquerda (PDT), que têm dado moderado apoio ao Governo federal, e partidos de direita (DEM, MDB e PSL) que apoiam o presidente de modo sistemático; no âmbito estadual, essa heterogeneidade se torna mais saliente, pois, em passado não muito remoto, o PDT foi o mais forte partido de oposição às políticas oligárquicas de partidos da família Sarney, como o MDB e o PFL (atual DEM). Muito heterogênea também é a coligação de Rubens, a maior e com mais amplo conjunto de posições ideológicas, com partidos dos que mais contestam o governo Bolsonaro (PT e PCdoB) ao lado de siglas que mais o apoiam, como o PP.

Igualmente alinhados ao presidente, pequenos partidos de direita, PROS e PRTB, preferiram lançar candidaturas isoladas, escolha que foi também a de pequenos e médios partidos de esquerda e críticos à agenda de Bolsonaro, como PSTU, PSOL, REDE e PSB, sendo que este último faz moderada o-

sição ao Governo federal, mas no plano estadual sustenta vigorosa críticas a esse governo e suas políticas<sup>9</sup>.

Estão patentes nas coligações de Rubens e Neto Evangelista o amorfismo político e ideológico das referidas composições partidárias e a centralidade das negociações individuais. Isto, porém, não se configura como uma novidade, haja vista a própria coalizão de apoio do governador Flávio Dino, a qual, passando ao largo de convergências ideológicas ou programáticas, aglutina muitos partidos adversários. No debate eleitoral não faltaram questionamentos a esse tipo de incongruência, sendo recorrentemente apontado o paradoxo de alguns candidatos estarem propondo em São Luís medidas que, em Brasília, seus partidos procuravam inviabilizar.

Outro agente fundamental no desenvolvimento e resultados de uma campanha são os aliados, pelo potencial que têm de carrear recursos, sobretudo a esperada transferência de votos. São visados agentes proeminentes, como os detentores de cargos eletivos, vistos como detentores de popularidade e/ou consolidadas bases eleitorais; gestores públicos, e agentes com influências para além do campo político mais restrito (governamental), como organizações e movimentos sociais, lideranças religiosas, empresários, intelectuais, artistas, jornalistas, entre outros potenciais formadores de opinião. Nesse sentido, as informações sobre aliados mais destacados (Quadro 2) traz um conjunto de lideranças políticas (deputados, senadores, vereadores e gestores estaduais e municipais), mais uma vez concentradas nas quatro candidaturas de coligações, com mais recursos financeiros e mais tempo para o HGPE, o que reitera uma característica das disputas no campo político, onde os já estabelecidos em posições de poder e privilégio fazem tudo para manter as suas posições e bloquear as investidas de novatos ou *outsiders* (BOURDIEU, 2011; MAYHEW, 1974).

Braide, Duarte e Neto Evangelista são os candidatos em torno dos quais se dividem as principais forças políticas do Estado. A distribuição dos três senadores em cada uma delas é um indicativo de certo equilíbrio entre elas, assim como a base de apoio do governador Flávio Dino, principal liderança individual e que congrega entre seus aliados, integrantes que se distribuem nas três chapas, embora entre aliados de Braide só apareça um, que desertou das bases dinistas há bastante tempo (senador Roberto Rocha), declarado aliado

---

9 A medida do mencionado apoio ou oposição à agenda do presidente Bolsonaro na Câmara Federal está baseada em dados coligidos por Congresso em foco, em 07/01/2021, acessados em 15/02/2021, e disponíveis em <https://radar.congressoemfoco.com.br/governismo/camara>

e admirador de Jair Bolsonaro e seu governo. Chama atenção no Quadro a descrição dos aliados de Braide, que por suposto eram muitos, afinal trata-se de candidato favorito ao longo de toda a campanha e acabou vencendo; mas sua campanha no primeiro turno não exibia muitos apoiadores, tanto que foi criticada por opositores que o acusavam de estar “escondendo seus aliados”. Rubens, mesmo não tendo o formal apoio do Governador, recebeu apoios de vários gestores e parlamentares aliados a Dino e fez da imagem do Governador e do ex-presidente Lula seus principais cabos eleitorais ao longo de quase toda a campanha. Duarte e Neto Evangelista também contaram com apoiadores de forte inserção na política estadual, como o deputado federal Josemar Maranhãozinho<sup>10</sup> e Roseana Sarney, mas também foram discretos no aproveitamento público desses apoios. Os demais candidatos mobilizaram apoios difusos de segmentos organizados à direita e à esquerda.

Notável ausência no entorno de qualquer uma das candidaturas foi a do então prefeito, Edvaldo Holanda (PDT), apesar de seu partido ter candidato e do capital político de que dispunha em decorrência de volumoso programa de obras públicas empreendidas no último ano do seu governo, as quais lhe conferiam grande visibilidade e simpatia junto à população. Por outro lado, havia muitas insatisfações relacionadas à escassa atuação do prefeito nos três anos anteriores, a persistência de problemas em serviços básicos de transporte, abastecimento de água, saneamento, degradação ambiental, tibieza no

---

10 Aqui destacado em razão da sua influência em vários municípios cortados pela Rodovia BR 316, que lhe conferiu a alcunha de “Moral da BR”. Cearense, formado em Administração pela Universidade Anhanguera em 2015, teve meteórica ascensão econômica, passando de vendedor de cadeiras de macarrão a dono de um patrimônio, declarado ao TSE, de R\$463,906, 86,00 em 2008, e que saltou para R\$ 14.591.074,31 em 2018; também no plano político, sua ascensão foi acelerada: foi prefeito do pequeno Município “Maranhãozinho” por dois mandatos (2004 e 2008), sendo que neste último pleito, sua esposa, hoje deputada estadual, Detinha, elegeu-se prefeita de um município vizinho; foi deputado estadual em 2016 e deputado federal, mais votado, em 2018. Em redes sociais, destaca que seu partido, PL, elegeu 40 prefeitos municipais, mantém um bloco independente na Assembleia Legislativa e sinaliza sua candidatura ao Governo do Estado em 2022. Tem parentes eleitos para cargos executivos e legislativos em várias cidades e nestas eleições de 2020, em São Luís, foi ensaiada a candidatura de sua esposa à Prefeitura, mas esta não se confirmou, restando a participação de sua sobrinha, como vice do candidato Duarte. Josimar Maranhãozinho é alvo de investigações da Polícia Federal (“Operação Descalabro”), que apura denúncias de desvio de recursos públicos, parte deles destinados ao combate da COVID. Ver:

<https://piaui.folha.uol.com.br/392402-2> ; <https://www.camara.leg.br/deputados/204563/biografia> ;

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2008/14422/07927/9819/bens> e

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2018/2022802018/MA/100000601458/bens>

enfrentamento de questões cruciais, como o Plano Diretor, cuja revisão estava atrasada e sendo feita ao gosto de grupos empresariais e sem a devida discussão pública, além de questionamentos sobre o uso de vultoso empréstimo recém recebido que, segundo alguns candidatos, foi todo drenado para praças e asfalto, quando existiam outras prioridades na cidade. Elogiado e rechaçado, mas também detentor de razoável capital político e eleitoral, o prefeito, que agora está sem mandato, optou por não tomar partido na disputa, preservando-se como possível aliado de todos.

Já em relação ao Governador, causou estranheza sua opção por manter-se “neutro” durante o primeiro turno quase todo. Estranheza, pelo seu potencial de “grande eleitor”, por estar no comando da máquina administrativa estadual, ter popularidade e boa avaliação<sup>11</sup> e por que seu partido tinha candidato na disputa. Apenas na última semana, Dino engajou-se na campanha de Rubens, candidato do seu partido (PCdoB). O nome e imagem do governador, porém, estiveram presentes nas campanhas desde o início, com vários candidatos buscando associação ao seu trabalho e reputação, fato que chegou a ser objeto de disputa jurídica, com sentença favorável à exclusividade do uso pelo candidato do seu partido. Nessa confusão, o potencial de Flávio Dino como apoiador acabou sendo desidratado e a candidatura do PCdoB, embora tenha tido significativo crescimento, não passou da quarta posição.

Em nota ao Jornal Brasil de Fato, Dino declarou que “no 1º turno, eu respeitarei todos os partidos que compõem a base de sustentação ao governo. Penso ser a posição mais adequada neste momento, podendo rever se houver alguma mudança de conjuntura ou 2º turno”<sup>12</sup>. A nosso ver, essa posição do Governador é decorrente da heterogeneidade e vulnerabilidade de sua base de apoio, à época composta oficialmente por 12 partidos, em composição de amplíssimo espectro ideológico<sup>13</sup>, incapaz de suportar uma candidatura uni-

---

11 Em pesquisa de opinião, a gestão de Flávio Dino foi considerada “ótima” por 11% e “boa” por 31%. Ver: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/eleicoes/2020/noticia/2020/11/08/pesquisa-ibope-em-sao-luis-veja-avaliacao-de-edvaldo-dino-e-bolsonaro.ghtml>

12 Ver: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/04/tres-candidatos-que-lideram-disputa-no-maranhao-formam-base-de-apoio-de-flavio-dino>

13 Partidos da base de apoio do governador Flávio Dino: PCdoB, DEM, AVANTE, PDT, PROS, PTC, PSB, PR, PTB, PSL, PMN e PT – integram o “Bloco Parlamentar Unidos pelo Maranhão”, que na Assembleia Legislativa dá apoio ao governador Flávio Dino. Há dois outros blocos que se apresentam como independentes, mas não se reivindicam de oposição: um, formado pelo PP e Solidariedade, o primeiro engajado na campanha de Rubens e o segundo na de Duarte, que também recebeu apoio do bloco do PL. Na oposição, apenas um bloco com 05 integrantes do PV e MDB (ALEMA, Diário da Assembleia, 03/08/2020), acessado em 03/01/2021. Disponível em [www.al.ma.leg.br](http://www.al.ma.leg.br)

tária, ainda que defendida pelo Governador, cujo próprio cargo já se apresentava como objeto de disputa e desejo por vários integrantes dessa própria base, que viam nas eleições de 2020 uma oportunidade de fortalecimento para 2022. Ante o risco de fraturas e cisões, a posição (prudencial) do Governador encaminhou-se no sentido de não interferir nas escolhas e manter certo distanciamento das candidaturas, fortalecendo a tese de que haveria uma espécie de “consórcio” ou “condomínio”<sup>14</sup>, que se apresentava à disputa com, pelo menos, quatro candidaturas, três delas lideradas por integrantes do governo (Rubens, Duarte e Neto Evangelista) e duas outras de partidos também integrantes da sua base de apoio (Bira e Yglésio). Dessa base, saiu até um partido que integrou a coligação de Braide, o PMN.

Também deve entrar nesse cálculo o fato de a candidatura de Braide já vir sendo construída desde o último pleito, enquanto no grupo do Governador todas as candidaturas estavam por construir e, a julgar pelas pesquisas, nenhuma se apresentava em condições de vencer Braide, o que tornava, senão estratégico, pelo menos útil, ter várias candidaturas que possibilitassem empurrar a disputa para o segundo turno e aí, quem sabe, a base se unificaria – o que não aconteceu, confirmando a vitória de Braide.

## 5. ESTRATÉGIAS DE CAMPANHA: O JOGO DOS CANDIDATOS

Um dos fatores mais decisivos do jogo eleitoral diz respeito à elaboração de narrativas convincentes e acreditáveis, relativas tanto ao candidato como aos concorrentes e ao contexto eleitoral. Tomando as campanhas como processos pelos quais candidatos buscam persuadir eleitores e conseguir seu voto, Figueiredo *et al.* (2000) sintetizam essa busca de apoio na ideia de *disputa retórica* que, analiticamente, se estrutura nos seguintes termos: 1) descrição de um mundo atual, conforme a visão de cada candidato sobre a situação do universo que pretende governar; 2) descrição de um mundo futuro, dentre os possíveis e desejáveis; 3) a melhor maneira de construir o mundo futuro, relacionado aos seus projetos e propostas; e 4) garantias quanto à realização do mundo futuro proposto.

---

14 A utilização do termo “consórcio” ou “condomínio” para designar o amplo e diverso grupo de apoio a Dino aparece em análises do historiador Wagner Cabral (Ver: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/04/tres-candidatos-que-lideram-disputa-no-maranhao-formam-base-de-apoio-de-flavio-dino>). Registre-se que em resposta a questionamento sobre o “consórcio”, o candidato Bira declarou que “não existe qualquer construção nesse sentido (...). O governador Flávio Dino é um aliado nosso (...)”. Ver: <https://www.instagram.com/p/CFr2yL8l-fp/>



Admitindo essa metodologia como pano de fundo e adaptando-a ao contexto dos nossos objetivos, analisamos a disputa retórica desenvolvida através dos canais midiáticos (HGPE, debates, programas de governo e redes sociais dos candidatos), a partir das seguintes categorias: *autoimagem* dos candidatos - a identidade que elaboram para si e pela qual pretendem ser reconhecidos e atrair confiança e apoio dos eleitores; *visão* que fazem do *mundo atual*, no caso, a situação da cidade e prefeitura que pretendem governar; o *mundo futuro*, delineado nas propostas e programas de governo que cada um defende; as *garantias* que apresentam para tornar críveis as suas promessas ou compromissos, e as *adversarialidades*, relativas aos embates entre os candidatos e as estratégias de fortalecimento de si e enfraquecimento dos adversários. Os Quadros 3 (A, B, C e D) informam sobre esses elementos da disputa retórica, que assumimos como decisiva em uma campanha eleitoral.

### Quadro 3A. Autoimagem1

Candidato e Slogan	Autoimagem
<p><b>Bira do Pindaré</b></p> <p><i>Aqui é outra história</i></p> <p><i>São Luís mais humana, bela e justa</i></p>	<p>“Sou cristão, acredito em Deus”;</p> <p>“Sou filho do interior do Maranhão, negro, de origem pobre, sempre dependi de serviços públicos. Com muita luta, posso dizer que, graças a Deus, venci na vida.”;</p> <p>“Quando estudante, fui da Pastoral da Juventude e quando trabalhei na Caixa Econômica, fui do movimento sindical dos bancários”;</p> <p>“Hoje eu sou bancário, professor, advogado, mestre em políticas públicas”;</p> <p>“Fui, delegado regional do trabalho e secretário de estado de ciência e tecnologia, onde desenvolvi importantes programas”;</p> <p>“Fui deputado estadual, e sou deputado federal”;</p> <p>“Sou casado com a Leide; tenho duas filhas. A minha vice é a Letícia Cardoso, professora da UFMA”.</p>
<p><b>Duarte Júnior</b></p> <p><i>Bora resolver?!</i></p>	<p>“Grato a Deus e à minha esposa, a Karen”;</p> <p>“Sou de origem humilde, vim de baixo, não sou filho de político”;</p> <p>“Vendi chocolate e <i>chips</i> de celulares nas ruas (...). Hoje sou advogado, professor universitário, mestre em políticas públicas. Subi na vida por méritos próprios”;</p> <p>“Hoje sou deputado estadual”;</p> <p>“Fui presidente do PROCON e do Viva Cidadão e lá, em pouquíssimo tempo, fizemos mais com bem menos”;</p> <p>“Estudei e cheguei aqui, não sou candidato de herança. Não tenho pai político”;</p> <p>“Não sou filhote de político”</p> <p>“Abri mão de privilégios: renunciei à metade do meu salário para doá-lo para o enfrentamento à covid-19”.</p>
<p><b>Eduardo Braide</b></p> <p><i>Tô preparado</i></p> <p><i>Mais do que perto, junto</i></p>	<p>“Grato a Deus”;</p> <p>“Nasci e cresci em São Luís. Filho de um Antônio com uma Maria”.</p> <p>“Estudei em universidade pública. Sou formado em direito pela UFMA”;</p> <p>“Sou casado com a médica, Dr<sup>a</sup>. Graziela, e temos três lindos filhos”;</p> <p>“Trabalho há muitos anos pela minha cidade”;</p> <p>“Me preparei. Estou pronto pra governar São Luís”;</p> <p>“Meu lado é o do povo”;</p> <p>“Tenho experiência: já fui gestor, secretário municipal, deputado estadual e federal”;</p> <p>“Minha vice é Esmênia Miranda, mulher, negra, professora e policial”.</p>

<p><b>Franklin Douglas</b></p> <p><i>São Luís para a maioria</i></p>	<p>“Sou professor; sou do PSOL, estou aqui para defender o legado de Marielle Franco, a luta de Boulos, Luiza Erundina e da bancada que aprovou o auxílio emergencial”;</p> <p>“Sou doutor em políticas públicas, jornalista e advogado formado pela UFMA”;</p> <p>“Fui secretário adjunto do Trabalho, no governo Jackson Lago, que sofreu o primeiro golpe via poder judiciário”;</p> <p>“Sou ludovicense”;</p> <p>“A minha candidatura é um grito, o grito dos invisíveis”.</p> <p>“Com Arouche, candidato a vice, somos uma chapa 100% negra”.</p>
<p><b>Hertz Dias</b></p> <p><i>Alternativa Socialista e Revolucionária</i></p>	<p>“Sou natural de São José de Ribamar;”</p> <p>“Sou professor de história da rede básica estadual e municipal”;</p> <p>“Sou militante do movimento hip hop Quilombo Urbano, que há 30 anos realiza atividades políticas e culturais com a juventude da periferia”.</p> <p>“Sou do PSTU, um partido revolucionário”;</p> <p>“Nós do PSTU temos lado: o lado da classe trabalhadora, dos negros, das mulheres, LGBTs, dos Conselhos populares e da Revolução Socialista”.</p>
<p><b>Jeisael Marx</b></p> <p><i>São Luís que quero</i></p> <p><i>Governo bom é governo próximo dos cidadãos</i></p>	<p>“Sou nascido em São Bento, formado como melhor aluno da Universidade Estácio”; “Não sou rico, não sou filho de político”;</p> <p>“Jornalista por formação, conheço cada canto da cidade (...) e me dedico, através da minha profissão, a lutar por uma cidade melhor”;</p> <p>“Conheço os serviços públicos por ser usuário”;</p> <p>“Sou independente, não estou ligado a qualquer grupo político”;</p> <p>“Meu partido, a REDE, não está na base de apoio de apoio do governador Flávio Dino; eu apoio o governador, mas sou independente”;</p> <p>“Considero que a política não é coisa de herói nem profissão: o voto em Jeisael é um voto diferente, um voto em quem não é político”.</p>
<p><b>Neto Evangelista</b></p> <p><i>Propostas realistas</i></p>	<p>“Grato a Deus”;</p> <p>“Sou deputado estadual no terceiro mandato, tenho experiência como secretário estadual de Desenvolvimento Social, no governo Flávio Dino”;</p> <p>“Aprendi com meu pai a boa política”;</p> <p>“Estou preparado. Há dez anos venho me preparando na vida pública para administrar a minha cidade”;</p> <p>“A minha bandeira não é azul, verde, vermelha ou amarela, meu compromisso é com a cidade, com a entrega dos serviços”;</p> <p>“Minha meta na cidade de São Luís é cuidar das pessoas. Quero empregar toda a minha experiência política e administrativa para cuidar da cidade onde eu nasci e cresci, a cidade que eu amo”;</p> <p>“Não estou aqui para prometer mágica para ninguém, para me vestir de super herói, quero apenas oferecer o meu melhor”.</p>
<p><b>Rubens Júnior</b></p> <p><i>Prefeito do lado do povo</i></p>	<p>“Sou cristão, advogado, mestre em Direito Constitucional”;</p> <p>“Sou um político que tem um lado: tenho orgulho de dizer que sou, e sempre fui do lado do governador Flávio Dino e do presidente Lula”;</p> <p>“Já fui deputado estadual, federal, secretário das cidades onde pude tocar vários programas pra melhorar a vida do povo. Dei conta do recado”;</p> <p>“Fui aluno e orientando de Flávio Dino na Universidade Federal do Maranhão”;</p> <p>“Lutei contra a família Sarney. Quando o Dr. Jackson Lago foi cassado por Roseana, eu fui ser o líder da Oposição”;</p> <p>“Fui eleito três vezes o melhor deputado federal do MA. Votei contra o <i>impeachment</i> de Dilma Roussef”;</p> <p>“Apesar de jovem, estou no quarto mandato; já fui testado e aprovado nas urnas”;</p> <p>“Aprendi com Jesus Cristo que mais importante é servir, e não ser servido e é isso que me move a ser candidato a prefeito de São Luís”.</p>

<p><b>Sílvio Antônio</b> <i>Homem íntegro</i></p> <p><i>Deus, família e trabalho</i></p>	<p>“Sou ludovicense, casado e do PRTB, partido do vice-presidente, general Mourão”;  “Sou candidato para representar a direita, que ascendeu com a eleição de Jair Messias Bolsonaro”;  “Estou aqui para representar a direita do Maranhão, a família e as pessoas de bem”;  “Não tenho conchavo político, não uso fundo eleitoral e sou alinhado ao presidente Bolsonaro”;  “Sou pastor há 25 anos. Eu conheço a dor do povo”; “Defendo os princípios da família”.  “Sou um candidato fora da curva, não sou político profissional. Quero servir à cidade”.</p>
<p><b>Yglésio Moysés</b></p> <p><i>Por uma cidade melhor</i></p> <p><i>Prefeitura e você, construindo um novo caminho</i></p>	<p>Grato a Deus;  “Sou médico, fiz doutorado na Universidade de São Paulo”;  “Alcansei empregos por concurso; fui aprovado em mais de 20 concursos”;  “Tenho um caminho de 37 anos de estudos (...); foi ele que me trouxe até aqui”;  “Fui o deputado que mais apresentou projetos e tenho 100% de presença”;  “Eu não abandonei a minha profissão, continuo exercendo a medicina. Não sou político profissional, faço isso por um ideal”;  “Ser prefeito de São Luís é uma missão que tenho no coração, para servir às pessoas”;  “Essa coisa de polarização não funciona. Nem Bolsonaro nem Flávio Dino, o que importa são as pessoas”.  “Me considero pronto para governar São Luís”.</p>

1 Optamos aqui por colocar frases literais pronunciadas pelos próprios candidatos em debates e entrevistas analisados, a saber: TV Band, em 01/10/2020, acessado em 05/01/2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=zFtb7VrGFJQ> TV Mirante, 20/10/2020, acessado em 06/01/2021.

Disponível em :<https://www.youtube.com/watch?v=sdBWIdYu40Y> TV Band Debate 2º turno - Band Maranhão, acessado em 20/01/2021, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qa6L83S55NI>

Sabatinas com todos os candidatos realizadas pela TV Guarará, acessadas no período de 10-20/01/2021. Disponíveis em: [www.portalguara.com](http://www.portalguara.com) Ver também: <https://www.facebook.com/watch/?v=1878587162282513>

O grande número de candidatos, com origens sociais, trajetórias políticas e posições ideológicas distintas prenuncia a construção de perfis diversos. Do repertório tradicional de justificativas para o engajamento e carreiras políticas (Kuschnir, 2000; Palmeira & Goldman, 1996), observa-se como traços generalizados as manifestações de fé religiosa e de valorização da família, questões muito caras às tradições políticas do País e atualmente alavancadas por setores de direita ao topo da agenda e debate público, como uma espécie de armadilha aos que não professam esses valores. Também generalizado é o discurso de desprendimento em relação à Política, sempre associada a uma “missão de servir” à população, ao “povo”, aos trabalhadores ou à cidade.

Candidatos autodeclarados de origem popular, como Bira, Duarte e Jeisael, usam este elemento para asseverar um autêntico conhecimento da realidade e dos problemas do povo, mas também, para afirmar uma trajetória pessoal vitoriosa, de competência e sucesso. A reivindicação da origem popular funciona também como tentativa de gerar identificação com os eleitores e diferenciação em face dos demais candidatos: aparece implicitamente em falas como a de Braide, que, ao dizer “sou filho de um Antônio e de uma

Maria”, denota simplicidade e situação de pessoas comuns, como se o citado Antônio não fosse um próspero empresário, que já teve cinco mandatos de deputado estadual; essa busca de identidade com o povo também aparece em falas como “não sou rico, não sou filho de político”, fartamente pronunciadas por Jeisael e Duarte. Nessas frases, especialmente quando a expressão “filho de político” é substituída por “filhote de político”, aparece também uma nítida tentativa de apresentar-se como renovação, ideia de forte apelo político.

Está presente no discurso de todos os candidatos a afirmação de conhecimento da realidade, seja por estudos, experiências administrativas, trabalho profissional, participação em movimentos sociais ou por vivências pessoais. A experiência como gestor “testado e aprovado” pelos “bons resultados” na administração de políticas públicas (Bira, Duarte, Rubens, Neto Evangelista, Braide e Yglésio) também é um traço recorrente na construção da imagem que os candidatos projetam para si e se expressam em frases do tipo “estou pronto”, “estou preparado”, “bora resolver”.

A condição de “ludovicense” foi acionada para afirmar uma identidade com a cidade de São Luís; identidade às vezes reforçada por um “amor à (minha) cidade”, cumprindo, nesse contexto, o papel de distinguir como “forasteiro” um dos concorrentes mais competitivos (Duarte), natural do Rio de Janeiro. Finalmente, as autoimagens delineiam uma clara polarização ideológica, que teve nos extremos os professores Hertz e Franklin, à esquerda, e na outra ponta, o pastor Sílvio Antônio – o primeiro, propondo a construção do socialismo, o último, empreendendo lutas para destruí-lo. Também não faltaram elementos da agenda moral, como a autoidentificação de Sílvio Antônio como representante das “pessoas de bem” e contra a corrupção; a antipolítica apareceu em falas do próprio pastor, mas também de Yglésio e Jeisael, que, em alguns momentos, preferiram se apresentar como “não político”, posição que se pode referir ao exercício simultâneo de outra atividade ou ao fato do candidato ser estreante e não um “profissional” na/da política (Weber, 2011) mas, pronunciadas no atual contexto, se aproximam das manifestações antipolíticas, crescentemente explicitadas e demandadas no País por setores de extrema direita<sup>15</sup>. Polarizações dessa natureza, envolvendo posições como direita/esquerda e pró-Bolsonaro/anti-Bolsonaro estiveram na campanha,

---

15 Destacando a ascensão da antipolítica no período recente, Avritzer define-a como “[...] a reação à ideia de que instituições e representantes eleitos devem discutir, negociar e processar respostas a temas em debate no país. A antipolítica constitui uma negação de atributos como a negociação ou a coalizão”. (2020b, posição 221).

mas, de modo secundário, pois, efetivamente, não entraram na agenda dos candidatos mais bem colocados nas pesquisas e quando entravam eram desqualificadas como menores diante das questões da cidade e das pessoas.

Em relação ao *mundo atual*, às percepções sobre São Luís, cidade que se propõem a governar, poucos, como Franklin e Bira, apresentaram em seus planos de governo diagnóstico das condições da cidade. Optamos aqui por apresentar, à guisa de esclarecimento sobre o espaço social em disputa, um breve quadro dos principais problemas apontados pelo conjunto dos candidatos, com ênfase nos desafios, pois é em torno destes que algumas disputas foram travadas.

### Quadro 3B. *Mundo Atual* (Percepções sobre São Luís)

- Urbanização adensada, desordenada e sem a devida infraestrutura;
- Ausência / Insuficiência de serviços básicos (esgotamento sanitário, moradia inadequadas e déficit habitacional);
- Creches só para 35,6% de crianças de 0 a 3 anos;
- Necessidade planejamento e Revisão do Plano Diretor;
- Pobreza e desigualdades – muitos sobrevivem de Bolsa Família; elevados níveis de desemprego, subemprego e informalidade;
- Déficit orçamentário: receita própria inferior a 25% do total; dependência de transferências federais e estaduais e endividamento, agravado por leis federais, como a da responsabilidade fiscal, do teto de gastos, parcerias público-privados, entre outras.
- Iminente agravamento do déficit fiscal por queda na arrecadação e retirada de alguns benefícios como a suspensão do pagamento da dívida pública com a União e fim do auxílio emergencial;
- Insuficiência de servidores públicos / Necessidade de concursos;
- Insuficiente transparência orçamentária;
- Ausência e/ou insuficiência de participação popular na definição de prioridades;
- Exclusão digital e baixa qualidade nos serviços oferecidos;
- Crise sanitária;
- Mercantilização da saúde e transferência de recursos públicos para redes privadas,
- Baixa cobertura de atendimento na atenção básica à saúde – apenas para 45% da população;
- A Central de marcação de consulta é uma verdadeira humilhação para a população;
- Mortalidade infantil acima da meta mundial;
- Há Escolas abandonadas, sem serviços básicos de água e saneamento, com reformas intermináveis, instalações inadequadas e registros de violência;
- Alta evasão escolar;
- Insuficiência de recursos para as escolas, sobretudo as comunitárias;
- Insuficiência, baixa qualidade, escassa racionalização e precária integração dos meios de transporte coletivo; urgência de investimentos em ciclovias;
- Excessivo tempo para os deslocamentos casa-trabalho;
- Degradação ambiental, poluição atmosférica, de rios e praias;
- Acessibilidade comprometida: falta elevador em todos os ônibus, padronização de calçadas;
- Abandono da Zona rural;
- Abandono do Centro Histórico.

Fontes: As mesmas do Quadro 3A.

Sem a pretensão de mapear exaustivamente tudo o que foi dito pelos candidatos sobre a cidade, o Quadro 3B traz um breve panorama dos desa-

fios colocados à governança de São Luís. Interessante é observar que Hertz (PSTU), Franklin (PSOL), Jeisael (REDE) e Sílvio Antônio (PRTB) foram contundentes em críticas ao atual prefeito, apontando-o como ausente nos três primeiros anos da gestão e, neste último, dedicado apenas a “gastar em praças e asfalto um empréstimo de 340 milhões”. Os demais candidatos foram muito discretos ao se referirem, quando o fizeram, ao prefeito Edvaldo Holanda, personagem realmente ausente no pleito de 2020. Discreta foi, também, a abordagem sobre a pandemia, pelos candidatos, por motivos que, presumidamente, remetem à preferência por pautas mais “positivas” e para fugir à politização e polarização em que a pandemia acabou sendo envolvida. Também cabe registrar o fato de que, em São Luís, o protagonismo nas ações de combate à covid 19 foi assumido pelo Governador do Estado (Borges, 2020).

O Quadro seguinte (3C) reúne propostas dos candidatos. Novamente, não se trata de levantamento exaustivo dos planos de governo de cada um, mas de destacar as propostas mais recorrentemente apontadas pelos próprios candidatos nos programas de governo, debates e HGPE. Por economia de espaço, antecipamos que são comuns a eles proposições como o fortalecimento do SUS, ampliação em quantidade e qualidade da atenção básica à saúde; mobilidade mais eficiente, multimodal e integrada; proteção ambiental; regularização fundiária; valorização da zona rural e do centro histórico; políticas de acessibilidade, descentralização administrativa; revisão do plano diretor, gestão democrática, entre outras. Para a construção do *Mundo Futuro* proposto pelos candidatos, selecionamos propostas que nos pareceram mais originais, de maior impacto administrativo ou orçamentário, e aquelas que ensejaram maiores questionamentos no curso da campanha.

### Quadro 3C. *Mundo Futuro*

<b>Bira do Pindaré</b>	Escola Plena: de alto padrão de qualidade e com segundo idioma; Fundo Municipal de combate à pobreza e Renda Mínima Municipal; Bilhete ilimitado (para o transporte público); Programa de Economia Solidária e Criativa; Secretaria Municipal da Mulher; Ceasa na Zona Rural; Cheque Casa Digna e regularização fundiária; Ouvidoria e Corregedoria Municipal; Conferências e Conselhos Municipais em vários segmentos; Plano municipal e política para pessoa com deficiência; Viradas Culturais de São Luís.
------------------------	--

<b>Durte Júnior</b>	<p>PRO UNI municipal;  Hospital de Referência para o servidor público municipal;  Convênio com Clínicas particulares para atendimento de todas as pessoas que há 90 dias ou mais esperam por consulta ou exame no SUS;  Transformar os terminais de transporte coletivo em shoppings de serviços, em parceria com empresas privadas;  Renda Mínima Municipal e aumento do auxílio às famílias vulneráveis;  Redução da taxa de iluminação pública;  Aplicar metade do orçamento da cidade em saúde e educação;  Secretaria Municipal de Direitos Humanos.</p>
<b>Eduardo Braide</b>	<p>São Luís, cidade das oportunidades;  Clínicas da Família: unidades básicas modernizadas, com atendimento para 80% das demandas e encaminhamento para centros Centros de Referência em especialidades médicas, inclusive bucal;  Creches de tempo integral;  Secretaria Municipal da Zona Rural;  Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência;  03 Novos terminais de integração de transporte coletivo.</p>
<b>Franklin Douglas</b>	<p>Plano de enfrentamento à pandemia;  “Quanto mais pobre o bairro, mais rica (de equipamentos e professores) a escola”;  Construção de 10 mil cisternas para captar água de chuva, 04 Unidades de tratamento de esgoto e plantio de 1 milhão de árvores, para gerar créditos de carbono;  Geração 50 mil empregos;  Passe livre para estudantes;  Virada Cultural da Ilha;  Extinção de 12 secretarias e Criação de outras 4: Mulheres; Igualdade racial; Pessoa com deficiência e do Trabalho;  Gestão Participativa;  Auditação da dívida pública do Município;  Atuação em frentes nacionais para reverter o marco regulatório do saneamento e a emenda constitucional do teto de gastos.</p>
<b>Hertz Dias</b>	<p>Incorporação de todos os hospitais privados ao SUS;  Auditação e suspensão do pagamento da dívida pública, taxaço de grandes fortunas e fim de isenções para grandes empresas;  Geração de empregos mediante frentes de trabalho nos bairros e redução da jornada;  Estatizações dos serviços públicos  Tarifas sociais para os trabalhadores / Passe livre para estudantes e desempregados  Gestão participativa, através de Conselhos Populares;  Fazer de São Luís uma trincheira contra o bolsonarismo, o racismo e o fascismo.</p>

<b>Jeisael Marx</b>	Escolas de tempo integrado (estudos em um turno, esportes em outro), assegurando que pelo menos 50% sejam de tempo integral; Hospital perto de Casa; Renovação e modernização no transporte público e regulamentação dos alternativos; Políticas de sustentabilidade por meio de energia limpa, reciclagem, parcerias com empresas e controle social; Unidade para acolhimento de mulheres em situação de rua e outra para idosos; Geração de emprego nas comunidades – “mutirão nosso bairro”, “hortas comunitárias” e shopping popular no centro da cidade; Criação da EMTUR - Empresa Municipal de Turismo; Unidades Gestoras descentralizadas: 05 Subprefeituras, uma delas na Zona Rural; Fábrica de asfalto Municipal.
<b>Neto Evangelista</b>	Reconstrução do Socorrão II; Bilhete único de ida e volta; Restaurantes Populares Municipais; Secretaria de Direitos Humanos e “Patrulha Maria da Penha”; Calendário Turístico Cultural; 06 Centros de esportes, lazer e paz; Prefeituras Bairro, inclusive na zona rural; Aprovação do plano Diretor, mediante diálogo com construtoras e comunidades.
<b>Rubens Júnior</b>	“Continuar as boas iniciativas do prefeito Edvaldo Holanda”; “Mais emprego”: 10 mil empregos e Fundo municipal que custeará R\$500,00 de cada um por 6 meses; Criação de Agência Municipal de Desenvolvimento; Bilhete único semanal e mensal; Orçamento participativo; Adensamento dos bairros, garantindo completa oferta de serviços “Prefeitura no Bairro”: 06 Escritórios regionais e 04 novas Secretarias: Direitos Humanos, Mulher, Igualdade Racial, Juventude; Criar no Município, programas estaduais, como: “Cheque minha casa, minha vida”, restaurantes populares e mais turismo; Revisar o contrato de concessão dos serviços de água e saneamento com a CAEMA.
<b>Sílvio Antônio</b>	Ouvidoria da Saúde e criação de Centro de Saúde mental para crianças e adolescentes; Ampliar vagas na educação infantil via convênio com escolas privadas, “Casas de educação na Zona Rural”, Escola Técnica de São Luís e escolas cívico militares; Incorporar aos conteúdos escolares educação financeira e inteligência emocional “Trazer para São Luís o progresso e grandes obras que o presidente Bolsonaro está trazendo para o Brasil” – no caso, construção de viadutos, ampliação do programa minha casa, minha vida; Portal da Transparência em tempo real, para combater a corrupção; Fortalecer a Guarda Municipal, assegurando equipamentos bélicos letais e não letais; Participação popular em órgãos da Prefeitura, através dos Conselhos já existentes; Lutar contra o Socialismo.



<b>Yglésio Moysés</b>	<p>Aplicativos para marcação de consultas, com pagamento de tarifas àqueles que não tenham recursos e aceitação de todas as requisições no SUS;</p> <p>Transferência de renda, com apoio à 1ª Infância, com repasse mensal de R\$200,00;</p> <p>Ampliação e diversificação da rede de transportes, harmonizando a relação entre taxistas e motoristas de aplicativos;</p> <p>Planejamento da cidade, em todos os setores valorizando a integração dos serviços, o enfrentamento às desigualdades e o “governo técnico”, com as melhores cabeças;</p> <p>Revisão de contratos; melhor aproveitamento do que já existe, inclusive na folha de pagamentos do Município, e respeito aos bons trabalhos já iniciados;</p> <p>Áreas de livre turismo e cultura;</p> <p>Cobrar da CAEMA adequação ao marco do saneamento, trabalho e metas.</p>
-----------------------	--

Fontes: As mesmas do Quadro 3A.

As propostas apresentadas como cenários para o *mundo futuro* têm conexões com as caracterizações do *mundo atual*, admitido pelo conjunto dos candidatos como desafiantes em todas as áreas. Chama atenção o tom discreto sobre a questão da pandemia e de como deveria ser a sua gestão pelo próximo prefeito. Existe relativo acordo quanto às prioridades para São Luís, salvo nas candidaturas de extrema esquerda (Hertz), cujas propostas têm conteúdo radical e disruptivo, numa perspectiva de empoderar os trabalhadores; no outro extremo, à direita, Sílvio Antônio, embora se mantenha no plano da institucionalidade vigente, defende o alinhamento ideológico ao presidente Bolsonaro e à sua pauta que enfatiza segurança e combate à corrupção.

### Quadro 3D. *Garantias e Adversarialidades*

<b>Bira do Pindaré</b>	
<i>Garantias</i>	<p><i>Experiência / Conhecimento</i> dos problemas do povo: o candidato alude à experiência baseada em vivências, estudos e trajetória de quem foi usuário de serviços públicos, de quem vem, desde a Pastoral da Juventude, passando pelo movimento sindical e elegendo-se deputado”;</p> <p><i>Experiência como gestor e Capacidade/ Saber fazer</i>: “participei do governo de Jackson Lago e de Flávio Dino, com resultados positivos: combati o trabalho escravo, quando fui delegado do Trabalho e, na SeCTI, participei da criação dos IEMAS [escolas de alto padrão], programa Cidadão do Mundo, Escola de cinema”;</p> <p><i>Alianças e Acessos</i>: “sempre apoiei o governador Flávio Dino, temos muito boas relações”; faremos parcerias com o governo, com bancos oficiais e outras instituições”;</p> <p><i>Compromissos já realizados</i>: O candidato destaca os programas na DRT e SeCIT e destinação de recursos para a saúde de São Luís, através de emenda parlamentar.</p>

<i>Adversarialidades</i>	<p>“Omite que apoia a gestão do prefeito, Edivaldo Holanda” (Franklin);</p> <p>“Faz parte da salada/consórcio de candidatos do governador, que atacou o território quilombola do Cajueiro” (Franklin);</p> <p>“Como deputado federal, por que não agiu antes para melhorar a situação da saúde em São Luís?” (Sílvio Antônio)</p>
<b>Duarte Júnior</b>	
<i>Garantias</i>	<p><i>Conhecimento/capacidade</i> advinda da profissão de advogado e professor universitário da formação acadêmica como mestre em políticas públicas;</p> <p><i>Experiência como gestor público</i>: “fui gestor por duas vezes: no PROCON e no Viva Cidadão, “onde fiz muito mais com menos”;</p> <p><i>Alianças e Acessos</i>: “tenho boas relações com o governador do estado”; “em relação ao governo federal, sou do Partido Republicanos, que tem acesso ao presidente da República e que nos ajudará a trazer recursos”;</p> <p><i>Reconhecimento</i>: “fui aluno de Flávio Dino e ele me convidou para integrar o governo”;</p> <p><i>Capacidade/Saber fazer</i>: “Sabemos o que fazer, sabemos onde buscar recursos”;</p> <p><i>Compromisso já realizados</i>: “não faço promessas, eu tenho trabalho, tenho resultados no Procon, no Viva, e já destinei recursos de emenda parlamentar para a UEMA”.</p>
<i>Adversarialidades</i>	<p>“É do mesmo partido dos filhos de Bolsonaro” (Franklin);</p> <p>“Agrediu uma idosa” (Neto Evangelista);</p> <p>“Faz propostas sem viabilidade, por desconhecimento” (Yglésio e Neto Evangelista);</p> <p>“Esperar 3 meses para garantir atendimento de saúde já não seria um atestado de incapacidade do Município fazer o atendimento? Não seria contrário ao fortalecimento do SUS?!” (Bira)</p> <p>“Como deputado, por que não agiu antes para melhorar a situação da saúde em São Luís?” (Sílvio Antônio)</p> <p>“Responde a processo por corrupção eleitoral e pode perder o mandato a qualquer momento, pois usou o Procon em benefício próprio e suas contas foram aprovadas com ressalvas” (Braide);</p> <p>“Faltou à metade das sessões na Assembleia, mas recebeu salário integral”;</p> <p>“Você é o pai da mentira e São Luís não precisa de um personagem, precisa de um prefeito” (Braide);</p> <p>“Fez aglomeração de campanha sabendo já estar infectado pelo coronavírus” (Rubens e Braide);</p> <p>“Fiz uma crítica política, disse que o presidente do partido dele foi receber Bolsonaro no aeroporto, demonstrando apenas a vinculação política. Na resposta, agrediu a mim, meu partido e, o mais grave, ao meu pai, que está na UTI, lutando pela vida”;</p> <p>“É covarde, é inaceitável a baixaria de agredir familiares” (Rubens e Neto Evangelista)</p>

<b>Eduardo Braide</b>	
<i>Garantias</i>	<p><i>Conhecimento/ Experiência</i>, associadas à autoridade da formação acadêmica, cargos eletivos e de gestão que exerceu. “Eu me preparei”, “estou pronto”;</p> <p>Experiência por ter sido deputado estadual e ser deputado federal “que trabalha” e “tem assiduidade” / Experiência como gestor: “Já fui secretário municipal, já fui deputado estadual por duas vezes”;</p> <p><i>Reconhecimento</i>: “Fui o deputado mais votado de São Luís”</p> <p><i>Alianças e acessos</i>: “tenho boas relações com o governo federal”, e com diversas instituições e empresas, que possibilitam angariar recursos.</p> <p><i>Capacidade/Saber fazer</i>: “Eu e minha equipe trabalhamos muito, sei que existem muitas possibilidades de obter recursos com bons projetos. Eu sei onde tem recursos”;</p> <p>Acessos: “eu não sou inimigo do presidente da República” e “já destinei recursos a serem geridos pelo governador Flávio Dino”. “Vamos fazer parcerias”;</p> <p><i>Compromissos já comprovados</i>: “há dez anos envio recursos de emenda parlamentar para a saúde de São Luís”; “Minha experiência adquirida ao longo de todos esses anos e, mais do que isso, o amor no coração que tenho pela minha cidade vai me levar a fazer de São Luís uma cidade melhor, de oportunidades”;</p> <p><i>Viabilidade</i>: Apresento propostas viáveis e verdadeiras.</p>
<i>Adversarialidades</i>	<p>“Tem gente que é bolsonarista, mas aqui não admite. O PODEMOS é o partido que mais vota com Bolsonaro e sabe quem tá lá? Eduardo Braide!” (Rubens);</p> <p>“Entender de saúde não é destinar recurso de emendas para comprar equipamentos, isso é desconhecimento sobre o que é saúde”.</p> <p>Desconhecimento também quando “propõe um modelo de Clínicas de Jundiá-SP, que é uma realidade totalmente do Maranhão – lá, mais de 90% têm saneamento e plano de saúde” (Yglésio);</p> <p>“O candidato é acusado de integrar esquema de corrupção com familiares e assessores no Município de Anajatuba- MA”. “Também é acusado de colocar assessor de gabinete para trabalhar de vigilante em propriedade de sua família” (Duarte);</p> <p>“Foi presidente da CAEMA, teve oportunidade de mudar a história da CAEMA, que é quem mais provoca a poluição das praias, mas não conseguiu mudar e agora, se apresenta dizendo que vai mudar a história de São Luís” (Neto Evangelista);</p> <p>“Como deputado, por que não agiu antes para melhorar a situação da saúde em São Luís?” (Sílvio Antônio);</p> <p>“Como deputado estadual, recebia 18 salários” (Duarte); E “mesmo tendo casa própria não abriu mão de auxílio residencial” (Duarte, Neto Evangelista e Bira);</p> <p>“Diz que nunca votou contra o povo, mas votou sim: sempre apoiou as propostas de Bolsonaro, que prejudicam os trabalhadores. E também quando era o líder, no governo de Roseana” (Rubens);</p>

<b>Franklin Douglas</b>	
<i>Garantias</i>	<p><i>Conhecimento / Competência</i> técnica, como professor, jornalista, advogado e doutor formado na UFMA; “Sabemos o que fazer: temos um plano de governo elaborado por especialistas em políticas públicas e com muita participação”;</p> <p><i>Experiência como gestor</i>: “tenho experiência administrativa, fui secretário no governo Jackson Lago”;</p> <p><i>Alianças e Acessos</i>: “Vou governar junto com a população; queremos a participação permanente da população nas principais decisões”; “Vamos atuar no plano nacional, nos articularemos com outros prefeitos progressistas que atuam em defesa da democracia e dos direitos. O que nos couber por direito, iremos reivindicar. Também vamos garantir as relações institucionais com o governador e o governo federal”;</p> <p><i>Viabilidade</i>: “Eu não faço promessas, assumo compromissos e sei o que fazer com o seu voto desde os primeiros 100 dias”; “Temos as melhores e mais discutidas propostas. E pra cada uma, mostramos onde estão os recursos para realiza-las”.</p>
<i>Adversarialidades</i>	Você fica falando mal de todo mundo, mas você também já exerceu cargo de gestão, e o que você fez?” (Yglésio)
<b>Hertz Dias</b>	
<i>Garantias</i>	<p><i>Experiência /conhecimento / capacidade</i>: além da autoridade socialmente conferida à formação acadêmica, “Conhecemos e vivenciamos a realidade da classe trabalhadora”;</p> <p><i>Compromisso</i>: “Queremos governar para a classe trabalhadora, não é para os ricos”;</p> <p><i>Alianças e Acessos</i>: “sempre estivemos nos movimentos sociais; vamos buscar participação dos trabalhadores através dos Conselhos Populares”;</p> <p>“Quem vota no PSTU, sabe que é pra mudar, é para furar essa bolha que governa para a minoria” Só a luta muda a vida</p> <p><i>Viabilidade</i>: “pra tudo o que propomos, dizemos como obter os recursos: do não pagamento da dívida pública, cobrança dos grandes devedores, fim de terceirizações de obras e serviços, redução com secretarias e Câmara de Vereadores”. “Os problemas de São Luís não são isolados, daí nossa ação ser na perspectiva de superar o capitalismo”.</p>
<i>Adversarialidades</i>	

<b>Jeisael Marx</b>	
<i>Garantias</i>	<p><i>Experiência/conhecimento:</i> além da autoridade conferida pela formação acadêmica e “aluno destacado”, argumenta: “Sou preparado para governar a nossa cidade por que eu a conheço. E não a conheço de gabinetes, conheço da rua”; “Há cerca de dez anos a gente se encontra no radio e na TV para discutir os problemas da cidade”;</p> <p>“Devido à minha profissão [jornalista], conheço cada canto da cidade e as deficiências do poder público; também e por ser/ter sido usuário dos serviços públicos – educação, saúde, transporte”;</p> <p><i>Alianças e Acessos:</i> “sou independente, sem vínculos com “grupos políticos” e apoio o governador Flávio Dino”; “tenho a força popular para fazer uma gestão transformadora”;</p> <p><i>Viabilidade:</i> “simplicidade e economia para dar solução aos problemas”.</p>
<i>Adversarialidades</i>	
<b>Neto Evangelista</b>	
<i>Garantias</i>	<p><i>Conhecimento / Experiência:</i> pela formação escolar e por que “aprendi a “boa política” com o pai”; Experiência como gestor e representante: “Fui secretário de Desenvolvimento Social no Governo Flávio Dino, e lá desenvolvi programas que impactaram a vida de muitas pessoas, como a ampliação dos restaurantes populares, programa mais renda e bolsa escola”; “Estou no 3º mandato de deputado estadual”;</p> <p><i>Capacidade/Saber fazer:</i> “Em relação aos recursos do governo federal, eu vou atrás, tenho capacidade de articulação para isso, tenho 10 anos de vida pública e consegui, por exemplo, unir partidos que nem conversavam há 20 anos, o PDT e o DEM;”</p> <p><i>Alianças e Acessos:</i> “tenho ótimas relações com o governador”; “Vou fazer as parcerias com o governo estadual e federal”; “conheci de perto outras experiências, fui para Salvador-BA e fiquei lá 10 dias, com o prefeito de ACM Neto, estudando”;</p> <p><i>Reconhecimento:</i> “Tenho ótimas relações com o governador Flávio Dino. Ele me convidou para compor sua equipe e, e segundo ele disse em vários eventos, fui uma das melhores escolhas que fez para a sua equipe de governo”;</p> <p><i>Viabilidade:</i> “Não vendo sonho, eu vendo realidade”; “minhas propostas são realistas”.</p>
<i>Adversarialidades</i>	<p>“Como deputado estadual, recebia 18 salários, e no programa Fantástico [Rede Globo], ainda disse que era pouco” (Duarte);</p> <p>“Fala do que não sabe: disse que vai colocar equipamento de ultrassonografia em cada Unidade Básica de Saúde, mas não sabe que o orçamento municipal não pode bancar a compra e, sobretudo, a manutenção que esses equipamentos exigem; fala em terceirizar pacientes de urgência para o estado, quando essa função, por lei, é do Município” (Yglésio);</p> <p>“Como deputado, por que não agiu antes para melhorar a situação da saúde em São Luís?” (Sílvio Antônio).</p>

<b>Rubens Júnior</b>	
<i>Garantias</i>	<p><i>Experiência/conhecimento/capacidade:</i> “já fui duas vezes deputado estadual, duas vezes deputado federal”; “fui secretário das cidades da gestão do governador Flávio Dino, e desenvolvi vários programas para melhorar a vida do povo”;</p> <p><i>Alianças e Acessos:</i> “sempre fui do lado do governador Flávio Dino e do lado do povo”; “tenho a maior coligação da eleição”. “Eu tenho um lado e vamos fazer as parcerias”;</p> <p><i>Capacidade/Saber fazer:</i> “estou preparado, sei o que fazer”;</p> <p><i>Confiança/Reconhecimento:</i> “fui eleito três vezes o melhor deputado federal”; “já fui testado e aprovado”;</p> <p><i>Viabilidade:</i> “Temos as melhores propostas e os melhores aliados”.</p>
<i>Adversarialidades</i>	<p>“É candidato de partidos que se aliam a Bolsonaro (como o PT em 11 Municípios do estado) e apoia Flávio Dino, que expulsa a população de Cajueiro [comunidade tradicional em vias de desapropriação] em prol de grandes empresas” (Franklin);</p> <p>“Aliado do ex-presidente Lula, condenado e preso pela Lava Jato (Sílvio Antônio)</p> <p>“O legado do seu grupo é muito questionável: Flávio Dino já está no governo há 8 anos e o Maranhão continua o estado mais pobre da federação” (Sílvio Antônio);</p> <p>“Como deputado, por que não agiu antes para melhorar a situação da saúde em São Luís?” (Sílvio Antônio);</p> <p>“Esconde os bolsonaristas que estão com ele e vai para a televisão apresentando o Lula” (Franklin);</p> <p>“Rubens Júnior abandona seu mandato nas mãos do suplente Gastão Vieira, que é do PROS, que está lá em Brasília ajudando o Bolsonaro a acabar com os direitos dos trabalhadores” (Franklin)</p>
<b>Sílvio Antônio</b>	
<i>Garantias</i>	<p><i>Conhecimento/Experiência:</i> além da formação acadêmica, exalta seu longo ofício de pastor, que lhe possibilita “escutar as pessoas, conhecer a dor do povo”;</p> <p><i>Alianças e Acessos:</i> “Sou do partido do vice-presidente da República e alinhado ao presidente Bolsonaro”; “não faço conchavo político”;</p> <p><i>Compromisso:</i> “Tenho um projeto político de servir ao meu povo e à minha cidade”.</p>
<i>Adversarialidades</i>	<p>“Sérgio Moro é que disse que no governo Bolsonaro, que o Sr. apoia, não há combate à corrupção” (Rubens)</p> <p>“É muita cara de pau dizer que o Brasil está crescendo com Bolsonaro, só se for como rabo de boi, crescendo para baixo, só se for no número do desemprego (Franklin)”.</p>

<b>Yglésio Moysés</b>	
<i>Garantias</i>	<p><i>Conhecimento</i> relacionado à formação acadêmica e profissões de prestígio, médico e professor universitário, coroada com doutorado na USP. “Eu tenho um caminho de 37 anos de estudo, que me trouxe até aqui”.</p> <p><i>Experiência como representante e gestor:</i> “Coloco o meu trabalho como deputado, o que mais apresentou e aprovou projeto na Assembleia, com 100% de presença”; “Sou médico e trabalho no Socorrão há 20 anos; eu conheço a realidade da saúde de São Luís”; “Fui diretor do Hospital Socorrão I”;</p> <p><i>Capacidade / Saber fazer:</i> “a gente sabe fazer, estudamos e não apenas decoramos”; “Temos projeto, feito com muitos estudos e escutas - projeto e propósito de bem governar São Luís”;</p> <p><i>Viabilidade:</i> “Vou fazer gestão e não acordo: não vou levar os amigos ou colegas de partido para o governo, vou levar técnicos.”</p>
<i>Adversarialidades</i>	<p>“Seu partido é da base de apoio ao presidente Bolsonaro (Franklin)”</p> <p>“Homem de pouca fé. O senhor pode não conseguir fazer [renda mínima para vulneráveis], mas eu posso fazer” (Duarte);</p> <p>“Como deputado, por que não agiu antes para melhorar a situação da saúde em São Luís?” (Sílvio Antônio).</p>

Fonte: As mesmas do Quadro 3A.

As informações do Quadro 3D confirmam o traço conservador da disputa eleitoral no sentido de que, até no plano retórico, é nítida a desigualdade, pois os que acumulam recursos, vantagens ou trunfos (partidos fortes, ligações, aliados, acessos, financiamento etc.) têm mais chances de renová-los ou ampliá-los, pois os que não os têm, ou os têm insuficientemente, tornam-se praticamente invisibilizados no processo eleitoral, confirmando uma lógica que, em regra, reproduz o poder dos já estabelecidos enquanto desenvolve mecanismos de bloqueio e interdição aos novos. Atualmente, o minúsculo acesso, por exemplo, ao HGPE, aos debates e ao próprio fundo eleitoral, tem sido mitigado pelo acesso às redes sociais, mas isso não rompe com a hierarquização que essas desigualdades instauram entre os candidatos.

Considerando as *garantias*, constata-se, antes de tudo, a recorrência de elementos já mencionados na construção da autoimagem dos candidatos, um sinal de que atributos pessoais também são acionados como trunfos políticos, como garantias que avalizam capacidades e compromissos. Sendo todos os candidatos de escolaridade superior, este item foi pouco acionado como traço de distinção e, com isso, a autoridade acadêmica foi deslizando para a ênfase em profissões de prestígio social, como advogado e médico, para os cursos de pós-graduação (Yglésio, Duarte, Franklin e Bira) e méritos adi-

cionais como o “reconhecimento como melhor aluno da turma” (Jeisael) ou aprovação em muitos concursos (Yglésio).

Todos alegam conhecimento da realidade e capacidade para enfrentar os problemas, sustentando essa capacidade em experiências administrativas, sempre apresentadas como exitosas e “de resultados comprovados” (Braide, Duarte, Neto Evangelista, Rubens, Bira e Yglésio e Franklin), em vivências ou experimentação pessoal de problemas sociais (Bira, Jeisael e Hertz), ou ainda por acompanharem os sofrimentos do povo (Yglésio, Sílvio Antônio e Jeisael). E, quanto mais longevas essas experiências, mais autorizados estariam os seus titulares, a lidar com elas, como se vê na ênfase de Yglésio aos seus mais de 30 anos de Medicina; os 10 anos de atividade política de Neto Evangelista, entre outros.

Os que já têm em suas trajetórias o exercício de mandatos eletivos e gestão de cargos públicos sempre aludem a um conhecimento especial, referido ao domínio das lógicas e *modi operandi* dessas esferas, que envolve informações e acessos privilegiados, disponíveis apenas aos já inseridos nesses espaços. Outros elementos recorrentemente acionados como *garantias* são as alianças e parcerias com gestores correligionários, empresas, mas, sobretudo, com os Governo Estadual e Federal; os que possuem “trânsito” com esses agentes o alardeiam, quem não o tem se compromete com a busca de “direitos” ou com enfrentamentos para obtê-los, situação comum aos partidos que se encontram na oposição e que, por isso mesmo, são os principais

No plano das “*adversarialidades*”, os embates se concentraram entre os candidatos mais competitivos e com maior tempo no HGPE. A demarcação e polarização ideológica, muito explícita nos candidatos mais à direita (Sílvio Antônio) e à esquerda (Hertz e Franklin), foi eclipsada por terem pouco ou nenhum tempo no HGPE e por não estarem entre os favoritos nas pesquisas. Rubens nunca figurou como favorito, mas seu crescimento sistemático e o fato de ser o candidato do partido do Governador, e depois, do próprio Governador, lhe conferia projeção e visibilidade no debate, onde investia na polarização/ nacionalização da campanha, sobrevalorizando as figuras de Dino e Lula. Igualmente empenhado na nacionalização da disputa, foi também o autor de grande parte das críticas de cunho ideológico lançadas aos demais candidatos.

Braide, por sua vez, não embarcou nessa estratégia, que para ele teria um efeito de armadilha: ignorou a imputação de “bolsonarista”, privilegiando no debate público uma posição de distanciamento inclusive em relação aos Governos Estadual e Municipal, posição assemelhada à de Yglésio e Neto



Evangelista, que negavam a pertinência dessa polaridade na disputa municipal. De todo modo, e bastidores à parte, Lula e Bolsonaro foram introduzidos na disputa por parte de Rubens e Sílvio, respectivamente, mas, a julgar pelos resultados, não cumpriram o papel de grandes eleitores e transferidores de votos para seus candidatos. Bira, mesmo sendo deputado federal e tendo significativa trajetória política, acabou tendo sua campanha, assim como Yglésio, Franklin e Hertz, circunscrita a uma espécie de bolha, que era a dos seus partidários e apoiadores de antes da campanha. Entre os candidatos de menor votação, Jeisael foi que mais cresceu e adentra o campo político com reputação e votação consideráveis.

Com a aproximação do dia de votação, no primeiro e segundo turnos, cresceram as acusações, enquanto as adversarialidades ganharam um tom mais pessoal e até policial, sendo muitas delas recepcionadas pelos acusados como *fake news*, o que conduziu o pleito à judicialização, com formalização de denúncias e direitos de resposta no HGPE. Com o apoio de Flávio Dino a um dos candidatos, recrudesceu a polarização ideológica a partir das figuras do governador do Estado e do presidente da República, com imputações e refutações de alinhamentos com o Bolsonaro. Braide e Duarte, que foram para o segundo turno, tornaram-se alvos dessa rotulação, embora não tenham assumido essa condição.

A despeito da exigência legal de que os candidatos protocolizassem seus planos de governo no ato de inscrição da candidatura, os conteúdos da *disputa retórica* não se restringem às propostas inscritas nestes documentos e tampouco são fixados de modo definitivo. Esses conteúdos se (re)definem no curso da competição, nas “*adversarialidades*” e (re)posicionamentos das candidaturas conforme ranque das preferências eleitorais, indicadas nas pesquisas e que redefinem no curso da campanha os adversários principais e a agenda. Braide, por exemplo, foi o candidato mais bem colocado nas pesquisas do começo ao fim da campanha e não teve um, mas vários adversários principais, o que lhe exigia constante redirecionamento do seu foco e discurso. Entre os que disputavam a segunda posição, os desafios não eram menores: agiam para se afirmar como segundo colocado e para não deixar que o pleito se encerrasse no primeiro turno. A dinâmica dessas preferências e os resultados da disputa são observáveis no Quadro 4.

### Quadro 4. Pesquisas de Intenção de Voto e resultados da votação para Prefeito de São Luís, no 1ª turno (IBOPE<sup>16</sup>)

Candidato Data da pesquisa.	30/07- 05/08 <sup>a</sup>	12-14/09 <sup>b</sup>	21-23/10	04-06/11	11-13/11 <sup>c</sup>	RESULTADOS	
						Nº	%
Eduardo Braide	39%	43%	44%	36%	41%	<b>193.578</b>	<b>37,8</b>
Duarte Júnior	13%	14%	19%	22%	19%	<b>113.430</b>	<b>22,1</b>
Neto Evangelista	8%	10%	14%	16%	19%	<b>83.138</b>	<b>16,2</b>
Rubens Pereira	2%	2%	6%	7%	9%	<b>54.155</b>	<b>10,6</b>
Bira do Pindaré	5%	5%	3%	6%	6%	<b>22.024</b>	<b>4,3</b>
Sílvio Antônio	-	- <sup>d</sup>	NP	1%	2%	<b>16.070</b>	<b>3,1</b>
Jeisael de Jesus	2%	2%	2%	2%	2%	<b>14.144</b>	<b>2,7</b>
Yglésio Moysés	1%	1%	1%	1%	1%	<b>9.816</b>	<b>1,9</b>
Franklin Douglas	NP	1%	1%	1%	1%	<b>3.502</b>	<b>0,7</b>
Hertz Dias	NP	NP	1%	1%	NP	<b>2.173</b>	<b>0,4</b>
Branços / Nulos	9%	8%	5%	3%	-	-	-
Não sabe/Não respondeu	6%	8%	4%	3%	-	-	-

Fonte: IBOPE e TSE

A - Também foram citados: Wellington do Curso, 9%; Adriano Sarney, 3%;

Detinha, 2% e Madeira, 1%.

b - Adriano Sarney, 4%; Carlos Madeira, 2%;

c - Apenas os votos válidos.

d - Candidatura ainda não divulgada.

A série de pesquisas de intenção de voto aponta a liderança de Braide ao longo de todo o processo, assim como Duarte, em segundo lugar e Neto Evangelista, em terceiro. O quarto lugar iniciou ocupado por Bira, logo ultrapassado pelo postulante Rubens, o qual, mesmo mantendo um escore baixo, foi o candidato que mais cresceu; Sílvio Antônio, Jeisael, Yglésio, Hertz e Franklin se mantiveram com poucas escolhas, embora os três primeiros as tenham ampliado. Na reta final, a pesquisa capta um embaraço, com Duarte e Neto Evangelista na segunda posição, enquanto Rubens, mesmo em quarto lugar, nunca foi ignorado, afinal, era o candidato do partido do Governador, fato que, junto ao seu desempenho na disputa retórica, reforçava a incerteza de resultados. Cotejando as tendências captadas nas pesquisas com os resultados, nota-se que não houve surpresa, embora o último levantamento tenha superestimado as preferências por alguns candidatos (Braide, Neto Evangelista e Bira) e subestimado as chances dos demais. Braide e Duarte foram os mais votados, mas, sem maioria absoluta, a decisão foi para o segundo turno.

## 6. SEGUNDO TURNO

16 Diversas instituições fizeram pesquisas de intenção de voto em São Luís. Aqui, por escassez de espaço, utilizaremos apenas as de uma instituição, do IBOPE, que possui série completa para o período, aplicando o mesmo método: pesquisa amostral, com nível de confiança de 95%, margem de erro de 3 pontos percentuais para mais ou para menos e registro no Tribunal Regional Eleitoral.

O segundo turno é momento de reposicionamento dos agentes, começando pelos candidatos que não passaram para esta etapa. Jeisael, Franklin e Hertz optaram pelo voto nulo; Neto Evangelista, Sílvio Antônio e Yglésio apoiaram Braide; Rubens e Bira acompanharam o governador Flávio Dino no apoio a Duarte. O propalado “condomínio” guiado pelo Governador não sobreviveu ao primeiro teste, a despeito do imediatismo com que Dino demarcou o seu lado na disputa, apoiando Duarte.

O apoio do Governador a Duarte, contudo, foi contrabalançado pelo perseverante favoritismo de Braide, que recebia novos apoios, como o MDB, da ex-governadora Roseana Sarney, senador Roberto Rocha, vários vereadores recém eleitos, deputados estaduais e federais, até personalidades externas, como os atletas Bebeto e Romário, deputado estadual e senador pelo Rio de Janeiro, ambos do mesmo partido de Braide, que contou também com o significativo apoio da médica Clay Lago, viúva do ex-governador Jackson Lago e herdeira simbólica do PDT<sup>17</sup>.

Hoje, o principal dirigente do PDT é o senador Weverton Rocha, eleito com apoio de Flávio Dino, e entusiasta da ideia de vir a ser governador, no 1º turno, foi animado apoiador de Neto Evangelista, mas, no 2º turno, não se manifestou. No segundo turno cresceram as “*adversarialidades*” e acusações recíprocas entre os concorrentes, chegando às vias da judicialização.

A ostensiva presença do governador Flávio Dino, PCdoB e PT, na campanha de Duarte reacendeu o tema da polarização ideológica e nacionalização da disputa, não nos termos de esquerda/direita, mas pró e contra Bolsonaro. Braide, porém, mesmo sendo de partido da base de apoio do Presidente e tendo recebido declarado apoio do candidato Sílvio Antônio e de grupos assumidamente de direita, não fez do bolsonarismo uma bandeira, limitando-se a manifestação do tipo: “eu não sou inimigo do governo federal como ele [Duarte] é” ou: “eu tenho boas relações com o governo federal”. Por sua vez, Duarte afirma em tom acusatório que “Braide é bolsonarista”, enquanto de si próprio garantia: “eu sou do partido Republicanos, que tem como vice-presidente da Câmara dos Deputados Marcos Pereira, que tem acesso ao governo federal”.

Exceto pela figura do governador Flávio Dino, reconhecido como de esquerda e crítico do presidente Bolsonaro, a polarização esquerda/direita, pró ou contra Bolsonaro, pelo menos para os candidatos, não configurou uma

---

17 Informações sobre aliados foram extraídas do HGPE, Debate 2º turno - Band Maranhão, acessado em 20/01/2021, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qa6L83S55NI>. Sobre aliados de Braide, acrescente-se a página do *instagram* com a *hashtag* #todomundoé19).

clivagem na disputa. Predominou a concorrência de lideranças locais pelo reforço às suas posições, tendo saído mais fortes do pleito Braide e Duarte, enquanto a posição do Governador soou ambígua, pois seu candidato foi derrotado, mas participou do mérito de alavancar a candidatura de Rubens no primeiro turno, a despeito da sua breve e tardia entrada na campanha, e de dobrar a votação de Duarte entre o primeiro e o segundo turno, enquanto o incremento dos votos de Braide foi discreto, apesar da grande quantidade e projeção dos seus novos aliados.

### Quadro 5. Eleições para Prefeito de São Luís - resultados do 2º turno

Candidato a Prefeito e Vice-Prefeito/a	Partido	Votação		Crescimento %
		Nº	%	
Eduardo Braide Esmênia Miranda	PODEMOS	193.578	55,5	46,8
Duarte Júnior Fabiana Vilar	Republicanos PL	113.138	44,5	98,0

Fonte: dados do TSE

A vitória de Eduardo Braide não se configura como uma surpresa, vez que seu favoritismo se manteve ao longo de toda a campanha. Considerando, porém, as forças que lhe fizeram oposição, também não se pode dizer que sua vitória seria inelutável. Entre as razões da sua vitória, destacamos seis aspectos.

1) Sua trajetória política ascendente, com passagens por vários cargos eletivos e da gestão; 2) Denso trabalho de base, sedimentado em campanhas anteriores para deputado e, sobretudo, para prefeito de São Luís, em 2016, quando, em segundo turno, obteve 46% dos votos e forte *recall*; sedimentado também na constituição de redes de contatos, alianças e acessos, favorecidas pela sua atuação como gestor de órgãos públicos e alocador de emendas parlamentares, as quais lhe possibilitam seletiva e discricionária distribuição de recursos para manter ou ampliar as suas bases de apoio; 3) seus principais oponentes se apresentaram muito divididos e com bases de apoio fragmentadas desde o primeiro turno; 4) eficiente estratégia de sustentação da disputa retórica com equilíbrio, esquivando-se de polêmicas que pudessem comprometer seu favoritismo; 5) mesmo sem se reivindicar, Braide é um herdeiro de família de políticos tradicionais, com histórico de muitos mandatos eletivos, o que lhe possibilitou, além de bases eleitorais de herança, intensa e extensa familiaridade com o universo político e círculos de “convívio” privilegiado

para fins políticos e eleitorais; e 6) o perfil pouco agregador do seu concorrente no segundo turno, o que lhe permitiu atrair aliados com maior capacidade de influência e transferência de votos, precipitando inclusive cisões na base de apoio do governador Flávio Dino.

Junto com Eduardo Braide, Esmênia Miranda, mulher, negra, professora e militar, vinda do interior do Estado e sem destacada presença pública, estreia a sua participação na arena eleitoral sendo eleita vice-prefeita da principal cidade do Estado.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além da gestão municipal pelos próximos quatro anos, muitas questões estiveram em disputa nas eleições municipais de 2020: realizar uma eleição politicamente legítima e sanitariamente segura; a corrida de novos agentes à condição de liderança política no Estado; disputas nacionais na eleição local e composição de arranjos políticos para as eleições de 2022.

Apesar da pandemia, as eleições transcorreram com elevado grau de mobilização de candidatos e partidos e o esperado aumento da abstenção eleitoral se confirmou, mas em escala menor do que o imaginado. Reduzido impacto também se verificou no padrão de campanhas, feita com aglomerações, indiferentemente às recomendações das autoridades sanitárias. A rigor, e surpreendentemente, a pandemia quase esteve ausente da campanha, apareceu apenas em raras menções em planos de governo de alguns candidatos, provocações da imprensa, infecção de vários candidatos e autoridades, e a multiplicação de casos no período pós-eleitoral.

O traço mais marcante e inusitado da campanha foi a estratégia de neutralidade por parte de dois “grandes eleitores”: o Prefeito e o Governador do Estado. O primeiro, sendo poupado de críticas por todos os candidatos mais competitivos, não apoiou qualquer candidatura, preservando, assim, boas relações com todos e evitando que sua gestão fosse colocada em discussão; o Governador se manteve “neutro” até a reta final do primeiro turno, quando assumiu o apoio ao candidato do seu partido (PCdoB) e, no segundo turno, abraçou prontamente a candidatura de Duarte. Causou estranheza que o grupo liderado pelo Governador se apresentasse ao pleito fragmentado em várias candidaturas, estratégia que resultou em derrota, se não desse campo, certamente do seu líder, cujas bases de apoio se esgarçaram em fraturas e rachas de desdobramentos imprevisíveis, projetando para o cenário eleitoral de 2022 um quadro mais tendente à concorrência do que à cooperação e impactando a própria liderança do governador Dino, cujas bases, como visto,

têm pouca coesão e farta heterogeneidade, com integrantes disputando entre si posições de prestígio e poder antes monopolizadas pela família Sarney.

Embora sem capacidade de constituir uma candidatura unificada sequer para o segundo turno, todos os candidatos da base de apoio do Governador procuraram extrair dividendos da aliança com ele e de sua popularidade, reafirmando vínculos políticos, administrativos e pessoais. Essa “comunhão” de todos com Dino teve, porém, o efeito de neutralizar sua influência no primeiro turno; e, no segundo, quando o esperado seria a unificação em torno de uma candidatura da “base aliada”, novamente prevaleceu a divisão entre duas candidaturas. Isto sinaliza que as disputas para fora e para dentro desse grupo estão bem vivas e com alertas de erosão, neste momento em que já se precipitam as disputas de 2022. Esse panorama foi bem captado por Braide, que iniciou seu discurso da vitória creditando a sua força e significado ao fato de esta ter se dado “contra o Palácio dos Leões”, sede do Governo Estadual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Avritzer, L. (2020a). *Eleições municipais de 2020 serão menos ideológicas*. Acesso em 10 de 11 de 2020, disponível em Observatório das Eleições: <https://observatoriodaseleicoes.com.br/eleicoes-municipais-de-2020-serao-menos-ideologicas/>

Avritzer, L. (2020b). *Política e antipolítica - a crise do governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia (e-book).

Bira, Duarte, Eduardo Braide, Hertz Dias, Jeisael, Neto Evangelista, Franklin, Rubens Jr., Silvio Antônio, Yglésio Moysés. Planos de governo dos candidatos à prefeitura de São Luís (2020). São Luís, MA: TSE. Recuperado de: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2020/2030402020/09210/candidatos>

Borges, A. (2020). “Governo municipal e primeiros enfrentamentos à pandemia da COVID-19 em São Luís/MA”, publicado no sítio eletrônico do NEPOL. Recupera de: <https://nepoluff.wordpress.com/2020/04/14/governo-municipal-e-primeiros-enfrentamentos-a-pandemia-da-covid-19-em-sao-luis-ma/>

Bourdieu, P. (2011). O campo político. *Revista brasileira de Ciência Política*.

Braga, S., Leine, P., & Sabbag, G. (2017). Partidos e representação na política local: perfil e vínculos político-partidários dos vereadores paulistas. *Colombia internacional* (91).

Codato, A., Cervi, E., & Perissinotto, R. (2013). Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. *Cadernos Adenauer XIV*.

Costa, W. C. (2006). *Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney*. São Luís: EDUFMA.

Figueiredo, R. (2000). (Org.) *Marketing Político e Persuasão Eleitoral*. São Paulo: Fundação

Konrad Adenauer.

Gonçalves, M. d. (2000). *A reinvenção do Maranhão dinástico*. São Luís: UFMA/PROIN.

Gonçalves, M. d. (2008). *A invenção de uma rainha de espada: reatualizações e embaraços da dinâmica política do Maranhão Dinástico*. São Luís: Coleção Dissertações e Teses do CCSO/UFMA; EDUFMA.

Grill, I. G. (2008). Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. *Revista de Sociologia e Política*.

Kuschnir, K. (2000). *O Cotidiano da Política*. Rio de Janeiro: Zahar.

Mayhew, D. (1974). *Congress: the electoral connection*. New Haven: Yale University Press.

Palmeira, M., & Goldman, M. (1996). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

Rodrigues, L. M. (2002). *Partidos, Ideologia e Composição Social – um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Singer, A. (2012). *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.

Weber, M. (2011). *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix.

# 10. ELEIÇÕES, GOVERNISMO E PÓS-CARLISMO EM SALVADOR: UMA ANÁLISE DA VITÓRIA DE BRUNO REIS NAS ELEIÇÕES DE 2020

Cláudio André de Souza<sup>1</sup>

## 1. CANDIDATURAS

Este capítulo explora de forma panorâmica o resultado das eleições municipais de 2020 em Salvador (BA), em especial, a vitória expressiva de Bruno Reis (DEM), vice-prefeito e candidato a sucessão do Prefeito ACM Neto (DEM). Sem menos importância, torna-se fundamental contextualizar a ascensão de ACM Neto como uma nova liderança *pós-carlista* na Bahia e as suas estratégias eleitorais contingentes, frente a debacle do carlismo com a derrota nas eleições de 2004 em Salvador e de 2006 para o PT no Estado, seguido do falecimento do ex-senador Antônio Carlos Magalhães (ACM) em 2007, o que provocou um rearranjo das forças carlistas, provocando processos adaptativos de uma elite política longeva em um contexto subnacional (Pereira, 2017).

A organização do sistema representativo nas democracias contemporâneas depende essencialmente das eleições e da atuação dos partidos políticos, que selecionam candidatos e dão vida a representação política de fato (Katz & Mair, 1993; Manin, Przeworski & Stokes, 2006). Não há como analisar um resultado das eleições sem considerar que as instituições, em especial os partidos políticos, agem em torno da complexidade que são as relações entre sociedade civil e sociedade política para além do período eleitoral (Dagnino, 2006) e são atores centrais na condução de estratégias e decisões no âmbito das disputas eleitorais, bem como no exercício do mandato conformado na relação entre representante e representados.

A centralidade dos partidos adquiriu novas nuances com a estabilidade do sistema partidário brasileiro e a capacidade governativa do sistema

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais (UFBA) e Professor de Ciência Política da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês (São Francisco do Conde/BA). Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC) da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: [claudioandre.cp@gmail.com](mailto:claudioandre.cp@gmail.com)



político brasileiro (Figueiredo & Limongi, 1999), o que também decorreu a partir das estratégias de “aninhamento” da competição local com as eleições presidenciais centradas em dois partidos – PT e PSDB – e consolidadas pelas dinâmicas institucionais do presidencialismo de coalizão (Melo, 2010).

Este trabalho está dividido em três partes: em primeiro lugar, buscamos compreender a trajetória do carlismo na Bahia, propondo o conceito de *pós-carlismo* enquanto marco temporal de reconfiguração do grupo sob a liderança atual de ACM Neto. A segunda parte enfatiza a trajetória e as estratégias da carreira política de ACM Neto até a conquista da Prefeitura de Salvador em 2012 e a sua reeleição em 2016. Por fim, analisamos as eleições municipais de Salvador em 2020 com a eleição de Bruno Reis (DEM) sob um contexto de forte governismo e apoio político, além de uma aprovação e popularidade da gestão municipal que foram fatores decisivos para a eleição do então vice-prefeito de Salvador.

## 2. O CARLISMO E O PÓS-CARLISMO NA BAHIA

O processo de consolidação democrática do Brasil coexistiu com o advento do carlismo, uma política *baiano-nacional* com aspirações modernizantes, coordenada por uma elite regional (Dantas Neto, 2003). O carlismo viveu o seu apogeu antes da democratização ao longo das décadas de de 1980 e 1990, sob o poder monocrático de ACM no cenário local baiano, mas também sob influência de um conjunto de atores no âmbito nacional, seja dentro do Partido da Frente Liberal (PFL) ou na partilha de cargos dos governos Sarney (1985-1989), Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e FHC (1995-2002). Antes desse período, sob a liderança de Juracy Magalhães (alçado ao poder na Bahia desde o período getulista), o regime militar nomeara em 1966 Luís Viana para o Governo do Estado e ACM para a Prefeitura de Salvador, momento fundamental da sua carreira política, resultando de forma subsequente a sua nomeação para Governador do estado em 1971, chegando em seguida a ser nomeado para a presidência da Eletrobrás em 1975, depois de ter fracassado no ano anterior na indicação do seu sucessor para o Governo estadual, assistindo a vitória de uma ala “anti-carlista” dentro da ARENA, mas que paradoxalmente selou o fortalecimento do carlismo no cenário nacional.

Segundo Paulo Fábio Dantas Neto (2003), podemos definir o carlismo como uma **política** inserida na arena estatal e do mercado de forma híbrida e centrada na figura do “chefe”. O retorno de ACM em 1978 ao Governo estadual decorre de um acordo arenista que contemplou diversas alas do partido

que tinha um amplo trânsito na elite baiana. As duas décadas seguintes são marcadas pela hegemonia do carlismo no âmbito local e com forte influência no cenário nacional, apesar do revés em 1986, quando o candidato de ACM, Josaphat Marinho (PFL), perde a eleição ao governo do Estado para Waldir Pires (PMDB), que obteve uma vitória expressiva com 66,95% dos votos válidos. Nesta eleição, Luís Eduardo Magalhães (PFL), filho de ACM, foi o deputado federal mais votado da Bahia aos 31 anos de idade. Estreante na Câmara, Luís Eduardo já tinha dois mandatos seguidos na Assembleia Legislativa da Bahia, sendo presidente da Casa de 1983 a 1985.

A chegada de Luís Eduardo a Brasília cumpria o objetivo de o carlismo ganhar ainda mais densidade no plano federal, além da intenção explícita de ACM dar ao filho mais “quilometragem” na política dentro do grupo carlista, preparando-o para voos mais altos, algo planejado em uma carreira política que se iniciou aos 18 anos, quando assumira em 1973 um cargo diretamente ligado ao gabinete do seu pai, então governador da Bahia.

A adesão do carlismo às instituições democráticas a partir da redemocratização ganhou contornos paradoxais. No plano local, a retomada do poder com a vitória de ACM em 1990 ao Governo do Estado com 50,71% reconduz o carlismo para o seu caminho hegemônico no plano local. Já no plano nacional, a Presidência da Câmara dos Deputados (1995-1997) conduziu Luís Eduardo ao centro das estratégias políticas do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), decorrente, em grande parte, do tamanho político do PFL, que conquistou nas eleições de 1994 a segunda maior bancada da Câmara, elegendo 89 deputados. Em 1994, ACM se elegeu Senador e Luís Eduardo se reelegeu como o Deputado Federal mais votado da Bahia com 138.084 votos (4,75%).

O caminho de Luís Eduardo já estava traçado e corria a solta nos bastidores da política em Brasília: ser candidato a governador da Bahia em 1998 e provável pré-candidato à sucessão de FHC em 2002. O trágico falecimento de Luís Eduardo em abril de 1998 interrompeu uma linhagem sucessória em andamento no carlismo, levando ACM a projetar seu neto para herdar a carreira do tio:

[...] cinco meses depois de perder o seu herdeiro natural na política, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL) está preparando e orientando um neto para manter a família Magalhães na vida pública. Antonio Carlos Magalhães Neto, 19, coordena a “Força Jovem” da coligação “Luís Eduardo Magalhães” (PFL, PMDB, PL, PTB, PPB, PT do B, PRN, PSC). Ele é filho

de Antonio Carlos Magalhães Júnior, o presidente da Rede Bahia de Comunicação. Somente nos últimos dois meses, Antonio Carlos Magalhães Neto visitou 40 municípios, acompanhando a chapa majoritária do partido a sucessão estadual. Além de acompanhar os candidatos ao governo e ao Senado, ACM Neto discursa em quase todas as visitas. “Procuro passar aos jovens a importância de uma participação ativa na política.” “Nosso grupo tem a função de levar os ideais do PFL a juventude”, diz o neto de ACM, aluno do segundo ano de direito na UFBA (Universidade Federal da Bahia). Há pouco mais de um mês, Antonio Carlos Magalhães Neto foi escolhido para fazer o discurso de saudação ao presidente Fernando Henrique Cardoso, que visitou a Bahia em campanha política. O discurso de ACM Neto, como é chamado pelos amigos, foi assistido por cerca de 5.000 pessoas que lotaram o Centro de Convenções. Além do próprio ACM, o único integrante da família com mandato eletivo na Bahia é o deputado estadual Paulo Magalhães (sobrinho do presidente do Senado). Na vida pública desde o início da década de 50, a família Magalhães teve mais dois representantes: Angelo Magalhães (deputado federal que não conseguiu se reeleger em 94) e Luís Eduardo Magalhães, morto no último dia 21 de abril. Filho do senador Antonio Carlos Magalhães, Luís Eduardo era o candidato do PFL ao governo. Angelo Magalhães, irmão de ACM, é diretor do Desembanco (Banco de Desenvolvimento da Bahia). O outro irmão de ACM que exerce função política na Bahia é José Maria de Magalhães Neto, atual secretário estadual da Saúde. “Em algumas viagens, contei com a companhia de meu primo Luís Eduardo Magalhães Filho”, disse. O primo, 16, é filho do deputado Luís Eduardo Magalhães. Para ACM Neto, a importância do avô em sua formação política é “total”. “Meu avô é o maior político do Brasil e tenho o privilégio de aprender muito com ele.” ACM Neto costuma se encontrar pelo menos uma vez por semana com o avô. “Meu avô é muito exigente e sempre pergunta se eu estou indo bem nos estudos.” Para ACM Neto, a atividade política que passou a desenvolver com mais intensidade no começo do ano não está prejudicando sua vida pessoal. “Viajo muito, mas também tenho tempo suficiente para namorar e estudar.” Ele mantém suspense sobre uma eventual candidatura a Assembleia da Bahia, em 2002. “As coisas estão caminhando para isso, mas não posso fazer previsões.” (Folha de São Paulo, Caderno Eleições, p. 6, 30/09/1998).<sup>2</sup>

O carlismo sobreviveu ao ciclo autoritário levando adiante uma reciclagem liberal nos anos 90, sendo possível observar que “o processo não contradiz, ao contrário, realça e pereniza traços do período anterior, deixando a Bahia um legado ideológico de ‘pensamento único’, que afirma o moderno ao passo que trunca o pluralismo político”. (Dantas Neto, 2003, p. 231).

---

2 Matéria escrita por Luís Francisco, na *Folha de São Paulo*, e disponível no acervo de clipping do Senado Federal: <<http://www.senado.leg.br/noticias/OpinioPublica/inc/senamidia/historico/1998/9/zn093037.htm>> Acesso em 19/03/2021.

O carlismo soube se reciclar em um processo de conversão às instituições democráticas e liberais, mas conservou os seus principais traços quanto ao método de dominação política por meio da ocupação de espaços de poder na administração do Estado de forma autoritária, o que também ocorria com o controle e a cooptação de segmentos do mercado e da sociedade civil.

No ambiente político local pairou nos anos seguintes a morte de Luís Eduardo o fim da aura de infalibilidade do grupo carlista (Carvalho Neto, 2001), bem como a perda de recursos importantes de poder, como salienta Dantas Neto (2003, p. 239):

[...] à medida em que refluía seu peso em Brasília, começou a perder também o controle sobre importantes recursos de poder na Bahia: rompimento do PMDB; defecção de deputados; confronto com o movimento estudantil; greve radical das polícias estaduais; oposição de A Tarde, principal órgão da imprensa escrita baiana; limitação, pela Rede Globo, do uso político da sua repetidora na Bahia, propriedade da família Magalhães e perda do controle sobre o TRE e a cúpula judiciária do Estado, tudo isso formando uma cadeia de eventos erosivos, que se precipitaria sobre o cenário eleitoral de 2002. Nas urnas o desempenho refletiu a erosão. Mesmo vencendo no conjunto da Bahia, amargou derrota em Salvador e em outras das maiores cidades baianas, além de ver crescer muito a oposição de esquerda em todo o Estado.

O avanço da esquerda refletiu-se nas eleições para governador. A oposição havia perdido em 1998 de “goleada”. César Borges (PFL) foi eleito com 69,61% e Zezéu Ribeiro (PT) ficou em segundo lugar com 15,17%. Esta eleição consolidou o PT como um protagonista da oposição ao carlismo. Em 2002, a “onda Lula” e o rearranjo de forças da oposição não foram suficientes para derrotar o carlismo, que elegeu Paulo Souto (PFL) com 53,69%. Em segundo lugar ficou o então deputado federal Jaques Wagner (PT), com 38,47%. A vitória do carlismo veio em meio a um escândalo anti-republicano de ACM envolvido na fraude ao painel do Senado, o que acarretou na sua renúncia para fugir de um processo iminente de cassação do seu mandato<sup>3</sup>. O seu retorno veio justamente pelas urnas: venceu a uma das vagas ao Senado com 30,59% dos votos. Em segundo lugar, César Borges foi eleito com 27,90% dos votos.

Embora o resultado eleitoral tivesse sido favorável ao grupo carlista, a leitura feita pela oposição indicava que a hegemonia estava ruindo em um

---

<sup>3</sup> Veja mais sobre o caso nesta matéria do Senado: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2001/05/30/acm-renuncia-ao-mandato-com-criticas-ao-governo/#conteudoPrincipal>> Acesso em 23/03/2021.

processo lento e gradual. Havia o fator nacional: Lula assumira a Presidência, considerando estratégias eleitorais e as suas clivagens regionais que passavam pelo solo baiano, o que levou à nomeação do candidato derrotado Jaques Wagner para o Ministério do Trabalho e de Waldir Pires para a recém-criada Controladoria Geral da União (CGU). Gilberto Gil tornara-se Ministro da Cultura, aglutinando forças da sociedade civil baiana no interior da sua gestão, trazendo para o seio do governo a “baianidade”, sem reconhecer-lhe como um monopólio identitário do carlismo.

As fissuras carlistas ficaram mais evidentes nas eleições municipais de 2004. Havia um processo de afastamento do Prefeito Antônio Imbassahy (PFL) do seu chefe político que ficou mais latente em 2003 depois da cobrança pública de ACM quanto a posição do prefeito perante a *Revolta do Buzu*<sup>4</sup> – jornada de protestos de estudantes secundaristas e universitários contra o aumento da passagem de ônibus - o Senador entendia que o prefeito deveria agir de forma enérgica para frear a onda de protestos. O candidato escolhido por ACM para a disputa em Salvador foi o Senador César Borges (PFL) ante dois adversários que despontavam como fortes concorrentes: João Henrique Carneiro (PDT), deputado estadual e filho do ex-governador João Durval Carneiro (1983-1987) e o deputado federal Nelson Pelegrino (PT), impulsionado pelo início do governo Lula e a disponibilidade de novos recursos de poder aos aliados baianos na administração pública federal.

A lógica do binômio carlismo/anticarlismo contemplava a perspectiva de união das oposições no segundo turno, uma estratégia que visava dividir as forças no primeiro turno, o que acabou dando certo, pois, João Henrique foi ao segundo turno com 43,71% e César Borges (PFL) em segundo com 21,93% dos votos. O petista Nelson Pelegrino ficou de fora por menos de quatro mil votos de diferença e obteve 21,67% dos votos e a ex-prefeita Lídice da Mata (PSB) obteve 10,36%. O cenário do primeiro turno confirmou a tese de união das oposições e João Henrique foi eleito com 74,69%.

A derrota de 2004 por uma diferença tão significativa foi um “tsunami” nas hostes carlistas e acendeu o alerta no grupo quanto as eleições de 2006. Nas eleições municipais, a oposição aos carlistas havia aprofundado a estratégia de polarizar na maior parte dos municípios, com mais atenção as grandes cidades baianas. Para se ter uma ideia, em 2004, o PT conquistou quatro pre-

---

4 Entenda melhor a Revolta do Buzu a partir de uma publicação especial do jornal *A Tarde* em 2017: <[https://blog.ufba.br/nlpretto/files/2017/01/2017\\_01\\_22aTardeRevoltaBuzuCompleta.pdf](https://blog.ufba.br/nlpretto/files/2017/01/2017_01_22aTardeRevoltaBuzuCompleta.pdf)> Acesso em 22/03/2021.

feituas de municípios importantes com população acima de 100.000 habitantes: Alagoinhas, Camaçari, Lauro de Freitas e Vitória da Conquista.

A candidatura de Jaques Wagner foi sendo pavimentada em um ambiente adverso, já que, após o escândalo do mensalão, o petista foi deslocado em 2005 para o Ministério das Relações Institucionais, tornando-se responsável pelas articulações políticas do governo Lula. A sua liderança política no âmbito federal pavimentou a sua segunda candidatura ao Governo estadual baiano, conseguindo formar uma coligação mais ampla que tentava replicar ao máximo na esfera estadual as bases parlamentares de apoio que compuseram a coalizão do governo Lula em Brasília. Sob a força da lógica dos interesses locais, Wagner atraiu o PMDB, o Partido Verde (PV), o Partido Popular Socialista (PPS), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido da Mobilização Nacional (PMN). O PMDB, comandado pelo então Deputado Federal Geddel Vieira Lima, pleiteou indicar o candidato a vice-governador, o ex-deputado estadual Edmundo Pereira. Em outubro de 2006, Jaques Wagner foi eleito, no primeiro turno, com 52,89% dos votos, derrotando o então governador Paulo Souto, que obteve 43,03%<sup>5</sup>.

Terminava a hegemonia do carlismo em um contexto de desmantelamento do grupo. Em 2006, o ex-prefeito Antônio Imbassahy rompera com o carlismo e migrou para o PSDB, candidatando-se ao Senado, ficando em terceiro lugar com 17,97% dos votos. O vitorioso foi o ex-governador João Durval Carneiro (PDT) com 46,97%, derrotando o candidato carlista Rodolpho Tourinho (PFL), que ficou em segundo lugar com 34,45%.

Neste cenário de perda da hegemonia carlista na política baiana ACM Neto se tornara o principal líder e sucessor do avô no comando do carlismo na Bahia. O falecimento de ACM em julho de 2007 aos 79 anos<sup>6</sup> levou a um rápido processo de refundação do grupo, um processo no qual o PFL já tinha incorporado em nível nacional, levando a sua refundação como Democratas em março de 2007 e contando com a participação ativa de ACM Neto na montagem do novo partido, que passou a ser presidido por Rodrigo Maia. Na Bahia, abria-se um novo tempo pós-carlista.

---

5 Mais informações sobre as eleições de 2006 e a carreira política de Jaques Wagner na base de dados do CPDOC-FGV: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/wagner-jaques>> Acesso em 25/03/2021.

6 Mais informações sobre o falecimento de ACM no link: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL55820-5601,00-MORRE+O+SENADOR+ANTONIO+CARLOS+MAGALHAES.html>> Acesso em 25/03/2021.

### 3. ACM NETO E O PÓS-CARLISMO

ACM Neto foi eleito deputado federal em 2002 com 400.275 votos (6,7%) e reeleito em 2006 com 436.966 votos (6,65%), ambas as eleições como o deputado mais votado da Bahia. Neste período, o herdeiro natural do carlismo já vivia um processo adaptativo de transição para liderar o PFL baiano de forma pactuada com as outras lideranças políticas. Este novo pacto em torno do aprofundamento da “poliarquização” do carlismo ocorreu em um momento em que a morte de ACM coincidiu com a refundação do PFL como Democratas, isto é, havia um clima favorável a radicalização dos princípios pluralistas do partido.

Se o carlismo significou a combinação entre modernização e clientelismo sob o signo do autoritarismo, mesmo após a redemocratização do País, conceituamos aqui como *pós-carlismo* o processo temporal pelo qual ACM Neto herda o espólio político carlista já fragmentado, caminhando em direção a constituição de um novo grupo político perfilado as estratégias nacionais do novo Democratas, mas, sobretudo, com o desafio de sobreviver na competição política local, polarizando com o PT, tal qual ocorria no plano nacional. Nessa direção, o fenômeno pós-carlista também envolvia as lideranças dissidentes que passavam a ocupar outros partidos em voos solos que o realinhariam também diante dos interesses nacionais.

O primeiro desafio de Neto foi “estancar a sangria” do carlismo, conforme análise de Paulo Fábio Dantas Neto publicada pela Agência Brasil em 2008:

[...] mesmo considerando a hipótese de um segundo turno sem a presença do deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM) em Salvador, o cientista político Paulo Fábio Dantas Neto, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), disse que a campanha de ACM Neto já cumpriu o principal papel para seu grupo político: “estancar a sangria” que o “carlismo” (referência ao falecido senador e governador Antonio Carlos Magalhães, o ACM) vinha sofrendo desde que perdeu as eleições para o governo do estado, em 2006. Embora as pesquisas apontem ACM Neto ligeiramente a frente, é possível que a disputa se dê entre os candidatos Walter Pinheiro (PT) e João Henrique (PMDB), que estão empatados em segundo lugar. Isso se deve a trajetória descendente de ACM Neto e a seu alto grau de rejeição. Além de os índices de rejeição a Pinheiro e João Henrique serem bem menores que o do candidato democrata, ambos fizeram campanha com índices ascendentes de popularidade. Dantas Neto destacou, entretanto, o fato de ACM Neto ter conseguido unir novamente o “carlismo”, o que pode render frutos ao grupo nas eleições de 2010. “Ele conseguiu congrega, conseguiu estancar esse processo de divisão e se manter no



páreo para disputar as eleições em 2010”, disse. Para Dantas Neto, se ACM Neto não for para o segundo turno, a impressão será de derrota, porque ele começou na liderança, mas na verdade chegar a posição de quase ir para o segundo turno, ter papel influente na decisão das eleições e índice de votos próximo ao de quatro anos atrás, com o senador César Borges, já “é um grande feito”. Isso depois de sofrer um revés no governo do estado, com a vitória de Jaques Wagner, do PT, em 2006, destacou. “Isso não pode ser considerado totalmente uma derrota”, constatou<sup>7</sup>.

A tarefa de se candidatar um ano após a morte do seu avô e principal líder político estadual se mostrou um grande desafio para Neto pela amplitude da tarefa. Não bastava ser candidato, precisava acenar ao grupo político agora reduzido ao extremo e ao eleitorado carlista a manutenção do caráter competitivo do grupo. O cenário adverso para Neto caracterizava-se pela força do lulismo no Brasil e na Bahia com ambos os governos bem avaliados. Em Salvador, o prefeito João Henrique migrara para o PMDB comandado pelo então Ministro da Integração, Geddel Vieira Lima, que caminhava para uma ruptura com o PT como um cálculo político que o levaria a uma candidatura ao governo baiano em 2010.

O PT escolhera o deputado federal Walter Pinheiro para disputa, desembarcando tardiamente da gestão da Prefeitura em um cálculo de que a força do lulismo poderia impulsionar o partido rumo a primeira vitória eleitoral na capital baiana. No campo pós-carlista, o ex-prefeito Antônio Imbassahy tornara-se candidato a prefeito pelo PSDB em uma clara intenção de disputar a liderança do campo pós-carlista com ACM Neto.

O Democrata não foi para o segundo turno, declarando apoio a João Henrique, que venceu no segundo turno com 58,46% (ver Tabela 1). O apoio de Neto foi fundamental para a reeleição do prefeito. Nesta movimentação, o DEM retorna à Prefeitura como base aliada e se fortalece para a montagem de uma estratégia eleitoral contingente de sobrevivência para as eleições de 2010.

---

<sup>7</sup> Ver matéria completa no *link*: <<https://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/117879/cientista-politico-diz-que-candidatura-de-acm-neto-fez-carlismo-parar-de-sangrar>> Acesso em 26/03/2021.



**Tabela 1 – Resultado das Eleições a Prefeito de Salvador, 2008, TSE.**

Candidato(a)	Vice	1º Turno <u>5 de outubro de 2008</u>		2º Turno <u>26 de outubro de 2008</u>	
		Votação			
		Total	Porcentagem	Total	Porcentagem
<a href="#">João Henrique</a> (PMDB)	<a href="#">Edvaldo Brito</a> (PTB)	402.684	30,97%	753.487	58,46%
<a href="#">Walter Pinheiro</a> (PT)	<a href="#">Lídice da Mata</a> (PSB)	390.933	30,06%	535.492	41,54%
<a href="#">ACM Neto</a> (DEM)	<a href="#">Márcio Marinho</a> (PR)	346.881	26,68%	Não participaram	
<a href="#">Antônio Imbassahy</a> (PSDB)	Miguel Kertzman (PPS)	108.660	8,36%		
<a href="#">Hilton Coelho</a> (PSOL)	Lucas Ribeiro (PSTU)	51.196	3,94%		
<b>Total de votos válidos</b>		<b>1.300.354</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.288.979</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: TSE e Wikipedia.

ACM Neto se reelegeu deputado federal em 2010 com menos votos do que nas eleições anteriores, mas continuou sendo o deputado mais votado pela Bahia, com 328.450 votos (4,91%), dos quais 134.360 foram em Salvador, equivalendo a 11,89% dos votos totais válidos na capital baiana. Nesta eleição, Jaques Wagner ampliou a hegemonia do PT no Estado, reelegendo-se com 63,83%. Paulo Souto (DEM) ficou em segundo com 16,09% e Geddel Vieira Lima (PMDB) com 15,56%, desenhando um novo padrão *tripolarizado* de competição eleitoral na Bahia (Dantas Neto, 2010).

Este resultado credenciou Neto a organizar a sua campanha a prefeito para 2012. A gestão de João Henrique fracassava na percepção dos eleitores, sendo que apenas 20% dos soteropolitanos aprovavam a gestão do prefeito. Outros 39% dos entrevistados avaliaram seu governo como regular. Já para 39%, a gestão do prefeito foi considerada ruim ou péssima. Em índice de popularidade que vai de zero (reprovação total) a 200 (aprovação absoluta), o prefeito de Salvador ficou com 81 pontos, segundo pesquisa do Datafolha publicada em 2010<sup>8</sup>. Esta avaliação se coaduna com um momento de para-

8 Mais informações sobre a pesquisa, leia esta matéria do Jornal A Tarde: <<https://atarde>.

lisação decisória da Prefeitura, em parte decorrente de uma crise política proveniente da ruptura entre João Henrique e Geddel Vieira Lima, conforme análise de Vandson Lima para o *Valor Econômico*:

[...] a Prefeitura de Salvador está travada. Com uma dívida de R\$ 131 milhões junto ao INSS, rombos consecutivos em suas contas e uma delicada conjuntura política, que promove uma frenética dança das cadeiras no secretariado local, não consegue apresentar projetos ou oferecer qualquer contrapartida para firmar convênios com o governo federal. Além disso, está inscrita no Cadastro Único de Convênio (Cauc), que indica os municípios impedidos de receber recursos federais. Tais fatores impedem a chegada de R\$ 160 milhões empenhados pela União ao município. Com as contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas local (TCM), com que trava uma guerra judicial, o prefeito João Henrique (PP) convive ainda com a ameaça de cassação de seus direitos políticos pelos próximos oito anos. Em sua terceira sigla desde que assumiu a prefeitura, em 2004, João Henrique já teve no primeiro escalão de seu governo PSDB, PT e PMDB, que hoje advogam a condição de seus opositores. “João Henrique traiu miseravelmente todos os que estiveram com ele”, diz Geddel Vieira Lima (PMDB), vice-presidente da Caixa Econômica Federal e terceiro colocado na eleição para governador da Bahia. Cada nova vestimenta partidária do prefeito provoca mudanças no quadro de secretários. Nem a prefeitura sabe informar quantos nomes já passaram pelo governo - especula-se em torno de 60. No início do ano, 6 dos 11 secretários foram trocados. Em seis anos, foram quatro chefes de Fazenda, sem contar os provisórios. Na Saúde, três secretários em oito meses. Aprovadas com ressalvas por quatro anos consecutivos, as contas da prefeitura de 2009 foram rejeitadas pelo TCM. Em seu relatório, o tribunal afirma que o governo soteropolitano investiu menos do que manda a lei em Educação, gastou mais de R\$ 4 milhões em multas por atrasos em pagamentos e aumentou a dívida do município, que saltou de R\$ 1,5 bilhão em 2009 para R\$ 1,8 bilhão em 2010, segundo a Secretaria da Fazenda de Salvador. Embora abaixo do limite de 120% da receita, estabelecido pela resolução do Senado, a dívida cresceu 43,38% em relação a 2008, segundo o TCM. Nos dois últimos anos Salvador fechou as contas no vermelho, com déficits de R\$ 217 milhões em 2009 e de R\$ 276 milhões em 2010. Por meio de uma liminar, o prefeito conseguiu impedir, por ora, que o parecer do TCM chegue a Câmara dos Vereadores. Resolvido o imbróglio jurídico, se os vereadores corroborarem a avaliação do TCM, João Henrique se tornará inelegível até 2020. A situação de descontrole fiscal levou a prefeitura a adotar, em janeiro, um contingenciamento, de R\$ 600 milhões no orçamento de 2011, do qual só ficaram livres as Pastas de Educação e Saúde. O quadro de terceirizados foi diminuído em 3406 funcionários. “Criamos uma coordenadoria para fiscalizar os grandes contribuintes, que são cerca de 400 e responsáveis

---

[uol.com.br/politica/noticias/1115399-datafolha:-joao-henrique-e-pior-prefeito-e-wagner-e-bem-avaliado-como-governador](http://uol.com.br/politica/noticias/1115399-datafolha:-joao-henrique-e-pior-prefeito-e-wagner-e-bem-avaliado-como-governador)> Acesso em 25/03/2021.

por 70% da arrecadação”, diz o secretário de Fazenda, Joaquim Bahia. (*Valor Econômico*, 17/05/2011, Especial, p. A12)<sup>9</sup>.

A crise política instaurada no governo João Henrique ajudou a aglutinar as forças de oposição ao PT em torno da candidatura de ACM Neto nas eleições de 2012. As greves dos Policiais Militares e dos Professores provocaram uma crise política no governo Jaques Wagner, levando a um afastamento político destas categorias profissionais e gerando uma perda de capital eleitoral decisiva para a derrota do candidato petista Nelson Pelegrino. Além disso, o STF iniciou o julgamento dos 38 réus do escândalo do “mensalão” no dia 2 de agosto de 2012, ou seja, dentro do período de organização das campanhas eleitorais e que contou com ampla repercussão midiática em todo o país.<sup>10</sup>

No primeiro turno, ACM Neto obteve 40,17% dos votos e Nelson Pelegrino (PT) alcançou 39,73% em um cenário bastante polarizado. A força do lulismo e a estabilidade “coalizacional” do governo Dilma Rousseff somada aos recursos de poder da administração estadual de Jaques Wagner influenciaram a montagem de uma ampla coligação de 15 partidos dando apoio a Pelegrino (PP/PDT/PT/PTB/PR/PSDC/PHS/PMN/PTC/PSB/PRP/PPL/PSD/PCdoB/PTdoB). Já ACM Neto reuniu 5 partidos (PTN/PPS/DEM/PV/PSDB).

No segundo turno, Pelegrino recebeu o apoio do Bispo e Deputado Federal Márcio Marinho (PRB), que conquistou 6,51% dos votos no primeiro turno e do empresário, radialista e ex-prefeito Mário Kértész (PMDB), que obteve 9,43% dos votos e precisou romper com o partido antes de formalizar o seu apoio pessoal ao petista (Geddel Vieira Lima apoiou ACM Neto). Mesmo assim, os votos penderam para ACM Neto, que se elegeu com 53,51% ante 46,49% de votos para Pelegrino.

Durante a campanha, o lema da chapa de Neto foi “É hora de defender Salvador”, narrativa que depois ganhou corpo nos discursos de posse do novo prefeito e ao longo das semanas seguintes ao início da gestão, que contou com a incorporação de outros partidos à base aliada, sendo que ACM Neto soube conduzir diretamente no “varejo” os compromissos de apoio dos vereadores eleitos e que passaram a compor a sua base aliada na Câmara Municipal.

---

9 Matéria completa disponível no link: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/464984/noticia.htm?sequence=1>> Acesso em 22/03/2021.

10 Mais informações sobre o julgamento podem ser analisadas nesta matéria do G1: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/12/supremo-conclui-julgamento-do-mensalao-apos-quatro-meses-e-meio.html>> Acesso em 24/03/2021

A repaginação do carlismo como *pós-carlismo* veio na condução de nomes para o secretariado com um perfil experiente com passagem por administrações carlistas, mas também com quadros jovens na faixa etária do prefeito, que assumiu a gestão soteropolitana com 33 anos de idade. A mescla de quadros mais jovens com lideranças experientes não deixou de contemplar os partidos políticos nas secretarias e no segundo escalão. Além disso, as relações de poder entre Prefeitura e sociedade civil ganharam novos contornos no planejamento de um conjunto de políticas públicas, que foram “enfileiradas” atendendo a públicos distintos da Capital baiana, gerando um sentimento de “casa arrumada” e de eficiência da gestão, o que resultou no título de “melhor prefeito do Brasil” e avaliação positiva da gestão para 51% dos entrevistados, conforme pesquisa Vox Populi realizada em 2014.<sup>11</sup>

A vitória de Rui Costa (PT) para o Governo do Estado em 2014 mostrou que os petistas mantinham um forte apoio de bases eleitorais na Capital baiana, obtendo 42,04% ante 41,20% para Paulo Souto (DEM). Em 2002, Jaques Wagner tivera 56,93%, mantendo esta margem em 2006, conquistando 56,71% dos votos na Capital e ampliou a margem em 2010 para 64,29%.

O desempenho eleitoral do PT no Estado envolveu o sucesso de uma aliança com o PP e o PSD no compartilhamento de poder entre as forças políticas em torno dos cargos majoritários (vice-governador e Senado) e de controle das secretarias e da Presidência da Assembleia Legislativa a partir de 2017.

O cenário político que antecedeu as eleições municipais de 2016 foram marcadas por um “apocalipse” institucional: a) Operação Lava Jato impactando diretamente o PMDB, o PP e o PT ao longo dos anos de 2014, 2015 e 2016; b) o fim do financiamento empresarial para campanhas eleitorais e instauração de um fundo eleitoral; c) amplos protestos de rua contra e a favor do governo da presidente Dilma Rousseff e, por fim, d) *Impeachment* da presidente Dilma Rousseff em abril de 2016.

ACM Neto manteve na primeira gestão altos índices de aprovação do seu governo. Em pesquisa do instituto Paraná Pesquisas realizada na Bahia, o prefeito teve 84,7% de aprovação da sua gestão em outubro de 2015<sup>12</sup>, acima

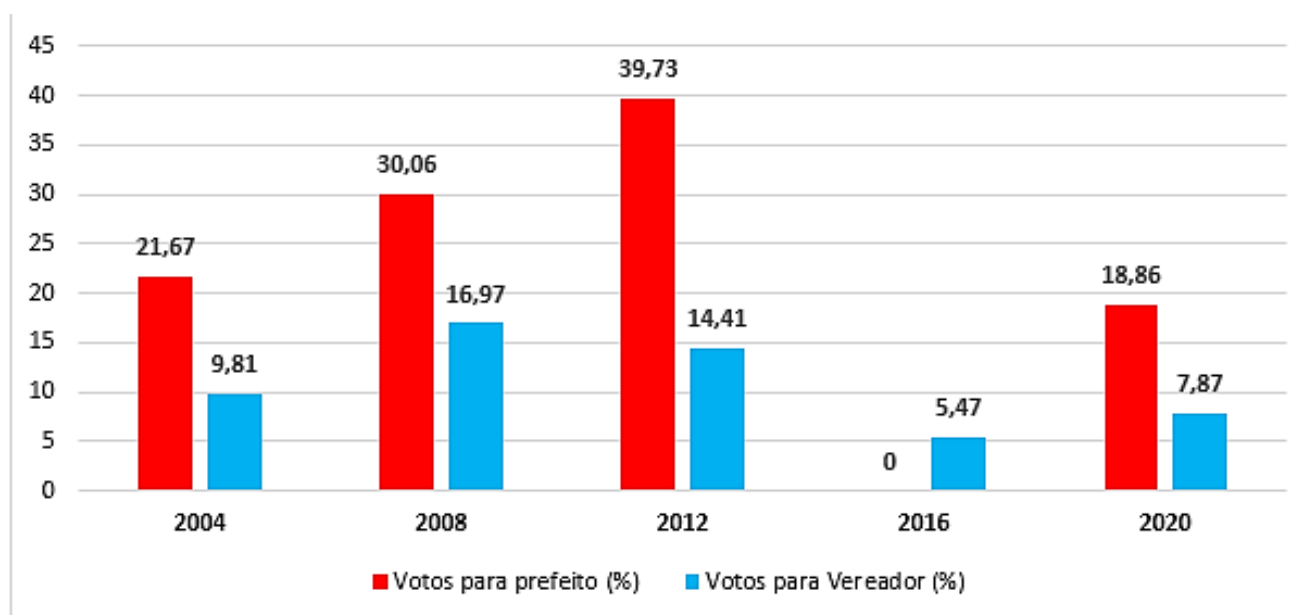
11 Ver mais detalhes sobre a pesquisa no link: <<https://www.jornalgrandebahia.com.br/2014/12/desempenho-de-acm-neto-no-comando-da-prefeitura-de-salvador-anima-magalhistas/>> Acesso em 26/03/2021.

12 Mais informações na matéria publicada no BNews: <<https://www.bnews.com.br/noticias/politica/politica/127160,aprovacao-de-rui-sobe-para-59-5-e-acm-neto-vai-a-84-7.html>> Acesso em 26/03/2021

dos 82% registrado em pesquisa de julho daquele ano. Na mesma pesquisa, a aprovação do governador Rui Costa foi de 59,5%.

A pesquisa Ibope (registro no TRE nº 02257/2016) de agosto de 2016 colocava o prefeito ACM Neto com 68% de intenção de votos, Alice Portugal (PCdoB) com 8% e Pastor Sargento Isidório (PDT) com 6%. O PT baiano com aval do governador Rui Costa decidiu não lançar candidatura em Salvador depois de cinco eleições seguidas apresentando candidatos (1996-2012), o que se revelou como uma estratégia previsível de reduzir os danos políticos ao partido ao retirar-se da disputa para promover um partido historicamente aliado. Conforme gráfico abaixo, é possível observar a queda de votos no partido no primeiro turno de 2012 a 2020, uma perda significativa também observada na votação para vereador. Em 2012, o partido conquistou 16,97% dos votos para vereador e em 2016 teve uma pequena queda, alcançando 14,41% dos votos ao Legislativo. Além de não lançar candidatura, os petistas tiveram somente 5,47% dos votos para vereador sem grande mudança nas eleições de 2020, quando obteve 7,87% dos votos para o Legislativo soteropolitano.

**Quadro 2 . Porcentual de votos no PT em Salvador (BA) - 1º Turno**



A ampla vitória de ACM Neto sobre os adversários revelou a força da gestão do prefeito no que se refere à capacidade de gerar ações e resultados reconhecidos por segmentos diferentes da sociedade civil soteropolitana. Neto venceu em todas as zonas eleitorais, alcançando 73,99% contra 14,55% de Alice Portugal (PCdoB) e 8,61% de Pastor Sargento Isidório (PDT).

A liderança política em tempos pós-carlistas assumira estratégias institucionais dentro do *script* previsto diante da institucionalização do nosso sistema partidário (MELO, 2010), assim como soube manter governabilidade

como a capacidade de produzir adesão as ações institucionais (KINZO, 1997) e apoio no tocante à representatividade dentro do ambiente societário. A liderança pós-carlista de ACM Neto envolve a aceitação das regras do jogo (democrático) de competição política negadas pelo carlismo hegemônico “raiz” do seu avô, conduzindo a sua liderança sob a articulação de forças societárias ambientadas na interface entre governo e elite econômica da cidade voltada para o mercado. Isso não reduz a montagem exitosa de estratégias e alocações de recursos e políticas públicas em áreas mais vulneráveis da Capital baiana, gerando um comando político compartilhado na relação com os vereadores – que, em geral, respondem pelo domínio de bases eleitorais relevantes localizadas nos grandes bairros de Salvador – gerando governabilidade e apoio político direto em áreas de grande concentração de eleitores soteropolitanos, o que se refletiu diretamente na montagem de uma coligação muito mais ampla do que a registrada em 2012. A chapa “Orgulho de Salvador” contou com 15 partidos e 541 candidatos a vereador (DEM / PSDB / PMDB / PSC / PV / PPS / PTC / PSDC / PTdoB / PHS / PRB / SD / PEN / PMB / PTB), conquistando em 2016 quase o dobro de votos obtidos no primeiro turno da eleição anterior. Em tempos pós-carlistas, ACM Neto consolidou a sua liderança à frente de um novo grupo repaginado, aglutinando força suficiente para manter o poder na capital e reorientar a sua carreira política para a disputa do governo estadual em 2022, desejo já declarado pelo ex-prefeito ao longo dos primeiros meses de 2021.

#### 4. A ELEIÇÃO DE BRUNO REIS

Um dia antes do prazo para a desincompatibilização do cargo para as eleições a governador de 2018, ACM Neto causou uma reviravolta na oposição ao PT na Bahia, ao decidir continuar à frente da Prefeitura, frustrando as expectativas do seu grupo político que via na sua candidatura ao governo um atalho de recuperação eleitoral imediata da oposição ao PT. Desde a derrota à reeleição em 2006, Paulo Souto havia sido o único candidato pós-carlista do DEM ao Governo do Estado. Além do mais, a alta aprovação de Neto à frente da gestão em Salvador e a sua coalizão na Prefeitura produzia um sentimento no grupo de que ele teria plenas condições de angariar apoio informal de prefeitos da base aliada do governo petista. Paralelo a isso, atrairia votos para os deputados, o que contemplava o objetivo de fazer crescer eleitoralmente os partidos aliados ao prefeito.



A decisão repentina de Neto foi fundamentada em um cálculo político de que, sem tirar o PP ou o PSD da chapa da reeleição de Rui Costa, ele corria sério risco de sair derrotado das eleições. A operação para atrair o PP envolveu o Palácio do Planalto e auxiliares do Presidente Michel Temer (MDB). A tentativa de ACM Neto foi levar o então vice-governador João Leão (PP/BA) para o primeiro escalão do governo federal e desembarcando o partido da base aliada do PT na Bahia.<sup>13</sup> As especulações em torno da nomeação de Leão ocorreram em meados de março, poucas semanas antes do fim do prazo para desincompatibilização de candidatos que ocupam cargos públicos, confirmando o *timing* das articulações de Neto para montar a sua chapa para as eleições de 2018.

Em 2016, o PP havia conquistado 56 prefeituras, o segundo partido em quantidade de prefeituras eleitas no Estado (em primeiro lugar, o PSD com 86). Diante do fracasso da operação, o PP continuou aliado do PT baiano e com Temer em Brasília, restando a ACM Neto o recuo nas suas pretensões de trocar a Prefeitura da Capital pelo Governo do Estado. O vice-prefeito Bruno Reis dormiu prefeito e acordou com o recuo de ACM Neto no dia 06 de abril de 2018, anunciado no discurso de inauguração de novas unidades habitacionais na comunidade Zeferina, no Subúrbio Ferroviário de Salvador:

[...] meu nome passou a ser cogitado para disputar o governo. Como todo baiano que ama a sua terra, teria o orgulho de ser governador. Eu refleti muito, ouvi muita gente, e mais ao final só sobrou ouvir meu coração. Meu coração me impede de deixar a prefeitura. (O Globo, 06/04/2018)<sup>14</sup>

Bruno Reis iniciou a sua carreira na política como Assessor Parlamentar na Câmara Municipal de Salvador, tornando-se, em seguida, Assessor Parlamentar de ACM Neto na Câmara dos Deputados, deixando o cargo para tornar-se deputado estadual eleito em 2010 pelo Partido Republicano Progressista (PRP) e depois reeleito em 2014 pelo PMDB. Na primeira eleição, Bruno Reis obteve somente 0,89% dos votos totais em Salvador. Em 2014, elevou

---

13 Mais informações sobre a tentativa do PP nacional de apoiar ACM Neto estão disponíveis nas matérias da *Exame*, do *Bahia Notícias* e do *Estado de São Paulo*: <<https://exame.com/brasil/barros-deixara-saude-antes-do-prazo-e-quer-indicar-amigo/>>, <<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/219544-apos-convite-a-joao-leao-raul-cutait-e-cotado-para-assumir-ministerio-da-saude.html>>, e <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/545064/noticia.html?sequence=1>> Acesso em 27/03/2021.

14 Matéria completa de Luiz Fernando Lima no *link*: <<https://oglobo.globo.com/brasil/acm-neto-desiste-de-candidatura-ao-governo-da-bahia-22565387>> Acesso em 16/02/2021.

a proporção de votos em Salvador, obtendo 28.919 votos, ou seja, 2,75% do total de votos da Capital baiana. A ida do aliado para o PRP e depois para o PMDB estava dentro da estratégia de Neto em ter um aliado controlando um partido importante para as suas pretensões políticas, uma estratégia bastante utilizada pelo seu avô quando o País retomou seu processo democrático e multipartidário.

Antes de tornar-se vice-prefeito eleito em 2016, o deputado assumiu em março de 2015 a Secretaria Municipal de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza (Semps) como uma estratégia para aproximá-lo da gestão municipal em uma pasta que controla ações nas áreas de habitação, benefícios a crianças em idade de creche e pré-escola, ações de proteção a população atingida por chuvas, entre outras políticas públicas. O orçamento da Semps para 2016 foi aprovado pelos vereadores com um aumento de 34%, empoderando ainda mais a pasta do novo secretário<sup>15</sup>.

Já como vice-prefeito, Bruno Reis foi empossado no comando da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas (Seinfra) em fevereiro de 2019. ACM Neto pretendeu atribuir ao vice-prefeito uma tarefa mais próxima da gestão em que a sua liderança fosse construída no dia a dia da gestão. Ao assumir uma secretaria “robusta”, Bruno Reis ficaria mais próximo do governo, da população e dos vereadores, que encaminham diretamente as suas demandas para a Prefeitura.

O tempo da nomeação não é por acaso: aconteceu logo em seguida às eleições de 2018, quando os políticos já começaram a planejar as eleições de 2020. A estratégia foi acertada para o crescimento da liderança de Bruno Reis, credenciando o seu contato direto com lideranças comunitárias e vereadores, além de angariar capital político com a visibilidade decorrente da inauguração de obras e demais ações com forte visibilidade pública.

Em 2019, o orçamento da Seinfra foi de R\$ 461,8 milhões de reais, o que permite ao gestor uma agenda robusta de agendas sob o comando da secretaria. Sobre a rotina política de inaugurações do vice-prefeito e secretário, a matéria de Rodrigo Daniel Silva na *Veja* (*site*) em 09/05/2019 analisa que,

[...] para se viabilizar como candidato, Reis tem inaugurado, sem ACM Neto, quase toda as noites praças em bairros da cidade. E, nos finais de semana, tem entregues quadras esportivas acompanhado de ve-

---

15 Mais informações sobre o orçamento da Semps para 2016 em matéria do *A Tarde*: <<https://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1733031-veredores-aprovam-orcamento-municipal-de-2016>> Acesso em 27/03/2021.



readores e lideranças. Levantamento feito pelo site bahia.ba apontou que Bruno Reis cumpriu sozinho quase dois terços das agendas públicas da administração soteropolitana em janeiro deste ano. Os eventos têm sido compartilhados nas redes sociais, que ganharam um upgrade nos últimos meses. Embora indique que o vice-prefeito será o seu candidato em 2020, ACM Neto tem sido cauteloso ao falar sobre o assunto. “É um dos nomes que nós temos. Talvez, é o mais destacado e reconhecido, mas não quer dizer que nós decidimos que Bruno é o candidato”, disse a VEJA no final do ano passado. A primeira pesquisa feita pelo Instituto Paraná Pesquisas mostrou que, em fevereiro deste ano, o hoje titular da Seinfra tinha 11,7% das intenções de votos<sup>16</sup>.

A estratégia bem-sucedida de ACM Neto credenciou rapidamente Bruno Reis como pré-candidato a prefeito dentro do grupo político e nos bastidores da política baiana; mas não houve mistério, em 06 de janeiro de 2020, o prefeito lançou Bruno Reis em um ato público que reuniu dezenas de pessoas em um hotel de Salvador, acelerando um processo de unificação do grupo em torno da pré-campanha do seu sucessor escolhido.

Não houve grande passivo contencioso diante da definição da candidatura, mas alguns conflitos envolveram a definição para a vice-prefeitura na chapa e quem deveria ocupar a Presidência do Legislativo Municipal. O Republicanos tensionou o favoritismo do PDT para ficar com a vaga de vice diante de um ACM Neto convicto da necessidade em atrair o PDT (que está rachado, compondo também a base aliada de Rui Costa), dando sinais de que a chegada do partido à base aliada de Neto representava um cálculo de olho em 2022, levando a filiação no PDT do Secretário de Saúde e deputado estadual licenciado pelo DEM, Leo Prates. O acordo foi assentido por Ciro Gomes, sinalizando que havia interesse do ex-ministro em um palanque competitivo em 2022 e, do lado de ACM Neto, conseguiria aportar partidos de centro-esquerda no seu arco de alianças para adaptar-se a um eleitorado com forte inclinação antibolsonarista. Em 2018, Fernando Haddad (PT) obteve no segundo turno 72,69% dos votos dos baianos.

A antecipação das estratégias eleitorais por parte de ACM Neto em torno da sua sucessão revelou um traço do que tem sido o *pós-carlismo* na condução eleitoral do grupo, pois a transferência da articulação das chapas, a majoritária e a proporcional, para Bruno Reis como tarefa, pode ser vista como compartilhamento de poder e uma adaptação mais profunda do grupo às instituições democráticas.

---

16 Matéria completa da Veja no *link*: <<https://veja.abril.com.br/blog/bahia/de-olho-na-eleicao-vice-de-acm-neto-adota-ritmo-de-campanha/>> Acesso em 27/03/2021.

A antecipação da pré-campanha de Bruno Reis foi fundamental na implementação das articulações políticas, mas contou também com a sorte, já que ninguém sabia que dois meses depois estaríamos à mercê da pandemia de coronavírus, concentrando as atenções da Prefeitura em torno do combate à covid-19, o que levou ACM Neto a assumir a coordenação da crise, incluindo o vice-prefeito, ainda secretário da Seinfra.

No decorrer da pandemia, uma parte significativa da agenda da Prefeitura contou com ACM Neto e Bruno Reis juntos com destaque para as *lives* e coletivas de anúncio das ações da gestão de enfrentamento à pandemia. Estabeleceu-se entre a Prefeitura e o Governo do Estado um pacto interfederativo de cooperação de medidas contra a covid-19, pairando um tom republicano inédito que ganhou repercussão nacional do quanto ACM Neto e Rui Costa seriam exemplos de como gestores públicos, conforme matéria de Roberta Paduan, na *Veja* de 5 de junho de 2020<sup>17</sup>:

[...] na prática, Costa e ACM Neto passaram a conversar toda semana, enquanto seus secretários de Saúde se falam diariamente para alinhar as medidas de controle da transmissão do vírus. Os dois encamparam a defesa do isolamento social, pedindo a população que ficasse em casa, segundo as regras definidas pela prefeitura e pelo estado. Em cenas antes inimagináveis, fizeram lives juntos transmitidas pelas redes sociais de ambos, e concederam entrevistas, também juntos, para informar as medidas contra a crise. Ambos começaram a restringir a circulação de pessoas já na segunda semana de março. De comum acordo, decidiram que o estado gerenciaria a distribuição dos leitos clínicos e de UTI tanto de sua rede quanto da municipal. “Essa unificação melhora a qualidade da informação, do planejamento e, conseqüentemente, do serviço prestado a população, que, na hora da doença, não quer saber se o médico é da prefeitura ou do estado”, afirma Costa. A prefeitura, por sua vez, comprometeu-se a atender em sua rede os pacientes que viessem de outras cidades. A ocupação de leitos municipais e estaduais destinados a pessoas com Covid-19 está em torno de 70% em Salvador, depois de ter batido em 88%.

A oposição a ACM Neto nucleada pela base aliada do governador Rui Costa começou a definir as candidaturas a partir de abril de 2020, quando o PT escolheu Major Denice como pré-candidata - uma mulher negra oficial da Polícia Militar e sem histórico de militância política, atendendo a um pleito do movimento negro antirracista, mas buscando reaproximar o partido das bases mais populares da cidade, que é o terceiro maior colégio eleitoral

---

17 Acesse a matéria completa no *link*: <<https://veja.abril.com.br/brasil/adversarios-rui-costa-pt-e-acm-neto-dem-se-unem-contra-crise/>> Acesso em 26/03/2021.

do País. Além de Denice, o governador defendeu junto aos partidos da base a “pulverização” de candidaturas no intuito de garantir que a eleição tivesse segundo turno. O Palácio de Ondina abriu caminho para o lançamento da Deputada Estadual Olívia Santana (PCdoB com um vice do PP), Deputado Federal Pastor Sargento Isidório (Avante com a vice do PSD) e Major Denice (PT com a vice do PSB) e o Deputado Federal Bacelar (Podemos com o vice do Rede). A tese de fragmentar a base aliada ganhou um contorno institucional, uma vez que tivemos na eleição de 2020 pela primeira vez a proibição de coligações proporcionais, levando os partidos a considerar lançar candidatura majoritária como um atalho para um desempenho eleitoral positivo da chapa para vereador.

Apesar da pulverização, esta estratégia da base aliada do Governo estadual revelava a dificuldade em construir um discurso categórico de oposição a ACM Neto, que apresentou ao longo do seu segundo governo índices de aprovação e popularidade significativos. Conforme *pesquisas* do DataPoder360 (gráfico **abaixo**)<sup>18</sup>, a avaliação positiva do prefeito oscilou de 79% (maio) para 75% (julho), consolidando um cenário eleitoral favorável para a sua sucessão.



Diante de uma avaliação positiva em 75% da gestão municipal consolidada no eleitorado soteropolitano, caberia a Bruno Reis colar sua imagem à de ACM Neto. O seu favoritismo se refletiu na montagem de uma coligação de 15 partidos, formada pelo DEM, PDT, PL, PSDB, Republicanos, MDB, PTB, PSL, DC, PSC, Solidariedade, Cidadania, Patriota, PMN e PV.

18 Informações detalhadas das pesquisas no link: <<https://www.poder360.com.br/poderdata/acm-neto-e-aprovado-por-75-em-salvador-rejeicao-e-de-5/>> Acesso em 27/03/2021.

O capital político acumulado pelo grupo de ACM Neto definiu o rumo das eleições. A intenção de votos de Bruno Reis ainda na pré-campanha ficou no intervalo entre de 31 a 35%, com chances claras de vencer ainda no primeiro turno. Em 05 de outubro, pesquisa divulgada pelo Ibope dava a liderança a Bruno Reis (DEM) com 42%, branco/nulo 17%, Sargento Isidório (Avante) com 10% e Major Denice (PT) e Olívia Santana (PCdoB) empatadas com 6%. O candidato bolsonarista Cezar Leite (PRTB) ficou fora do horário eleitoral no Rádio e TV, mas pontuou com 3%.

Na pesquisa do Ibope divulgada no final de outubro, Bruno Reis já liderava com 61%, Major Denice alcançou 13%, Olívia Santana chegou a 7% e Sargento Isidório perdeu metade das intenções de votos da pesquisa anterior, ficando com 5%. Sem apresentar crescimento fora da margem de erro da pesquisa (4 pp.), Cezar Leite oscilou para 1%.

Sem grandes novidades na disputa, as eleições foram realizadas no dia 15 de novembro, após aprovação de adiamento no Congresso em razão da pandemia. Bruno Reis venceu o pleito no primeiro turno com 64,20%, seguido por Major Denice (PT) com 18,86%, Pastor Sargento Isidório (Avante) com 5,33%, Cezar Leite (PRTB) com 4,65%, Olívia Santana (PCdoB) obteve 4,49%, Hilton Coelho (PSOL) conquistou 1,39% dos votos, Bacelar (Podemos) obteve 0,92%, Celsinho Cotrim (PROS) alcançou 0,13% e Rodrigo Pereira (PCO) teve 0,04% dos votos. O desempenho da base aliada de Bruno Reis para a Câmara de Vereadores foi expressivo com o DEM conquistando 13,69% dos votos e o Republicanos (ex-PRB) obteve 7,01%. O PSDB conquistou 5,39%.

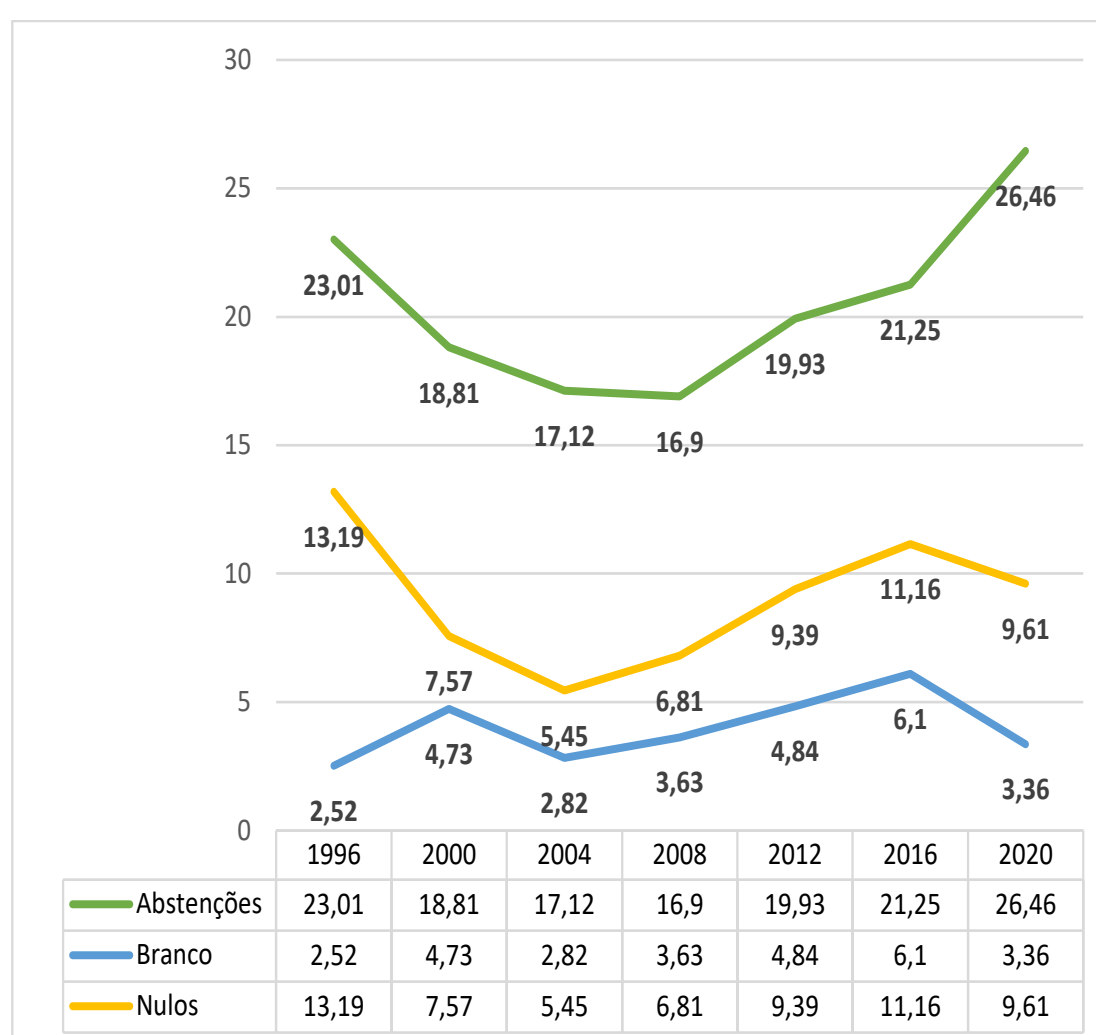
Conforme a **Tabela 2** (abaixo), organizamos de forma preliminar a série histórica das últimas eleições com os principais partidos em desempenho eleitoral na Capital baiana, havendo um crescimento acentuado do desempenho do DEM e do Republicanos nas últimas três eleições. Além da fragmentação partidária, os partidos da base aliada do governo estadual comandado pelos petistas não obtiveram crescimento de votos para o legislativo, o que também decorre das condições políticas na relação dos vereadores com as bases eleitorais dos bairros da cidade.

**Tabela 2 – Votos para Vereador em Salvador, por partido, 2012-2020 (TSE).**

PARTIDO	2012	2016	2020
DEM	91.336 (7,08%)	172.868 (13,62%)	164.885 (13,69%)
MDB	59.729 (4,63%)	83.302 (6,56%)	54.045 (4,49%)
PCdoB	55.817 (4,33%)	56.767 (4,47%)	49.828 (4,14%)
PDT	40.202 (3,12%)	31.692 (2,50%)	57.217 (4,75%)
PODEMOS (PTN em 2012 e 2016)	143.415 (11,12%)	92.321 (7,27%)	59.307 (4,92%)
PP	49.875 (3,87%)	8.612 (0,68%)	14.284 (1,19%)
PSD	43.713 (3,39%)	27.362 (2,16%)	25.077 (2,08%)
PSDB	45.837 (3,55%)	77.746 (6,12%)	64.874 (5,39%)
PSB	52.712 (4,09%)	35.615 (2,81%)	35.173 (2,92%)
PSOL	32.996 (2,56%)	33.626 (2,65%)	28.426 (2,36%)
PT	185.850 (14,41%)	69.487 (5,47%)	94.775 (7,87%)
PTB	20.503 (1,59%)	36.450 (2,87%)	49.161 (4,08%)
PV	57.422 (4,45%)	59.181 (4,66%)	31.530 (2,62%)
REPUBLICANOS (PRB em 2012 e 2016)	64.429 (4,99%)	52.345 (4,12%)	84.401 (7,01%)
<b>SUBTOTAL</b>	<b>73,18%</b>	<b>65,96%</b>	<b>67,75%</b>

Fonte: elaboração do próprio autor.

Em razão da pandemia, tivemos um aumento na abstenção de eleitores no pleito de novembro de 2020, resultado observado em várias capitais brasileiras. Conforme o **Gráfico 2** (abaixo), as abstenções em Salvador saltaram de 21,25% em 2016 para 26,46% em 2020. Não houve aumento na proporção de votos brancos e nulos em relação à série histórica. Em 2020, tivemos 12,97% de eleitores que compareceram e anularam ou votaram em branco.



Fonte: elaboração do próprio autor.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do carlismo ao longo das últimas décadas pode ser caracterizado por forças sociais e políticas sob o poder de um chefe, o ex-senador Antônio Carlos Magalhães (ACM), que, mesmo após a redemocratização, manteve uma estratégia híbrida de adaptar-se às instituições democráticas, mas sem deixar para trás mecanismos de poder autoritário na relação entre Estado, governo e sociedade civil. A crise do carlismo hegemônico se aprofunda a partir de 2003 com a vitória do ex-presidente Lula, seguida das derrotas eleitorais em 2004 em Salvador e em 2006, quando o petista Jaques Wagner derrota o governador Paulo Souto (PFL).

Este trabalho analisou a ascensão de ACM Neto como uma liderança *pós-carlista*, repaginada quanto à estratégia de seguir as regras do jogo no ambiente democrático, o que se refletiu na sua condução de protagonista à frente da refundação do PFL em 2007 mudando para Democratas. No ano seguinte à refundação, ACM Neto sai candidato a prefeito de Salvador. Apesar da derrota ao ficar em terceiro lugar, consegue repactuar as forças *pós-carlistas* dentro do seu grupo, mantendo o DEM como força política relevante na competição eleitoral na Bahia.

A grande votação obtida em 2010 para deputado federal ajudou na manutenção da estratégia exitosa de ACM Neto tornar-se prefeito da capital baiana, o que ocorreu em 2012. A reeleição em 2016 veio a partir da prevalência da força do governismo na adesão de partidos políticos, o cenário nacional antipetista, assim como a alta aprovação do seu governo por parte da população em todas as faixas de renda e escolaridade.

A vitória de Bruno Reis em 2020 com 64,20% no primeiro turno consolidou uma hegemonia *pós-carlista* em Salvador sob liderança incontestada de ACM Neto, agregando forças partidárias autônomas de protagonismo local e nacional, que aderiram a travessia programática em direção a valores democráticos e liberais, algo constatado na cooperação interfederativa estabelecida entre Prefeitura e Governo do Estado durante a pandemia. O governismo não depende só das instituições, mas do comportamento e dos interesses dos atores políticos envolvidos no processo. Como Salvador é o terceiro maior colégio eleitoral do País, estamos diante de um contexto local conectado aos interesses nacionais, o que reforça esta pesquisa sobre a linhagem política do carlismo e a sua sobrevivência e transformação em direção ao *pós-carlismo*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO NETO, Joviniano de. Efeitos de uma renúncia. **Correio Braziliense**, Brasília, 31/05/2001.

DAGNINO, Evelina; RIVERA, Alberto Olvera; PANFICHI, Aldo. **La disputa por la construcción democrática en América Latina**. CIESAS, 2006.

DANTAS, Paulo Fábio. “SURF” NAS ONDAS DO TEMPO: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista. **Caderno CRH**, v. 16, n. 39, 2003.

\_\_\_\_\_. Bahia, a paz dos vencedores: liderança, partido e elite política após as eleições de 2010. In: SIMPÓSIO- NORDESTE 2010: OS SENTIDOS DO VOTO, 12. Edição, 2010, Salvador. **Anais**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. The evolution of party organizations in Europe: the three faces of party organization. **American review of politics**, v. 14, p. 593-617, 1993.

KINZO, M. D. G. Governabilidade, estrutura institucional e processo decisório no Brasil. **Parcerias Estratégicas**, v. 2, n. 3, p. 9-25-25, 1997.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Eleições e representação. **Lua Nova**, n. 67, p. 105-138, 2006.

MELO, Carlos Ranulfo Felix. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 4, p. 13, 2010.

PEREIRA, Carla Galvão. O jogo entre elites e instituições: as estratégias políticas de ACM Neto e a tradição carlista. **Caderno CRH**, v. 30, n. 80, p. 237-255, 2017.



# 11. ELEIÇÕES DE 2020 EM TERESINA (PI): DA HEGEMONIA À DERROTA DO PSDB

Raul Wesley Leal Bonfim<sup>1</sup>

Vítor Eduardo Veras de Sandes-Freitas<sup>2</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

As eleições de 2020 em Teresina foram marcadas pela derrota do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) na disputa para a Prefeitura. A primeira vitória do partido para o cargo na Capital piauiense se deu em 1992, série histórica acompanhada por vitórias em 1996, 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016, totalizando sete consecutivas. Ao todo, foram três prefeitos eleitos do partido - Wall Ferraz, Firmino Filho e Sílvio Mendes. Firmino Filho foi o político de maior destaque do partido ao longo de todo este período, tendo sido prefeito de Teresina por quatro mandatos. Justamente ao final do seu último mandato, o prefeito e, conseqüentemente, o partido, não conseguiram eleger outro peessedebista para o cargo, ou, como dizem no jargão popular, “fazer o sucessor”.

Para entender a dinâmica eleitoral que envolveu estas eleições municipais na Capital piauiense em 2020, organizamos o capítulo em duas partes. Na primeira, trataremos do PSDB e, particularmente, do partido no Piauí, para entender as possíveis razões de o partido ser extremamente bem-sucedido, mas não no Estado como um todo. Na segunda, buscaremos apresentar o cenário político específico das eleições de 2020, analisando os dados eleitorais. Para isso, realizamos a análise a partir dos dados disponíveis no Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com ênfase nos dados de lançamento de candidaturas e nos resultados eleitorais do período de 1992 a 2020. Trabalhamos com dados validados e que nos permitiram

---

1 Doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e bolsista CNPq, processo n° 140566/2018-0. Atualmente é membro do Grupo de Estudos em Política Brasileira (Polbras/Cesop/Unicamp). E-mail: [raulbonfim16@gmail.com](mailto:raulbonfim16@gmail.com)

2 Professor Adjunto da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor dos seguintes Programas de Pós-graduação: de Ciência Política, de Administração Pública e de Gestão Pública na mesa Universidade. Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Partidos Políticos (GEPPOL). E-mail: [vitorsandes@ufpi.edu.br](mailto:vitorsandes@ufpi.edu.br)



compreender os padrões da competição eleitoral em Teresina até a derrota do PSDB em 2020.

## 2. O LUGAR DO PSDB NA POLÍTICA PIAUIENSE

O PSDB foi criado em 1988, a partir de uma dissidência interna dentro do PMDB (atual MDB) no contexto da Constituinte, intitulado-se como uma ala progressiva dentro do partido, distanciando-se do governo José Sarney (PMDB) e da base do governo que contava com o apoio do PFL (atual DEM) (ROMA, 2002). A partir de 1994, sua proposta programática ficou mais evidente, quando Fernando Henrique Cardoso, candidato do partido, foi o vitorioso no pleito para a Presidência da República, com uma agenda de centro-direita, contando com o apoio do PMDB e do PFL. Estes foram partidos fundamentais para a governabilidade ao longo dos oito anos de governo do PSDB.

Como afirma Vieira (2012, p. 171), o PSDB “não nasceu vinculado a movimentos trabalhistas, é um partido de notáveis, originado a partir da cisão do PMDB e por dissidentes de outros partidos e seu programa é distinto do programa apresentado por partidos social-democratas europeus”. Logo, não era um partido SOCIALDEMOCRATA nos moldes europeus, mas um partido que se projetava como liberal na economia, com apoio de partidos conservadores. Quando ascendeu ao poder, isso fica muito evidente no tipo de políticas orientadas para o mercado que o partido adotou, o que gerou o rótulo de “neoliberal” ao partido (POWER, 2003). O PSDB, portanto, foi se aproximando de partidos mais à direita.

O PSDB piauiense foi criado a partir da cisão com o PMDB também em nível regional e como forma de regulamentação da sigla nacionalmente. No momento do seu nascedouro, o partido possuía uma plataforma socialdemocrata, mas a entrada de Wall Ferraz no partido, um político pragmático, também reorientou a atuação do partido no Estado (MARTINS, 2016).

Wall Ferraz foi o principal nome do partido no Estado, no entanto, o político possuía uma trajetória anterior vinculada a outros partidos, como a UDN, a Arena e o PMDB. Foi vereador em Teresina, eleito em 1955 pela UDN, prefeito de Teresina em 1975, nomeado pelo seu cunhado, o governador do Estado do Piauí, Dirceu Arcoverde.

Já pelo PMDB, em 1982, foi eleito deputado federal e, em 1985, foi eleito prefeito de Teresina, derrotando Átila Lira (PFL), com um discurso em de-

fesa das causas populares, recebendo o apoio do PCB e do PCdoB.<sup>3</sup> Já filiado ao PSDB, Wall Ferraz candidatou-se a governador nas eleições estaduais piauienses de 1990, sendo derrotado pelo candidato do PFL, Freitas Neto. Do lado do PSDB, além do PMDB, formou-se uma ampla aliança contando com partidos mais à direita do espectro ideológico: PRN, PL, PDC e PTR. Era o prenúncio de um movimento em que o PSDB piauiense e, particularmente, o teresinense, passariam a dialogar, de maneira mais profícua com agremiações mais à direita.

Nas eleições de 1992, Wall Ferraz saiu vitorioso, no primeiro turno, tendo obtido 63,6% dos votos válidos, contra 13,8% de Alberto Silva (PMDB), ex-governador do Estado, de Antonio Medeiros (PT), com 10,5% e de Jesualdo Cavalcante (PFL), com 10,3%. O candidato do PPS e do PTB obtiveram juntos menos de 2% dos votos válidos. A coligação do PSDB ainda contou com o apoio de um partido de esquerda, o PCdoB, mas também com o apoio do PDC e do PL, à direita, apesar de ter lançado uma chapa “puro-sangue”, isto é, em que os candidatos a prefeito e a vice são do mesmo partido.

Em 1995, após o falecimento do então prefeito Wall Ferraz, assumiu seu vice, também do PSDB, Francisco Gerardo. Em 1996, o mesmo cenário da disputa PSDB-PMDB ocorreria, desta vez com o jovem candidato peessedebista, o economista e ex-secretário municipal de Finanças, Firmino Filho, contra o peemedebista Alberto Silva, derrotado nas eleições de 1992.

Após um pleito acirrado no primeiro turno, em que Firmino Filho obteve 39,8% dos votos válidos, um pouco mais de 2% à frente de Alberto Silva, o candidato peessedebista foi vitorioso no segundo turno, tendo obtido 53,3% dos votos válidos contra 46,7% do peemedebista. Firmino Filho, em sua campanha, ancorou-se no legado de Wall Ferraz, bem como implementou uma série de políticas (como o Projeto Vila Bairro) que foram responsáveis por garantir este e mais três mandatos na Capital: 1997-2000, 2001-2004, 2013-2016 e 2017-2020.

Além de Firmino Filho, vitorioso em quatro pleitos municipais, Sílvio Mendes foi outro peessedebista eleito neste período, por duas vezes consecutivas: em 2004 e em 2008. Na eleição de 2008, Sílvio Mendes foi reeleito com 70,4% dos votos válidos, ainda no primeiro turno, em uma disputa contra o PT, que obteve 25,9% dos votos. Essa votação e o capital político do PSDB em Teresina colocaram Mendes como possível candidato à eleição para o Go-

<sup>3</sup> Ver mais sobre: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ferraz-wall> Acesso em 26 fev. 2021.

verno do Estado do Piauí em 2010. A situação, de fato, se confirmou, o que o fez se desincompatibilizar do cargo de prefeito de Teresina para disputar as eleições estaduais de 2010. Este foi o momento em que o PSDB perdeu o controle da Prefeitura, passando o bastão para o vice-prefeito, Elmano Férrer, do PTB.

Além de não conquistar o Governo do Estado, tendo sido derrotado pelo candidato governista Wilson Martins (PSB), Férrer e seu partido, o PTB, romperam com o PSDB, fazendo com que os dois partidos entrassem em rota de colisão em 2012. Esta foi uma eleição extremamente acirrada. Férrer foi apoiado por 13 partidos, incluindo o PMDB. O candidato peessedebista, Firmino Filho, foi apoiado, por sua vez, por sete partidos. A vitória do PSDB ocorreu no segundo turno, que obteve 51,5% dos votos válidos, contra 48,5% do petebista.

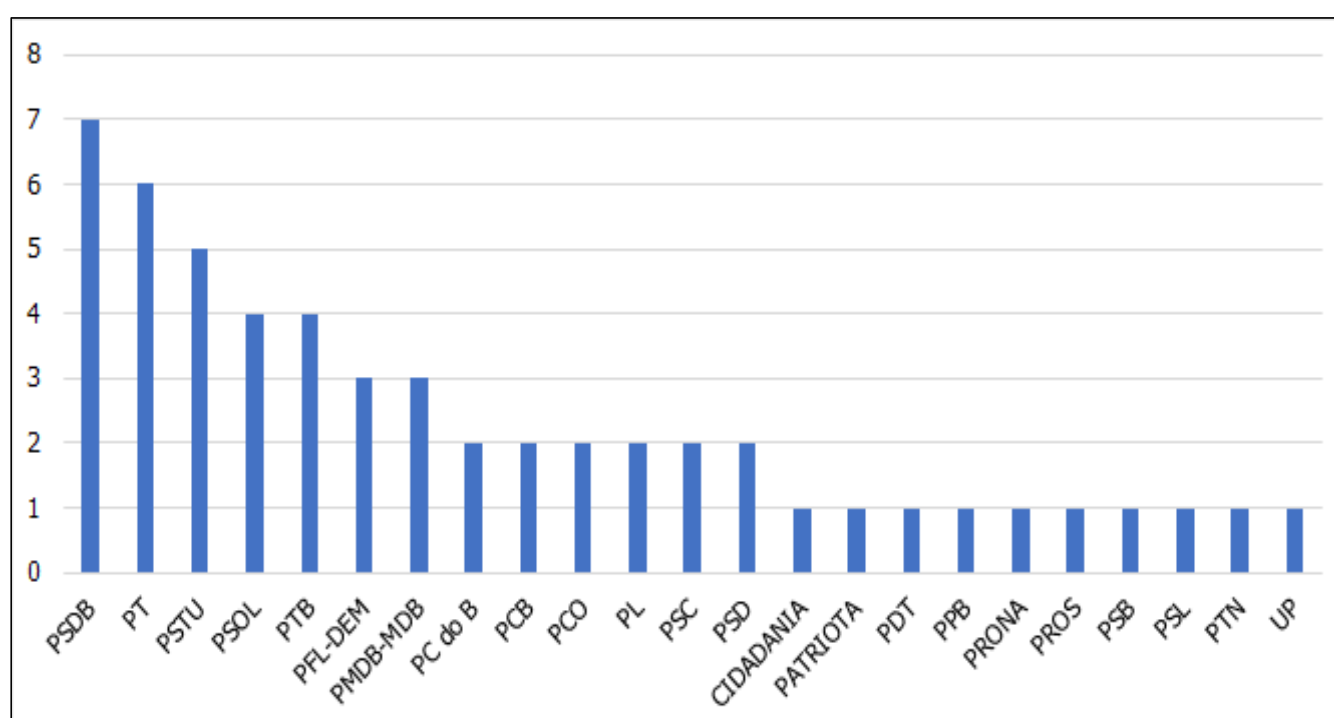
Em 2016, Firmino Filho candidatou-se à reeleição, tendo como aliado o PMDB, que teve o candidato a vice na chapa. Além disso, a candidatura contou com o apoio de outros 19 partidos, compondo uma coligação eleitoral com 21 partidos ao todo. O candidato de oposição mais competitivo foi Dr. Pessoa, naquele momento filiado ao PSD, que se lançou em uma candidatura com apenas três partidos, sem lastro eleitoral na Capital piauiense. Ainda assim, obteve 39,8% dos votos válidos, um desempenho surpreendente naquele momento, contra uma candidatura forte de um prefeito candidato à reeleição bem avaliado. A eleição foi vencida pelo candidato peessedebista, com 51,1% dos votos válidos.

Até aquele momento, o PSDB era hegemônico na Capital piauiense e a ampla coligação eleitoral do pleito de 2016 demonstrava a força do partido no Município. Analisando a série histórica desde 1992, o PSDB lançou candidatos competitivos em todos os pleitos, diferentemente de outros partidos. O partido sequer tinha um antagonista e o mais próximo era o PT, que, em geral, não lançava a candidatura de oposição mais competitiva do pleito. Somente em 2000 e em 2008, os petistas obtiveram a segunda colocação.

Conforme os dados do Gráfico 1, o PSDB foi o partido que mais lançou candidatos à Prefeitura de Teresina no período de 1996 a 2020, tendo sido sete em sete pleitos. Os partidos que mais lançaram candidatos, além do PSDB, foi o PT, com seis candidaturas, o PSTU, com 5, o PSOL e o PTB, com 4 e o DEM (antigo PFL) e o MDB (antigo PMDB) com 3 candidaturas. Além de lançar candidaturas em todos os pleitos do período, o PSDB foi vitorioso em seis dos sete pleitos disputados, além, é claro, do pleito de 1992. Isso demonstra

que, ao longo do tempo, a estabilidade no lançamento de candidaturas como cabeça de chapa já demonstrava o protagonismo que o partido ali possuía.

**Gráfico 1. Lançamento de candidaturas a prefeito, por partido - Teresina-PI (1996-2020).**



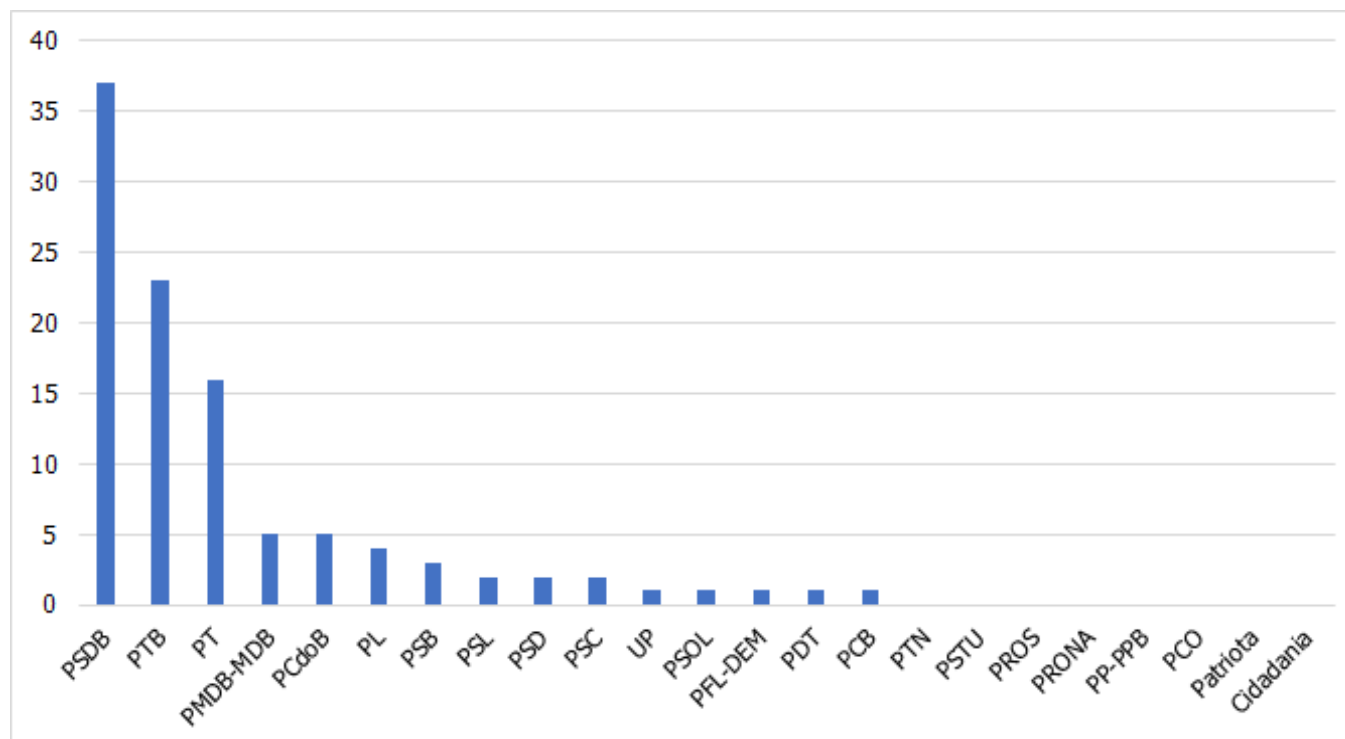
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

\* Não obtivemos dados consistentes sobre coligações eleitorais do pleito de 1992.

O MDB, partido vitorioso no pleito de 2020, lançou candidatos em menos da metade das eleições, o que evidencia um fato importante da nossa análise: o MDB não era o antagonista do PSDB na política piauiense. O partido, inclusive, compôs a coligação com o PSDB nas eleições de 2016, que elegeu o prefeito, Firmino Filho, tendo tido o vice-prefeito eleito, o ex-reitor da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Luiz Junior.

O protagonismo do PSDB no período repercute no número de apoios formais de outros partidos por meio de coligações eleitorais do período de 1996 a 2020. O partido contou com 37 apoios de outros partidos. O segundo partido com mais apoios foi o PTB, que recebeu 23 apoios em quatro disputas e o PT, que contou com 16 apoios em seis pleitos. A concentração dos apoios em torno das candidaturas desses partidos representa mais de 73% do total de apoios dados durante o período em análise. A competição eleitoral em Teresina demonstra uma concentração de forças em torno de poucos partidos, sobretudo, no PSDB, que, sozinho, teve 35,6% dos apoios recebidos por candidaturas a prefeito.

## Gráfico 2 . Apoios partidários recebidos via coligações eleitorais pelas candidaturas a prefeito - Teresina-PI (1996-2020).



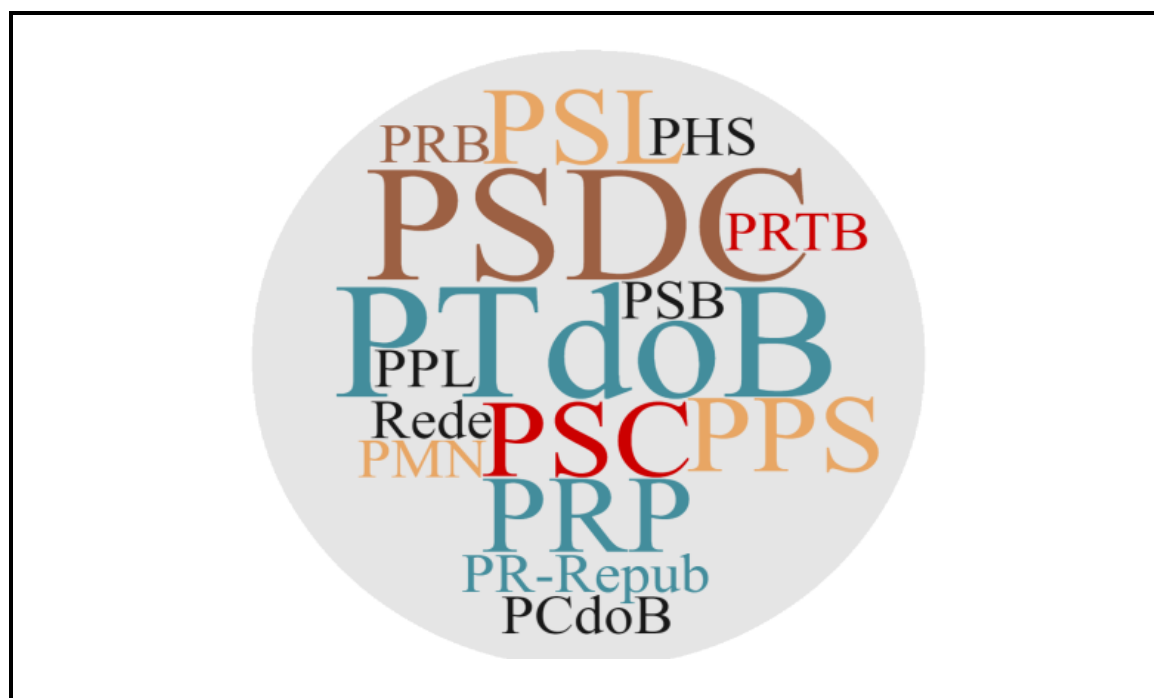
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

\* Não obtivemos dados consistentes sobre coligações eleitorais do pleito de 1992.

Ainda no Gráfico 2, podemos observar que oito partidos não receberam apoios partidários em suas candidaturas ao longo do tempo: PTN, PSTU, PROS, Prona, PP (antigo PPB), PCO, Patriota e Cidadania (ex-PPS). Excluindo o PP, que é um partido com mais lastro eleitoral no Estado do Piauí, os demais são partidos pequenos situados tanto à direita quanto à esquerda, que possuem mais dificuldade de angariar apoios ou, estrategicamente, preferem não ceder na agenda apresentada durante a campanha eleitoral. É o caso também de partidos que obtiveram poucos apoios, como UP, PSOL, DEM, PDT e PCB. PDT e DEM, com maior lastro eleitoral no Estado, mas, ainda assim, não conseguiram, ao longo do tempo, contar com a base de apoiadores, potencializando suas candidaturas. As evidências apontam para um cenário político municipal, historicamente, controlado pelo PSDB.

Explorando mais os dados sobre coligações eleitorais, podemos observar que o PSDB estabeleceu coligações com partidos mais à direita do espectro ideológico, tais como o PSDC, PT do B, PSL e PRP (ver Figura 1). Foram poucos os apoios de partidos à esquerda a candidaturas do PSDB. Houve apenas a presença de um apoio do PC do B e outro do PSB, que são, nacionalmente, mais alinhados, historicamente, ao PT. O PSDB, portanto, estabeleceu alianças com forças políticas mais à direita, ao longo do tempo, aspecto que será relevante para analisarmos a dinâmica política das eleições em Teresina de 2020.

**Figura 1 . Partidos apoiadores de candidaturas do PSDB -  
Teresina-PI (1996-2020).**

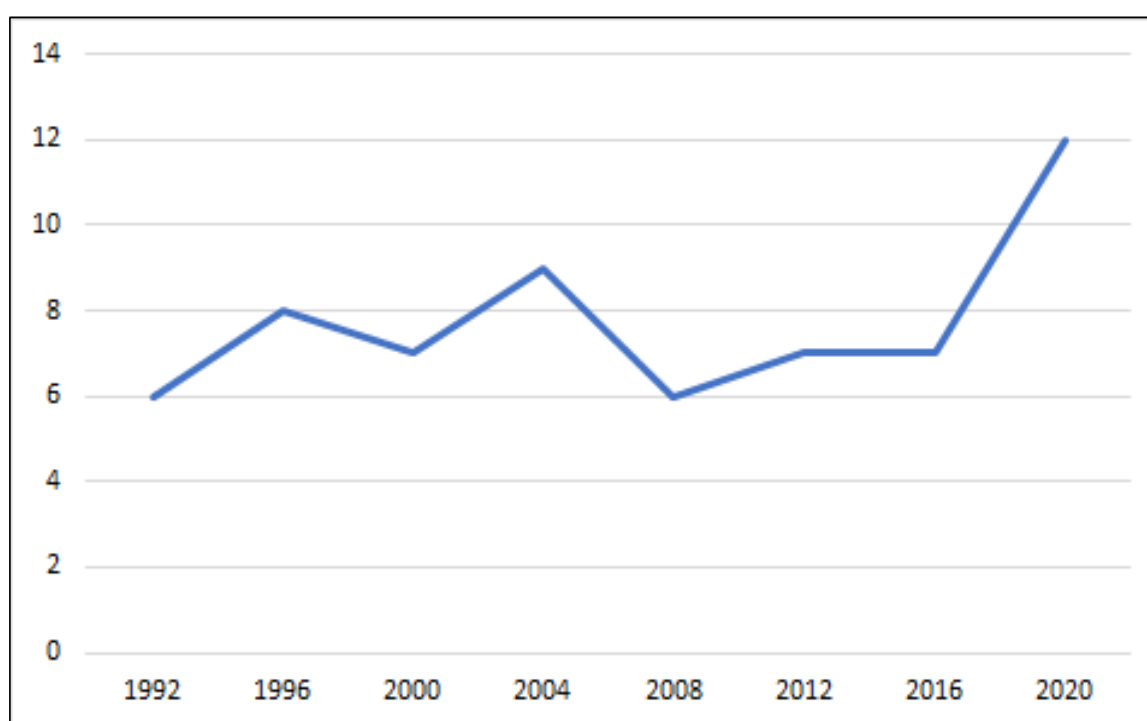


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

### **3. O NOVO E O VELHO NAS ELEIÇÕES DE 2020 EM TERESINA**

As eleições de 2020 para a Prefeitura de Teresina tiveram 12 candidatos, o maior desde 1992; primeiro ano da série histórica de vitórias do PSDB na Capital piauiense (ver Gráfico 3). De 1992 a 2016, o número de candidatos oscilou de seis a nove, de forma que de 2008 a 2016 o maior número foi sete, alcançado nas últimas duas eleições.

**Gráfico 3 . Apoios partidários recebidos via coligações eleitorais  
pelas candidaturas a prefeito - Teresina-PI (1996-2020).**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).\*  
Não obtivemos dados consistentes sobre coligações eleitorais do pleito de 1992.



O grande número de candidatos nessas eleições pode ser atribuído a um possível efeito do fim das coligações proporcionais, que levou a lançamento de candidaturas por partidos como forma de criar uma âncora para os candidatos a vereador de seus partidos, mas é também possível afirmar que a dinâmica de mudança favoreceu a apresentação de diversas candidaturas por vários partidos.

O candidato da situação foi o ex-secretário municipal de Educação, Kleber Montezuma, do PSDB. O peessedebista, além de ter ocupado a pasta de Educação, foi também secretário municipal de Educação e Cultura (2001-2004), de Habitação e Urbanismo (1997-2000) e de Trabalho e Assistência Social (1993-1996), todas em gestões municipais do PSDB. O candidato nunca assumiu cargos eletivos, o que o tornava pouco conhecido da população teresinense. Além desse entrave, isso se tornaria um obstáculo para a candidatura peessedebista outro motivo: a pandemia de covid-19.

A definição não oficial sobre a indicação de Montezuma como pré-candidato à Prefeitura pelo PSDB ocorreu em fevereiro de 2020, um mês antes de a pandemia de covid-19 ser declarada pela Organização Mundial de Saúde<sup>4</sup>. Em uma situação de normalidade, a imagem de um pré-candidato pouco conhecido da população poderia ser construída, de forma a garantir que o capital político das gestões do PSDB e, particularmente, do prefeito Firmino Filho, influenciasse sobre a preferência eleitoral de Montezuma. A Educação da Capital piauiense é conhecida por obter bons resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), sendo a capital brasileira com maior nota dentre todas.<sup>5</sup> Com isso, o pré-candidato e ex-secretário de Educação do município poderia se beneficiar dos resultados das políticas educacionais, capitalizando-se eleitoralmente.

A pandemia de Covid-19, entretanto, e a situação de emergência de saúde no Brasil, levaram a medidas de restrição social por parte da Prefeitura de Teresina no sentido de combater o espraiamento da doença, evitando o colapso do sistema de saúde teresinense. Apesar das consequências devastadoras da pandemia no País, no Estado e em Teresina, as medidas levaram a um resultado positivo quanto à ocupação de leitos, diferentemente do que aconteceu em outras capitais, como no caso de Manaus-AM.

---

4 Ver mais sobre: <https://www.meionorte.com/blogs/efremribeiro/kleber-montezuma-e-escolhido-por-firmino-filho-para-disputar-pmt-338762> Acesso em 26 fev. 2021.

5 Ver mais sobre: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2020/09/15/teresina-e-a-capital-do-pais-com-melhor-educacao-publica-do-ensino-fundamental-aponta-ideb.ghtml> Acesso em 26 fev. 2021.

As medidas, apesar da efetividade, também carregam em si um alto custo político. A capital piauiense é, fortemente, dependente do setor de serviços. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE<sup>6</sup>) para 2018, último ano da série histórica disponível, a atividade econômica de Serviços – exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social – foi responsável por 61% do valor adicionado bruto, em valores corrente, do Produto Interno Bruto (PIB) de Teresina. Logo, as medidas adotadas carregam o potencial de afetar diretamente a economia, o que levou a uma condição política intrincada para o grupo governista.

Apesar disso, Montezuma possuía a confiança do então prefeito, Firmino Filho (PSDB), e de sua esposa, a deputada estadual Lucy Soares (PP). Somou-se a isso o apoio do PP e, conseqüentemente, de sua maior liderança estadual, o senador e presidente da sigla Ciro Nogueira. Desse partido, saiu o candidato a vice-prefeito, R. Silva. Além do PSDB e do PP, a candidatura contou com o apoio de outros sete partidos: PSL, Avante, PDT, DEM, PMB, PV e PODE.

A principal candidatura de oposição foi a do médico e político Dr. Pessoa, do MDB, que já foi filiado a diversos partidos: PMDB, PDS-PPR-PPB, PPS, PDT, PSD, Solidariedade e MDB. O candidato foi vereador de Teresina de 2001 a 2014, quando foi eleito deputado estadual já pelo PSD.

Em 2016, foi candidato à Prefeitura de Teresina, pelo PSD, tendo sido derrotado, no primeiro turno, pelo então candidato à reeleição, Firmino Filho, do PSDB. O candidato do PSD obteve 39,8% contra 51,1% do candidato peessedebista. Mesmo disputando contra um candidato à reeleição, bem avaliado e com uma máquina política bem construída ao longo do tempo, o candidato mostrou um desempenho eleitoral promissor. Aquela eleição colocou Dr. Pessoa como nome forte para pleitos futuros na Capital piauiense e a eleição de 2020 mostraria isso.

Em 2018, Dr. Pessoa disputou o pleito para Governo do Estado pelo partido Solidariedade. Foi segundo colocado, obtendo 20,48% dos votos válidos, contra 55,65% de Wellington Dias (PT), reeleito no primeiro turno. O candidato do PSDB, naquela eleição, Luciano Nunes, obteve 17,3% dos votos. O desempenho do candidato, portanto, demonstrava que possuía capital político para disputas majoritárias, principalmente, por ter disputado a eleição por um partido com pouco lastro eleitoral no Estado.

---

6 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/pesquisa/38/46996> Acesso em 26 fev 2021.



Assim, o primeiro movimento de Dr. Pessoa na eleição para 2022, em Teresina, foi buscar um partido com mais força eleitoral, com maior potencial de derrotar o PSDB. Com isso, em 2019, o médico se filiou ao MDB, por meio de um acordo que envolvia as principais lideranças políticas do partido no Estado, como do senador Marcelo Castro e do deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI), Themístocles Filho. Além do apoio de forças estaduais do partido, o candidato emedebista contou com o apoio formal de mais dois partidos em sua coligação: PRTB e PSB. Do PSB, partido do ex-governador do Estado, Wilson Martins, saiu o candidato a vice-prefeito, o ex-deputado estadual Robert Rios.

O candidato peessedebista, durante toda a campanha, não despontou nas pesquisas eleitorais, ao contrário do candidato emedebista, que sempre ocupou a primeira posição da preferência dos eleitores. Vincular a trajetória de Montezuma (PSDB) ao desempenho da educação no Município não levou a resultados positivos de imediato. Sem capital político próprio, a estratégia foi a de vincular sua imagem à do então prefeito Firmino Filho, tendo sido importante para garantir a ida do candidato ao segundo turno. No entanto, conforme o primeiro levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), durante as eleições municipais de Teresina, o prefeito possuía uma avaliação ótima e boa de 39% do eleitorado, 39% regular e 20% ruim e péssima.<sup>7</sup> A avaliação positiva seria importante para o primeiro turno, mas, no segundo turno, era necessário ou elevá-la ou reforçar apoios para garantir que o candidato governista obtivesse mais de 50% de votos válidos.

O desafio para o PSDB era, de fato, difícil. Pela primeira vez, desde 1992, o partido foi para o segundo turno em desvantagem. No primeiro turno, Montezuma obteve 26,7% dos votos válidos, contra 34,5% de Dr. Pessoa.

No segundo turno, Dr. Pessoa foi apoiado pela candidata Gessy Fonseca (PSC), terceira colocada no primeiro turno, tendo obtido, 12,1% dos votos válidos. O quarto colocado, com 11,5%, Fábio Novo (PT), não declarou apoio a Dr. Pessoa, mas seu partido formalizou apoio, inclusive do Governador do Estado, Wellington Dias. O deputado federal e ex-secretário de Segurança Pública do Estado do Piauí, Fábio Abreu (PL), candidato que obteve 7% dos votos válidos no primeiro turno, também declarou apoio ao candidato emedebista.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/334371/ibope-divulga-1-pesquisa-para-as-eleicoes-em-teresina-veja-numeros> Acesso em 26 fev. 2021.

Alguns partidos não se posicionaram, todos à esquerda do espectro ideológico, como o PSOL, o PSTU e o UP. Restou ao candidato do PSDB o apoio do Cidadania, que obteve 0,2% dos votos válidos. O PSDB, diferentemente de outras eleições, disputou o segundo turno isolado. Com o histórico de alianças mais à direita, não conseguiu capitanear os apoios da esquerda, bem como perdeu apoios importantes de partidos à direita, como do PSC.

Diante do desempenho no primeiro turno e com os apoios recebidos, Dr. Pessoa sequer participou dos debates televisivos no segundo turno, o que não teve impacto relevante na preferência eleitoral, dado o favoritismo. E o segundo turno, de fato, confirmou o que as análises já antecipavam.<sup>8</sup> Dr. Pessoa (MDB) sagrou-se vitorioso, tendo obtido 62,3% dos votos válidos contra 37,7% de Kleber Montezuma, encerrando um domínio político do PSDB iniciado em 1993 (ver Tabela 1).

**Tabela 1 . Resultado eleitoral da disputa para Prefeito de Teresina - 2020.**

Candidatos	Partidos	Coligações	Votos 1T	% 1T	Votos 2T	% 2T
Dr. Pessoa	MDB	MDB /PRTB / PSB	142.769	34,5	236.339	62,3
Kleber Montezuma	PSDB	PSDB / PP / PSL / AVANTE / PDT / DEM / PMB / PV / PODE	110.395	26,7	142.941	37,7
Gessy Fonseca	PSC	Sem coligação	50.221	12,1		
Fábio Novo	PT	PT / PC do B / PTC / REDE / SOLIDARIEDADE	47.573	11,5		
Fábio Abreu	PL	PL / REPUBLICANOS / PMN / PTB	29.037	7,0		
Major Diego Melo	Patriota	Sem coligação	12.871	3,1		
Simone Pereira	PSD	Sem coligação	8.787	2,1		
Lucineide Barros	PSOL	Sem coligação	8.283	2,0		
Fábio Sérvio	PROS	Sem coligação	1.944	0,5		
Mário Rogério	Cidadania	Sem coligação	775	0,2		
Pedro Laurentino	UP	Sem coligação	457	0,1		
Gervásio Santos	PSTU	Sem coligação	254	0,1		
Total			413.366	100,0	379.280	100,0

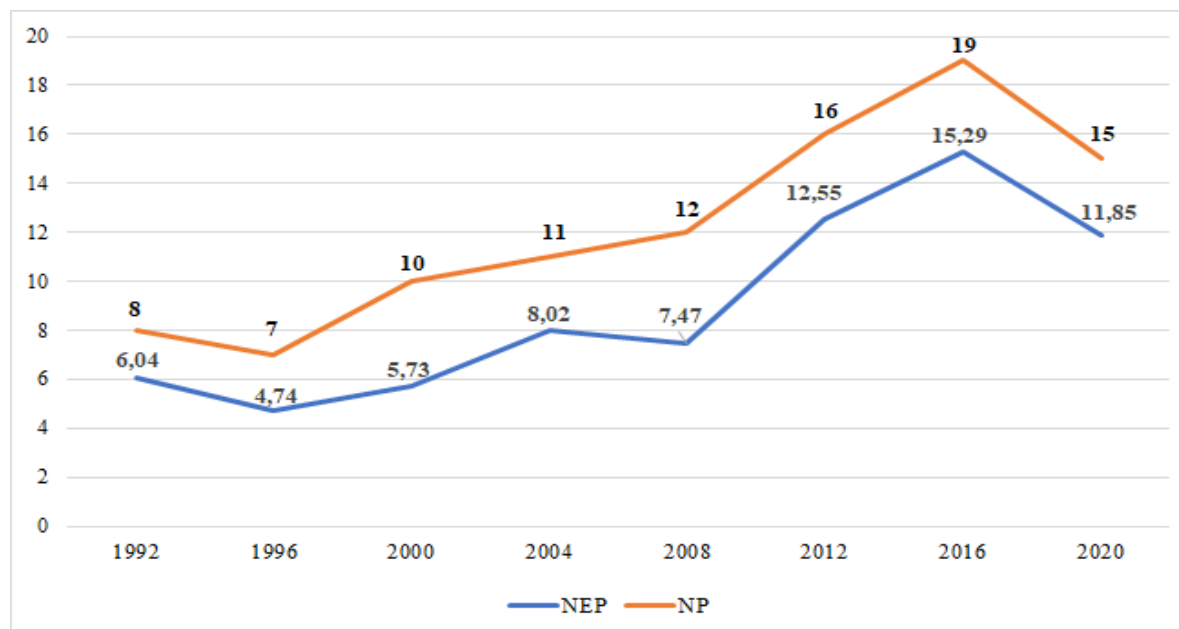
Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

\* A candidatura de Lourdes Melo (PCO) foi indeferida pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PI).

Outro aspecto importante a ser considerado dessa nova dinâmica da política municipal teresinense foi a mudança na Câmara Municipal (gráfico 4).

<sup>8</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/11/28/apos-sete-vitorias-consecutivas-em-teresina-psdb-pode-perder-a-eleicao.htm> Acesso em 26 fev 2021.

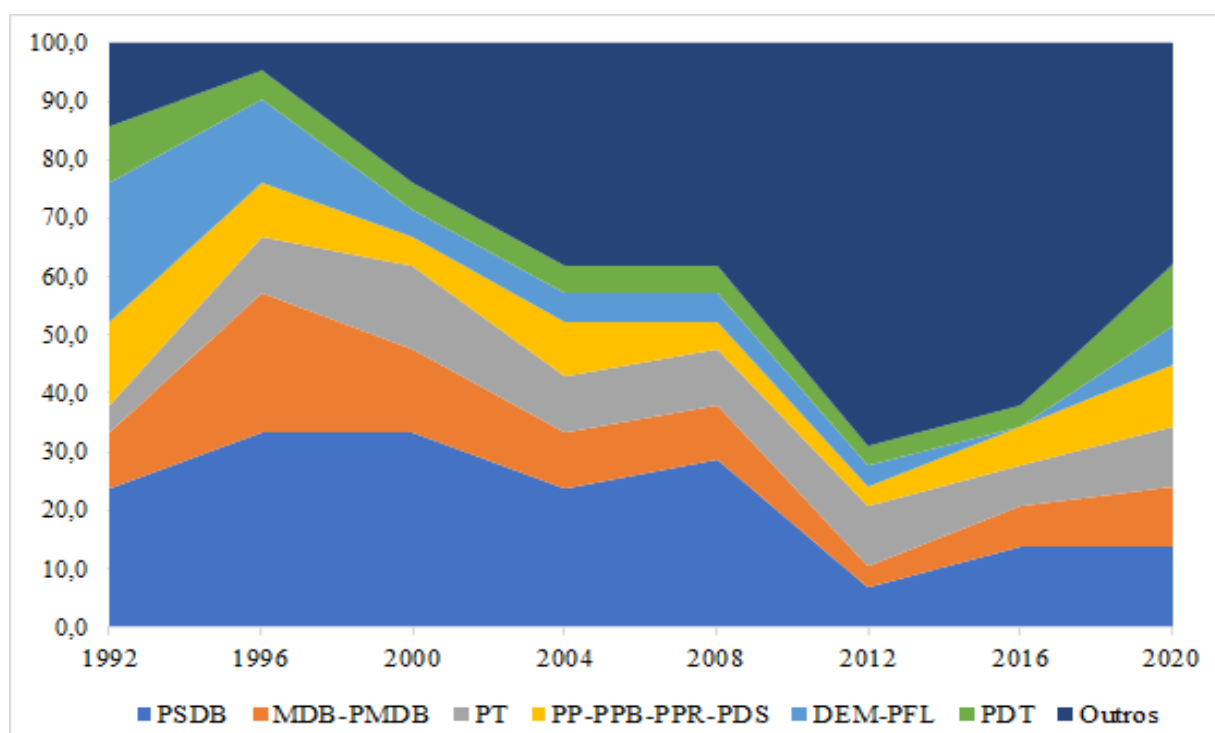
**Gráfico 4 . Número Efetivo de Partidos (NEP) e Número de Partidos (NP) na Câmara Municipal de Vereadores de Teresina-PI (1992-2020).**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O número de partidos se ampliou progressivamente a partir de 2000, em que atingiu 10 partidos, saltando para 19, em 2016. O crescimento da fragmentação partidária, por outro lado, iniciou-se em 2004, saltando de 5,73 para 8,02, tendo uma pequena queda em 2008 e uma ampliação relevante em 2012, atingindo 12,55, alcançando o pico de 15,29 em 2016, o maior valor de toda a série histórica analisada. Em 2020, houve uma diminuição do número de partidos com representação, o que impactou na diminuição da fragmentação partidária: o NP caiu de 19 para 15 e o NEP de 15,29 para 11,85.

**Gráfico 5 . Percentual de cadeiras ocupadas pelos cinco maiores partidos na Câmara de Vereadores de Teresina-PI (1992-2020).**



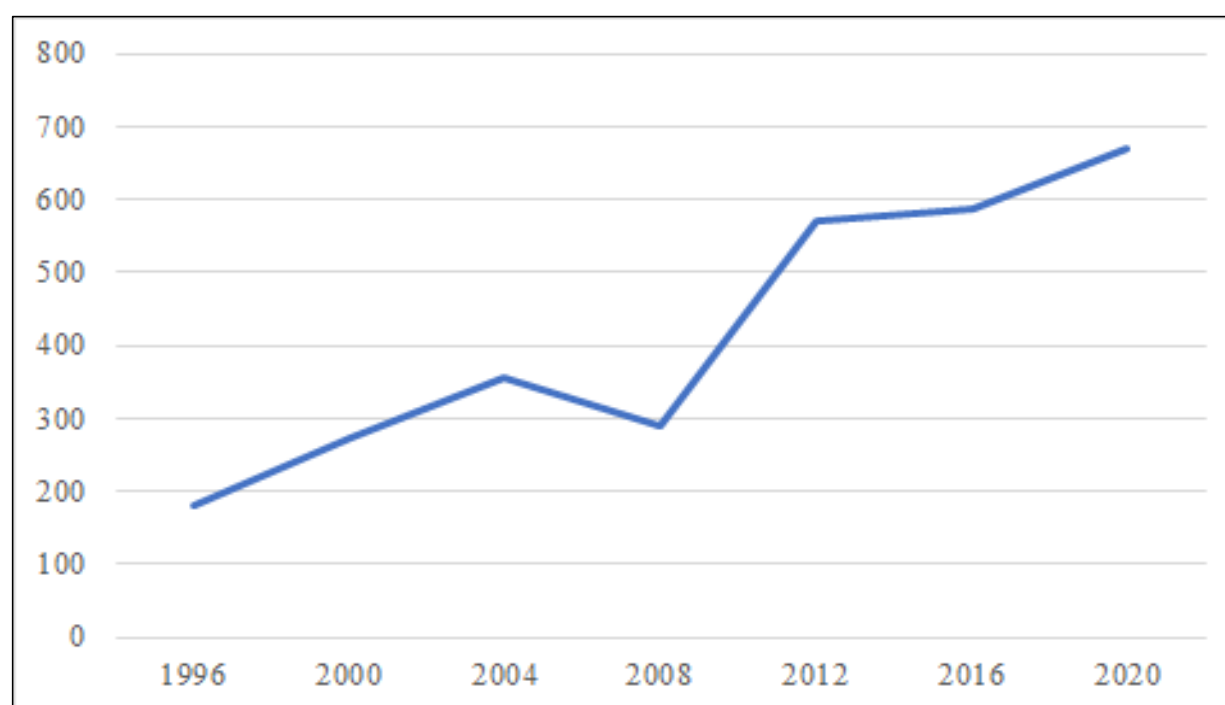
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O que se observa no Gráfico 5 é que o PSDB manteve um padrão relativamente estável de percentual de cadeiras ocupadas de 1992 a 2008, tendo perdido espaço em 2012, ano em que outros partidos conquistaram mais de 60% das cadeiras na Câmara de Vereadores de Teresina. 2012, também, foi o ano em que o número de cadeiras em disputa na Câmara saltou de 21 para 29, o que elevou também a competitividade em torno da disputa para vereador na Capital piauiense.

Analisando os dados de 1996 a 2020, por meio do Gráfico 6, observa-se que quase dobrou o número de candidatos em 2012. Além de ter mais vagas em disputa, o pleito de 2012 foi marcado por uma disputa acirrada para a Prefeitura de Teresina entre o PTB e o PSDB, conforme explicitado no tópico anterior. Isso pode ter criado uma conjuntura mais propícia para uma possível derrota do PSDB, o que elevou o número de challengers nas eleições, principalmente em 2020.

A força da candidatura de oposição em 2012 se repetiu em 2016, com o PSD, o que correlacionou com um lançamento muito maior de candidatos a vereador nos dois pleitos. O padrão de alto número de candidatos a vereador se manteve em 2020, que, além de ter contado com a força da candidatura emedebista de Dr. Pessoa, também contou com muito mais candidaturas à Prefeitura, incentivadas pelo fim das coligações nas eleições proporcionais, que fez com que os partidos fortalecessem suas candidaturas e listas nas disputas para vereador.

**Gráfico 6 . Candidaturas deferidas para o cargo de vereador (1996-2020).**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

\* Não foi possível obter os dados de lançamento de candidaturas para vereador em 1992.

Diferentemente de 2016, em 2020, o PSDB lançou uma candidatura majoritária com uma coligação eleitoral muito menor: saiu de 21 partidos para 9. Isso já indicava um cenário muito mais pulverizado do ponto de vista político. Além disso, o PSDB perdeu o apoio do MDB e de outros partidos que ou lançaram candidatos ou apoiaram outras candidaturas.

Dada a conjuntura favorável à mudança política, a tendência, de fato, era de que os outros partidos buscassem a janela de oportunidade para ampliar suas bancadas na Câmara de Vereadores, fato que aconteceu com os partidos que, historicamente, já ocupavam o maior número de cadeiras (ver gráfico 5). Partidos como os listados no gráfico (DEM, PMDB, PDT, PT e PP) ampliaram suas bancadas. Já o PSDB e outros partidos menores perderam cadeiras.

Havendo mais partidos, mais candidatos, uma coligação eleitoral mais enxuta, poucos apoios no segundo, em uma conjuntura política pouco favorável (considerando a situação de emergência de saúde imposta pela covid-19), o PSDB não conseguiu repetir o desempenho de eleições anteriores, sendo derrotado e perdendo o seu maior, e talvez único, reduto político do Estado.

#### 4. CONCLUSÕES

Após vitórias sucessivas desde 1992, o PSDB foi derrotado em Teresina, principal colégio eleitoral do Estado, com cerca de 22% do eleitorado. Dentre os 224 municípios piauienses, o partido elegeu somente um prefeito - no Município de Passagem Franca do Piauí, que possui menos de 5 mil habitantes.

Apesar de ter contado com o apoio do PP, partido que obteve o maior número de prefeituras no Estado, com 83 prefeituras, o PSDB passa a ser coadjuvante na política estadual, mais do que nunca, tendo seu poder de influência diminuído no Estado, principalmente ao se considerar que, em 2022, poderemos ter uma conjuntura política favorável à mudança política, dada a impossibilidade de mais uma reeleição de Wellington Dias (PT).

Em resumo, além de perder as eleições em Teresina, o PSDB não traçou um plano B para o partido no Estado. Mais do que respostas, a pergunta que fica é: qual o futuro político do PSDB no Piauí a partir de agora?

Se o senador Ciro Nogueira (PP) for candidato ao Governo do Estado, é provável que conte com o apoio do PSDB. Firmino Filho terá chances de concorrer a um cargo proporcional (deputado federal ou senador). Em caso de vitória de Nogueira, o PSDB poderá ocupar cargos estratégicos no Governo, se reorganizar para as eleições municipais de 2024 em Teresina. Caso

não seja possível este movimento, o PSDB e suas lideranças locais terão que se colocar como a principal força de oposição teresinense, em um contexto político e econômico bastante complexo para a gestão de Dr. Pessoa, marcado pela escassez de recursos e pela demanda de uma Prefeitura muito mais presente e eficiente diante dos desafios impostos pela pandemia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTINS, R. H. C. (2016). **Radiografia do Partido da Social Democracia Brasileira no Estado do Piauí (PSDB – PI) no período de 1988 a 2010.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Piauí, Teresina.

POWER, T. J. (2003). Fernando Henrique e a “Terceira Via”: Blairismo à Brasileira? *In* J. A. G. TAVARES (Org.), **O que esperar da Social-Democracia no Brasil?** (pp. 221-273). Brasília, DF: Instituto Teotônio Vilela.

ROMA, C. (2002). A institucionalização do PSDB entre 1988 a 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 17(49), 71-92.

VIEIRA, S. M. (2012). **O Partido da Social Democracia Brasileira: trajetória e ideologia.** (Tese de Doutorado). Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

## 12. ELEIÇÕES NO RECIFE: INCLINAÇÕES DO ELEITORADO E POLARIZAÇÃO POLÍTICA

Luciana Santana<sup>1</sup>

Priscila Lapa<sup>2</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

Recife tem 1,1 milhão de eleitores, distribuídos em onze zonas eleitorais, de acordo com o TSE. O eleitorado feminino corresponde a 55,4%. Historicamente, a cidade é conhecida pela tradição de esquerda, evidenciada pelos resultados dos últimos vinte anos. Em 2000, foi eleito João Paulo, à época no PT, reeleito em 2004; em 2008, o PT emplacou mais um mandato, com a eleição de João da Costa; o sucessor de Costa foi Geraldo Júlio (PSB), reeleito em 2016. Dessa forma, a eleição de João Campos representou a continuidade de um longo ciclo de esquerda e o terceiro mandato consecutivo do PSB.

João Campos foi eleito com 447.913 votos (56,27%), no segundo turno, em uma eleição realizada no contexto da pandemia do novo coronavírus. Apesar da juventude (é o prefeito mais jovem da história do Recife), sua eleição é vista como a continuidade da história política do seu pai, o ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, que morreu em um acidente aéreo, em plena campanha presidencial de 2010, e do seu avô, o também ex-governador Miguel Arraes.

A disputa municipal no Recife em 2020, entre João Campos (PSB) e Marília Arraes (PT), pode ser considerada como uma das mais intensas e acirradas do País, não apenas por ser uma competição entre primos pelo comando da Capital ou entre candidaturas de esquerda, mas pelas campanhas marcadas por desinformação, ataques, difamações e quebra de reputações.

---

1 Doutora e mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, com estância sanduíche na Universidade de Salamanca. É professora adjunta na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Professora do PPGCP-UFPI, é líder do grupo de pesquisa: Instituições, Comportamento político e Democracia, e atualmente ocupa a vice-diretoria da regional Nordeste da ABCP.

2 Doutora e mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco, possui graduação em Comunicação Social (Jornalismo) e em Serviço Social. Professora na Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO) e Analista Técnica no SEBRAE-PE, atuando na área de Políticas Públicas.

Amplamente presentes nas disputas americanas (BARTLE e GRIFFITHS, 2001), campanhas negativas têm sido utilizadas de forma frequente no Brasil contemporâneo, em programas de rádio e televisão, tanto na propaganda em bloco quanto nos comerciais ao longo da programação (*spots*) (BORBA, 2015), assim como na internet (SOUSA e MARQUES, 2016). Somadas à utilização de desinformação, essas estratégias podem interferir nas decisões do eleitor.

Considerando esses aspectos, neste capítulo, buscamos analisar a eleição na Capital pernambucana, a partir da seguinte indagação: o comportamento do eleitor naquela cidade se deu conforme a tendência histórica daquele contexto ou foi atípico para os padrões recifenses? Ademais, que interpretações podem ser feitas sobre as eleições municipais em um cenário político nacional polarizado?

### **TRAJETÓRIA DO ELEITOR RECIFENSE: TENDÊNCIA À ESQUERDA E AVALIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO**

O comportamento intuitivo do eleitor recifense foi apontado por Bizarro, Silva e Rocha (2011), caracterizado pelas incoerências em sua racionalidade decisória e pela incapacidade de formular uma explicação para sua ação, assim como não consegue identificar os fatores que a motivaram. Um achado importante dos autores diz respeito ao fenômeno dos apoiadores, em que o apoio funciona como um atalho cognitivo importante para o eleitor, que avalia um futuro mandato a partir do que conhece da agenda do governo atual (p. 219). No contexto de 2020, João Campos significava continuidade com o modelo já conhecido do PSB, especialmente do seu pai Eduardo Campos, revestido da renovação pelo perfil de um político forjado na era digital. Porém, o que merece análises mais apuradas é o fato de que, no contexto da eleição, os principais governantes do PSB no Estado (o governador Paulo Câmara e o então prefeito Geraldo Júlio) amargavam má avaliação de seus mandatos. Como explicar, então, o desejo de continuidade do mesmo partido, como confirma o resultado do pleito?

Pesquisa Ibope divulgada quatro dias antes da eleição, no dia 25 de novembro, apontava que 62% da população desaprovava o prefeito Geraldo Júlio, um percentual que teve crescimento ao longo da trajetória eleitoral:



**Figura 1. Histórico de avaliação de Geraldo Júlio**

	02/10	15/10	29/10	09/11	14/11	18/11	25/11
Ótima/boa	27%	25%	23%	23%	23%	23%	22%
Regular	40%	38%	38%	38%	36%	40%	37%
Ruim/Péssima	32%	34%	37%	37%	37%	35%	39%
Não sabem avaliar	1%	1%	2%	2%	3%	2%	1%

Fonte: IBOPE

Da mesma maneira, o governador Paulo Câmara manteve avaliação negativa, conforme a série de pesquisas Ibope:

**Figura 2. Histórico de avaliação de Paulo Câmara**

	2/10	15/10	29/10	9/11	14/11	18/11	25/11
Ótima/boa	19%	22%	18%	18%	19%	18%	17%
Regular	39%	35%	34%	37%	34%	39%	38%
Ruim/Péssima	40%	40%	46%	44%	44%	40%	43%
Não sabem avaliar	2%	2%	2%	2%	3%	2%	2%

Fonte: IBOPE

Almeida (2008), observando os resultados de eleições municipais em 19 cidades, no ano 2000, apresentou a assertiva de que prefeitos com administração bem avaliada têm mais chance de se reeleger ou eleger um sucessor. Oliveira e Santos (2014) testaram a hipótese de Almeida (2008) em sete capitais, no pleito de 2008, mas já adicionando a percepção de que a variável administração bem avaliada, quando considerada isoladamente, não tem po-

der explicativo satisfatório para interpretar o desempenho de um candidato. Para os autores, é importante considerar outras variáveis explicativas:

1. Desconfiança do eleitor: nesse caso, o candidato apoiado pelo candidato bem avaliado não gera no cidadão a confiança de que, caso eleito, continuará a lhe trazer benefícios;
2. Fragilidade do candidato: diz respeito a aspectos como imagem, história política, identificação com o prefeito bem avaliado;
3. Força dos candidatos oponentes;
4. Necessidades e desejos do eleitor que não foram atendidos pela administração atual, mas que constam nas propostas dos oponentes (OLIVEIRA; SANTOS, 2014, p. 192).

Ao analisarem especificamente a campanha eleitoral de João da Costa (PT) para prefeito do Recife, em 2008, os autores constataram que a boa avaliação do prefeito João Paulo contribuiu para a vitória do seu sucessor no primeiro turno. Por meio de pesquisas qualitativas, eles constataram que o prefeito João Paulo era admirado pelos entrevistados, dos mais diversos segmentos econômicos (D, C e B). Ao mesmo tempo, os oponentes, em especial Cadoca e Mendonça Filho, demonstravam ter força eleitoral (p. 204), mas não tinham imagem de gestores públicos. Havia, ainda, uma especificidade do contexto, que era a dificuldade de identificar quem era o candidato apoiado pelo então senador Jarbas Vasconcelos, o que enfraquecia dois oponentes principais (Raul Henry e Mendonça Filho).

No contexto de 2012, a eleição no Recife foi marcada por dois movimentos: petismo contra eduardismo, conforme Oliveira, Gadelha Júnior e Costa (2014). Pesquisas de opinião publicadas no ano anterior ao da eleição mostravam que o eleitor tinha uma memória positiva da administração do ex-prefeito João Paulo, agora rompido com o então prefeito João da Costa, cuja gestão alcançava índices de aprovação inferiores aos do seu antecessor. Por outro lado, o então governador Eduardo Campos era aprovado por 64% dos eleitores, de acordo com pesquisa do Instituto Maurício de Nassau (IPMN) (p. 215).

Com o início oficial da campanha, em julho de 2012, ficou evidente que o PT perdeu forças junto ao eleitorado recifense, em grande parte em decorrência da má avaliação da gestão João da Costa, que abriu um racha no partido e acabou com a indicação de Humberto Costa como candidato pela

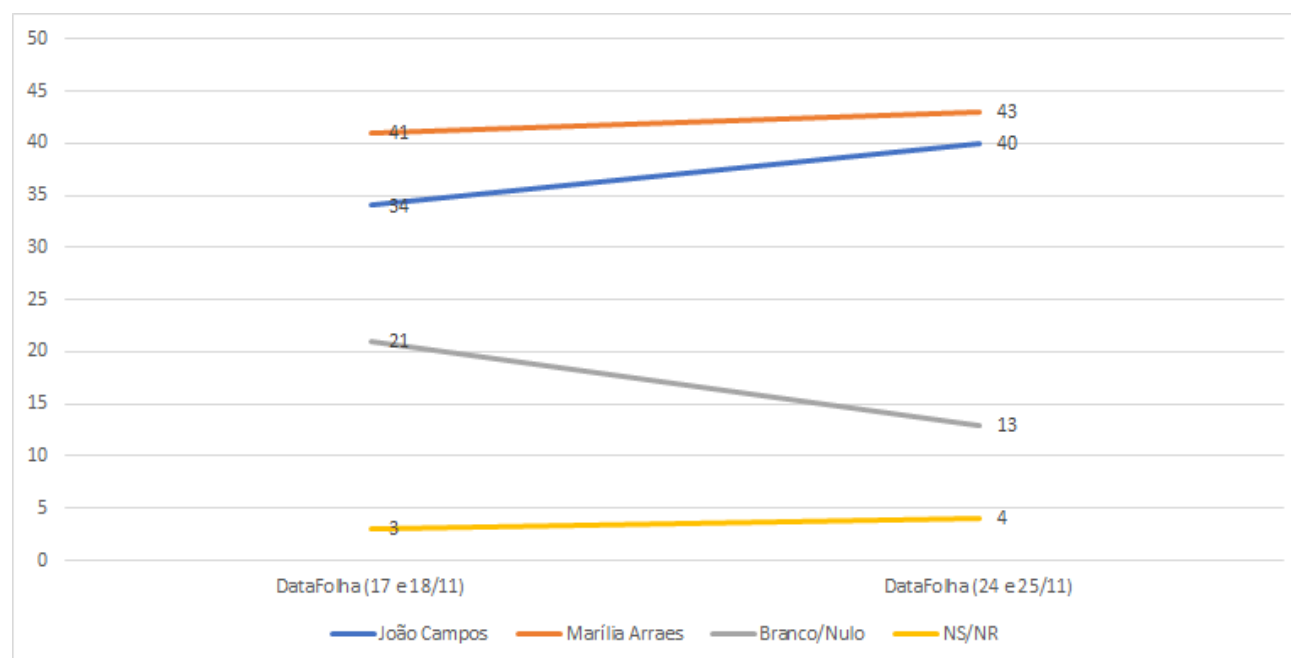
legenda. Na visão de Oliveira, Gadelha Júnior e Costa (2014), prevaleceu naquela eleição o efeito de ancoragem (KAHNEMAN, 2012, p. 153), que ocorre quando uma pessoa considera um valor particular para uma quantidade desconhecida antes de estimar essa quantidade. No contexto eleitoral, esse efeito seria revelado por um sentimento heurístico, que orienta a tomada de decisão dos eleitores, a partir de uma referência que é criada acerca de um ator político, funcionando como um atalho informacional cognitivo (TONETTO et al., 2006).

Dessa forma, com bases nas pesquisas que demonstravam a boa avaliação do ex-governador Eduardo Campos, mesmo entre eleitores de outros candidatos, Oliveira, Gadelha Júnior e Costa (2014) interpretam que o apoio de Campos a Geraldo Júlio serviu como atalho informacional cognitivo para orientar a decisão dos eleitores. Geraldo Júlio venceu as eleições com 51,15% do total dos votos válidos. A má avaliação de João da Costa foi variável relevante para explicar o declínio do PT entre os eleitores da Capital pernambucana.

## O CONTEXTO ELEITORAL DE 2020 EM RECIFE

O resultado das eleições foi significativamente distinto daqueles apontados pelos institutos de pesquisa, divulgados ao longo do segundo turno. Na pesquisa DataFolha, divulgada três dias antes do segundo turno (26/11), Marília Arraes (PT), candidata petista, aparecia com 43% das intenções de votos contra 40% de João Campos (PSB). Na primeira sondagem, divulgada no dia 19/11, Marília tinha 41% e subiu 2 pontos. Campos teve o maior crescimento, 7 pontos. Antes aparecia com 34% das intenções de votos. Entre uma pesquisa e outra, foi possível perceber mudanças também em relação à porcentagem de entrevistados que informaram que pretendiam votar branco ou nulo. A porcentagem era de 21% e reduziu para 13%. A porcentagem de indecisos oscilou de 3 para 4%.

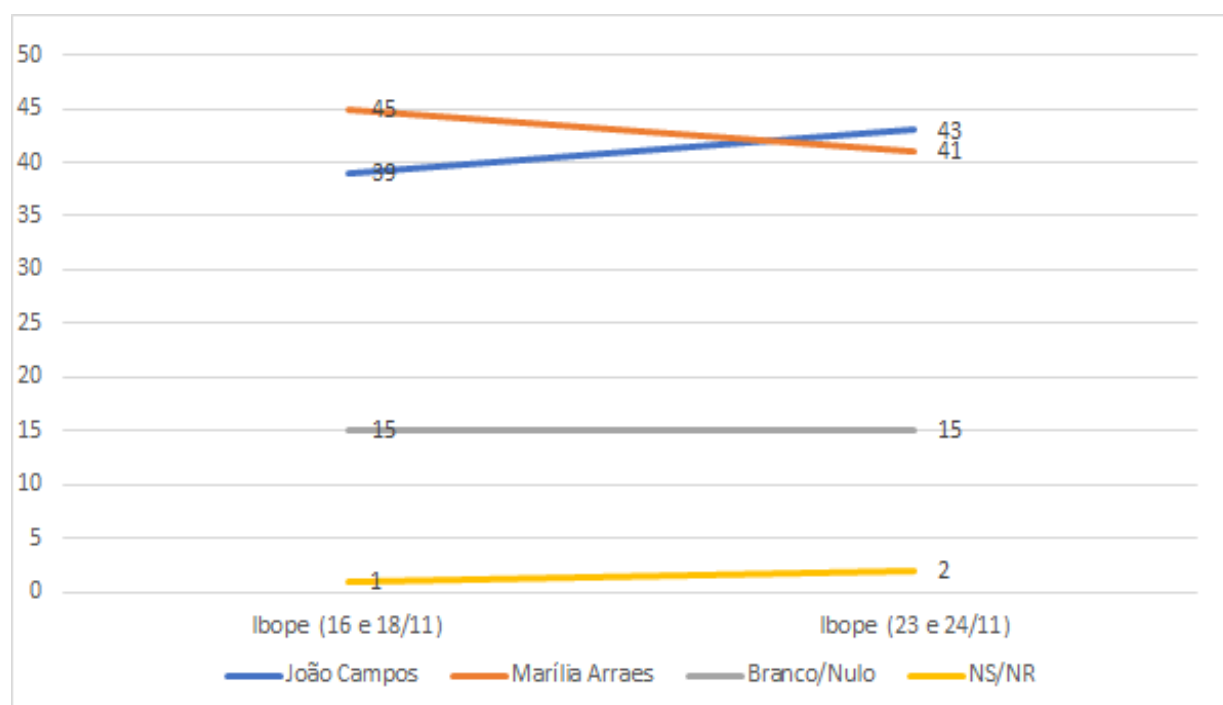
**Figura 3. Desempenho candidatos nas pesquisas DataFolha**



Fonte: Elaboração das autoras, com base nas pesquisas DataFolha.

Cada instituto segue metodologia própria, mas ainda que não seja possível comparar pesquisas de intenções de votos, torna-se importante ressaltar que, na reta final, os números do DataFolha divergiram dos números da pesquisa Ibope. No levantamento publicado no 19/11, João Campos (PSB) tinha 39% e subiu para 43% na pesquisa publicada no dia 25/11. Marília Arraes (PT) que liderava com 45%, caiu para 41%. A porcentagem de brancos e nulos permaneceu estável. E de indecisos cresceu apenas 1 ponto.

**Figura 4. Desempenho candidatos nas pesquisas Ibope**



Fonte: Elaboração das autoras, com base nas pesquisas Ibope.

A trajetória da candidata Marília Arraes (PT) no segundo turno começou embalada pelo entusiasmo. A sua votação no primeiro turno foi de 223.248 votos, o equivalente a 27,95%, deixando para trás Mendonça Filho (DEM) e a Delegada Patrícia (PODE). Em alguns momentos da apuração dos votos, Marília esteve à frente de João Campos (PSB), o que gerou entusiasmo em apoiadores e na militância, numa onda crescente de “virada”.

Ciente de que o antipetismo seria o mote da campanha do seu adversário, a candidata foi angariando apoio até de adversários locais do PT, que justificaram seu gesto como a aposta na mudança. O deputado federal Ricardo Teobaldo, presidente estadual do PODEMOS, passou por cima do primeiro turno e declarou que a legenda tinha em Marília a representação da oposição ao PSB. Com esse mesmo mote, o prefeito reeleito de Jaboatão dos Guararapes, Anderson Ferreira (PL), se juntou ao time de apoio à petista. O ex-senador Armando Monteiro (sem partido), que apoiou Mendonça Filho no primeiro turno, veio a público declarar que somava forças à candidata do PT.

Trazendo emoções positivas como pano de fundo dos programas eleitorais no rádio e na TV, Marília permaneceu em postura crítica à gestão socialista, mas em debates passou a questionar a capacidade de liderança e de gestão do seu adversário. O seu desafio era captar os votos daqueles que optaram por outros candidatos no primeiro turno movidos pelo sentimento de mudança. No primeiro turno, nem sempre foi possível fazer a distinção entre sua candidatura e a do socialista, colocada por muitos - inclusive pelos seus adversários - como sendo iguais, aliadas, de esquerda.

Ainda que o antipetismo tenha aparecido no primeiro turno, ele não foi amplamente explorado como se imaginava na largada do processo, pois a candidatura do PSB era o grande alvo. Marília não teve sua candidatura desconstruída e isso pode ser um dos motivos pelos quais ela chegou ao segundo turno.

João Campos (PSB) protagonizou uma campanha cuja estratégia buscava despertar no eleitorado o antipetismo e o sentimento de desconfiança sobre Marília Arraes. A ele não restou alternativa, já que, para vencer a eleição, precisava dos votos depositados nos seus adversários no primeiro turno. Necessitava se diferenciar de Marília, neutralizando a percepção de que são dois candidatos jovens, de esquerda. Se não bastassem os vínculos familiares, seus partidos protagonizaram episódios de alianças e rompimentos no cenário local.

Assim, o tom mais emotivo, propositivo, de posicioná-lo como jovem, porém determinado, e tecnicamente preparado, foi sendo substituído pelo mote “Marília é PT”; pelo resgate de críticas às administrações petistas na cidade; pela comparação dos seus mandatos de deputado federal, apresentando a petista como alguém que tem um desempenho aquém do seu; e pela exploração de denúncias e possíveis indiciamentos de Marília pelo Ministério Público.

As primeiras propagandas de João Campos (PSB) no primeiro turno apontaram que Marília viabilizou sua candidatura por manter relações amistosas com membros da executiva nacional do PT, insinuando que essas lideranças petistas dominariam a Prefeitura do Recife, caso Marília vencesse a eleição.

Não foi pelas propostas que o eleitor tem conseguido diferenciar João Campos e Marília Arraes. Para cada proposta, uma acusação, um ataque ou uma tentativa de defesa. Na trajetória do segundo turno, apenas alguns aspectos específicos das propostas entraram na agenda eleitoral. Um exemplo disso foi o projeto apresentado por Marília Arraes, intitulado “Palafita Zero”, que pretendia retirar famílias de palafitas com a construção de unidades habitacionais. João Campos acusou a candidata de desconhecer o custo para zerar as palafitas e que, portanto, ela estaria prometendo algo inexecutável. A candidata rebateu, mostrando as deficiências na área habitacional na atual gestão. E, assim, do debate acerca de uma proposta, imediatamente se chegou a um novo embate com elementos de desqualificação do adversário.

A famosa polarização direita versus esquerda se diluiu pelo debate mudança versus continuidade, mas agora de forma mais acentuada com referências de que mudar significa votar no PT. João Campos afirmou em entrevistas e debates que não teria secretários e nenhum membro do Partido dos Trabalhadores em seu *staff*. Nesse cenário, a diferenciação seria: “eu não sou do PT”, com tudo o que isso possa significar para o eleitor.

Outra diferenciação foi buscada pelas alianças firmadas e pelos perfis dos apoiadores. Marília Arraes buscou resgatar as realizações das gestões petistas na cidade, sem fazer menção aos ex-prefeitos petistas. Em 2020, o ex-prefeito e deputado João Paulo, hoje no PCdoB, disputou a eleição no município vizinho, Olinda, sem sucesso. No segundo turno, ele declarou apoio a Marília Arraes, ainda que seu partido, antes aliado recorrente do PT, hoje seja um braço direito do PSB, ocupando, inclusive, a Vice-Governadoria.

O ex-prefeito petista João da Costa, que disputou a eleição de vereador no Recife, e também não ganhou, fez diversas críticas a Marília Arraes no início da campanha, ressaltando o seu descolamento em relação às bases do partido. Agora no segundo turno, declarou seu apoio público à candidata. Era o que a campanha de João Campos queria: mostrar que as administrações petistas não foram suficientemente competentes, uma vez que Costa saiu da Prefeitura com baixíssima avaliação, em 2012, sem sequer conseguir ser candidato à reeleição.

Nos debates, Campos passou a mencionar enfaticamente que Marília era a candidata de João da Costa, mais uma vez na tentativa de aflorar o sentimento anti-PT e gerar desconfiança sobre um possível mandato de Marília e seus aliados.

Contudo, a aliança entre PT e PSB é uma das maiores marcas da política local. Seria normal o fato de terem sido parceiros e hoje serem adversários; mas a forma como se deu o processo deixou marcas que estão sendo exploradas pelos competidores na conjuntura atual.

Os dois partidos foram aliados nas três gestões petistas na Capital pernambucana: 2000-2004; 2005-2008; 2019-2012. Em 2012, o PSB lançou candidato próprio, Geraldo Júlio, que venceu no primeiro turno, apesar de ser um quadro técnico do Tribunal de Contas do Estado, sem qualquer experiência política. Foi uma estratégia exitosa do ex-governador Eduardo Campos, que enxergou uma grande oportunidade de ganhar a Prefeitura do Recife, esquivando-se da briga interna do PT para definir quem seria o seu postulante. Isso porque, diante da má avaliação da gestão de João da Costa, uma ala do partido passou a defender que ele não fosse candidato à reeleição e que outro nome deveria substituí-lo. A briga, envolvendo a executiva nacional, gerou desgastes públicos para a legenda, que lançou Humberto Costa (atualmente senador pelo partido) e amargou o terceiro lugar. A partir dali, o PSB se tornou o grande protagonista da aliança política de esquerda no Recife.

Em 2016, a rivalidade entre os dois partidos foi reforçada. Geraldo Júlio foi para o segundo turno com João Paulo, à época no PT, e venceu com 61,30% dos votos. No cenário nacional, o PT amargava o seu pior desempenho na história recente, influenciado sobretudo pelo *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Dois anos antes, PT e PSB viveram a maior desavença da trajetória dos partidos no contexto estadual. Eduardo Campos lançou-se candidato a presidente, com uma aprovação da sua administração que ultrapassava os 60%. Com a tragédia ocorrida, o eduardismo se tornou uma vertente política

forte, avassaladora, quase. O PSB optou por abraçar a candidatura de Marina Silva, colocando-se como oposição nacional ao Partido dos Trabalhadores. No segundo turno, rumou para apoiar Aécio Neves. Era um choque com o caminho mais à esquerda que sempre percorreu. No plano local, os socialistas garantiram a eleição de Paulo Câmara para governador, mais um técnico escolhido por Eduardo Campos, como estratégia para não dar protagonismo a nenhum partido aliado em específico e manter a hegemonia do PSB.

Esse rompimento com o PT em 2014 levou o PSB a liberar secretários estaduais para reassumirem seus cargos de deputado federal para votar a favor do *impeachment* de Rousseff, o que causou ainda mais distanciamento com seus antigos aliados petistas; mas não contavam com a mudança de cenário que se deu no Brasil em 2018.

O grande nome do PT em Pernambuco era o senador Humberto Costa, que pleiteava sua reeleição. Ao mesmo tempo, o palanque do governador Paulo Câmara minguava pelo desgaste da gestão socialista. Marília Arraes entra nesse contexto, pois, em 2016, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores, após imenso desgaste dentro do PSB, tornando-se uma das principais críticas dos socialistas. Em 2018, pleiteava lançar sua candidatura a governadora do Estado, mas, pela intervenção de Humberto Costa, teve seu nome retirado da disputa. Assim, os dois partidos rumaram juntos e garantiram não só a reeleição do Senador como do Governador no primeiro turno. A aliança beneficiou os dois. E Marília permaneceu como um nome viável, uma espécie de “carta na manga” para o PT.

Até o início de 2020, especulava-se a possibilidade de manutenção da aliança, mais uma vez “sacrificando” as pretensões de Marília Arraes. Desta vez foi diferente. Seu principal padrinho político, o ex-presidente Lula, foi um defensor de primeira hora da sua candidatura, o que foi acatado pela Executiva Nacional do partido. Como a aliança entre os dois foi inviabilizada, foram geradas expectativas sobre como seria a condução dos discursos: se os adversários iriam partir para o ataque, mesmo tendo rompido a relação muito recentemente, somado ao fato de membros do PT ainda manterem cargos na gestão socialista. No primeiro turno, os candidatos de centro-direita utilizaram essas idas e vindas dos dois partidos para dizer que se tratava de uma coisa só. E para muitos eleitores isso fazia todo o sentido.



## MARÍLIA ARRAES OU MARÍLIA?

Marília tentou firmar-se como uma liderança com personalidade própria e protagonismo. No início da campanha, foi cobrada por não utilizar os símbolos e cores do partido. No entanto, além das alusões ao seu avô Miguel Arraes, a candidata trouxe a figura de Lula para os seus programas e viu o crescimento da sua intenção de votos acontecer. Passou a resgatar os feitos das administrações petistas, tanto em âmbito nacional quanto localmente. A mensagem era: “É Lula, é Arraes. É Marília Arraes”. E completava dizendo ter orgulho de carregar no peito “essas duas histórias de luta”, porém advertia: “Não esqueça, eu sou Marília”.

Muito se debateu sobre o que e quem contribuiu para que Marília se viabilizasse no segundo turno. O fato de ser mulher teria sido um grande diferencial? Lula foi um cabo eleitoral mais eficiente do que o presidente Bolsonaro, que, ao apagar das luzes do primeiro turno, declarou apoio à candidata Delegada Patrícia? O quanto do eleitor petista esteve presente?

Em sua campanha no segundo turno, Marília passou a ser mais enfática na mensagem direcionada ao público feminino. Passou a falar que “o Recife precisa de uma Prefeita”, fazendo alusão às características femininas do cuidado.

A imagem de Marília antes da eleição de 2020 era a de alguém que teve coragem de romper com o PSB, mesmo sendo da família Arraes e tendo sua história política de alguma forma atrelada ao partido do seu avô e do seu tio Eduardo Campos. Ao mesmo tempo, João Campos desponta como um jovem que passou pela perda precoce do pai e que escolheu a política como vocação. A sua imagem jovial contrasta com o discurso que tenta demonstrar firmeza. Os adversários, em diversas ocasiões, cobraram um do outro respeito ao legado de Miguel Arraes.

Um fato novo do segundo turno foi a força de desconstrução da candidata petista, não apenas pela questão partidária, mas pelo viés religioso. Logo no início da corrida do segundo turno, ainda no embate dos apoios dados a cada um dos postulantes, inserções do PSB na TV e no rádio começaram a questionar a formação religiosa de Marília Arraes, colocando-a como alguém que, em determinadas ocasiões da sua trajetória como vereadora, havia adotado posturas anticristãs, como o posicionamento contrário à leitura da Bíblia no início das sessões plenárias. Em seguida, panfletos apócrifos passaram a ser distribuídos na saída de templos religiosos com esse mesmo teor.

A candidata recorreu às redes sociais para gravar mensagens em que reafirmava a sua postura cristã e para repudiar essa estratégia de “ataques pes-

soais” da campanha socialista. Também conseguiu atrair lideranças religiosas, inclusive do segmento evangélico (recebeu o apoio de 12 congregações), que se disseram contrários aos ataques desferidos contra a petista.

Mas, de acordo com as pesquisas, a maior parte dos eleitores evangélicos passou a apoiar o candidato João Campos. Na pesquisa Ibope divulgada em 19 de novembro, Campos se destacou na preferência dos eleitores evangélicos com 44% das intenções de voto, contra 32% da candidata petista. A pesquisa do Datafolha publicada no dia 20 de novembro também apresentou diferença na preferência dos eleitores evangélicos. Dentre os entrevistados evangélicos, 33% mencionaram ter preferência por Marília e 38% por João Campos. Entre os católicos, 44% preferiam Marília e 35% a Campos. A intensidade das campanhas marcada por embates e difamações podem ter influenciado a intenção de votos. Na segunda rodada da pesquisa DataFolha, publicada no dia 25 de novembro (4 dias antes da eleição), a porcentagem de evangélicos que preferiam o candidato socialista cresceu, passando para 51% contra 30% dos que mencionaram preferir a candidata Marília. Entre os entrevistados católicos, 46% preferiam Marília e 39% João Campos.

Na Ciência Política existe um debate amplo acerca dos efeitos da propaganda negativa nas disputas eleitorais e quais as funções dos ataques aos adversários. Achados recentes têm demonstrado que as campanhas negativas contribuem para aumentar a participação eleitoral. Além disso, são mais informativas, ajudam na decisão eleitoral e focam em temas considerados relevantes pelo eleitorado (FINKLE e GEER, 1998; WATTEMBERG e BRIANS, 1999; KAHNA e KENNEY, 1999; LAU e POMPER, 2001; FREEDMAN e GOLDSTEIN, 2002; GEER, 2006). Dois determinantes definiriam a decisão de atacar: primeiro, ser de oposição e estar atrás nas pesquisas de intenção de voto. O raciocínio é de que desafiantes atacariam mais porque não desfrutam de visibilidade. Já os governantes focam suas estratégias de campanha em promover a si próprios com no seu histórico de realizações, focando em uma campanha positiva (BENOIT, 1999; GEER, 2006; HOLTZ-BACHA e KAID, 2006; KAHN e KENNEY, 2004b). Segundo, candidatos posicionados atrás nas pesquisas utilizam a propaganda negativa para inverter a tendência. Retardatários alteram a curva de votos de quem está na frente ou perdem a eleição (SKAPERDAS e GROFMAN, 1995; THEILMANN e WILHITE, 1998).

Ao estudar as mensagens eleitorais em campanhas presidenciais brasileiras, Borba (2015) mostra que a propaganda negativa estimula o debate em torno de realizações passadas, posicionamentos atuais e propostas de ação

futuras. Segundo o autor, esse tipo de ataque funciona como uma prestação de contas, pois o eleitor é lembrado sobre tudo aquilo que os candidatos fizeram de errado ou deixaram de fazer e também é alertado das consequências das políticas públicas que oferecem. “Do ponto de vista eleitoral, conhecer o posicionamento dos candidatos ajuda a decisão do voto, uma vez que discrimina para o eleitor as opções disponíveis” (BORBA, 2015, p. 288).

Apesar da grande repercussão sobre a campanha no Recife em 2020 ter sido permeada por ataques e pelo tom negativo das mensagens, essa estratégia possivelmente foi seguida por ambos os candidatos no segundo turno em razão da possibilidade de empate técnico entre eles, conforme os institutos de pesquisa apontavam. Estudos posteriores poderão confirmar se o tom negativo das mensagens teve impacto sobre a abstenção, a audiência dos programas eleitorais e sobre o engajamento do eleitor.

## DISPUTA JUDICIAL E *FAKE NEWS*

A uma semana do pleito, a revista *Veja* publicou uma matéria apresentando denúncia feita pela 43ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania, acusando Marília Arraes de ter cometido improbidade administrativa, juntamente com quatro ex-assessores, quando foi vereadora do Recife. Datada de 10 dezembro de 2019, a denúncia desencadeou pedido à Polícia Civil para instaurar inquérito, a fim de apurar os fatos. De acordo com a revista, a denúncia dizia respeito a supostas irregularidades no pagamento de servidores do gabinete, que receberiam salários e não prestariam serviços, nos anos de 2014 e 2017. O fato foi amplamente explorado pela campanha socialista, assim como a divulgação de áudio do deputado federal Túlio Gadelha (PDT), em que supostamente confirmava a realização de atos de improbidade ligados à remuneração de servidores do gabinete de Marília Arraes. O PDT apoiou João Campos, inclusive indicou Isabella de Roldão como vice, mas o deputado se colocou publicamente contra essa postura. No segundo turno, Túlio Gadelha rompeu sua posição de neutralidade e declarou publicamente apoio a Marília Arraes.

A candidata divulgou notas e falou publicamente sobre tais acusações, dizendo se tratar de uma denúncia e de um processo já arquivados, por não serem procedentes. A partir daí, os dois candidatos passaram a travar brigas judiciais, no caso de Marília para retirar as propagandas sobre o assunto do ar; no caso de João Campos, para mantê-las.

O corpo a corpo para conquistar o eleitor permaneceu até que a votação fosse encerrada. Os candidatos tiveram a missão de convencer os eleitores de irem às urnas e reduzir a abstenção verificada no primeiro turno, além do elevado número de brancos e nulos apontados pelos Institutos de Pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. C. (2008). *A cabeça do eleitor: estratégias de campanha, pesquisa e vitória eleitoral*. São Paulo: Record.

BARTLE, J.; GRIFFITHS, D. (2001). *Political Communications Transformed: From Morrison to Mandelson*. New York: Palgrave.

BENOIT, W. (1999). *Seeing spot: a function analysis of presidential television advertisement, 1952-1996*. Westport: Praeger Publisher.

BIZARRO, A. M.; SILVA, A. L. A. da; ROCHA, E. C. (2011) Luzes do Poste: análise da eleição para prefeito do Recife em 2008. In: LAVAREDA, A.; TELLES, H. orgs. *Como o eleitor escolhe o seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

BORBA, F. (2015). Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, v. 21, n. 2.

FINKLE, S.; GEER, J. (1998). A spot check: Casting doubt on the demobilizing effect of attack advertising. *American Journal of Political Science*, vol. 42, n° 2, p. 573-595.

FREEDMAN, P.; GOLDSTEIN, K. (2002). Campaign advertising and voter turnout: new evidence for a stimulation effect. *The Journal of Politics*, vol. 64, n° 3, p. 721-740.

GEER, J. *In defense of negativity: attack ads in presidential campaigns*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

HOLTZ-BACHA, C.; KAID, L. Political advertising in international comparison. In: Holtz-bacha, C.; Kaid, L. (eds.). *The sage handbook of political advertising*. Thousand Oaks: Sage Publication, 2006.

KAHN, K.; KENNEY, P. O. (1999). Do negative campaigns mobilize or suppress turnout? Clarifying the relationship between negativity and participation. *The American Political Science Review*, vol. 93, n° 4, p. 877-889.

\_\_\_\_\_. (1999). Do negative campaigns mobilize or suppress turnout? Clarifying the relationship between negativity and participation. *The American Political Science Review*, vol. 93, n° 4, p. 877-889.

KAHNEMAN, D. (2012). *Pensar, depressa e devagar*. Lisboa: Temas e Debates.

LAPA, Priscila; SANTANA, Luciana. Apesar da indefinição no Recife, segundo turno pode ser um duelo em família. Observatório das eleições, UOL, 07/11/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/11/07/apesar-da-indefinicao-no-recife-segundo-turno-pode-ser-um-duelo-em-familia.htm>

LAPA, Priscila; SANTANA, Luciana. Rompimentos, campanha negativa e antipetismo no duelo familiar em Recife. Observatório das eleições, UOL, 28/11/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/11/28/rompimentos-campanha-negativa-e-antipetismo-no-duelo-familiar-em-recife.htm>

LAU, R.; POMPER, G. (2001). Effect of negative campaigning on turnout in U.S. Senate elections, 1988-1998. *The Journal of Politics*, vol. 83, n° 3, p. 804-819.

MARTINS, Helena; SANTANA, Luciana. *Campanhas de desinformação mobilizam conservadores contra líderes em votos*. Observatório das eleições, UOL, 26/11/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/11/26/campanhas-de-desinformacao-mobilizam-conservadores-contra-lideres-em-votos.htm>

OLIVEIRA, A.; SANTOS, R. (2014). Boas administrações elegem candidatos? Uma análise do comportamento dos eleitores em sete capitais brasileiras nas eleições 2008. In: OLIVEIRA, A. coord. *Eleições não são para principiantes: interpretando eventos eleitorais no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2014.

OLIVEIRA, A.; GADELHA JÚNIOR, C.; COSTA, S. (2014). A eleição municipal do Recife em 2012: “petismo”, “eduardismo” e o neodeterminante do voto. In: OLIVEIRA, A. coord. *Eleições não são para principiantes: interpretando eventos eleitorais no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2014.

PETERS, M. A. The information wars, fake news and the end of globalisation. *Educational Philosophy and Theory*, Abingdon-on-Thames, v. 50, n. 13, p. 1161-1164, 2018.

SOUSA, I.; MARQUES, F. P. J. M. (2016). Campanha negativa nas eleições de 2014: Uma abordagem empírica sobre como os candidatos à Presidência utilizaram o Facebook. CERVI, Emerson; MASSUCHIN, Michele; CAVASSANA, Michele (org). *Internet e Eleições no Brasil*. Curitiba: CPOP/UFPR.

SKAPERDAS, S.; GROFMAN, B. (1995). Modeling negative campaigning. *American Political Science Review*, vol. 89, n° 1, p. 49-61.

THEILMANN, J.; WILHITE, A. (1998). Campaign tactics and the decision to attack. *Journal of Politics*, vol. 60, n° 4, p. 1.050-1.062.

TONETTO, L. M. et al. (2006). O papel das heurísticas no julgamento e na tomada de decisão sob incerteza. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 23, n. 2, abr/jun.

WATTENBERG, M.; BRIANS, C (1996). Campaign issue knowledge and salience: comparing reception from TV commercials, TV news and newspapers. *American Journal of Political Science*, vol. 40, n° 1, p. 172-193.

## 13. O MESMO SENTIDO, CAMINHOS DIFERENTES: A DISPUTA À ESQUERDA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DO RECIFE EM 2020

Gabriella Maria Lima Bezerra <sup>1</sup>

Pedro Gustavo de Sousa Silva <sup>2</sup>

### 1. AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM UM CENÁRIO ATÍPICO

As eleições municipais brasileiras de 2020 ocorreram em um cenário político atípico. O desdobramento das turbulências políticas dos últimos sete anos, além da chegada de um *outsider* performático na cadeira presidencial, revela mais profundamente um realinhamento ideológico, com a conversão do País à direita e a intensificação do antipetismo – sentimento partidário negativo, que já data dos anos de 1990 (Samuels & Zucco, 2018). Entretanto, o resultado das urnas em 2018, entretanto, não foi homogêneo: a região Nordeste se destacou pela sincronicidade no voto destoante, tanto para o Executivo Federal, como para os estaduais.

No tocante às capitais, como já indicam pesquisas recentes (Nicolau, 2020), o enfrentamento entre petismo e antipetismo foi mais disputado, levando a uma diligente concentração e inquietude sobre os cenários locais em 2020. As perguntas sobre a permanência do sucesso do *bolsonarismo* e sobre sua (in)capacidade de penetrar a região nordestina foram uma constante nas análises políticas nacionais.

Outro ponto de indagação foi a possibilidade de formação de frentes amplas pelos partidos de oposição no plano federal, entendendo os perigos que a democracia brasileira enfrenta. Contribuindo para o quadro excepcional, a regra de formação de coligação foi modificada para os cargos pro-

---

1 Doutora em Ciência Política pela UFRGS, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco - DECISO/UFRPE, Pesquisadora do *Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia* -LEPEM/UFC e do *Núcleo de Estudos sobre Partidos e Democracia* - NEPD/UFRGS. E-mail: [gabriellamlb@gmail.com](mailto:gabriellamlb@gmail.com). Orcid: 0000-0003-1420-5667.

2 Doutor em Ciência Política pela UFPE. Participa do grupo de pesquisa *Partidos, Eleições e Comportamento Político* também da UFPE. E-mail: [pgustavoss86@gmail.com](mailto:pgustavoss86@gmail.com). Orcid:0000-0002-4010-6112.

porcionais, alterando as estratégias da disputa e o cálculo programático dos partidos políticos para os cargos majoritários, dificultando a construção e formação de alianças.

Para fechar o rol das atribuições, a pandemia da covid-19 obrigou a mudança do calendário eleitoral e inovações logísticas de várias ordens na disputa política e nos formatos de campanha, em um ano de predominante isolamento social, interferindo também na agenda pública e reorientando prioridades no desenho e no gasto da política pública.

Adiante, analisamos como a disputa municipal se desenrola ante essa realidade, no caso específico da cidade do Recife. Esta foi palco de segundo turno entre candidatos do campo ideológico de esquerda que ocuparam o Poder Executivo municipal nos últimos vinte anos.

O conteúdo do presente artigo é composto por mais quatro seções. A próxima expõe o histórico das disputas eleitorais em Pernambuco desde a redemocratização. Em seguida, apresentamos o cenário do primeiro turno de 2020 em Recife. Posteriormente, o embate no segundo turno do pleito na mesma cidade. Nas considerações finais, são apresentados os pontos de singularidade em Recife e os possíveis desdobramentos.

## **2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DAS COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS NA CIDADE DO RECIFE**

Quando escalonamos a trajetória municipal das eleições na Capital pernambucana, ficam evidente os apontamentos da literatura nacional (Borges, 2019; Carneiro, & Almeida, 2008; Dantas 2007, 2009 e 2017; Krause & Godoi, 2010 e 2012; Machado, 2017; Miguel, 2017a e 2017b; Ribeiro, 2010) sobre os pleitos do ‘meio período’ e suas especificidades na coordenação dos agentes político-partidários, especialmente, na constituição de coligações eleitorais, devido a incidência do *path dependence* – “o contexto político anterior à campanha em análise” (Speck & Cervi, 2016, p. 82), da autonomia do espaço municipal, com suas questões circunscritas, dos complexos cálculos de sobrevivência partidária no sistema político brasileiro, do tamanho, organização e histórico da legenda, da emergência das lideranças locais e grupos políticos que podem descartar uma consistência partidária, elevados muitas vezes pelo desempenho na gestão do governo.

Não se estabelece um fator predominante na disputa, mas, em análises aprofundadas, é possível encontrar os elementos conjunturais, em uma flutuação que ora pende para a força dos governadores, outras vezes é contagiada

pela federalização e, ocasionalmente, ganha contornos pontuais e locais. “[...] um ambiente político complexo como o brasileiro exigirá estratégias complexas e os partidos responderão a tal demanda de maneiras as mais variadas que somente serão compreendidas se o foco recair na racionalidade das estratégias em face dos estímulos ambientais”. (Peres & Lenine, 2017, p. 70).

Assim, identifica-se os ciclos de lideranças tradicionais, a força do *habitus* da política compartilhada no espaço familiar, uma rede partidária que se desenrola entre as décadas e a complementariedade entre a fluidez ideológica e o governismo, como aponta Machado (2017):

As duas dimensões não são excludentes [...]. Contudo, é possível considerar que, quanto menor a exigência do ambiente ao reforço de uma posição, maior impacto terá a outra dimensão na orientação da decisão partidária. Assim, dado ser o governismo mais vulnerável a flutuações, a sua maior fluidez pode tornar a dimensão ideológica menos saliente para se compreender a decisão partidária sobre alianças. (Machado, 2017, p. 54).

Deste modo, conseguimos situar o desfecho da última eleição na longa trama dos conflitos entre grupos políticos, a emergência de pequenas e fortes agremiações (Krause et al, 2013) e a inserção de novos elementos que passam a adentrar o cenário, como nos últimos anos, os grupos religiosos.

As eleições municipais do Recife, desde a redemocratização, seguem um perfil de disputas entre campos progressistas, com partidos de direita como avalistas, especialmente o PFL, atual Democratas, na chamada “União pelas mudanças”. Nos primeiros anos, o embate foi protagonizado por duas grandes lideranças - Jarbas Vasconcelos e Miguel Arraes - levando este a migrar para o PSB.

A migração de Arraes representou um ponto de inflexão no processo de consolidação do PSB, pois ao longo dos anos de 1990, e boa parte dos anos 2000, foi no estado de Pernambuco, que o partido apresentou os melhores resultados eleitorais na Câmara dos Deputados, na assembleia estadual, e também no executivo estadual. Em outros estados nordestinos como o Ceará e o Rio Grande do Norte, o partido apresentou um processo de crescimento semelhante. (Resende & Eptácio, 2017, p.265).

Na disputa de 1992, também participou da competição com candidatura isolada de esquerda, pelo PT, Humberto Costa. Jarbas Vasconcelos leva a vitória com o PMDB e Arraes perde com o PSB. Em 1996, a partir do acordo do início da década, a chapa leva o nome do PFL à frente e, vence novamente.



Em 1998, o racha se aprofunda, com nova derrota de Arraes para o campo de Jarbas.

Esse racha teve repercussões importantes no plano estadual e federal e leva a uma união duradora das esquerdas ‘mais à esquerda’, PSB e PT, forçando o PMDB a alianças com partidos mais à direita, rompendo o elo ideológico. O PFL foi polo atrativo importante, permitindo vínculos nacionais e a reverberação de seu sucesso no pleito local. Entretanto, a alternância federal, com a vitória de Lula e o progressivo encolhimento do PFL nas sucessivas eleições, esmorece a *União*. Recife antecipa a virada, derrotando o candidato da *União* com a vitória do PT em 2000, repetida em 2004, em consonância com indicações dos pesquisadores do tema, de que as municipais antecipam e estruturam a disputa federal e estadual. Jarbas entrou nessa campanha como governador, mirando a eleição de 2006, com a indicação de um nome que também está em 2020, Mendonça Filho. Mas, a emergência de forças progressistas leva à desestabilização interna da *União* e a disputa entre partidos pelo nome de sucessão, destronando a indicação. Desta maneira, visualiza-se o fim dos ciclos políticos (Carvalho, 2013) dessas lideranças tradicionais. As novas forças não vêm ‘de fora para dentro’, muito pelo contrário, nascem do continuísmo e das rupturas internas.

Em 2006, Humberto Costa e Eduardo Campos encamparam uma ruidosa disputa no Estado de Pernambuco, indicando estremecimentos na relação entre PT e PSB, que passará por idas e vindas. Mesmo com a tentativa de Lula de amenizar o conflito, a máquina de campanha negativa correu enérgica, com *jingles* remetendo aos escândalos que assombravam o PT no plano nacional. Importante é notar que esta característica do PSB, como João Campos, estará também presente em 2020, com uma campanha negativa virulenta e facciosa contra a candidata do PT, Marília Arraes: *tal pai, tal filho?* “A expressiva vitória de Eduardo Campos pôs fim a oito anos de hegemonia da União por Pernambuco, além de transformá-lo na principal liderança das denominadas “forças populares” de Pernambuco, tendo a sombra apenas do prefeito do Recife, João Paulo” (Barreto, 2008, p. 20). Além disso, o candidato petista Humberto Costa viveu a experiência do agendamento eleitoral pelo ativismo do Ministério Público, que passa a ser uma constante, desde a emergência da Lava Jato: seu nome é envolvido em investigações bem próximas à eleição. Pesquisas indicam que este fator impacta sim na escolha do eleitor, especialmente se ocorrer próximo ao pleito. O efeito se desgasta após

seis meses da explosão das notícias do caso (Ferraz & Finan, 2005; Ferraz & Finan, 2008; Gehrke, 2018; Pereira, Melo & Figueiredo, 2009; Brollo, 2010).

A recandidatura de Campos, em 2010, traz novos fatos às movimentações dos grupos políticos *interna corporis*: uma ala petista quer manter a proximidade com o PSB, especialmente devido a hegemonia que goza com uma ampla coalizão no Estado e outra quer recuperar o espaço do partido e constituir chapa própria em oposição à reeleição.

No nível local, em 2008, o PT acumula sua terceira vitória consecutiva. Em 2012, o conflito PT x PSB é replicado entre o candidato Geraldo Júlio (PSB), constituindo forte aliança com os partidos cristãos, e Humberto Costa (PT), buscando retornar, já anunciando o desgaste do partido mesmo no seu reduto. Além disso, o PSB costura alianças pontuais com forças políticas que foram se desprendendo da *União*, em razão da sua saída do antagonismo que marca as disputas, especialmente do PDT – desejoso por fugir do desgaste petista e do PL – fugindo do desgaste do DEM, retirando os antigos grandes partidos: PFL/DEM, PSDB e PMDB das cabeças de chapa no Estado. Também é importante notar a replicação das disputas locais no nível nacional. O conflito pernambucano histórico entre PMDB e PSB intensifica o desgaste dos socialistas com o PT nacional, quando da proximidade e dependência dos governos Dilma com o PMDB.

Apesar da harmoniosa e vitoriosa aliança de esquerda, também fortalecida em outros Estados e no plano nacional, entre PT e PSB, os desgastes e o desejo de conquista de mais espaço, a ascensão de lideranças não envolvidas com os escândalos que dominam os governistas petistas a partir do Mensalão, levam também à fragilização dos laços e à ruptura definitiva com a saída da ‘cola Lula’ e a entrada do ‘Tanque Dilma’. O conflito no estado levou a um efeito cascata e à saída do partido da coalizão governista, apoiando a oposição na eleição de Dilma em 2014. Como reforçador da ruptura, temos a ascensão crescente do PSB no período, indicando o que a literatura aponta sobre as estratégias de coligações entre partidos fortes em uma mesma região:

Quanto mais fortes são dois partidos numa região, maior tende a ser a competição entre eles e, conseqüentemente, mais difícil é que a aliança prospere ali. Por outro lado, quanto mais diferenciado é seu poder numa dada região, mais propícia é sua aliança, já que os partidos se complementam e faz sentido que o mais fraco busque estar ao lado do mais forte. Se essa diferença de poder relativo varia ao longo do território, de modo que dois partidos possam oferecer esteio um ao

outro em diferentes regiões, tanto melhor para uma possível aliança em eleições nacionais. (Couto et al, 2013, pp. 200-201).

Acrescente-se a autonomia relativa que gozam as eleições municipais, muito impactadas por grupos políticos e lideranças locais que se autonomizam em relação às estratégias partidárias de longo prazo e ou a nível nacional. As pesquisas também destacam a acentuada importância das coligações nas disputas, pela necessidade de composição para competição efetiva, por partidos medianos e grandes de um lado – “Os candidatos lançados por esses partidos apresentam índices de vitória, quando coligados, significativamente superiores às suas tentativas de sucesso quando disputam isoladamente as prefeituras” (Dantas, 2009, p.2) e de outro, pela necessidade de sobrevivência dos partidos pequenos, diante das regras de distribuição dos votos e de coeficiente eleitoral (Miguel, 2017a) – “[...] pequenos partidos acabam acolhidos na extensão destas mesmas coligações no plano proporcional e, por meio destas, burlam a cláusula de barreira”. (Limongi & Vasselai, 2016, p.18).

Pelo viés estratégico, a disputa entre partidos medianos e fortes e/ou entre grupos políticos e lideranças personalistas do mesmo campo ideológico impulsiona a competição e força coligações ideologicamente não congruentes. “Ao se coligar, o candidato majoritário vê reduzido o número de concorrentes, amplia sua rede de sustentação e ganha uma parcela maior do horário de propaganda eleitoral “gratuita” nos meios eletrônicos de comunicação”. (Miguel, 2017a, p. 27). Como apontam Limongi & Vasselai (2016), não só as coligações são importantes para o sucesso eleitoral, mas o tamanho delas é preditor do resultado, isso porque, ao se coligar, sinaliza seu maior potencial de vitória, intensifica seu poder de atração, retroalimentando sua força.

Vemos se efetivar a última etapa da maturidade partidária da teorização de Panebianco (2005), com a transformação ideológica da legenda em um elemento latente, conseguindo, assim, com coligações ampliadas, fortalecer-se eleitoralmente. Intensificando a importância desse tipo de aproximação, temos o cenário disperso do peso dos partidos no Brasil (Miranda, 2013).

No caso do PSB, o partido tem força e centralidade nas disputas na região Nordeste, entretanto, é pequeno em outras regiões, complexificando as configurações das coligações em um plano partidário nacional e ideologicamente contíguo. Mesmo sendo mais fiel e preferindo parceiros de esquerda, haja vista as conjunturas, as alianças do PSB, a partir de 2006, têm sido intensas com partidos de direita nas disputas para os governos estaduais (Krause &

Godoi, 2012 e Resende & Epitácio, 2017), com efeito cascata nas municipais. Assim, abriu-se espaço para o crescimento do partido, saindo do antigo reduto, mas ainda não conseguindo penetrar ainda a região Sudeste, de grande impacto eleitoral, e no Sul do país, marcada por lideranças de destaque, concentrando seu bom desempenho nas capitais e cidades pequenas, constituindo-se em “um partido de extremos” (Krause et al., 2013).

O Partido dos Trabalhadores, desde sua vitória no plano federal em 2002, têm uma relação pendular entre manter sua estratégia excepcional como cabeça de chapa de partidos fiéis de esquerda e caminhando com os demais partidos relevantes, participando de coligações cada vez menos consistentes (Miguel & Machado, 2007). Dados apontam a tendência de crescimento da disputa interna no campo ideológico de esquerda entre os anos de 1990 e 2000, como aponta Miranda: “Em 2010, os percentuais de alianças entre esses partidos são de 23,7%, 22,7% e 22,6% para a Câmara, Senado e governadorias, respectivamente, quase a metade dos observados em 1990”. (Miranda, 2013, p. 81). No esfacelamento dos antigos aliados, é preciso considerar: a) a crise política que se inicia em 2013 e que elevou a volatilidade eleitoral, b) a forte desestabilização em 2018 da polarização partidária dominante na Nova República, entre PT e PSDB na disputa presidencial (Melo 2010a, 2010b e Melo & Câmara, 2012) e c) a toxicidade do PT, com a ebulição do antipetismo nos últimos cinco anos (Dantas, 2017), abrindo espaços para que se constituam novos competidores. Na próxima seção, veremos a emergência de lideranças no campo de esquerda, na cidade de Recife, a partir da observância do pleito municipal de 2020, especialmente do conflito PT x PSB na disputa pela vaga no segundo turno.

### **3. A EMERGÊNCIA DE NOVAS LIDERANÇAS NO 1º TURNO DE 2020**

A definição das candidaturas para o pleito municipal – sobretudo nas capitais – considera também as articulações e movimentações partidárias realizadas nas esferas nacional e estadual. As eleições de 2020 em Recife seguiram esse caminho, tendo em vista que as instâncias diretivas nacionais de alguns partidos precisaram intervir nas instâncias locais, a fim de garantir o lançamento ou anulação de candidaturas majoritárias.

O PT, mesmo participando das gestões do PSB na Prefeitura do Recife e no Governo do Estado de Pernambuco, lançou a candidatura própria por conta da estratégia eleitoral definida pela direção nacional. O Diretório Municipal do PT preferia a manutenção do apoio ao PSB no pleito majoritário.

No sentido contrário, a instância diretiva local do PDT decidiu pela candidatura própria e acabou dissolvida pelo órgão superior para garantir o ingresso na coligação do PSB.

Ambos os casos de intervenção das instâncias partidárias nacionais estão inseridos no debate sobre a força organizacional dos partidos. Guarnieri (2011) analisa os mecanismos de tomada de decisão no interior de alguns partidos políticos brasileiros, a fim de identificar diferenças quanto ao grau de controle das lideranças sobre a organização. Nesta perspectiva, partido forte é aquele no qual a direção partidária controla as decisões internas de participação nas arenas eleitoral e decisória. O autor considera o controle das lideranças sobre as convenções partidárias, pois é quando o partido toma as decisões de lançar candidatos ou coligar-se. Tomando a centralização do controle das decisões internas como parâmetro, Guarnieri (2011) considera os partidos brasileiros como organizações fortes.

As intervenções dos diretórios nacionais do PT e do PDT nas instâncias partidárias locais visavam a implementar a estratégia nacional das respectivas siglas a partir do plano local. O pleito em Recife não é visto de forma isolada pela direção nacional partidária, mas sim dentro de um amplo conjunto de possibilidades que se conectam no território nacional. O debate sobre a coordenação do lançamento de candidaturas também reforça a visão mais otimista acerca da força dos partidos brasileiros.

Limongi e Cortez (2010) identificam uma atuação coordenada dos partidos na oferta de candidaturas ao pleito presidencial e aos governos estaduais. O lançamento de candidaturas nos dois planos é uma decisão interdependente, na qual os partidos podem optar pela retirada da candidatura em uma disputa para obter apoio em outra (Limongi & Cortez, 2010). Lógica semelhante pode ser vista na oferta de candidaturas majoritárias para as capitais do País. Um partido decide apoiar em uma cidade para ser apoiado em outra, conforme o grau de competitividade da candidatura disponível em cada lugar.

O PSB nacional pressionou junto ao PDT nacional para garantir em Recife a aliança entre as duas siglas. As eleições em Recife constituíam no principal reduto para o projeto eleitoral do PSB nos municípios, pois consistia na maior cidade em que o partido detinha chances significativas de vitória. Como mecanismo de pressão, o PSB apontou “retirar o apoio ao PDT em 40 municípios com mais de 200 mil habitantes” se não houvesse a coligação entre ambos em Recife (Diário de Pernambuco, 2020). A composição termina com

a inclusão do PDT na posição de vice e um total de doze siglas na coligação – incluindo PC do B, REDE, PV e agremiações do espectro ideológico da direita.

A fim de evitar o isolamento no primeiro turno, o PT promoveu uma aliança inédita com o PSOL na cidade do Recife e mais duas siglas associadas ao campo da direita – PTC e PMB. A parceria PT-PSOL era algo improvável nos pleitos municipais anteriores das capitais. A política de alianças na fase originária do PSOL definia apenas o PCB e o PSTU como parcerias centrais. O fim do governo petista no âmbito federal gerou uma readequação dos papéis das forças partidárias, impulsionando a aproximação do PSOL a um conjunto mais amplo de parceiros.

São nas capitais que os partidos adotam um maior rigor e mais controle sobre a composição das coligações eleitorais. Tanto o PT quanto o PSOL adotaram a estratégia de lançar candidatura própria no máximo de capitais possíveis. O PSOL foi a sigla com a maior quantidade de candidaturas próprias, disputando – seja de forma isolada ou numa coligação – em 23 delas e indicando o vice para o PT nas outras três restantes. Em seguida aparece o PT com o segundo maior número: cabeça de chapa em 21 capitais. Assim, a parceria entre ambos em Recife constitui um ponto minoritário dentro dessa perspectiva mais ampla das coligações realizadas nas capitais. PSB e PDT optaram por uma maior abertura na política de alianças, cabendo ao primeiro ser cabeça de chapa em 13 capitais e o segundo liderar a chapa majoritária em 8 capitais.

As eleições para a Prefeitura do Recife em 2020 contaram inicialmente com um total de onze postulantes, distribuídos em distintas faixas do espectro ideológico. Ao final do primeiro turno, o eleitor dispunha de nove opções na urna, pois houve o indeferimento da candidatura do PCO e a renúncia do candidato do PRTB em prol da delegada Patrícia (PODE).

As pesquisas iniciais apontavam um cenário com quatro candidaturas competitivas, ou seja, aquelas com intenções de votos superiores à casa dos dois dígitos. Duas candidaturas situadas mais à esquerda do espectro – João Campos (PSB) e Marília Arraes (PT) – e outras duas mais à direita – Mendonça Filho (DEM) e Delegada Patrícia (PODE). Tal cenário se manteve até finalizar o primeiro turno, mudando apenas a posição dos candidatos que revezavam a segunda colocação nas pesquisas.

As quatro candidaturas competitivas revelam um cenário de significativa renovação dos quadros políticos, pois apenas Mendonça Filho configura um personagem reincidente na política pernambucana. Tal renovação,

contudo, merece algumas ressalvas. João Campos e Marília Arraes são provenientes da mesma família cuja atuação na política local remonta aos anos 1950 com Miguel Arraes.

O cenário de 2020 aponta mais para um quadro de renovação geracional das lideranças locais. Com exceção de Mendonça Filho, os representantes das candidaturas competitivas dispõem de menos de quarenta anos de idade e disputam pela primeira vez uma eleição majoritária. A título de comparação, os prefeitos anteriores no Recife deste século já tinham ultrapassado a marca dos quarenta anos quando eleitos para o cargo pela primeira vez.

A delegada Patrícia era a estrepante na cena eleitoral, trazendo em sua narrativa a figura da candidata *outsider* capaz de combater os esquemas de corrupção entranhados no universo político. Mendonça Filho, por sua vez, se ateve ao histórico de gestor experiente com de mais de trinta anos de vida pública. O pleito de 2020 consistiu na terceira tentativa de Mendonça Filho para alcançar o posto de prefeito do Recife.

João Campos e Marília Arraes, como são os mais jovens, se agarram a nomes conhecidos do imaginário político. A imagem de Eduardo Campos esteve firme na estratégia de comunicação de João, ao passo que Lula apareceu junto a Marília – os dois candidatos faziam menção a Miguel Arraes. Esse resgate dos atores políticos do passado tem base nas relações de parentesco entre os candidatos. João Campos é filho de Eduardo Campos e bisneto de Miguel Arraes, enquanto Marília Arraes é prima de Eduardo Campos e neta de Miguel Arraes. Além do parentesco entre os dois candidatos – são primos de segundo grau – compartilhavam também a filiação partidária na mesma sigla (PSB) que anteriormente era dirigida por Eduardo Campos e Miguel Arraes. Esses laços em comum reforçaram a narrativa dos adversários de que as duas jovens lideranças em ascensão representavam o mesmo projeto político.

O primeiro turno do pleito de 2020 ocorreu num cenário de quarenta e nove dias de campanha, nos quais houve trinta dias de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV. Os quatro nomes competitivos em disputa já despontavam como competidores viáveis desde as sondagens eleitorais da pré-campanha. A delegada Patrícia (PODE) se consolidou de vez nas pesquisas a partir do momento em que o deputado federal Daniel Coelho (CIDADANIA) abdicou da candidatura no dia 14 de setembro para apoiá-la.

As pesquisas realizadas por institutos no período anterior à campanha eleitoral apontavam um revezamento no nome que encabeçava as preferências de voto. As sondagens posteriores ao início da campanha (27 de setembro)



registraram a liderança do candidato João Campos em todas as pesquisas do primeiro turno feitas pelo Datafolha, IBOPE, IPESPE e Instituto Real Time Big Data. João Campos contava com o apoio da máquina pública no âmbito municipal e estadual (ambos do PSB), maior tempo de propaganda no rádio/TV, maior número de partidos apoiadores e grandes quantias financeiras do PSB nacional.

João Campos (PSB) consolidou a liderança nas pesquisas a cada semana, enquanto os outros três concorrentes se embaralhavam na disputa pelo segundo lugar. Numericamente, Marília Arraes (PT) constava como segundo lugar nas sondagens, mas acompanhada muito de perto por Mendonça Filho (DEM) e a Delegada Patrícia (PODE). É justamente entre os dois representantes da direita que ocorreu o embate mais duro de narrativas no primeiro turno.

A campanha de Mendonça Filho (DEM) trouxe para o guia eleitoral (28 de outubro) as postagens antigas da delegada Patrícia (PODE) no Facebook com teor negativo sobre a cidade do Recife – tais postagens circulavam nas redes sociais desde o 19 de outubro a partir de publicação da revista *Época*. O fato é que o desempenho da candidata do PODE nas pesquisas de intenção de voto estagnou ou declinou – a depender do instituto – no final de outubro. Isto abriu caminho para o crescimento de Marília Arraes (PT) e de Mendonça Filho (DEM) na reta final da campanha, mas sem alterar a posição entre os candidatos. Marília Arraes (PT) se manteve na segunda posição e Mendonça Filho (DEM) acompanhou de perto na terceira colocação – a diferença de votação entre ambos foi de apenas 2,84% dos votos válidos.

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) manifestou apoio a delegada Patrícia no dia 7 de novembro, por meio das redes sociais, gerando implicações imediatas na disputa local. Em reação, o deputado estadual Marco Aurélio (PRTB) comunicou a decisão de renunciar ao posto de candidato: “Diante da decisão do presidente Bolsonaro, e na obrigação de evitar que o PT venha a governar essa cidade, sigo orientação do presidente Bolsonaro e passo a pedir voto para a delegada Patrícia [...]” (Blog da Folha, 2020).

No dia seguinte, 8 de novembro, é a vez do CIDADANIA se posicionar em relação ao apoio do Presidente da República. A sigla, que compunha a chapa da Delegada Patrícia com o vice, abandonou a campanha por decisão da instância nacional em função do apoio público de Bolsonaro. O Diretório Nacional do Cidadania (em nota assinada pelo presidente Roberto Freire) afirmou que o presidente Bolsonaro representa “ideias retrógradas, precon-



ceituosas, antidemocráticas e anticientíficas”. O deputado federal Daniel Coelho (presidente estadual do CIDADANIA-PE) manteve o apoio à Candidata.

A eficiência da estratégia de estreitar os laços com a imagem de Bolsonaro era algo questionável no cenário local da disputa. Cabe frisar que a avaliação do governo Bolsonaro em Recife durante o período eleitoral municipal apresentava resultados insatisfatórios de acordo com dados do IBOPE do dia 2 de outubro até a véspera do primeiro turno. A avaliação ruim-péssima do governo federal por parte do eleitor recifense cresceu de 43% (02/10) para 53% (14 de novembro) nesse período.

No momento da declaração de apoio do Bolsonaro, a delegada Patrícia aparecia em quarto lugar nas pesquisas de intenção de voto do IBOPE e do Datafolha. A candidata passou a crescer apenas no quesito de rejeição do eleitorado a partir do momento em que os adversários trouxeram à tona publicações de 2011, feitas no Facebook da Patrícia, com referências negativas sobre a cidade do Recife. A candidata passou a gastar parte do tempo se defendendo dos ataques: “Eu nunca chamei o povo do Recife de feio. Tiraram de contexto um post meu de dez anos atrás”.

No intervalo de 2 de outubro a 14 de novembro, as pesquisas do IBOPE atestaram o nome da delegada Patrícia como o principal alvo do crescimento da rejeição do eleitorado diante de todos os candidatos. A rejeição em relação ao nome dela saltou de 10% (2 de outubro) para 42% (14 de novembro), superando em larga medida os demais nesse quesito. Trata-se de um percentual de rejeição bastante significativo para uma candidata estreante na cena eleitoral e partidária. Enquanto isso, Mendonça Filho (DEM) e João Campos (PSB) experimentaram um declínio na rejeição do eleitorado. Os demais candidatos apresentaram estabilidade ou crescimento moderado da rejeição.

O nível de competitividade de uma candidatura tem relação com diversos fatores, dentre os quais o montante de recursos financeiros investidos. A tabela 1 abaixo mostra os valores gastos e a quantidade dos tipos de despesas listadas na prestação de contas.

**Tabela 1. Total gasto na campanha e quantidade de tipos de despesa**

<b>PARTIDO</b>	<b>TOTAL GASTO</b>	<b>Nº de Tipos de Despesa</b>
PSB	10.530.077,05	22
DEM	6.038.498,76	23

PT	5.932.553,08	25
PSL	3.916.053,40	19
PODE	2.445.117,81	21
PSC	341.275,29	22
UP	71.747,85	9
NOVO	52.502,01	12
PSTU	9.493,25	5

Fonte: TSE.

Cinco candidaturas ultrapassaram o patamar de um milhão em gastos, mas apenas quatro delas alcançaram um nível de competitividade na disputa por votos. O PSL fez um investimento financeiro significativo que não rendeu uma votação próxima dos demais competidores com maiores gastos. Apesar da discrepância no valor total gasto entre PSL e PSC, os representantes das duas siglas tiveram um desempenho parecido: Carlos (PSL) obteve 1,74% dos votos válidos e Coronel Feitosa (PSC) alcançou 1,18% dos votos válidos. A campanha do PT foi a que mais diversificou os tipos de despesa.

O resultado do pleito presidencial de 2018 pôs à tona o debate sobre a continuidade da propaganda eleitoral no rádio e TV como variável central para o sucesso de uma candidatura, tendo em vista que alguns competidores com poucos segundos no HGPE – Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral – tiveram votações expressivas no primeiro turno. O candidato vitorioso no primeiro turno (Jair Bolsonaro) contava com apenas oito segundos no HGPE, enquanto o quinto mais votado (João Amoêdo – NOVO) detinha somente cinco segundos – havia treze candidatos em disputa. O escasso tempo de Bolsonaro e Amoêdo no HGPE era compensado por estratégias eficientes e inovadoras nas mídias digitais e plataformas de comunicação.

O cenário de 2018 acendeu o alerta para a importância de priorizar ou, pelo menos, não negligenciar o impacto das ferramentas digitais no êxito da campanha eleitoral.

**Tabela 2. Despesas com campanha virtual**

PARTIDO	Despesas*	% do Total gasto
PT	677.020,00	11,4
PSB	522.680,00	4,9
PODE	195.000,00	7,9

DEM	127.000,00	2,1
PSC	52.500,00	15,3
PSL	18.000,00	0,4
PRTB	9.500,00	9,0
NOVO	7.000,00	13,3

Fonte: dados obtidos no TSE. \* “Despesa com Impulsioneamento de Conteúdos” e “Criação e inclusão de páginas na internet”.

O PSTU e a UP não tiveram gastos nessa modalidade de campanha virtual, mesmo não dispondo de tempo no HGPE. A “Publicidade por materiais impressos” foi o maior gasto de ambas as siglas. Alguns candidatos (PSB, PODE e PSC) tiveram duas modalidades de gastos com campanha virtual: “Despesa com Impulsioneamento de Conteúdos” e “Criação e inclusão de páginas na internet”. Outros (PT, DEM, PSL e NOVO) registraram apenas a “Despesa com Impulsioneamento de Conteúdos”.

Alguns partidos tiveram um gasto maior com campanha virtual do que com “Produção de programas de rádio, televisão ou vídeo”. Isto ocorreu com as siglas cujo tempo no HGPE era reduzido a segundos: NOVO (17 segundos), PODE (37 segundos) e PSC (28 segundos). No sentido contrário, os partidos que gastaram mais com “Produção de programas de rádio, televisão ou vídeo” do que com campanha virtual foram aqueles que dispunham de maior tempo no HGPE: PSB (3 min e 57 s), PT (1 min e 23 s), PSL (1 min e 9 s) e DEM (2 min e 6 s).

Considerando o valor percentual do gasto com campanha virtual diante da despesa total de cada sigla, nota-se maior atenção para essa modalidade de comunicação nas campanhas do PT, PSC e NOVO. A “Despesa com Impulsioneamento de Conteúdos” foi o segundo maior gasto do NOVO. A “Produção de programas de rádio, televisão ou vídeo” foi o maior gasto do PSB e do PSL.

O desempenho alcançado pelos partidos de acordo com o bloco ideológico e o nível de competitividade está expresso na tabela 3.

**Tabela 3. Votação no 1º turno, conforme ideologia e desempenho**

CANDIDATURAS	VOTAÇÃO (%)	PARTIDOS
4 mais competitivas	96,29	PSB + PT + DEM + PODE

2 mais votadas	57,12	PSB + PT
4 opções de esquerda	57,42	PSB + PT + UP + PSTU
5 opções de direita	42,57	DEM + PODE + PSL + PSC + NOVO

Fonte: dados da votação obtidos no TSE.

As quatro candidaturas competitivas aglutinaram a quase totalidade dos votos válidos (96,29%). Quando se consideram os blocos ideológicos, as siglas de esquerda tiveram uma votação superior de 14,85% por conta do desempenho do PSB e PT. Dentre os sete candidatos derrotados no primeiro turno, cinco estavam situados no campo da direita e dois no campo da esquerda. A votação dos candidatos de direita é a quase totalidade dos votos dos candidatos derrotados. Basicamente, restava aos dois postulantes de esquerda do segundo turno disputar a preferência do eleitorado que depositou o voto nos candidatos do campo ideológico contrário. As narrativas e estratégias no segundo tinham como alvo os segmentos do eleitorado mais resistentes ao apelo da esquerda.

#### 4. MESMA FAMÍLIA E CAMPO IDEOLÓGICO NO 2º TURNO

O segundo turno de 2020 em Recife configurou uma situação na qual o eleitor detinha opções para enveredar em único sentido: os postulantes provinham de igual família e do mesmo campo ideológico. A disputa entre PT e PSB está inserida num quadro de protagonismo das duas siglas que completa vinte anos no âmbito municipal. Desde o pleito do ano 2000, PT e PSB encabeçaram as vitórias eleitorais em Recife. O PT encabeçou a chapa vitoriosa em três ocasiões (2000-2004-2008) e o PSB nas outras três (2012-2016-2020). A tabela 4 apresenta uma síntese das movimentações eleitorais entre as duas siglas.

**Tabela 4. Relação entre PT e PSB nas eleições 2000-20**

ELEIÇÃO	ELEITO	COLIGAÇÃO	RELAÇÃO PT & PSB
2000	PT	4 siglas	PSB apoia no 2º turno
2004	PT	9 siglas	PSB apoia no 1º turno
2008	PT	15 siglas	PSB apoia no 1º turno
2012	PSB	14 siglas	Adversários

2016	PSB	20 siglas	Adversários
2020	PSB	12 siglas	Adversários

Fonte: dados coletados no TSE e em veículos da imprensa.

O ciclo de vitórias do PT na cidade do Recife teve início quando a sigla ocupava o papel de oposição nas esferas municipal, estadual e federal. No primeiro turno das eleições municipais do ano 2000, o PT montou uma coligação pequena que posteriormente recebeu várias adesões no segundo turno dos demais candidatos de oposição. Nos pleitos seguintes, de 2004 e 2008, a sigla conseguiu aglutinar uma coligação ampla em torno do projeto de manutenção da Prefeitura.

O jogo eleitoral começou a mudar em desfavor do PT quando o PSB elegeu Eduardo Campos para o Governo estadual em 2006. O fortalecimento do PSB rendeu uma posição mais destacada na coligação do pleito municipal de 2008, alçando o partido ao posto de vice dentre um conjunto de quinze apoiadores. O pleito posterior (2012) consolidou de vez o fortalecimento do PSB em Recife, pois a sigla optou pela candidatura própria e pôs fim ao governo de 12 anos encabeçado pelo o PT.

De 2012 em diante, o PSB atraiu em torno de si uma ampla gama de apoiadores ao ponto de isolar os candidatos petistas nas eleições municipais do Recife. As coligações do PT ficaram reduzidas a poucos membros: quatro (2012), cinco (2016) e quatro (2020). Ainda assim, o PT forçou a disputa para o segundo turno contra o PSB nas duas últimas eleições.

A candidatura própria do PT em todos os pleitos do período 2000-20 e os embates diretos com o PSB não significam necessariamente que as duas siglas ocupavam lugares distintos do eixo governo-oposição. Na maior parte desse período, as duas siglas governaram juntas a Prefeitura do Recife. Consistia no típico caso da esquerda que governa junta e disputa eleição separada.

O PSB ocupou espaços nas gestões petistas do prefeito João Paulo (2001-08) e de João da Costa (2009-12) – nesta última, esteve inclusive na função de vice-prefeito. Quando o PSB assumiu a dianteira do Poder Executivo com a gestão Geraldo Júlio (2013-20), foi a vez do PT prestar a contribuição. O PT ocupou a Secretaria de Habitação no início do primeiro governo Geraldo Júlio e, depois, esteve à frente da Secretaria de Saneamento na parte final do segundo governo. Tanto na primeira quanto na segunda gestão do PSB, a permanência dos petistas durou menos de dois anos na condução da Secretaria.

Para Meneguello (1998), as motivações dos partidos para participar dos governos não constituem meras negociações fisiológicas por cargos. O que está em jogo é uma dinâmica na qual a obtenção de cargos políticos viabiliza a realização das políticas partidárias. Meneguello (1998) nota o funcionamento de uma dinâmica circular entre as arenas eleitoral, governamental e parlamentar. A participação dos partidos no governo gera recursos para a disputa eleitoral. Os resultados alcançados na arena eleitoral se refletem, dentre outros aspectos, nos parlamentares eleitos. Quanto maior o tamanho da bancada eleita, maior a relevância do partido nas negociações para compor a coalizão de governo. Esse círculo virtuoso potencializa a capacidade de representação dos partidos e incrementa os recursos organizacionais (Meneguello, 1998). Nesses termos, a participação do PT no governo do PSB (e vice-versa) constitui um recurso em potencial para a sigla obter mais ganhos nas eleições.

O embate de 2020 contou com um ingrediente adicional: a projeção de novas lideranças para o cenário político local. João Campos e Marília Arraes – ambos deputados federais no exercício do primeiro mandato – tiveram desempenhos expressivos na eleição proporcional de 2018. João Campos elegeu-se como o deputado federal mais votado da história de Pernambuco (460.387 votos), superando a marca que antes pertencia a avó, Ana Arraes. Marília Arraes, por sua vez, foi a única mulher eleita para a Câmara dos Deputados nas vagas destinadas ao Estado de Pernambuco e a segunda mais votada do estado (193.108 votos). O uso da “propaganda negativa” norteou a estratégia dos concorrentes no segundo turno. A “propaganda negativa é qualquer crítica direcionada por um candidato aos seus adversários” (Geer, 2006). A decisão de atacar/criticar não é gratuita, pois a opção por deferir os ataques acarreta a diminuição do tempo para ressaltar os atributos positivos do candidato. Portanto, a equipe de campanha precisa definir como obter o melhor proveito do tempo curto disponível na propaganda eleitoral gratuita.

A partir da revisão da literatura sobre o uso da propaganda/campanha negativa como estratégia eleitoral nos Estados Unidos, Borba (2015) destaca as razões e as condições impulsionadoras da decisão de atacar. A propaganda negativa associa riscos à candidatura adversária; estimula o medo e a ansiedade; fica retida por mais tempo na memória; tem maior capacidade de pautar o noticiário político. As condições para favorecer o ataque têm relação com o candidato estar na oposição e com o posicionamento desfavorável nas pesquisas de intenção de voto. Nessas condições, os candidatos recorrem

com maior frequência ao recurso da crítica contra os representantes do *status quo* (Borba, 2015).

João Campos sai da condição de “vidraça” no primeiro turno e parte para o ataque no segundo turno. Marília Arraes faz o movimento contrário. Parte para o ataque no primeiro turno e se torna alvo de campanha negativa no segundo turno. A mudança de estratégia por parte de ambos tem relação com a posição nas pesquisas de intenção de voto. João Campos larga em desvantagem quando tem início o segundo turno e Marília Arraes assume a dianteira da corrida eleitoral. Com o desenrolar da campanha, as pesquisas provenientes de quatro institutos – Datafolha, IPESPE, IBOPE e Real Time Big Data – registraram a mesma tendência de movimentação da preferência eleitoral: crescimento das intenções de voto em João Campos e declínio nas intenções de voto em Marília Arraes.

O apelo ao antipetismo consistiu em elemento central da estratégia de comunicação do João Campos. Afinal, estava em jogo um contingente extenso do eleitorado (42,57%) que havia votado no primeiro turno em candidatos alinhados com as pautas da direita e com a imagem do Presidente Bolsonaro. Em contrapartida, Marília Arraes explora a imagem de representante da oposição ao projeto político em vigência no Município. Havia uma ampla margem de eleitores (70,82%) cuja opção no primeiro turno foi por candidatos de oposição ao governo do PSB.

É nesse cenário que se desenrolam os ataques mútuos nos treze dias de campanha do segundo turno. A campanha negativa envolveu o vazamento de áudios do WhatsApp, panfletos e cartazes apócrifos, afirmações fortes dos concorrentes em debates e entrevistas, dentre outros recursos. Alguns desses elementos foram veiculados nos oito dias da propaganda eleitoral gratuita em rádio e televisão.

Contra Marília Arraes, vieram à tona denúncias de “rachadinha” no gabinete de vereadora; questionamentos sobre a religiosidade cristã; associação de lideranças do PT nacional com práticas de corrupção. Dentro desta linha de explorar o antipetismo, João Campos anunciou que “não vai ter indicação política do Partido dos Trabalhadores” para os cargos na Prefeitura. Caso cumpra a promessa, terá fim uma longa parceria (entre idas e vindas) na gestão municipal que perdura desde 2001.

Contra João Campos, pesaram os questionamentos com relação à pouca idade – completou 27 anos em plena campanha – e a suposta falta de autonomia diante das lideranças do PSB. Em consonância com o foco dessas

críticas, circulava o *jingle*-paródia “João Campos, o mijão” nas mensagens de WhatsApp. As denúncias de desvios na gestão municipal também entravam na conta do Candidato pelo fato de ele ser o representante do projeto de continuidade administrativa.

As sete candidaturas menos votadas no primeiro turno se dividiram em dois blocos quanto ao posicionamento no segundo turno. De um lado, os representantes de cinco siglas – DEM, PSL, PSC, NOVO e PSTU – optaram pela neutralidade no segundo turno. Do outro, a coligação UP-PCB e o Podemos decidiram pelo apoio a Marília Arraes (PT). A delegada Patrícia, contudo, não acompanhou a decisão do próprio partido e adotou a postura de neutralidade. João Campos (PSB), além de não receber a adesão de nenhum dos postulantes derrotados, experimentou o rompimento do PV em decorrência de desentendimentos com o PSB acerca da chapa de vereadores.

As pesquisas de intenção de voto do segundo turno registraram uma movimentação incessante da preferência dos eleitores, ao ponto de gerar uma situação de incerteza quanto aos resultados no dia da votação. João Campos foi ascendendo na preferência dos eleitores, enquanto declinavam os potenciais eleitores de Marília Arraes e as abstenções (brancos/nulos/indecisos).

O resultado das urnas contrariou as projeções dos institutos de pesquisa, dando uma diferença de 12,5% dos votos válidos em favor de João Campos. No primeiro turno, registrou-se uma diferença de apenas 1,2% dos votos válidos entre os dois candidatos mais votados. Venceu o candidato com a maior coligação e recursos financeiros, conforme atestam os dados da tabela 5.

**Tabela 5. Total gasto na campanha e tamanho da coligação**

PARTIDO	TOTAL GASTO	COLIGAÇÃO
PSB	10.530.077,05	12 partidos
PT	5.932.553,08	4 partidos

Fonte: TSE.

Apesar do aumento da importância das redes sociais na estratégia de campanha, não se deve desprezar as variáveis tradicionais associadas ao êxito eleitoral. Uma grande coligação implica mais filiados e candidatos ao Legislativo envolvidos na campanha, assim como um maior volume de recursos financeiros dos partidos.



O Diretório Nacional do PT foi o responsável por doar 93,49% do total arrecadado pela candidatura da Marília Arraes. O Diretório Nacional do PSB foi o responsável por doar 89,66% do total arrecadado pela candidatura do João Campos. Em números absolutos, o PT nacional repassou o valor de R\$5.722.265,50 e o PSB nacional repassou o valor de R\$8.900.000,00. Tais valores são indicativos do quanto a campanha municipal do Recife foi priorizada pelas instâncias partidárias nacionais. O PT competia no segundo turno em quinze cidades e o PSB em oito. Portanto, o PT tinha mais candidatos para destinar os recursos financeiros. Recife era a maior cidade em disputa para ambos os partidos.

As eleições municipais de 2020 em Recife se conectam tanto com as movimentações partidárias do pleito nacional anterior (2018) quanto com as do pleito que está por vir (2022). Em 2018, a então vereadora Marília Arraes (PT) buscou a postulação de candidata a governadora em oposição ao PSB, mas acabou preterida por conta de um acordo entre as instâncias dirigentes nacionais do PT e do PSB. Na ocasião, o PT obteve ganhos para o pleito presidencial, ao evitar uma coligação do PSB com o PDT. Enquanto isso, o PSB adquiriu vantagens para o pleito estadual ao impedir a candidatura própria petista. As articulações de Marília Arraes foram anuladas pelo Diretório Nacional do PT em 2018, mas renderam uma campanha promissora para a Câmara dos Deputados.

As eleições municipais de 2020 geraram um novo rearranjo das forças partidárias. PSB e PDT caminharam juntos no pleito do Recife e de outras grandes cidades, ao passo que a direção nacional do PT executou uma estratégia de lançar candidatura própria no máximo de capitais possíveis. Tais aproximações e distanciamentos não são, por si só, o suficiente para definir os rumos do campo da esquerda no próximo pleito nacional. De qualquer forma, o percurso rumo a 2022 ganha contornos mais nítidos a partir dos resultados alcançados nos municípios. PT e PDT dispõem de lideranças nacionais para postularem a Presidência da República, enquanto o PSB possui nomes mais competitivos para as disputas regionais. As composições feitas em 2020 – contra ou favor – podem contribuir para o desfecho da posição do campo partidário nos próximos dois anos.

Em Pernambuco, a eleição de 2022 definirá o novo gestor, tendo em vista que Paulo Câmara (PSB) finalizará o segundo mandato. A idade mínima de trinta anos é condição de elegibilidade para ser governador. João Campos

(27 anos) não poderá repetir o caminho trilhado por alguns prefeitos tucanos de São Paulo – José Serra e João Doria – que deixaram a Prefeitura na metade do primeiro mandato para serem candidatos e vencerem as eleições ao governo estadual. Ainda assim, o Jovem prefeito da capital pernambucana poderá cumprir um importante papel no projeto eleitoral de manutenção do Governo estadual, sob a liderança do PSB que completará 16 anos ao findar 2022.

## 5. CONCLUSÃO: SINGULARIDADES DO PLEITO

Dentre as particularidades das eleições de 2020 em Recife, pode-se destacar, pelo menos, três aspectos que fizeram parte do segundo turno. Primeiro, foi somente esta a Capital do País em que a disputa ocorreu entre partidos da seara da esquerda. As consequências disso para o pleito nacional de 2022 ainda são imprevisíveis, mas as sequelas decorrentes de como se deu a contenda em Recife entrarão no cálculo de organização do terreno partidário da esquerda, na definição de apoios para disputar a Presidência da República.

Além disso, há o fato de os postulantes serem membros da mesma matriz familiar e, por consequência, disputarem o legado de herdeiro político de Miguel Arraes. A neta (Marília Arraes) e o bisneto (João Campos) travaram uma batalha de narrativas sobre quem seria o continuador da história política iniciada nos anos de 1950. Marília carrega em seu favor o sobrenome do avô, enquanto João Campos contava com a filiação partidária da sigla presidida por Miguel Arraes.

Terceiro, o nível de competitividade na busca pelo voto configurou uma realidade de incerteza na projeção dos resultados. Na véspera do pleito (28/11), quatro institutos de pesquisa – Datafolha, IPESPE, IBOPE e Real Time Big Data – apontaram um empate numérico com 50% dos votos válidos para ambos os concorrentes. A apuração das urnas revelou um resultado distinto, pois João Campos venceu com uma diferença de 12,54% dos votos válidos.

O resultado aponta para o êxito do projeto de continuidade administrativa da ampla coligação eleitoral encabeçada pelo PSB. O primogênito de Eduardo Campos foi quem ditou o ritmo do *passinho* nas eleições do Recife, enquanto os candidatos vinculados ao petismo e ao bolsonarismo não conseguiram estabelecer uma cadência mais favorável. João Campos (27 anos) atingiu duas marcas com a vitória: o prefeito eleito mais jovem da história do Recife e o mais jovem prefeito eleito de uma capital em 2020.

Os próximos anos (ou décadas) irão nos dizer se a incipiente carreira do Novo prefeito será capaz de render voos maiores para além da cidade do Recife e do Estado de Pernambuco. Afinal de contas, o PSB carece de uma liderança nacional desde as mortes de Miguel Arraes (2005) e de Eduardo Campos (2014). Um novo membro desta família poderá ocupar tal papel de protagonismo no PSB nacional, desde que o jovem João Campos disponha da *virtù* necessária para lidar com os desafios de gerir o Poder Executivo e a *fortuna* apropriada num momento posterior da carreira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barreto, T. (2008). Vitória de Eduardo Campos (PSB): o fim de um ciclo político em PE. *Textos para Discussão-TPD, FUNDAJ*.

Bezerra, G. M. L., & Silva, P. G. de S. (2020). As eleições municipais no Recife em um cenário atípico. *Revista Algomais, Recife, 27 out*.

Blog da Folha. (2020, 07 de novembro). Após manifestação de Bolsonaro, Marco Aurélio abre mão de candidatura e declara apoio a Patrícia. *Folha de Pernambuco*. Recuperado de: <https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/apos-manifestacao-de-bolsonaro-marco-aurelio-abre-mao-de-candidatura-e-declara-apoio-a-patricia/21479/>

Bolognesi, B.; Ribeiro, E., & Codato, A. (2020). Esquerda, centro ou direita? Como classificar os partidos no Brasil. *Observatório das Eleições 2020 – UOL, 24 nov*.

Borba, F. (2015). Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública, Campinas, 21(2), 268-295*.

Borges, A. (2019). Razões da Fragmentação: Coligações e Estratégias Partidárias na Presença de Eleições Majoritárias e Proporcionais Simultâneas. *Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 62(3), 1-37*.

Brollo, F. (2010). Who is punishing corrupt politicians. Voters or the central government? Evidence from the Brazilian anti-corruption program. *Working Paper, 336. Milano, It: IGIER, Università Bocconi*.

Recuperado de: <http://www.igier.unibocconi.it/folder.php?vedi=4226&tbn=albero>

Campos, J. (2020, 27 de novembro). “O único preconceito que eu vi na campanha foi contra a minha juventude”. [Entrevista concedida a] Afonso Benites. *El País*. Recuperado de: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-27/joao-campos-o-unico-preconceito-que-eu-vi-na-campanha-foi-contr-a-minha-juventude.html>.

Carneiro, L., & Almeida, M. (2008). Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira. *Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 51(2), 403-432*.

Carvalho, R. V. A. (2013) Ciclos Políticos: reflexões teóricas e apontamentos empíricos sobre as condições de longevidade política em esferas públicas midiáticas. In: Carvalho, R. V. A. *Campanhas eleitorais e comunicação midiática: ciclos de mudança e continuidade* (pp. 45-64). Fortaleza: Edições UFC.

Couto, C. G., Abrucio, F., & Teixeira, M. (2013). As eleições municipais de 2012 e seus efeitos nacionais. *Cadernos Adenauer*, 14(2), 193-207.

Cox, G. W. (2008). Electoral institutions and political competition: coordination, persuasion and mobilization. In: Ménard, C., & Shirley, M. M. (Eds.). *Handbook of new institutional economics* (pp. 69-89). Springer, Berlin, Heidelberg.

Dantas, H. (2007). *Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Dantas, H. (2009). Coligações nas eleições municipais de 2000 a 2008: a força dos partidos dos governadores. *Liberdade e Cidadania*, 2(6), 1-26.

Dantas, H. (2017). Coligações em eleições municipais: a lógica de 2016 com base na efervescência da política nacional. *Revista Parlamento e Sociedade*, São Paulo, 5(8), 43-58.

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. (2020) *Panorama das eleições municipais: mapa das candidaturas 2020*. Brasília.

Diário de Pernambuco (2020, 11 de setembro). Túlio Gadêlha retira pré-candidatura e PDT vai apoiar João Campos na eleição. *Diário de Pernambuco*, Recife. Recuperado de: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2020/09/tulio-gadelha-retira-pre-candidatura-e-pdt-vai-apoiar-joao-campos-na-e.html>

Ferraz, C., & Finan, F. (2005). *Exposing corrupt politicians: the effect of Brazil's Anti-Corruption Program on Electoral Outcomes*. Unpublished Manuscript, University of California-Berkeley.

Ferraz, C., & Finan, F. (2008). Exposing corrupt politicians: the effects of Brazil's publicly released audits on electoral outcomes. *The Quarterly journal of economics*, 123 (2), 703-745.

Geer, J. (2006). *In defense of negativity: attack ads in presidential campaigns*. Chicago: University of Chicago Press.

Gehrke, M. (2018). Eleições e corrupção nas prefeituras brasileiras. In: Marenco, A., & Noll, M. I. *A política, as políticas e os controles: como são governadas as cidades brasileiras* (pp. 171-184). Tomo Editorial.

Guarnieri, F. (2011). A Força dos Partidos "Fracos". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 54(1), 235-258.

Krause, S.; Dantas, H., & Miguel, L. F. (Orgs.). (2010) *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. São Paulo, Rio de Janeiro: Unesp e Fundação Konrad Adenauer.

Krause, S., & Godoi, P. (2010). Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. In: Dantas, H., & Miguel, L. F. (Orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira* (pp. 41-90). São Paulo: Ed. Unesp.

Krause, S., & Godoi, P. (2012). Estratégias coligacionistas dos partidos de esquerda no Brasil: Uma análise das eleições para governadores (1986-2010). *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 12(2), 262-297.

Krause, S., Paiva, D., Ribeiro, P., & Melo, P. (2013). *Fragmentação das eleições locais e a emergência de novas forças políticas no Brasil*. VII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política-ALACIP, At Bogotá, Colombia.

Lapa, P., & Santana, L. (2020, 28 de novembro). Rompimentos, campanha negativa e antipetismo no duelo familiar em Recife. *Observatório das Eleições 2020 – UOL*.

Limongi, F., & Cortez, R. (2010). As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos Estudos Cebrap*, 88, 21-37.

Limongi, F., & Vasselai, F. (2016). *Coordenando candidaturas: coligações e fragmentação partidária nas eleições gerais brasileiras*. 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Belo Horizonte, Brasil. Recuperado de: [http://www.encontroabcp2016.cienciapolitica.org.br/resources/anais/5/1468806288\\_ARQUIVO\\_coordenandocandidaturasLimongiVasselai.pdf](http://www.encontroabcp2016.cienciapolitica.org.br/resources/anais/5/1468806288_ARQUIVO_coordenandocandidaturasLimongiVasselai.pdf).

Machado, C. (2017) Coligações revisitadas: metodologias e encruzilhadas. In: Miguel, L. F., Krause, S., & Machado, C. *Coligações e disputas eleitorais na Nova República: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso* (pp. 39-60). Konrad-Adenauer Stiftung; Editora Unesp.

Martins, H., & Santana, L. (2020, 26 de novembro). Campanhas de desinformação mobilizam conservadores contra líderes em votos. *Observatório das Eleições 2020 – UOL*.

Meneguello, R. (1998). *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra.

Melo, C. R. (2010a). Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 4, 13-41.

Melo, C. R. (2010b). Os partidos e as eleições presidenciais no Brasil. *Debate*, Belo Horizonte 2 (6), 6-11.

Melo, C. R., & Câmara, R. (2012). Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 55(1), 71-117.

Miguel, L. F., & Machado, C. (2007). Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 50(4), 757-793.

Miguel, L. F. (2010). De partido de esquerda a partido de governo. In: Krause, S.; Dantas, H., & Miguel, L. F. (Orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira* (pp. 345-371). São Paulo, Rio de Janeiro: Unesp e Fundação Konrad Adenauer.

Miguel, L. F. (2017a). Coligações em eleições proporcionais e o sentido da representação política. In: Miguel, L. F., Krause, S., & Machado, C. (Orgs.). *Coligações e disputas eleitorais na Nova República: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso* (pp. 21-38). Konrad-Adenauer Stiftung; Editora Unesp.

Miguel, L. F., Krause, S., & Machado, C. (Orgs.). (2017b). *Coligações e disputas eleitorais na Nova República: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso*. Konrad-Adenauer Stiftung; Editora Unesp.

Miranda, G. (2013). Coligações eleitorais: tendências e racionalidades nas eleições federais e majoritárias estaduais (1990-2010). *Revista de Sociologia e Política*, 21(47), 69-90.

Nicolau, J. (2020). *O Brasil dobrou à direita: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar.

Panebianco, A. (2005). *Modelos de partido: Organização e Poder nos Partidos*. Martins Fontes. São Paulo.

Pereira, C., Melo, M. A., & Figueiredo, C. M. (2009). The corruption-enhancing role of re-election incentives? Counterintuitive evidence from Brazil's audit reports. *Political Research Quarterly*, 62(4), 731-744.

Peres, P., & Lenine, E. (2017). Uma abordagem ecológica das coligações eleitorais. In: Miguel, L. F., Krause, S., & Machado, C. *Coligações e disputas eleitorais na Nova República: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso* (pp. 61-92). Konrad-Adenauer Stiftung; Editora Unesp.

Resende, R. C., & Epitácio, S. (2017). "Fidelidade Aliancista": as alianças eleitorais nas eleições majoritárias estaduais e o caso do PSB. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, 6(1), 250-279.

Ribeiro, P. (2010). Velhos e novos companheiros: coligações eleitorais nos municípios do 'GT79' (1996-2008). In: Krause, S., Dantas, H., & Miguel, L. F. (Orgs.). *Coligações eleitorais na nova democracia brasileira: perfis e tendências* (pp. 301-323). Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung.

Samuels, D., & Zucco, C. (2018) *Partisans, antipartisans, and nonpartisans: Voting behavior in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.

Silva, P. G. de S. (2020, 18 de dezembro). Hay que competir, pero sin perder el clasismo jamás: o PSOL em 2020. *Observatório das Eleições*.

Speck, B. W., & Cervi, E. U. (2016). Dinheiro, tempo e memória eleitoral: os mecanismos que levam ao voto nas eleições para prefeito em 2012. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, 59(1), 53-90.

Valadares, J. (2020, 23 de novembro). Após apoiar Lula Livre, João Campos investe no antipetismo para o 2º turno no Recife. *Folhapress*.

## 14. FAMILISMO E ALIANÇAS DE CENTRO-DIREITA NO SERTÃO NORDESTINO: AS ELEIÇÕES DE 2020 NO VALE DO SÃO FRANCISCO - JUAZEIRO-BA E PETROLINA-PE

Helga do Nascimento de Almeida<sup>1</sup>

Simone Piletti Viscarra<sup>2</sup>

Vanderlei Souza Carvalho<sup>3</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

No Brasil é comum nos depararmos com certos sobrenomes familiares na cena política. É o caso do presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira. Um pequeno esforço de memória nos leva a Benedito Lira, seu pai, ex-senador do Estado de Alagoas pelo Partido Progressista (PP), nome conhecido na política nacional. Na cidade de São Paulo, saiu vitorioso na eleição municipal de 2020, contra Guilherme Boulos do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Mário Covas Neto (PSDB), este último é o representante de uma espécie de moderna Oligarquia que comanda o Estado de São Paulo há 26 anos e a maior cidade do País nas duas últimas eleições, e é neto do ex-prefeito Mário Covas, que comandou a cidade de São Paulo de 1983 a 1985, ex-senador e ex-governador, que fez parte de sua carreira no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), depois PMDB e no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Há exemplo também na eleição para prefeito da cidade do Rio de Janeiro em 2020, em que se apresentou como candidata a Deputada Federal Clarissa Garotinho, pelo Partido Republicano da Ordem Social (PROS), filha do casal Garotinho, tendo votação inexpressiva. Na história recente, o Estado do Rio de Janeiro esteve sob o comando do Governador Anthony Garotinho do Partido Democrático Trabalhista (PDT) entre 1999 e 2002 e de sua esposa, Rosinha Garotinho, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) entre 2003 e 2006.

---

1 Professora Dra. de Ciência Política na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). E-mail: helga.almeida@univasf.edu.br

2 Professora Dra. de Ciência Política na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). E-mail: simone.viscarra@univasf.edu.br

3 Professor Dr. de Ciência Política na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). E-mail: vanderlei.carvalho@univasf.edu.br

Muitos são os exemplos de Familismo pelo País afora, essa expressão da política nacional, cuja ocorrência pode se encontrar nas principais cidades dos Estados mais ricos do Sudeste, tanto quanto em cidades e Estados do Norte e do Nordeste. No sertão nordestino, a ocorrência do Familismo é por demais comum e, muitas vezes, considerada marca de um atraso cultural e político da região. A ocorrência do fenômeno, entretanto, exige um tratamento cuidadoso. Nas mais diferentes regiões do Brasil, a Política tornou-se um “negócio de família”, como indica, em título muito inspirado, o pesquisador José Marciano Monteiro (2017).

No Vale do São Francisco, destaca-se a cidade de Petrolina, no Estado de Pernambuco, comandada há sete décadas por uma oligarquia das mais longevas no Brasil, a família Coelho. Na margem direita do rio São Francisco, no Estado da Bahia, Juazeiro apresenta uma história um pouco diversa, uma vez que tem ocorrido alternância de poder entre famílias políticas locais, mas também demonstrou na última eleição, em 2020, que está muito viva a tradição da herança política familiar.

## **2. FAMILISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA: A IMPORTÂNCIA DOS CAPITAIS ECONÔMICO, CULTURAL E POLÍTICO-FAMILIAR**

A partir das contribuições do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989), pode-se realizar uma análise do fenômeno político aqui denominado de Familismo na Política a partir dos conceitos de capitais econômico, cultural e político. Bourdieu (1989) considera o espaço social como um espaço de lutas, em que os agentes adotam diversas estratégias para conquistar, manter ou ampliar posições na estrutura social. Essas posições assumem características de atributos e *status* socialmente institucionalizados. Os diferentes tipos de capital, apesar de se apresentarem “disponíveis” ao conjunto dos agentes, terminam por se constituírem em “estratégias de distinção” e acesso desigual aos recursos numa dada sociedade (MOURA, 2019).

Os capitais social, político e simbólico são definidos por Bourdieu (1989, p. 9) como um “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. No campo político, o poder simbólico é importante para a construção de carreiras políticas, pois permite o reconhecimento, por parte daqueles que estão fora do campo – os eleitores. Decorre desse fato a necessidade do uso dos capitais acima mencionados para a manutenção e reprodução da herança política.



O capital político-familiar é um “distintivo simbólico e material transmitido pelo ‘nome de família’ e pelo patrimônio material e simbólico do grupo familiar” (MONTEIRO, 2017, p. 26). É um capital político oriundo da força da família e quando associado a outros tipos de capitais (capital cultural, econômico e social) se torna um dos distintivos fundamentais utilizados como recurso, para o acesso ao poder político através do parentesco. Uma forma “de produção, manutenção e reprodução da elite política” (MONTEIRO, 2017, p. 27).

Nas sociedades democráticas, como a brasileira, em que o sistema político se orienta pelo sufrágio universal, a elite política se forma e se mantém pela constante conversão dos capitais (econômico, cultural e político) em apoio e voto à luz das regras do jogo democrático. Em contextos de intensa competição eleitoral, a influência e a permanência política dos atores podem ser explicadas pela capacidade de capturar a confiança e os votos das massas populares. E, uma das formas que se revelou por demais eficiente, é a herança política que possibilita que famílias, em especial aquelas que compõem a elite política local, assegurem sua permanência no comando político local por longo tempo.

Malgrado a importância do capital econômico para o acesso ao poder nas sociedades capitalistas, outros capitais são necessárias para se assumir posições formais institucionais nas estruturas sociais e no poder do Estado em seus diferentes níveis. O capital político “é fundamental para a ocupação de espaço nas posições de comando nas sinecuras do Estado; além de também oportunizar aos herdeiros a possibilidade de compor alianças com as diversas lideranças em nível local e regional” (MOURA, 2019, p. 37).

Na Política brasileira contemporânea, as instituições republicanas (Partidos, Legislativo, Executivo, Mídia e Tribunais de Contas) podem estar, e na maioria das vezes estão, no alcance de famílias políticas que acessam o poder nessas instituições, seja democraticamente por meio de eleição ou por indicação dos poderes, por conta dos capitais (econômico, cultural e político-familiar) de que dispõem. Sejam estas famílias políticas aquelas tradicionais que ocupam cargos eletivos de representação e cargos de comando há muito tempo numa localidade; sejam novas famílias que ascenderam ao poder político com o processo de democratização, após a Constituição Federal de 1988.

O processo de redemocratização do Brasil a partir da Constituição de 1988 cedeu lugar a um projeto de democracia liberal que privilegia as liberdades civis e políticas sufocadas durante a ditadura civil-militar. Não ocorrendo uma democratização dos meios de comunicação, do acesso à terra e

uma redistribuição da renda nacional, acabou por privilegiar as antigas oligarquias ocupantes de postos de destaque na vida econômica e política. Os meios de comunicação permaneceram sob a propriedade de grandes grupos ou passaram a ser concedidos para oligarquias e elites políticas locais. Isso privilegia as famílias políticas influentes, ou seja, as elites políticas.

Impõe-se à observação empírica a presença de lideranças políticas que apoiavam, e até mesmo participaram, do regime político anterior e que na transição democrática mantiveram seus nomes de famílias na Política brasileira após a transição democrática em todas as regiões do Brasil. Tradicionais políticos que apoiavam ou faziam oposição ao Regime civil-militar (filiação à ARENA ou ao MDB) passaram a integrar o novo quadro partidário saído da abertura política. Sem desconsiderar as inovações políticas advindas de partidos de esquerda que surgiram nas lutas contra o Regime civil-militar e por meio da reorganização de movimentos anteriores ao golpe de 1964.

Com a sobrevivência política de lideranças que apoiaram o Regime civil-militar, em várias partes do Brasil, antigos coronéis e seus descendentes continuaram a ocupar os principais postos de comando nas estruturas políticas, jurídicas e midiáticas. O familismo se ajustou rapidamente à mudança na ordem política. Os filhos e esposas de antigos “coronéis” continuaram a acessar o poder público eletivo e por indicação de autoridades. A forma de ocupação de cargos na administração pública e nos tribunais, através de concursos públicos, não impediu a chegada ao poder público dos herdeiros das elites políticas e econômicas, em certa medida, até facilitou o acesso. As pessoas pertencentes às classes privilegiadas dispõem de capital econômico, e por isso mesmo, de tempo livre para acumular capital cultural, se pertencentes às elites políticas locais, ostentarão simbolicamente o capital político-familiar como herança política.

A democracia liberal vende a ideia de que todos são iguais perante as leis e que o ato de votar iguala politicamente os cidadãos. Ocorre que os agentes desprovidos de capital econômico e simbólico exercem o direito de votar, mas dificilmente concorrem em condições de igualdade com atores dotados de grande capital econômico, cultural e político-familiar. A representação política é simbólica e aqueles mais bem posicionados no campo, os que possuem maiores atributos de capitais acumulados, se destacam na política, podendo mesmo monopolizar a gestão pública e a conquista de cargos de representação eletiva. Isso acaba fazendo da política no Brasil, em certa medida, um “Negócio de família” (MONTEIRO, 2017).

### 3. PETROLINA E JUAZEIRO

A importância de se atentar à política destas duas cidades que margeiam o Rio São Francisco, Juazeiro (Bahia) e Petrolina (Pernambuco), tem a ver com sua expressividade, tanto por serem um pólo populacional, quanto por se enquadrarem como um pólo econômico em enfático crescimento na região Nordeste.

Localizadas no semiárido brasileiro, as cidades, que têm apenas o Rio São Francisco a separá-las, têm juntas aproximadamente 600 mil habitantes, Juazeiro com 218.162 habitantes e Petrolina 354.317 habitantes (IBGE, 2020). Os municípios ainda compõem a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Social (RIDE) do Pólo Petrolina-Juazeiro, criada pelo Ministério do Desenvolvimento Social em 2001, exatamente para fortalecer a promoção de crescimento econômico e desenvolvimento infraestrutural dado o destaque da região (ALMEIDA, VISCARRA, 2020).

O Rio São Francisco sempre foi marcante nos destinos de ambas as cidades. Ainda na colonização, mercadorias e boiadas adentravam o Brasil a partir de rotas que margeavam o curso do São Francisco e assim chegavam até Juazeiro (LOPES, 2011), sendo esta cidade no seu surgimento no século XVII chamada de Passagem de Juazeiro, tornando-se um grande pólo comercial (SOUZA, 2017). Já Petrolina tinha suas “bases econômicas mais sólidas na agricultura e pecuária. Os produtos mencionados na edição foram: cana-de-açúcar, mandioca, mamona, algodão, feijão, milho e batata doce”. (SOUZA, 2017, p. 61).

Mais tarde, nos anos de 1970, com a construção da barragem de Sobradinho e a extensão da rede elétrica, criação da

Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) e as ações da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e do Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) juntamente com o incentivo financeiro dos bancos do Brasil e do Nordeste, [...]possibilitaram os estudos e a implantação dos perímetros irrigados na região”. (SOUZA, 2017, p. 104).

Além disso, a implementação do “II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social”, nos anos de 1970, impactou diretamente a região e impulsionou a economia, principalmente pela implantação da irrigação com sistemas modernos e maquinários de alta tecnologia (ARAÚJO; SILVA, 2013). Sendo que a “agricultura irrigada em Petrolina foi introduzida inicialmente

no projeto Bebedouro (1968), seguido pelos perímetros Nilo Coelho (1984) e Maria Tereza (1996). Em Juazeiro foi instalado o Mandacaru (1971), Tourão (1979), Curaçá (1980) e Maniçoba (1980)". (ARAÚJO; SILVA. 2013).

Hoje, as cidades compõem um reconhecido pólo frutícola, com 90% de sua produção exportada para a Europa, Estados Unidos e Japão, devido à alta qualidade dos seus produtos (SOUZA, 2017). Dada a centralidade econômica regional e o crescimento ascendente de Petrolina e Juazeiro ao longo da história, observar a política local torna-se ainda mais instigante, principalmente porque salta aos olhos com grande destaque o investimento orçamentário do Governo federal em cooperação com governos estaduais e as duas prefeituras nas últimas sete décadas. No entanto, apesar de serem cidades conurbadas, há diferenças históricas importantes no modo como a política foi se desenhando ao longo da história, o que forjou características diferentes à tradição política de Juazeiro e Petrolina. E essas características particulares dos municípios podem ser vistas nos resultados eleitorais de 2020.

#### 4. PETROLINA/PE

A cidade de Petrolina tem em sua cultura política características estritamente familistas. O nascimento da cidade decorreu da organização de cinco famílias principais: Amorim, Cavalcanti, Coelho, Padilha e Santana de Souza (SANTOS, 2013; CHILCOTE, 1991). Todas elas interessadas em prosperar por meio do estabelecimento de um comércio local que fosse responsável por levar produtos e serviços ao interior de Pernambuco e Piauí. Uma vez que a rota comercial, interior- capital, era de Juazeiro até Salvador. Até 1930, existia uma competição política minimamente estabelecida entre os clãs políticos-familiares. Com os anos, o cenário oligárquico se torna ainda mais fechado, sobretudo no que tange à Prefeitura da Cidade. Na esfera política, a família Coelho é aquela que tem atraído os mais fortes holofotes, isso porque é ela que construiu uma hegemonia política sobre a região há mais de meio século.

A primeira figura politicamente proeminente foi o latifundiário e comerciante Clementino de Souza Coelho, que viveu de 1885 a 1951, conhecido como "Coronel Quelê" (SOUZA, 2017; RAMOS; THOMAZ, 2012; RAMOS, 2014). Sua atuação política não se dava através da política institucional, mas mesmo assim era conhecido como "chefe político" (RAMOS; THOMAZ, 2012). Clementino de Souza Coelho e sua esposa Josepha Coelho geraram onze filhos, sendo esses educados em capitais (SOUZA, 2017, p. 62).

Embora avesso a cargos públicos, o patriarca da família compreendia a necessidade de preparar seus descendentes para fazê-lo. Não restam dúvidas de que ele era uma pessoa de visão e de estratégia. Segundo Aquino (2011), de 1930 a 1945, primeira Era Vargas, Clementino aproveitou o momento de industrialização brasileira para expandir seus negócios. Sua empresa (Coelhos S/A) possuía diversas ramificações e seus familiares atuavam em diversas frentes. Na esfera política, “Coronel Quelê” manteve a prática assistencialista. Petrolina sempre foi uma cidade marcada pela desigualdade social, que sofria drasticamente com a seca e os longos períodos de estiagem. Assim, Clementino, como os grupos da elite econômica, aproveitavam para comprar terras a baixo custo e oferecer empregos mal remunerados. Sua casa por diversos momentos foi espaço para abrigo de imigrantes e pessoas necessitadas, o que fomentava as práticas “coronelistas” e ampliava a legitimação da família como um grupo que “favorecia” os mais necessitados.

Na década seguinte, a família Coelho era dominante na esfera econômica e contava com o apoio de boa parte da população (AQUINO, 2011). Assim, ela passa a se dedicar à ocupação de cargos públicos. Em sua maioria, os descendentes homens de Clementino ocuparam cargos políticos. A família se adaptou às mudanças constitucionais brasileiras, inclusive fazendo parte e articulando ações junto a partidos políticos (CHILCOTE, 1991).

Desde os anos de 1950, a família Coelho vem elegendo prefeitos para a cidade, deputados estaduais, deputados federais e senador. “Até hoje, controlam os partidos políticos e as verbas federais e mantêm uma extensa rede de clientela com o uso da máquina estatal, a exemplo da CODEVASF”. (OLIVEIRA, 2002). Acerca da ocupação de cargos políticos institucionais, o primeiro destaque foi Nilo Coelho. Ele foi deputado estadual de 1947-51 e deputado federal de 1951-66. No golpe militar, pelo resgate das velhas oligarquias feito pelos militares, o que alguns autores chamaram de neocoronelismo (SANTOS, 2002; SOUZA, 2001; CARVALHO, 2001; CHILCOTE, 1991; DANTAS, 1987), a família Coelho se coloca no centro da política e alia-se ao comando da ditadura instituída no Brasil, sendo Nilo Coelho nomeado pelo Marechal Castello Branco como Governador (1967-1971) e como Senador de Pernambuco (1978-83). Cabe destacar que o acesso de Nilo a cargos estaduais e federais tinha como propósito dar continuidade à visão de seu pai, que argumentava que a “capital governava de costas para o interior”. Nilo Coelho trouxe investimentos nunca vistos à cidade, isso realimenta a opinião positiva das pessoas pela família. Adicionalmente, esses investimentos beneficiavam à economia do

grupo dos Coelhos, uma vez que as maiores empresas locais pertenciam a eles.

A ditadura militar reforça a posição dominante da família na cidade. Como clã político, os Coelhos possuem um caminho de não enfrentamento aos governos federais. Assim, como na ditadura Vargas, na de 1964, a família não fez oposição. A dominação da família na Prefeitura fez com que os demais clãs familiares restringissem sua ação na Câmara de Vereadores, que seguia reproduzindo velhas práticas oligárquicas. Tal situação torna possível que a família desenvolva uma ruptura política intrafamiliar.

No começo da década de 1980, fica em grande evidência nacional outro Coelho, Fernando Bezerra Coelho, neto de Clementino Coelho. Este começou sua carreira política como deputado estadual em 1983, eleito pelo PDS (anteriormente nomeado como ARENA). Em 1987, mudou para o PMDB e foi eleito como deputado federal. Essa mudança partidária criava uma cisão familiar. Fernando Bezerra Coelho se filia ao PMDB como uma forma de disputa por espaço, e não propriamente por um ideal ideológico. Ou seja, a família, que sempre sofreu com rupturas internas (CHILCOTE, 1991) via na ampliação quase absoluta do seu domínio frente à Prefeitura espaço para expor politicamente suas divergências.

A partir de 1988, a divisão política familiar se estrutura em dois blocos: i) encabeçado por Osvaldo, Geraldo e Guilherme Coelho se vincula ao PSD e ao PFL, partidos ideologicamente congruentes com o governo militar; e ii) encabeçado por Fernando Bezerra Coelho e seus filhos, bloco próximo ao PMDB, PPS e PSB, sendo um partido de centro e dois de centro-esquerda trabalhista; divisão que se mantém por alguns anos, até o grupo de Fernando Bezerra Coelho se organizar com partidos de outro perfil ideológico. O mesmo ocorreu com o clã de Osvaldo, Geraldo Coelho. Fernando Bezerra Coelho foi prefeito de Petrolina de 2001 a 2006, quando deixou a cadeira para a qual havia sido reeleito para assumir a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a convite do governador Eduardo Campos. De 2011 a 2013, assumiu o Ministério da Integração Nacional no mandato da Presidenta Dilma Rousseff. Em 2016, o senador Fernando Bezerra Coelho votou a favor do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, atitude que reafirma o interesse dos representantes da família estarem próximos aos grupos presentes no Governo federal, sobretudo no Executivo.



## 5. A FAMÍLIA COELHO E A PREFEITURA DE PETROLINA

Para compreender a dinâmica da família ao longo da história de Petrolina, foi elaborada a Tabela<sup>4</sup>.

**Tabela. Prefeitos eleitos na cidade de Petrolina/PE**

ELEIÇÕES PARA PREFEITURA DE PETROLINA/PE				
Ano	Candidatos	Vice-prefeito	Partido	Candidatos eleitos
1935	João Cardoso de Sá	NI	NI*	Eleito sem oposição
1947	João Ferreira da Silva (barracão)	Joaquim André Cavalcanti	PDC	João Barracão; Joaquim André Cavalcanti (PDC)
	José Fernandes Coelho	NI	PSD	
1951	Ulisses Lustosa Carvalho Pires	Não tem	ADP	Eleito sem oposição
1952*	José Almeida da Siva	Francisco Raimundo de Souza	PSD	Eleito sem oposição
1956	José de Souza Coelho	Raimundo Santana	PR	Eleito sem oposição
1959	Luiz Augusto Fernandes	Diniz de Sá Cavalcanti	PSD	Luiz Augusto Fernandes; Diniz de Sá Cavalcanti
	João Batista Cavalcanti Alves	João Ferreira Filho	UDN	
1963	José de Souza Coelho	Diniz de Sá Cavalcanti	PSD	José de Souza Coelho; Diniz de Sá Cavalcanti (PSD)
	Antonio Fausto de Sá e Silva	Não tem	PTB	
1968	Simão Amorim Durando	Washington Antonio de Freitas Barros	ARENA	Eleito sem oposição
1972	Geraldo de Souza Coelho	Nilberto Moura Leal	ARENA	Eleito sem oposição
1976	Diniz de Sá Cavalcanti	Lauriano Alves Correia	ARENA	Diniz de Sá Cavalcanti; Lauriano Alves Correia (ARENA)
	José Walter Lubarino dos Santos	Raimundo Reis de Macedo	MDB	
1982	Augusto de Souza Coelho	Simão de Amorim Durando	PDS	Augusto de Souza Coelho; Simão de Amorim Durando
	Joaquim Florêncio Coelho	Não tem	PMDB	
1988	Guilherme Cruz de Souza Coelho	Carlos Augusto Amanz Gomes	PFL	Guilherme Cruz de Souza Coelho; Carlos Augusto Amanz Amariz (PFL)
	Diniz de Sá Cavalcanti	NI	PMDB	
	Joaquim Florêncio Coelho	NI	PSB	
	Assunção de Castro	NI	PDT	
1992	Fernando Bezerra de Souza Coelho	Durval de Andrade Araújo	PMDB	Fernando Bezerra de Souza Coelho; Durval de Andrade Araújo (PMDB)
	Henrique Cruz	NI	PFL	
	Max Medeiros	NI	PT	
1996	Guilherme Cruz de Souza Coelho	Marco Antônio de Oliveira Gomes	PFL	Guilherme Cruz de Souza Coelho; Marco Antônio de Oliveira Gomes (PFL)
	Diniz de Sá Cavalcanti	NI	PMDB	
	Rosalvo Antonio da Silva	NI	PT	
2000	Fernando Bezerra de Souza Coelho	Isabel Cristina de Oliveira	PPS - PT	Fernando Bezerra de Souza Coelho (PPS); Isabel Cristina de Oliveira (PT)
	Luiz Eduardo Viana Coelho	Marcia Maria Cavalcanti	PFL - PMDB	
	Luiz Gonzaga Patriota	Joaquim Coelho Neto	PSB - PDT	
2004	Fernando Bezerra de Souza Coelho	Odacy Amorim de Souza	PPS	Fernando Bezerra de Souza Coelho; Odacy Amorim de Souza (PPS)
	Luiz Gonzaga Patriota	Neuma de Sá Guedes	PSB - PT	
	Oswaldo Coelho	José Novaes Diniz Carvalho	PFL	
2008	Julio Emilio Lóssio de Macedo	Domingos Savio de Souza Dias Guimares	PMDB - PSDB	Julio Emilio Lóssio de Macedo (PMDB); Domingos Savio de Souza (PSDB)
	Luiz Gonzaga Patriota	Paulo Afonso de Souza	PSB - PTB	
	Rosalvo Antônio da Silva	Ivan Rodrigues de Moraes	PSOL	
2012	Júlio Emilio Lóssio de Macedo	Guilherme Cruz de Souza Coelho	PMDB	Júlio Emilio Lóssio de Macedo; Guilherme Cruz de Souza Coelho (PMDB)
	Fernando Filho	Gennedy Marcelo Leite Patriota	PSB	
	Odacy Amorim de Souza	Vilmar Capellaro	PT	
	Rosalvo Antônio da Silva	Carlos Antônio de Amorim	PSOL	
2016	Miguel de Souza Leão Coelho	Floralina Araújo Portela	PSB - DEM	Miguel de Souza Leão Coelho (PSB); Floralina Araújo Portela (DEM)
	Odacy Amorim de Souza	Wildes Manléia de Souza Araújo	PT - Pcdob	
	Edinaldo Lima	Newton Matsumoto	PMDB	
	Adalberto Cavalcanti	Anatelia Porto	PTB - PTN	
	Perpetua Rodrigues	Isabel Macedo	PSOL	
2020	Miguel de Souza Leão Coelho	Simão Durando Filho	MDB - DEM	Miguel de Souza Leão Coelho (MDB); Simão Durando Filho (DEM)
	Júlio Lóssio Filho	Denise Lima	PSD	
	Odacy Amorim de Souza	Vinicius de Santana	PT - Pcdob	
	Gabriel Menezes	Messias Rodrigues	PSL	
	Dr. Marcos Ortopedista	Bruno Abreu de Melo	PSOL - UP	
	Deomiro Santos	Valdemir Santos	PV	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - TRE/PE (1935-2020)

<sup>4</sup> Agradecemos à bolsista Fernanda Emanuela Gomes Gonçalves (Bia/Facepe/UNIVASF 2020/21) pela coleta dos dados e construção da tabela referente a Petrolina.

A tabela acima foi construída com base nos relatórios oficiais do TSE. Para compreendê-la, a análise será executada em três partes: i) de 1935 a 1967; ii) de 1968 a 1987; e iii) de 1988 e 2020. A primeira eleição ocorreu durante a ditadura Vargas, quando predominava na cidade uma oligarquia familiar fechada, mas com alguma rotatividade na Prefeitura. Nesse momento, “Coronel Quelê”, patriarca da família, estruturava a ampliação econômica da família. Segundo Aquino (2011), Clementino se aproveitou do processo de industrialização incentivado por Vargas para investir em indústrias. Na esfera política, as empresas “Coelho S/A” aplicaram e defenderam as medidas trabalhistas de Vargas - situação que gerou forte apoio popular, num local onde as leis quase nunca chegavam (AQUINO, 2011). Na política, Coronel Quelê evitava participar através de cargos públicos, optando por preparar seus filhos para fazê-lo no futuro.

Na primeira eleição após o fim da Era Vargas, 1947, é registrado o primeiro embate político da família Coelho pela Prefeitura. Devido seu perfil assistencialista (AQUINO, 2011; CHILCOTE, 1991), a família contava com um eleitorado significativo. Contudo, a tradição político-familiar do clã Barracão e sua capacidade de articulação política eram maiores. Nesse momento, também se registram os primeiros partidos políticos na cidade, que, segundo Chilcote (1991), funcionavam mais como um artifício burocrático do que como um mecanismo democrático. Em 1951, o resultado em favor do Major Ulisses Lustosa era fruto de um acordo político proposto pelo Interventor do Estado de Pernambuco, Agamenon Magalhães, entre a família Coelho e João Barracão, visando, sobretudo, a atenuar a intensa rivalidade política entre esses clãs. Ulisses renunciou poucos meses depois de assumir e, assim, surge a necessidade de novas eleições. José Almeida da Silva, 1952, é resultado de um novo acordo entre os clãs anteriores. A disputa política entre as famílias fica mais restrita nas eleições de 1955. José de Souza Coelho é eleito sem oposição com forte apoio popular. Nesse momento, a família já estava consolidada economicamente, seus negócios eram responsáveis pela maior parte da produção e exportação local. No campo político, Nilo Coelho possuía cargo estadual e estava migrando para a esfera federal.

A eleição de Luiz Augusto Fernandes (1959) não significou uma derrota para os Coelhos, já que não tinham candidatos diretos no pleito. Luiz possuía um perfil apolítico e sem radicalismo, não sendo um obstáculo à família (BRITTO DE SÁ, 1995). Em 1963, a eleição de José de Souza Coelho, com apoio de Diniz de Sá Cavalcanti, marca a consolidação da família de fato.



Durante o regime militar, os Coelhos nunca demonstraram oposição ao Governo federal, o que auxiliava Nilo Coelho a ganhar mais espaço na política federal.

Como já citado no tópico anterior, Nilo Coelho é indicado a Governador do Estado em 1967. O período militar é de forte simbolismo político, pois representa a união local em prol de uma única família (CHILCOTE, 1991). A elite local, constituída pelas demais famílias políticas tradicionais, concordou em não fazer oposição à família Coelho no intuito de possibilitar a vinda de mais recursos à cidade. Os investimentos trazidos por Nilo Coelho como deputado estadual (1947-1950), deputado federal (1951-1967), governador de Pernambuco (1967-1971) e senador (1979-1983) trouxe diversas melhorias à região, em especial obras de irrigação, energia e habitação popular, assim, reforçando e legitimando o apoio da população à família. Desde então, todas as eleições resultaram positivamente à família, seja através de um membro direto ou afiliado a ela.

A segunda parte (1968-1987) inicia com Simão Durando, que obteve amplo apoio dos Coelhos e foi grande propagandista dos investimentos trazidos por Nilo. Em 1972, Geraldo Coelho, filho de Coronel “Quelê”, é eleito sem oposição e investe em obras de infraestrutura, novamente reforçando a imagem da família. O mesmo ocorreu com Diniz de Sá Cavalcanti (1976), apoiado pela família, com Augusto de Souza Coelho (1982) e Guilherme Cruz de Souza Coelho (1988). Esses dois últimos filhos de Clementino Coelho. Assim, chega-se ao período democrático brasileiro com a família consolidada em todos os níveis. Ao fim do período militar, na abertura política, o grupo se divide em dois clãs. Como descrito anteriormente, de um lado estava o grupo encabeçado por Osvaldo Coelho e de outro o liderado por Paulo e Fernando Coelho. Para exemplificar essa situação entre 1988-2020 e o domínio da família foi elaborada a tabela abaixo<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Cada cor representa um clã específico da família. O percentual equivalente foi calculado sobre o total de votos válidos.

FAMILISMO E ALIANÇAS DE CENTRO-DIREITA NO SERTÃO NORDESTINO

Helga do Nascimento de Almeida/ Simone Piletti Viscarra/ Vanderlei Souza Carvalho

POPULARIDADE DA FAMÍLIA COELHO NA PREFEITURA DE PETROLINA (PE)								
Ano	Facção	Candidatos	Relação	Partido/ Coligação	Votos recebidos	Situação	Total de votos recebidos pelos Coelho	Percentual (%)
1988	Grupo Osvaldo Coelho	Guilherme de Souza Coelho	Filho de Osvaldo Coelho	PFL	26.382	Eleito	51.887	95,33%
	Grupo Paulo/Fernando Coelho	Diniz de Sá Cavalcanti	Apadrinhado	PMDB	25.505	Não eleito		
1992	Grupo Paulo/Fernando Coelho	Fernando Bezerra Coelho	Filho de Paulo Coelho	PMDB	27.635	Eleito	55.043	98,15%
	Grupo Osvaldo Coelho	Henrique Cruz	Sobrinho da esposa de Osvaldo Coelho	PFL	27.408	Não eleito		
1996	Grupo Osvaldo Coelho	Guilherme de Souza Coelho	Filho de Osvaldo Coelho	PFL/ PSDB/ PL/ PPS/ PST/ PAN/ PRN	39.601	Eleito	76.262	93,30%
	Grupo Paulo/Fernando Coelho	Diniz de Sá Cavalcanti	Apadrinhado	PMDB/ PMDB/ PPS/ PT/ PSB/ PSDB	36.661	Não eleito		
2000	Grupo Paulo/Fernando Coelho	Fernando Bezerra Coelho	Filho de Paulo Coelho	PPS/ Unidade por Petrolina PPS/ PT/ PSDB/ PHS/ PSL/ PC do B/ PTdoB/ PTB/ PV/ PST/ PAN	59.123	Eleito	89.616	95,33%
	Grupo Osvaldo Coelho	Eduardo Coelho	Sobrinho de Osvaldo e Paulo Coelho	PFL/ Renova Petrolina PFL/ PMDB	30.493	Não eleito		
2004	Grupo Paulo/Fernando Coelho	Fernando Bezerra Coelho	Filho de Paulo Coelho	PPS/ Unidade por Petrolina PPS/ PSL/ PAN/ PRB/ PV/ PRP/ PSDB/ PRONA	41.001	Eleito	69.378	64,90%
	Grupo Osvaldo Coelho	Osvaldo de Souza Coelho	Irmão de Paulo Coelho	PFL/ Avança Petrolina PFL/ PSDC/ PMN/ PTC/ PT do B	28.377	Não eleito		
2008	Grupo Osvaldo Coelho	Júlio Lóssio	Apadrinhado	PMDB/ Um novo rumo para Petrolina PMDB/ PSDB	73.252	Eleito	73.252	59,54%
2012	Grupo Osvaldo Coelho	Júlio Lóssio	Apadrinhado	PMDB/ Pra Frente, Petrolina! PMDB/ PSDB/ DEM/ PMN	64.929	Eleito	111.564	77,70%
	Grupo Paulo/Fernando Coelho	Fernando Coelho Filho	Filho de Fernando Bezerra Coelho	PSB/ Unidade por Petrolina PSB/ PT/ PRB/ PSL/ PTB/ PSC/ PTN/ PR/ PRB/ PHS/ PTC/ PV/ PDT/ PCdoB/ PSD/ PTdoB/ PRP	46.635	Não eleito		
2016	Facção única	Miguel de Souza Coelho	Filho de Fernando Bezerra Coelho	PSB/ Petrolina com a força do povo PSB/ PDT/ PRB/ DEM/ PSDC/ PPL/ PEN/ PSC/ SD/ PR/ PSD/ PV/ PTC/ PSDB/ PRP/ REDE	60.509	Eleito	60.509	38,80%
2020	Facção única	Miguel de Souza Coelho	Filho de Fernando Bezerra Coelho	MDB/ Petrolina com Força e União MDB/ DEM/ PTB/ PL/ PP/ PSDB/ PSC/ Republicanos/ Avante/ PRTB/ Patriota/ PROS/ Cidadania	121.300	Eleito	121.300	76,19%

Fonte: Tribunal Regional eleitoral de Pernambuco - TRE/PE (1988-2020)

A tabela acima descreve os candidatos inscritos que representavam a família Coelho por eleição. Como é possível observar, de 1988 a 2004, a família sempre teve dois representantes pleiteando o cargo de prefeito. Nas primeiras quatro eleições, houve uma rotatividade do grupo no poder, ora grupo de Osvaldo estava frente à Prefeitura, ora de Paulo e Fernando Bezerra. Até então os votos depositados na família foram superiores a 90%. Ou seja, pode-se considerar que não exista oposição viável a eles, embora existissem outros candidatos pleiteando o cargo. No ano de 2004, observa-se a primeira reeleição, pelo grupo de Fernando Bezerra Coelho. Na sequência das próximas duas eleições (2008 e 2012) dão vitória ao grupo de Osvaldo Coelho. Cabe destacar que, desde 2004, a oposição à família aumenta, uma vez que a porcentagem de votos para eles cai em média 20 pontos percentuais.

Em termos de oposição, o ano de 2016 é o mais crítico, com apenas um candidato representando a família, essa atinge a porcentagem de 38% de votos. Para 2020, o mesmo candidato é reeleito com 76% dos votos válidos e sendo o único Coelho no pleito. Em relação aos partidos políticos, observa-se

que não há uma linearidade. A divisão inicial dos dois clãs se perde depois de 1996. Os Coelhos investem em alianças numéricas e muitas vezes sem perfil ideológico claro.

## 6. MIGUEL COELHO

Nas eleições municipais de 2020, não houve surpresa nos destinos de Petrolina. Novamente um membro da Família Coelho levou o pleito, desta vez sendo reeleito, este foi Miguel Coelho. Miguel de Souza Leão Coelho é filho do senador Fernando Bezerra Coelho. Seu irmão mais velho é o Deputado Federal Fernando Bezerra Coelho Filho (DEM) - que está no 4º mandato como deputado federal e foi Ministro de Minas e Energia no Governo Michel Temer e seu irmão mais novo é o Deputado Estadual Antônio de Souza Leão Coelho (DEM). Miguel Coelho não se localiza em um campo ideologicamente bem definido, assim como é tradição dos políticos de sua família, oscila entre o centro e a centro-direita.

Miguel Coelho nasceu em 1990 em Recife, bem como seus irmãos, e estudou Direito em São Paulo. O político iniciou sua trajetória política aos 23 anos quando foi eleito deputado estadual por Pernambuco com 55.175 pelo PSB, sua primeira filiação e onde se manteve de 2012 a 2019. Em 2015 Miguel se afasta da cadeira de deputado estadual e se candidata a prefeito de Petrolina. Naquele momento Petrolina ainda tinha 183.819 eleitores e, portanto, apenas um turno de votações. Sendo assim, Miguel Coelho foi o vencedor com 38,80%, 60.509, votos, pela coligação “Petrolina com a força do Povo” formada pelos partidos, PSB, PDT, PRTB, DEM, PSDC, PPL, PEN, PSC, SD, PR, PSD, PV, PTC, PSDB e PRP. Em segundo lugar ficou Odacy Amorim, do PT, com 25,41%, depois veio Edinaldo Lima (PMDB) com 21,49%, Adalberto Cavalcanti (PTB) com 13,24% e Perpetua Rodrigues (PSOL) com 1,06% dos votos. Houve 8,36% de abstenção, 2% votos brancos e 5,47% de votos nulos.

No pleito de 2020, Petrolina possuía mais de 200 mil eleitores e, em consequência, a possibilidade de segundo turno, sendo a única cidade do sertão pernambucano com essas dimensões. Miguel Coelho conseguiu arregimentar um eleitorado robusto para ganhar no primeiro turno. Com uma coalizão que se nomeou “Petrolina com Força e União” e que reuniu MDB, DEM, PTB, PL, PP, PSDB, PSC, Republicanos, Avante, PRTB, Patriota, PROS e Cidadania, Miguel Coelho dobrou os votos que havia conquistado no pleito de 2016 e obteve 76,19% dos votos válidos. Em segundo lugar, ficou Júlio Lóssio Filho (PSD), com 9,78%, seguido por Odacy Amorim (PT) com 9,64%,

Gabriel Menezes (PSL) com 3,42%, Dr. Marcos Ortopedista (PSOL) com 0,83% e Deomiro Santos (PV) com 0,15%.

De fato, parece haver três motivos para tal resultado exitoso de Miguel Coelho e que estão ligados entre si por se articularem contribuindo para a construção imagética pública de Petrolina como uma cidade moderna e do futuro. Esses motivos são: 1) Projeto de revitalização da cidade; 2) Gestão da pandemia; 3) Comunicação com os eleitores. Primeiramente, Petrolina, na gestão de Miguel Coelho, empreendeu obras em pontos de grande fluxo de pessoas na cidade, como, por exemplo, a reforma de todo o complexo de esportes e lazer ao longo da orla do São Francisco e a revitalização de rotatórias e canteiros centrais nas avenidas principais, além disso a construção de dois viadutos, um próximo ao bairro Areia Branca e outro entre a Avenida da Nações e a Estrada da Banana, chamaram atenção da população. Também, ainda em 2018, a Avenida 7 Setembro, que é rodovia federal, foi duplicada com verbas do DNIT. As reformas empreendidas pelo prefeito demonstram a vocação familiar para o *lobby* de sucesso por verbas federais e estaduais para o investimento na cidade. Em segundo lugar, pode-se falar de uma gestão medianamente satisfatória da pandemia, em que Miguel Coelho, em um primeiro momento, manteve-se defensor do isolamento social, e aos poucos liberou atividades econômicas de toda sorte na cidade. Assim, se por um lado abriu leitos de UTI, inaugurou hospital de campanha, abriu abrigos para moradores de rua, decretou fechamento de escolas e universidade, etc, por outro lado, não definiu uma lei para o uso obrigatório de máscaras e mesmo durante a 2ª onda da covid-19, que levou a cidade de Petrolina ao pico de casos desde o início da pandemia entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, não decretou o fechamento do comércio e o isolamento social obrigatório. Ao longo do tempo, o Prefeito não se colocou em oposição ideológica pública nem ao Governo federal, nem ao Governo estadual, que parece ser uma estratégia para evitar tensões. Por fim, o Prefeito utilizou muito bem as mídias a seu favor, principalmente mídias sociais como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, e assim conseguiu mobilizar bem sua ciberbase através de conteúdos que oscilam entre postagens políticas e conteúdos de sua vida particular, que o aproximam da população.

## 7. JUAZEIRO/BA

O Município de Juazeiro-BA localiza-se no norte do Estado, na margem direita do rio São Francisco, na divisa com o Estado de Pernambuco. Nascido

como Vila de Nossa Senhora das Grotas de Juazeiro, através da Lei nº 1814, de 15 de julho de 1878, a Vila passa a possuir o título de cidade de Juazeiro. É um município médio, segundo os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com uma população total, de acordo com o censo de 2010, de 197.965 habitantes, sendo 81,2% da população urbana e 18,8% rural; tem uma densidade demográfica de 30,45 hab/Km<sup>2</sup> (IBGE, 2011). Atualmente, pelas estimativas do mesmo IBGE (2020), o Município tem uma população residente de 218.162 habitantes.

Diferentemente da vizinha Petrolina, no Estado de Pernambuco, a cidade de Juazeiro não teve sua história política marcada por uma única família política tradicional e muito longeva no poder local. A primeira família tradicional da cidade de Juazeiro, os Dias de Ávila, são do século XVII, nos tempos do povoamento e da fundação da Vila de Nossa Senhora das Grotas de Juazeiro e dela não se conhecem descendentes a reivindicar herança política na cidade de Juazeiro. Recentemente, algumas famílias políticas tiveram e têm ainda importante participação no poder municipal. Destacam-se as famílias Espínola Ramos, Tanuri e Bandeira.

## **8. A TRAJETÓRIA DE SUZANA RAMOS – PREFEITA DE JUAZEIRO-BA ELEITA EM 2020**

A atual Prefeita de Juazeiro, Suzana Alexandre de Carvalho Ramos, candidata pela coligação União por Amor a Juazeiro, formada pelos partidos PSDB, PDT, PTB, PATRIOTA, PROS, SOLIDARIEDADE, REDE, PTC, PRTB e PV, foi eleita em 15 de novembro de 2020 com 64.229 votos, 55,68%, uma vantagem expressiva de votos sobre o segundo colocado, Paulo Bonfim, do Partido dos Trabalhadores (PT), prefeito municipal de 2016 a 2020, candidato à reeleição por uma coligação de partidos de esquerda, centro e mesmo direita, formada por PT, PODE, PSB, PP, DC, PSD, PCdoB e MDB, que obteve 33.553 votos 29,09% dos votos válidos. Nesta eleição, votaram na cidade de Juazeiro 123.223 eleitores, sendo 115.357, 93,62% os votos válidos, 5.895, 4,78% votos nulos e 1.971, 1,60% votos em branco. As abstenções na eleição de 2020 na cidade de Juazeiro-BA foram de 16,12%, enquanto, no Brasil, as abstenções no primeiro turno foram de 23,14% do eleitorado (TSE).

A Prefeita tem uma trajetória política um tanto longa e estreitamente relacionada com uma influente família política na cidade, a família Espínola Ramos. Viúva de Joroastro Espínola Ramos, também conhecido como Zoró, a Assistente Social Suzana Ramos passou a ser conhecida como “Suzana de

Zoró”, tendo entrado na política municipal devido à influência de seu marido, foi eleita vereadora na cidade de Juazeiro nas legislaturas (2005-2008; 2009-2012; 2013-2016) pelo Partido Trabalhista do Brasil (PT do B). Em 2016, Suzana mudou de partido, ingressando no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), pelo qual foi candidata derrotada a vice-prefeita na chapa de Charles Leão do Partido Popular Socialista (PPS) pela Coligação (PPS, PSDB e DEM) ficando em terceiro lugar no pleito, com 20,25% dos votos válidos (TSE).

A eleição de 2016 para a Prefeitura de Juazeiro foi disputada pela chapa Charles Leão/Suzana Ramos, da Coligação (PPS, PSDB e DEM); pelo ex-deputado Joseph Bandeira, do Solidariedade (SD); e por Paulo Bomfim, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), numa coligação ampla que incluía o PT, PDT, PRB, PP, PTB, PSL, PSC, PR, PSOL, PSD e PROS. Saiu vencedor o candidato Paulo Bomfim, com 40,29% dos votos válidos. O ex-deputado Joseph Bandeira, do Solidariedade, em uma coligação que incluía PMDB, PSB, PEN, PTC, PSDC, PHS, PT do B, PRTB, PTN, PPL e PV, ficou em segundo lugar, com 38,15% dos votos válidos (TSE).

O capital político-familiar de Suzana Ramos advém de sua relação com a família Espínola Ramos, mais diretamente de seu falecido esposo Joroastro Espínola Ramos. De acordo com o *Dicionário Biográfico Histórico da Bahia*, Joroastro foi filiado ao Partido da Frente Liberal (PFL) desde 1986, elegendendo-se em 1988, vereador na cidade de Juazeiro para o período 1989-1992, reelegendo-se para as legislaturas 1993-1996 e 1997-2000. Nesta época, fazia parte da União por Juazeiro, grupo político que conseguiu eleger seu irmão, Rivadávio Espínola Ramos, Prefeito da cidade para o quadriênio 1997-2000.

Em 1997, Joroastro Ramos transferiu-se para o Partido Social Cristão (PSC), renunciando ao mandato de vereador no ano seguinte para lançar-se candidato a Deputado Estadual, tendo sido eleito para a legislatura 1999-2003 com expressiva votação de seu reduto eleitoral, o Município de Juazeiro. Em 2001, trocava de agremiação mais duas vezes, ingressando sucessivamente no Partido Social Trabalhista (PST) e no Partido da Social Democrata Cristão (PSDC). Como parlamentar, Joroastro Ramos solicitou a reforma do Estádio de Futebol Adauto Moraes, em Juazeiro, utilizado pelos times de futebol da cidade. Nos anos recentes, o estádio é utilizado pelo Juazeirense Futebol Clube, presidido pelo Deputado Estadual Roberto Carlos, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), aliado de Suzana Ramos na eleição de 2020. A inserção de Joroastro em Juazeiro abrangeu outros espaços sociais, tendo sido um dos fundadores do Museu Regional do São Francisco e membro da Loja Maçôni-



ca Segredo, Força e União (Grande Oriente) e da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Joroastro Ramos faleceu em 5 de setembro de 2007, três anos após sua esposa Suzana Ramos ter sido eleita para seu primeiro mandato de vereadora na cidade de Juazeiro.

A família Espínola Ramos tem uma importante trajetória política em Juazeiro-BA. Joroastro Espínola Ramos foi vereador e Deputado Estadual. Outro membro da família com carreira política na cidade é o irmão de Joroastro, Rivadávio Espínola Ramos, conhecido como professor Rivas (RAMOS, 2014). Rivadávio foi eleito Prefeito pelo Partido da Frente Liberal (PFL) para o quadriênio 1997- 2000, graças à força do grupo União por Juazeiro que contava com a participação de Joroastro Ramos, eleito Vereador, que deixaria em seguida a Câmara Municipal de Juazeiro para concorrer a Deputado Estadual e ser eleito em 1998. Desta herança familiar é que deriva o grande prestígio e o capital político-familiar de Suzana Ramos.

Outro personagem importante e emblemático na política juazeirense recente é o ex-deputado e ex-prefeito Joseph Bandeira, pai do vice-prefeito Leonardo Bandeira, eleito juntamente com Suzana Ramos em 2020. Joseph Wallace Faria Bandeira, advogado e professor universitário, foi Prefeito da cidade de Juazeiro (BA) em dois períodos e candidato em outras oportunidades. Candidato pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi eleito em 1988 para o quadriênio 1989-1992. Em 1996 foi novamente candidato pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) sendo derrotado, mas, quatro anos depois, concorrendo pelo Partido dos Trabalhadores (PT), foi novamente eleito prefeito para o quadriênio 2001-2004. Na eleição de 2004, Bandeira foi candidato à reeleição pelo PT, mas foi derrotado pelo candidato do PFL Misael Aguilar Silva Júnior. Obteve nas eleições de 2006 uma suplência de Deputado Federal pela Bahia na legenda do PT, exerceu o mandato de fevereiro de 2007 a agosto de 2008. Na oportunidade, exerceu a vice-liderança da bancada do PT na Câmara, além de integrar como membro titular as comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Direitos Humanos e Minorias (CPDOC-FGV).

Joseph Bandeira voltou a assumir em 2009 o mandato de Deputado; novamente disputou uma vaga de Deputado Federal em 2010 mas, com 55 mil votos, ficou com uma suplência. Retornou à Câmara em 2011, permanecendo no cargo por um ano. Em 2008 foi novamente derrotado na eleição para Prefeito de Juazeiro e, em 2012, tentou se lançar novamente candidato à

Prefeitura, mas enfrentou resistência na direção estadual do Partido dos Trabalhadores, que optou pelo apoio à reeleição do prefeito Isaac Cavalcante de Carvalho do PC do B. Sem o apoio petista, Bandeira teve a candidatura cancelada e, em seguida, optou por deixar o partido. No ano seguinte, ingressou no Partido Socialista Brasileiro (PSB) e, posteriormente, no Solidariedade (SD), partido pelo qual se candidatou a prefeito de Juazeiro em 2016, ficando em segundo lugar, com 38,15% dos votos válidos (CPDOC-FGV).

Outra tradicional família política de Juazeiro e que ainda tem representantes no Poder legislativo local é a família Tanuri. Américo Tanuri foi Prefeito por dois mandatos (1963-1967 e 1971-1973), é pai de José Carlos Vianna Tanuri, ex-vice-prefeito, ex-vereador e ex-presidente da Câmara Municipal de Juazeiro, falecido no último dia 15 de novembro de 2020, vítima de complicações da covid-19. José Carlos Tanuri, por sua vez, é o pai do vereador e presidente da Câmara, Alecsandre Rodrigues Tanuri, candidato pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), eleito em 2008 e 2012, novamente eleito em 2016 pelo Partido Social Liberal (PSL) e, concorrendo pelo Partido Progressista (PP), foi o vereador com maior número de votos na eleição municipal de 2020, recebeu 2.383 votos - 2,02% do total de votos válidos. A família Tanuri, bastante longeva na política local, tem ficado de fora do Poder Executivo. Desde a redemocratização, o executivo local tem sido objeto de conquista alternada por membros das famílias Espínola Ramos e Bandeira, tendo algumas vezes escapado à herança política familiar.

Como se pode notar, a cidade de Juazeiro-BA convive com alternância de partidos no poder municipal desde a redemocratização. Apesar da predominância por certo tempo do PFL, partido do ex-Governador e ex-Senador Antônio Carlos Magalhães, o Partido dos Trabalhadores obteve uma vitória eleitoral em 2000 com Joseph Bandeira. Após a mudança no comando do Estado da Bahia, com a vitória de Jaques Wagner em 2006, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Juazeiro passou por um período de três eleições com vitórias de partidos de esquerda. Isaac Cavalcante de Carvalho foi eleito Prefeito pelo PC do B na eleição de 2008, reeleito em 2012 e elegeu seu sucessor, Marcos Paulo Alcântara Bomfim na eleição de 2016. O grupo político que comandava a cidade de Juazeiro desde 2008 pelo PC do B migrou posteriormente para o PT, partido pelo qual Paulo Bomfim tentou a reeleição sem sucesso em 2020. Isaac Carvalho havia concorrido a Deputado Federal ainda pelo PC do B em 2018, mas, embora tenha obtido uma votação expressiva,



96.777 votos, teve sua candidatura cassada pela Justiça Eleitoral, devido a problemas com as contas da gestão à frente da Prefeitura de Juazeiro-BA.

## 9. CONCLUSÃO

O familismo ainda se mantém forte no sertão baiano e pernambucano. Como pode ser observado, as duas cidades possuem uma política fortemente familiar. Em Petrolina hoje não há espaço para oposição. Os Coelhos possuem uma longa trajetória de crescimento econômico e político que alimenta o simbolismo ao redor da sua importância, sendo, dessa maneira, a cidade uma oligarquia extremamente fechada. Os Coelhos souberam se adaptar ao longo dos anos, sobretudo frente às reformas constitucionais. Assim, mesmo com dados positivos de desenvolvimento, Petrolina ainda tem um longo caminho para alcançar uma democracia efetiva.

Na cidade de Juazeiro-BA, a herança política familiar - o familismo - ocorre mediante uma alternância de poder entre famílias com alguma tradição política, nenhuma das quais logrou tanta longevidade no comando da cidade, como ocorre na vizinha Petrolina-PE. As principais famílias políticas da cidade - Espínola Ramos, Bandeira e Tanuri - ainda estão presentes no poder local. No que se refere ao Poder Executivo, as famílias Espínola Ramos e Bandeira retornaram ao poder após algumas derrotas. A alternância também é partidária, o Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), que foi o partido da mais tradicional família política do Estado da Bahia, a família Magalhães, esteve à frente do Poder Executivo Municipal por alguns anos, mas foi vencido em eleições recentes pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT), partido dos dois últimos governadores do Estado. E, na eleição de 2020, saiu vencedora uma candidata do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em uma ampla coligação protagonizada por partidos de centro e de direita.

A mudança política pela qual passou a cidade de Juazeiro na eleição 2020 resulta de uma estratégia política muito bem-sucedida, que combinou a força do capital político-familiar (o Familismo) com a montagem de uma grande aliança de partidos localizados no centro, na direita e até mesmo na esquerda do espectro político brasileiro. A coligação União por Amor a Juazeiro é formada pelos partidos: PSDB, PDT, PTB, PATRIOTA, PROS, SD, REDE, PTC, PRTB e PV. O predomínio de partidos de centro-direita na coligação combina-se de forma eficiente com a herança política familiar da Prefeita eleita Suzana Ramos, oriunda da família de seu falecido esposo Joroastro Espínola

Ramos (ex-Deputado Estadual) e de Rivadávio Espínola Ramos (ex-Prefeito), bem como da de seu vice Leonardo Bandeira, filho de Joseph Bandeira, ex-Prefeito e ex-Deputado Federal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Helga; VISCARRA, Simone. Sertão nordestino no combate à Covid-19: Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). In ROCHA, Marta. *Os governos municipais frente ao Coronavírus*. Núcleo de Estudos sobre Política Local 2020. <https://nepolufff.wordpress.com/2020/04/13/sertao-nordestino-no-combate-a-covid-19-juazeiro-ba-e-petrolina-pe>. Acesso em 09/02/2021.

AQUINO, Thulio André Moura de. *Caminhos do poder: Práticas Políticas da Família Coelho na Cidade de Petrolina-PE, 1930-1947*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: RI UFPE: Caminhos do poder: Práticas Políticas da Família Coelho na Cidade de Petrolina-PE, 1930-1947.

ARAÚJO, Guilherme José Ferreira; SILVA, Marlene Maria. Crescimento econômico no semiárido brasileiro. O caso do pólo frutícola Petrolina/Juazeiro. *Caminhos de Geografia*, v. 14, n. 46, 2013.

CARVALHO, José Murilo. Metamorfoses do coronelismo. *Revista de Política e Cultura* - Brasília. DF: Fundação Astrogildo Pereira. 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CHILCOTE, Ronaldo. T. Transição Capitalista e classe dominante no nordeste. Editora da Universidade de São Paulo.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC) - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br>. Acesso em 18/02/2021.

DANTAS, Ibarê. *Coronelismo e dominação*. Universidade Federal de Sergipe, PROEX;CEACAC/ Programa Editorial, 1987; Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/vida/noticia/2012/01/no-reino-dacoelholandia.html>. Acesso em 11/02/2021.

LOPES, Sérgio Marcelino da Motta. *Os “lugares” como dignos de preservação: a questão da preservação do patrimônio cultural em Juazeiro da Bahia*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. 2 v. : 1.

MOURA, Germano Lúcio Pereira. *Manutenção e reprodução da herança política na ALEPI (1986-2014)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Piauí, 2019.

MONTEIRO, José Marciano. *A Política como negócio de família: para uma Sociologia política das elites e do poder político familiar*. São Paulo: LiberArs, 2017.

RAMOS, Murilo; THOMAZ, Danilo. No reino da Coelholândia. *Revista Época* (2012).

RAMOS, Rivadávio Espínola. *Convivendo com a memória*. Juazeiro: 2014, 294p.

SÁ Y BRITO, Maria Creusa. Petrolina. *Origem, fatos, vida, uma história*. Petrolina: Tribuna do Sertão, 1995.

SANTOS, Ruyter Antonio Bezerra dos. *Neocoronelismo, aspensor e voto*. Estudo de caso sobre a herança do coronelismo e o poder local da família Coelho em Petrolina. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 143. 2002.

SOUZA, Cícero Harisson. *Juazeiro e Petrolina no contexto das cidades médias do Nordeste*. Dinâmicas socioeconômicas e demográficas e a percepção da população. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 223. 2017.

SOUZA, João Morais de, *As práticas do coronelismo: estudo de caso sobre o domínio dos Coelho em Petrolina-PE*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco. 2001.

Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em 18/02/2021.

## 15. ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 EM MACAPÁ: CRISE E REJEIÇÃO À ELITE POLÍTICA TRADICIONAL

José Raulino Chaves Pessoa Júnior<sup>1</sup>

Moisés Silva Campos<sup>2</sup>

Tatiana Gemaque Rezende<sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

As eleições municipais de 2020 se tornaram singulares na história recente do País. Esse pleito ocorreu em meio à crise sanitária global provocada pela pandemia de Corona Vírus Disease 2019 (COVID-19) que já vitimou milhares de vidas e colocou sob pressão os sistemas de saúde e a economia de todas as nações.

No Estado do Amapá, além do agravamento da pandemia no período eleitoral, a região foi afetada por um apagão elétrico. A maior parte dos municípios do Estado, 13 dos 16 municípios, passaram 22 dias sem fornecimento de energia elétrica. Esse apagão ocasionou inclusive o adiamento das eleições municipais em Macapá.

Dada a situação particular em que aconteceu a disputa eleitoral no Amapá em 2020, o presente texto busca analisar a disputa eleitoral ao Executivo e o impacto desses eventos, a crise sanitária e a crise elétrica, no desempenho eleitoral. Será investigado sobre as eleições na Capital do Estado, Macapá, que concentra 60% do eleitorado, sendo o distrito eleitoral mais visado pelas lideranças estaduais.

O capítulo busca aclarar dois questões: quem são as lideranças políticas que disputaram o pleito municipal e como foi seu desempenho eleitoral.

---

1 Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (PPGPP/UECE). Líder do grupo de pesquisa Democracia, Partidos e Políticas Públicas (UECE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3204550551936525>.

2 Mestrando do programa de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da UECE. Vinculado ao grupo de pesquisa Democracia, Partidos e Políticas Públicas (UECE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5077169515171227>.

3 Mestranda do programa de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da UECE. Vinculada ao grupo de pesquisa Democracia, Partidos e Políticas Públicas (UECE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2275285200875702>.

Como eventos inesperados, como o agravamento da pandemia e sobretudo o apagão elétrico, impactaram a disputa eleitoral.

Serão analisados os resultados eleitorais do atual período democrático disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O objetivo é fazer um breve histórico das eleições diretas para o Executivo de Macapá, iniciada em 1985, fornecendo subsídios para interpretar os resultados eleitorais de 2020. Nesse percurso, serão apresentados os candidatos, seus partidos e alianças, os resultados e o contexto da disputa eleitoral observados relatados na imprensa local e nacional. A interconexão disputa municipal em Macapá e as eleições estaduais de Amapá, como o Executivo estadual, é ressaltada ao longo da análise.

O texto está dividido em três partes, além dessa introdução e das considerações finais.

Na primeira seção são apresentados o Estado do Amapá, a Cidade de Macapá e o histórico eleitoral das eleições municipais de 1985 a 2016. Em seguida, será abordado especificamente o objeto de pesquisa do texto, as eleições de 2020. Serão apresentados o resultado eleitoral, a trajetória política dos dez candidatos e a análise de conjuntura do pleito. Por fim, será discutido o efeito das crises nessa disputa eleitoral de 2020, sobretudo, as consequências do apagão elétrico.

## **MACAPÁ: CIDADE CORTADA PELO EQUADOR E ÀS MARGENS DO RIO AMAZONAS**

Macapá, capital do Estado do Amapá, localiza-se na região Norte do Brasil. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020), o Município tem população estimada em 512.902 habitantes para o ano de 2020 e densidade demográfica de 62,14 h/km<sup>2</sup>. É o maior colégio eleitoral do Estado, com 292.718 eleitores, correspondendo a 56,6% do eleitorado do Amapá, segundo dados do TSE.

O Território do Amapá foi criado no período do Estado Novo, pelo então presidente Getúlio Vargas, Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Foi estabelecido como Território Federal do Amapá, sendo subordinado ao poder nacional. À época, o território era dividido em apenas três municípios: a capital Amapá, Macapá e Mazagão (Sarney, 2004).

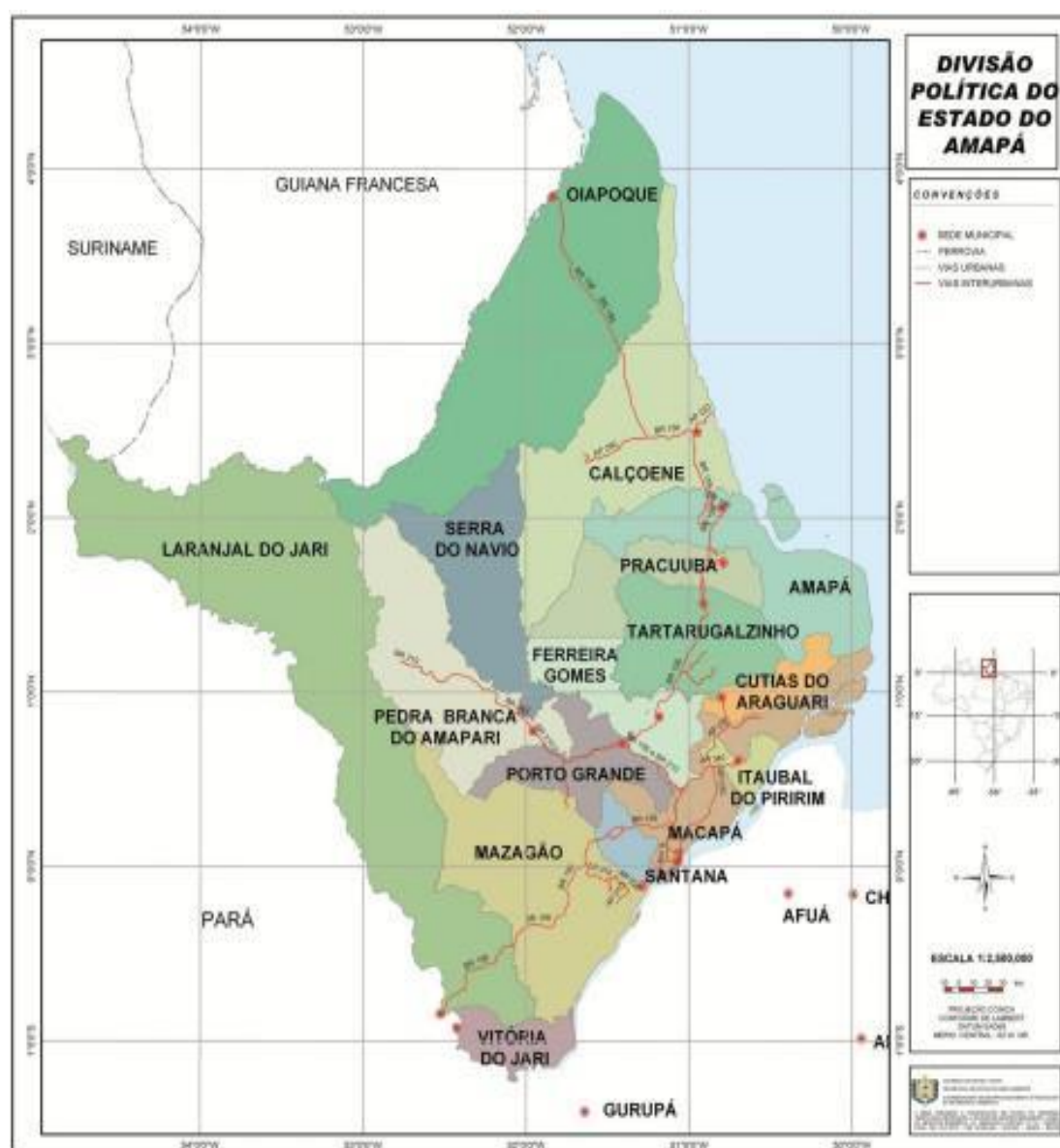
Depois, ocorreram as seguintes mudanças: Macapá passou a ser a capital em 1944 (Decreto-Lei nº 6.550, de 31 de maio de 1944) e foram criados outros municípios, como Oiapoque, em 1945, e Calçoene, em 1956. Por meio da Lei

nº 7.639 de 1987 foram criados mais quatro municípios: Santana, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes e Laranjal do Jari, somando então, nove municípios (Brasil, 1987).

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, o Território Federal do Amapá passou a ser um Estado da Federação. Foram iniciadas as eleições diretas para escolha do Executivo e Legislativo estaduais. Seguindo uma tendência nacional de subdivisão administrativa no início da redemocratização, Amapá passou a contar com onze novos municípios, criados de 1988 a 1992. Atualmente, o Estado possui um total de dezesseis municípios.

Amapá localiza-se no extremo norte do País, fazendo fronteira com o Estado do Pará, dois países (Suriname e Guiana Francesa) e o Oceano Atlântico. A maior parte de seu território, cerca de 72%, é ocupada por áreas protegidas, tornando o Estado com maior porcentagem de Unidades de Conservação do País. Também é marcado com reservas indígenas, sendo o primeiro Estado brasileiro a ter todas as terras indígenas demarcadas, e territórios quilombolas. Segue abaixo o mapa de localização do Amapá.

Figura 1 . Macapá – Localização geográfica



Fonte: COORDENADORIA DE GEOPROCESSAMENTO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL (CGTIA). Amapá: Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá (SEMA-AP), 2015. 1 mapa, color. Projeção cônica conforme de Lambert, Datum SAD 69. Escala 1:2,500,000. Disponível em: <<https://xglgomes.files.wordpress.com/2015/10/fdfb2-polit.jpg>>. Acesso em 14 de março de 2021

Com o início do processo de redemocratização no Brasil, as eleições para o Executivo municipal nas capitais foram retomadas, ocorrendo a primeira eleição direta para a Prefeitura de Macapá em 1985. Nesse pleito, a disputa estava polarizada em torno duas coalizões políticas. A coalizão vencedora compunha uma coligação de partidos de esquerda no Estado, como Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, Partido Social Democrático - PSB, Partido dos Trabalhadores - PT, Partido Comunista do Brasil - PCdoB, Partido Comunista Brasileiro - PCB e Partido Democrático Trabalhista - PDT. Tinha como candidato a prefeito o então vereador Raimundo de Azevedo Costa (PMDB) e como vice a ex-secretária municipal de educação de Macapá, Raquel Capiberibe da Silva (PMDB), e irmã de João Capiberibe, liderança histórica de esquerda. A coalizão<sup>4</sup> opositora reunia partidos de direita, como Partido da Frente Liberal - PFL, Partido Democrático Social - PDS, Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e Partido Democrata Cristão - PDC, e tinha como candidato o então deputado federal Geovani Pinheiro Borges (PFL), ex-vereador de Macapá (1977-1983). O prefeito eleito, Raimundo Costa (PMDB), fazia oposição ao governador nomeado, Jorge Nova da Costa (PFL). Como Amapá ainda era Território Federal, o então presidente José Sarney indicou Jorge Costa que exerceu o comando de 1985 a 1990.

A segunda eleição municipal em Macapá reproduziu a polarização anterior. Em 1988, a coligação liderada pela esquerda foi novamente vitoriosa. Compunha uma aliança entre Partido Socialista Brasileiro - PSB, PT, PDT, PCB, PCdoB, Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, PMDB, PDC e Partido Social Democrático - PSD e elegeu como prefeito João Alberto Rodrigues Capiberibe (PSB) e como vice Hildegardo Alencar (PT). A coligação adversária, integrando coligação entre PFL, PDS, PMDB, PTB, Partido da Juventude - PJ, Partido Liberal - PL, Partido Socialista - PS, Partido Social Cristão - PSC e Partido Municipalista Comunitário - PMC, apresentou como

---

4 Para entender o processo de criação, extinção e mudança dos nomes das legendas no Brasil, consultar: <https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/partido-politico>



candidato Murilo Pinheiro (PFL), ex-prefeito nomeado (1980-1985), e como vice-prefeito Gilvam Borges (PJ).

Nas eleições de 1992, o cenário político apresentou-se mais fragmentado, quatro candidatos concorreram ao cargo. A coligação vitoriosa era integrada por oitos partidos, PSDB, PMDB, Partido de Reedificação da Ordem Nacional - PRONA, Partido da Mobilização Nacional - PMN, PDC, PDS, PL e Partido Municipalista Social Democrático - PMSD, e tinha como candidato o médico cardiologista João Bosco Papaléo Paes (PSDB). O segundo colocado foi o ex-prefeito nomeado e novamente candidato, Murilo Pinheiro (PFL). Este era apoiado pelo então governador Annibal Barcellos (PFL) e integrava uma coligação entre PFL, PTB, Partido Social Trabalhista - PST, Partido Trabalhista Renovador - PTR, Partido Renovador Progressista - PRP e PSD. Em terceiro lugar, ficou o candidato da esquerda e apoiado pelo então prefeito João Capiberibe, Idelgardo Gomes (PT), da coligação PT, PSB, PCdoB, Partido Verde - PV, PDT e Partido Popular Sindicalista - PPS. Por fim, uma aliança entre dois partidos nanicos do Estado, Partido da Reconstrução Nacional - PRN e PSC, apresentou Jacy Siqueira (PRN) como candidato.

Um fato que merece ser lembrando é a transferência do ex-presidente José Sarney (PMDB) para o Amapá em 1990. Sendo eleito no mesmo ano para uma das vagas do Senado, feito que repetiu em mais duas eleições, 1998 e 2006. Acumulando três mandatos ou 24 anos como representante do Amapá no Senado Federal, Sarney se tornou, desta forma, importante político no Estado, mas pouco se envolveu diretamente com as campanhas locais ou na disputa para Prefeitura da Capital. Mesmo os candidatos do seu partido, o PMDB, não tinham apoio do senador.

Em 1996, o candidato escolhido nas urnas foi Annibal Barcellos, do Partido da Frente Liberal – PFL, coligado com o Partido Proletário do Brasil - PPB, PV, Partido Social Liberal - PSL, PST e PRN, para governar Macapá de 1997 a 2000. Na disputa, estavam Waldez Góes (PDT) representando a coligação composta por PSB, PT, PCdoB, PPS, PMN, PCB, Partido Trabalhista do Brasil – PTdoB. Concorreram, ainda, a socióloga Fátima Pelaes (PSDB), que estava no segundo mandato como deputada federal, sua coligação contou com PMDB, PSD, PL), além de Jonas Pinheiro Borges (PTB), nomeado em 1985 para a Prefeitura de Macapá e fundador o PTB em 1986, e a servidora pública Telma Gameleira, do PSC, que se coligou com PRONA.



Desta vez, o governador era João Alberto Rodrigues Capiberibe (PSB, 1995-1998), que apoiou Waldez Góes (PDT). O prefeito Papaléo Paes (PSDB) apoiou Fátima Pelaes, do mesmo partido. Ambos foram derrotados.

Com o apoio do governador reeleito João Alberto Rodrigues Capiberibe (PSB), João Henrique Pimentel, do mesmo partido, coligado com PSDB, PRP, PST, PRONA e PT, venceu a disputa eleitoral de 2000. Os candidatos derrotados foram: o médico cardiologista Papaléo Paes (PTB), coligado com PDT e PTdoB, Annibal Barcellos (PFL), coligado com PMDB, o médico Benedito Dias, do Partido do Povo Brasileiro – PPB, que formou aliança com PSL, PSC, PL e PSD, o advogado Idelgardo Gomes (PPS), coligado com PCdoB, PV, Partido dos Aposentados da Nação – PAN e PMN e a professora Lia Borralho (PSTU). O prefeito Annibal Barcellos (PFL) tentou a reeleição, mas saiu derrotado no pleito de 2000. Essa eleição consolidou ainda mais a força política de João Alberto Capiberibe que, até esse momento, já tinha sido prefeito de Macapá (1989-1992) e governador do Estado do Amapá (1995-1998 e reeleito para 1999-2002).

A eleição de 2004 contou com os seguintes candidatos: o prefeito João Henrique (PT) compondo uma ampla coligação com PCdoB, PTN, PSC, PCB, PAN, PSDC, PRTB, PHS, PMN, PTC, PV e PRONA, a deputada federal Janete Capiberibe (PSB) coligado com PTB, o médico Sebastião Bala Rocha (PDT), compondo com PMDB, PP, PSL, PL, PPS, PFL, PRP, PSDB e PTdoB, e o dirigente sindical Joinville Frota (PSTU). João Henrique Pimentel foi reeleito para mais um mandato de quatro anos como prefeito de Macapá (2005-2008).

Sebastião Bala Rocha (PDT) era o candidato apoiado pelo governador Waldez Góes (PDT, eleito para 2003-2006). Pelos resultados das alianças e eleições, é possível perceber que João Capiberibe e Waldez Góes se consolidam como os grandes atores da política amapaense. Esses são os astros em torno dos quais orbitam os demais atores. Quando não se enfrentam diretamente, apoiam candidatos que duelam pelo poder. Reis, Rocha e Carmo (2018), ao mapearem as elites políticas no Estado (1994-2014), identificaram os Góes e os Capiberibes como oligarquias familiares na política amapaense.

De 1989 a 2004, as eleições municipais de Macapá eram feitas em turno único. A partir de 2008, Macapá passou a ter a possibilidade de eleições para os cargos de prefeito e vice-prefeito em dois turnos. A mudança decorre dos arts. 28, 29, inciso II, e 77, todos da Constituição de 1988. De acordo com esses dispositivos, o segundo turno poderá ocorrer apenas nas eleições para presidente e vice-presidente da República, governadores e vice-governadores dos

estados e do Distrito Federal e para prefeitos e vice-prefeitos de municípios com mais de 200 mil eleitores. Em 2004, Macapá tinha 193.475 eleitores e em 2008, 219.241 pessoas estavam aptas para votar, segundo estatística do TSE (TSE, 2020).

Essa alteração na regra eleitoral teve efeito direto na disputa política local. Demonstra-se que as regras de representação do sistema eleitoral (majoritária ou proporcional) têm impacto no formato do sistema partidário (bipartidarismo ou multipartidarismo). Normas eleitorais não são meras regras técnicas de tradução de votos em cadeiras, visto que sua implementação e seu funcionamento acarretam consequências na representação política (Melo, Pessoa Júnior e Soares, 2021).

Percebe-se o efeito da lei de Duverger (1980), em que o sistema majoritário de um só turno tende ao dualismo dos partidos e sistema majoritário de dois turnos e representação proporcional tendem ao multipartidarismo. Nesse sentido, a disputa para o pleito municipal em 2008 mostrou-se mais fragmentada, contando com sete candidatos. Foram eles: Roberto Góes (PDT), coligado com DEM, PSDB, PTdoB e PSL, a deputada estadual Dalva Figueiredo (PT), com apoio do Partido da República - PR, o ex-deputado estadual Lucas Barreto (PTB), a deputada federal Fátima Pelaes (PMDB), aliada ao PCdoB e PTN, o líder sindical Joinville Dantas Frota (PSTU), o deputado estadual Moisés Souza (PSC), cuja coligação contava com PHS, PSDC, PTC e Partido Progressista - PP e deputado estadual Camilo Capiberibe (PSB) apoiado por Partido Socialismo e Liberdade - PSOL e PMN. No primeiro turno, Camilo Capiberibe (PSB) obteve 33,07% dos votos e Roberto Góes (PDT), 26,53%. No segundo turno, Roberto Góes (PDT) reverteu o resultado do primeiro turno e ganhou a eleição com 51,66% dos votos válidos.

Roberto Góes (PDT), que completava 4 mandatos como deputado estadual (1995-2008), venceu tendo apoio do governador reeleito Waldez Góes (PDT, reeleito para 2009-2012), derrotando Camilo Capiberibe, filho de João Capiberibe. O Capiberibe pai havia sido eleito ao Senado para o mandato de 2003-2010, mas teve o mandato cassado por decisão do TSE (TSE, 2004), por compra de 2 votos ao valor de R\$ 26,00 cada um.

Roberto Góes (PDT) tentou a reeleição em 2012 contra os seguintes adversários: o professor e vereador Clécio Luis (PSOL), que liderou a coligação com PPS, PV, PRTB, PMN, PTC e PCB, a deputada estadual Cristina Almeida (PSB) aliada a PT, PTN e PPL, o deputado federal Davi Alcolumbre (PDT), coligado com PP, PMDB, PSL, PSC, Partido da República - PR, Partido Social

Democrata Cristão - PSDC, Partido Humanista da Solidariedade - PHS, PSD e PTdoB, o líder do sindicato dos rodoviários Genival Cruz de Araújo (PSTU) e o deputado estadual Evandro Costa Milhomen (PCdoB), compondo com PRB. No primeiro turno, Roberto Góes (PDT) obteve 40,2% dos votos, contra 27,9% do Clécio Luis (PSOL). No segundo turno, como na eleição anterior, o segundo colocado do primeiro turno obteve a vitória, com 50,6% das preferências. Clécio Luís conquistou o mandato 2013-2016.

Durante o pleito de 2012, o governador era Camilo Capiberibe, que, derrotado em 2008 para a Prefeitura, saiu vitorioso no pleito de 2010 para o Governo do Estado. Camilo apoiou Cristina Almeida (PSB), que não alcançou o segundo turno, ficando na terceira colocação com 16,5% dos votos.

Clécio Luís (PSOL), portanto, sem apoio do prefeito ou do governador, impulsionado por uma coligação com partidos de esquerda, alcançou a vitória, se tornando o primeiro prefeito de seu partido em uma capital. Parte da vitória é atribuída a um fato relevante para a disputa eleitoral, a deflagração da Operação Mãos Limpas (Governador, 2010) que levou à prisão dos ex-governadores Waldez Góes, Pedro Paulo, o ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado Júlio Miranda, o prefeito de Macapá, Roberto Góes, e a deputada estadual e esposa de Waldez Góes, Marília Góes.

Bozza et al. (2013, p. 171-181) analisaram uma das variáveis da campanha eleitoral, a saber, o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) no pleito em questão. Utilizando metodologia proposta por Cervi e Panke (2011), avaliaram os dezoito programas televisivos do HGPE do candidato Clécio Luís veiculados no primeiro turno e concluíram que o candidato priorizou três pontos na estratégia de inserção temática: primeiro, apresentar-se, utilizando também apoiadores e autoridades, o que ocupou 40% do seu tempo. Em seguida, destacar os assuntos da Administração pública (14%), enfatizando que sua futura boa gestão será capaz de resolver de forma sistêmica os problemas da cidade, e por fim recorrer à “desqualificação” (13%), buscando explorar tanto a má avaliação da gestão de Roberto Góes, como as denúncias contra o candidato à reeleição, posicionando Clécio como um candidato capaz de oferecer um futuro diferente para Macapá, suplantando um presente tido como ruim na gestão de Góes.

Clécio Luís, agora no REDE tenta a reeleição em 2016, derrotando ex-deputado federal Gilvam Borges (PMDB), cuja coligação era composta por Partido Republicano da Ordem Social - PROS, PDT, PPS, PTN, PSD e Solidariedade - SD nos dois turnos. No primeiro turno obteve 44,59% e no se-

gundo, 60,50% dos votos válidos. Os demais candidatos foram: a vereadora Aline Gurgel (PRB) coligada com PTB, PP, PSL, PSDC, PRTB, PMB e PRP, a geógrafa Dora Nascimento (PT) aliado ao PHS e PV, Genival Cruz (PSTU), o ex-deputado estadual e engenheiro mecânico Ruy Smith (PSB) e Promotor Moisés (Partido do Esporte Nacional - PEN) coligado com PMN e PTC.

Waldez Góes, depois dos eventos que influenciaram os resultados das eleições municipais anteriores, voltou à cena política, sagrando-se vencedor nas eleições de 2014 para o Governo do Estado, alcançando, assim, seu terceiro mandato. Desta vez, apoiou Gilvam Borges (PMDB), não sendo suficiente para tirar a reeleição do prefeito Clécio Luís.

Clécio mudou de legenda, passando a fazer parte dos quadros do REDE e repetindo o que fizera no PSOL, tornando-se o primeiro prefeito do partido Rede Sustentabilidade a vencer em uma capital (Pacheco, 2015).

Pesquisa feita pelo IBOPE de 15 a 17 de dezembro de 2020 mostrou que o prefeito Clécio Luis alcançou o surpreendente índice de aprovação de 71%. O mesmo instituto mostrou que, já no início do pleito, sua aprovação era de 66%. Essas pesquisas credenciariam o prefeito a fazer seu sucessor, Josiel Alcolumbre, irmão do presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (Pesquisa, 2020).

Cabe registrar, ainda, que Clécio Luís (REDE) obteve o apoio evangélico, além do apoio de 7 partidos, entre eles o PSC. O segmento evangélico representava 28% da população amapaense em 2016, segundo censo do IBGE. Em 2º lugar ficou o sociólogo e senador Gilvam Borges (PMDB), figura que não agrega o eleitorado cristão, principalmente por propor a regulamentação da eutanásia no Brasil. Aline Gurgel (PRB), evangélica, ficou em 3º lugar, tendo alcançado 26,37% dos votos. Contou com o apoio de 8 partidos, incluindo o PR e o PSDC e dividindo o apoio evangélico com Clécio Luís. O PEN, por sua vez, lançou a candidatura de Moisés Rivaldo, que ficou em 4º lugar e obteve o apoio do PTC (Carvalho Junior, 2017).

## **A ELEIÇÕES DE 2020: ATORES POLÍTICOS E CONTEXTO DA DISPUTA**

A composição da elite política macapaense parece ter seguido nas últimas quatro décadas uma lógica que não difere das outras capitais brasileiras, alternância entre famílias no poder, loteamento dos partidos políticos e a influência da mídia local na construção de narrativas que beneficiam esses grupos.

Os autores Reis, Rocha, Carmo (2018, p. 9) consideram:

existir três formas estruturais que dão fluxo para manutenção e perpetuação das elites políticas no estado do Amapá: 1) alianças políticas ou as formas que são pensadas e organizadas as coligações entre os partidos políticos, que é perceptível a hierarquização entre esses partidos o que determina essa hierarquia pode-se considerar sua capacidade de articulação, força e poder; 2) a complexificação da burocracia dos partidos políticos que pode ser um dos critérios para divulgação de determinados atores políticos; 3) o campo jornalístico e econômico como forma de divulgação dos seus projetos ideológicos e políticos, possibilitando assim que os políticos profissionais tenham o capital necessário para sua atuação no campo político.

Embora seja possível observar essas formas estruturais que contribuem para perpetuação das elites políticas, observou-se o surgimento de novos atores políticos na última década em Macapá, alguns embalados pelo fenômeno do bolsonarismo no Brasil, outros incentivados pela formação de um novo núcleo que transita entre o campo ideológico da esquerda à direita em Macapá.

Vemos abaixo os atores que fizeram parte da disputa das eleições 2020 em Macapá.

**Tabela 1. Eleição municipal de 2020 em Macapá no 1º turno**

Prefeito	Vice-prefeito	Partido ou Coligação	Votos	(%)
Josiel Alcolumbre (DEM)	Silvana Vedovelli (AVANTE)	Macapá em Primeiro Lugar (PDT / PSC / PL / PV / PSDB / PSD / SOLIDARIEDADE / PROS / AVANTE / REPUBLICANOS / PP / DEM)	59.511	29,5%
Dr. Furlan (CIDADANIA)	Monica Penha (MDB)	De Coração por Macapá (CIDADANIA / MDB / PMN)	32.369	16,0%
Capi (PSB)	Rubem (REDE)	Frete Macapá Solidária (REDE / PSB)	30.160	14,9%
Cirilo Fernandes (PRTB)	Lindemberg Ceará (PRTB)	PRTB	23.588	11,7%
Patricia Lima Ferraz (PODE)	Ten. Juracy (PODE)	PODE	22.761	11,3%
Guaracy (PSL)	Didio Silva (PATRIOTA)	Deus, Pátria e Família (PSL / PATRIOTA)	17.182	8,5%
Paulo Lemos (PSOL)	Lorena Quintas (PCdoB)	Macapá para Todos Nós (PSOL / PCdoB)	7.998	4,0%
Haroldo Iram (PTC)	Moisés Amaral (PTC)	PTC	4.022	2,0%
Professor Marcos (PT)	Geovane (PT)	PT	3.075	1,5%
Gianfranco (PSTU)	Jairo (PSTU)	PSTU	1.243	0,6%
<b>TOTAL</b>			<b>201.909</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: TSE

Os cinco candidatos mais votados receberam, juntos, mais de 168 mil votos no primeiro turno, ou seja, 83,4%. São eles, na ordem de votação:

**José Samuel Alcolumbre Tobelem**, natural de Belém do Pará, empresário, técnico de contabilidade, estatística, economia doméstica e administração, irmão do Senador Davi Alcolumbre, suplente do senador. Sua primeira disputa eleitoral como cabeça de chapa, candidatou-se pelo DEM à Prefeitura de Macapá, com uma ampla coligação de partidos do centro e direita, composta pelo PDT, PSC, PL, PV, PSDB, PSD, SOLIDARIEDADE, PROS, AVANTE, REPUBLICANOS e PP. Josiel, como é comumente chamado, teve todo o apoio do Presidente da República, Presidente do Senado, Governador do Amapá, do então Prefeito de Macapá, da maioria da bancada dos Deputados Federais e da maioria dos Deputados Estaduais e Vereadores. Sua vice foi indicada pelo Avante, Silvana Vedovelli, ex-secretária de Saúde do Município de Macapá, seu nome foi chancelado pelo Prefeito Clécio Luís.

**Clécio Luís Vilhena Vieira**, natural de Belém do Pará, professor da Rede Estadual do Amapá, começou sua vida pública em 1998, quando aos 26 anos de idade assumiu a Secretaria Estadual de Educação, no Governo de João Alberto Capiberibe (1995-2002), do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em 2004, elegeu-se Vereador de Macapá, na legenda do Partido dos trabalhadores (PT) e no ano seguinte deixou o partido, no auge dos escândalos do “mensalão” e passou a compor as fileiras do recém-criado Partido Socialismo liberdade (PSOL). Importante destacar, que Clécio Luís desde o início da sua trajetória política teve todo apoio de Randolfe Rodrigues.

Em 2008, foi reeleito Vereador de Macapá, já na legenda do PSOL e em 2012 concorreu pela primeira vez à Prefeitura da Capital do Amapá, na legenda do PSOL, por uma frente ampla de partidos de esquerda ao centro, na coligação “Unidade Popular”, composta pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Trabalhista Cristão (PTC) e Partido Verde (PV). Clécio Luís foi eleito Prefeito de Macapá no segundo turno, após uma disputa acirrada com o então Prefeito à época, Roberto Góes, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que tentava a reeleição após ter sido preso pela Polícia Federal na Operação denominada “mãos limpas” 26. Clécio foi o primeiro prefeito de capital de Estado do PSOL, teve como seu principal cabo eleitoral o Senador Randolfe Rodrigues e na reta final do segundo turno também contou com o apoio do PSB, o que lhe garantiu a apertada vitória.

Em 2015, Clécio Luís desfilou-se do PSOL, alegando que para encontrar soluções para os problemas de Macapá precisava dialogar com partidos de outras frentes políticas, partidos de centro e direita, o que não era permitido fazer estando num partido da esquerda radical. Em 2016, o Prefeito se filiou ao Partido Rede Sustentabilidade, seguindo os passos do seu principal aliado até então, Senador Randolfe Rodrigues.

Em outubro de 2016, foi reeleito Prefeito de Macapá, com o apoio do Senador Davi Alcolumbre (DEM), que indicou a vice da chapa, Telma Nery. Clécio se tornou assim o primeiro prefeito de capital da REDE. Nesse segundo mandato, Clécio Luís estreitou relação com o Senador Davi Alcolumbre, que foi responsável em articular junto à bancada de Deputados Federais e Senadores emendas parlamentares que garantiram que a cidade tivesse várias novas obras, em torno de R\$ 25 milhões foram empenhados, de 2019 a 2020, segundo Portal da Transparência da Controladoria Geral da União.

No final do mandato, essa boa fase de obras sendo entregues à população e outras iniciando, além de uma boa performance na área da saúde do município, principalmente no início da pandemia do Corona Vírus Disease 2019 (COVID-19), resultaram em um índice elevado de aprovação de 71%, segundo pesquisa IBOPE realizada de 15 a 17 de dezembro de 2020.

Em agosto de 2020, às vésperas das eleições, Clécio Luís anunciou sua saída da REDE e o apoio ao candidato do DEM a Prefeito de Macapá, Josiel, irmão do Presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Rompia dessa forma com o seu aliado Randolfe Rodrigues, pois a REDE optou por apoiar a candidatura de João Alberto Capiberibe.

**David Samuel Alcolumbre Tobelem**, comerciante, natural de Macapá-AP. David começou sua trajetória política em 1999, filiando-se ao PDT, em 2000, elegeu-se vereador de Macapá e dois anos depois foi eleito Deputado Federal pelo Amapá, foi reeleito em 2006 pelo PFL, após a mudança do PFL para Democratas (DEM), em 2007, passou a ter um destaque cada vez maior no partido, assumiu a presidência do diretório regional no Amapá, tornou-se membro da executiva nacional do DEM. Em 2009, assumiu o cargo de Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos de Macapá, na gestão do Prefeito Roberto Góes (PDT), tendo que se licenciar do mandato de Deputado Federal (2007-2011). Em 2010 retornou à Câmara e no mesmo ano foi reeleito Deputado Federal.

Em 2012, concorreu à Prefeitura de Macapá, numa coligação composta por DEM, PSDB, PTB e PRP e perdeu a disputa para Clécio Luís, do PSOL.



Em 2014, David disputou uma vaga no Senado. Nessa disputa acirrada, David Alcolumbre saiu vencedor, na reta final das eleições teve o apoio de todas as forças progressistas do Amapá, desejosas em combater Gilvam e consequentemente combater a forte influência de José Sarney no Amapá, ex-presidente e ex-senador pelo Estado.

Em 2018, concorreu ao Governo do Amapá, numa ampla coligação, composta por 14 partidos, não saiu vitorioso ficando em terceiro lugar na disputa. Depois de retornar ao seu mandato de Senador, Davi começou a articular sua candidatura à Presidência do Senado, teve apoio dos senadores mais antigos e dos pertencentes à nova legislatura, os que ansiavam por uma derrota da “velha política”, representada por um dos seus mais fortes concorrentes, Senador Renan Calheiros.

Em 2019, depois de ser protagonista de uma disputa regimental que ultrapassou cinco horas contra aliados de Renan Calheiros (MDB), foi eleito Presidente do Senado (2019-2021) em um dos pleitos mais disputado pela casa, tornando-se o Senador mais jovem a ser eleito para o cargo. Terceiro brasileiro na linha sucessória do Presidente da República, Davi Alcolumbre mostrou-se habilidoso e equilibrado à frente da casa, se posicionou firmemente, muitas vezes contra o Presidente da República Jair Bolsonaro, principalmente quando se tratava de recomendações sugeridas pela Organização Mundial de Saúde em tempos da pandemia do coronavírus.

Em 2020, Davi Alcolumbre, pensando nas eleições 2022, sua possível reeleição para o Senado e o Governo do Estado do Amapá, fortaleceu sua aliança com o então prefeito de Macapá, Clécio Luís. Consulta feita no Portal da Transparência da Controladoria Geral da União mostra que, nos anos de 2019 e 2020, houve um aumento significativo de emendas parlamentares para a Capital do Amapá, que somaram um total de 26.863,503 (vinte seis milhões, oitocentos e sessenta e três mil e quinhentos e três reais), enquanto em 2018 e 2017 perfaziam um total aproximado de R\$ 10.779.358,3 (dez milhões, setecentos e setenta e nove mil, trezentos e cinquenta e oito, três reais).

Davi atuou como um grande articulador entre os parlamentares em Brasília, usou sua influência como Presidente do Senado para trazer emendas para o Amapá e aglutinar diversos atores da elite política amapaense e nacional em torno da candidatura do seu irmão, Josiel Alcolumbre.

**Antônio Waldez Góes da Silva**, natural de Gurupá-PA, técnico agrícola, servidor público federal, casado com a Deputada Estadual pelo Amapá Marília Góes. Waldez se filiou ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) no



ano de 1989 e em 1990 foi eleito Deputado Estadual (1991-1994). Em 1994, foi reeleito deputado estadual. Em 1996, candidatou-se pela primeira vez a Prefeito da capital do Amapá, porém perdeu a eleição para o candidato Annibal Barcelos, do Partido da Frente Liberal (PFL).

Waldez candidatou-se pela primeira vez ao Governo do Estado do Amapá em 1998, perdeu no segundo turno para o candidato do Partido Socialista Brasileiro (PSB), João Alberto Capiberibe. Em 2002, Waldez voltou a concorrer ao Governo do Estado do Amapá, dessa vez teve como sua principal opositora Dalva Figueiredo, do Partido dos Trabalhadores (PT). Waldez venceu a eleição no segundo turno, obtendo 54,56% da votação do estado.

Em 2006, Góes foi reeleito Governador (2007-2010), desta vez no primeiro turno, venceu nessas eleições o Candidato João Alberto Capiberibe (PSB), oponente que havia lhe derrotado nas eleições de 1998. Durante sua gestão, teve seu nome citado em investigação da Polícia Federal, chegou a ser absolvido em outro processo pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), processo em que havia sido acusado de utilizar a máquina pública nas eleições de 2006. Em 2010, deixou o Governo do Estado para concorrer a uma vaga no Senado e nesse período foi alvo da “Operação Mãos Limpas” 26, chegando a ser preso pela Polícia Federal, acusado de desviar recursos destinados à educação.

Waldez liderava as intenções de voto para o Senado, mas depois da operação acabou perdendo as eleições de 2010, ficando como terceiro mais votado. Os eleitos para a vaga no senado foram Randolfe Rodrigues, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e Gilvam Borges (PMDB). Em 2014, voltou a concorrer ao Governo do Estado do Amapá, derrotou o então Governador Camilo no segundo turno. Waldez foi reeleito Governador em 2018.

Em 2020, o Governador decidiu apoiar o candidato Josiel Alcolumbre na disputa pela prefeitura de Macapá, seu partido fez parte da coligação, porém não foi muito além disso, devido sua alta rejeição, sequer chegou a aparecer no programa de TV do irmão do Presidente do Senado. Na pesquisa Ibope realizada no mesmo ano, nos dias 15 e 17 de dezembro, na véspera do segundo turno, Waldez aparecia com uma avaliação de 60% ruim/péssima.

**Jair Messias Bolsonaro** foi militar, Vereador pelo Rio de Janeiro e Deputado Federal pelo seu estado por sete mandatos na Câmara Federal. Atual presidente do Brasil, eleito com 57,8 milhões de votos, pelo Partido Social Liberal (PSL). Em Macapá, no segundo turno das eleições para Presidente, obteve 44,47% dos votos, enquanto seu oponente obteve 24,65%. Segundo pesquisa Ibope realizada em Macapá, em dezembro de 2021, nos dias 15 e

17, véspera do segundo turno, Bolsonaro aparecia com uma avaliação de 42% ótima/boa e 32% ruim/péssima. O Presidente manifestou apoio ao Candidato Josiel, irmão de Davi Alcolumbre, num vídeo que circulou pela internet dizendo “Pela minha amizade com Davi Alcolumbre peço que você vote em Josiel”. E seu filho, Eduardo Bolsonaro, manifestou apoio no twitter.

O segundo colocado no primeiro turno foi Antônio Paulo de Oliveira Furlan (MDB). Natural de Costa Rica, médico, deputado estadual desde 2011, cumpria o seu terceiro mandato na Assembleia Legislativa do Estado do Amapá em 2020. Concorreu pela primeira vez a um cargo no Executivo em 2020, pela Coligação De Coração por Macapá (Cidadania, MDB, PMN). Sua vice foi indicada pelo MDB, Mônica Penha, escolhida após a tentativa frustrada de candidatura do ex-senador Gilvan Borges, que foi impedido de concorrer por estar inelegível.

**João Alberto Rodrigues Capiberibe**, natural de Afuá/ PA, zootecnista, casado com Janete Capiberibe, pai do Deputado Federal pelo Amapá, Camilo Capiberibe. Capi como é conhecido nacionalmente, possui uma longa trajetória política. Fundador do Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Amapá, foi Prefeito de Macapá (1988-1992), Governador por dois mandatos (1994 – 2002). Em 2002, foi eleito Senador pelo Amapá, porém teve seu mandato cassado em 2005, após ter sido condenado por compra de votos pelo TSE. Em 2010, disputou uma vaga para o Senado, foi eleito Senador, Janete, Deputada Federal e seu filho, Camilo Capiberibe, foi eleito Governador do Estado do Amapá. Em 2018, Capi tentou retornar ao Governo do Estado, mas perdeu novamente para Waldez Góes, que foi reeleito e é o atual Governador do Estado do Amapá.

Em 2020, Capi depois de seguidas derrotas do PSB em disputas por cargos do Executivo, resolveu candidatar-se mais uma vez ao cargo de Prefeito de Macapá, desta vez numa coligação com o Partido do Senador Randolfe Rodrigues, REDE, tendo como vice o advogado Rubem Bermeguy.

**Patrícia Lima Ferraz**, solteira, natural de Belo Horizonte, odontóloga, candidatou-se pela primeira à Prefeitura de Macapá, pelo partido PODEMOS. Em 2018 foi eleita suplente no cargo de deputada federal do Amapá, em 2019 chegou a assumir o cargo por 200 dias. Teve como vice o bombeiro militar Juracy Picanço, do mesmo Partido do candidato.

**Antônio Cirilo Fernandes Borges**, servidor público federal, natural de Macapá, candidatou-se a prefeito pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). No ano de 2000, Cirilo concorreu ao cargo de Vereador de

Macapá e em 2018 ao cargo de Governador, obtendo 45.197 votos. Seu vice foi o comerciante Lindemberg da Silva, indicado pelo mesmo partido do candidato.

Os demais candidatos, de menor expressão no pleito municipal, considerando a votação que obtiveram, foram:

**Guaracy Batista da Silveira Júnior**, nascido em Belém-PA, pastor e empresário do agronegócio, concorreu pela coligação Deus, Pátria e Família. É filiado do PSL. Foi considerado inapto pela Justiça Eleitoral e os votos recebidos foram anulados, em função de decisão que indeferiu o registro de candidatura do seu vice, o Pastor Dídio (Patriota).

**Paulo Cesar Lemos de Oliveira**, natural de Baião, no interior do Pará, advogado, professor da rede pública estadual, eleito deputado estadual em 2014 e reeleito em 2018. Disputou a eleição para Prefeito de Macapá pelo PSOL.

**Marcos Roberto Marques da Silva**, natural de Macapá, professor da rede estadual do Amapá. Marcos Roberto tem uma história de militância no Partido dos Trabalhadores, já foi Secretário de Segurança Pública do Estado do Amapá, no Governo de Camilo Capiberibe.

**Haroldo Iran Gomes da Silva**, natural de Macapá, servidor público federal, foi candidato a prefeito pelo Partido Trabalhista Cristão (PTC).

Por último, tivemos **Gianfranco Gusmão de Azevedo**, natural de Macapá, engenheiro mecânico, servidor público estadual. Foi candidato a prefeito pelo PSTU, filiado desde 1996, disputou a eleição para Governador em 2018, tendo 1,2% dos votos.

## **A VIRADA ELEITORAL: CRISE ENERGÉTICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS**

No segundo turno, os seguintes candidatos se mantiveram neutros quanto ao apoio ao Josiel ou Furlan: Gianfranco (PSTU), Guaracy (PSL), Haroldo Iram (PTC), Paulo Lemos (PSOL) e Professor Marcos (PT). Já os candidatos: Capi (PSB), Cirilo (PRTB) e Patrícia Ferraz (Podemos) anunciaram apoio ao Dr. Furlan, ficando Josiel sem apoio de qualquer candidato derrotado no primeiro turno (Coutinho, 2020).

**Tabela 2 . Eleição municipal de 2020 em Macapá no 2º turno**

Prefeito	Vice-prefeito	Partido ou Coligação	Votos	(%)
Dr. Furlan (CIDADANIA)	Monica Penha (MDB)	De Coração por Macapá (CIDADANIA / MDB / PMN)	101.091	55,7%
Josiel Alcolumbre (DEM)	Silvana Vedovelli (AVANTE)	Macapá em Primeiro Lugar (PDT / PSC / PL / PV / PSDB / PSD / SOLIDARIEDADE / PROS / AVANTE / REPUBLICANOS / PP / DEM)	80.499	44,3%
<b>TOTAL</b>			<b>181.590</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: TSE

A abertura das urnas no segundo turno revela que esses apoios foram determinantes, visto que o Dr. Furlan recebeu mais 68 mil votos no segundo turno, fazendo virar o jogo frente ao Josiel, que não conseguiu acrescentar nem 21 mil votos à sua votação do primeiro turno. Se somarmos os votos de Capi, Cirilo e Patrícia, obteremos 76,5 mil votos. Outro fenômeno notado é que mais de 20 mil eleitores que votaram no primeiro turno deixaram de votar no segundo turno. No total, mais de 99 mil eleitores não compareceram para votar no 2º turno, número superior à votação de Josiel, quase igual à do vencedor, Dr. Furlan.

Um fato ocorrido durante as eleições foi relevante para a disputa, dados os impactos sobre a vida não só dos habitantes da Capital, como de outros 12 dos 16 municípios do Estado - pane no sistema energético do Amapá, que ficou conhecido como Apagão.

Para entender o fato, recorreremos à história. O sistema energético do Estado do Amapá, que até 2015 era isolado, foi integrado ao Sistema Integrado Nacional – SIN. O apagão energético experimentado pela população do Amapá em novembro de 2020 revelou que a relação desigual e de exploração entre centro – periferia se mantém, conforme Porto (2021, p. 58), uma vez que as hidrelétricas implantadas no Amapá geraram em 2018 cerca de 3.161 GWh, enquanto que a carga consumida é de 250 MW.

Em 2008, a empresa Linhas de Macapá Transmissora de Energia Ltda, controlada pela empresa espanhola Isolux Ingenieria S.A., assinou contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nº 009/2008-ANEEL com a União, depois de vencer o leilão nº 004/2008-ANEEL. A concessão tem prazo de 30 anos (União, 2008).

O lote da contratação incluía linha de transmissão de 230 kV, circuito duplo, com extensão de 244 km, com origem na subestação Laranjal e término na subestação Macapá, ambas no Estado. A soma dos lotes totalizava 960

kV e 713 km de extensão. A empresa é responsável pela subestação de Oriximiná, Laranjal e Macapá. À época, o contrato de concessão previa uma receita anual permitida (RAP) de R\$ 71.880.000,00, valor reajustado anualmente.

Após uma série de problemas financeiros, a Isolux entrou em processo de recuperação judicial em 2016, na Espanha. No final de 2019, a empresa vendeu a concessionária LMTE à Gemini Energy (Vasconcelos, 2020).

A empresa Isolux já foi apenada por problemas relacionados em outras contratações públicas: a) rescisão de contrato de construção da linha 4 do metrô de São Paulo em 2015, por atrasos nas obras, além de receber multa de R\$ 23 milhões do Governo paulista e b) rescisão parcial de contratação de dois lotes de linhas de transmissão no Pará e Roraima, em função da falta de apresentação de garantias financeiras para a execução das obras, avaliadas em mais de R\$ 200 milhões.

Na noite do dia 3 de novembro de 2020, a doze dias do primeiro turno das eleições municipais em todo o País, ocorreu um incidente que ficou popularmente conhecido como o “Apagão no Amapá”. Durante fortes chuvas na Capital, houve uma explosão na subestação de Macapá, que, de acordo com Companhia de Eletricidade do Amapá, atende 13 dos 16 municípios do Estado, fazendo a Capital e mais 12 municípios ficarem às escuras por vários dias.

A partir do dia 06 de novembro, uma onda de protestos tomou as ruas de vários municípios, principalmente da Capital. Somente em 08 de novembro, o fornecimento começou a ser restabelecido, mas em regime de rodízio com ciclos de 6 horas, alternando o fornecimento.

Políticos como o ministro de minas e energia, Bento Albuquerque (Barbiéri, 2020), o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, o presidente da República, Jair Bolsonaro (Cruz, 2020), estiveram na cidade como forma de acompanhar a resolução do problema.

No dia 11 novembro, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) enviou um ofício ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no qual pediu que as eleições municipais em Macapá fossem adiadas. A Corte alegou insegurança ao pleito em função do apagão (Falcão, 2020). No dia 12, o plenário do TSE confirmou, por unanimidade, decisão do presidente da Corte (TSE, 2020b), ministro Luís Roberto Barroso, que adiou as eleições municipais em Macapá (D’Agostino, 2020), sem definição de datas.

Nos demais municípios afetados pelo apagão, o dia da votação fora mantido, a saber, 15 de novembro. Somente em 19 de novembro, o TSE confirmou as novas datas para eleições em Macapá: 6 e 20 de dezembro (Vital, 2020).

O TRE-AP havia estabelecido os dias 13 e 27 de dezembro para realização do primeiro e eventual segundo turno, mas nove dos dez candidatos (a exceção de Josiel Alcolumbre) solicitaram ao TRE-AP que as eleições se realizassem nos dias 29 de novembro de 13 de dezembro. O TRE-AP acabou por decidir pelos dias 6 e 20 de dezembro, sendo ratificada a decisão pela Corte Eleitoral Superior (Candidatos, 2020). O candidato Josiel alegou que foi o único a não assinar a petição, por não ter sido informado pelos demais. Tomando por verdade a declaração do candidato, ficou evidente a união de nove candidatos contra um, que representaria a oligarquia política dominante naquele momento.

Somente no dia 24 de novembro, houve a suspensão do rodízio no fornecimento da energia elétrica (APÓS, 2020), ou seja, após 22 dias do sinistro. Nesse intervalo, os órgãos de controle e da justiça foram acionados, como: Justiça Federal (Justiça, 2020), ANEEL (Amato, 2020), TCU (Lis, 2020) e Polícia Civil (Pacheco, 2020a).

O Ibope divulgou 4 pesquisas durante o período eleitoral, a primeira com intenções coletadas de 12 a 14 de outubro, a segunda, de 27 a 29 do mesmo mês, a terceira, de 8 a 10 de novembro (pouco depois dos piores dias do apagão elétrico) e a quarta no período de 1 a 3 de dezembro (dias antes do primeiro turno).

**Tabela 3 . Pesquisas Ibope 1º Turno e Resultado do 1º Turno**

Candidato	Partido	DATA(S) DAS PESQUISAS IBOPE					RESULTADO DO 1º TURNO
		12-14 Out	27-29 Out	8-10 Nov	1-3 Dez	1-3 Dez (válidos)	6 Dez
Capiberibe	PSB	17%	15%	11%	12%	13%	15%
Josiel	Democratas	16%	31%	22%	25%	28%	29%
Dr Furlan	Cidadania	13%	11%	15%	12%	13%	16%
Patrícia Ferraz	Podemos	13%	11%	15%	12%	13%	11%
Cirilo	PRTB	8%	7%	6%	9%	10%	12%
Gianfranco	PSTU	3%	1%	1%	1%	1%	1%
Guaracy	PSL	3%	6%	6%	8%	9%	9%
Haroldo Iram	PTC	2%	3%	2%	2%	2%	2%
Paulo Lemos	PSOL	2%	1%	4%	6%	7%	4%
Prof. Marcos	PT	2%	1%	2%	2%	2%	2%
Absteve / Indeciso		21%	12%	15%	11%	-	-

Fonte: elaborado pelos autores a partir das pesquisas do Ibope.

Como se nota, a diferença entre o resultado de cada candidato e a última pesquisa, ficou dentro da margem de erro, 4% para mais ou para menos, podendo tomar a pesquisa como fonte de interpretação sobre o reflexo do apagão no resultado das eleições para prefeito.

O candidato Josiel Alcolumbre (DEM), apoiado pelo prefeito Clécio Luís (REDE), o governador Waldez Góes (PDT) e o irmão e presidente do Senador Federal, Davi Alcolumbre (DEM), tinha 31% das intenções de votos, dias antes do apagão, tendo queda brusca a partir do evento, com 22% em novembro e 25% a 3 dias do dia eleição.

Durante o apagão, houve forte indignação por parte da população contra autoridades, buscando um culpado para o evento. Os adversários e os eleitores de Josiel Alcolumbre capitalizaram a indignação contra este, uma vez que Alcolumbre era o candidato da elite governante do Estado. Sobraram acusações de que o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, estava interferindo a favor do irmão (Opositores, 2020).

O Estado do Amapá tem cerca de 860 mil habitantes, segundo projeção do IBGE para 2020. Segundo o Ministério de Minas e Energia, 85% dessa população foram afetados pelo apagão, ou seja, cerca de 730 mil pessoas (Apagão, 2020). Houve prejuízos no comércio (Rodrigues, 2020) e até perdas de vidas (Arini, 2020). Há estimativas de prejuízos de R\$ 190 milhões (Teixeira, 2020).

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, alegou, inclusive, que houve politização do apagão e que seu irmão, Josiel Alcolumbre, foi “o mais prejudicado” (Said, 2020), afirmação que repercutiu de forma negativa entre a população que fora lançada em dias de trevas, retrocedendo ao século XIX.

As pesquisas já demonstravam que haveria segundo turno e que a tendência era de que Josiel Alcolumbre (DEM) disputasse a preferência do eleitor com Dr. Furlan (Cidadania), Patrícia Ferraz (Podemos) ou Capiberibe (PSB), sendo que os dois primeiros foram os que mais evoluíram nas pesquisas durante o apagão.

Uma forma de prever o resultado do segundo turno seria consultar o índice de rejeição dos candidatos. O Ibope apontava, em 10 de novembro (em pleno apagão), que em eventual segundo turno os resultados seriam os seguintes: Josiel 45% e Capiberibe 25%; Dr. Furlan 42% e Josiel 36%; Josiel 36% e Patrícia Ferraz 36%. Como se verifica na tabela a seguir, a rejeição de Josiel aumentou sobremaneira com o evento do apagão e, como Dr. Furlan tinha a menor rejeição dentre os três concorrentes diretos de Josiel, já parecia ser o único habilitado para derrotá-lo.



**Tabela 4 . Índice de rejeição dos candidatos**

CANDIDATO	PARTIDO	DATA(S) DAS PESQUISAS IBOPE			
		12-14 Out	27-29 Out	8-10 Nov	1-3 Dez
Capiberibe	PSB	57%	51%	53%	53%
Josiel	Democratas	25%	27%	36%	30%
Dr Furlan	Cidadania	17%	12%	13%	13%
Patrícia Ferraz	Podemos	25%	18%	26%	23%
Cirilo	PRTB	16%	14%	15%	9%
Gianfranco	PSTU	11%	13%	13%	7%
Guaracy	PSL	15%	23%	22%	20%
Haroldo Iram	PTC	13%	12%	11%	8%
Paulo Lemos	PSOL	11%	14%	16%	9%
Prof. Marcos	PT	17%	17%	17%	18%
Votaria em todos		1%	1%	1%	1%
Não sabem/Não opinaram		7%	2%	6%	4%

Fonte: elaborado pelos autores a partir das pesquisas do Ibope.

Para o segundo turno, o Ibope fez levantamento em 15 e 17 de dezembro, apontando a seguinte situação: Dr. Furlan 54% e Josiel 46% dos votos válidos, antecipando o resultado do dia 20 de dezembro, no qual o Dr. Furlan derrotou Josiel com 55,67% contra 44,33%.

A partir de estudo conduzido por Bruno Bolognesi, Ednaldo A. Ribeiro Adriano Codato, cientistas políticos e professores na UFPR e UEM, os partidos políticos brasileiros foram classificados em esquerda, centro e direita, conforme posição ideológica, resultando em uma escala que reflete a posição ideológica dos partidos políticos no Brasil (Bolognesi, 2020).

Desta forma, indicamos a posição ideológica dos prefeitos eleitos, tendo como referência o citado estudo. O eleitorado macapaense tinha preferência pela esquerda de 2000 a 2012, deslocando os votos para partidos mais ao centro, tendo, inclusive, o prefeito Clécio Luís, que originalmente era de esquerda, migrado para partido de centro, em nome do que denomina “nova política” (REDE, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que as eleições 2020 foram singulares, ocorreram em meio a uma pandemia de ocorrência internacional, com uma campanha diferenciada, alicerçada principalmente na internet e na programação eleitoral de tv e rádio, porém, observou-se que o comportamento do eleitor em Macapá não fugiu do habitual. A análise das eleições de 1989 a 2016 revelam que a maioria dos candidatos à prefeitura de Macapá, apoiados pelo Governador em exercício, não obteve êxito nas urnas, que houve várias “viradas” no segundo turno,



sendo um fato preponderante, o índice de rejeição de um dos candidatos, normalmente o que liderou o primeiro turno.

A análise dos resultados das eleições de 1989 a 2020 demonstrou que a primeira força política foi o comandante Annibal Barcelos, seguindo-se oposição de Alberto Capiberibe, que até 2002, foi o grande antagonista do primeiro, entretanto, a partir de 2002, começa a ganhar força Waldez Góes. Com a saída do cenário político, de Annibal Barcelos, Capi e Waldez se tornam as grandes forças políticas do Estado.

Na última década, o Amapá vê surgir um novo grupo político, composto por Davi Alcolumbre, Clécio Luís e Randolfe Rodrigues, que caminharam juntos até o pleito municipal de 2020. Clécio Luís fica sem mandato até 2022 e é cogitado para disputar o cargo de governador, em função da boa avaliação como gestor de Macapá. Alcolumbre conclui seu mandato no Senado em 2022 e Randolfe Rodrigues somente em 2026.

Fora desse círculo, surge o Dr. Furlan, prefeito eleito em 2020, que buscou apoio dos demais candidatos derrotados, como Cirilo e Patrícia Ferraz, para governar a cidade. É possível que se forme um novo grupo político deste arranjo.

Quanto à influência do apagão sobre o resultado das eleições, é fato que nas mídias sociais propagou-se que o evento foi determinante para a derrota de Josiel Alcolumbre, mas a análise dos dados das pesquisas eleitorais demonstra que o apagão teve um papel secundário nos resultados da eleição. Sua influência se explica por outro fenômeno que o antecede, ou seja, a convergência do apoio das potências políticas locais para único candidato, criando no imaginário do eleitor a necessidade de “torcer” por um Davi frente a um poderoso Golias. Os resultados comunicam a insatisfação do eleitorado com a ordem política vigente e, desta forma, se aventura em novas possibilidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bozza, Gabriel, Thauny, Jeferson & Fontoura, Rui (2013). Grande uso de um pequeno tempo: a arrancada de Clécio Luís no primeiro turno da eleição de Macapá em 2012. In PANKE, Luciana e CERVI, Emerson U. (org.). Eleições nas capitais brasileiras em 2012: um estudo sobre o HGPE em disputas municipais, Curitiba, p.171-181.

Carvalho Junior, E. T. & Oro, Ari Pedro (2017). Eleições municipais 2016: religião e política nas capitais brasileiras. In Debates do NER, Porto Alegre, ano 18, n. 32, p. 15-68, jul./dez.

Duverger, M. (1980). Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro: Zahar; UNB.

Melo, C. A. V., Pessoa Júnior, J. R. C. & Soares, K. C. C (2021). Interseção entre sistema eleitoral e sistema partidário: eleições municipais de 2020. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 11, n. 26, p. 227-264.

Panke, Luciana & Cervi, Emerson (2011). Análise da comunicação eleitoral: uma proposta metodológica para os estudos do HGPE. In *Revista Contemporânea*, Salvador, p.390-404, setembro-dezembro.

Porto, J. L. R. Superti, E. & Bentes, J. L (2021). A integração do Amapá ao sistema energético nacional: do sistema isolado ao apagão. In SOUTO, T. S. FOLMER, I. *Desenvolvimento regional: política, planejamento e economia*. Santa Maria – RS: Arco.

Reis, M. V. de F et. al. (2018). Mapeamento das Elites no Estado do Amapá: Governo e Deputados Estaduais de 1994-2014. O que mudou? In P. Bastone et. al. (org.) *Política, Cultura e Sociedade na Contemporaneidade*. Macapá, AP: UNIFAP.

Sarney, José & Costa, Pedro (2004). *Amapá: a terra onde o Brasil começa*. Brasília, DF: Senado Federal.

## LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS

Brasil. (2021). Lei nº 7.639, de 17 de dezembro de 1987. Autoriza a criação de municípios no Território Federal do Amapá, e dá outras providências. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7639-17-dezembro-1987-368090-publicacaooriginal-1-pl.html>

Câmara dos Deputados. (2021). PATRICIA FERRAZ. Recuperado de <https://www.camara.leg.br/deputados/205535/biografia>

Cidadania 23. (2021). Antônio Furlan quer geração de empregos e melhorias na educação e saúde de Macapá. Recuperado de <https://cidadania23.org.br/2019/11/08/antonio-furlan-quer-geracao-de-empregos-e-melhorias-na-educacao-e-saude-de-macap/>. Recuperado de file:///C:/Users/002812852518/Downloads/RESPE%20-%2021264%2027.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Cidades – Panorama – Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE.

Governo do Estado do Amapá. (2021). ESTRUTURA DE GOVERNO. Recuperado de <https://www.portal.ap.gov.br/estrutura/governo>

Presidência da República. (2021). Planalto. Conheça a Presidência: Biografia do Presidente. Recuperado de <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/biografia-do-presidente>

Senado Federal. (2021). Rádio Senado. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2011/02/01/ap-gilvam-e-reeleito-e-randolfe-rodrigues-e-o-senador-mais-novo>

Senado Federal. (2021). Senadores. Davi Alcolumbre. Recuperado de <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/3830>

Senado Federal. (2021). Senadores. Randolfe Rodrigues-AP. Recuperado de <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5012>

Senador Randolfe-Vamos lá fazer o que será. (2021). Recuperado de <https://randolferodrigues.com.br/biografia>

Tribunal Superior Eleitoral. (2004). Acórdão 21.264, 27 abr. Brasília, BSB: TSE.

Tribunal Superior Eleitoral. (2021). Estatísticas eleitorais – Brasília. Recuperado de <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>

Tribunal Superior Eleitoral. (2020). Processo Administrativo nº 0601767-20.2020.6.00.0000 – Macapá, 11 nov. Brasília, BSB: TSE.

Tribunal Superior Eleitoral. (2021). Repositório de dados eleitorais – Brasília. Recuperado de <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>

União. (2021). Contrato de concessão nº 009/2008-ANEEL. Rio de Janeiro, 21 ago. 2008.

## **MATÉRIAS DE JORNAIS**

Amato, Fábio. (2020, 10 de novembro). Aneel anuncia fiscalização para apurar causas de apagão no Amapá. G1, Brasília. Recuperado de <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/11/10/aneel-anuncia-fiscalizacao-para-apurar-causas-de-apagao-no-amapa.ghtml>

Após 22 dias de apagão no Amapá, distribuidora e governo dizem que rodízio terminou e que energia foi retomada em 100%. (2020, 24 novembro). G1, Amapá. Recuperado de <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/11/24/amapa-entra-no-22o-dia-de-apagao-com-novo-transformador-ligado-na-subestacao-que-pegou-fogo.ghtml>

Arini, Juliana. (2020, 17 de dezembro). Crise no Amapá: apagão causa ao menos 8 mortes em meio ao descaso das autoridades. Repórter Brasil, Macapá, 17 dez. 2020. Recuperado de <https://reporterbrasil.org.br/2020/12/crise-no-amapa-apagao-causa-ao-menos-8-mortes-em-meio-ao-descaso-das-autoridades/>

Barbiéri, Luiz Felipe. (2020, 06 de novembro). Ministro diz que pretende restabelecer toda a energia no Amapá em até dez dias. G1, 06 nov. 2020. Recuperado de <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/06/ministro-de-minas-e-energia-diz-que-pretende-restabelecer-toda-energia-no-amapa-em-ate-10-dias.ghtml>

Bolognesi, Bruno; Ribeiro, Ednaldo A. & Codato, Adriano. (2020, 24 de novembro). Esquerda, centro ou direita? Como classificar os partidos no Brasil. Uol. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/11/24/esquerda-centro-ou-direita-como-classificar-os-partidos-no-brasil.htm>

Candidatos à prefeitura de Macapá pedem nova mudança na data da eleição. (2020, 14 de novembro). G1, Amapá. Recuperado de <https://g1.globo.com/ap/amapa/eleicoes/2020/>

[noticia/2020/11/14/candidatos-a-prefeitura-de-macapa-pedem-ao-tse-a-revisao-das-datas-das-eleicoes.ghtml](https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/11/14/candidatos-a-prefeitura-de-macapa-pedem-ao-tse-a-revisao-das-datas-das-eleicoes.ghtml)

Cruz, Felipe Branco. (2020, 21 de novembro). Bolsonaro visita o Amapá após 19 dias de apagão elétrico. Veja. Recuperado de <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-visita-o-amapa-apos-19-dias-de-apagao-eletrico/>

D'agostino, Rosanne. (2020, 12 de novembro). TSE confirma adiamento da eleição em Macapá; votação deve ocorrer até 27 de dezembro. G1, Brasília. Recuperado de <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/11/12/apos-apagao-tse-confirma-decisao-de-barroso-e-adiamento-eleicoes-em-macapa.ghtml>

D'agostino, Rosanne. (2020, 19 de novembro). TSE confirma adiamento da eleição em Macapá; votação deve ocorrer até 27 de dezembro. G1, Brasília. Recuperado de <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/11/19/tse-confirma-novas-datas-para-eleicoes-municipais-em-macapa-6-e-20-de-dezembro.ghtml>

Estadão. (2020). Política. Eleições 2020. Recuperado de <https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2020/candidatos/ap/macapa/prefeito/cirilo-fernandes,28>

Estadão. (2020). Política. Eleições 2020. Recuperado de <https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2020/candidatos/ap/macapa/prefeito/professor-marcos,13>

G1 Amapá. (2020). Eleições 2020 no Amapá. Recuperado de <https://g1.globo.com/ap/amapa/eleicoes/2020/noticia/2020/11/07/eleicoes-2020-veja-o-perfil-de-paulo-lemos-candidato-do-psol-a-prefeitura-de-macapa.ghtml>

G1 Amapá. (2020). Eleições 2020 no Amapá. PTC oficializa candidatura de Haroldo Iran à prefeitura de Macapá. Recuperado de <https://g1.globo.com/ap/amapa/eleicoes/2020/noticia/2020/09/17/ptc-oficializa-candidatura-de-haroldo-iran-a-prefeitura-de-macapa.ghtml>

Garcia, Gustavo & Falcão, Márcio. (2020, 11 de novembro). TRE do Amapá pede ao Tribunal Superior Eleitoral que adie eleições em Macapá. G1, Brasília. Recuperado de <https://g1.globo.com/ap/amapa/eleicoes/2020/noticia/2020/11/11/tre-do-amapa-pede-ao-tribunal-superior-eleitoral-que-adie-eleicoes-em-macapa.ghtml>

Governador do Amapá é preso em operação da Polícia Federal. (2020, 10 de Setembro). G1, Brasília. Recuperado de <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/09/governador-do-amapa-e-preso-em-operacao-da-policia-federal.html>

Justiça obriga retorno em 3 dias de 100% da energia no Amapá; multa é de R\$ 15 milhões. (2020, 08 de novembro). G1, Amapá. Recuperado de <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/11/08/justica-obriga-retorno-em-3-dias-de-100percent-da-energia-no-amapa-multa-e-de-r-15-milhoes.ghtml>

Lis, Laís. (2020, 11 de novembro). TCU fará auditoria para investigar apagão no Amapá. G1, Brasília. Recuperado de <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/11/11/tcu-fara-auditoria-para-investigar-apagao-no-amapa.ghtml>

Opositores acusam Alcolumbre de interferir na eleição do irmão, Josiel, em Macapá. (2020, 05 de dezembro). Correio Brasiliense. Recuperado de <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/12/4893336-opositores-acusam-alcolumbre-de-interferir-na-eleicao-do-irmao-josiel-em-macapa.html>

Pacheco, John. (2020, 11 de novembro). Laudo inicial descarta que raio tenha causado incêndio que provocou apagão no Amapá. G1, Amapá. Recuperado de <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/11/11/laudo-inicial-descarta-que-raio-atingiu-e-causou-incendio-em-transformador-que-provocou-apagao-no-ap.ghtml>

Pacheco, John. (2020, 28 de setembro). Prefeito de Macapá deixa o PSOL e diz buscar relações 'mais amplas'. G. Recuperado de <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/09/prefeito-de-macapa-deixa-o-psol-e-diz-buscar-relacoes-mais-amplas.html>

Pesquisa Ibope em Macapá, votos válidos: Josiel, 26%; Patrícia Ferraz, 18%; Dr. Furlan, 17%; Capi, 13%. (2020, 11 de novembro). G1, Amapá. Recuperado de <https://g1.globo.com/ap/amapa/eleicoes/2020/noticia/2020/11/11/pesquisa-ibope-em-macapa-votos-validos-josiel-26percent-patricia-ferraz-18percent-dr-furlan-17percent-capi-13percent.ghtml>

Pesquisa Ibope em Macapá, votos válidos: Josiel, 28%; Dr. Furlan, 14%; Patrícia Ferraz, 13%; Capi, 13%. (2020, 03 de dezembro). G1, Amapá. Recuperado de <https://g1.globo.com/ap/amapa/eleicoes/2020/noticia/2020/12/03/pesquisa-ibope-em-macapa-votos-validos-josiel-28percent-dr-furlan-14percent-patricia-ferraz-13percent-capi-13percent.ghtml>

Pesquisa Ibope em Macapá: Capi, 17%; Josiel, 16%; Dr. Furlan, 13%; Patrícia Ferraz, 13%. (2020, 14 de outubro). G1, Amapá. Recuperado de <https://g1.globo.com/ap/amapa/eleicoes/2020/noticia/2020/10/14/pesquisa-ibope-em-macapa-capi-17percent-josiel-16percent-dr-furlan-13percent-patricia-ferraz-13percent.ghtml>

Pesquisa Ibope em Macapá: Josiel, 31%; Capi, 15%; Dr. Furlan, 11%; Patrícia Ferraz, 11%. (2020, 28 de outubro). G1, Amapá. Recuperado de <https://g1.globo.com/ap/amapa/eleicoes/2020/noticia/2020/10/28/pesquisa-ibope-em-macapa-josiel-31percent-capi-15percent-dr-furlan-11percent-patricia-ferraz-11percent.ghtml>

Rede pede saída de Clécio do partido depois que ele anunciou apoio a Josiel Alcolumbre. (2020, 24 de agosto). Diário do Amapá. Recuperado de <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/rede-pede-saida-de-clecio-do-partido-depois-que-ele-anunciou-apoio-a-josiel-alcolumbre/>

Rodrigues, Alex. (2020, 20 de novembro). Empresários relatam dificuldades causadas pelo apagão no Amapá. Agência Brasil, Brasília. Recuperado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/empresarios-relatam-dificuldades-causadas-pelo-apagao-no-amapa>

Said, Flávia. (2020, 12 de novembro). Davi fala em politização do apagão no Amapá e diz que Josiel foi "prejudicado". Congresso em Foco. Recuperado de <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/davi-fala-em-politizacao-do-apagao-no-amapa-e-diz-que-josiel-foi-prejudicado/>

Teixeira, Pedro Aurélio. (2020, 10 de novembro). CNE estima que apagão trouxe prejuízo de R\$ 190 milhões para economia do Amapá. CanalEnergia, Rio de Janeiro. Recuperado de <https://www.canalenergia.com.br/noticias/53153642/cne-estima-que-apagao-trouxe-prejuizo-de-r-190-milhoes-para-economia-do-amapa>

Toffoli, Dias. (2020, 24 de abril). José Sarney, o fiador da transição democrática. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 100, n. 33.259. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/jose-sarney-o-fiador-da-transicao-democratica.shtml>

Vasconcelos, Hygino. (2020, 11 de novembro). Em crise financeira, espanhola vendeu concessão de energia no Amapá em 2019. UOL, Porto Alegre. Recuperado de <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/11/11/apagao-amapa-isolux-gemini.htm>

Vital, Danilo. (2020, 19 de novembro). Após adiamento, TSE confirma eleições em Macapá para 6 e 20 de dezembro. Consultor Jurídico. Recuperado de <https://www.conjur.com.br/2020-nov-19/tse-confirma-eleicoes-macapá-20-dezembro>

# 16. O DOMÍNIO DA VIRTU: AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM BELO HORIZONTE EM 2020

Denisson Silva<sup>1</sup>

Thiago Silame<sup>2</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

Por volta das 23 horas do dia 15 de novembro de 2020, o prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil, do Partido Social Democrático (PSD) postava em seu *twitter*: “Obrigado, Belo Horizonte”. Naquela noite, Kalil foi reeleito prefeito da Capital das Minas Gerais, no primeiro turno, recebendo 784.307 mil votos, o que corresponde a 63,36% dos votos válidos, com seu mote de campanha “BH tem prefeito”.

Alexandre Kalil foi eleito prefeito de Belo Horizonte (BH) em 2016 pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS)<sup>3</sup>. Naquela ocasião, Kalil derrotou no segundo turno o experiente político João Leite, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), obtendo 628.050 mil votos, o correspondente a 52,98% dos votos válidos. Um *outsider*<sup>4</sup> na política se elegeu prefeito de uma das principais capitais (LAVAREDA; FERNANDES, 2020). Como isso foi possível?

As eleições municipais de 2016 foram caracterizadas pela emergência de candidaturas que diziam representar uma “nova política”, dando início a um ciclo de eleições críticas, que se repetem em 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro pelo Partido Social Liberal (PSL) e denotam uma desestruturação do sistema

---

1 Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do Centro de Estudos Legislativo (CEL/UFMG). Mestrado em Sociologia e Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

2 Bacharel em Ciências Sociais, Mestre e Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor da Universidade Federal de Alenas (UNIFAL), pesquisador do Centro de Estudos Legislativos da UFMG (CEL-DCP). Temas de pesquisa relevantes: relação executivo e legislativo, presidencialismo de coalizão, estudos legislativos e políticas públicas.

3 Em 2019, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) autorizou a fusão do PHS ao PODEMOS.

4 Alexandre Kalil foi filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de 2001 a 2013. Nas eleições de 2014, Alexandre Kalil tinha pretensão de concorrer ao cargo de deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), contudo acreditamos que isto não o credencie como um “político profissional”. Kalil se notabilizou mais por ser Presidente do Clube Atlético Mineiro (CAM).

partidário vigente até então, caracterizado pela polarização entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (LAVAREDA; FERNANDES, 2020).

A “nova política” pode ser caracterizada por uma crítica aos políticos profissionais, aos acordos inter e intrapartidários - chamados pelo senso comum de “toma lá dá cá” - às relações entre políticos/partidos e empresas e ao tamanho e ineficiências do Estado. Pode-se dizer que a “nova política” é um discurso de reação às denúncias de corrupção que ocupavam a pauta do dia dos noticiários sobre política, sobretudo as diversas fases e desdobramentos da Operação Lava-Jato, que investiga denúncias de corrupção envolvendo os contratos da Petrobrás (TELLES *et. al.*, 2020).

Por sua vez, os porta-vozes da “nova política” não se consideravam políticos. Ressaltaram em seus discursos uma capacidade gerencial eficiente (pautada pela lógica de mercado ou da “dona de casa”) e por consequência negavam quaisquer tipos de acordo político. Eis que os “puros” chegavam à política. A título de exemplo, foram eleitos com este discurso antipolítica em 2016 os prefeitos Marcelo Crivella, do Partido Republicano Brasileiro (PRB),<sup>5</sup> e João Dória (PSDB), respectivamente, no Rio de Janeiro e em São Paulo. As três principais capitais da região Sudeste em 2016 estavam, teoricamente, nas mãos de não políticos (LAVAREDA; FERNANDES, 2020; TELLES *et. al.*, 2020).

A realidade, contudo, não tarda a se apresentar para aqueles que exercem cargos públicos, principalmente cargos eletivos. Argumentamos, neste capítulo, que, diante dos desafios da administração pública e da necessidade de entregar políticas públicas que apresentem soluções para os problemas da Capital mineira, Kalil transita, nos termos formulados por Weber (1998), de uma ética da convicção para a ética da responsabilidade. Enquanto a primeira se manifestou durante o processo eleitoral, a ética da responsabilidade se exprime no decurso exercício do mandato. Desta forma, a necessidade de se considerar as forças políticas representadas na Câmara de Vereadores, os interesses presentes na sociedade, a sociedade civil organizada e outros atores estatais fazem com que o exercício da política seja valorizado na gestão de Alexandre Kalil.

O exercício do mandato a partir da ética da responsabilidade nos permite mobilizar um outro conceito importante da teoria política clássica. Trata-se do conceito de Virtù, formulado por Maquiavel (1998). Um dos grandes desafios dos gestores públicos no ano de 2020 no mundo foi ter que lidar com a pan-

5 A pedido do PRB, o TSE autorizou, em 2019, a mudança de nome para REPUBLICANOS.



demia de COVID-19 e suas consequências - uma doença infecciosa altamente transmissível e que pode ocasionar um número muito grande de mortes em função do colapso dos sistemas de saúde caso medidas de restrição de circulação de pessoas e de controle sanitário não sejam adotadas com tempo de resposta preventivo. Diante deste grande infortúnio (falta de Fortuna), o prefeito de Belo Horizonte mostrou ser dotado de virtù para tomar as medidas necessárias para o enfrentamento da pandemia, fazendo com que BH fosse uma das capitais com um dos menores números de mortes por 100 mil habitantes.

Assim sendo, o principal argumento deste capítulo é que a reeleição de Alexandre Kalil (PSD) é consequência de um voto prospectivo (DOWNS, 2013) em que o eleitor premia a ação responsável do prefeito de BH - principalmente quando considera as ações de enfrentamento à crise sanitária ocasionada pelo coronavírus.

O presente capítulo se estrutura, além desta introdução, em três seções mais considerações finais. Na primeira seção será abordada a “virada” ética de Kalil. Ou seja, evidencia-se como o exercício da política se faz necessário para se pensar soluções para a cidade. Destacamos a aprovação do “Novo Plano Diretor” (NPD) e o enfrentamento aos problemas ocasionados por chuvas de verão no ano de 2020 como políticas públicas importantes e que requereu por parte do prefeito negociações das mais diversas, com o parlamento, órgãos do Estado, sociedade civil organizada, grupos de interesse etc. Na segunda seção, destacam-se as ações de enfrentamento à COVID-19 pelo Município de BH, um choque externo que pode abalar a popularidade de qualquer político. A terceira seção abordará a composição da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte (CMBH) que emerge da eleição de 2020, considerando que o poder Legislativo está em constante interação com o poder Executivo, uma vez que muitos projetos do prefeito precisam ser aprovados pelos vereadores. Serão apresentados indicadores clássicos, tais como taxa de renovação, número de partidos representados, número efetivo de partidos, composição partidária. A eleição de 2020 para CMBH será explorada à luz de alguns acontecimentos que acometeram a legislatura anterior. Por fim, algumas considerações finais.

## 2. QUANDO A “NOVA POLÍTICA” SE TRANSFORMA EM POLÍTICA

A campanha, para a Prefeitura, de Alexandre Kalil, em 2016, foi marcada por *slogans* que ressaltavam o fato de o candidato não ser um político profissional. Frases como “Chega de político, é hora de Kalil” ou “Eu não quero ser político, eu quero ser prefeito”, deram o norte da campanha do ex-presidente

do Clube Atlético Mineiro (CAM) e empresário da construção civil. Telles *et. al* (2020) apontam que Kalil é produto de um contexto que foi gestado desde as “Jornadas de junho de 2013”, passando pelo *impeachment* em 2016 da presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), e as consequências negativas que recaíram sobre o sistema partidário em decorrência da “Operação Lava-jato”.

As eleições de 2016 revelam um sentimento contrário à política. Políticos e partidos tradicionais como o PSDB, Partido do Movimento Democrática Brasileira (PMDB), PT, dentre outros, são vistos como “organizações criminosas” e os políticos profissionais vistos como corruptos. A consequência, conforme destacam Telles *et. al.* (2020), foi o aumento da fragmentação partidária (ver Tabela 4) e aumento da taxa de renovação na CMBH (Ver Tabela 5), aumento das abstenções, aumento de votos brancos e nulos etc. Vários partidos pequenos conseguiram eleger representantes e vários vereadores foram eleitos com o discurso moralista e religioso.

Telles *et. al.* (2020) ressaltam que o discurso de Kalil se baseou nestes “sentimentos latentes na população de antipolítica, de antipartidarismo e rejeição à velha política”. Outro elemento apontado pelos autores é o tom populista da campanha. Com apenas 23 segundos disponíveis no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), a campanha de Kalil se valeu de *sites* de Redes Sociais (SRSs), para estabelecer uma comunicação direta com o eleitorado, mostrando um candidato corajoso que “fala o que pensa”, que tem competências administrativas por não ser um político. Ademais, Kalil se beneficiou da polarização, sendo sufragado em boa medida por eleitores que se consideravam antipetistas (TELLES, *et al.* 2020).

Portanto, depreende-se que a única promessa feita por Alexandre Kalil (PHS) nas eleições de 2016 foi a de que ele iria trabalhar bastante para resolver os problemas da cidade, se apresentou como um novo tipo de um gestor sem ligação com a “velha política”; uma pessoa que almeja um cargo político sem ser político, sendo a “velha política” caracterizada pela corrupção e incapacidade de oferecer bons serviços públicos aos cidadãos. Todo e qualquer acordo seria caracterizado por interesses próprios.

Podemos dizer que Kalil se apresenta para o cargo de prefeito movido por uma paixão, por uma causa (ética da convicção). A paixão aqui deve ser entendida em termos weberianos, do sujeito devotado a uma causa, mas que age sem o senso de proporção e de responsabilidade. Podemos derivar da campanha de Kalil à Prefeitura de BH que sua causa seria a moralidade da atividade política

e a eficiência na entrega de serviços públicos. Agir em função de uma causa não é um problema na política. O político age, muitas vezes, em nome de uma causa, mas o que caracteriza o “político profissional” é a temperança de suas ações, algo que Weber (1998) chama de senso de proporção e a noção de que ações têm consequências, aquilo que é definido por Weber (1998) como senso de responsabilidade. O “político profissional” ou o “político vocacionado” responde a uma ética da responsabilidade. Suas convicções são contrabalançadas pela necessidade de suspender seus valores, crenças e preconceitos para tomar decisões públicas e entender que elas terão impactos na vida dos cidadãos no tempo e espaço e que, portanto, ele terá que responder pelas consequências de seus atos.

Acreditamos que o Kalil candidato move-se pela ética da convicção e que, em função do exercício do mandato e das responsabilidades inerentes ao cargo de prefeito, entende as implicações de um cargo público e político e, portanto, assume a ética da responsabilidade nas suas ações como prefeito. Nesta seção, apresentaremos dois exemplos do primeiro mandato de Alexandre Kalil que ilustram o argumento. O primeiro trata-se da aprovação do Novo Plano Diretor (NPD) de BH e do enfrentamento aos problemas decorrentes das tempestades de verão de 2020. Na terceira seção do capítulo, trataremos de forma mais detida do principal exemplo do exercício da atividade da vida política a partir de uma “ética da responsabilidade” por parte do prefeito de BH, a saber: o enfrentamento à pandemia de COVID-19 em BH.

## Plano Diretor

Um marco da administração de Alexandre Kalil foi a aprovação do Novo Plano Diretor (NPD) para BH em junho de 2019. Tramitando desde 2015, o Projeto de Lei 1749<sup>6</sup> que criou o NPD originou-se na IV Conferência Municipal de Política Urbana, que contou com a participação de entidades da sociedade civil organizada e movimentos sociais, tais como movimentos pela luta de moradia e de reconhecimento de direitos de grupos minorizados, tais como os quilombolas.

Segundo a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte<sup>7</sup>, a aprovação do Plano Diretor se dá por dois terços (maioria qualificada) dos vereadores, o que corresponde a 28 parlamentares em votação em dois turnos.

6 É possível acompanhar toda a tramitação do projeto na página da CMBH. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/1749/2015>>. Acesso em 16 de fev. 2021.

7 Ver parágrafo 1º do artigo 87 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

O projeto enviado para a CMBH pelo Executivo iniciou sua tramitação na administração do prefeito Márcio Lacerda, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), e, ao longo do processo, recebeu 160 emendas e 150 subemendas. Em decorrência do número elevado de emendas, o projeto se consubstancia no Substitutivo nº 146, de autoria do Executivo. O NPD foi votado na 44ª Reunião Ordinária da CMBH no dia 06 de junho de 2019, numa reunião que contou com a presença de todos os 41 parlamentares. Duas subemendas foram apresentadas ao Substitutivo 146: a subemenda 154 e a 155, sendo a primeira rejeitada por totalidade dos votantes (40) e a segunda aprovada por 31 votos. Em votação final, o projeto foi aprovado com 35 votos favoráveis (85%) e cinco contrários. A Lei 11.181/2019 foi promulgada no dia 08 de agosto de e publicada no Diário Oficial do Município (DOM) no dia seguinte.

O projeto seguiu para aprovação do Executivo que vetou parcialmente a proposta. A literatura aponta a derrubada de vetos como um elemento que pode evidenciar conflito entre o Executivo e o Legislativo (GRAÇA, 2016). A apreciação dos vetos na CMBH se dá por votação nominal e exige quórum de três quintos (maioria qualificada), o que corresponde a 25 votos para aprovar vetos em projetos de lei que dependam de dois terços de votos para sua aprovação - caso do NPD<sup>8</sup>. No que se refere ao NPD, a CMBH manteve o veto do Executivo, evidenciando o aspecto consensual entre o Executivo e o Legislativo<sup>9</sup>. Dos 37 presentes à sessão, 25 vereadores votaram pela manutenção do veto, o que corresponde a 67%.

O Plano Diretor é uma importante política pública de planejamento urbano que se estende por toda a territorialidade do Município, tendo impacto praticamente sobre a vida de todos os cidadãos. São definidos critérios de uso e ocupação do solo, planejamentos a serem feitos em infraestrutura na cidade, tais como saneamento básico e transporte público, questões relacionadas ao déficit habitacional e às diversas atividades econômicas da cidade. Portanto, trata-se de uma política pública que afeta diversos interesses presentes na sociedade.

---

8 O parágrafo 5º do artigo 92 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte estabelece que a CMBH deve apreciar o veto dentro de trinta dias, contados do recebimento da comunicação do veto, sobre ele decidirá, em votação nominal e sua rejeição só ocorrerá pelo voto de três quintos de seus membros, quando a matéria objeto da proposição de lei depender de aprovação por dois terços.

9 O veto foi apreciado na 78ª Reunião Ordinária da CMBH, realizada no dia 11 de setembro de 2019.

Uma das principais inovações do NPD de BH<sup>10</sup> foi a criação do mecanismo de outorga onerosa, que estabelece que o coeficiente de aproveitamento do terreno deve ser igual ao tamanho do terreno (coeficiente igual a 1) para toda a cidade. Caso o proprietário de um terreno queira exceder a área de construção, ele deve comprar uma outorga da Prefeitura. O NPD estabelece que a receita obtida com o mecanismo da outorga onerosa deve ser investida em infraestrutura e moradias populares, mobilidade urbana, equipamentos comunitários, espaços de lazer e áreas verdes. O intuito é diminuir a “verticalização” tão característica dos centros urbanos, criar centralidades em diversas regiões da cidade, possibilitando a conjugação de moradia e serviços. Ademais, o plano diretor coaduna-se com o princípio da função social da propriedade privada<sup>11</sup>, estabelecendo critérios para destinar imóveis abandonados no hipercentro da cidade para programa de moradia popular.

A criação do mecanismo de outorga onerosa foi o principal ponto de conflito entre poder público, empresários da construção civil e do ramo imobiliário e movimentos sociais. Foi também o principal foco dos debates entre os vereadores na CMBH. Por um lado, os empresários argumentam que a medida poderia aumentar os custos relativos à construção e aumento dos aluguéis. Alguns parlamentares argumentaram que o dispositivo fere o direito do proprietário em dispor, ao seu bel prazer, da sua propriedade, contudo, o dispositivo reconhece que a valorização de determinadas regiões da cidade ocorre devido a investimentos públicos que trazem diversas melhorias estruturais - tais como rede pluvial e de coleta de esgoto, iluminação pública, pavimentação, aparelhos públicos de lazer etc. - portanto, o pagamento da outorga seria um instrumento de política redistributiva, possibilitando o investimento em regiões da cidade carentes de infraestrutura.

A aprovação do NPD de BH foi comemorada por diversos setores da sociedade civil organizada e movimentos sociais, pelo fato de ser uma política pública implicada com questões relacionadas ao déficit habitacional, pelo fato de reconhecer o direito territorial de grupos minorizados (quilombolas), por considerar a questão ambiental e por pensar regiões pouco desenvolvidas da Capital - uma política pública compromissada com o futuro e pensada para além de grupos de interesses econômicos; uma política com senso de responsabilidade e proporção (WEBER, 1998).

---

10 Não é objeto deste capítulo fazer uma exposição pormenorizada do NPD de BH.

11 Ver a Lei 10.257 de 2001 que institui o Estatuto da Cidade.

## Chuvas de 2020

Belo Horizonte, a primeira capital planejada do País, cresceu de forma desordenada, sem planejamento urbano. Seus cursos d'água e áreas de alagamentos foram desconsiderados desde o primeiro momento. No projeto inicial, o ribeirão Arrudas foi canalizado e teve o seu curso alterado e outros rios ficaram debaixo de quarteirões. Atualmente 25% dos cursos d'água estão debaixo do concreto. A canalização de rios e córregos se mostrou uma política equivocada de planejamento urbano (BORSAGLI, 2016). As consequências da falta de planejamento e da intervenção incipiente e paliativa relacionadas aos rios subterrâneos de BH acarretam verdadeiras tragédias. Ruas e avenidas se transformam em verdadeiros rios, em questão de minutos, a depender do volume da chuva, causando perdas materiais e de vidas humanas. Somam-se a isto os deslizamentos de morros e encostas que colaboram para aumentar a tragédia na Capital.

O problema é estrutural e as soluções parecem ser pouco satisfatórias, mas o que mudou? Em 2012, Márcio Lacerda (PSB) declarou não ser babá de cidadão, pois estes sabiam quais eram os pontos de alagamento da cidade e que estes deveriam ser evitados em momentos de tempestade<sup>12</sup>. Diante dos mesmos problemas, em 2018, Kalil chamou para si a responsabilidade, afirmando que o fato de pessoas morrerem afogadas dentro de seus carros era responsabilidade da Prefeitura<sup>13</sup>. Desde o governo Márcio Lacerda, uma política pública de identificação das áreas de alagamento da cidade já estava em curso. Na gestão de Alexandre Kalil, a Defesa Civil municipal criou um alerta de tempestades que é enviado via mensagem de celular para o cidadão cadastrado, a fim de que evitem transitar por estas áreas.

No início do ano de 2020, em janeiro e fevereiro, chuvas torrenciais causaram estragos em diversas áreas da cidade. Foi o janeiro em que houve o maior volume de precipitação em 110 anos<sup>14</sup>. Vias públicas ficaram inter-

---

12 Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/pol%C3%ADtica/marcio-pede-desculpa-por-ter-dito-que-morador-de-bh-precisava-de-bab%C3%A1-1.68456>>. Data de acesso: 24 de fev. 2021.

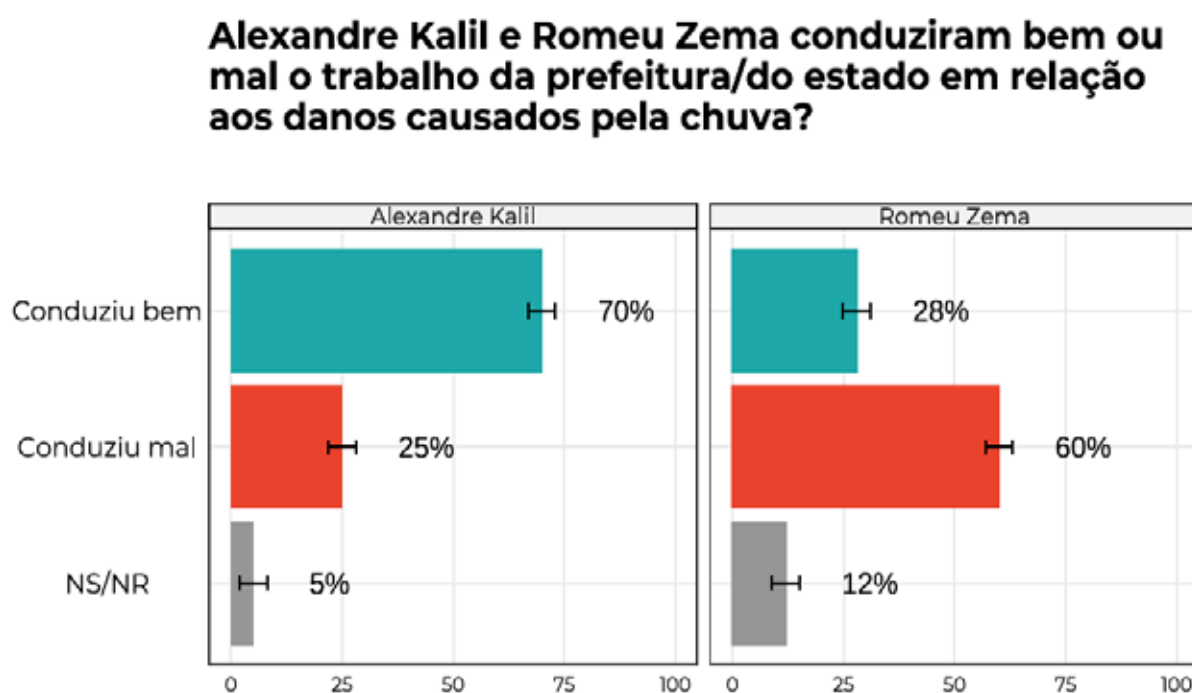
13 Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2018/11/16/kalil-assume-responsabilidade-por-mortes-em-chuva-e-diz-que-obras-serao-feitas-em-venda-nova-em-belo-horizonte.ghtml>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

14 Disponível em : <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/01/29/mg-tem-o-mes-mais-chuvoso-em-110-anos-53-ja-morreram.htm#:~:text=conte%C3%BAdo%20%C3%A9%20antigo-,Janeiro%20bate%20recorde%20e%20%C3%A9%20o%20m%C3%AAs,em%20MG%20em%20110%20anos&text=Janeiro%20de%202020%20%C3%A9%20o,chuva%20da%20noite%20de%20ontem>>. Data de acesso: 24 de fev. de 2021

ditadas, houve desmoronamentos e afogamentos. Treze pessoas morreram em decorrência das chuvas. Uma verdadeira operação de guerra foi posta em prática para limpeza e recuperação asfáltica de vias públicas. Políticas de assistência social foram implementadas para pessoas que ficaram desabrigadas e obras estruturais de grande porte passaram a ser realizadas. A construção dos chamados “piscinões” em áreas de alagamento foi a solução adotada. Algumas obras estão em andamento, outras em processo licitatório etc.

Parece que as ações realizadas pela PBH para recuperar rapidamente a cidade, após as chuvas de 2020, ensejaram uma avaliação positiva por parte da população, conforme podemos verificar no Gráfico 1 abaixo:

**Gráfico 1. Avaliação da administração Kalil e Zema referente aos danos causados pela chuva (fev. 2020)**



Fonte: Quaest Consultoria e Pesquisa<sup>15</sup>, 2020.

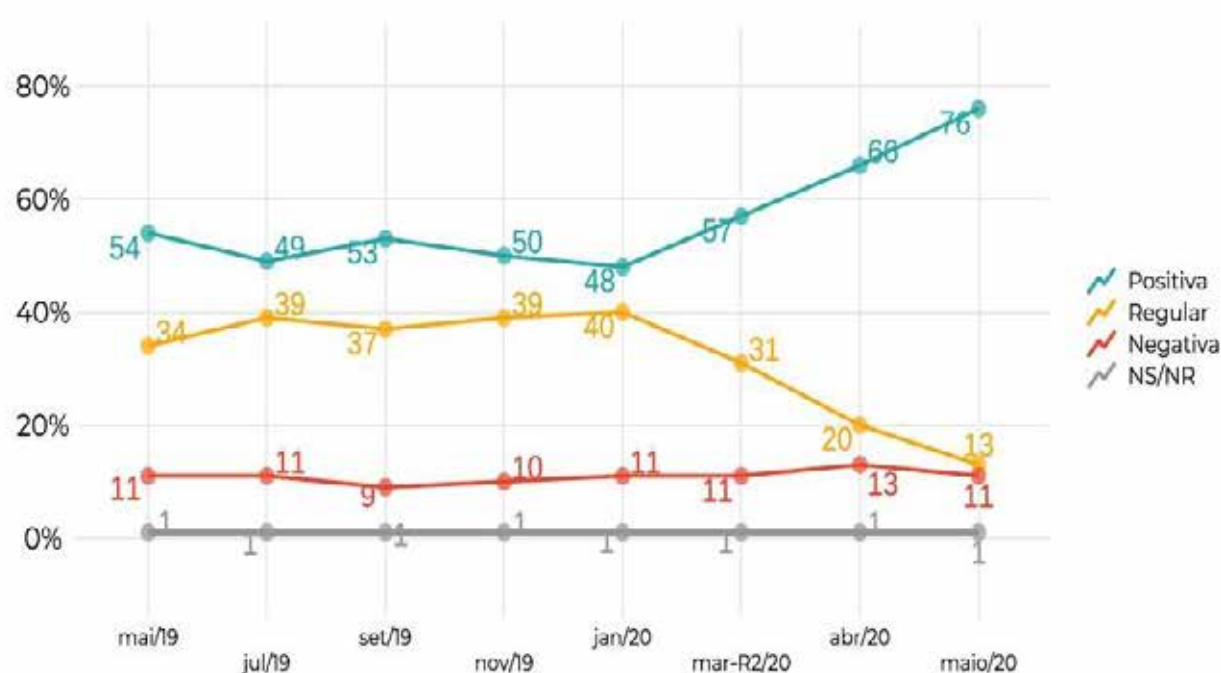
Para 70% dos entrevistados, o Prefeito da Capital lidou bem com os problemas ocasionados pelas chuvas de janeiro de 2020. Já o Governador do Estado, Romeu Zema (NOVO), foi mal avaliado por 60% dos respondentes, enquanto apenas 25% avaliaram negativamente o Prefeito da Capital.

<sup>15</sup> Agradecemos os dados cedidos gentilmente pela Quaest Consultoria e Pesquisa. A amostra é de 1.000 pessoas e as entrevistas foram realizadas na cidade de BH por meio de um painel digital. As pessoas foram sorteadas de forma aleatória a partir do painel para participar do estudo. Depois da coleta, os dados foram pós-estratificados para garantir representatividade por sexo, idade, escolaridade e renda. A busca foi realizada em fevereiro de 2020. Os demais gráficos apresentados neste capítulo foram cedidos pela Quaest e se utilizam da mesma metodologia amostral e de coleta de dados. Portanto, os próximos gráficos apresentarão o mês e o ano de realização do campo.



No geral, a administração do prefeito Alexandre Kalil (PHS) é bem avaliada em um período de um ano (2019-2020) conforme pode ser verificado no Gráfico 2. Observa-se que em apenas duas ocasiões a avaliação positiva do Prefeito esteve abaixo dos 50% - em julho de 2019 e em janeiro de 2020, sendo que o segundo momento coincide com o período chuvoso. A avaliação máxima negativa do Prefeito de Belo Horizonte foi de 13% em abril de 2020, momento inicial ao enfrentamento da pandemia de COVID-19<sup>16</sup>. Destaca-se a avaliação positiva do Prefeito em maio de 2020 - cerca de seis meses antes da eleição - 76% dos entrevistados consideravam a administração Kalil como positiva. Kalil despontava como um candidato muito difícil de ser batido nas eleições que se aproximavam.

**Gráfico 2. avaliação da administração Kalil  
(maio 2019 - maio 2020)**



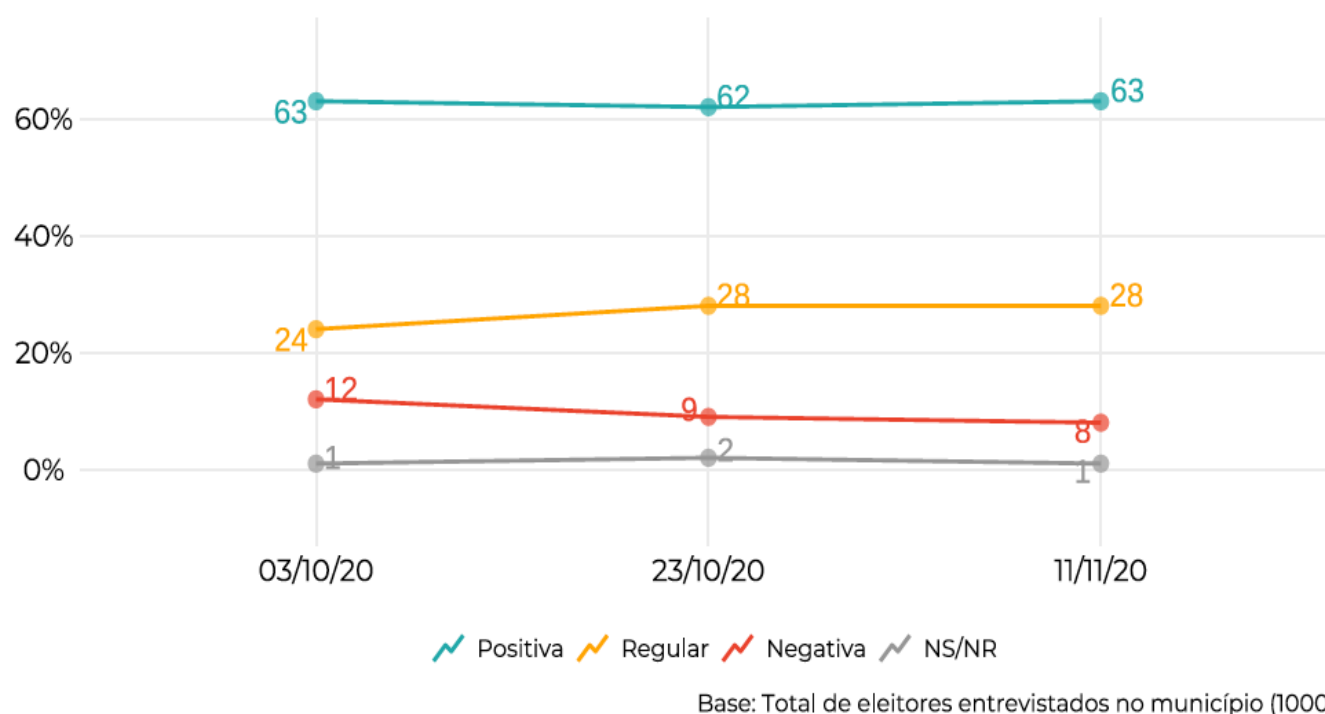
Fonte: Quaest Consultoria e Pesquisa, 2020.

Já às vésperas das eleições municipais, a administração do Prefeito da Capital de MG continuava bem avaliada conforme podemos verificar no Gráfico 3., sempre superior a 60%. Ressalte-se o fato de que a quatro dias da data prevista para a realização do primeiro turno (11 novembro). A avaliação positiva do Prefeito era de 63% e a negativa era de apenas 8% dos entrevistados.

<sup>16</sup> A próxima seção focalizará o enfrentamento à pandemia de COVID-19 em Belo Horizonte.



Gráfico 3. avaliação da administração AlexanAVALIAÇÃO DA  
ADMINISTRAÇÃO  
ALEXANDRE KALIL (OUT-NOV 2020)



Fonte: Quaest Consultoria e Pesquisa, 2020.

Desta forma, Kalil chega para disputar a sua segunda eleição com uma avaliação muito positiva de sua administração. Soma-se a isto a vantagem de ser o incumbente. Codato, Cervi e Perissinotto (2013) apontam que ser candidato à reeleição é uma das variáveis que explicam o sucesso eleitoral, entretanto, consideramos que o eleitor reelegeu Kalil em função, sobretudo, de sua atuação responsável no combate ao COVID-19 - ponto a ser aprofundado na próxima seção.

### 3. A RESPONSABILIDADE POLÍTICA COMO DEMONSTRAÇÃO DE VIRTÙ

O ano de 2020 será lembrado como o ano em que a Humanidade vivenciou novamente uma pandemia<sup>17</sup>. Desde os primeiros relatos do aparecimento do vírus SARS-CoV-2 na China no final de 2019, a disseminação se deu rapidamente, alcançando praticamente todos os continentes no primeiro semestre de 2020. A deidade Fortuna não sorria para o mundo naquele momento.

O ano de 2020 também marca no Brasil a ocorrência de eleições municipais<sup>18</sup>. Prefeitos e vereadores seriam escolhidos nas 5.570 cidades brasileiras.

17 Em 1918 o mundo vivenciou a pandemia da gripe espanhola.

18 Eleições que tiveram seu calendário alterado. O primeiro turno estava previsto para

Se considerarmos que é no município que os cidadãos percebem de forma mais tangível os efeitos das políticas públicas (ROCHA e KERBAUY, 2014), pode-se assumir que a agenda de combate à pandemia adotada pelos chefes do Executivo teve impactos variáveis sobre os resultados eleitorais, uma vez que a adoção de medidas para se evitar a disseminação do vírus era inevitável e que algumas delas geram custos políticos. Por exemplo, se, por um lado, estabelecer medidas de isolamento social e restrição de circulação de pessoas, pode resultar em números positivos na saúde pública - diminuição do número de casos e de mortes - por outro lado, o período que tais medidas durarem pode trazer consequências negativas para a economia, tais como falências de empresas e aumento do desemprego.

Uma pergunta que se colocava para os governantes era como conter um vírus de rápida disseminação que pode causar graves crises respiratórias e sobrecarregar os sistemas de saúde ocasionando uma alta taxa de mortalidade. A novidade da doença fez com que houvesse muitos intentos de controle e tratamento na base da tentativa e erro. Quando, porém, a doença chegou “oficialmente” ao Brasil em fevereiro de 2020<sup>19</sup> já se sabia que medidas de distanciamento, isolamento social e restrição de circulação de pessoas (*lock-down*) eram importantes para controlar o contágio<sup>20</sup>.

O Brasil também dispõe de um dos maiores e elogiados sistemas de saúde do mundo, o Sistema Único de Saúde (SUS), que possui ampla capilaridade. Portanto, a adoção das medidas que deram certo em outros países (efeito aprendido), em associação à estrutura do SUS, poderiam conferir ao Brasil uma grande possibilidade de enfrentar a pandemia de COVID-19.

Merece destaque o fato de que a Constituição de 1988, em termos de políticas públicas, consolidou um modelo que pressupõe cooperação entre os entes federados, sendo o Executivo o principal formulador das políticas públicas, portanto, responsável pela coordenação e pela sua implementa-

---

ocorrer no dia 04 de outubro e o segundo no dia 25 do mesmo mês. As datas foram alteradas para o mês de novembro, sendo o primeiro turno realizado no dia 15 e o segundo turno no dia 29. Eleições que foram marcadas, na sua dimensão procedimental, pela adoção de protocolos de distanciamento social e de higiene pessoal para evitar o contágio da doença durante o processo eleitoral, e na sua dimensão formal pela entrada em vigor da legislação que proíbe as coligações para os cargos proporcionais, o que ocasionou uma proliferação de candidaturas para as prefeituras. Muitos partidos lançaram candidatos às prefeituras com o objetivo de alavancar a votação de seus candidatos a vereador.

19 O primeiro registro oficial do vírus no Brasil é do dia 26 de fevereiro de 2020.

20 A higienização constante das mãos também se mostrou uma medida efetiva, assim como o uso de máscaras em locais públicos.

ção (ARRETCHE, 2004). O funcionamento do SUS obedece a esta lógica. As competências e as responsabilidades são distribuídas entre União, Estados e Municípios, tanto do ponto de vista operacional quanto financeiro. Cabem à União o planejamento, a indução e a coordenação das políticas de saúde. Aos estados, compete a coordenação em plano regional e aos municípios a coordenação local, a atenção primária e secundária e ações diretas de saúde (RIBEIRO *et al.*, 2018:1780).

O enfrentamento da doença no Brasil, entretanto, tem sido caracterizado pela descoordenação por parte do Governo federal, que, em certo sentido, acarreta uma subutilização do SUS (FERNANDEZ; FERNANDES, 2020; NUNES *et al.*, 2020). Soma-se a isto a postura anticientífica adotada por Bolsonaro ao negar medidas exitosas em outros países, como o isolamento horizontal e o uso de máscaras, recomendar medicamentos sem eficácia comprovada para o tratamento da doença e questionar eficácia de vacinas. Diante deste cenário e em meio ao crescimento do número de casos e de mortes por COVID-19, coube aos governadores e prefeitos assumir a linha de frente de combate à pandemia, inclusive contando com o respaldo do Poder Judiciário<sup>21</sup>.

As primeiras medidas adotadas por prefeitos e governadores se deram em meados de março de 2020<sup>22</sup>, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu a crise sanitária como uma pandemia. Destacam-se a criação de conselhos gestores e científicos de crise e a adoção em algum grau das primeiras medidas restritivas de circulação de pessoas e de isolamento social (SANTANA e PEREZ, 2020).

Este conjunto de medidas foi adotado pela PBH. Segundo Magalhães (2020), a resposta da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) se deu de forma célere, assim que o primeiro caso de COVID-19 foi confirmado no Município, no dia 16 de março de 2020. No dia seguinte, a PBH baixou os decretos municipal de emergência 17.297 e 17.298<sup>23</sup>, declarando situação de Emergência de

21 Em julgamento sobre Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.341 que questionava a edição da Medida Provisória (MP) 926/2020 por parte do Executivo Federal, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que os entes federados têm autonomia para adotar medidas necessárias para se enfrentar a pandemia de COVID-19. A MP determinava a exclusividade do Governo Federal em adotar medidas de enfrentamento à COVID-19, sobretudo relacionadas à limitação de circulação de pessoas e estabelecimento de isolamento social. Para saber mais ver em: <<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441447&ori=1>>. Acesso em 22 de fev. 2021.

22 No dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a situação de pandemia.

23 Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArti->

Saúde Pública. que foi comunicado através de pronunciamento do prefeito Alexandre Kalil (PHS) em uma rede social<sup>24</sup>. Dentre as medidas anunciadas, destacam-se: criação de Comitê de Enfrentamento da Epidemia de COVID-19, composto com renomeados especialistas em saúde pública e infectologia; a convocação de todos os profissionais de saúde em férias; suspensão de eventos públicos e privados; suspensão de aulas; fechamento de parques, museus, centros culturais, equipamentos esportivos e clubes de lazer.

Rocha *et. al.* (2020) destacam que, no âmbito dos municípios, além das várias medidas administrativas adotadas para evitar a disseminação do vírus, também foram implementadas ações que visavam a garantir a segurança alimentar de famílias de baixa renda e medidas de proteção às atividades econômicas.

Até as eleições, o prefeito Alexandre Kalil havia emitido 33 decretos executivos relacionados ao enfrentamento da pandemia de COVID-19<sup>25</sup>. O quadro abaixo sintetiza os principais decretos emitidos pelo o Executivo e suas respectivas ementas.

#### Quadro. Decretos Executivos e suas respectivas ementas

Decreto	Data	Ementa
17.297	17/03/2020	Declara situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência em Saúde Pública, no Município de Belo Horizonte em razão da necessidade de ações para conter a propagação de infecção viral, bem como de preservar a saúde da população contra o Coronavírus – COVID-19.
17.298	17/02/2020	Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus – COVID-19.
17.308	19/03/2020	Dispõe sobre medidas excepcionais de diferimento tributário para a redução dos impactos sobre a atividade econômica do Município causados pelas ações de contenção da pandemia ocasionada pelo COVID-19.
17.309	19/03/2020	Altera o Decreto nº 11.375, de 2 de julho de 2003, que dispõe sobre o funcionamento do Programa Bolsa-Moradia no Município de Belo Horizonte e dá outras providências.
17.326	06/04/2020	Determina a proibição da circulação no território do Município de Belo Horizonte de transporte público coletivo oriundo de municípios que interromperem as medidas de isolamento social.
17.334	20/04/2020	Declara estado de calamidade pública no Município de Belo Horizonte, em razão da necessidade de ações para conter a propagação de infecção viral, bem como de preservar a saúde da população contra o Coronavírus – COVID-19.

[go&pk=1226967>](#)

24 Disponível em: <<https://www.facebook.com/AlexandreKalilOficial/videos/2290295427943367/>>. Acesso em 19 de fev. 2021.

25 O Decreto Executivo 17.458/2020 foi publicado no dia 27 de outubro. Até o dia 22 de fevereiro de 2021, o Prefeito de BH já publicou 45 decretos.

17.348	27/04/2020	Institui grupo de trabalho para avaliar e planejar a reabertura gradual e segura dos setores que tiveram as atividades suspensas em decorrência das medidas para enfrentamento da epidemia causada pelo Coronavírus e para propor critérios de isolamento intermitente.
17.361	22/05/2020	Dispõe sobre a reabertura gradual e segura dos setores que tiveram as atividades suspensas em decorrência das medidas de enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo novo coronavírus.
17.377	26/06/2020	Suspende, por tempo indeterminado, as fases 1 e 2 do Anexo II do Decreto nº 17.361, de 22 de maio de 2020, e dá outras providências
17.458	27/10/2020	Altera o Anexo II do Decreto nº 17.361, de 22 de maio, que dispõe sobre a reabertura gradual e segura dos setores que tiveram as atividades suspensas em decorrência das medidas para enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo novo coronavírus.

Fonte: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais-e-contratos/legislacao-covid-19>. Acesso em 22 de fev. 2021.

Desde o início da crise sanitária, o Prefeito da Capital se mostrou preocupado com os impactos econômicos da pandemia, emitindo o Decreto 17.308, em 19 de março de 2020, criando condições tributárias excepcionais no intuito de reduzir os impactos sobre as atividades econômicas do Município. Outros três decretos abordaram a questão fiscal relativa às empresas do município<sup>26</sup>.

Em relação à segurança alimentar de famílias carentes, Lamounier e Guerra (2020) destacam o decreto 17.309, publicado no dia 19 de março, que alterou o funcionamento do Programa Bolsa-Moradia voltado às famílias de baixa renda. A Prefeitura também passou a “distribuir cestas básicas para famílias de estudantes matriculados nas escolas municipais (...) durante o período de suspensão das aulas”. Famílias de baixa renda que constem nos cadastros oficiais também seriam beneficiadas com cestas básicas e *kits* de higiene. No dia 20 de abril de 2020, o Prefeito decretou estado de calamidade pública (Decreto 17.334).

Uma semana depois, no dia 27 de abril, pelo Decreto 17.348, o Prefeito instituiu um grupo de trabalho para flexibilizar as medidas de isolamento social e de circulação de pessoas, restabelecendo a reabertura gradual do comércio. Tal medida se deu pelo Decreto 17.361, publicado em 22 de maio. A reabertura do comércio foi marcada por idas e vindas, ora abrindo algumas atividades, ora suspendendo. Mais 11 decretos foram publicados sobre o tema<sup>27</sup> antes das eleições.

26 Ver os Decretos 17.319, de 01 de abril de 2020, 17.382, de 02 de julho 2020, e 17.425, de 01 de setembro de 2020.

27 Ver os Decretos 17.377; 17.406; 17.416; 17.423; 17.429; 17.430; 17.434; 17.444; 17.446; 17.454; 17.458.

As ações de Alexandre Kalil são condizentes com a caracterização feita por Nunes *et. al.* (2020) sobre a forma como os prefeitos no Brasil lidaram com a pandemia. Em um primeiro momento, medidas drásticas foram adotadas, momento em que eles chamam de combate a pandemia, que vai de março até agosto e coincide com o aumento do número de casos e mortes, estabelecendo um platô. A convivência com os altos números relativos à pandemia fez com que houvesse uma transição para uma política de convivência com a doença, caracterizada pela reabertura total ou parcial das atividades econômicas não essenciais. Belo Horizonte, às vésperas da eleição, se encontrava neste momento. O fato é que BH é uma cidade com vocação econômica para as atividades de serviços e, as pressões de grupos de interesse, dentre eles o Clube de Diretores Lojistas de BH (CDL-BH), com certeza, influenciaram as decisões sobre a reabertura. As medidas, entretanto, são tomadas sempre considerando três fatores: a taxa de transmissão; o número de leitos de enfermagem destinados para COVID; e o número de leitos de CTI para COVID.

Além da pressão exercida pelos grupos de interesse relacionados ao comércio de BH, a relação do Chefe do Executivo da Capital com o Governador do Estado se mostrou tensa desde o início da pandemia.

Em uma iniciativa da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), uma série de artigos de monitoramento de políticas públicas de enfrentamento à COVID-19 nos estados está sendo produzida<sup>28</sup>. Os textos referentes a Minas Gerais (MG) evidenciam a falta de coordenação entre os entes federados. A falta de diretrizes assertivas no combate à pandemia tem sido a tônica. Percebem-se um claro alinhamento do governador Romeu Zema ao discurso negacionista do presidente Bolsonaro e um desalinhamento do Governador do Estado em relação ao Prefeito da Capital (SILAME e ALMEIDA 2020a; 2020b; ALMEIDA e SILAME, 2020; SILAME, GOMES; ALMEIDA, 2020).

Silame e Almeida (2020a) argumentam que “o embate entre o governador do estado e o prefeito da capital gira em torno da adoção de medidas mais ou menos restritivas de circulação de pessoas e do isolamento social”. As ações de enfrentamento hesitantes por parte do governo de MG sobre isolamento social, restrição de circulação de pessoas, a necessidade de se ressaltar a importância das medidas de higiene pessoal e o uso de máscaras têm impactos importantes sobre a rede hospitalar da Capital, uma vez que BH “é

---

28 Ver a série de textos “Os governos estaduais e as ações de enfrentamento à pandemia no Brasil.” na página da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Todos os estados da Federação foram tratados em cinco edições até o presente momento. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/projetos>>. Acesso em 23 de fev. 2020.

referência de tratamento de alta complexidade para a região metropolitana e um afrouxamento das regras de isolamento das cidades limítrofes pode sobrecarregar os serviços hospitalares da capital”. (SILAME e ALMEIDA, 2020). Gomes et. al (2020) argumentam que um dos pontos de convergência entre Bolsonaro e Zema é o fato de que, tanto o Presidente quanto o Governador de MG, estarem mais preocupados com as consequências econômicas da pandemia do que em adotar medidas que possam conter o seu avanço. Romeu Zema chegou a mencionar que seria interessante o vírus “viajar para o interior do Estado”<sup>29</sup>. Uma das querelas envolvendo o Prefeito da Capital e o Governador do Estado foi em torno do “Programa Minas Consciente”<sup>30</sup>, lançado em 23 de abril de 2020, com a curva de casos e mortes em ascensão no Estado. Trata-se de um protocolo de retomada das atividades econômicas a ser adotado pelos municípios a partir de uma classificação de risco epidêmico feita pela Secretaria Estadual de Saúde (SES/MG). Belo Horizonte não aderiu ao protocolo estabelecido pelo Governo do Estado. O Ministério Público estadual ajuizou uma ação no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) para que todas as cidades mineiras aderissem ao Programa. Em decisão liminar, o TJMG determinou que as cidades deveriam aderir ao protocolo. Kalil utilizou a decisão do STF, entretanto, mencionada acima, para justificar que afirma que as competências entre os entes federados são concorrentes no que concerne à elaboração de políticas públicas de enfrentamento à COVID-19 e não acatou a decisão do TJMG.<sup>31</sup>

A despeito da ambiguidade das ações adotadas pelo governador Romeu Zema e da querela envolvendo o Governador do Estado e o Prefeito da Capital, o cidadão belo-horizontino avalia positivamente a atuação de ambos (Gráfico 4), sendo que a avaliação positiva de Kalil é superior a de Zema. O Governador é avaliado positivamente por 53% dos respondentes, sendo que 6% dos entrevistados consideram que ele tem atuado muito bem no enfrentamento à COVID-19 e outros 47% consideram sua atuação apenas boa. No que se refere ao Prefeito, a avaliação de que o seu desempenho é muito boa para 44% dos respondentes e apenas boa para

---

29 Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/11/zema-critica-prefeitos-e-diz-que-coronavirus-tem-que-viajar-um-pouco.htm>>. Acesso em 23 de fev. 2021.

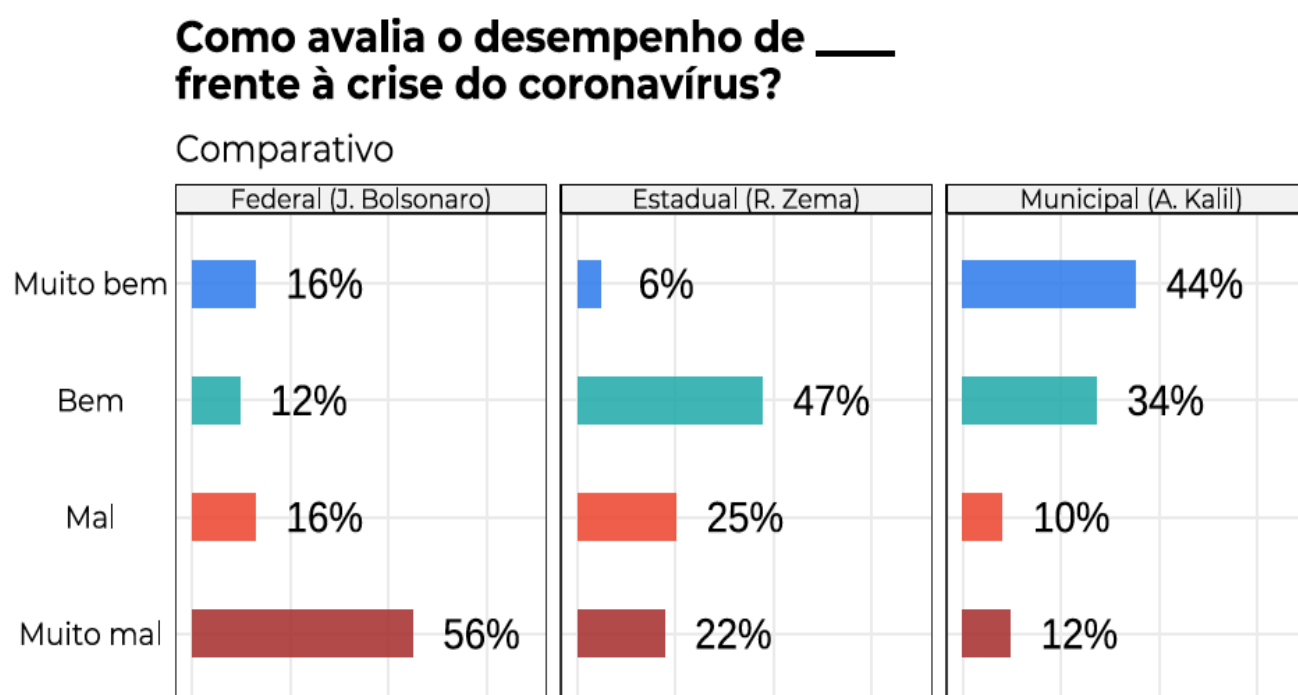
30 Para saber mais sobre o Minas consciente ver em: <<https://www.mg.gov.br/minasconsciente/entenda-o-programa>>.

31 Disponível em: <<https://www.itatiaia.com.br/noticia/em-respeito-ao-comite-kalil-diz-que-bh-nao-vai-aderir-ao-minas-consciente?>>. Acesso em 23/02/2021.



34%. Destaca-se a avaliação negativa de Bolsonaro. Para os entrevistados, o desempenho do Governo federal é avaliado de forma negativa por 72% dos respondentes.

**Gráfico 4. avaliação comparativa entre os entes federados em relação ao desempenho frente à crise do coronavírus (julho 2020)**



Fonte: Quaest Consultoria e Pesquisa, Julho de 2020.

Em razão da alta transmissibilidade do novo coronavírus (AQUINO *et al.*, 2020), uma das principais medidas preconizadas pela OMS de controle e prevenção à disseminação do vírus transmissor é a adoção de medidas de isolamento social que evitem a circulação de pessoas, uma vez que uma das principais formas de contágio se dá à partir de “gotículas contaminadas de secreções orofaringe de uma pessoa infectada para uma livre de infecção (...)”<sup>32</sup>. (AQUINO *et al.*, 2020:2425). Diante de tal recomendação, muitos executivos municipais adotaram medidas para implementar algum grau de distanciamento social.

Baseado nas ações dos executivos municipais adotadas para implementar o distanciamento social, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por meio da pesquisa *Physical distancing measures in Brazil*, construiu um índice de distanciamento social. O índice considera seis variáveis, a saber: I) eventos e funcionamento de estabelecimentos culturais, esportivos ou religiosos; II) bares, restaurantes e similares; III) atividades comerciais não es-

<sup>32</sup> Segundo Aquino (2020), a contaminação também pode se dar pelo contato com objetos e superfícies contaminados e por via fecal-oral.



senciais; IV) atividades industriais não essenciais; V) aulas; e VI) transporte de passageiros. Cada variável admitia três valores que variaram de 0 a 2. Quando uma atividade (variável) estava suspensa totalmente, ela recebia o valor 2. A interrupção parcial da atividade recebeu o valor 1 e a não paralisação das atividades recebeu o valor 0.

A Tabela 1 seguinte apresenta os valores do índice para as capitais no dia 7 de junho de 2020, momento em que o Brasil alcança o pico de óbitos<sup>33</sup>. Conforme a distribuição observa-se a existência de três grupos: municípios que apresentaram valor do índice entre 0 até 3,3 apresenta baixo grau de rigidez; municípios que se encontram em uma faixa intermediária de 3,4 a 6,5; e municípios que adotam medidas rígidas de isolamento social (acima de 6,6 até 1). Seguindo este critério, verificamos que BH adotou medidas rígidas de isolamento social, proibindo o funcionamento de eventos públicos (*shows*, cultos religiosos, jogos de futebol etc.), de bares e restaurantes, escolas; contudo, naquele momento, a cidade começava a flexibilizar o funcionamento de algumas atividades comerciais não essenciais e o funcionamento do transporte público.

**Tabela 1. Índice de regras de distanciamento social, capitais do Brasil, IPEA, 7 de junho, Brasil, 2020**

Uf	capital	Eventos	Restaurantes	Shoppings	Indústrias	Aulas	Transporte	Index Ipea
AC	Rio Branco	1	0	0	0	2	0	2.5
AL	Maceió	2	2	1	0	2	0	5.8
AM	Manaus	1	2	1	0	2	1	5.8
<b>AP</b>	<b>Macapá</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>8.3</b>
BA	Salvador	1	2	1	0	2	0	5.0
<b>CE</b>	<b>Fortaleza</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>9.2</b>
ES	Vitória	2	1	1	0	2	0	5.0

<sup>33</sup> Cenário que perdurou até setembro de 2020, quando o número de mortes - que estavam acima de 1000 mortes diárias no País - começa a declinar. No momento de redação deste capítulo (fev. 2021), o Brasil apresenta novamente uma alta no número de casos e de mortes por COVID-19 no País, superando os números alcançados em junho de 2020. O acompanhamento realizado pelo IPEA era diário.

GO	Goiânia	1	0	1	0	2	0	3.3
MA	São Luís	1	0	0	0	2	0	2.5
<b>MG</b>	<b>Belo Horizonte</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>6.7</b>
MS	Campo Grande	1	0	0	0	2	1	3.3
MT	Cuiabá	2	2	0	0	2	1	5.8
PA	Belém	2	2	1	0	2	0	5.8
<b>PB</b>	<b>João Pessoa</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>8.3</b>
<b>PE</b>	<b>Recife</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>7.5</b>
<b>PI</b>	<b>Teresina</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>9.2</b>
PR	Curitiba	1	0	0	0	2	0	2.5
RJ	Rio de Janeiro	1	2	1	0	2	1	5.8
RN	Natal	1	0	0	0	2	0	2.5
<b>RO</b>	<b>Porto Velho</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>7.5</b>
<b>RR</b>	<b>Boa Vista</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>6.7</b>
RS	Porto Alegre	1	1	1	0	2	1	5.0
SC	Florianópolis	1	0	0	0	2	1	3.3
<b>SE</b>	<b>Aracaju</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>6.7</b>
SP	São Paulo	2	2	1	0	2	0	5.8
TO	Palmas	2	2	1	0	2	0	5.8

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IPEA. Physical distance measures in Brazil - Ipea. [https://docs.google.com/spreadsheets/d/1a5\\_eloGJkTWC6V4J39Qbbbm2wM-PQlzcTeBxPy-hu80/edit?ts=5fb6a9ad#gid=0](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1a5_eloGJkTWC6V4J39Qbbbm2wM-PQlzcTeBxPy-hu80/edit?ts=5fb6a9ad#gid=0)

A adoção de medidas rígidas por parte do Prefeito de BH mostrou-se acertada. Quando se analisa os dados relativos às capitais brasileiras (tabela 2), no dia 14 de novembro, portanto, no dia anterior às eleições, verifica-se que a Capital Mineira é a segunda com o menor número de casos e mortes por 100 mil habitantes.

**Tabela 2. Número de Casos e óbitos por 100 mil habitantes em 14 de novembro de 2020.**

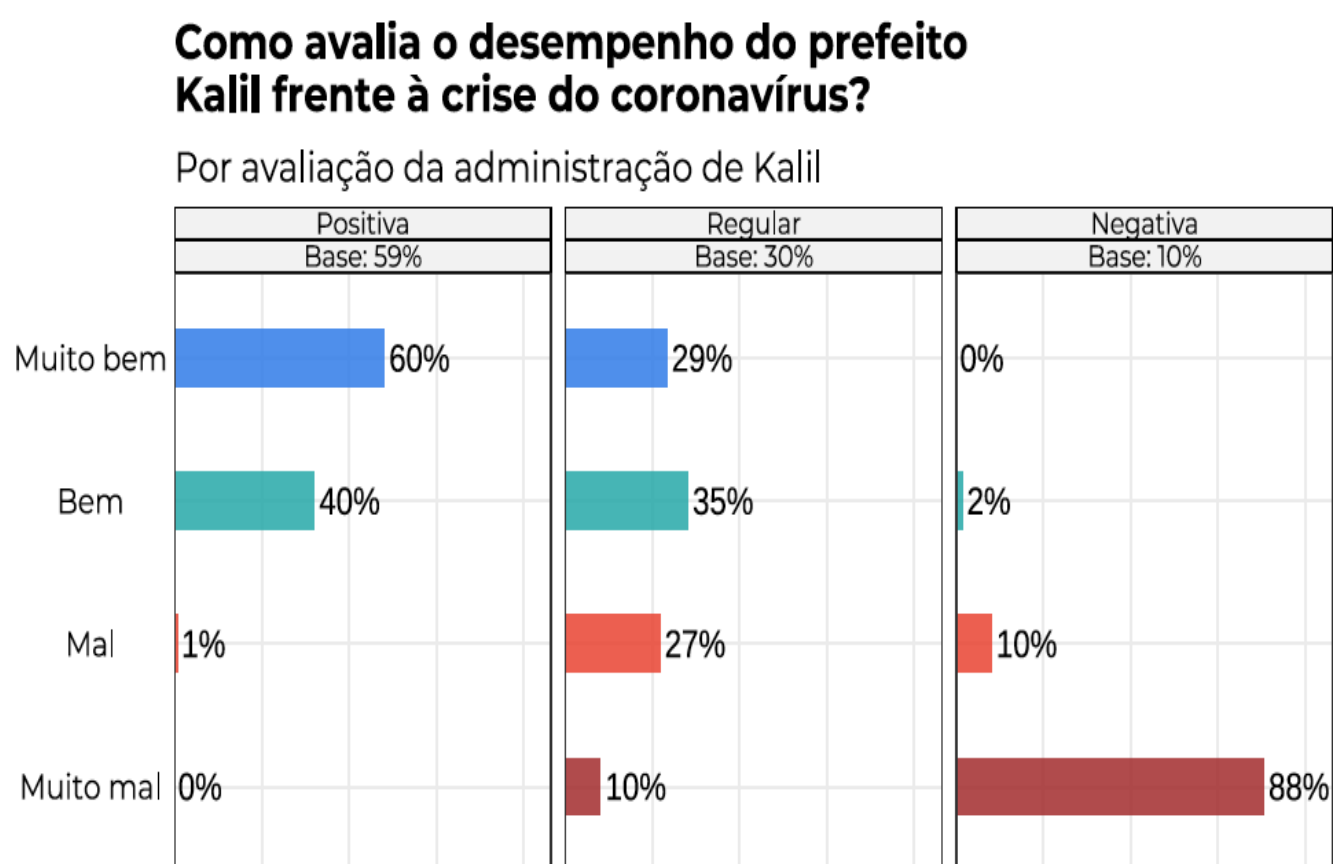
<b>Estado</b>	<b>Município</b>	<b>Casos Acumulados por 100 mil Hab.</b>	<b>Óbitos Acumulados por 100 mil Hab.</b>
SC	Florianópolis	5107,26	38,33
<b>MG</b>	<b>Belo Horizonte</b>	<b>2013,76</b>	<b>62,38</b>
TO	Palmas	6075,35	64,86
MS	Campo Grande	4324,86	80,81
PR	Curitiba	2165,27	81,73
RS	Porto Alegre	3062,87	94,15
AL	Maceió	2949,41	99,42
BA	Salvador	3262,98	102,29
AC	Rio Branco	3275,57	108,27
AP	Macapá	4257,27	108,48
SP	São Paulo	2695,60	113,85
MA	São Luís	2218,02	114,89
GO	Goiânia	4517,61	118,39
RN	Natal	3041,44	123,17
SE	Aracaju	5981,62	125,72
PB	João Pessoa	4284,22	127,56
RR	Boa Vista	11289,96	128,25
ES	Vitória	6102,23	130,90
PI	Teresina	4661,99	131,35
AM	Manaus	3051,82	136,71
CE	Fortaleza	2292,03	146,74
RO	Porto Velho	6580,57	149,56
PE	Recife	2293,52	151,73
PA	Belém	3117,68	152,20
MT	Cuiabá	5241,56	172,72
RJ	Rio de Janeiro	1881,60	186,13

Fonte: Coronavírus Brasil. Disponível em:<<https://covid.saude.gov.br/>>.

Acesso em 22 de fev 2021.

O Gráfico 5 abaixo avalia exclusivamente o desempenho do prefeito Kallil em relação à crise do coronavírus. Dentre os entrevistados, 59% avaliam positivamente o Prefeito, 30% consideram o seu desempenho regular e apenas 10% dos entrevistados fazem uma avaliação negativa. Impressiona entre os que avaliam positivamente a atuação do Prefeito, 60% consideram que ele vem desempenhando muito bem seu papel no combate à pandemia.

Gráfico 5. avaliação do desempenho do prefeito de BH em relação ao combate ao coronavírus (julho de 2020).



Fonte: Quaest Consultoria e Pesquisa, julho de 2020.

Lembremo-nos de que o “político profissional”, segundo Weber (1998), é dotado de senso de proporção e de responsabilidade. Seus atos políticos perduram no tempo e no espaço e têm consequências reais sobre a vida das pessoas. Diante dos desafios colocados pela crise sanitária de COVID-19, um infortúnio que alcançou toda a Humanidade, o “político profissional” é aquele sobre o qual Maquiavel (1998) fala que é dotado de virtù. Lembremo-nos da metáfora do rio caudaloso apresentada por Maquiavel no “Príncipe”. Sabendo que durante a época das cheias o rio extravasa do seu leito, causando estragos nas plantações e desabrigando as pessoas, o homem de virtù se antecipa aos problemas e constrói diques e anteparos no intuito de controlar e, desta forma, minimizar os estragos provocados pela cheia do rio. Dito de outra forma, a Fortuna (*sfortuna* = má sorte) pode ser controlada pelo homem de virtù.

Uma vez que a pandemia se alastrou, cabia ao homem público minimizar seus impactos, adotando medidas que possibilitariam a desaceleração do contágio, reduzindo desta forma os números de casos e de mortes. A Ásia e a Europa haviam ensinado que isolamento e distanciamento social, uso de máscaras em locais públicos e higienização constante das mãos eram medidas que surtiram efeitos sobre o ritmo de contágio do vírus Sars-Cov-2,

passando a ser recomendações expressas da OMS. Ademais, era importante contar com o conhecimento científico. Alexandre Kalil, prefeito de BH, adotou todas estas medidas de combate à COVID-19.

Como demonstramos na seção anterior, o “não político” Kalil, movido pela ética da convicção, logra êxito em se eleger prefeito da Capital de MG. No exercício de seu primeiro mandato, transitou, diante da necessidade de entregar serviços públicos e políticas públicas, para uma postura de “político profissional” e passou a dialogar e buscar apoio com a CMBH, com a sociedade civil organizada e com grupos de interesses diversos. A ética da convicção deu lugar à ética da responsabilidade. O “personagem” antipolítico mostrou ser um hábil político, como ficou evidenciado no processo que culminou com a aprovação do NPD de BH.

Senso de proporção e de responsabilidade são virtudes que se traduzem em virtù, no vocabulário de Maquiavel. Kalil, diante do infortúnio de ter que enfrentar as consequências econômicas e de saúde pública relacionadas à pandemia de COVID-19, mostrou prudência e preparo, não hesitou em tomar medidas que poderiam ser consideradas antipopulares, tal como o fechamento das atividades não essenciais durante um longo período; contudo, mesmo com consequências graves para os comerciantes da Capital mineira<sup>34</sup>, a escolha por diminuir o ritmo de contágio da doença, preservar o sistema público de saúde e, desta forma, salvar vidas, se mostrou acertada e nada mais racional do que o eleitor premiar este comportamento.

#### **4. NOVA COMPOSIÇÃO DA CMBH: COMO SERÁ A RELAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO PARA LEGISLATURA 2021-2024?**

É de suma importância compreender a composição da CMBH e suas implicações políticas para fazer um prognóstico do que pode vir a ser uma segunda administração do prefeito Alexandre Kalil (PSD), considerando as relações do Executivo-Legislativo, uma vez que vários projetos do Executivo dependem de aprovação da Casa Legislativa<sup>35</sup>.

---

34 Segundo dados da Junta Comercial de Minas Gerais (Jucemg), 11.299 estabelecimentos haviam fechado em julho de 2020. Ver em: <<https://diariodocomercio.com.br/economia/bh-registra-extincao-de-11-299-empresas/>>. Data de acesso: 23 de fev. 2021.

35 O artigo 83 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - MG estabelece um conjunto enorme de legislação que depende de aprovação da CMBH. O referido tem dezessete incisos com legislações que dependem da aprovação. Destacamos os incisos I ao VI: I- plano diretor; II - plano plurianual; III - diretrizes orçamentárias; IV - orçamento anual; V - sistema tributário municipal, arrecadação e distribuição de rendas; VI - dívida pública, abertura e operação de crédito. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/lei-organica-belo-hori->

A análise da composição da CMBH mostra uma tendência muito grande ao governismo, uma vez que o processo eleitoral já garante maioria aos prefeitos. Em 2008, Márcio Lacerda foi eleito prefeito de Belo Horizonte pelo PSB e os partidos que compunham a sua coligação<sup>36</sup> elegeram 27 vereadores, sendo que o parlamento é composto por 41 cadeiras, ou seja, a coligação eleitoral que apoiava Márcio Lacerda conquistou aproximadamente 66% das vagas no parlamento. Em sua reeleição em 2012, a coligação<sup>37</sup> que apoiou Lacerda (PSB) ocupou 31 cadeiras (75,6%). Exceção se deu nas eleições de 2016, quando a coligação “Pra BH Funcionar” composta por PHS, REDE e PV que apoiava Alexandre Kalil elegeu apenas quatro vereadores, todos do partido do prefeito, o PHS. Como foi demonstrado acima, Kalil conseguiu conduzir sua agenda no primeiro mandato sem grandes sobressaltos. A aprovação do Plano Diretor, que exige maioria qualificada, é um exemplo. Das urnas de 2020, Kalil já saiu com uma base de apoio de 18 parlamentares (aproximadamente 44% das cadeiras), sendo que o partido do Prefeito, o PSD, é o maior partido da legislatura que se inicia em 2021<sup>38</sup>.

A tendência ao governismo também pode ser explicada em função do tamanho da casa legislativa. Como mencionado acima, a CMBH possui 41 cadeiras, o que não a torna uma assembleia grande. Casas legislativas pequenas têm pouca capacidade de especialização da atividade legislativa, tendem a ter um sistema de comissões pouco desenvolvido e sofrem de assimetria informacional frente ao Executivo (SILAME, 2018). Assim sendo, o prefeito tende a ser o principal agente informacional e o principal formulador de políticas públicas, fazendo com que o Executivo seja o *agenda setter*, influenciando, desta forma, o processo legislativo.

Ademais, os custos de transação em órgãos colegiados pequenos são baixos, o que possibilita ao Chefe do Executivo negociar apoio *ad hoc* para sua agenda. Em troca, os parlamentares indicam a execução de obras públicas, sobretudo àquelas relacionadas à zeladoria da cidade<sup>39</sup>, em seus redutos eleitorais, reivindicando para si a responsabilidade pela realização da benfeitoria (D’AVILA FILHO; JORGE; LIMA, 2014; SILVA, 2014). Configura-se, portanto, [zonte-mg](#)>. Acesso em 08 de fev. 2020.

36 A coligação “Aliança por BH” foi composta pelos seguintes partidos: PSB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, PV, PMN, PSC, PSL, PTN, PTC, PRP e DEM.

37 A coligação “BH segue em Frente” era composta pelos seguintes partidos: PSB, PSDB, PP, PPS, PTdoB, PSL, PR, PRB, PSD, PTC, PRP, PTN, DEM, PDT, PMN, PTB, PV, PSDC e PSC.

38 Coligação “Coragem e Trabalho”: PSD, MDB, PV, REDE, AVANTE, PDT, DC e PP.

39 Ações relativas à iluminação pública, pavimentação, operações “tapa-buraco”, colocação de quebra molas etc.

to, um jogo de soma positiva, no qual o prefeito obtém apoio por um baixo custo e os vereadores conseguem “mostrar serviço” para sua base, obtendo ganhos eleitorais (ALMEIDA e LOPEZ, 2014).

**Tabela 3. Número de Cadeiras por Partidos na CMBH - Eleições 2020, 2016, 2012 e 2008.**

Partidos	Nº de Cadeira em 2020	Nº de Cadeiras em 2016	Nº de Cadeiras em 2012	Nº de Cadeiras em 2008
PSD	6	2	-	-
PROGRESSISTAS	4	1	-	-
AVANTE	3	-	-	-
PDT	3	-	1	2
NOVO	3	1	-	-
CIDADANIA	2	-	-	-
PSOL	2	2	-	-
PT	2	2	6	6
PATRIOTA	2	-	-	-
DEMOCRATAS	1	1	1	1
MDB	1	2	1	4
PL	1	-	-	-
PSL	1	1	1	2
PROS	1	1	-	-
PRTB	1	-	-	-
PSC	1	1	1	1
PMN	1	3	-	3
PTC	1	1	1	2
PTB	1	-	1	2
PSDB	1	3	3	3
REPUBLICANOS	1	-	-	-
PODEMOS	1	-	-	-
REDE	1	-	-	-
PCdoB	-	1	2	1
PHS	-	4	1	2
PTN	-	4	3	-
PPS	-	1	2	2
PRB	-	2	3	1
PR	-	1	-	1
PSB	-	3	6	2
PSDC	-	1	2	-
PTdoB	-	3	4	2
PV	-	-	2	2
PRP	-	-	-	2
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>41</b>

FONTE: TSE. Disponível em <https://resultados.tse.jus.br/oficial/#/divulga-desktop/distribuicao-de-vagas-por-partido;e=426;cargo=13;uf=mg;mu=41238>. Acesso em 05 de fev. 2020.

As eleições para vereadores em 2020 em BH foram marcadas pela maior taxa de renovação da CMBH na história recente, pelo aumento do número de partidos com cadeiras na Casa e uma ligeira diminuição do Número Efetivo de Partidos (NEP). Esta foi a primeira eleição sem coligação para os cargos proporcionais desde a redemocratização<sup>40</sup>. Com essa regra, aumentou o custo de entrada aos partidos pequenos, pois, nesta eleição, não puderam aproveitar uma grande coligação, em especial, com partidos maiores, para ser eleito pela média já que todos os partidos juntos facilitavam atingir o coeficiente partidário. Soma-se a isto a vigência da cláusula de 10%, onde só são eleitos os candidatos que obtiverem ao menos 10% de votos relativos ao quociente eleitoral.

Com esses dois mecanismos em vigor, espera-se que paulatinamente elimine o efeito dos puxadores de votos e reduza o número de partidos no parlamento. Melo et. al (2021), analisando dados eleitorais agregados das eleições de 2016 e 2020, nas câmaras municipais, constataram diminuição da fragmentação partidária em função da introdução da nova regra. Ainda é cedo, contudo, para avaliar efeitos contundentes das regras, mas podemos observar que em Belo Horizonte é a primeira vez na história recente que o número efetivo de partidos diminuiu, mesmo com o aumento no número total de partidos, ou seja, ocorreu um processo de concentração em algumas legendas, o que de alguma forma pode facilitar a governabilidade e reforçar a característica governista de assembleias pequenas. Cabe, porém, guardar ressalvas sobre essas mudanças na legislação eleitoral, pois devemos esperar eleições (sem mudança da regra) para identificar se os efeitos serão consistentes.

**Tabela 4. Número de partidos e NEP CMBH entre 1996 e 2020**

ANO ELEIÇÃO	Total Partidos	NEP
1996	17	13,6
2000	17	12,6
2004	18	12,6
2008	19	14,6
2012	19	12,5
2016	22	17
2020	23	15,4

Fonte: elaboração dos autores, com base nos dados do TSE

<sup>40</sup> Mudanças introduzidas a partir da aprovação do Projeto de Emenda à Constituição n° 97 de 2017.



A renovação parlamentar tem sido uma constante nas eleições para a CMBH, entretanto, ela ultrapassou os 50% nas eleições de 2012, quando apenas 41,46% dos parlamentares que disputaram a reeleição obtiveram êxito. A eleição de 2016 também apresentou uma alta taxa de renovação, cerca de 56%. Pode-se especular que a alta taxa de renovação de 2016 pode ter relação também com discurso da antipolítica responsável pela eleição de Kalil, como já mencionado, já que 25 neófitos foram eleitos. Em 2020 a taxa de renovação aumentou. Dos 41 vereadores da CMBH, 37 disputaram a reeleição e apenas 17 se reelegeram (taxa de reeleição de 41,46%).

A 18ª Legislatura (2017-2020) foi marcada por inúmeros escândalos de corrupção. No ano de 2019, sete parlamentares eram investigados pelo Ministério Público de MG (MP-MG)<sup>41</sup> e pela primeira vez em sua história parlamentares foram cassados pelos seus pares. Cláudio Duarte, do Partido Social Liberal (PSL), teve seu mandato cassado por quebra de decoro por ter se apropriado de parte dos vencimentos dos funcionários de seu gabinete, fenômeno popularmente conhecido como “rachadinha”. Wellington Magalhães, do Democracia Cristã (DC), que já foi presidente da CMBH, foi cassado por quebra de decoro por incorrer em seis infrações<sup>42</sup>. Tais acontecimentos podem ter influenciado o comportamento do cidadão belo-horizontino, refletindo-se na maior renovação da história recente da CMBH.

---

41 Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/10/16/camara-de-bh-tem-sete-vereadores-investigados-por-supostas-irregularidades.ghtml>. Acesso em 09 de fev. 2021.

42 Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/11/22/interna\\_politica,1102986/wellington-magalhaes-tem-mandato-cassado-pela-camara-de-bh.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/11/22/interna_politica,1102986/wellington-magalhaes-tem-mandato-cassado-pela-camara-de-bh.shtml). Acesso em 09 de fev. 2021.

**Tabela 5. Renovação parlamentar CMBH 1996 a 2020<sup>43</sup>**

Período	Ano eleitoral	Reeleitos (N)	Taxa renovação (%)
1996-2000	2000	23	37,84
1996-2004	2004	19	48,65
2004-2008	2008	23	43,90 (41,46)
2008-2012	2012	17	58,54 (53,66)
2012-2016	2016	17	58,54 (56,00)
2016-2020	2020	15	63,41 (58,54)

Fonte: elaboração dos autores a partir de dados do TSE

Em termos de representatividade, a legislatura que se inicia em 2021 contará com a primeira vereadora trans, com um aumento do número de mulheres representadas e com a inovação que representa os mandatos coletivos.

A professora Duda Salabert, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), foi eleita vereadora mais votada da história para CMBH, recebendo 37.613 votos, superando os 20.157 votos de Elias Murad (PSDB) em 2004. Além da expressiva votação, a vereadora será a primeira mulher trans a exercer um mandato de vereadora em BH. Além de Duda Salabert, outras dez mulheres foram eleitas<sup>44</sup>. Foi um aumento significativo se comparado com as eleições de 2016, quando apenas três mulheres foram eleitas.

A experiência dos mandatos coletivos é uma inovação recente no contexto da representatividade. A primeira experiência se deu com a eleição de Áurea Carolina (PSOL) na eleição de 2016 com a constituição da “Gabinetona”<sup>45</sup>. Trata-se de uma inovação na forma de se exercer o mandato repre-

43 Suplentes que assumiram durante o mandato não foram considerados no cálculo, o que sobrestima a taxa de renovação parlamentar aqui apresentada. Entre parênteses os dados considerando a última composição da CMBH, ou seja, constando suplentes que assumiram mandatos ao longo da Legislatura. Dados disponíveis apenas para as eleições de 2008, 2012, 2016 e 2020. [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/01/01/interna\\_politica,1225111/posse-de-veredores-garante-base-forte-para-kalil-na-camara.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/01/01/interna_politica,1225111/posse-de-veredores-garante-base-forte-para-kalil-na-camara.shtml). Data de acesso 09 de fev. 2021.

44 Bela Gonçalves (PSOL); Fernanda Pereira Altoé (NOVO); Flávia Borja (AVANTE); Iza Lourenço (PSOL); Macaé Evaristo (PT); Marcela Trópia (NOVO); Marilda Portela (CIDADANIA); Nely Aquino (PODEMOS); Professora Marly (PP); e Sônia Lansky (PT).

45 Para saber mais sobre a “Gabinetona” em: <<http://gabinetona.org/site/>>.

sentativo não prevista pela legislação e que se dá de forma informal e, por se tratar de fenômeno recente, é pouco estudado.

“A Gabinetona” surgiu de um movimento chamado “Muitas” e teve como objetivo exercer um “mandato coletivo, aberto e popular” congregando diversos movimentos populares e sociais, como o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e as Brigadas Populares, além do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que normalmente não conseguem eleger representantes. Doze candidaturas representaram o coletivo “Muitas” pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o lema era “votou em uma votou em todas”. Além de Áurea Carolina, foi também eleita Cida Falabella. As duas vereadoras criaram um gabinete compartilhado. Bella Gonçalves, posteriormente, assumiria o cargo de vereadora, com a eleição de Áurea Carolina para Deputada Federal, mas ela já fazia parte da “Gabinetona” na condição de “coverança”. Suas pautas estavam relacionadas à luta por moradia, pessoas negras, povos indígenas, pessoas LGBTQIA+, direitos dos animais e verdes, legalização das drogas, cultura e juventude.

Em 2020, Sônia Lansky, do PT, foi eleita para representar o mandato a “Coletiva BH” e a “Gabinetona” continua com a reeleição de Bella Gonçalves. As pautas são similares, sendo que a “Coletiva BH” tem como um dos seus temas principais a saúde pública.

Fato é que os próximos quatro anos reservam muitos desafios para aqueles que exercem cargos públicos. A pandemia de COVID-19 é enfrentada de forma errática no País e as consequências ainda se farão sentir por muito tempo, quer seja na área da saúde pública ou da economia.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo teve como objetivo fazer uma análise do resultado das eleições municipais de 2020 em Belo Horizonte. Portanto, procuramos explicar a reeleição de Alexandre Kalil (PDS), a nova composição da CMBH, assim como tentar estabelecer parâmetros para entendimento do que pode ser a relação Executivo-Legislativo no quadriênio 2021-2024. Lembramos que tais eleições se deram em um contexto completamente extraordinário. O mundo vivencia uma pandemia e, sem dúvidas, esta se tornou uma agenda central nas eleições.

Na ocasião de sua eleição para prefeito em 2016, Alexandre Kalil se valeu de um discurso moralista antipolítica sintonizado à conjuntura da época, caracterizada por um sentimento de que políticos, por definição, eram cor-

ruptos e que quaisquer negociações políticas eram tidas como não republicanas. Colaboraram para que este contexto ocorresse as “jornadas de junho” de 2013, o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016, as denúncias de corrupção que recaíam sobre o governo do presidente Michel Temer (2017-2018) e a “Operação Lava-jato”.

Assim sendo, Kalil se vendia como um administrador que seria capaz de conferir racionalidade e eficiência aos serviços públicos e políticas públicas. Na campanha Kalil, o “não político” era movido pela ética da convicção, contudo, o próprio exercício do cargo faz com que Kalil adote uma ética da responsabilidade em relação a sua atuação política. Esta ética é marcada pela temperança na tomada de decisão (senso de proporção) e pela responsabilidade de que as suas decisões terão consequências públicas e que, portanto, ele pode responder por elas.

Verificamos a atuação do Prefeito sob égide da ética da responsabilidade em três eventos. O primeiro evento considerado foi o processo que culminou com a aprovação do NPD de BH. Trata-se de uma política pública com viés redistributivo e que foi construída em um amplo debate com a sociedade civil organizada e movimentos sociais. O segundo diz respeito à forma como Kalil lidou com a crise ocasionada pelas tempestades de verão de janeiro de 2020. Por fim, uma análise mais detida sobre como o prefeito de BH enfrentou a pandemia de COVID-19.

O contexto marcado pela ausência de coordenação central por parte da União ao enfrentamento da pandemia fez com que governadores e prefeitos tivessem que assumir de forma praticamente isolada as ações de combate ao “Novo Coronavírus”. As ações sanitárias e de saúde pública adotadas em BH foram embasadas em protocolos científicos e recomendados pela OMS. Apesar da possibilidade da perda de capital político em função do longo período de interrupção das atividades econômicas não essenciais na cidade, as medidas de isolamento social possibilitaram à Capital mineira proteger seu sistema público de saúde e minorar os efeitos da pandemia. Belo Horizonte apresentou a segunda menor taxa de mortalidade e de casos entre as capitais. Assim sendo, considerando a centralidade de tal agenda, argumentamos que o político movido pela ética da responsabilidade é o “Príncipe” dotado de Virtù de Maquiavel, ou seja, é aquele que toma as medidas necessárias para minimizar os efeitos do infortúnio. A escolha por salvar vidas foi acertada e, de forma racional, a população conduziu Kalil para o segundo mandato.

Em relação à nova composição da CMBH, Kalil contará com uma ampla base de apoio em função dos resultados que emergiram das urnas. Além disso, o Prefeito possui instrumentos para angariar apoio *ad hoc* dos vereadores e vereadoras. Ademais, a nova composição da Casa apresentou um ligeiro aumento no número de partidos representados e ainda há um predomínio dos chamados partidos nanicos, tendência já observada em 2016. Relativamente à fragmentação, houve uma pequena diminuição, mas não é possível dizer com certeza se este efeito se deu em função da vigência da nova regra eleitoral que proíbe coligações para as eleições aos cargos proporcionais que vigorou pela primeira vez nas eleições de 2020. Destaca-se o aumento no número de vereadoras eleitas, de três em 2016 para 11 em 2020. Outro ponto importante no que tange à representação é a vigência de duas vereadoras que representam os mandatos coletivos.

O governante de *virtù*, nos termos de Maquiavel, ou o político profissional de Weber, buscam poder, mas sobretudo buscam honra, glória e prestígio para o seu nome. A depender da guinada ética de Kalil, pode-se esperar que ele exerça o segundo mandato pensando em se credenciar a ser um postulante competitivo ao cargo do governador do Estado nas eleições de 2022, afinal de contas aquele que é dotado de *virtù* recebe as benesses da Deusa *Fortuna*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Acir; LOPEZ, Felix. Representação política local e clientelismo. *In*: ROCHA, Marta Mendes da; KERBAUY, Maria Tereza Miceli (orgs.). **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014. cap. 6.

ALMEIDA, Helga; SILAME, Thiago. Minas Gerais: subnotificação e (des)coordenação entre estado, União e municípios no enfrentamento à Covid-19. *In*: SANTANA, Luciana (org). **II Série especial ABCP: Os governos estaduais e as ações de enfrentamento à pandemia no Brasil**. *Site* Associação Brasileira de Ciência Política: 12 de julho de 2020. 2020a. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/analises/governos-estaduais-e-aco-es-enfrentamento-pandemia-brasil/artigo/especial-abcp-aco-es-minas-gerais-enfrentamento>>. Acesso em: 19 de fev. de 2021.

ALMEIDA, Helga; SILAME, Thiago. Minas Gerais e Covid-19: Depois da “bonança” veio a tempestade. *In*: SANTANA, Luciana (org). **III Série especial ABCP: Os governos estaduais e as ações de enfrentamento à pandemia no Brasil**. *Site* Associação Brasileira de Ciência Política: 24 de agosto de 2020. 2020b. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/index.php/projetos/especial-abcp-3a-edicao-governos-estaduais-e-aco-es>>. Acesso em: 19 de fev. de 2021.

AQUINO, Estela M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 1, p. 2423-2446, junho 2020. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>.

php?script=sci\_arttext&pid=S1413-81232020006702423&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 fev. 2021. Epub June 05, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10502020>.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo Perspec.** São Paulo, v. 18, n. 2, pág. 17-26, junho de 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392004000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 de fev. 2021.

BORSAGLI, Alessandro. **Rios invisíveis da metrópole mineira: imagens e mapas.** Belo Horizonte: Editora do autor, 2016.

CODATO, Adriano; CERVI, Emerson; PERISSINOTTO, Renato. Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. **Cadernos Adenauer**, v. 14, n. 2, p. 61-84, 2013.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia.** São Paulo: Edusp, 2013.

FERNANDEZ, M.; FERNANDES, L M M. Atenção Primária à Saúde no contexto municipal brasileiro e a crise da COVID-19. **NEPOL: Boletim Os Governos municipais frente ao Coronavírus**, 8 de set. 2020. Disponível em: <https://nepoluff.wordpress.com/2020/09/08/atencao-primaria-a-saude-no-contexto-municipal-brasileiro-e-a-crise-da-covid-19/> Acessado em 22 de fev. 2021.

D'AVILA FILHO, Paulo M.; JORGE, Vladimyr Lombardo; LIMA, Paulo César G. de Cerqueira. Comportamento político e produção legislativa: padrões de emissão de “Indicações” pelos vereadores cariocas. In: ROCHA, Marta Mendes da; KERBAUY, Maria Tereza Miceli (orgs.). **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014. cap. 7

GRAÇA, Luís Felipe Guedes da. Vetos e derrubadas: por quê são importantes? In: GRAÇA, Luís Felipe Guedes da. **O governo no estado e a assembleia legislativa: entre a submissão e os limites da independência.** Curitiba: Appris, 2016. cap 5

LAMOUNIER, Bárbara Oliveira; GUERRA, Rosiene. Entre a abertura e a contenção: as ações de Belo Horizonte no enfrentamento à COVID-19. **NEPOL: Boletim Os Governos Municipais frente ao Coronavírus**, 18 de jun. de 2020. Disponível em: <<https://nepoluff.wordpress.com/2020/06/18/entre-a-reabertura-e-a-contencao-as-acoes-de-belo-horizonte-no-enfrentamento-a-covid-19/>>. Acesso em: 02 de fev. de 2021.

LAVAREDA, Antonio; FERNANDES, Antônio. Um ciclo de eleições críticas: 2018 começou em 2016. In: LAVAREDA, Antônio; TELLES, Helcimara (orgs.). **Eleições municipais: novas ondas na política.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. cap. 1

MAGALHÃES, Raul Francisco. Belo Horizonte na pandemia: seguindo os protocolos. **NEPOL: Boletim Os Governos Municipais frente ao Coronavírus**, 03 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://nepoluff.wordpress.com/2020/04/03/belo-horizonte-na-pandemia-seguindo-os-protocolos/>>. Acesso em: 02 de fev. de 2021.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

MELO, C. A.; PESSOA JÚNIOR, J. R.; SOARES, K. C. Interseção entre Sistema Eleitoral e Sistema Partidário. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 11, n. 26, p. 227-264, 9 jan. 2021.

NUNES, Matheus; AGUILLAR, Arthur; LOTTA, Gabriella; THAMI, Helyn. Do combate à convivência: respostas de municípios à pandemia de COVID-19. **Nota técnica n. 15**. IEPS: São Paulo, 2020. pp. 1-9. Disponível em: [https://ieps.org.br/wp-content/uploads/2020/12/IEPS\\_NT15.pdf](https://ieps.org.br/wp-content/uploads/2020/12/IEPS_NT15.pdf). Acesso em: 22 fev. 2021.

ROCHA, Marta Mendes da; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Poder local e representação política nos municípios brasileiros: Contribuições para uma agenda de pesquisas. In: ROCHA, Marta Mendes da; KERBAUY, Maria Teresa Miceli (orgs). **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014. p 17-34.

ROCHA, Marta Mendes da; ALMEIDA, Paula Emília Gomes de; CORRÊA, Izabela (orgs.) Os Governos municipais frente ao Coronavírus: um balanço provisório. **NEPOL**, 28 abr., 2020. Disponível em: <https://nepoluff.wordpress.com/2020/04/28/os-governos-municipais-frente-ao-coronavirus-um-balanco-provisorio/>. Acesso em: 22 de fev. 2021.

SANTANA, Luciana e PEREZ, Olívia Cristina (org.). I Série especial Parceria Nexo/ABCP: Como os governos estaduais lidam com a pandemia. **Jornal Nexo**, 10 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2020/05/10/Como-os-governos-estaduais-lidam-com-a-pandemia>. Acesso em: 22 fev. 2021.

SILAME, Thiago. Da capacidade da atuação das oposições: algumas considerações acerca das relações Executivo-Legislativo e sobre o sistema de comissões permanentes. In: SILAME, Thiago. **Assembleias Legislativas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul: política de recrutamento para as comissões permanentes**. Curitiba: Appris, 2018. cap. 3

SILAME, Thiago; ALMEIDA, Helga. Minas Gerais: entre o isolamento social e o alinhamento a Bolsonaro. In: SANTANA, Luciana e PEREZ, Olívia Cristina (org.). I Série especial Parceria Nexo/ABCP: Como os governos estaduais lidam com a pandemia. **Jornal Nexo**, 10 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2020/05/10/Como-os-governos-estaduais-lidam-com-a-pandemia>. Acesso em: 19 de fev. de 2021.

SILAME, Thiago. GOMES, Larissa Peixoto; ALMEIDA, Helga. Minas Gerais: no estado em que menos investiu em saúde em 2020 a Covid-19 se alastra pelo interior. In: SANTANA, Luciana (org.). **IV Série especial ABCP: Os governos estaduais e as ações de enfrentamento à pandemia no Brasil**. Site Associação Brasileira de Ciência Política: 24 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/analises/especial-abcp-4a-edicao-governos-estaduais-e-aco-es/artigo/especial-abcp-aco-es-minas-gerais-enfrentamento>>. Acesso em: 19 de fev. de 2021.

SILVA, Bruno Souza da. Produção legislativa e relações Executivo-Legislativo no nível local: uma análise das indicações e dos requerimentos da Câmara Municipal de Araraquara-SP. In: ROCHA, Marta Mendes da; KERBAUY, Maria Tereza Miceli (orgs.). **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014. cap. 8

TELLES, Helcimara; MUNDIM, Pedro Santos; BAPTISTA, Érica Anita. Não quero ser político, quero ser prefeito: navegando nas ondas da antipolítica e do antipetismo em Belo Horizonte. In: LAVAREDA, Antônio; TELLES, Helcimara (orgs.). **Eleições municipais: novas ondas na política**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. cap. 5

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1998.



# 17. ELEIÇÕES EM JUIZ DE FORA (MG) SOB A SINDEMIA DE COVID-19: VITÓRIA DA ESQUERDA, DESTROÇOS SOCIAIS E A SOMBRA DA RELIGIÃO

Emerson José Sena da Silveira<sup>1</sup>

*Natureza da gente não cabe em nenhuma certeza.*  
(GUIMARÃES ROSA)

## INTRODUÇÃO

As eleições do primeiro ano da sindemia de COVID-19<sup>2</sup> trouxeram um resultado que foi na contramão, ao menos em parte, do resultado geral das eleições municipais brasileiras: vitória maior dos partidos agrupados do “centrão”, ou direita fisiológica, vitória menor das esquerdas em geral. Levanto o porquê: com base em metodologias qualitativas, pesquisa documental em arquivos digitais (IBGE, periódicos municipais e nacionais) e literatura acadêmica, apresentarei a hipótese de que a conquista do poder municipal pelo PT (Partido dos Trabalhadores) se deveu a uma conjunção: divisão do centro-direita, alta abstenção/votos nulos/brancos, desengajamento moral-religioso, tropeço discursivo em candidaturas, fratura sucessória, mobilização anti-bolsonarista, velhas bases eleitorais reativadas e convencimento eficaz. Antes de continuar, assumirei neste texto uma posição de entrelugar, acadêmica, por um lado, participante, por outro. Graduado em Ciências Sociais, mestre e doutor em Ciência da Religião, cursados na Universidade Federal

---

1 Doutor em Ciência da Religião, antropólogo, professor associado do Departamento de Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

2 A sindemia, termo da antropologia médica dos anos 1990, explica como as doenças se espalham por conta da sinergia entre elementos os mais diversos possíveis – ordenamento urbano, economia, classe social, gênero, raça, arquitetura, em escala exponencial (Jaramillo, 2020). Faço uma correspondência entre esse termo e as reflexões sobre biopoder e biocapitalismo (Foucault, 2014; Negri, 2014). O poder se exerce, como feixe de relações, sobre os corpos dos indivíduos e da sociedade, assim como o capitalismo, sob a hegemonia do capital fictício-financeiro. Natureza, religião e política não são gavetas incomunicáveis, mas um vasto continente marcado, à direita ou à esquerda, por tentativas de sacralizar as hierarquias e desigualdades, conservando o *status quo*, ou seu contrário, dessacralizar e buscar justiça e igualdade social. São três dimensões que, embora distintas, estão sinergia e interinfluência em escala inédita, em especial, desde março de 2020, quando a COVID-19 chegou ao Brasil, provocando milhares de mortes e profundos abalos sociais sem data de fim.

de Juiz de Fora (UFJF), pesquiso e escrevo sobre religião e política, dentre temas afins ao entrecruzar do social com o religioso, mas também (ainda) participo de um grupo político polissêmico em termos de orientações políticas (da direita à esquerda) que, saindo da REDE-Sustentabilidade, perdeu parte da direita, ao aderir a Bolsonaro, na grande batalha de 2018, migrou para o PV (Partido Verde) em 2019-2020. Fui parte de um grupo minoritário que, por pendores políticos com matiz mais à esquerda/anarquista, constitui uma dissidência na dissidência. Dividi o texto como uma peça musical, um *prelúdio*, seção na qual apresento alguma história, dados e linhas de forças socioeconômicas e políticas; três partes - *andante ma non troppo e molto cantabile*, *adagio quasi un poco andante*, *allegro ma non troppo, un poco maestoso* - nas quais apresento as eleições de 2020, prefeito e vereança, os planos de governo, as continuidades/descontinuidades em relação ao panorama político a partir de ângulos sociológicos-históricos e um *adagio ma non troppo*.

## PRELÚDIO

As origens se perdem no século XVIII, em torno de 1703, com a abertura do Caminho Novo, contraposta ao Caminho Velho, ambos formando a Estrada Real, facilitava o contato entre a região das minas, diamantes e ouro, aos portos do Rio de Janeiro e Paraty, respectivamente. A Coroa Portuguesa controlava o pagamento dos tributos incidentes sobre toda extração. O Caminho Novo passava por dentro de mata atlântica, Zona da Mata Mineira, e fomentou maior circulação de pessoas pela região, habitada por indígenas – caetés, goytacazes, coroados e puris (Oliveira, 1966). Às margens da estrada, surgiram postos de registro e fiscalização das cargas carregadas em lombos de mulas, dando origem a vilas e povoados em função de hospedarias e armazéns, como o de Santo Antônio do Paraibuna, no sopé de uma cadeia montanhosa, Serra da Mantiqueira, em zona de vales e pântanos, futura cidade de Juiz de Fora. Em 1853, a Vila de Santo Antônio do Paraibuna é transformada em cidade (Oliveira, 1966). O nome gerou dúvidas sobre sua origem. Havia o juiz de fora, um magistrado nomeado pela Coroa Portuguesa para atuar onde não havia um juiz de direito localmente designado. Provavelmente ocorreu a frequente passagem/estadia de juizes de fora na região, em fazenda próxima ao povoado que deu origem à cidade, sendo daí uma etimologia possível (Oliveira, 1966).

A cidade ocupa uma posição estratégica no vértice de cidades-polo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, a poucas horas via estradas de rodagem, e de São Paulo, um pouco mais longe. Um aeroporto em cidade próxima completa a

ligação com o país. Ramais ferroviários complementam a malha de transportes, ligando os principais centros socioeconômicos ao ponto de partida de uma das primeiras grandes estradas imperiais, a União-Indústria, que ligava o interior de Minas, atravessando serras altas, à Capital do Império, baixo planalto. A população atual é estimada em 572 mil habitantes,<sup>3</sup> quinta economia do Estado, sexagésima do país<sup>4</sup>. O PIB é da ordem de 1,5 bilhão, mais ou menos, com 55,8% das receitas oriundas de fontes externas. Há empresas públicas municipais poderosas, cobiçadas em acordos políticos feitos no fragor das batalhas eleitorais, como sói ocorrer Brasil afora, Brasília adentro. Algumas são as joias da coroa municipal, como a CESAMA (Companhia de Saneamento Municipal), que cuida da água/esgoto. Das demais, EMPAV (Empresa Municipal de Pavimentação e Urbanização), que cuida dos pavimentos, jardins, estradas etc.; DEMLURB (Departamento Municipal de Limpeza Urbana), que zela pelo lixo urbano; AMAC (Associação Municipal de Assistência Social), que cuida do serviço social, creches, idosos, população em situação de vulnerabilidade; FUNALFA (Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage), que cuida do setor da cultura; MAPRO (Fundação Museu Mariano Procópio), da museu mais importante da cidade e região e EMCASA (Empresa Regional de Habitação), responsável por ajudar a regularizar moradias para população de baixa renda. São alavancas político-econômicas nas mãos do estado/município, alvos de disputa política e, em sua maioria, criadas ou refundadas, a partir dos anos 1980, como resultado de um grande movimento nacional sociopolítico de busca do bem-estar social que, dentre outras coisas, deu impulso à Constituição de 1988, com marcados traços de *Welfare State*. É preciso mencionar, nesse contexto, a Universidade Federal de Juiz de Fora, criada durante o governo neodesenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, em 1960, ao reunir faculdades esparsas (filosofia e ciências sociais, medicina, engenharia), ligadas à tradição católica de pensamento e à atuação de clubes/associações de advogados, engenheiros e médicos. É uma das maiores forças, atrai milhares de estudantes da região e estados próximos (em torno de vinte mil), redistribui conhecimento e riqueza com as atividades de pesquisa, extensão, graduação e pós-graduação.

O Município, saído da escravidão a que o povo negro foi submetido e das fazendas de café, se tornou uma poderosa cidade industrial, com imigra-

---

3 Dados colhidos do IBGE. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>

4 Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/pesquisa/38/46996?localidade1=310620&tipo=ranking>

ção italiana e alemã, católicos e protestantes (Giroletti, 1988). Foi se desindustrializando aos poucos, porém, como o Brasil, e se tornou uma cidade de serviços, com ênfase em comércio geral, setor informal, camelôs. O reflexo é uma constante perda econômico-social, alta desigualdade de riqueza e renda, problemas de organização, transportes e acesso a bens e direitos sociais e públicos (Paula, 2006). Embora o PIB *per capita* seja algo em torno de R\$ 6,2 (seis mil e duzentos reais), a média salarial é 2,5 salários-mínimos (2017). É a 36ª cidade em número de habitantes do Brasil e a 4ª no Estado de Minas Gerais. No setor industrial, a cidade ocupa o décimo primeiro (11º) lugar em Minas e o nonagésimo oitavo (98º) no Brasil, mas no setor de serviços está na quarta (4ª) e na quinquagésima segunda (52ª) posições, respectivamente, regional e nacional. Os dados socioeconômicos disponíveis indicam um resvalar abaixo, referência à topografia, mares de morros, clima chuvoso-frio com verões tórridos e mata atlântica, reduzida e em processo de esgotamento, nascentes de rios sem amparo, e um rio, o Paraibuna, de águas barrentas, turvas e poluído por esgotos doméstico/industriais/comerciais, objeto de um grande projeto de despoluição parado. A cidade esgueira por vales e sobe morros, encomprida-se por um raio longo-irregular.

Uma das principais vias, Rua Halfeld, é uma homenagem a um engenheiro alemão (Henrique F. G. Halfeld, 1797-1873) contratado pela província de Minas Gerais em 1836 para abrir variantes do Caminho Novo e depois pelo Segundo Império para organizar uma expedição ao Rio São Francisco (1852-1854). Aqui ficou, e casou-se com uma filha da burguesia local (Oliveira, 1966; Halfeld & Tschudi, 1998 [1862]). A expansão do café, junto com a mão de obra escrava, fomentou uma pequena aristocracia local, expandida com a ampliação das vias de transporte e riqueza. Em torno da rua Halfeld, cuja parte central transformou-se em calçadão, conectam-se a antiga sede da prefeitura, a atual câmara municipal, o parque urbano (Parque Halfeld), interseccionada pela principal avenida (antiga Rua Direita) - hoje homenageia o barão do Rio Branco - que se estende da zona mais burguesa (mais alta) à mais popular (baixa). Quase não mais existem casarões novecentistas do café ou das primeiras décadas vintecentista de riqueza agrícola e industrial, derubados e substituídos por caixotes altos *enjanelados*, alguns tão encostados uns nos outros, parecendo um entrudo de concreto - dança folclórica do século XIX de corpos populares fundidos. Do século XIX a meados do XX, a economia pujou entre agricultura e indústria, em especial, tecida, com a inauguração da primeira usina de eletricidade da América do Sul, ainda no

século XIX. A cidade chegou a ter um epíteto, Manchester mineira, por comparação à industrial cidade inglesa (Paula, 2006).

A ascensão do modo neoliberal, a redivisão geopolítico-econômica do capital e sua transnacionalização, a pulverização do nacional-desenvolvimentismo, e a decadência das indústrias velhas acentuaram-se aqui e no Brasil. O que restou é uma mistura de destroços sociais e cívico-religiosos melancólicos em duas faces, uma nacional-populista, saudosa de hierarquias, eugenista (fé na “imunidade de rebanho” /forças naturais, a COVID-19, morrem os “fracos” – pobres, velhos, indígenas, aposentados, sobrevivem os “fortes”) e outra neoliberal, que arrasta os molambos das privatizações, uso do Estado para acumulação de capital (mais valia-social) e reformismo capenga. Ambas estão sob as franhas mordidas da democracia liberal representativa, atravessada pela celebração do empreendedor de si e da liberdade absoluta, uma, de forma irresponsável e narcisista (rebeldia hormonal, recusa de máscaras/vacina na sindemia, exaltação das armas, celebração da ditadura/tortura); a outra, comedida, pia crente na meritocracia mistificadora e na mão do mercado, em um país de abissais injustiças sociais, profundas e antigas.

Quis um diabo *velho-rabugento-murcho* que a fachada heroicizadora em Bolsonaro ocorresse diante da loja de um investidor bolsonarista (Riachuelo), importador *made in China*, membro da congregação dos duzentos empresários que endinheiraram a campanha presidencial. O gesto sacrificial, junto a uma carrada de elementos, levou a vitória da extrema-direita e uma ressaca que elegeu deputados e governadores direita-reacionários (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro). Uma expressão farsesco-trágica do reacionarismo político-religioso, auge do movimento de reação a “perda de um mundo” (desamparo frente a transformações sociais e econômicas profundas).<sup>5</sup> E foi na parte central da rua Halfeld, a grande vitrine da cidade, durante as eleições de 2020, no curto período eleitoral, cada vez mais, e ainda sob restrição, com máscaras e pouca distância social, os candidatos a vereador e os grupos dos candidatos a prefeito desfilavam com bandeiras, distribuía santinhos,

---

<sup>5</sup> Em campanha, outubro de 2018, o capitão esfaqueado desejou fazer “o Brasil semelhante àquele que tínhamos há 40, 50 anos atrás”. ou seja, marcha a ré, voltar a um tempo anterior à Constituição de 88, ao Estatuto do Desarmamento, ao ECA, à consolidação institucional dos direitos de quilombolas, terras indígenas e LGBTQIAs, aos Planos Nacionais de Direitos Humanos, ao controle de corregedoria das polícias, a volta dos que nunca foram, a volta ao começo do neoliberalismo no mundo, ao fim do nacional-desenvolvimentismo aqui, doutrina morta se compreendem bem o atual modo de organização capitalista-político-cultural. Parece que tem alcançado parte do intento. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/objetivo-e-fazer-brasil-como-era-a-40-50-anos-atras-diz-bolsonaro.shtml>

montavam mesas nos recuos para distribuir material de campanha. Sempre disputada, a via congestionou às vezes, com o comércio aberto progressivamente após o recrudescer da *sindemia* (março/julho de 2020). Pedro Nava (1903-1984) (2012)<sup>6</sup>, neto de maranhenses/cearenses e de mineiras, médico e escritor juiz-forano, exímio memorialista, a descreve. Com alguma adaptação, devido às mudanças socioeconômicas, vislumbram-se duas polaridades, do centro à direita, e extrema, do centro às esquerdas, variadas e variantes:

A Rua Halfeld desce como um rio, do morro do Imperador, e vai desaguar na Praça da Estação. Entre sua margem direita e o Alto dos Passos estão a Câmara; o Fórum; a Academia de Comércio, com seus padres; o Stella Matutina, com suas freiras; a Matriz, com suas irmandades; a Santa Casa da Misericórdia, com seus provedores [...] toda uma estrutura social bem pensante e cafardenta que, se pudesse amordaçar a vida e suprimir o sexo, não ficaria satisfeita e trataria ainda, como na frase de Rui Barbosa, de forrar de lã o espaço e cair a natureza de ocre. (...) Esses estabelecimentos tinham sido criados [...] por cidadãos prestantes que praticavam ostensivamente a virtude [...] A densa melancolia dessas instituições transmitia-se aos que as mantinham – criação agindo poderosamente sobre os criadores e seus descendentes [...]. Já a margem esquerda da Rua Halfeld marcava o começo de uma cidade mais alegre, mais livre, mais despreocupada e revolucionária. [...] Nele [trecho], estavam o Parque Halfeld e o largo do Riachuelo, onde a escuridão noturna e a solidão favoreciam a pouca-vergonha [...] Havia fábricas [...] e a mecânica, onde homens opacos se entregavam a um trabalho que começava cedo e acabavam tarde [...]. Foi dali e do lado do Largo do Riachuelo[...] que vi [...] um bando escuro vir desfilando desajeitadamente na rua Direita, com estandartes, cantos e bandeiras [...] (parecia uma procissão!) e ser dispersado a espalheiras diante da casa de minha avó, que aplaudiu da janela a destreza dos policiais. Ouvi pela primeira vez a palavra greve – ditas por uma de minhas tias, tão baixo e com um ar de tal escândalo, que pensei que fosse uma indecência igual às que tinha aprendido no Machado Sobrinho, [colégio tradicional] e corei até as orelhas [...]. Esse lado de Juiz de Fora revolucionário, irreverente, censurante e contraditor dizia sempre não! ao outro, ao Alto dos Passos – conservador, devoto, governista, elogiador e apoiante. (Nava, 2012, pp. 36, 37 e 38, adaptado) (grifos e observações minhas).

O cenário é outro, não mais disciplinar-industrial. Hoje, a “fábrica” e o “trabalho” é toda sociedade, está em toda ela. As divisórias entre lazer, trabalho e vida dissolveram-se. Somos produtores-consumidores-investidores, necessitados de crédito, atravessados pelas vias de comunicação cibernéticas

6 Um dos celebrados memorialistas, pouco conhecido escritor da geração modernista. Seus livros, *Baú de Ossos*, *Balão Cativo*, *Galo das Trevas*, dentre outros, são comparados ao estilo do grande romancista francês, Marcel Proust, mas, no caso do juiz-forano, com uma mistura política, cultural e religiosa de amplo alcance.

por onde trafegam dinheiro creditício, teoria conspiratória, contratos de serviços/produtos, políticas públicas, *fake news*, pós-verdades, sombras assustadoras da religião do medo/ressentimento, negacionismo da ciência, mas também protestos sociais, diversidade sexual-étnica e religiosa, críticas políticas, *nudes*, insatisfações, xingamentos e memes. Foi pelas infovias, amplas, quase caóticas, múltiplas e polissêmicas – arrestadas por grandes companhias de comunicação - que candidaturas e polêmicas eleitorais passaram e competiram entre si. Caminhos novos fundidos à vida cotidiana, social-econômica, moldados por algoritmos das grandes empresas e pela movimentação, paga ou espontânea, de agentes coletivos e individuais.

Os algoritmos e a ciência dos dados, são coisas que precisam ser discutidas por suas profundas implicações políticas e sociais. A devastação de Donald Trump, que alavancou anúncios e *marketing* nas plataformas, provocou também uma imensa perturbação no sistema político-econômico – integrados transnacionalmente – devido ao nível de *fake news* e pós-verdade. A campanha eleitoral estadunidense de 2020 trouxe problemas sérios. Em 06 de janeiro de 2021, a invasão do Capitólio, símbolo e sede da democracia e da República dos EUA, precipitou um movimento de autorregulação do capitalismo cibernético-financeiro – acossado por processos jurídicos-políticos-econômicos que vão do controle à cobrança de taxas e impostos – sem precedentes, a expulsão definitiva do ex-presidente Trump do Twitter, sem campo preferido, e fechamento dos perfis e canais no Facebook e Youtube.<sup>7</sup> Antes, havia um movimento de controle e crítica – alertas nos vídeos ou no *tuíte*, que afetou também Bolsonaro e deputados bolsonaristas – intensificado com a sindemia de COVID-19. O nível avassalador de desinformação e teorias conspiratórias trouxe o problema da anomia para a ordem socioeconômica mundial. O movimento começou a se refletir sobre o *bolsonarismo*, o blogueiro Allan dos Santos, teve seus canais recentemente bloqueados por violar as diretrizes da rede social; fugido do Brasil por conta dos processos movidos no STF contra os atos antidemocráticos e os ataques à suprema corte brasileira.<sup>8</sup>

Controlar o ferrenho reacionário católico-bolsonarista, amparado por dinheiro público (publicidade estatal) e privado (empresários e grupos extre-

7 Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/02/tuites-de-elon-musk-enlouquecem-mercado-financeiro-e-sao-criticados.shtml>

8 Recentemente, um desembargador paulista ordenou o retorno dos canais. Recuperado de <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/14/justica-de-sp-manda-youtube-restabelecer-canais-de-blogueiro-bolsonarista-investigado-pelo-stf.ghtml>



mistas de direita) é parte de um amplo movimento mundial em andamento desde a primeira década do século XXI. Ainda que de modo indireto e difuso, o movimento incidiu sobre as campanhas político-eleitorais de 2020 Brasil afora e em Juiz de Fora, adentro. Houve boatos/teorias conspiratórias nas redes sociais, mas o nível de *fake news* e pós-verdade no pleito eleitoral não foi elevado, como em 2018 e no decorrer de 2019 com o gabinete do ódio, liderado por filhos de Bolsonaro e assessores próximos. Juiz de Fora mistura provincianismo e cosmopolitismo como nenhuma outra cidade (talvez): daqui saiu uma coluna de soldados comandada pelo general Olympio Mourão Filho, para apoiar o golpe militar de 1964 e foi saudada como heroica por jornais locais (“revolução”); na esquina onde ocorreu a facada em Jair Bolsonaro, antes da sindemia de COVID-19, houve atos religioso-cívicos (bandeira verde-amarela, grupos religiosos e não religiosos); juiz-foranos natos – cantoras lésbicas, poetas modernistas e militantes políticos anti-ditadura/favoráveis à diversidade sexual – ficaram famosos (Ana Carolina, Murilo Mendes, Fernando Gabeira). Em plena ditadura, 1976, nascia o Miss Gay, afamado concurso de beleza/baile/desfile gay, não obstante o reacionarismo civil-religioso da rua “Direita”, personificada contemporaneamente pela nota crítica do arcebispo à Campanha da Fraternidade da CNBB em 2021, um dos poucos a se opor irado e publicamente.<sup>9</sup>

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) subiu de 0,600 para 0,778 (quanto mais perto do hum, mais forte e desenvolvido). Em 1991, era o segundo índice de Minas, atrás de Belo Horizonte, a capital dos mineiros e, no Brasil, estava entre as cinquenta melhores cidades. Nos anos 2000, o terceiro lugar, atrás de Belo Horizonte e Poços de Caldas e a centésima primeira colocação no cômputo geral. Os últimos dados, de 2010, mostram um decaimento, a sétima colocação, atrás de cidades mineiras muito menores e, no geral, 145º lugar. O IDH cresceu, mas o Município perdeu posição por uma constelação de elementos ligados à ordem econômica mundial e regional. A substância urbana-social de juiz-forana é contraditória. O índice de esgoto e

---

9 A campanha ecumênica e voltada a acolhida dos LGBTQIA+ eriçou os reacionários católicos (a inexistente “ideologia de gênero”, fantasia indecente do catolicismo). Num trecho da carta se lê: “Neste ano houve uma grave falha com relação ao texto-base que tem provocado séria polêmica, por apresentar conceitos duvidosos em relação à doutrina social e à Moral cristã, em sua redação e na sua subjacência, sendo a autora adepta de correntes morais não aceitas pela Igreja Católica e nem por grande parte dos nossos irmãos evangélicos. Após ler, ouvir e ver praticamente todos os posicionamentos prós e contra, em consciência, e para ser fiel à Igreja, oriento que o texto-base da CFE 2021 não seja utilizado em nossa Igreja Particular.” Recuperado de <https://www.icatolica.com/2021/02/arcebispo-de-juiz-de-fora-orienta-clero.html>



coleta de água é de 94,1%, alto se comparado com a maioria dos municípios brasileiros e mineiros, a taxa de escolaridade de 6 a 14 anos foi de 98,2%, mas caiu com a sindemia como em todo Brasil. O IDEB varia de 5,6 nos anos iniciais a 4,1 nos anos finais do ensino público. Se, porém, o corte for por classe, raça e gênero, negros/pardos, (mulheres), moradores de periferia e área rural, esses indicadores sofrem um tombo, abre-se um abismo de desigualdade: a população negra em 2015, era 74% das vítimas de homicídios/tentativas e em 2018, a cidade foi classificada como a terceira do país em desigualdade socio-racial<sup>10</sup>.

### ANDANTE MA NON TROPPO E MOLTO CANTABILE

Feita a brevíssima apresentação sócio-histórica, os paradoxos juiz-fo-  
ranos se mostram evidentes nas eleições municipais, se você olhar um qua-  
dro mais panorâmico das forças sociopolíticas em movimento. A sindemia  
de COVID-19 atropelou o mundo, as economias, as vidas e as sociedades, e  
trouxe impactos no quadro eleitoral das disputas em decorrência das medi-  
das de restrição. O vírus é político, em essência, decorre de uma determina-  
da organização socioeconômica da pólis. O caos na sindemia só é possível  
entender, se você imagina uma fusão (metafórica) entre Bolsonaro e o vírus  
– *bolsovírus*<sup>11</sup> – a simbiose realiza os desejos de ambos, um de expandir, en-  
trar em mutação e matar organismos em que se hospeda e outro de elimi-  
nar os “fracos” da Nação (pobres, aposentados, velhos, indígenas, quilombo-  
las, “inimigos”). A naturalização do vírus como fatalidade vai ao encontro de  
sentimentos religiosos comuns, presentes em parcelas de grupos católicos,  
evangélicos e espíritas de matiz reacionário (os três maiores grupos em Juiz  
de Fora, junto com os sem-religião) que, se sentindo atingidos por mudanças  
que não compreendem ou não conseguem assimilar, olham o mundo pelo  
retrovisor, vendo o futuro como o destino de todos nós rumo a um passado,  
puro e idealizado, missão de guerra para eles, mundinho asfixiante para nós.  
Nunca existiu nem antiguidade nem família nem sociedade como eles ro-  
mantizam. A queda-de-braço entre *bolsovírus* e prefeitos, governadores e STF  
(Supremo Tribunal Federal) em relação ao tratamento e gestão da *sindemia*  
em múltiplos aspectos, governo federal na linha eugenista, extenuou a socie-  
dade. O auxílio emergencial, importante para injetar recursos e amenizar as

10 Recuperado de <https://globoplay.globo.com/v/7177920/>

11 A ideia de fusão é de Ghiraldelli (2020). As falas de Bolsonaro evidenciam essa interpre-  
tação, por exemplo, a de que a Covid-19 é para os fracos.

crises da COVID-19, saiu sob pressão da sociedade e do Congresso Nacional sobre o Governo Federal.

Em fins de março de 2020, o ex-prefeito Antônio Almas (PSDB-Partido da Social-Democracia Brasileira), médico, acompanhou as medidas altamente restritivas adotadas inicialmente e, com apoio da Câmara Municipal, fechou comércio em geral, exceto farmácia e mercados, limpeza urbana e serviços essenciais, proibiu aglomerações, sustou o funcionamento de templos religiosos em geral – o que motivou uma reação de grupos evangélicos e católicos carismáticos - e medidas como a imposição de máscaras e distanciamento social. *Pari passu*, os juiz-foranos assistiram à cruzada do Governo Federal em reabrir templos e comércio, acelerar o programa biopolítico eugenista oriundo da fusão entre o vírus e Bolsonaro, demitir dois ministros da saúde, ouvir e ver recomendação de remédios ineficazes, ou pior, causadores de prejuízo, mobilizar a extrema-direita em ataques ao STF e Congresso, desfilas de cavalo em Brasília (maio, 2020), enfim, um caos, de rabo a cabo. O que ocorreu em 2020 é fruto do desdobramento anterior de forças sociais e políticas, forças de centro-direita, PSDB, MDB (Movimento Democrático Brasileiro), PSB (Partido Socialista Brasileiro) e forças de centro-esquerda, PT e outros. Antônio Almas (PSDB), vice-prefeito, assumiu a prefeitura depois que Bruno Siqueira (MDB) renunciou ao segundo mandato obtido em 2016, para se candidatar a senador em 2018 e perder.

### Quadro 1 – Candidatos/Partidos – Pesquisa Estimulada/Voto - Eleitores: 410.339 - 2020

Candidatos	Pesquisa/P 24/09/2020 <sup>12</sup>		Pesquisa/P 10/11/2021 <sup>13</sup>		Voto 1º turno <sup>14</sup>		Voto 2º turno
	%	Rank	%	Rank	Valores	Rank	Valores
Margarida Salomão (PT)	14,32%	3	32%	1	102.489 - 39,46%	1	144.529 – 54,98%
Wilson Rezato (PSB)	22,43%	2	21%	2	59.633 - 22,96%	2	118.349 – 45,02%
Delegada Ione Barbosa (Republicanos)	2,70%	4	12%	3	56.699 - 21,83%	3	
Delegada Sheila (PSL – Partido Social Liberal)	27,7%	1	12%	4	26.068 - 10,04%	4	
Pastor Aloizio Penido (PTC – Partido Trabalhista Cristão)	2,43%	5	1%	5	2.478 - 0,95%		

12 Recuperado de [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/09/24/interna\\_politica,1188563/rezato-sobe-e-delegada-sheila-lidera-pesquisas-prefeitura-juiz-de-fora.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/09/24/interna_politica,1188563/rezato-sobe-e-delegada-sheila-lidera-pesquisas-prefeitura-juiz-de-fora.shtml)

13 Recuperado de <https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/10-11-2020/margarida-assume-lideranca-na-corrída-a-pjf-segundo-o-ibope.html>

14 Recuperado de <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/juiz-de-fora.ghtml> Acesso em 16 fev. 2021

Eduardo Lucas (DC – Democracia Cristã)	0,81%	6	1%	5	4.048 - 1,56%		
General Marco Felício (PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro)	0,81%	6	1%	5	1.813 - 0,70% (Anulado)		
Lorene Figueiredo (PSOL – Partido Socialismo e Liberdade)	0,27%	7	1%	5	2.381 - 0,92%		
Victória Mello (PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado)	0,14%	8	1%	5	353 - 0,14%		
Fernando Eliotério (PCdoB – Partido Comunista do Brasil)	0,14%	8	1%	5	1.807 - 0,70%		
Marcos Ribeiro (REDE)	-	9	1%	5	1.952 - 0,75%		
Indecisos	9,59%				-		
Branco					12.532 - 4,23%	7.992 - 2,75%	
Nulo					24.103 - 8,13%	19.972 - 6,87%	
Ausentes					113.983 - 27,78%	119.497 - 29,12%	
P = posição. Fonte: Elaboração a partir de dados disponíveis em arquivos digitais, 2021.							

Os três primeiros candidatos estavam muito próximos. Se somarmos brancos, nulos e abstenções no primeiro turno, teremos 150 mil votos, 5 mil a mais do que a vencedora. No segundo turno, as abstenções foram maiores e a soma com brancos e nulos deu cerca de 140 mil, o segundo lugar se fosse um candidato. Chama atenção, em relação às eleições anteriores, a presença de candidatos ligados às forças militares/policiais (3), pastor/evangélico (2), empresários (2), professores/sindicalistas (4). O PSB está nas mãos de Wilson Rezatto, um empresário que pela segunda vez tentou a Prefeitura. A situação programático-ideológica do partido é estranha e varia de região para região, ora manco à direita, ora arrastado à esquerda. No pleito juiz-forano, a situação programático-ideológica está mais para centro-direita e, se lemos o “socialismo” inscrito no nome do partido, talvez se desconfie de que houve, um dia, na pia batismal, alguma orientação mais social-democrata. O MDB, que ganhou várias vezes desde os anos 1980 (3 vezes com Tarcísio Delgado e 2 vezes com Bruno Siqueira), chegou desmilinguido e coligou-se com a chapa favorita, a bolsonarista envergonhada. Partidos ligados aos grupos religiosos, como o PSC, não tiveram força para formar chapa. O PRTB lançou um general aposentado. Houve um pastor batista se recandidatando, mas não se moveu muito do lugar, estacado nos dogmas religiosos-liberais. No auge da insurreição reacionária do bolsonarismo, se previu para as eleições de 2020, o favoritismo do NOVO, um bolsonarismo *gourmet*, e do PSL, partido nânico, engordado com as vitórias de Romeu Zema para o Governo de Minas e de Jair Bolsonaro, para a Presidência. O oráculo dizia que, desses dois parti-

dos, saíam os candidatos capazes de abalar o *establishment* de centro-direita alternantes desde os anos 1980, MDB/PMDB, PDSB e PRN/PFL (Partido da Renovação Nacional e Partido da Frente Liberal). A corrida eleitoral trouxe surpresas, se você ler algumas crônicas de políticas locais e os índices iniciais de rejeição da candidata petista, o maior, seguido pela Delegada Sheila, com.<sup>15</sup> As tentativas da esquerda e do PT nunca conseguiram abalar os muros do feudo, mas romperam este ano passado. Uma das favoritas do bolsonarismo, Delegada Sheila, perdeu capital político como um raio caindo do céu, apesar de comportar-se distante das atitudes do mandatário máximo (cloroquina, não-respeito aos protocolos sanitários) e dele distanciar.

O modo de fazer campanha foi um importante elemento. Em geral as campanhas fizeram o formato tradicional quadrado, *close-ups* no candidato com figurantes e lugares-de-sempre. Margarida Salomão saiu do tradicional vermelho do partido, multicoloriu, procurou conversar – ao menos passar a uma impressão mais forte – seguindo as regras (máscaras e distanciamento) com lideranças religiosas (evangélicas, católicas, afro-brasileiras etc.), de bairro, comerciais, industriais, associações, sindicatos e, simultaneamente, divulgar nas redes com uma linguagem propositiva, leve, suave, sedutora. Passou a ideia de consenso e de harmonia, aparando dissensos. De fato, no segundo turno, ela procurou conversar com todos, inclusive partidos e candidatos da direita tradicional (PSB, Republicanos etc.), recebeu apoio de velhas figuras da cidade, como Marcos Pestana (PSDB), ex-secretário estadual. A terceira colocada preferiu permanecer neutra. A sedução como linguagem da política, reduz os sentidos mais ousados, os de expandir direitos e criar outros, os de retirar limites e o aprendizado da divergência/crítica embasadas (Lipovetsky, 2020).

Na pesquisa do IBOPE, sobre rejeição, a ex-reitora da UFJF e a delegada bolsonarista tinham taxas, respectivamente, de 47% e 43%. O empresário quase socialista tinha 17%. Parecia uma fava contada, o resultado... No calor da campanha, uma mescla de elementos nacionais e locais produziram um fenômeno pouco comum. Um mês depois, em 10 de novembro, os índices estavam assim: Sheila manteve alta rejeição, 47%, Margarida Salomão caiu para 33% e Wilson Rezato subiu para 26%.<sup>16</sup> Os tropeços constantes do empresário que largou em segundo e a proximidade da candidata que largou em

15 Recuperado de [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/09/24/interna\\_politica,1188563/rezato-sobe-e-delegada-sheila-lidera-pesquisas-prefeitura-juiz-de-fora.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/09/24/interna_politica,1188563/rezato-sobe-e-delegada-sheila-lidera-pesquisas-prefeitura-juiz-de-fora.shtml) A margem de erro era de 3.6% nas pesquisas de opinião.

16 Recuperado de <https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/10-11-2020/margarida-assume-lideranca-na-corrida-a-pjf-segundo-o-ibope.html>

primeiro com o bolsonarismo, provocaram uma grande divisão nos votos da centro-direita. Durante o ano de 2019, o *lavajatismo* de classe média desembarcou da coalizão de poder que havia endossado. Na sindemia de COVID-19, o afastamento das elites e classes médias se mostrou maior. A subida vertiginosa da candidata que largou em quarto lugar, a também delegada, Ione, mostrou que parte do eleitorado – quiçá antipetista – buscou um nome que tivesse alguma substância propositiva, mas não fosse comprometido com a perspectiva bolsonarista.

O comportamento biopolítico governamental ao longo de 2020 – menosprezo/deboche, conflitos com o STF, governadores e prefeitos a respeito da gestão *sindêmica*, legislação caótica – trouxe desgastes imensos, embora se argumente que as campanhas municipais não tenham relação direta com o plano federal. Um dos fatos lembrados por analistas políticos foi o uso público da fala e dos canais de comunicação pessoais do presidente – que de certa forma ele trata como meios “oficiais” de comunicação – para divulgar candidatos bolsonaristas ou simpáticos à insurreição política reacionária. A maioria absoluta perdeu, poucos foram eleitos. A delegada, que largou como primeira colocada nas pesquisas eleitorais, simpatizante do bolsonarismo, não trouxe Bolsonaro para diante, mas arrecadou quase R\$ 1,8 milhão do fundo eleitoral, menor apenas do que Alexandre Kalil, em Belo Horizonte; todavia, chegou em quinto lugar.<sup>17</sup> A velha lição de Hegel na metáfora da coruja que levanta voo ao entardecer, ou seja, a compreensão se faz melhor *a posteriori*, quando os fluxos da história, da sociedade e da vida começam a passar e dirigir-se ao pôr-do-sol, pôr do sol, é sempre válida e útil... Ou a imagem marxiana da toupeira, animal que cavouca a terra sem que seja percebido, mas que, num átimo, emerge e, de inopino, desabrocham, os túneis multicoloridos, antes ocultos.

## ADAGIO QUASI UN POCO ANDANTE

Dois pontos importantes merecem ser discutidos. Ao longo desse, e de processos passados, permanece uma incógnita, a democracia partidária interna, sempre desprezada e mal analisada e a identidade programático-ideológica. Poucos são os diretórios, com maior estabilidade jurídica e mandato, e muitos são os partidos que têm comissões provisórias, ao sabor do poder dos caciques regionais e nacionais. As prévias partidárias entre candidatos em Juiz de Fora, ou foram *pró-forma*, ou não ocorreram, imperando conchavos

17 Recuperado de <https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/23-10-2020/candidatura-de-sheila-e-a-segunda-que-mais-recebeu-recursos-publicos-em-minas.html>

ou de indicações a partir de cúpulas. O diálogo com as bases, os movimentos e associações da sociedade, movimentos sociais organizados, sindicatos, formas tradicionais de representação, é restrito, ainda que partidos, como o PT, tenham nascido de uma intensa democracia social-participativa e ainda lutem para preservar alguma ligação. Os partidos tiveram dificuldade para fechar a lista de candidatos a vereador, segundo as exigências legais, em especial a cota feminina. Alguns tiveram menos, os mais solidamente estabelecidos ou com maior atuação coletivo-organizativa.

Não se tem notado que a base produtivo-social mudou aterrorantemente, com a falência da sociedade industrial e ascensão do império neoliberal-financeiro-midiático, dividido em dois projetos em disputa, a face nacional populista e a neoliberal (radical ou mitigada). As esquerdas ainda estão patinando, embora sejam importantes. Nessa nova formação, gerada ao longo de décadas, os indivíduos estão soltos de bases coletivas institucionais, fragmentados em seus múltiplos interesses, *uberizados*, baixa qualificação, em serviços desregulados, instáveis. Uma enorme massa desagregada se move fluidamente sob as ideologias do autoempreendedorismo e do narcisismo, alavancadas por igrejas evangélicas cheias de teologia da prosperidade. Os aplicativos e as bolhas de identidade na internet – gerando as matilhas fascistas de cancelamento, pela direita e pela esquerda – fornecem alguma sensação de pertença, mas não são capazes de gerar uma conversa coletiva em torno de programas políticos de mudança social-econômica. Os partidos políticos sofrem. O problema afeta, inclusive, a renovação de quadros – intelectuais, lideranças, militância – em partidos com maior clareza de proposta e história político-partidária. Margarida Salomão foi candidata durante anos. Nas eleições de 2020, houve uma estratégia nacional – de alguns partidos de centro-esquerda – em ir para disputa eleitoral com o maior número possível de quadros mais experientes, ou ligados às burocracias partidárias internas. Por uma conjunção entrelaçada (contexto local e nacional), a estratégia não deu certo na maioria das cidades. Houve nítidas perdas do PT e poucos avanços para as esquerdas, com destaque para o PSOL. Por questões eleitorais, a maioria dos partidos lançou candidatos próprios.

Sobre a questão da democracia partidária e prévias, o caso do Partido Verde, que deu à coligação vencedora o parceiro de chapa, a história pode servir para pensar os processos extremamente difíceis dos partidos políticos brasileiros. O atual vice-prefeito, eleito em 2020, era vereador e pertenceu ao MDB. Segundo algumas narrativas, a prefeita teria convidado o empresário Kennedy Oliveira a entrar no PV para ser o vice de sua chapa; mas, antes da

entrada dele, estava o grupo que defendia uma candidatura própria, minoritário em relação ao grupo maior, que defendia o acórdão. O grupo minoritário, do qual fazia parte, egresso da REDE, era constituído em torno de 10 pessoas, entre professores (federais, estaduais e municipais), enfermeira, aposentados, procurador da fazenda nacional, dentre outros. Antes da entrada do novo filiado, realizou-se uma consulta a alguns membros se haveria algum problema se o empresário ex-emedebista entrasse. A maioria não viu impedimentos. O conflito entre os dois grupos deflagrou-se e, embora o estatuto não previsse a realização de prévias, dando o poder de decisão à maioria da comissão provisória, foi realizada uma consulta entre os filiados para escolher entre confirmar a coligação com o PT ou apresentar um nome a prefeito, na época, Daniel Giotti.<sup>18</sup> A maioria decidiu a partir de cúpulas partidárias, diretórios/comissões provisórias ou assembleias *pró-forma*. Do partido ganhador, do partido que chegou em segundo lugar, e da maioria dos outros, não houve notícias de prévias vivas, disputas vibrantes, que aumentassem a qualidade das conversas sobre planos e propostas de bem-estar social. As burocracias possuem a tendência, em especial a dos partidos, de autonomizar e procurar sobrevivência própria. A ligação com a sociedade, movimentos sociais, com o novo mundo do trabalho (precário e frágil) se torna fragmentada, personalista, menos orgânica e mais submetida a dinâmicas de *marketing* e da sedução política estéril (Lipovetsky, 2020).

## Quadro 2 – Candidatos/ocupação e planos de governo registrados no TSE - 2020

Candidatos/Ocupação	Vice/Ocupação	Documento/Plano de Governo
		Mote
Margarida Salomão (PT), deputada federal, professora e ex-reitora da UFJF	Kennedy Ribeiro (PV), vereador, empresário	Juiz de Fora vale a pena (3 págs.)
Wilson Rezato (PSB)	Alexandre Nocelli (DEM), coronel da reserva, da PM	Juiz de Fora é meu amor (11 págs.)
Delegada Ione Barbosa (Republicanos), delegada de polícia civil.	Rodrigo Gherard (PSDB), economista	Plano de Governo da candidata Ione Barbosa (13 págs.)
Delegada Sheila (PSL), deputada estadual e ex-delegada.	Júlio Obama JR (Podemos), vereador	Sim para Juiz de Fora (52 págs.)
Pastor Aloizio Penido (PTC), pastor, líder da primeira Igreja Batista de Juiz de Fora	Fabíola Espanhol (PTC) advogada	Desperta JF (10 págs.)
Eduardo Lucas (DC), empresário.	João A. Carreira (DC), advogado	- Indisponível -
General Marco Felício (PRTB), general reformado	Paulo Tristão (PRTB) policial militar	Juiz de Fora rumo a excelência (14 págs.)
Lorene Figueiredo (PSOL) Professora da UFJF	Luiz C. T. Martins (PCB), servidor público	Outra cidade é possível (124 págs.)

18 Recuperado de <https://tribunademinas.com.br/especiais/colunas/painel/30-05-2020/eleicao-pode-ter-numero-recorde-de-candidatos-a-prefeito.html>

Victória Mello (PSTU), sindicalista e professora	Célia Maria (PSTU), servidora aposentada	Uma alternativa socialista para Juiz de Fora (28 págs.)
Fernando Eliotério (PCdoB) Servidor público	Wellington Alves (PCdoB), ex-conselheiro tutelar,	Novos caminhos para Juiz de Fora (41 págs.)
Marcos Ribeiro (REDE), advogado	Matheus Soares (?)	Povo em Primeiro Lugar (14 págs.)

Fonte: elaborada pelo autor com base em dados do Portal G1-Notícias, 17/09/2020<sup>19 20</sup>

Os planos de governo são uma das exigências legais para as candidaturas e dão alguma noção de como o governo eleito se conduzirá ou pretende conduzir sua administração – as prioridades, as primeiras ações, a bússola ideológico-política da gestão. De chofre, chama logo a atenção a exiguidade em geral dos documentos iniciais apresentados ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), em especial, o plano da coligação vencedora, PT/PV, em relação ao calhamaço do PSOL, muitas vezes mais detalhado. Planos genéricos permitem esquivar-se de futuras cobranças e margem de manobra para composições políticas. “Gestão” é um termo que aparece frequentemente, ora associado a uma perspectiva mais empresarial/privada, ora a uma perspectiva mais social-igualitária. A leitura dos textos deixa uma sensação estranha, a de desencaixes entre horizontes ideológicos e a apresentação das proposições. No plano de governo do pastor Aloísio Penido (PTC), você pode ler: “vamos criar o orçamento e o Planejamento Participativo digital e Regionalizado, visando dar um caráter participativo também ao planejamento da cidade”.<sup>21</sup> Por outro lado, fala em parceria com a iniciativa privada em quase todos os campos e não há menção de laicidade ou religião, muito menos de diversidade sexual ou intolerância/tolerância religiosa e laicidade estatal.

A coligação PT/PV, ao menos no plano mais completo, com 71 páginas, apresentado na página eletrônica da candidatura, afirma: “Uma Juiz de Fora na direção da transição ecológica é aquela que busca o pleno emprego, a geração de renda e a universalização de direitos fundamentais por meio do acesso a serviços públicos para todas e todos [...]” (p. 5).<sup>22</sup> O diagnóstico rigo-

19 Recuperado de <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/eleicoes/2020/noticia/2020/09/17/candidatos-a-prefeito-de-juiz-de-fora-nas-eleicoes-2020-veja-quem-sao.ghhtml> Acesso em 17 fev. 2021. (Quadro 2)

20 Recuperado de <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/eleicoes/2020/noticia/2020/09/28/eleicoes-2020-conheca-os-planos-de-governo-dos-candidatos-a-prefeitura-de-juiz-de-fora.ghhtml> Acesso em 17 fev. 2021. (Quadro 2)

21 Recuperado de <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/eleicoes/2020/noticia/2020/09/28/eleicoes-2020-conheca-os-planos-de-governo-dos-candidatos-a-prefeitura-de-juiz-de-fora.ghhtml>

22 Recuperado de <http://margaridasaloma.com.br/wp-content/uploads/2020/11/>



roso aponta a piora nos índices de educação e mortalidade infantil, coleta de esgoto e resíduos, além de queda em outros índices. São citadas a Constituição de 1988, a participação popular, conselhos municipais, políticas públicas, população LGBTQIA+ e ampliação de seus direitos, diversidade/tolerância religiosa, com o compromisso de instituição de um Comitê Municipal de Respeito à Diversidade Religiosa, a reafirmação da laicidade estatal e uma crítica indireta ao governo federal “teocrático” (p. 58). Ao final, são elencados os nomes que contribuiram para a confecção do plano de governo.

O plano da favorita para vencer as eleições, se você acreditasse na uniformidade do impacto bolsonarista em realidades locais, estava alicerçado em uma das maiores coligações – que reuniu PSL, Podemos, Patriota, PTB, MDB, PP e Solidariedade – começa com um chamado ufanista “localização privilegiada, povo acolhedor e potenciais infinitos” (p. 1).<sup>23</sup> Os eixos – cidade sociável, saudável, segura e sustentável – são alinhavados por conceitos como governo eficiente e ferramentas estratégicas, uma visão empresarial. Trata o coronavírus como emergência sanitária sem precedentes e enfatiza a grave crise econômica ocasionada. O documento é simpático ao SUS e aos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), mas sob uma óptica liberal; mas acrescenta o objetivo de “incluir as pessoas para que elas possam viver a cidade com dignidade, independente de idade, sexo, raça e orientação sexual” (p. 30). Não se abordam, em específicos tópicos, a laicidade, a religião ou direitos LGBTQIA+. Apresenta o mantra de sempre, ajuste nas contas públicas, reestruturar a administração, desburocratizar e informatizar. Abre brecha para a escola cívico-militar, um modelo disciplinar ultrapassado. Observe o leitor que as escolas militares brasileiras – fundamental e superiores – não seguem a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), em especial, as diretrizes das ciências sociais e humanas, criando uma bolha de pensamento que tolhe a riqueza das críticas e das múltiplas perspectivas de compreensão.

O plano do PCdoB<sup>24</sup> se estruturou-se em cinco eixos, cidade educadora, cidade saudável, cidade produtora e consumidora sustentável, cidade de gestão democrática e cidade articulada. Ideias de justiça e igualdade social, trabalho, respeito aos direitos e a diversidade e as minorias: “A cidade como ambiente educador deverá experimentar mais as relações democráticas, efetivar mais a participação cidadã e cultivar mais o respeito pela nossa diversidade

---

[EBOOK-PG-MARAGARIDA-20200911-CURVAS.pdf](#)

23 Recuperado de <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/MG/47333/2030402020/130000676301/pje-89872280-Proposta%20de%20governo.pdf>

24 Recuperado de [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/MG/47333/426/candidatos/283694/5\\_1600982952443.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/MG/47333/426/candidatos/283694/5_1600982952443.pdf)

humana e suas diferentes manifestações culturais, religiosas, intelectuais, políticas, econômicas e sociais [...]” (p. 4).

A coligação entre PSOL/PCB inicia o plano com o mote “Uma cidade solidária para aqueles que trabalham, lutam e sonham”<sup>25</sup>, assim como o plano do PSTU, que começa com uma crítica às desigualdades sociais, ao Governo Federal e à gestão da COVID-19, cita as milhares de mortes por COVID-19 e as suspeitas, critica a concentração de riqueza, inflação, extrema-direita, feminicídio, violência contra os LGBTQIA+, os limites do pensamento liberal. Ressalta a metodologia horizontal de construção do programa reunião horizontal com pesquisadores, trabalhadores dos mais diversos setores, juventude e lideranças comunitárias. Afirma que Juiz de Fora reproduz essa dinâmica e se posiciona como a terceira mais desigual do país, se se considera a questão racial-étnica. Faz um diagnóstico demorado das condições econômicas e sociais (desindustrialização, mortalidade infantil, desemprego, PIB, saúde, pobreza, renda etc.). As propostas são amplas: cobrem de renda, educação, segurança, meio-ambiente, esporte/lazer, assistência social, cooperativas, plano de obras, políticas públicas de combate ao racismo, às opressões relacionadas ao gênero, à LGBTQIA+fobia, garantindo acesso igualitário de todas as pessoas à administração pública; auditoria geral e revisão das contas e contratos, orçamento participativo-popular com assembleias populares, projetos ambientais, saneamento, habitação, transição agroecológica, proteção animal, SUS, humanização do parto (doulas), concurso público, comitê interinstitucional municipal de justiça restaurativa, rede de atenção às pessoas egressas do sistema prisional, desmilitarizar/reestruturar a Guarda Municipal, converter imóveis públicos e subutilizados para fins de interesse social etc.

O plano da candidatura dos Republicanos, teve como mote “Nossa cidade em boas mãos” e misturou uma tendência de centro com marcas liberais: empreendedorismo, gestão eficiente, propostas de fortalecimento de políticas públicas (CRAS, UPA, verbas federais e estaduais, conselhos comunitários e municipais), política específica para as mulheres (construção da casa da mulher, guarda municipal feminina, lavanderias públicas), inclusão digital, saneamento urbano.

O candidato da REDE/Avante<sup>26</sup> baseou o plano de governo nos 17 objetivos sustentáveis da ONU (Organização das Nações Unidas). Propôs orçamen-

25 Recuperado de [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/MG/47333/426/candidatos/808230/5\\_1601075248801.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/MG/47333/426/candidatos/808230/5_1601075248801.pdf)

26 Recuperado de <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/MG/47333/2030402020/130001168383/pje-4f0a18ba-Proposta%20de%20governo.pdf>

to participativo com audiências itinerantes, auditoria de contas nas empresas públicas municipais, dentre objetivos múltiplos. O mote triplo, “cidades economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas”, derivado dos programas da ONU, colorem o plano com o matiz centrista. Ao final, na saudação, um traço que aponta para a identidade religiosa evangélica do candidato: “Fiquem com Deus e que ele nos ilumine nessa caminhada!”.

O plano do general reformado adota tons alarmistas, e conclama: “a Pátria está em perigo, assolada pela corrupção e por todo tipo de desmandos, permeando elites e imprensa, que se revelam não patrióticas e contrárias aos interesses nacionais” (p. 3).<sup>27</sup> Por outro lado, reconhece o SUS como importante para a saúde pública, menciona o aperto orçamentário, critica a desorganização de ações para combater a COVID-19, mas, sem criticar o *bolsovírus*, um dos responsáveis maiores. Em relação à educação, propõe, a adoção da escola cívico-militar, dentre outras medidas.

A maioria dos planos contemplou os eixos de ecologia, mobilidade urbana, economia, gestão governamental, sustentabilidade, segurança, saneamento, educação e saúde públicas, esporte/lazer. Não identifiquei anticiência e traços do bolsonarismo radical, mas, ao ler com atenção – os não-ditos, os interditos, as entrelinhas, os matizes – é possível dividir os planos de centro-direita em mais próximos da proposta nacional-populista-reacionária, com acentuação de questões morais, corrupção, e os mais próximos da proposta neoliberal, com dois matizes, uns mais centristas, outros menos. Em geral, os planos da direita não discorrem sobre a COVID-19 (mortos e mortes por síndromes agudas respiratórias desconhecidas, impactos, auxílio governamental). Por outro lado, nesses planos, ainda que mitigado, o Estado é apresentado como um grande gestor, indutor e/ou organizador social/urbano nas mais diversas áreas. Os planos de governo das esquerdas acentuam a questão da crise humanitária-social da COVID-19, criticam a concentração de riqueza e desigualdade social, pedem maior participação social, popular e comunitária (fora ou dentro dos canais existentes), enfatizam concursos públicos. Quase todos os planos preveem parcerias com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

## **ALLEGRO MA NON TROPPO, UN POCO MAJESTOSO**

A candidata favorita foi perdendo fôlego, mas a outra delegada, não diretamente vinculada ao bolsonarismo, subiu vertiginosamente. Ao final, hou-

<sup>27</sup> Recuperado de [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/MG/47333/426/candidatos/391323/5\\_1601072033322.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/MG/47333/426/candidatos/391323/5_1601072033322.pdf)

ve uma divisão dos votos de centro, direita e extrema-direita entre três candidatos, o empresário e as duas mulheres oriundas das corporações policiais. A candidatura do Republicanos quase ultrapassou a do empresário da construção civil. O alto índice conjugado de ausências, brancos e nulos favoreceu a candidatura mais mobilizada, e a que conseguiu diminuir a rejeição, a de Margarida Salomão por uma série de elementos combinados, esforços de campanha e situação contextual. A maioria dos candidatos seguiu o receituário-padrão de exposição, com algumas focalizações específicas, por exemplo, com a favorita do bolsonarismo, postando encontros com eleitores e realizações de seu mandato. As restrições de circulação por causa da sindemia, ampliaram e aprofundaram o uso das redes sociais. Todos, ao estarem em locais públicos, usavam máscaras e guardavam algum distanciamento social, às vezes suprimido no calor dos embates e da campanha. A candidata do PSOL causou boa impressão nos debates: assertividade das propostas, divergência do receituário neoliberal restritivo – chegou a propor auditoria das dívidas – a rapidez dos claros raciocínios, às vezes cortantes. O uso de linguagem de *comics* nas redes sociais, um contato livre e direto com o eleitor, respondendo comentários em suas redes sociais, trouxe a ideia da sedução da política. A candidata petista fez contato direto com lideranças em geral, grupos religiosos, sindicatos patronais e de trabalhadores e população, enfocou bairros/regiões em postagens com belas fotos panorâmicas e a resolução de problemas locais, desde limpeza/capina de ruas e lotes a tapa-buracos.

Um dos fatos mais comentados da campanha foram as gafes. Sempre rendem comentários infundados nas redes sociais e nas redes de *uatsaps* (familiares, amizade, partidos etc.). Podem contribuir, porém, para uma derrota. O empresário da construção civil, ao falar numa entrevista à TV Alterosa, sobre soluções urbanas, ainda durante o primeiro turno, mostrou uma visão que pareceu elitista e ignorante: ele negou que haveria uma boa solução para os problemas urbanos, comentou ter visitado Dubai e afirmou que a cidade deveria caber entre “entre o Seminário Santo Antônio e o Manoel Honório”.<sup>28</sup> Foi um desconcerto e um zurro de ignorância, desconhecimento da cidade (periferias, problemas urbanos, pobreza, desemprego, gentrificação etc.). O peso da gafe foi imenso, ela foi usada exaustivamente em memes e programas eleitorais dos adversários. O empresário “quase” socialista gastou muita energia para tentar explicar-se e, com as pressões, evitou ir aos debates organizados pela

---

28 Recuperado de <https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/03-11-2020/justica-nega-pedido-de-direito-de-resposta-de-wilson-rezato.html>

afluída da TV Globo com todos os candidatos e candidatas no primeiro turno. Compareceu, todavia, aos do segundo turno. As baterias de guerra da antes favorita se voltaram contra o candidato empresário. Disputava-se quem iria com a petista para o segundo turno. Havia a impressão de que ela perderia, por conta das últimas tentativas eleitorais perdidas, pelo antipetismo etc. Cabe um comentário sobre a forma dos debates: ruim, pequena, quadrada, engessada, não favorece argumentações/raciocínios, ao contrário, estimula memes, frases de efeito, retórica genérica e duelos verbais.

No segundo turno, voltaram os boatos sobre a então candidata, em especial, procurando indispor-la com o público evangélico, apelando para questões moralistas, aborto, orientação homossexual, nunca assumida por ela publicamente em campanha (ao que parece), e as velhas acusações contra as esquerdas: aborto e casamento homoafetivo. Nas últimas duas eleições que disputou (2012, 2016), esse foi um ponto crucial. Nesse aspecto, a campanha midiático-informática da vencedora trouxe uma inovação: uma central no *uatsaps*/redes sociais, para recolher denúncias de boatos, *fake news* etc. e rebatê-los. No dia 26 de novembro de 2020, finalzinho do segundo turno, saiu nas redes e nas páginas do PT um Manifesto pela Tolerância Religiosa<sup>29</sup> assinado por mais de 100 pessoas, entre padres, católicas e católicos, budistas, candomblecistas, umbandistas, sacerdotes/diáconos evangélicos (metodista, quadrangular, anglicano etc.), sacerdotes católicos e de umbanda/candomblé, espíritas e espiritualistas. Foi uma reação à crítica feita por grupos evangélicos da ida da candidata a locais de culto afro-brasileiros. A maioria, no entanto, era de católicos, inclusive uma que assinou como católica da igreja da libertação. Em poucas campanhas eleitorais se viu manifestos com repercussão capilar nas redes e *uatsaps*. No tom, você pode ver uma linguagem mais universalista muito parecida àquela contida na maioria dos planos de governo:

Nós, pessoas de fé, representantes da diversidade religiosa presente em Juiz de Fora subscrevemos esse documento, vimos a público nesse momento decisivo para a história de nosso município, nos manifestar em favor da vida e dignidade humanas, do encontro, do diálogo e em respeito a essa diversidade e conclamamos o apoio à candidatura de Margarida Salomão e Kennedy Ribeiro à prefeitura de Juiz de Fora! Representamos a diversidade com que o Sagrado se manifesta na vida humana, na forma de um Amor que não faz distinção entre as pessoas seja por sua condição

---

29 Recuperado de <http://margaridasalomao.com.br/manifesto-da-diversidade-religiosa-em-apoio-a-margarida-prefeita/>, Recuperado de <https://pt.org.br/margarida-salomao-sai-na-frente-em-juiz-de-fora-e-e-a-favorita-para-vencer-a-disputa-no-2o-turno/>

social, sua cor ou seu gênero, que antes quer cuidar de toda criatura e que espera de nós o mesmo cuidado, uns pelos outros e por toda a Criação, pois acreditamos que Ele habita em cada um e em cada ser! [...] Nesse sentido, a laicidade do Estado precisa ser cada vez mais ratificada, seja para lembrar que não vivemos numa teocracia (como faz parecer o governo central), seja para reforçar que é seu dever defender o direito à liberdade de confissão e de expressão religiosa, com ações afirmativas que promovam a participação igualitária das religiões na realidade social e cultural da cidade e desenvolvam nas pessoas o respeito e a valorização à diversidade religiosa, disseminando uma cultura da paz, da justiça e do respeito às diferentes crenças e convicções. O Programa de Governo Participativo da candidatura de Margarida e Kennedy se compromete com essas ações em nossa Juiz de Fora, por meio do enfrentamento à intolerância e da defesa do direito ao livre exercício das diversas práticas religiosas, da promoção e apoio às festas e celebrações, bem como das iniciativas de assistência social e promoção humana realizadas em seus templos, salas, salões e terreiros, além da democratização dos usos dos espaços públicos.<sup>30</sup> (grifo meus).

A acirrada disputa do segundo turno reativou velhos boatos que circulam contra as esquerdas desde a eleição presidencial de 1989: restrição da liberdade religiosa, estímulo ao aborto etc. Foram acrescentadas acusações de corrupção (antipetismo) e a pecha do desastre econômico do governo Dilma. Não surtiu efeito, por óbvio.

Em relação à campanha para vereador, em cidades médias e grandes, ela se torna pulverizada e dispersa, embora, ao final, as forças políticas se catalisem em formações mais ou menos claras. O folclore midiático trouxe à tona candidatos como o Ranger Verde, que ganhou mídia, mas, quem levou o pleito foram recandidaturas, candidatos ligados a coletivos e grupos tradicionais e fisiológicos (currais eleitorais) ou os ligados à luta político-social. Foram cerca de 603 candidatos para 19 vagas. Dos dados do TSE se pode extrair um perfil claro: homem, branco, casado, com superior e/ou médio completo, entre 30 e 50 anos. Pardos e pretos, ou negros de cor clara e negros, segundo algumas denominações não oficiais, totalizaram 14,5% e 25,5% respectivamente. Em relação ao gênero, 32,5% são mulheres. No geral, a pesquisa exploratória em perfis nas redes sociais que realizei, apontou, *grosso modo*, a defesa de questões locais/específicas (ruas/limpeza, lixo, trabalho, creche), mesclada com questões morais (costumes, drogas, disciplina, corrupção), identitárias (direitos de minorias, animais), do mantra da austeridade (corte de gastos, déficit fiscal) e do da eficiência (tecnologia de gestão).

<sup>30</sup> Recuperado de <http://margaridasalomao.com.br/manifesto-da-diversidade-religiosa-em-apoio-a-margarida-prefeita/>

Na Câmara eleita, dentre os dezenove membros, quatro são mulheres, ou seja, aproximadamente 20%. A renovação de mandatos foi mais ou menos 52% (9 reeleitos). Em termos sexo/raciais, a brancura masculina ou branquitude predomina. Dois pardos, um homem e uma mulher. Durante a pesquisa, olhei as fotos dos vereadores e a do que se autodeclarou pardo, um médico reeleito, não condiz. A tez e os cabelos brancos não podem ser mais caiados. Há apenas um negro, de orientação direita-conservadora. Há muito o que se pesquisar sobre a orientação político-social, se à direita (e qual direita, fisiológica, reacionária, liberal-conservadora) ou à esquerda (e qual, clássica, trabalhista, identitária-coletivista) e tampouco de ideias, o que fazer, na Câmara. Há o que se pensar sobre a relação entre orientação político-social e cor/etnia/sexo. As ideias identitárias que interligam – ontologicamente - uma suposta identidade tornada natural a uma “natureza” reacionária, conservadora ou revolucionária, são cambetas, fracas, ruins.

### Quadro 3 – Câmara Municipal Eleita – 2020

Vereador	Partido	Votação	Ocupação	Sexo/Cor
Cida	PT	6.045 votos	Servidora pública municipal	M/B
Cido Reis (R)	PSB	5.459 votos	Político profissional	H/P
Julinho	Patriota	5.328 votos	Militar reformado	H/B
Marlon Siqueira (R)	PP	4.148 votos	Político profissional	H/B
Maurício Delgado	DEM	4.106 votos	Comerciante	H/B
André Luiz	Republicanos	3.813 votos	Outras	H/B
Dr Antônio Aguiar (R)	DEM	3.614 votos	Ligado ao ramo da saúde, médico.	H/P
Tiago Bonecão	Cidadania	3.535 votos	Administrador	H//B
Bejani Junior	Podemos	3.503 votos	Vendedor, filho de ex-prefeito	H/B
Zé Márcio Garotinho (R)	PV	3.327 votos	Servidor público municipal	H/B
Pardal (R)	PSL	3.305 votos	Político profissional	H/B
Juraci Scheffer (R)	PT	3.055 votos	Político profissional, Eleito presidente da Câmara (2021)	H/B
Laiz Perrut	PT	2.997 votos	Professora Ensino Médio, assessora sindical, militante movimentos sociais	M/B
João Wagner Antoniol	PSC	2.993 votos	Militar reformado	H/B
Tália Sobral	PSOL	2.948 votos	Professora ensino fundamental/ LGBTQIA+	M/P
Sargento Mello Casal (R)	PTB	2.783 votos	Político profissional/militar/policial	H/B
Katia Franco Protetora	PSC	2.697 votos	Dona de casa/direitos dos animais	M/B
Vagner de Oliveira (R)	PSB	2.512 votos	Político profissional	H/B
Nilton Militão (R)	PSD	2.185 votos	Político profissional	H/P

R = reeleito. Sexo/cor autodeclarados. M = mulher. B = branco. P = pardo. N = negro. H = homem.

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados disponíveis em arquivos digitais, 2021.



O PSOL ganhou uma vaga na Câmara Municipal, espelhando o avanço registrado no Brasil, em especial em Belém, São Paulo e Rio de Janeiro. Por outro lado, MDB e PSDB, que governaram a cidade 8 vezes com muita presença na Câmara, foram varridos em 2020. É nítido o predomínio da direita – Podemos, PTB, Cidadania, DEM, Republicanos, Patriota, PSC, PP, PSL, PSD – com 12 vereadores, e um contraponto de centro-esquerda – PT, PSOL, PSB, PV – com 7 vereadores.

## ADAGIO MA NON TROPPO

À frente da nova prefeita há contradições profundas a serem geridas, ligadas a estruturas maiores e mais globais. Por outro lado, a posição das esquerdas em meio à ausência de uma utopia alternativa de sociedade e modo de vida as torna ambíguas, ambivalentes, compondo institucionalmente com a centro-direita. No programa de governo vencedor, se pode notar a questão da democracia participativo-social, a ênfase em minorias, políticas públicas de educação, habitação, renda e sustentabilidade; por outro lado, há a pressão socioeconômica dos limites do tipo de capitalismo e seu modo da gestão, por exemplo, a restrição fiscal – derivada do processo de drenagem dos recursos estatais para a mais-valia relativa do capital financeiro. São muitas as consequências do processo de mudanças estruturais no capitalismo, que se tornou mundial, financeirizado, digitalmente hiperconectado (integração de cadeias socioeconômicas), transnacional e neoliberal, a partir dos anos 1970 e, dos anos 1990, no Brasil. Sob governos de esquerda (2002-2016), o neoliberalismo foi amenizado, mas não contraposto por uma via social-democrata ou outra qualquer, por exemplo, ecológico-socialista.

A organização capitalista neoliberal, no entanto, estava em crise, piorada com o prolongamento da sindemia do novo coronavírus (Saad Filho & Moraes, 2018; Saad Filho, 2020). O movimento do capital, em busca contínua da autorreprodução irracional (mais-valia pela mais-valia), usa o Estado como fator de acumulação (via reformas neoliberais), está enredado em dois projetos/propostas em competição. Um mais nacional-populista, representado por Trump (EUA), Erdogan (Turquia), Orbán (Hungria) e outro, mais neoliberal, com maior ou menor ênfase na mitigação dos graves problemas decorrentes, a miséria, a desigualdade social, a violência. Dentro desses projetos, há matizes, puxando mais para um aspecto e menos para outro. A contradição desdobra-se em mais contradição, por exemplo, o projeto nacional-populista de direita globalizou-se, exportado por Steve Bannon. Os destroços dos projetos são encontrados nos planos de governo das candidaturas de direita,



mas mais em alguns – PRTB, PSL-DEM, Republicanos – menos em outros. As candidaturas de esquerda absorvem e/ou tentam amenizar os impactos neoliberais financeiros globalizantes com maior ou menor força (PT/PV, PCdoB, PSOL) ou tateiam respostas vetustas, lastreadas em dicotomias não mais válidas (capital nacional contra capital internacional, leninismo/estalinismo) e sem noção das novas realidades do trabalho, do capital e das tecnologias sobre a sociedade, a subjetividade e as formas de luta coletiva (PSTU/PCB).

O atual governo federal, se assenta sobre uma contradição: os dois projetos disputam espaço. De Bolsonaro e sua trupe, de Olavo de Carvalho, Ernesto Araújo aos patriotas juiz-foranos que rezavam na esquina da fachada, você notará os destroços da face nacional-populista e seu cortejo de assombrações: ressentimento das perdas sociais, velhas indústrias, extrativismo selvagem, nostalgia reacionária, produção em massa de *fake news*/pós-verdade. Nas letras do médico-escritor juiz-forano, seria a margem direita do rio Halfeld. De Paulo Guedes a Faria Lima/IESP/empresários; das associações comerciais locais à grande imprensa, você perceberá os destroços da face neoliberal e seu cortejo de fantasmas gulosos, sem pátria, sem *locus*, transnacionais, os projetos de fiscalização da verdade (controle das *fake news*), privatização e reformas (trabalhista, administrativa, tributária, previdenciária) ao lado da promoção da diversidade sexual-religiosa-étnica, mas dentro dos limites do capitalismo global-financeiro. Nas páginas de Pedro Nava, seria quase a margem esquerda, oblíquo; mas, se tem algo que é sertão bravio, são as contradições. Sob o comando de Ernesto Araújo, ex-chanceler, o caipira antiglobal, orgulhoso do movimento global da extrema-direita, o Brasil se uniu à Alemanha, Canadá, França, Inglaterra, Austrália para tentar bloquear a proposta de acabar com o monopólio das patentes vacinais contra a COVID-19. Bolsonaro sintetiza os dois tipos de capitalismo propostos. As implicações são ideologias do empreendedorismo, narcisismo ressentido, meritocracia raivosa e inoperante, individualismo orgulhoso e impotente, pela face neoliberal-globalizante, e o comportamento grupal subjetivo-fascista, pela face nacional-populista-antiglobalizante.

As inflexões culturais, econômicas, políticas e religiosas dessa contradição/competição em realidades locais/municipais, mal são investigadas nos seus entrecruzamentos e reverberações no âmbito da política, da cultura, das mídias, da sociedade e da religião. No meio do tiroteio entre os dois projetos do capitalismo, as esquerdas se perdem, ou tentando uma linguagem socialista superada, ou absorvendo as ideias do neoliberalismo e tentando amenizar os poderosos impactos destrutivos das duas faces do capitalismo.

Ambos os projetos se digladiam sob a democracia liberal representativa, que os suporta, mas, no limite, não consegue mais gerir os problemas emergidos.

A configuração de poder imporá um enorme desafio à prefeita eleita: conjugar um programa mais igualitarista-social – o mote foi bonito, “tudo é para todos” – mitigar os efeitos do projeto neoliberal, que hoje abriga da diversidade sexual étnica e religiosa (são produtores-consumidores de serviços/produtos) e administrar as pressões advindas do projeto nacional-populista, ancorado em pautas de costumes, saudades de hierarquias rígidas, a velha economia extrativista e especulativa e a promover mais igualdade social, combater a fome.

Mal terminado o segundo turno, mais perto do Natal, o prefeito à época decretou retorno à faixa vermelha do Plano Estadual de Enfrentamento da COVID-19 (“Minas Consciente”), os casos de morte e internação tinham subido. Restringiu-se as atividades comerciais/religiosas, o que provocou reação. O decreto se estenderia nas primeiras semanas da eleita. Revogado o decreto antes de seu prazo expirar, optou-se por sair do programa estadual e fazer o próprio plano, denominado, “Juiz de Fora pela Vida”, em fins de janeiro.<sup>31</sup> A biopolítica. O conteúdo versa sobre funcionamento dos setores econômicos e sociais, aulas e ensino público (os últimos a terem previsão de liberação). Pouca palavra sobre fome, miséria, desemprego, igualdade social. O PSOL em Belém aprovou plano de combate à fome e auxílio emergencial logo de saída (...ou entrada). A expressão, “Juiz de Fora pela Vida”, remete à pergunta: que vida, vida de quem? (pobres, desempregados, negros/as, trabalhadores em situação precária, população em situação de rua?). Falou para um setor da sociedade, mas não para outro, o da margem esquerda do “Rio Halfeld”, ou, para ser justo, ainda não, embora pareça dar sinais: o plano de vacinação e seu início, em janeiro de 2021, e no mês seguinte, a criação do Comitê de Respeito à Diversidade Religiosa.<sup>32</sup>

Há, entretanto, outra interpretação para o nome do programa, a captura dos imaginários de esquerda pelo neoliberalismo, a sedução estéril (Lipovetsky, 2020) e a ideia de produzir o máximo de consenso. O que pode levar a cooptação de movimentos sociais – o que é ruim porque reduz tudo a “unidade”, falsa e fascista (homogeneidade), e a alianças políticas amplas e

---

31 Recuperado de <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=69935>

32 Recuperado de <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/17-02-2021/prefeitura-cria-comite-de-respeito-a-diversidade-religiosa.html>

pouco programáticas – um vereador do PP<sup>33</sup> foi anunciado como líder do governo – situações que comprometem a busca da justiça social, para além do programa de austeridade. A COVID-19 não terminou. Enquanto escrevo, leio duas notícias: as cirurgias eletivas foram suspensas em todo Estado de Minas e mais seis óbitos ocorreram na cidade, somando 780 desde março de 2020; mas rondam as variantes, as mutações e a vacina, tartaruga ainda, se espicha.<sup>34</sup> Não se sabe ao certo o que fazer, aonde ir e com quem ir além do mirrado-surrado receituário neoliberal e do da extrema-direita nacional-populista. Estamos em um sertão polissêmico, árido, lúbrico, fértil. dócil e selvagem, para lembrar o escritor mineiro João Guimarães Rosa, em clássico romance, *Grande Sertão: Veredas*, “Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera”, “[...] é sem lugar”. E, depois, “Deus, mesmo, se vier cá, ele que venha armado”. Ara, pois, “a gente vive repetido, o repetido, e, escorregável, num mim minuto, já está empurrado noutra galho. Acertasse eu com o que depois sabendo fiquei, para de lá de tantos assombros... Um está sempre no escuro, só no último derradeiro é que clareiam a sala.”

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Foucault, M. (2014). *História da Sexualidade I. A vontade de saber*. São Paulo: Paz & Terra.

Giroletti, D. (1988). *Industrialização de Juiz de Fora (1850/1930)*. Juiz de Fora: EDUFJF.

Ghiraldelli Jr., P. (2020). Pandemia e Pandemônio: O Bolsovírus. In: Cabelo, M.; Ghiraldelli Jr., P. (Org.) *Pandemia e Pandemônio: Ensaios sobre biopolítica no Brasil*. São Paulo: CEFA Editorial, p. 6-16.

Halfeld, H.G.F.; Von Tschudi, J J. (1998). *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos. Históricos e Culturais.

Jaramillo, C. M. (2020). *Cómo esta sindemia nos cambió la vida*. Universidad de Antioquia. Facultad Nacional de Salud Pública Héctor Abad Gómez. 14 de octubre – nº 29.

Lipovetsky, G. (2020). A política ou a sedução infeliz. In: Lipovetsky, G. *A sociedade da sedução. Democracia e narcisismo na hipermodernidade liberal*. Barueri [SP]: Manole, pp. 211-230.

Nava, P. (2012). *Baú de Ossos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Oliveira, P. (1966). *História de Juiz de Fora*. 2ª edição. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria.

---

<sup>33</sup> Recuperado de <https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/30-12-2020/marlon>

<sup>34</sup> Recuperado de <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/17-02-2021/boletim-confirmamaisseisobitosporcovid19emjuizdefora.html>

Paula, R. Z. A. (2006). *E do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais emerge a “Manchester Mineira” que se transformou num “baú de ossos”*. *História de Juiz de Fora: da vanguarda de Minas Gerais à “industrialização periférica”*. 426 f. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas.

Rosa, J. G. (2015). *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro [RJ]: Nova Fronteira.

Saad Filho, A. (2020). From COVID-19 to the End of Neoliberalism. *Critical Sociology*, v. 46, n. 4-5, p. 477-485. Recuperado de [https://www.academia.edu/43624630/From\\_COVID\\_19\\_to\\_the\\_End\\_of\\_Neoliberalism](https://www.academia.edu/43624630/From_COVID_19_to_the_End_of_Neoliberalism)

Saad Filho, A.; Morais, L. (2018). *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo [SP]: Boitempo, 2018.

---

# PARTE IV

0 PODER LEGISLATIVO  
EM DISPUTA

## 18. O FIM DAS COLIGAÇÕES E SEUS IMPACTOS NOS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS DO PARÁ

Bruno de Castro Rubiatti<sup>1</sup>

### 1. CANDIDATURAS

Um tema presente no debate sobre o sistema político brasileiro é a questão dos impactos das coligações sobre o sistema partidário, a representação e a governabilidade do Brasil. Apontada como uma das características do sistema eleitoral que i) potencializa a alta fragmentação partidária nas Casas Legislativas, ii) dificulta a identificação do eleitorado com os partidos, iii) distorce a representação e iv) enfraquece a própria organização partidária, a possibilidade de coligação nas eleições proporcionais é vista como uma particularidade brasileira: apesar de outros países também adotarem coligações, o Brasil seria o único país em que a repartição de cadeiras entre os partidos coligados não obedece regras de distribuição, isto é, “as listas dos diferentes partidos coligados são unificadas sem nenhum critério de alocação de cadeiras de acordo com a proporção de contribuição de votos de cada partido dentro da coligação”. (PEIXOTO, 2010, p.22). Dessa forma, as coligações sempre entram em pauta quando se debatem reformas do sistema eleitoral no País, onde, muitas vezes, o fim das coligações para as eleições proporcionais é visto como necessário para a melhoria da qualidade da representação e da governabilidade no Brasil.

A Emenda Constitucional 97 de 2017 (EC 97/2017) instituiu a proibição das coligações partidárias para as eleições proporcionais a partir de 2020, além de estabelecer regras para o acesso à distribuição do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuita no rádio e televisão, estabelecendo regras de transição para o acesso a esses recursos. Assim, as eleições municipais de 2020 já ocorrem sob as novas regras, suscitando a indagação: “em que medida a proibição das coligações nas eleições proporcionais impactou na

---

<sup>1</sup> Professor da Faculdade de Ciências Sociais e do programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPA. Líder do Grupo de pesquisa no CNPq “Instituições Políticas: Processo Legislativo e Controle”. É doutor em Ciência Política pela Unicamp, com estágio de pós-doutoramento (PNPD/CAPES) na UFPI. E-mail: [bcrubiatti@gmail.com](mailto:bcrubiatti@gmail.com)

fragmentação dos Legislativos municipais?”. Pela discussão feita nos estudos sobre coligações no Brasil, espera-se que essa proibição gere uma queda na fragmentação, queda essa que atingiria os municípios de forma diferente, sendo os menores municípios os que apresentariam maior diminuição de partidos e fragmentação.

Esse capítulo visa a observar as alterações ocorridas na representação partidária das câmaras de vereadores do Estado do Pará. Composto por 144 municípios, o Estado do Pará é o estado da região Norte com o maior número de municípios (32% do total da região Norte) e o com a maior população eleitoral dentre os sete estados que compõem a região Norte do País (5.758.119 eleitores, 48,4% dos eleitores da região Norte). O eleitorado desses municípios varia entre 2.876, em Bannach, e 1.009.731, na capital Belém, no entanto, há uma concentração de municípios de menor tamanho eleitoral: 41,7% dos municípios possuem até 20 mil eleitores e 50% tem entre 20 mil e 80 mil eleitores.

Para atingir seus objetivos, esse capítulo está dividido em duas partes, além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira, se apresenta brevemente a discussão dos estudos sobre coligações no Brasil e os efeitos esperados da proibição das coligações. Não se busca nesta seção esgotar o tema ou fazer uma revisão pormenorizada sobre a produção nacional sobre coligações, mas sim apontar alguns dos achados dessas pesquisas. Nesse sentido, se observa que as pesquisas sobre o tema destacam que as coligações são generalizadas no País, atingindo partidos de todas as posições ideológicas e de todos os tamanhos. Os partidos se coligariam nas eleições legislativas, visando a potencializar seus ganhos em termos de cadeiras, o que beneficia principalmente os menores partidos (que não atingiriam o quociente eleitoral sozinhos). Os maiores partidos, entretanto, aceitam se coligar, visando a um maior montante de recursos (tempo de propaganda, em especial) para os seus candidatos ao Executivo, mesmo que essa ação gere algum tipo de perda de cadeiras no Legislativo. Em geral, as coligações não seguem um padrão de proximidade ideológica, situação que se agrava em municípios de menor tamanho eleitoral. Por fim, esses estudos apontam que a existência dessas coligações aumenta o número de partidos e a fragmentação nas casas legislativas, gerando dificuldades de governabilidade.

Na segunda parte, se trabalha com os dados referentes às eleições para os legislativos municipais do Pará. Nessa parte, serão trabalhados tanto o número absoluto de partidos com representação nas câmaras de vereadores

quanto a fragmentação dessas casas legislativas. Para tratar da fragmentação, foi utilizado o Número Efetivo de Partidos (NEP) como principal indicador. A análise, de cunho descritivo, se centra na comparação dos indicadores encontrados nas eleições de 2020, comparando-os com os das quatro eleições anteriores (2004, 2008, 2012, 2016). A análise também divide os municípios por faixas de acordo com o seu tamanho eleitoral, permitindo, assim, visualizar as diferenças entre eles. Nas considerações finais, são retomados os pontos discutidos no capítulo.

## 2. AS COLIGAÇÕES ELEITORAIS NA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA

Uma coligação é uma aliança entre dois ou mais partidos que, no momento eleitoral, apresentam lista de candidatos comum, podendo ocorrer em disputas majoritárias ou proporcionais. Cabe aqui destacar que as coligações não necessariamente formam coalizões de governo ou coalizões legislativas, uma vez que nada obriga aos parceiros da aliança eleitoral manterem apoio mútuo após as eleições. Segundo Machado (2017), os estudos sobre coligações apresentaram grande expansão nos anos 2000. Melo, Pessoa Júnior e Soares (2021, p. 234) listam como principais temas de análise sobre coligações no Brasil:

- a) impacto que o sistema eleitoral exerce sobre as coligações; b) implicações das coligações na representação política, na governabilidade e na *accountability* vertical; c) características das coligações quanto à sua consistência ideológica, quantidade e tamanho dos partidos coligados; e d) coerência espacial e temporal das coligações

O interesse de pesquisa nessa temática decorre da centralidade das coligações para o sistema político brasileiro, isto é, a formação de coligações apresenta forte impacto sobre os resultados eleitorais, tanto para cargos executivos quanto legislativos. O Brasil adota o sistema proporcional nas disputas para os cargos legislativos<sup>2</sup> e, mesmo nessas eleições, as coligações são regra: por exemplo, ao tratar das coligações em eleições para os legislativos municipais, Melo e Soares (2016, p. 714) apontam que o número de candidaturas por meio de alianças superava os 80% em 2008. E complementam: “esta opção manifesta-se em todos os partidos, independente do espectro ideológico”.

---

2 Exceção feita ao cargo de Senador



Para além da ampliação do volume de trabalhos sobre coligações, há também grande diversidade temática e metodológica. Krause, Barbosa e Fagundes (2020) apontam que esses estudos vão

desde um diagnóstico sobre o processo de nacionalização dos partidos e do sistema partidário, o perfil das alianças quanto à proximidade ideológica entre as legendas parceiras, as lógicas e estratégias aliancistas nos diferentes planos da federação, bem como sua racionalidade nas eleições majoritárias e proporcionais, entre outros enfoques. (P. 125).

Uma questão levantada nos estudos sobre coligações é a motivação para partidos se coligarem. Nesse sentido, a coligação é vista como “alternativa para ampliar as chances eleitorais dos partidos baseada nas estratégias para a redução de custos e maximização de ganhos eleitorais”. (MELO & SOARES, 2016, p. 692).

Assim, as coligações em eleições proporcionais seriam uma estratégia que reforçaria as chances de partidos pequenos contornarem o alto quociente eleitoral (NICOLAU, 1996). O acesso à primeira cadeira no Legislativo está condicionado a alcançar o quociente eleitoral e isso estimularia a formação de coligações nessas eleições (BRAGA, 2006), permitindo que partidos com menor expressão eleitoral consigam também acesso à distribuição de cadeiras legislativas.

Nesse ponto, cabe diferenciar a motivação para a formação de coligações para partidos grandes e pequenos. Em geral, partidos pequenos buscam coligações nas eleições legislativas, visando a contornar a cláusula de barreira e assim conseguir cadeiras legislativas e os recursos decorrentes da ocupação desses cargos. Já os maiores partidos buscam coligações em eleições majoritárias, na perspectiva de maximizar apoio eleitoral e aumentar o tempo de propaganda de seus candidatos na disputa majoritária. Para conseguir esse *apoio* nas eleições majoritárias, os partidos maiores aceitam se coligar com partidos menores nas eleições proporcionais, mesmo que isso acarrete algum tipo de perda de cadeiras no Legislativo. Assim sendo, “as eleições casadas criam incentivos para o estabelecimento de coligação”. (MELO *et al*, 2021, p. 235).

Desse modo, a formação de coligação é um fenômeno complexo que envolve uma série de cálculos entre os partidos. Para o caso brasileiro, a essa complexidade se soma a própria de um sistema federativo: os partidos apresentam graus diferentes de penetração nas diversas unidades que compõem

o país. Dessa forma, “para contornar a debilidade da estrutura nacional, os partidos aderem a estratégia coligacionista para adentrar outras regiões e conseguir fortalecer-se”. (MELO *et al*, 2021, p. 234). Nesse sentido, a lógica da construção de coligações segue uma racionalidade contextual.

Uma das preocupações dos estudos sobre coligações é a questão da qualidade da representação política e seu impacto nas eleições majoritárias e proporcionais. Essas pesquisas apresentam evidências de que coligações que não seguem identidades sustentadas em proximidades ideológicas possuem maior sucesso eleitoral. Assim, “as parcerias eleitorais seguem predominantemente um perfil contextual e pragmático, o que para muitos analistas sinaliza uma distorção da representação política”. (KRAUSE, BARBOSA e FAGUNDES, 2020, p. 125).

Esse tipo de coligação acaba gerando um efeito negativo para a representatividade, em especial nas eleições proporcionais: o voto do eleitor pode eleger um outro representante que não o seu escolhido, ou mesmo eleger um membro de outro partido componente da coligação que não apresenta proximidade ideológica com a preferência do eleitor. Como as regras adotadas não definem formas de distribuir as cadeiras entre os partidos que se apresentam em aliança (PEIXOTO, 2010), esse efeito é potencializado, uma vez que os votos são contabilizados em conjunto para toda a coligação e a distribuição de cadeiras dentro da coligação não considera a contribuição de votos de cada um dos partidos membros, apenas a ordem de votação dos candidatos. Em outras palavras, a definição do número de cadeiras a que a coligação tem direito é definida pelo total de votos de todos os partidos membros dela, mas a definição de quem ocupará essas cadeiras é dada pela ordem dos candidatos mais votados da coligação, sem ponderar a contribuição em votos de cada partido. Em outras palavras,

Como as cadeiras obtidas por um partido coligado dependerão do posicionamento de seus candidatos na lista, partidos com votação maiores podem não conseguir representação e, mais grave, a parcela considerável de eleitores que não conseguiram eleger o representante de sua preferência vai contribuir para a eleição dos outros membros da lista. (BRAGA, 2006, p. 236)

Com o fim das coligações em eleições proporcionais, o fenômeno da transferência de votos não acaba, mas sofre uma alteração significativa no que tange à qualidade da representação: a transferência se dará dentro de

uma mesma agremiação partidária. Para Silva (2020, p. 154), “quando os votos remanescentes de um determinado candidato são repassados para outro da mesma lista partidária, argumenta-se que existe uma certa coerência na vontade eleitoral já que o voto seria contabilizado para o mesmo grupo político”.

Com base nos estudos sobre coligações no Brasil, é possível perceber que há uma visão negativa sobre os seus impactos no sistema político, em especial quando se trata de coligações em eleições proporcionais. Essa visão negativa se baseia especialmente na percepção de que as coligações distorcem a representação ao permitirem a transferência de votos entre candidatos de partidos distintos que fazem parte da mesma coligação e que aumentam a fragmentação excessiva nos legislativos, acarretando maiores dificuldades para a governabilidade.

Ao tratar da fragmentação, Freitas e Mesquita (2010) apontam que a bibliografia sobre o tema postula que as coligações beneficiam principalmente – mas não exclusivamente – os pequenos partidos e estes apresentariam poucos nomes com o intuito de concentrar votos e, dessa maneira, ocupar os primeiros lugares da lista da coligação. Consequentemente, “esse comportamento traria grandes distorções ao sistema eleitoral na medida em que comprometeria a relação entre força eleitoral dos partidos e número de cadeiras recebidas, aumentando a desproporcionalidade do sistema e a fragmentação no Congresso Nacional”. (FREITAS e MESQUITA, 2010, p. 3). Em seu estudo, concluem as autoras que

foi possível verificar, ainda, que as coligações favorecem um maior número absoluto de partidos presentes no parlamento. Todavia não podemos afirmar que essa maior fragmentação resulte em enfraquecimento dos partidos ou prejudique o funcionamento da democracia brasileira. A representação desses partidos é tão pequena que não altera o equilíbrio de forças no parlamento, como mostrado pelo cálculo do índice do número efetivo de partidos nos diferentes cenários aqui considerados. (2010, p. 3).

Assim, apesar de ter um impacto sobre o número de partidos presentes no parlamento e na fragmentação da Câmara dos Deputados, não seria possível creditar às coligações as dificuldades no funcionamento do sistema político brasileiro.

Por outro lado, Limongi e Vassalai (2016) apontam que as estratégias elaboradas pelos partidos para vencer as eleições para o Executivo (em especial os governos estaduais) acabam tendo como efeito o crescimento contínuo da fragmentação partidária da Câmara dos Deputados. Nas palavras dos autores,

A crescente fragmentação da Câmara dos Deputados é uma consequência da estratégia dos partidos engajados nas disputas por governos estaduais. A estratégia dominante para vencer eleições executivas leva a formação de coligações superdimensionadas cujo efeito sobre o sistema partidário é duplo: redução do número de competidores nas eleições majoritárias e aumento nas proporcionais. A um só tempo, o sistema se concentra e se fragmenta (2016).

Cabe aqui ressaltar que, apesar do desenvolvimento apresentado nas últimas décadas pelos estudos sobre coligações nas eleições proporcionais, nota-se uma concentração de pesquisas voltadas para a dinâmica nacional e estadual, ficando a esfera municipal em segundo plano (DANTAS & SILVA, 2020; MELO & SOARES, 2016; PEIXOTO, 2010). Isso não significa, porém, ausência de trabalhos sobre esse nível de competição.

Peixoto (2010) analisa a lógica de coligações para os legislativos municipais mostrando que em municípios de menor porte há uma pulverização de parceiros preferenciais de coligação, aumentando a inconsistência ideológica delas. Nas palavras do autor, “quanto menor é o município, maior a propensão dos partidos se coligarem com outros que não correspondem ao seu espectro ideológico”. (P.289).

Melo e Soares (2016) apontam que as coligações são um fenômeno generalizado, atingindo partidos de todos os pontos do espectro ideológico e de todos os tamanhos. Nesse sentido, as coligações aumentam as chances de sucesso eleitoral das suas candidaturas frente as candidaturas lançadas isoladamente. Para os autores, as coalizões são estratégias para reduzir os custos de transação no processo de competição eleitoral (que seria alto, dada a grande quantidade de partidos e candidatos) e potencializam as chances de êxito dos partidos e candidatos que optam por essa estratégia. Por aumentar a fragmentação nos legislativos, as coligações acabam por aumentar os custos de governabilidade (MELO & SOARES, 2016)

Outro exemplo de trabalho que trata das coligações nas eleições proporcionais nos municípios é o de Melo, Pessoa Júnior e Soares (2021), que analisam as eleições municipais de 2020, apontando os efeitos que as alterações nas regras eleitorais tiveram nesse pleito, destacando dois pontos: 1) a mudança nas regras tem impacto negativo sobre a performance eleitoral dos partidos menores (em especial os que não atingiram a cláusula de desempenho em 2018) e 2) as mudanças nas regras eleitorais diminuem a fragmentação partidária das câmaras municipais ao premiarem os partidos maiores e

penalizarem os partidos médios e pequenos. Cabe notar que os autores mostram que esses impactos são mais sentidos nos municípios pequenos: tanto a performance dos partidos pequenos foi menor nos distritos de baixa magnitude eleitoral quanto a diminuição no número de partidos e da fragmentação partidária foi maior nos municípios de pequeno porte. Segundo os autores, “nas capitais ocorreu baixa redução da fragmentação, mas em municípios de pequeno porte houve imediata diminuição da quantidade de partidos nominais e de partidos efetivos nas câmaras de vereadores”. (MELO *et al.*, 2021, p. 256).

Com a promulgação da Emenda Constitucional 97/2017, as coligações para eleições proporcionais foram proibidas. Essa medida se insere num contexto mais amplo de reformas políticas-eleitorais. Para Melo, Pessoa Júnior e Soares (2021),

[...] a instabilidade política vivenciada pelo país desde 2013 e a crise de governabilidade que culminou no impedimento do mandato da Presidenta da República em 2016 impactaram a governança eleitoral. Com a Legitimidade política em xeque, o debate sobre a reforma política foi retomado e o Parlamento liderou uma agenda de reforma no ordenamento político eleitoral

Além da própria Emenda Constitucional 97/2017, que tratava do fim das coligações em eleições proporcionais, outras iniciativas de reforma envolviam 1) cláusulas de barreira, 2) alteração na questão do financiamento de campanha, 3) alterações no sistema de distribuição de sobras, dentre outras (MELO *et al.*, 2021). Esse conjunto de reformas visava a alterar as regras que norteiam a competição eleitoral, tendo por objetivo diminuir a fragmentação da representação, o que acarretaria uma melhoria no que tange à governabilidade, e melhorar a qualidade da representação, diminuindo as distorções entre os resultados das eleições e a distribuição das cadeiras nas casas legislativas.

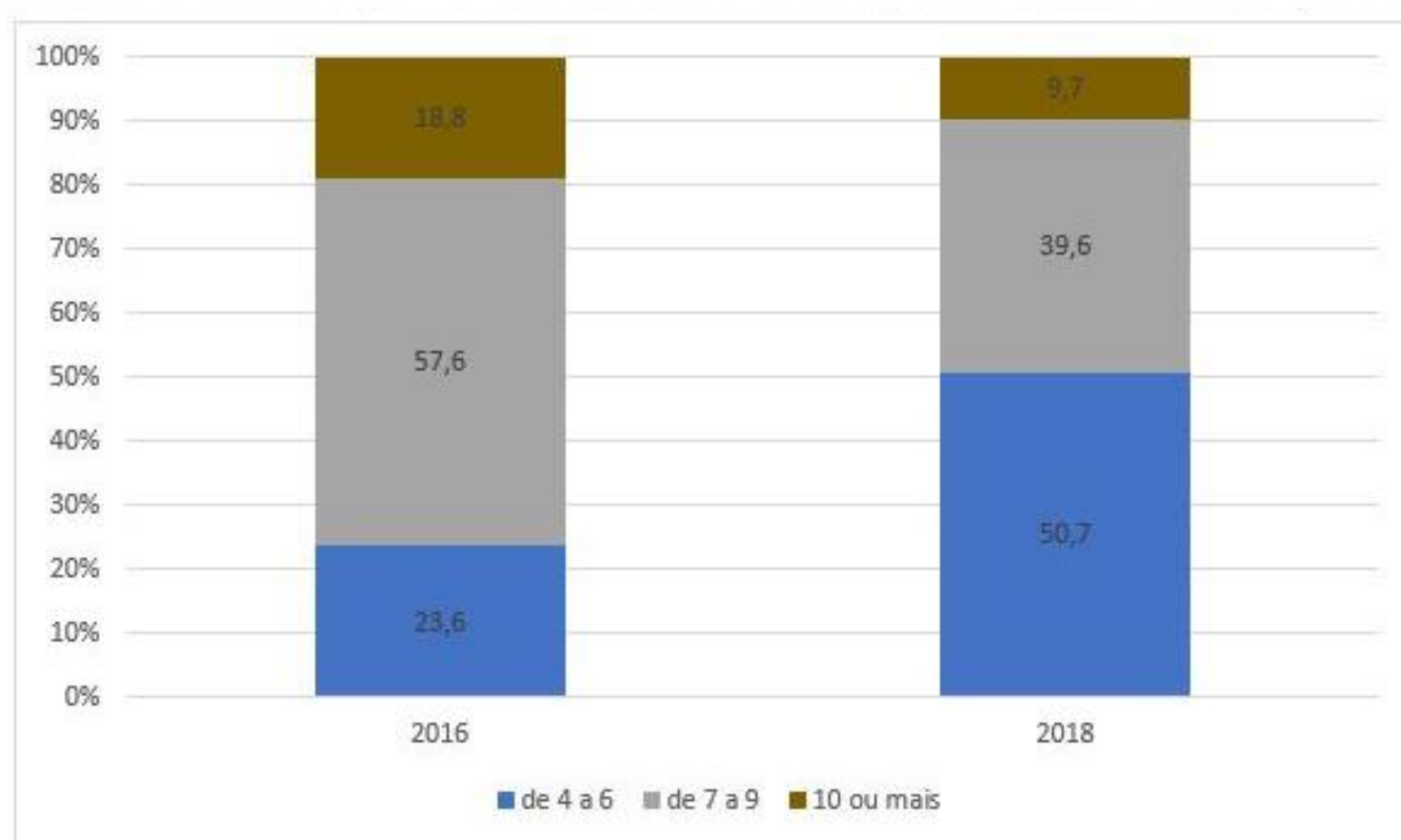
Assim, o principal efeito esperado dessas reformas – em especial a proibição das coligações para eleições proporcionais – é a diminuição no número de partidos e da fragmentação da representação nos legislativos. Na seção seguinte, iremos observar os resultados eleitorais dos municípios do Estado do Pará, destacando como esse efeito esperado se apresenta.

### 3. O FIM DAS COLIGAÇÕES ELEITORAIS PARA OS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS NO CASO DO PARÁ

Neste segmento, são analisados os resultados das eleições para as câmara de vereadores dos municípios paraenses, buscando apontar as mudanças ocorridas no pleito de 2020. Para tanto, serão trabalhados dois tipos de dados: o número de partidos nominais e o Número Efetivo de Partidos Legislativos (NEP). Cabe notar que o NEP aqui trabalhado se refere à dispersão das cadeiras legislativas, não sendo o NEP eleitoral (dispersão dos votos). Os dados utilizados foram coletados na seção de estatísticas eleitorais do *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Com esses dados, busca-se observar se o fim das coligações teve impacto sobre a distribuição partidária das cadeiras dos legislativos municipais do Pará.

O primeiro elemento a se destacar nessa discussão é o número de partidos que conseguem acento nessas casas legislativas. Nesse caso, é válido comparar os resultados do pleito de 2016 com o de 2020. Com essa comparação, espera-se observar se houve de fato a diminuição do número de partidos nas câmaras municipais. O gráfico 1 apresenta a distribuição das câmaras de vereadores de acordo com o número de partidos que conseguem cadeiras nelas.

**Gráfico 1. Distribuição das Câmaras de vereadores por número de Partidos (2016-2020)**



Fonte: Elaborado a partir dos dados do TSE.

De fato, ao observar os dados dos 144 municípios do Pará, nota-se uma diminuição no número de legislativos municipais com grande número de partidos representados: se em 2016 18,8% dos municípios tinham legislativos com mais de 10 partidos, essa porcentagem cai para 9,7% nas eleições seguintes; de forma semelhante, o número de municípios com entre 7 e 9 partidos com representação também apresenta queda entre essas eleições. Consequentemente, o número de municípios com entre 4 e 6 partidos aumenta, saindo de menos de um quarto dos casos para pouco mais da metade. Cabe ainda notar que em ambas as eleições o número mínimo de partidos em uma casa legislativa municipal no Estado foi de quatro.

De forma complementar, ao se comparar essas duas eleições, se observa que 67,3% dos municípios paraenses apresentaram queda no número de partidos com representação em suas casas legislativas. Outros 16,0% mostraram estabilidade, isto é, não tiveram alteração no número de partidos. Consequentemente, 16,7% dos municípios tiveram um aumento no seu número de partidos que conseguiram representação nos seus legislativos, tendo um movimento contrário ao que seria esperado com o fim das coligações. Além disso, em 24,3% dos municípios trabalhados, a queda no número de partidos foi de apenas 1 e em outros 19,4% essa queda se limitou a dois partidos. Por outro lado, em 14,6% dos municípios essa queda foi de quatro ou mais partidos, sendo que a maior queda foi de seis partidos – ocorrida em dois municípios<sup>3</sup>. Assim, observa-se uma diminuição desigual de partidos nos diferentes municípios.

Já sobre os casos em que houve aumento no número de partidos, observa-se que 66,7% (ou 11,1% do total de municípios) tiveram o acréscimo de apenas um partido, sendo o máximo de aumento de três partidos em dois municípios<sup>4</sup> (em 1,4% do total de municípios e 8,3% dos que tiveram aumento de partidos).

Em suma, pelo número de partidos nominais, pode-se dizer que, em geral, há uma diminuição no número de partidos nas casas legislativas dos municípios paraenses entre os anos de 2016 e 2020, porém, essa diminuição não atinge todos os municípios: em 32,7% não houve diminuição, ficando o número estável ou aumentando. Somado a isso, a diminuição nesse número também variou, indo de um a seis. Dessa maneira, o efeito de diminuição no

3 Goianésia do Pará e Vigia

4 Benevides e Ulianópolis

número de partidos nas câmaras de vereadores se verifica, mas não uniformemente.

Dito isso, cabe observar se as características dos municípios impactam nessa variação, em especial o tamanho do eleitorado, isto é, o tamanho eleitoral do município afetava na estratégia de formação de coalizões. Dessa forma, espera-se que os municípios com menor tamanho eleitoral sejam mais afetados pelas mudanças de regras geradas pela EC 97/2017.

Para poder observar se há essa variação, os municípios paraenses foram divididos em quatro faixas de acordo com o tamanho do seu eleitorado: a) faixa 1 – até 20 mil eleitores; b) faixa 2 – de 20 até 80 mil eleitores; c) faixa 3 – de 80 a 200 mil eleitores; e d) faixa 4: mais de 200 mil eleitores. Por haver forte concentração de municípios com menores tamanhos eleitorais (41,7% dos casos se encontram na faixa 1 e 50,0% na faixa 2), optamos por manter a divisão entre as faixas 3 e 4 no número de eleitores que possibilita a realização de um segundo turno para o cargo de prefeito. Dessa forma, apenas 2,1%<sup>5</sup> dos municípios paraenses se encaixam na última faixa e 6,3% na faixa 3. b

A tabela 1 apresenta a variação média no número de partidos nas diferentes faixas e para todos os municípios do Pará. Complementarmente, a segunda coluna da tabela apresenta a porcentagem de municípios de cada faixa que apresentaram queda no número de partidos com representação no legislativo local; e, por fim, a média da variação apenas dos casos em que houve queda.

**Tabela 1. Variação no número de partidos nas casas legislativas por tamanho do eleitorado dos municípios: 2016-2020**

	Média da variação no número de partidos	Porcentagem de municípios que apresentaram queda	Média da variação dos casos que apresentaram queda
Faixa 1	-1,5	75,0	-2,2
Faixa 2	-1,2	62,5	-2,4
Faixa 3	-0,5	44,4	-2,3
Faixa 4	-1,7	100	-1,7
Pará	<b>-1,31</b>	<b>67,3</b>	<b>-2,3</b>

Fonte: Elaborado a partir dos dados do TSE.



Como se pode observar na tabela 1, em todas as faixas, a média da variação é negativa, isto é, em média, houve queda no número de partidos nos municípios de todas as faixas. Cabe destacar que as maiores médias foram nas faixas 1 e 4, isto é, nos menores e nos maiores municípios do Estado, todavia, a faixa quatro é composta por apenas três municípios, que tiveram a diminuição de 1 (Belém) ou 2 (Ananindeua e Santarém) partidos em seus legislativos municipais. Já a faixa 1 apresenta uma maior variação entre seus municípios: 30% dos municípios dessa faixa tiveram a diminuição de apenas 1 partido e outros 18,3% tiveram a diminuição de dois. Dessa forma, mais 23% dos municípios de até 20 mil eleitores tiveram diminuição de três ou mais partidos, sendo 5 a maior queda registrada nessa faixa.

Outro ponto a se destacar é que, mesmo a faixa 2 apresentando uma média ligeiramente menor (-1,2), é nela que se encontram os casos em que ocorrem as maiores quedas: os dois municípios que tiveram uma diminuição de seis partidos e três<sup>6</sup> dos cinco que tiveram uma queda de 5 partidos estão nessa faixa – os outros dois casos se encontram na faixa 1. Se continuarmos essa observação, veremos que dos 13 casos em que ocorre uma diminuição de quatro partidos, seis são da faixa 2, outros seis da faixa 1 e apenas um caso está na faixa 3. Desta forma, pode-se observar que as maiores quedas no número de partidos nas câmaras de vereadores estão nas faixas que agrupam os menores municípios em termos de população eleitoral (faixas 1 e 2), o que vai na mesma direção do apontado por Melo *et al* (2021).

Complementarmente, a segunda coluna da tabela 1 mostra a porcentagem dos municípios que tiveram diminuição no número de partidos em cada faixa. Novamente, nota-se que as faixas 1 e 4 são as que apresentam maior proporção de municípios nessa condição, porém, o pequeno tamanho da faixa 4 não permite tirar nenhuma conclusão sobre ela. Dessa forma, excluída a última faixa, observa-se que a porcentagem de municípios que tiveram queda no seu número de partidos com eleitos nos legislativos locais cai conforme aumenta o tamanho da população eleitoral, indo de 75% na faixa 1 até 44,4% na faixa 3. Entre todas as faixas, apenas a faixa 3 apresenta maior número de municípios onde cresceu o número de partidos no legislativo municipal.

Por fim, se observarmos a média da variação no número de partidos apenas nos municípios que apresentaram queda, vemos que há uma grande semelhança entre as três primeiras faixas (ficando entre -2,2 e -2,4); porém,

6 Tailândia, Santana do Araguaia e Moju.

como dito anteriormente, ao observarmos os casos dos municípios individualmente, as maiores quedas no número de partidos se dão em municípios das faixas 1 e 2, indicando que nesses municípios menores o efeito esperado da proibição das coligações se mostrou mais forte.

Isto posto, é possível notar que há uma queda no número absoluto de partidos com representação nos municípios paraenses, sendo que essa queda se mostra mais consistente nos municípios de menor porte. Portanto, a expectativa de que o fim das coligações gerasse uma diminuição na dispersão das cadeiras entre os partidos parece condizer com os resultados encontrados. Além disso, as maiores quedas se concentraram nos municípios de menor tamanho eleitoral.

O número absoluto de partidos, entretanto, não se mostra o mais indicado para tratar da fragmentação da representação partidária em sistemas multipartidários fragmentados como o brasileiro: observar apenas esse número não nos permite notar quantos partidos têm força relativa nesses sistemas. Assim, um grande número de partidos nos diz pouco sobre a distribuição de cadeiras legislativas entre eles. Por esse motivo, na sequência, trataremos do Número Efetivo de Partidos (NEP).

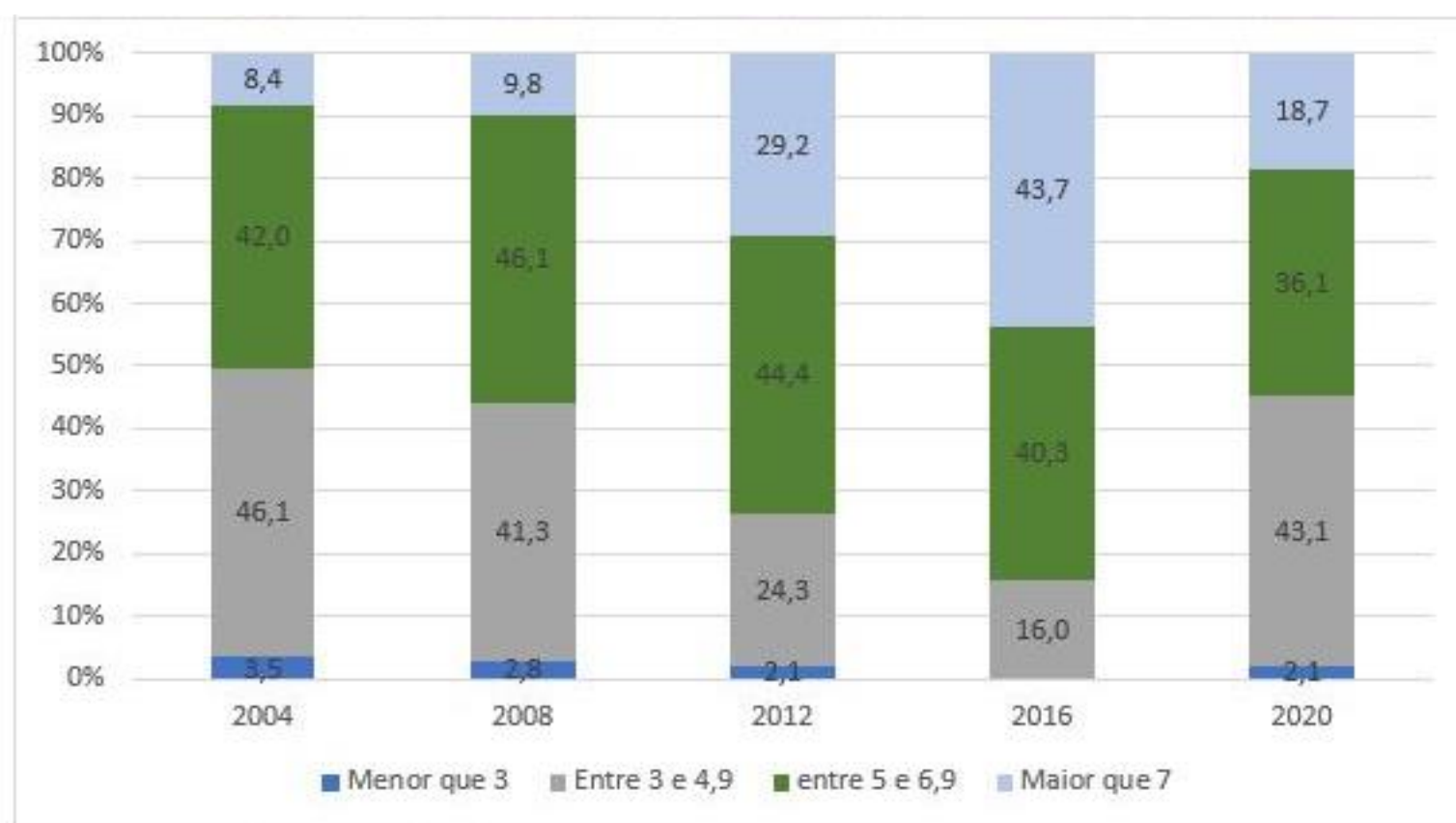
Formulado por Laakso e Taagepera (1979), o NEP é um índice que permite observar a dispersão das cadeiras entre partidos. Para Nicolau (2011, p. 105), esse índice permite “mensurar as unidades (partidos) e o peso relativo destas em uma dada população (eleitorado ou Legislativo)”. Dessa forma, o NEP permite analisar o grau de fragmentação de um sistema partidário, ponderando a força relativa de suas diferentes unidades, permitindo calcular a quantidade de partidos com alguma relevância quantitativa nesse sistema. O NEP é calculado a partir da seguinte expressão matemática:  $NEP = 1/\sum P_i^2$ , onde  $P_i$  é a proporção de cadeiras (ou votos) do partido  $i$ . Cabe destacar que nesse capítulo será tratado o NEP legislativo, isto é, a dispersão das cadeiras nas câmaras de vereadores dos municípios do Pará, e não a dispersão dos votos entre os diferentes partidos (que seria o NEP eleitoral).

Nessa parte da análise, expandiremos os dados para eleições anteriores, não apenas 2020 e 2016, mas também as eleições de 2004, 2008 e 2012. Com isso, são perceptíveis algumas variações no decorrer do tempo ou mesmo tendências nos diferentes municípios.

O primeiro ponto a se destacar é a distribuição dos municípios por faixa do NEP. Para tanto, foram agrupados os valores do índice em quatro faixas:

i) NEP menor que 3,0, ii) entre 3 e 4,9, iii) entre 5,0 e 6,9, e iv) maiores que 7. O gráfico 2 apresenta essa distribuição.

**Gráfico 2. Distribuição dos municípios por Número de Partidos Efetivos (NEP)**



Fonte: Elaborado a partir dos dados do TSE.

Como se pode notar no gráfico 2, de 2004 a 2016, há um contínuo crescimento no NEP dos municípios paraenses: municípios que apresentavam um índice maior do que 7 saltam de 8,4% em 2004 para 43,7% em 2016. Se somarmos esses valores com os dos municípios que apresentam de 5 a 6,9, temos que, em 2004, 50,4% dos municípios apresentavam NEP superior a 5, número que salta para 84% em 2016. Por outro lado, há uma queda constante do número de municípios que apresentam um NEP de 3 a 4,9 (saindo de 46,1% e chegando a 16,0% em 2016).

Por fim, cabem algumas informações sobre os municípios com os menores indicadores de dispersão de cadeiras. Em 2004, cinco dos 143 municípios<sup>7</sup> tiveram um NEP menor do que 3, sendo o que apresentou o menor índice foi Anajás, com 1,97<sup>8</sup>. Nas eleições seguintes, esse número cai para 4 (2,8% do total), sendo Gurupá o município a apresentar o menor NEP (2,07).

<sup>7</sup> Nas eleições de 2004 e 2008, são 143 municípios, pois Mojuí dos Campos só realizou suas primeiras eleições municipais em 2012.

<sup>8</sup> No resultado das eleições de 2004, a Câmara de Vereadores de Anajás contava com dois partidos: PP (55,6%) e PMDB (44,4%).

Nas eleições seguintes, novamente cai o número de municípios nessa faixa: apenas três, sendo Ulianópolis o município com o menor NEP (2,45). Em 2016, nenhum município se encontrava nessa faixa. Dessa forma, apenas dois municípios apresentaram NEP inferior em todas as três eleições (2004, 2008 e 2012): Gurupá e Ulianópolis.

Em um quadro geral, observa-se uma tendência de maior fragmentação dos legislativos municipais paraenses entre as eleições de 2004 e 2016, cabendo, agora, observar se as eleições de 2020 alteram esse quadro. Como se pode observar no gráfico 2, é clara a mudança nesse padrão: o número de municípios com NEP maior do que 7 volta a cair, chegando a 18,7% do total. Essa queda não é o suficiente para igualar a alcançada no início do período, mas é menos da metade da apresentada em 2016 e também é menor do que a de 2012. A porcentagem de municípios com NEP de 5,0 a 6,9 também apresenta queda, embora menos acentuada. Consequentemente, os municípios com NEP superior a 5 passam a representar 54,8% do total, número inferior ao apresentado na eleição anterior, assim como os das eleições de 2012 e 2008, mas superior ao encontrado em 2004.

Assim, o que se destaca é o crescimento do número de municípios com menor dispersão em seus legislativos, tanto pelo aumento no número de municípios com NEP de 3, a 4,9 – 43,1% do total, número só menor do que o atingido em 2004, quando 46,1% dos municípios se encontravam nessa faixa – quanto pelo reaparecimento de um pequeno número de municípios com esse índice abaixo de 3: novamente três municípios (2,1%) se encontravam nessa faixa – Palestina do Pará, Rurópolis e Terra Santa, sendo o menor índice o da primeira (2,61), porém, nenhum deles estava presente anteriormente nessa faixa do NEP.

Em suma, observando a distribuição dos municípios pelas faixas do NEP, é possível notar uma tendência de crescimento da fragmentação dos legislativos municipais do Pará de 2004 a 2016. Essa tendência é revertida em 2020, quando o número de municípios com NEP mais alto cai, mas essa mudança não foi forte o suficiente para retornar à mesma configuração de 2004, isto é, o quadro atual ainda apresenta maior fragmentação do que a do início do período analisado. Cabe notar que, mesmo assim, essa mudança é considerável, uma vez que muda o quadro de aumento da fragmentação apresentado nas últimas eleições.

Como apontado anteriormente, observar apenas o quadro geral não nos oferece informação suficiente sobre as alterações ocorridas: assim como no

número total, as variações no NEP entre os municípios também são consideráveis. Assim, cabe aqui analisar os municípios pelas faixas definidas por seu tamanho eleitoral, conforme descrito anteriormente.

**Tabela 2. Média do Número Efetivo de Partidos por município**

	<b>2004</b>	<b>2008</b>	<b>2012</b>	<b>2016</b>	<b>2020</b>
<b>Faixa 1</b>	4,81	4,95	5,45	5,91	4,45
<b>Faixa 2</b>	5,11	5,25	6,4	7,26	5,99
<b>Faixa 3</b>	5,52	5,79	7,51	7,69	7,23
<b>Faixa 4</b>	7,7	7,85	12,33	13,08	11,56
<b>Pará</b>	<b>5,07</b>	<b>5,22</b>	<b>6,19</b>	<b>6,84</b>	<b>5,54</b>

Fonte: Elaborado a partir dos dados do TSE.

A tabela 2 mostra a média do NEP por faixa da população eleitoral dos municípios e do Estado do Pará. O primeiro ponto a se observar é que as médias de todas as faixas e do total do Estado mostram um crescimento contínuo de 2004 a 2016, porém esse crescimento não é homogêneo entre elas. A média da faixa 4 sobe de 7,7 para 13,08, um crescimento de 5,38. Já as faixas 3 e 2 têm um crescimento pouco maior que 2 pontos no mesmo período e a faixa 1 de 1,1 ponto. Dessa forma, o crescimento atinge de forma desigual cada faixa de municípios, sendo os maiores municípios os que apresentam maior crescimento.

Após os resultados das eleições de 2020, o quadro muda. É também visto que a diminuição na média do NEP também atinge todas as faixas, porém aqui os valores mudam: a faixa 4 tem uma queda de 1,52 - valor próximo aos das faixas 1 e 2 (1,46 e 1,27, respectivamente); por outro lado, a faixa 3 apresenta uma queda de 0,46. Conforme o que já foi apontado, a comparação entre as médias das faixas fica fragilizada pelo baixo número de casos na faixa 4, por isso, se desconsiderarmos essa faixa, observa-se que a faixa que agrupa os menores municípios teria a maior queda, seguida da faixa 2, o que poderia ser visto como um indício de que essa diminuição da fragmentação da representação partidária foi maior nos municípios com menor população eleitoral.

Tratar, porém, das médias do NEP pode não oferecer um quadro completo das mudanças ocasionadas pelas eleições de 2020. Tendo isso em vista, a tabela três apresenta os valores mínimo, máximo e a mediana do NEP para cada uma das faixas.

**Tabela 3. Valores mínimos, máximos e mediana do NEP**

		<b>2004</b>	<b>2008</b>	<b>2012</b>	<b>2016</b>	<b>2020</b>
<b>Faixa 1</b>	Mínimo	2,31	2,07	2,45	3,52	2,61
	Mediana	4,76	4,76	5,4	5,76	4,26
	Máximo	7,36	7,36	9,0	9,31	7,11
<b>Faixa 2</b>	Mínimo	1,97	2,45	2,79	3,31	4,07
	Mediana	5,0	5,4	6,36	7,11	5,76
	Máximo	7,36	9,0	10,71	13,76	9,94
<b>Faixa 3</b>	Mínimo	3,9	4,16	4,78	3,08	3,46
	Mediana	5,26	5,73	7,25	7,75	7,23
	Máximo	8,0	9,94	10,75	10,75	10,75
<b>Faixa 4</b>	Mínimo	5,76	5,91	11,3	9,05	8,11
	Mediana	7,11	7,53	11,3	11,91	9,8
	Máximo	9,64	10,12	14,41	18,28	16,78

Fonte: Elaborado a partir dos dados do TSE.

Como se pode notar pela tabela 3, há uma grande variação do NEP, tanto entre municípios de uma mesma faixa quanto entre as diferentes eleições. A faixa 1 mostra um crescimento contínuo, tanto no seu número máximo como em sua mediana de 2004 a 2016 e apenas em uma ocasião o número mínimo apresenta queda (2008). Se observarmos os municípios com NEP maior do que 5 dessa faixa, veremos que eles eram 41,7% em 2004 e 2008, mas, já em 2012, eles passam a representar mais da metade dos casos (58,3%), atingindo 71,7% em 2016. Nas eleições de 2020, nota-se uma forte diminuição do número de municípios da faixa 1 com NEP maior do que 5: apenas 25% deles se encontravam nessa situação, número inferior ao que foi encontrado no início do período aqui estudado.

Já para a faixa 2, o número de municípios nessa situação era de 50%, subindo para 65,3% em 2008 e mantendo o crescimento nas eleições seguintes: 83,3% em 2012 e 93,1% em 2016. Em 2020, há uma queda no número de municípios da faixa 2 com NEP maior que 5, chegando a 73,6%. Nota-se que, apesar da queda, esse valor é superior aos encontrados em 2004 e 2008. Sendo assim, mesmo tendo uma queda expressiva, ela não foi no mesmo grau que o apresentado pelos municípios da faixa 1. Por outro lado, nos municípios da

faixa 3 o número de municípios com NEP maior que 5 era de 66,7% em 2004, cai para 55,6% na eleição seguinte, mas volta a subir nas eleições de 2012, chegando a 88,9%. Nas eleições de 2016 e 2020, esse número permanece, ou seja, não há diminuição do número de municípios com esse grau de dispersão partidária.

Para três municípios da faixa 4, os valores de seus NEPs estão na própria tabela – Belém sempre é o caso com maior NEP, Ananindeua e Santarém se revezam, ocupando o valor mínimo e a mediana em diferentes momentos. Em todas as eleições, esses municípios tiveram NEP maior do que 5, mas de forma diferente em cada eleição. Cabem aqui algumas palavras sobre as trajetórias do NEP nesses três municípios. Belém, o maior colégio eleitoral do Estado, apresentou o maior NEP em todas as eleições. Somado a isso, observa-se também o crescimento contínuo desse índice de 2004 a 2016 no município: saindo de 9,64 em 2004 e chegando a 18,28 em 2016. Na Capital, o NEP apresenta ligeira queda nas eleições de 2020, chegando a 16,78, número inferior a 2016, mas superior a 2012 e aos anos eleitorais anteriores. O segundo maior município do Pará, Ananindeua, apresenta uma trajetória distinta no que tange ao NEP. Se em 2004 seu valor era de 7,71, ele cai para 5,91 nas eleições seguintes, voltando a subir em 2012, quando chega a seu maior valor 11,3; porém, volta a cair em 2016 (9,05) e mantém a queda em 2020 (8,11). Dessa forma, não há uma trajetória de crescimento do NEP nesse município e a queda em 2020 parece continuar a queda já apresentada em 2016 – inclusive, de 2012 a 2016 a diminuição foi de 2,25, enquanto a atingida de 2016 a 2020 foi de 0,94, isto é, a queda foi mais acentuada antes da promulgação da EC 97/2017. Por fim, Santarém, assim como Belém, apresenta uma tendência de crescimento de 2004 a 2016, saindo de 5,76 e chegando a 11,91. Nas eleições de 2020, há uma queda de 2,11 no NEP do Município do oeste paraense.

Em suma, os dados até aqui mostram um quadro de diminuição do NEP nos municípios do Estado do Pará. Essa atinge municípios de todas as faixas de população eleitoral, mas não de forma homogênea: as faixas com os menores municípios mostram uma maior queda na proporção de municípios com NEP mais alto. Isso reforça a ideia de que o fim das coligações teve maior impacto em municípios de menor tamanho eleitoral.

Até o momento, entretanto, tratamos das faixas de população eleitoral dos municípios e a concentração de casos com maior NEP, mas ainda cabe perguntar se os municípios em si apresentaram queda entre as eleições de



2016 e 2020. A tabela 4 mostra a porcentagem dos municípios que tiveram essa queda.

**Tabela 4. Porcentagem de municípios que tiveram queda no NEP entre 2016 e 2020.**

	<b>Porcentagem</b>	<b>Valor médio da queda</b>
<b>Faixa 1</b>	75,00	-2,12
<b>Faixa 2</b>	63,89	-2,41
<b>Faixa 3</b>	55,55	-1,84
<b>Faixa 4</b>	100,00	-1,51
<b>Total</b>	<b>68,75</b>	<b>-2,22</b>

Fonte: Elaborado a partir dos dados do TSE.

Como se pode observar, em todas as faixas, mais da metade dos municípios apontou queda<sup>9</sup>. Excetuando-se os três municípios que formam a faixa 4, nota-se que a porcentagem dos municípios que apresentam queda no NEP após a promulgação da EC 97/2017 decresce conforme aumenta o tamanho da população eleitoral dos municípios. Somado a isso, também se nota que a média da diminuição do NEP é maior nos municípios das faixas 2 e 1. Com isso, é possível pontuar que os legislativos dos municípios com menor população eleitoral foram mais atingidos pela proibição das coligações, isto é, houve uma maior queda na fragmentação partidária desses municípios.

Esse maior impacto nos municípios com menor tamanho eleitoral pode ser visto também a partir da queda do NEP dos municípios, individualmente. Como dá para notar na tabela, 4 o valor médio da queda desse índice nos municípios das faixas 1 e 2 fica entre 2 e 2,5, porém, há considerável variação entre os municípios. Entre todos os municípios do Pará, a maior queda do NEP registrada foi de 6,44, atingida pelo Município de Vigia, que conta com 38.612 eleitores – o que o coloca na faixa 2 dos municípios. No total, seis municípios do Estado tiveram quedas do NEP superiores a 5 e todos se encontram na faixa 1 e 2<sup>10</sup>, sendo 5 da faixa 2 e 1 da faixa 1. Quando se observam os casos em que o NEP sofreu uma diminuição entre 4,0 e 4,9, se obtêm dez ca-

9 Cabe aqui observar que os valores da tabela 4 diferem dos valores da tabela 2, o que reforça a diferença entre tratar do número absoluto de partidos e o NEP. Em alguns casos, a variação no número de partidos não significa uma variação (ou uma variação no mesmo sentido) do NEP. Um exemplo é o Município de Bragança que, mesmo com o aumento no número de partidos, apresenta uma queda no seu NEP. Em 13 dos 23 municípios em que não ocorreu variação do número absoluto de partidos de 2016 a 2020, o NEP apresentou variações, seja com pequenos aumentos ou quedas.

10 Além de Vigia, Goianésia do Pará (-6,19), Breves (-5,95), Tailândia (-5,44), Rurópolis (-5,18) e Moju (-5



so, sendo que nove deles se encontram também nas faixas 1 e 2. Nas faixas 3 e 4, a maior queda desse índice se deu em Itaiatuba (-4,29) e Santarém (-2,11), o restante dos municípios dessas duas faixas teve diminuição entre 1,67 e 0,5, além um caso de estabilidade (0,0) e de três casos de crescimento, sendo que o maior crescimento do NEP de 2016 a 2020 foi em um município da faixa 3 – Altamira - com um acréscimo de 3,72 no NEP.

Na faixa 1, 15% dos municípios tiveram uma queda no NEP maior do que 3,0 e 18,3% entre 2 e 3. Na faixa 2, 18,0% tiveram queda maior do que 3, sendo 6,9% maior do que cinco; somado a isso, 11,1% apresentaram queda de 2 a 3. Já para a faixa 3, 11,3% dos municípios tiveram uma queda maior do que três (nenhum mais que cinco) e nenhuma queda no NEP de 2 a 3. Nessa faixa, as maiores concentrações são nas quedas de 1,0 a 1,99 (33,3%) e um crescimento menor do que 1,0 (22,2%). Na faixa 4, os municípios apresentaram quedas de 0,94 a 2,11, ficando dois dos três casos com queda menor do que 2,0<sup>11</sup>. Assim, complementando o antes exposto, se nota que as maiores quedas se deram nos municípios menores e que uma parcela maior desses municípios exibiu diminuições mais fortes do seu NEP, comparado com os municípios com maiores contingentes eleitorais.

Até o momento, focamos nas quedas do NEP nos legislativos municipais, porém em 20,1% dos municípios houve algum tipo de crescimento nesse indicador de 2016 a 2020<sup>12</sup>. Cabem agora algumas informações sobre esses casos. Primeiro, os valores de crescimento são inferiores aos de queda: enquanto os valores mais altos das quedas ultrapassam 6,0, o maior valor de crescimento foi de 3,72, sendo esse o único valor superior a 3. Além disso, 62,1% dos casos de crescimento variam entre 0,02 e 0,95, isso é, crescimento pouco significativo. No que tange às faixas de população eleitoral dos municípios, observa-se que 13,3% dos municípios da faixa 1 apresentaram crescimento, sendo que em 10,0% deles o crescimento é de menos de 1. Na faixa 2, 25,1% apresentam um acréscimo no seu NEP e, de forma semelhante com a faixa anterior, 13,3% crescem com um aumento menor do que 1. Na faixa 3, 33,3% dos municípios tiveram acréscimo e 22,2% estão na faixa de crescimento inferior a 1 – e, como dito anteriormente, o maior crescimento é em um município dessa faixa.

11 Na Faixa 4, as quedas foram de -0,94 para Ananindeua, -2,11 para Santarém e -1,5 para Belém.

12 Em outros 11,1% não houve nenhuma mudança.

Como se pode notar, ao tratarmos dos casos com aumento do NEP, observamos que há um crescimento conforme se passa das faixas inferiores para as superiores. Além disso, a faixa 1 não apresenta nenhum caso de crescimento maior do que dois. Dessa forma, nos municípios maiores, é que se concentram os casos opostos ao resultado esperado após o fim das coligações.

Resumindo, ao observar a variação do NEP dos municípios, nota-se que há uma queda mais acentuada entre os municípios de menor porte, nessas faixas também há maior concentração de casos em que esse índice diminuiu. Já nas faixas com os municípios maiores, se observa uma concentração de casos em que o NEP tem o movimento contrário ao esperado, isto é, cresce. As quedas do NEP dos municípios maiores (incluindo os da faixa 4) se concentram de menos de 1,0 a 2,0, ficando os menores municípios com os casos com mais de 3,0 de redução desse indicador.

Outro elemento a ser tratado neste capítulo é a evolução do NEP nos municípios do Estado do Pará. Para tanto, serão consideradas as eleições ocorridas a partir de 2004, observando agora se os municípios apresentam alguma tendência de crescimento ou queda até o ano de 2016 e o que ocorreu com essas trajetórias após as eleições de 2020.

Antes de tratar dos dados propriamente ditos, cabe informar como os municípios foram classificados. Foram considerados municípios com *crescimento* os casos em que 1) entre as eleições de 2004 e 2016 há um aumento no número do NEP, conjugado com 2) não haver diminuição do NEP no espaço entre eleições. Foram classificados como *sem tendência* os municípios onde, pelo menos, uma dessas duas condições não se apresentava. Cabe notar que não foram encontrados municípios com tendência clara de *queda*. Apenas em dois casos há uma queda no NEP de 2004 e 2016, conjugado com um não-aumento entre eleições: Floresta do Araguaia e Nova Esperança do Piriá; porém, ambos os casos se assemelhariam mais a uma estabilidade nos NEPs do que a uma queda de fato<sup>13</sup>. Devido ao baixo número e a essa imagem mais próxima de estabilidade, resolvemos agrupar esses casos na categoria de *sem tendência*.

Então, seguindo essa classificação, se observa que apenas 32,6% dos municípios do Pará apresentaram uma tendência de crescimento nesse período analisado, sendo que os outros 67,4% não apresentam tendência clara. Na faixa

---

13 Os NEPs de 2004 a 2016 de Floresta do Araguaia são, respectivamente: 5,4; 5,4; 4,48; 4,48. Já para Nova Esperança do Piriá, são: 6,23; 5,4; 5,4; 5,4.

1, 21,7% dos municípios apresentavam tendência de crescimento; na segunda faixa esse número sobe para 37,5%, voltando a subir na faixa 3 (55,6%) e na quatro (66,7%). Dessa forma, pode-se dizer que, com o aumento da faixa do tamanho eleitoral do município, aumenta-se a porcentagem de municípios com tendência de crescimento.

O que nos importa observar aqui é se há variação na queda do NEP de 2016-2020 entre os municípios que apresentavam essa tendência de crescimento e os que não apresentavam. Em outras palavras, se a proibição das coligações para eleições proporcionais conseguiu reverter essa tendência de crescimento. A tabela 5 nos traz essas informações.

**Tabela 5. Variação média do NEP por tendência do município**

	Porcentagem de municípios que o NEP diminuiu	Variação na média NEP (2016-2020)
Crescimento	76,59	-2,38
Sem tendência	64,94	-0,97

Fonte: Elaborado a partir dos dados do TSE.

Em 76,59% dos municípios classificados como tendo tendência de crescimento, houve uma diminuição do NEP. Já para os municípios que não apresentavam essa tendência, a diminuição desse índice atingiu 64,94%. Dessa forma, os municípios em que ocorreu um crescimento contínuo da 2004 e 2016 tiveram uma queda no valor desse indicador após a proibição das coligações com maior frequência do que os municípios onde não se apresentava essa tendência.

Complementarmente, a queda do NEP foi em média maior nos municípios que apresentavam crescimento contínuo 2004-2016, comparada com os municípios que não apresentavam essa tendência. Assim, mesmo não sendo possível apontar uma reversão de tendência a partir do resultado de uma única eleição, nota-se que as eleições de 2020 alteram o quadro de crescimento apresentado nas eleições anteriores.

Por fim, cabe observar se o resultado das eleições de 2020 apresenta uma queda no NEP em relação as eleições anteriores. Como dito anteriormente, em relação a 2016, 68,75% dos municípios do Pará apresentaram queda nesse índice. Comparado com 2012, esse número cai para 59,72%. Em 2008

a porcentagem de municípios onde isso ocorre é inferior a 50,0%, atingindo 43,35%, diminuindo um pouco mais quando comparado com 2004 – 40,56%. Essas informações já mostram que a diminuição do NEP ocorrida na última eleição, apesar de expressiva quando comparada com a eleição anterior, não foi alta o suficiente para retornar aos patamares do início dos anos 2000.

Ademais, esses dados só comparam os resultados das eleições de 2020 com os das anteriores individualmente. Se considerarmos todas as eleições do período, o NEP atingido em 2020 só foi menor do que o de todas as outras eleições em 22,91% dos casos. Ao separarmos esses casos por faixas eleitorais dos municípios, nota-se que 33,33% dos municípios da faixa 1 tiveram em 2020 o menor NEP de todo o período analisado. O mesmo ocorrendo em 16,67% dos municípios da faixa 2 e em 11,11% dos da faixa 3. Isso não ocorre em nenhum município da faixa 4. Assim, observa-se que entre os municípios de menor tamanho eleitoral a diminuição da fragmentação partidária apontada pelo NEP após o fim das coligações teve um maior efeito, exibindo uma dispersão de cadeiras legislativas semelhante à mostrada no início dos anos 2000.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As coligações são comumente apontadas como uma das causas do alto número de partidos e da alta fragmentação nas casas legislativas. De tal maneira, a possibilidade de se formarem alianças para as eleições proporcionais acaba por se apontada como um elemento que dificulta a governabilidade, trazendo problemas para o próprio funcionamento da democracia no País.

Por causa dessa visão negativa, quando se trata de discutir reformas políticas, o tema das coligações para eleições proporcionais é sempre levantado. Com a proibição de coligações para esse tipo de eleição, espera-se que haja uma diminuição do número de partidos com representação nas casas legislativas e que a fragmentação delas também diminua. Com essa expectativa, foi aprovada a EC 97/2017, proibindo a realização de coligações para as eleições proporcionais, definido que essa proibição passaria a valer a partir das eleições de 2020.

Esse capítulo buscou apresentar, de forma descritiva, os resultados das eleições para vereadores nos municípios do Pará, tendo em vista o resultado esperado com a promulgação da EC 97/2017, isto é, buscou observar se houve diminuição no número de partidos e da fragmentação partidária nos seus legislativos locais.

A partir da análise do número de partidos que conseguem cadeiras nesses legislativos, se observou que, efetivamente, há uma queda de 2016 a 2020, sendo que nos municípios com menor tamanho eleitoral essa queda é mais frequente. Complementarmente, o tamanho dessa queda também varia muito entre os municípios, atingindo até o número de seis partidos a menos em câmaras de vereadores específicas. De forma semelhante, também se nota que a fragmentação partidária nessas casas legislativas – aqui medida pelo NEP – cai e que a concentração e o valor dessas quedas variam de acordo com o tamanho dos municípios, sendo mais sentidas nos municípios de menor extensão eleitoral.

Ainda sobre o NEP, notou-se que a queda antes citada não se repete ao se comparar com eleições anteriores, isto é, mesmo tendo diminuído em relação a 2016, a força dessa diminuição não foi grande o suficiente para retomar o quadro de fragmentação apresentada no início dos anos 2000. Cabe notar que isso não é um demérito, uma vez que essa diminuição altera a trajetória de crescimento que se apresentava até 2016.

Em suma, mesmo que a diminuição do número de partidos e da fragmentação não seja do tamanho esperado por muitos defensores do fim das coligações, é inegável que a proibição delas tenha gerado efeitos já na primeira eleição em que está valendo. Cabe agora observar como os atores políticos vão adaptar suas estratégias dentro desse novo desenho de governança eleitoral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Maria do Socorro. Dinâmica da coordenação eleitoral em um regime presidencialista e federativo: determinantes e consequências das coligações partidárias”. *In.*: SOARES, Gláucio Ary Dillon e RENNÓ, Lúcio (Orgs), **Reforma Política**. Lições da história recente. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

DANTAS, Humberto e SILVA, Bruno Souza da. Eleições legislativas municipais: a porta de entrada na política e a mãe de todos os pleitos sob a realidade de 2020. **Cadernos Adenauer**, v. XXI, n. 2. 2020.

FREITAS, Andréa M.; MESQUITA, Lara. Coligações em eleições proporcionais: Quem ganhou como isto? **Revista Liberdade e Cidadania**, Brasília, Ano II, n. 7. 2010.

KRAUSE, Silvana. Coligações: o estado e os desafios da arte. *In.*: KRAUSE, Silvana, DANTAS, Humberto e MIGUEL, Luis Felipe (orgs.) **Coligações Partidárias na nova democracia Brasileira**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP. 2010.

KRAUSE, Silvana; BARBOSA, Tiago Alexandre Leme e FAGUNDES, Liliane Gobetti, Novos partidos nas capitais brasileiras: o que pode significar o fim das coligações proporcionais?

**Cadernos Adenauer**, v. XXI, n. 2. 2020.

LAAKSO, Markku e TAAGEPERA, Rein. **The 'Effective' Number of Parties: A Measure with Application to West Europe.** *Comparative Political Studies*, vol. 12, nº 1, 1979.

LIMONGI, F.; VASSELAI, F. Coordenando Candidaturas: coligações e fragmentação partidária nas eleições gerais brasileiras. *In: 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Belo Horizonte. Anais eletrônicos 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política.* Rio de Janeiro: ABCP, p. 1-38. 2026.

MACHADO, Carlos. Coligações revisitadas: metodologias e encruzilhadas. *In.: KRAUSE, Silvana; MACHADO, Carlos e MIGUEL, Luis Felipe, Coligações e disputas eleitorais na Nova República: aportes teóricos-metodológicos, tendências e estudos de caso.* Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP. 2017.

MELO, Clóvis A. Vieira e SOARES, Kelly C. Costa. Coligações partidárias em eleições proporcionais municipais: fragmentação e sucesso dos candidatos com baixa densidade eleitoral. *Análise Social*, 220, LI (3.º). 2016.

MELO, C. A. V.; PESSOA JÚNIOR, J. R. C.; SOARES, K. C. C. Interseção entre (*sic*) sistema eleitoral e sistema partidário: eleições municipais de 2020. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 11, n. 26. 2021.

PEIXOTO, Vitor de Moraes. Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia. *In.: KRAUSE, Silvana, DANTAS, Humberto e MIGUEL, Luis Felipe (orgs.) Coligações partidárias na nova democracia brasileira.* Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP. 2010.

NICOLAU, Jairo. **Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema multipartidário brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora FGV. 1996.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SILVA, Luiz Eduardo Garcia. A proibição das coligações nas eleições proporcionais: três prováveis efeitos. **Cadernos Adenauer** v. XXI, n.2. 2020.

# 19. CANDIDATURAS COLETIVAS E MANDATOS COMPARTILHADOS: NOVOS FORMATOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

David Barbosa de Oliveira<sup>1</sup>

Deborah Cavalcante de Oliveira Salomão Guarines<sup>2</sup>

## 1. CANDIDATURAS COLETIVAS E MANDATOS COMPARTILHADOS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Tanto as candidaturas coletivas como os mandatos coletivos ou compartilhados são exemplos de uma modalidade inovadora de atuação política no plano mundial. Longe de configurarem uma novidade da política brasileira, essas experiências parecem estar na vanguarda da participação política atual, com práticas distintas em vários países ocidentais. Sobre tais iniciativas, observa-se que a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (2019), organização não governamental suprapartidária, direcionada para a qualificação da política e busca de meios de aprimoramento da democracia, realizou em 2019 um estudo acerca dos modelos de candidaturas coletivas no Brasil e no mundo. De acordo com tal publicação, de 2002 a 2018, são identificados exemplos de iniciativas nestes moldes na Suécia, Austrália, Itália, Islândia e Argentina.

No caso do Brasil, as primeiras experiências de candidaturas com a lógica compartilhada ou coletiva remontam a 1994. Nesse sentido, Secchi *et al.* (2019, p. 38) esclarecem que, de 1994 a 2018, foram mapeadas 94 pessoas que experimentaram em suas candidaturas as lógicas coletivas ou compartilhadas para os cargos de vereador, deputado estadual, deputado federal e senador, em 50 municípios de 17 estados da Federação, por intermédio de 22 partidos políticos. Destaca-se o fato de que 24 candidatos foram eleitos em 32 mandatos (contabilizando-se as reeleições), em oito estados brasileiros.

Cabe, ainda ressaltar que, embora as experiências de candidaturas e mandatos compartilhados e coletivos sejam observadas há mais de 20 anos

---

1 Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, Professor Adjunto da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará e do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará

2 Mestranda em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará - UECE

no País, sua grande expansão se deu após as eleições municipais de 2012 e as eleições gerais de 2014. Segundo estudo do Centro de Política e Economia do Setor Público – CEPESP (2020), em 2012, o Brasil teve apenas três candidaturas coletivas. Nas eleições municipais seguintes, ou seja, em 2016, há notícia de treze candidaturas coletivas e nas eleições municipais de 2020 tal número aumentou para 257 (duzentas e cinquenta e sete), em 21 estados e municípios brasileiros.

Conforme divulgado pelo portal de notícia G1 (2020), nas últimas eleições, o Estado de São Paulo foi o local onde mais se registraram candidaturas coletivas, com um total de 103 (cento e três) pedidos, seguido por 29 (vinte e nove) grupos em Pernambuco, 16 (dezesesseis) no Rio de Janeiro, 15 (quinze) em Roraima, 14 (catorze) no Pará, 13 (treze) em Minas Gerais e Goiás, 11 (onze) na Bahia, 10 (dez) no Rio Grande do Sul, 9 (nove) em Santa Catarina e 6 (seis) em Alagoas. Os estados de Maranhão, Rio Grande do Norte e Sergipe tiveram, cada um, três candidaturas coletivas na disputa eleitoral, enquanto Mato Grosso do Sul e Espírito Santo registraram duas candidaturas desta natureza. Por fim, os estados de Rondônia, Amazonas, Ceará, Paraíba e Mato Grosso tiveram, cada um, a primeira candidatura coletiva registrada em suas eleições. O Tribunal Superior Eleitoral, segundo Giovanaz (2020), não informa oficialmente o número de grupos eleitos, inclusive porque o mandato decorrente da vitória será, oficialmente, exercido por uma só pessoa, porém, segundo notícias jornalísticas, pelo menos 17 (dezesete) vagas de vereador foram conquistadas por meio de candidaturas coletivas.

A experiência brasileira mostra que tais grupos apresentam-se com um nome próprio, escolhido para aquele coletivo de pessoas, porém, por força da legislação eleitoral vigente, o eleitor é esclarecido que deverá votar no número de urna atribuído a um determinado candidato, que, seja expresso, “encabeça” a iniciativa. São exemplos de tais candidaturas os grupos conhecidos como “Mandata Coletiva”, “Bancada Coletiva”, “Coletivo Periferia é o Centro”, “Ubuntu Periferia”, “#Somosmultiplxs”, “Movimento Vozes Negras” e “Nossa Cara”. Nessas hipóteses, o nome do grupo praticamente substitui o nome do partido político pelo qual a candidatura está registrada, de maneira que o destaque maior é do grupo, da coletividade, das propostas e ideias daquelas pessoas e não da agremiação partidária.

Na legislação brasileira, a candidatura eleitoral é um ato jurídico individual por excelência, por meio do qual uma pessoa física, em pleno gozo de seus direitos políticos e previamente filiada a um partido, é escolhida em



convenção partidária para requerer o registro de sua candidatura em determinado município ou estado (onde tem domicílio eleitoral). Não obstante, no caso das candidaturas coletivas, tudo isso é modificado, pois, nesta hipótese, um grupo de pessoas se une para eleger um candidato “formalmente registrado”. Por acordo firmado somente entre os envolvidos, tal grupo combina previamente que, em caso de eleição, todos os participantes terão atuação efetiva durante o exercício do mandato eletivo. Nas candidaturas coletivas, todos mobilizam-se para conseguir votos, expondo a plataforma política dos participantes aos eleitores e atuando como se todos, na realidade, fossem os efetivos candidatos.

O surgimento das candidaturas coletivas e dos mandatos eletivos e compartilhados parece estar vinculado a três fatores preponderantes. Primeiro, é de se referir que a cena política brasileira é o palco de uma duradoura crise na representação política, potencializada pela perda de credibilidade dos partidos políticos. O segundo motivo parece se relacionar à distribuição dos cargos para o Legislativo por meio do critério do quociente eleitoral, que leva em consideração o número total de votos obtidos pelo partido político para a efetiva ocupação dos assentos nas câmaras municipais e assembleias legislativas. Com efeito, pessoas com interesses e plataformas políticas em comum perceberam que a disputa pelo cargo eletivo é facilitada quando um grupo de pessoas se une para disputar votos para *apenas um deles*, no lugar de disputarem uns com os outros a preferência dos eleitores, da tradicionalmente prevista na legislação. Por fim, tais candidaturas também parecem se relacionar com um desejo crescente de alcançar visibilidade política de grupos vulneráveis diversos, que encontraram na união de seus membros uma maneira diferente de fazer política. Deste modo, tal modalidade de candidatura também parece ter sido impulsionada por uma mudança de atitude do próprio eleitorado, que, além de não se sentir representado pelos parlamentares eleitos pelas vias tradicionais, passou a buscar modos de ter suas opiniões e anseios ouvidos pelos membros do Poder Legislativo. Ver-se-á, detidamente, cada uma dessas causas na próxima seção.

## 2. CRISE REPRESENTATIVA E CANDIDATURAS COLETIVAS

Desde a redemocratização do Brasil, com a retomada do voto direto, verifica-se que existiu uma certa relação de confiança e estabilidade entre os eleitores e os partidos, com relativa fidelização dos seus respectivos simpatizantes. Não obstante, nos últimos tempos, após um período de incerteza

financeira e econômica, com a frustração de expectativas sociais e dúvidas quanto ao futuro, causadas em parte por sucessivos escândalos envolvendo agentes políticos de praticamente todos os grandes partidos nacionais, o número de brasileiros que não se identifica com nenhuma legenda partidária e desconfia, em geral, das instituições públicas, é crescente.

Na mais recente pesquisa sobre a confiança dos brasileiros nas instituições nacionais, o Instituto de Pesquisa Datafolha (2019) entrevistou, entre os dias 04 e 05 de julho de 2019, brasileiros de mais de 16 anos de idade e os dados observados demonstram o descrédito paulatino de toda a Nação em várias instituições. Segundo tal pesquisa de opinião, as Forças Armadas são a instituição de maior credibilidade nacional, porém, o número de brasileiros que confiam muito nas Forças Armadas caiu de 45% (quarenta e cinco por cento) em abril de 2019 para 42% (quarenta e dois por cento) em julho do mesmo ano. No mesmo levantamento, verificou-se que 31% (trinta e um por cento) afirmaram que não confiam na Presidência da República, 45% (quarenta e cinco por cento) dos entrevistados afirmam que não confiam no Congresso Nacional e, por fim, 33% (trinta e três por cento) dos entrevistados reconheceram não confiar na Suprema Corte.

No que se refere aos partidos políticos, o mesmo estudo demonstrou que, de abril de a julho de 2019, o percentual de brasileiros que confiavam muito nas agremiações partidárias caiu de 5% (cinco por cento) para 4% (quatro por cento) e que o nível de descrédito (pessoas que afirmaram não confiar em tais instituições) cresceu de 54% (cinquenta e quatro por cento) para 58% (cinquenta e oito por cento) no mesmo período. Some-se a isso o fato de que a cúpula de tais organizações normalmente é composta por uma minoria dominante, que há anos integra os diretórios nacionais, estaduais e municipais, sem necessariamente abrir espaço para outros agentes do jogo democrático. Neste sentido, segundo Russo (2020), o último pleito apresentou um aumento expressivo no número de candidatos a vereador, que subiu de mais de 463 mil em 2016 para 509 mil em 2020, entretanto a média do número de partidos políticos na disputa eleitoral caiu significativamente.

Esse estado de coisas também é comprovado pelo número reduzido de novas filiações partidárias experimentado, ao largo dos anos, pelos partidos políticos, bem como pelo fato de que em praticamente todas as agremiações, as convenções continuam a escolher os políticos “tradicionais” para as disputas eleitorais, sendo raras as ocasiões em que as legendas efetivamente incentivam e investem em candidaturas inéditas, com propostas inovado-

ras (LOUREIRO, 2009). Com efeito, em abril de 2020, o País contava com 16.492.478 (dezesesseis milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, quatrocentos e setenta e oito) brasileiros filiados a um dos 33 (trinta e três) partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral. Esse número é consideravelmente menor do que o quantitativo de pessoas filiadas no País nas eleições de 2018, quando o TSE registrava 16.803.430 (dezesesseis milhões, oitocentos e três mil, quatrocentos e trinta) filiações e também inferior ao número de registros registrado nas eleições de 2016, quando o TSE contava com 16.512.736 (dezesesseis milhões, quinhentos e doze mil, setecentos e trinta e seis) pessoas filiadas a partidos políticos (SOARES, 2020).

Além da ampliação da desconfiança em relação às instituições, como demonstram os dados levantados, são sintomas da crise de representação política também, segundo Miguel (2014), o declínio do comparecimento eleitoral e os esvaziamentos dos partidos políticos. Este esvaziamento é explicado, em parte, pela burocratização de suas estruturas internas, a introdução da mídia eletrônica e pelo estreitamento das opções políticas. Percebe-se, nesse contexto, uma associação do governo representativo com a aristocracia eleitoral e com o governo de elites (MANIN, 1995). As oligarquias tradicionais, por exemplo, estabelecem uma inequívoca associação entre mandonismo e concentração de renda e dos poderes políticos. Sobre isso, Schwarcz denuncia:

A história da democracia, dos gregos até a nossa modernidade, implica não só a liberdade de expressão como a justiça no que concerne à distribuição de cargos públicos e a igualdade diante da Justiça. E nessa nossa breve história brasileira da democracia existem muitos avanços, mas também evidente recuos. Convivem, ainda, um modelo de “democracia inclusiva”, que levou à introdução crescente de distintos sujeitos sociais, e, igualmente, uma “democracia exclusiva”, que procura ameaçar, quando não tolher, o catálogo de direitos dos cidadãos. E com a manutenção das vantagens políticas garantidas pelas oligarquias estaduais ocorre uma espécie de acomodação dos hábitos políticos, das condutas eleitorais e que, não raro, convergem para a manutenção do poder herdado ou construído há longa data. (2019, p. 57).

É importante observar, por conseguinte, que a crise na representação política, conforme explica Bonavides (2004), não atingiu apenas os grupos interessados em ocupar um cargo eletivo, pois foi também sentida por parte do eleitorado, que está descontente com os formatos tradicionais de escolha de candidatos a vereador e por isso vem aderindo à nova proposta, apesar da inexistência de previsão legal expressa que regulamente o fenômeno. Nesse

sentido, Secchi et al. (2019, p. 20) observam que, ao mesmo tempo em que os cidadãos foram perdendo a confiança nos partidos políticos e a democracia brasileira experimentou um declínio em sua vitalidade, houve um gradativo aumento do nível de educação das pessoas, aliado a diversos avanços nas tecnologias de informação e comunicação, que fizeram surgir, nas gerações mais jovens, o desejo de ter um impacto mais direto na política, por meio de representantes que correspondam às suas preferências e necessidades.

As candidaturas coletivas são uma resposta a este estreitamento das opções políticas ante a evidente ausência de mulheres, negros, indígenas, deficientes físicos e militantes da causa LGBTQ+ dos cargos da direção mais relevantes dos diversos partidos políticos, tais como presidente, tesoureiro e secretário-executivo (TAVARES & GARCIA, 2020), bem como nas candidaturas. As postulações coletivas surgem, então, como projetos políticos participativos alternativos à forma tradicional de concorrer aos cargos públicos do Poder Legislativo e direcionando, em certa medida, o modo de percebermos o mandato ao aproximar a relação entre governantes e governados (BONAVIDES, 1996).

Segundo Russo (2020), ao analisar os resultados das eleições municipais de 2020, observa-se que a maioria das candidaturas coletivas está vinculada a partidos considerados de esquerda ou centro-esquerda, com pautas mais progressistas e inclusivas. Com efeito, das 257 (duzentas e cinquenta e sete) candidaturas coletivas identificadas em 2020, 99 são do PSOL, 51 do PT, 23 do PC do B, 11 do PDT, 9 do PSB, 8 da REDE e 8 do PV. Russo também esclarece que:

*E é interessante notar que quase metade dessas candidaturas estão registradas no nome de mulheres, em comparação a aproximadamente 34% de candidaturas de mulheres no total. Isto é, mesmo sendo uma candidatura coletiva na qual exista um acordo informal entre diferentes pessoas que participam do coletivo, legalmente é preciso nomear alguém como responsável pela candidatura.*

*Das 257 candidaturas coletivas de 2020, 80 são registradas no nome de mulheres auto-identificadas como brancas, 25 por mulheres pretas, 15 por mulheres pardas, 1 por mulher amarela e uma sem identificação de cor de pele. Já em 2016, nenhuma das 13 candidaturas classificadas aqui como coletiva eram de candidatas mulheres (2020). (grifamos).*

As candidaturas coletivas estão, efetivamente, associadas a pautas minoritárias como: as de minorias étnicas e sociais, as ambientais, de gênero, de

raça etc. Os coletivos sociais e os mandatos compartilhados, portanto, encontram, nesses partidos, em virtude de uma identidade ideológica ou de pautas, a possibilidade de se expressar politicamente, de incluir, como resposta à crise representativa, novas discussões e novos agentes.

As candidaturas coletivas, portanto, dialogam com a crise na democracia representativa, que comprometeu desde as chances de acesso aos cargos de direção *dentro dos próprios partidos políticos*, até mesmo às oportunidades de conquista e exercício do mandato eletivo, *pelas regras eleitorais tradicionais*. Parece-nos, portanto, que o que tem ocorrido nas últimas eleições é o surgimento de grupos de pessoas com interesses políticos, sociais, econômicos e eleitorais em comum que decidiram unir esforços para o lançamento de candidaturas coletivas, numa tentativa de finalmente obter efetiva representação política. Nesse sentido, Lopes observa que

Quem aposta em uma candidatura em grupo faz isso motivado por fatores que vão da ideia de que a política não é individual, mas coletiva, até a busca por uma maior representatividade na política. “[A candidatura coletiva] é um bom espaço para outsiders”, diz o especialista em direito eleitoral e doutor pela UFPR (Universidade Federal do Paraná) Luiz Fernando Casagrande Pereira.

Há também a ideia de que conseguir votos para um grupo é mais fácil do que para uma pessoa sozinha. “*Nós víamos diversos candidatos com deficiência e nenhum sendo eleito*”, diz Bruno Beraldin (PSDB), do “Todos pela Acessibilidade”, pré-candidato a vereador de um grupo de cinco pessoas com diferentes tipos de deficiência.

Sentindo falta de voz na Câmara, o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) lançará uma candidatura coletiva. “*A gente decidiu que precisa de representatividade*”, diz Jussara Basso (PSOL), que estará com outras duas militantes do MTST no “Juntas” para representar também as “mulheres negras e as mães solas da periferia”.

Ex-presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), Carina Vitral (PCdoB) vê como positivo *estar em uma pré-candidatura com outras três mulheres*: “São quatro biografias, que são mais diversas que uma só”. “Você trabalha a potencialidade de agenda, de articulações que cada uma tem. Na prática, você tem quatro campanhas. Você tem mais gente se dedicando àquele projeto com afinco”, diz Carina, que terá uma experiência coletiva na “Bancada Feminista” depois de não ter conseguido se eleger deputada estadual em 2018 (2020). (grifamos).

A candidatura coletiva “Bancada Ativista” (atualmente autodenominada “Mandata Ativista”) é um bom exemplo da aproximação ao modelo imperativo de mandato. Esta bancada “suprapartidária” reúne *nove pessoas* e foi en-

cabeçada pela jornalista Mônica Seixas. O grupo obteve, em 2018, um total de 149.844 (cento e quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta e quatro) votos para o cargo de deputado estadual na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Na época da conquista do cargo de deputado estadual pela bancada, as co-deputadas Raquel Marques e Claudia Visoni afirmaram:

“A Bancada Ativista é uma rede de redes, na verdade”, disse a co-deputada Claudia Visoni. “Então a gente não vai perder a conexão com os movimentos que nos trouxeram até essa eleição.” (...) “Nós não estamos dentro da lógica partidária de querer nos opor a um projeto simplesmente porque foi proposto por um outro partido. Nós estamos, acima de tudo, comprometidas com as nossas bases, os nossos leito-eleitores e com a sociedade no geral”. (G1, 2018).

Esta procura por uma relação mais próxima entre governante e governado, buscando prestar contas com os eleitores, escutar as demandas populares, bem como ouvir a voz dos representados nas decisões no parlamento é algo inovador e que faz o sistema representativo flertar com a doutrina da identidade (BONAVIDES, 1996). Outro ponto por nós observado (que justifica, em certa medida, essa relação com os governados) é o olhar pragmático das candidaturas coletivas em relação ao modo de alcançar o *quorum* de elegibilidade. Na avaliação da própria deputada eleita, Mônica Seixas, caso os nove “co-parlamentares” tivessem concorrido separadamente, estes jamais teriam conseguido ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, considerando que os votos obtidos em candidaturas individuais teriam sido pulverizados de modo a diminuir as chances dos referidos candidatos. Sobre essa realidade, Lopes, assim explicou:

No total, todas as candidaturas coletivas que já disputaram uma eleição no Brasil conquistaram juntas mais de 1,2 milhão de votos. Cerca de 12% deles, porém, foram para apenas uma campanha: a da “Mandata Ativista”, antiga “Bancada Ativista”, para a Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), em 2018.

Formado atualmente por oito codeputados, o grupo acredita que apenas unidos poderiam conquistar uma vaga como deputado estadual. “*Não teria outra forma de eleição que não fosse coletivamente*”, diz Mônica Seixas (PSOL), porta-voz do grupo. “*Porque [a gente] é muito pobre, vulnerável.*”

Com sua experiência na “Mandata”, ela diz que está acompanhando mais de cem candidaturas coletivas para a eleição deste ano. “A gente está se multiplicando. A gente tem consciência que nossa experiência é exem-

plo para muita gente (2020). (grifamos).

As regras para o preenchimento dos cargos de vereador, deputado estadual e deputado federal estão previstas no art. 106 e seguintes do Código Eleitoral Brasileiro. Conforme a legislação vigente, a cada eleição, é preciso verificar o total de votos válidos (ou seja, excluídos os votos brancos e nulos) e a divisão deste montante pelo número de cargos disponíveis indica o quociente eleitoral. Uma vez feito tal cálculo, é preciso estabelecer o quociente partidário, que corresponde ao número de votos válidos efetivamente obtidos por um partido político dividido pelo quociente eleitoral. O resultado desta operação, explica Medeiros (2017), indicará quantos assentos serão ocupados pelos candidatos efetivamente eleitos pela agremiação partidária, fato demonstrativo de que somente os candidatos mais bem votados de cada partido, efetivamente, chegam a exercer, no regime brasileiro, um mandato eletivo de vereador, deputado estadual ou deputado federal.

Em outras palavras, as candidaturas coletivas permitem que todos os votos que seriam dados aos diversos integrantes do grupo que se uniu em torno de um só nome sejam destinados unicamente para este candidato, de maneira que, quando totalizados os votos válidos recebidos pelo partido político, tal grupo consiga ocupar efetivamente um dos assentos decorrentes do quociente partidário, mesmo não se tratando de um candidato “tradicional”, ou político “profissional”, como tantos que são eleitos há décadas para os mesmos cargos no nosso País.

### **3. DOS MANDATOS COLETIVOS OU COMPARTILHADOS E A AUTOGESTÃO**

Na hipótese de êxito de uma candidatura coletiva, o candidato que foi efetivamente considerado apto para concorrer às eleições pela Justiça Eleitoral é o único a ser diplomado e empossado no cargo almejado, que exercerá de forma coletiva ou compartilhada. Nesse contexto, a experiência brasileira fez nascer a figura do “co-parlamentar”, que corresponde aos demais membros do grupo, que dividirão com o candidato eleito os processos de tomada de decisão durante a legislatura, conforme o acordo prévio feito entre os integrantes na fase pré-eleitoral.

Mandato coletivo ou compartilhado é uma modalidade de exercício de mandato em que o representante eleito se compromete a dividir o poder político e a gestão do gabinete com um grupo de cidadãos. Os elementos constitutivos dos mandatos coletivos ou compartilhados, segundo Secchi *et al.* (2019, p. 23), são, portanto, (i) o acordo que antecedeu a própria candidatura,

(ii) o parlamentar que encabeçou o grupo e figurou como candidato “oficial” e (iii) os coparlamentares, que reuniram esforços e conquistaram a confiança e o voto dos eleitores com suas propostas. Não há, *a priori*, um número máximo de participantes e, até onde observamos, a quantidade de “co-parlamentares” deve corresponder àquela prevista no “acordo”, mas nada impede que seja aumentado ou minorado no decorrer do mandato.

Na prática, ante a inexistência de qualquer previsão legal para esse jeito de atuação dos candidatos eleitos com suporte numa candidatura coletiva, a experiência brasileira demonstrou foi que a formatação dos mandatos subsequentes varia conforme o grupo “eleito” bem entender, porque, em tais hipóteses, prevalecerá o arranjo feito entre os membros. Secchi *et al.*, contudo, sugerem uma distinção entre os mandatos coletivos e os mandatos compartilhados:

Os mandatos coletivos geralmente se apresentam em número reduzido de coparlamentares, que em geral se conhecem ou possuem uma proximidade. Os mandatos coletivos, via de regra, têm uma clara tendência ideológica que acaba sendo uma barreira de entrada para a participação de pessoas que não compartilham da mesma visão de mundo. Por ter número reduzido de participantes, e por estes se conhecerem, as decisões dos mandatos coletivos são tomadas, em geral, por deliberação, debate e tentativa de consenso. Os mandatos compartilhados são aqueles que fazem a distribuição de poder de voto de maneira individualizada para cada coparlamentar. Esses mandatos, em geral, primam pela pluralidade e pela heterogeneidade de um grupo médio a grande de coparlamentares (em geral superior a 100 pessoas). Mandatos compartilhados não têm a ambição de sintetizar “o interesse geral da sociedade”, mas também não se fecham para a participação de pessoas de viés ideológico contrastantes. As decisões são tomadas em regra de maioria, por meio de debate e enquete em meio eletrônico entre os vários coparlamentares. (2019, p. 24).

Outra característica deste tipo de atuação política é o caráter experimental de sua configuração, porém com o diferencial no sentido de que durante o mandato coletivo ou compartilhado o titular do cargo eletivo não tem liberdade para agir conforme seus interesses pessoais, consciência ou dentro dos parâmetros partidários.

Há arranjos para todo tipo de assuntos, inclusive a remuneração. Com efeito, no exemplo do coletivo de mulheres eleitas para o cargo de vereador de Fortaleza, foram eleitas uma assistente social, uma professora e uma educadora popular. Com o nome “Nossa Cara”, escolhido para identificar o grupo o *slogan* de propaganda “Eu vou com as Pretas”, a vereadora oficial-



mente eleita chama-se Adriana Gerônimo Vieira Silva e somente ela poderá ocupar a bancada, votar, propor leis e praticar atos privativos de parlamentar. As co-parlamentares Louise Anne de Santana e Lila M. Salu, por sua vez, exercerão, oficialmente, cargos de assessoras da vereadora eleita, porém, na prática, o grupo afirma que “tudo será horizontal”, pois decidiram que todas receberão o mesmo salário e um percentual do salário pago pelo cargo será destinado a um fundo coletivo (VIANA, 2020). Segundo as eleitas, a cada dois anos, o grupo pretende abrir um edital para que interessados inscrevam projetos a serem apoiados pelo referido fundo, destinado à juventude e às comunidades (VIANA, 2020). Ao estudar tal aspecto dos mandatos coletivos, Sechhi observou que:

Já em relação a divisão de benefícios durante a execução do mandato parlamentar, os mandatos de Mônica Seixas (Bancada Ativista / SP) e Jô Cavalcante (Juntas / PE) são inovadores no sentido de compartilhamento do salário entre os membros do mandato coletivo. A fórmula que encontraram foi a indicação dos demais co-parlamentares para cargo de assessoria parlamentar, e o posterior rateio de todos os salários em partes iguais. Em Alto Paraíso de Goiás, o rateio dos benefícios é simbólico, visto que o salário do vereador vai para um fundo de ações sociais, que são capitalizados politicamente pelos cinco membros do mandato coletivo. O Demoex (Suécia) também criou um mecanismo de doação de parte do salário do vereador para os co-parlamentares mais ativos, como mecanismo de incentivo à participação.

O rateio de custos e benefícios do mandato é um dos temas mais delicados em candidaturas e mandatos coletivos e compartilhados. Por questões legais, especialmente no Brasil, nenhum candidato pode prometer vantagens a eleitores. Mesmo que um coparlamentar não classifique-se como eleitor, pode haver contestação judicial de que houve promessa de salário ou vantagem pós-eleitoral. A partilha do salário também deve ser enquadrada na legislação de doação inter-vivos, para que não configure evasão fiscal ou atividade suspeita. Já o rateio dos custos de campanha eleitoral são bastante regulados pela legislação eleitoral, sem grandes complicações do ponto de vista da estratégia de compartilhamento dos custos (2019, p. 61).

No caso da Mandata Ativista, eleita, em 2018, para a Assembleia Legislativa de São Paulo, observa-se que a deputada oficialmente eleita, Mônica Seixas, atua apenas como porta-voz do grupo e não há hierarquia entre os envolvidos, de maneira que todas as decisões são tomadas em conjunto (BOCCHINI, 2020). Com efeito, no caso deste coletivo de pessoas, especificamente, observa-se que alguns de seus integrantes, além de não serem filiados ao

PSOL, partido pelo qual a candidatura coletiva foi registrada, efetivamente pertencem a outras agremiações, como REDE (Cláudia Visoni, Raquel Marques e Anne Remmi) e PDT (Jesus dos Santos) (BANCADA ATIVISTA, 2021). Por essa razão, o grupo se proclama “suprapartidário” e vota as matérias colocadas à sua deliberação sem obediência ou fidelidade à agremiação que garantiu a todos o acesso ao parlamento.

De acordo com Sechhi (2019), a quase totalidade dos grupos de pessoas eleitas por candidaturas coletivas e que exercem mandatos coletivos divide igualmente o poder decisório, entre o parlamentar e os co-parlamentares. Há experiências interessantes de consulta por meio do uso de redes sociais e aplicativos de mensagem instantâneas, utilizados nas hipóteses em que as circunstâncias não permitem o debate pessoal entre os envolvidos e, em alguns casos, o pesquisador verificou a realização prévia de reuniões presenciais em bairros das comunidades atendidas (Poços de Caldas/MG e Piracicaba/SP), com público variado, pauta flexível, sem ritual estruturado de votação de pautas legislativas, mas por meio das quais foi formado um consenso entre os co-vereadores.

#### 4. ASPECTOS JURÍDICOS DAS CANDIDATURAS E MANDATOS COLETIVOS

Feitas as considerações acima acerca das candidaturas e mandatos coletivos, é imprescindível repetir que nenhum desses institutos é previsto pela legislação brasileira, segundo a qual a candidatura é pessoal e seu deferimento depende, necessariamente, do preenchimento das condições de elegibilidade e da demonstração da inexistência de qualquer causa de inelegibilidade por quem almeja exercer um cargo político, na forma do art. 14 e parágrafos da Constituição Federal de 1988.

Assim, um dos primeiros problemas que as candidaturas coletivas denotam, sob o ponto de vista jurídico, diz respeito à própria habilitação dos integrantes do grupo que pretende concorrer ao cargo político. Com efeito, na ausência de legislação própria, existe o risco real de que o grupo de apoiadores do candidato registrado seja formado por pessoas que, caso estivessem concorrendo individualmente, não poderiam ser registradas, ou teriam seus respectivos pedidos de registro de candidatura indeferidos.

A Justiça Eleitoral brasileira, até o momento, não obstante a divulgação pública e notória de que determinado candidato faz parte de uma “candidatura coletiva” simplesmente não tem autorização legal para examinar, em

nenhuma das candidaturas coletivas realizadas no País, se todos os seus integrantes efetivamente têm condições de exercer um mandato eletivo, seja na condição de parlamentar, seja na de co-parlamentar.

Assim, requisitos muito importantes exigidos de todos os homens e mulheres públicos, como, por exemplo, ser o co-parlamentar de nacionalidade brasileira (art. 14, §3º, I, da Constituição Federal de 1988), bem como efetivamente alfabetizado (art. 14, §4º da Constituição Federal de 1988), filiado a um partido político pelo prazo mínimo previsto na legislação brasileira (art. 14, §3º, V da Constituição Federal de 1988 e Anexo I da Resolução TSE 23.606/2019) ou ser possuidor de domicílio eleitoral efetivo na jurisdição para a qual o grupo está concorrendo (art. 14, §3º, IV, da Constituição Federal de 1988) simplesmente não estão sendo avaliados e, muitas vezes, não são de conhecimento do próprio eleitor.

Não são poucos os políticos que, uma vez alijados da arena eleitoral por terem sido considerados “fichas sujas” (LANDIN, 2020), valem-se de esposas, filhos, filhas, parentes, ou mesmo apoiadores para “apadrinhar”. Assim procedendo, tais atores do cenário político-eleitoral acabam, de modo indireto, permanecendo próximos ao poder, ainda que não o exerçam diretamente. Assim, é preciso reconhecer que absolutamente nada impede que uma candidatura “coletiva” seja integrada por uma pessoa nessas condições (inelegível), o qual poderia, portanto, atuar na condição de co-parlamentar, quando, em verdade, estaria constitucionalmente impedido de fazê-lo pelas vias tradicionais. Em outras palavras, sem norma proibitiva na legislação brasileira, tal inovação política poderia, por exemplo, autorizar que pessoas com condenações por improbidade administrativa, com contas rejeitadas pelos órgãos competentes, ou condenados por crime julgado definitivamente em segundo grau de jurisdição (Lei Complementar 135/10) cheguem ao poder na condição de co-parlamentares, uma vez que tais fatos não serão objeto do crivo do Poder Judiciário Eleitoral.

Outro problema significativo para as referidas candidaturas diz respeito à prática de ilícitos eleitorais. Com efeito, a política é uma arena de paixões e, muitas vezes, no afã de defender pontos de vista, interesses e propostas, não são poucas as condutas que, se forem praticadas por candidatos, implicarão na sua responsabilidade criminal. O problema, no caso de candidaturas coletivas, reside na hipótese de o delito ser praticado por um “co-candidato”, cujo comportamento e a responsabilidade criminal simplesmente não estão deli-

neados pela lei eleitoral e, exatamente por isso, se acharia livre para praticar fatos penalmente relevantes que certamente terminariam por ser considerados atípicos.

Imaginem-se as hipóteses de propaganda eleitoral antecipada, em que um co-candidato, antes do período autorizado pela legislação brasileira, se pusesse a lançar propostas, fazer pedidos expressos de votos para a candidatura coletiva, realizar gastos de campanha sem que sequer a conta-corrente prevista na legislação estivesse devidamente aberta em nome do “cabeça da chapa”, ou adotasse outras posições que, nas candidaturas tradicionais, seriam alvo de severa punição, porém, estão efetivamente fora do alcance da lei.

Há, ainda, o risco de desrespeito às previsões legais no que diz respeito ao número de candidaturas registrados por partido político. Com efeito, a Lei nº 9.504/97 prevê um limite legal para o número de candidatos registráveis por agremiação, o qual corresponde até a 150% (cento e cinquenta por cento) dos lugares a serem preenchidos na Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, assembleias legislativas e câmaras municipais. Tal regra, na hipótese de multiplicação de candidaturas coletivas, seria facilmente burlada, na medida em que, apesar de cada integrante de tais grupos atuar perante o eleitorado como um autêntico candidato, para fins “registrais”, a agremiação teria apresentado um número diferente de pedidos de registro, a fim de observar a lei apenas formalmente (Lei nº 9.504/97).

O mesmo problema se impõe quando se leva em consideração a necessidade de observância da cota de gênero prevista na legislação brasileira pelos partidos políticos (art. 10, §3º da Lei nº 9.504/97). Com efeito, nas candidaturas coletivas somente o gênero do candidato “formal” é informado pelo partido político à Justiça Eleitoral, o que poderia levar à burla nos percentuais exigidos pela legislação. Imagine-se uma situação hipotética em que, na candidatura coletiva, uma mulher é colocada pelo grupo como candidata “formal”, porém, existe naquele grupo uma esmagadora maioria de co-parlamentares do sexo masculino. Nesse exemplo, é possível que surjam questionamentos acerca do efetivo cumprimento da cota de gênero, uma vez que a candidatura coletiva se revela como uma ferramenta para o descumprimento da lei, ante a possibilidade de uma mulher sair-se vencedora no pleito eleitoral, porém, em decorrência da configuração do grupo ao qual pertence, ter suas decisões, opiniões, convicções e iniciativas ditadas por um grupo majoritariamente formado por homens.

Em 2020, a candidatura coletiva encabeçada por Adevânia Coelho de

Alencar Carvalho (PSOL), para o cargo de vereadora no Município de Ouricuri/PE, formulou pedido para o uso do nome de urna “Coletivas Elas” ou “Adevania da Coletiva Elas”, porém, tal pretensão foi indeferida pelo Tribunal Regional Eleitoral. Ao analisar o inconformismo da referida candidatura coletiva, aquela Corte manteve a decisão do juiz eleitoral da 82ª Zona, sob o argumento de que a permissão do uso do nome de urna pelo grupo integrado pela candidata poderia causar dúvidas no espírito do eleitor, que tenderia a acreditar que o mandato seria exercido de modo compartilhado, o qual não é previsto em lei. Naquela ocasião, o referido colegiado proferiu o seguinte julgado:

RECURSO ELEITORAL. PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA. ELEIÇÕES 2020. OPÇÃO DE NOME DE URNA. PRENOME ACOMPANHADO DE DESIGNAÇÃO DE GRUPO POLÍTICO. DÚVIDA QUANTO À IDENTIDADE. CANDIDATURA/MANDATO COLETIVO. AUSÊNCIA DE NORMATIZAÇÃO. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. 1. Não obstante sejam analisadas, no registro de candidatura, as condições de elegibilidade, inexistência de causas de inelegibilidade ou impedimento, bem como o cumprimento dos requisitos instrumentais, denominados por parte da doutrina de condições de registrabilidade, a ausência de normatização quanto ao procedimento da candidatura/mandato coletivo impõe prudência quanto ao deferimento de opção de nome de urna que remeta ao pretendido modelo de exercício parlamentar. 2. A primeira opção de nome indicado pela requerente, “Coletiva Elas”, não deixa completamente individualizada a pessoa da candidata que está sendo registrada e, sob esse nome, pode se apresentar ao eleitorado qualquer pessoa, sem que fique claro em quem o eleitor está votando efetivamente. 3. A segunda opção de nome indicado pela candidata conjuga seu prenome ao nome do agrupamento político ao qual pertence e, mesmo que deixe claro ao eleitor que se trata de escolha de seu nome próprio (prenome) acompanhado de qualificador, pode incutir na concepção dos votantes que o mandato será exercido, em paridade de armas, por parte do coletivo a qual pertence a candidata. 4. Recurso não provido. (Recurso Eleitoral nº 0600280-86.2020.6.17.0082 (Pje) – Ouricuri – Pernambuco. Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco).

A matéria, por sua vez, foi revista pelo Tribunal Superior Eleitoral, que, ao apreciar o pedido de urgência formulado no recurso especial eleitoral manejado pela mesma interessada, indeferiu o pedido de mudança do dito nome de urna. O relator do recurso, ministro Luiz Felipe Salomão, por sua vez, ressaltou que sequer existe previsão legal ao uso do nome do coletivo formado pelos interessados para concorrer ao pleito e que, exatamente por

isso, o nome escolhido não poderia ser deferido, à míngua de previsão legal. Em outras palavras, a legislação eleitoral não confere às candidaturas coletivas sequer a prerrogativa de serem conhecidas e de se fazerem propagadas pelos nomes que estas escolhem, daí por que ainda é imprescindível que o nome de urna utilizado se refira ao candidato efetivamente registrado. Nesse sentido, vejamos a ementa do referido julgado:

RECURSO ESPECIAL. ELEIÇÕES 2020. REGISTRO DE CANDIDATURA. VEREADOR. NOME DE URNA. ART. 12 DA LEI 9.504/97. REFERÊNCIA A COLETIVIDADE. DÚVIDA. TITULARIDADE DA CANDIDATURA. INDEFERIMENTO. PLAUSIBILIDADE DAS ALEGAÇÕES. AUSÊNCIA. LIMINAR. INDEFERIMENTO.

1. Na espécie, requer-se o provimento liminar do recurso especial interposto contra aresto do TRE/PE em que se mantiveram indeferidos dois nomes de urna apresentados como preferenciais pela candidata.

2. A concessão de liminar requer presença conjugada da plausibilidade do direito invocado e do perigo da demora.

3. Nos termos do art. 12 da Lei 9.504/97, “[o] candidato às eleições proporcionais indicará, no pedido de registro, além de seu nome completo, as variações nominais com que deseja ser registrado, até o máximo de três opções, que poderão ser o prenome, sobrenome, cognome, nome abreviado, apelido ou nome pelo qual é mais conhecido, desde que não se estabeleça dúvida quanto à sua identidade, não atente contra o pudor e não seja ridículo ou irreverente, mencionando em que ordem de preferência deseja registrar-se”.

4. Em juízo preliminar, tem-se que os nomes “Coletiva Elas” e “Adevania da Coletiva Elas” podem gerar dúvidas no eleitor a respeito da titularidade da candidatura e sobre se tratar de postulação individual ou coletiva, o que impossibilita seu emprego, nos termos das normas citadas.

5. Assim, e tendo em vista que a matéria ainda não foi analisada por este Tribunal – seja pela perspectiva do uso de nome coletivo ou da própria viabilidade de candidaturas dessa natureza – não é possível afirmar, em análise perfunctória, que o recurso tem alta probabilidade êxito, como é exigível para se deferir a liminar.

6. Frise-se, por fim, que o indeferimento do nome de urna que remete à hipotética candidatura coletiva não implica definição de tese a respeito dos temas envolvidos, mas se limita à temática da nomenclatura que se pretende utilizar.

7. Ausente, *primo ictu oculi*, o *fumus boni juris*, não há que se apreciar o requisito do *periculum in mora*.

8. Pedido liminar indeferido, encaminhando-se os autos à d. Procuradoria-Geral Eleitoral para emissão de parecer.

(Recurso Especial Eleitoral (11549) nº 0600280-86.2020.6.17.0082 (Pje) – Ouricuri – Pernambuco. Relator: Ministro Luís Felipe Salomão).

Outro ponto de relevo acerca das candidaturas e mandatos coletivos diz respeito à fidelidade partidária e ao fato de que o mandato coletivo, ao contrário do que aparenta, não pertence ao grupo de co-parlamentares, mas ao partido político. Com efeito, apesar de os grupos eleitos por iniciativas coletivas se afirmarem suprapartidários, livres e formarem suas vontades sem aparente consideração a diretivas partidárias, essa maneira de agir, hoje, não os exime de, em caso de divergência entre o parlamentar “registrado” e o partido político, aquele ser acusado de infidelidade partidária.

Nessa hipótese, observa-se que está plenamente vigente o disposto no art. 22-A da Lei 9.096/95, segundo o qual, perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliar sem justa causa do partido pelo qual foi eleito. Ocorre que a mesma legislação apenas considera como “justa causa” a hipótese em que há mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário, grave discriminação política pessoal ou mudança de partido efetuada durante o período de trinta dias antes do prazo de filiação exigido em lei.

Assim, fora de tais hipóteses legais, imagine-se que o “coletivo” adote um comportamento reiterado em desacordo com os programas e orientações do partido político que lhe garantiu um assento no L-egislativo e os coparlamentares decidam, por acordo unânime, que querem mudar de agremiação. Nessa hipótese, uma mudança partidária seria facilmente interpretada como infidelidade partidária do candidato registrado.

Com efeito, esse exemplo demonstra que a impressão de que o “grupo” eleito agiria como bem entendesse não é verdadeira, pois tais co-parlamentares, por exemplo, não mudariam partido político, pois, em caso de reconhecimento de sua infidelidade partidária (mudança de partido sem justa causa), urge lembrar que o cargo conquistado com a promessa de ações coletivas e compartilhadas pertence à agremiação original e será preenchido por um suplente desta, eleito nos moldes tradicionais.

Pelas mesmas razões, em caso de óbito, incapacidade permanente ou incapacidade temporária do parlamentar registrado durante a campanha, é evidente que este será substituído por um suplente do partido, eleito conforme as regras previstas para o cálculo do quociente partidário, e este, obviamente, não terá compromisso algum com os co-parlamentares, que, apesar de terem se esforçado para a conquista de significativo número de votos, simplesmente, não terão a quem recorrer, porque sua condição não está devidamente prevista na lei brasileira.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi visto, entendemos que as candidaturas eletivas se tornaram uma realidade no cenário político brasileiro, considerando-se o crescimento significativo do número de grupos de pessoas que, de 2002 a 2020, concorreram a cargos públicos eletivos do Poder Legislativo. Tais coletivos, conforme verificamos, reúnem até o momento representantes de minorias étnicas, sociais, ambientais, de gênero e de raça, que, pelos motivos há pouco indigitados, viram nesta modalidade de participação política uma saída para a crise de representatividade da qual padecem, bem como uma maneira de conquistar um cargo eletivo, apesar das dificuldades encontradas dentro dos próprios partidos políticos brasileiros. Esta configura, ainda, uma iniciativa que ganhou a simpatia do eleitor brasileiro, também descontente em relação às candidaturas tradicionais e ao modo centralizado de exercício do poder por meio dos políticos efetivamente eleitos, que, durante o exercício do mandato, reiteradamente, atuam de modo individual e sem a participação de terceiros nos processos de tomada de decisões.

Não obstante, haja vista a inexistência de previsão legal para tais modalidades de candidaturas, é notório o fato de que parte de seus integrantes (co-vereadores, co-deputados) atualmente não passam pelo crivo da Justiça Eleitoral durante o processo de registro de candidatura, o que tornaria, em tese, alguém constitucional ou legalmente inelegível a concorrer no pleito eleitoral, bem como, em caso de êxito, vir a participar de um mandato coletivo ou compartilhado. Ademais, na ausência de legislação específica, as candidaturas coletivas transportam à inobservância dos percentuais máximos de candidatos legalmente fixados para cada partido político e, ainda, a um potencial desrespeito à cota de gênero prevista na Lei das Eleições.

Por fim, mesmo ainda na ausência de legislação específica, as candidaturas coletivas devem obediência à legislação eleitoral vigente, daí por que compete aos partidos políticos que as patrocinam zelar pelo preenchimento das condições de elegibilidade de seus co-candidatos e ao Ministério Público Eleitoral sua fiscalização, a fim de garantir a regularidade e a legitimidade dos pleitos. Com efeito, é preciso ter em mente a noção de que as condições de exercício dos direitos políticos passivos indicadas na Constituição Federal de 1988 configuram direitos fundamentais inalienáveis e imutáveis assegurados pelo Estado Democrático de Direito Brasileiro.

Assim, nos parece imprescindível que o Poder Legislativo nacional apre-



cie, antes mesmo das próximas eleições gerais, previstas para 2022, a Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 379/2017, de iniciativa da deputada Renata Abreu (Podemos-SP) e o Projeto de Lei 4475/20, de iniciativa do deputado João Daniel (PT-SE). Tais iniciativas legislativas que, até o momento, não foram apreciadas pelo Congresso Nacional, visam a disciplinar tanto o mandato coletivo para os cargos de vereador, deputado estadual, distrital, federal e senador, como o registro de candidaturas coletivas consoante às regras de propaganda eleitoral para tais modalidades de participação política, evitando as distorções apontadas alhures.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bancada ativista. (2021). *Primeiro Mandato Coletivo do Estado de São Paulo*: Uma candidatura construída pela Bancada Ativista e eleita com 149.844 votos. Recuperado de: <<https://www.bancadaativista.org/mandata-ativista.html>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

Bocchini, Bruno. (2018, 11 de outubro). Candidatura coletiva é eleita pela primeira vez em São Paulo. *Agência Brasil*. Recuperado de: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/candidatura-coletiva-e-eleita-pela-primeira-vez-em-sao-paulo>. Acesso em: 6 jan. 2021.

Bonavides, Paulo. (1996). *Ciência Política* (10a ed.). São Paulo, SP: Malheiros.

Bonavides, Paulo. (2004). *Teoria do Estado*. São Paulo, SP: Malheiros.

*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (2016). Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 21 jan. 2021.

Datafolha. (2019, 10 de julho). Grau de confiança nas instituições. *Instituto de Pesquisa Datafolha*, Opinião Pública, dossiês. Recuperado de: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/07/10/9b9d682bfe0flc6f228717d59ce49fdpci.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2021.

Datafolha. (2019, 10 de julho). Forças Armadas têm maior grau de confiança entre instituições. *Opinião Pública*. Recuperado de: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/07/1988221-forcas-armadas-tem-maior-grau-de-confianca-entre-instituicoes.shtml>. Acesso em: 6 jan. 2021.

G1. (2018, 8 de outubro). Bancada coletiva conquista vaga na Assembleia Legislativa de SP: Nove ativistas se reuniram em uma mesma candidatura, representada nas urnas pela jornalista Mônica Seixas. Grupo filiado ao PSOL recebeu 149.844 votos. *Eleições 2018 em São Paulo*. Recuperado de: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/bancada-coletiva-conquista-vaga-na-assembleia-legislativa-de-sp.ghtml>. Acesso em: 7 jan. 2021.

Giovanaz, Daniel. (2020, 11 de novembro). Mandatos coletivos oxigenam casas legislativas e

expõem necessidade de regulamentação. Entenda as contribuições e os limites dessa modalidade, que não tem previsão legal no Brasil. *Brasil de fato*. Recuperado de: <https://www.brasil-defato.com.br/2020/11/22/mandatos-coletivos-oxigenam-casas-legislativas-e-expoem-necessidade-de-regulamentacao>. Acesso em: 12 jan. 2021.

Grandin, Felipe. (2020, 12 de novembro). Candidaturas coletivas e compartilhadas se multiplicam nas eleições de 2020, mostra levantamento da FGV. *G1*. Recuperado de: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/12/candidaturas-coletivas-e-compartilhadas-se-multiplicam-nas-eleicoes-de-2020-mostra-levantamento-da-fgv.ghtml>. Acesso em: 6 jan. 2021.

*Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010*. (2010). Altera a Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. Brasília, DF: Presidência da República, 7 jun. 2010. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp135.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm). Acesso em: 22 jan. 2021.

*Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995*. (1995). Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 19 set. 1995. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19096.htm). Acesso em: 22 jan. 2021.

*Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997*. (1997). Estabelece normas para as eleições. Brasília, DF: Presidência da República, 30 set. 1997. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm). Acesso em: 22 jan. 2021.

Lopes, Nathan. (2020, 4 de setembro). Vote em 1, leve 5: o que são as candidaturas coletivas a vereador? *UOL*. Recuperado de: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/09/04/candidaturas-coletivas-vereador-sao-paulo-eleicao.htm>. Acesso em: 6 jan. 2021.

Loureiro, Maria Rita. (2009). Interpretações contemporâneas da representação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 1, 63-93.

Landin, Lucas. (2020, 7 de outubro). Ex-primeiras-damas viram alternativa para políticos com a ‘ficha suja’ no Alto Tietê. *Agência Mural*. Recuperado de: <https://www.agenciamural.org.br/ex-primeiras-damas-alto-tiete-eleicoes/>. Acesso em: 21 jan. 2021.

Manin, Bernard. (1995). As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29, 5-34.

Medeiros, Marcílio Nunes. (2017). *Legislação eleitoral comentada e anotada*. Salvador: JusPodium.

Miguel, Luiz Felipe. (2014). *Democracia e representação: territórios em disputa* (1ª ed.). São Paulo: Editora Unesp.

Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS. (2019). In L. Secchi, R. A. Cavalheiro, W. Q. da Silva, S. F. Paganela, L. E. Ito (Orgs.), *Mandatos coletivos e compartilhados: Desafios e*

*possibilidades para a representação legislativa no século XXI*. São Paulo: Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS. Recuperado de: [https://www.raps.org.br/2020/wp-content/uploads/2019/11/mandatos\\_v5.pdf](https://www.raps.org.br/2020/wp-content/uploads/2019/11/mandatos_v5.pdf). Acesso em: 6 jan. 2021.

*Resolução nº 23.606 de 17.12.2019*. [S. l.], 17 dez. 2019. (2019). Tribunal superior eleitoral (Brasil). Recuperado de: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-606-de-17-de-dezembro-de-2019>. Acesso em: 22 jan. 2021.

Russo, Guilherme. (2020, 3 de novembro). A explosão de candidaturas coletivas e suas chances eleitorais. *Centro de Política e Economia do Setor Público – Cepesp*. Recuperado de: <http://www.cepesp.io/candidaturas-coletivas/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

Russo, Guilherme. (2020, 5 de outubro). VOTO A VOTO: 2020 – Mais candidatos, menos partidos. *Centro de Política e Economia do Setor Público – Cepesp*. Recuperado de: <http://www.cepesp.io/voto-a-voto-2020-mais-candidatos-menos-partidos/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

Schwarcz, Lilia Moritz. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro* (1a. ed.). São Paulo: Companhia das Letras.

Secchi, Leonardo (Coord.). (2019). Mandatos coletivos e compartilhados: inovação na representação legislativa no Brasil e no mundo (2ª ed.). São Paulo: Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável. Recuperado de: [https://arapyau.org.br/wp-content/uploads/2019/05/PUBLICAÇÃO\\_Mandatos-coletivos-e-compartilhados-inovacao-na-representacao-legislativa.pdf](https://arapyau.org.br/wp-content/uploads/2019/05/PUBLICAÇÃO_Mandatos-coletivos-e-compartilhados-inovacao-na-representacao-legislativa.pdf). Acesso em: 12 jan. 2021.

Sistema costa norte de comunicação. (2020, 15 de outubro). Você sabe o que são candidaturas coletivas? *Três especialistas explicam o que são e como funcionam*. Recuperado de: <https://www.costanorte.com.br/politica/eleicoes-2020/você-sabe-o-que-são-candidaturas-coletivas-três-especialistas-explicam-o-que-são-e-como-funcionam-1.231770>. Acesso em: 6 jan. 2021.

Soares, Olavo. (2020, 18 de maio). Ranking dos partidos: quem mais ganhou e perdeu filiados para a eleição de 2020. *Gazeta do povo*. Recuperado de: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/ranking-dos-partidos-quem-mais-ganhou-e-perdeu-filiados/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

Tavares, Joelmir, & Garcia, Guilherme. (2020, 4 de setembro). Sem diversidade em cúpulas, partidos derrapam em inclusão e são vistos como barreira. *Folha de São Paulo*. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/sem-diversidade-em-cupulas-partidos-derrapam-em-inclusao-e-sao-vistos-como-barreira.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2021.

Viana, Theyse. (2020, 16 de novembro). ‘Nossa Cara’: conheça como funcionará o primeiro mandato coletivo em Fortaleza. *Diário do Nordeste*. Recuperado de: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/nossa-cara-conheca-como-funcionara-o-primeiro-mandato-coletivo-em-fortaleza-1.3011904>. Acesso em 06 de jan. 2021.

---

# PARTE V

ELEIÇÕES NO CEARÁ

# 20. O CAPITAL POLÍTICO DOS “FERREIRA GOMES”: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS CEARENSES DE 2016 E 2020

Alexandre Almeida Barbalho<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

A disputa política nacional, precisamente pelo cargo da Presidência da República, encontra-se, na atual conjuntura [janeiro de 2021], centrada no esforço dos possíveis postulantes de se mostrarem o mais viável para vencer Jair Bolsonaro, virtual candidato à reeleição e apontado, pelas pesquisas, como favorito no primeiro e no segundo turnos. Entre os *players*, encontra-se Ciro Gomes que aparece sempre como um dos mais competitivos na disputa com o atual presidente<sup>2</sup>.

Tendo se candidatado por três vezes à Presidência, Ciro se coloca novamente como opção de seu atual partido, PDT, e defende uma aliança entre as forças de centro-esquerda e centro-direita, única possibilidade, no seu ponto de vista, de se fugir da polarização entre “lulopetismo” e “bolsonarismo” e apresentar uma proposta de desenvolvimento nacional que encerre a “ilusão neoliberal”. Ainda segundo avalia, esses teriam sido os campos políticos [centro-esquerda e centro-direita] mais bem votados nas eleições de 2020, o que sinalizaria o desejo do eleitorado pela “política da realização”, pela capacidade de entregar resultados, e pelo “fim dos estagiários nas posições de grande responsabilidade”<sup>3</sup>.

---

1 Possui licenciatura em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), bacharelado em Ciências Sociais e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Estágio pós-doutoral em Comunicação na Universidade Nova de Lisboa. É professor adjunto do curso de História e professor permanente dos PPGs em Sociologia e em Políticas Públicas da UECE e em Comunicação da UFC e colaborador do PPG em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4612-6162>

2 A esse respeito, ver as pesquisas realizadas em dezembro de 2020 pelo Exame/Ideia, <http://exame.com/brasil/bolsonaro-segue-favorito-em-2022-mas-ciro-e-huck-encostam-no-2- turno/>, pelo poder Data, disponível em <https://www.poder360.com.br/poderdata/bolsonaro-lidera-com-folga-lo- turno-de-2022-e-ganharia-de-todos-no-2o- turno/>, e pelo Paraná Pesquisas, disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/pesquisa-eleicoes-2022-bolsonaro-cenarios/>. Acesso em 20.01.2021.

3 “Ciro: É necessária uma aliança de centro-esquerda e centro-direita em 2022”. Disponível

Avaliado positivamente por suas gestões na Prefeitura de Fortaleza e no Governo do Ceará, além de sua atuação como ministros da Fazenda e da Integração Nacional, Ciro é identificado com facilidade a esse perfil de político que ele aponta como o demandado pela população: experiente e realizador de grandes obras e feitos. Pensando com Bourdieu (1989), é explícito que ele reivindica para si a posse das competências próprias ao jogo político, reunindo os saberes, as capacidades e o domínio prático do campo, no qual foi iniciado há muito tempo, tendo sido aprovado nos exames e ritos de passagem (eleições, gestão da coisa pública etc), ao contrário dos “estagiários”, e aderido às leis internas desse espaço social específico, diferente daqueles que se colocam como *outsiders* e aventureiros.

Transpondo, porém, uma (auto)imagem supostamente ajustada ao desejo político do País ou de resultados de pesquisa de opinião pública, de que modo avaliar as chances de Ciro como candidato em 2022? Ou melhor, qual seu capital político a ser investido na formulação da futura candidatura?

Entendendo capital como trabalho acumulado, que se apresenta tanto em forma objetivada, quanto interiorizada, e como “una fuerza inherente a las estructuras objetivas e subjetivas” e “un principio fundamental de las regularidades internas del mundo social” (Bourdieu, 2000, p. 131), uma das maneiras por meio das quais ele se institucionaliza como capital político é o voto, expressão objetiva da adesão e da delegação dos cidadãos ao partido e/ou ao candidato e o que o autoriza [partido e/ou candidato] a falar e agir em nome deles [cidadãos]. O capital político, por sua vez, como espécie de capital simbólico, é um “*crédito firmado na crença e no reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles reconhecem”. (Bourdieu, 1989, p. 187-188 – itálicos no original).

A despeito da existência de outros tipos objetivados ou interiorizados de capital político (imagem pública ou resultados de pesquisa de opinião, por exemplo), nesta abordagem é o quantitativo de votos o que será levado em consideração no esforço analítico empreendido. Por sua vez, não é possível avaliar os recursos do candidato Ciro sem examinar sua inserção em um grupo, do qual é o líder, ou pelo menos a liderança de maior projeção nacional, que é o dos “Ferreira Gomes”, principal força da política cearense e que está engajada na sua candidatura à Presidência.

Assim, o que se buscou fazer nesta pesquisa foi, com amparo no con-  

---

em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/12/01/uol-entrevista-ciro-gomes.htm>. Acesso em 20.01.2021.

fronto entre os resultados das eleições de 2018 e 2020, analisar se os Ferreira Gomes ampliaram ou não seu capital político objetivado na quantidade de votos conquistados no Ceará em seus 184 municípios. É no Estado onde se concentra sua base eleitoral, de modo que a vitória nessa unidade da Federação significa não apenas uma certa garantia de boa votação nas eleições subsequentes, mas também o reconhecimento das competências do grupo e, por meio do recurso à lógica metonímica, de Ciro Ferreira Gomes.

Antes de examinar, porém, os dados eleitorais, é preciso situar o grupo dos Ferreira Gomes, sua trajetória e configuração atual, o que é feito na seção a seguir.

## 2. OS FERREIRA GOMES: NOVO CICLO DA POLÍTICA CEARENSE

O clã ou a oligarquia dos Ferreira Gomes, como é costumeiramente nomeado pela imprensa<sup>4</sup>, encontra-se à frente do Governo do Ceará desde 2006, com a eleição de Cid Gomes, e da Prefeitura de Fortaleza, capital do Estado, desde 2013, com a eleição de Roberto Cláudio. Trata-se de um novo ciclo político que sucede ao do “mudancismo ou “tassismo” e resulta da configuração do sistema partidário brasileiro após o regime civil-militar que favorece a consolidação de grupos relativamente longevos no poder, tanto em âmbito estadual, quanto nacional. Compartilha-se, no entanto, a tese de Rejane Accioly de Carvalho (2013), no senso de que não se trata de uma reprodução sustentada por modalidades tradicionais de controle que se materializariam em uma engrenagem de chefias mandonistas locais de base rural, geralmente denominadas como “coronéis”, comandadas por líderes oligarcas estaduais e/ou nacionais. Esse modelo seria uma espécie de sobrevivência da lógica da Primeira República, que teria encontrado no Nordeste solo fértil para se manter em decorrência da força dos supostos valores tradicionais ou pré-modernos de sua sociedade, inclusive de suas elites políticas, econômicas e intelectuais.

Na leitura de Carvalho, a atual dinâmica de reprodução política no Nordeste se apoia, mais do que nas bases tradicionais de chefes políticos locais, que continuam existindo<sup>5</sup>, na “monetarização dos vínculos políticos, asso-

---

4 Exemplar nesse sentido é a matéria “Oligarquia irritada”, de Daniela Pinheiro, publicada na edição 6, de março de 2007, da revista *Piauí*. Segundo a jornalista, “como oligarquia é o regime político em que o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas, pertencentes à mesma classe ou família, os Gomes não têm por que se irritar. Poderiam até se alegrar, já que, ao contrário de outras oligarquias nordestinas, como os Sarney, os Magalhães, os Alves e os Maia, que foram humilhados nas urnas na última eleição, eles estão por cima da carne-seca”.

5 Afirmar a permanência desse modelo não apenas no Nordeste, mas no país como um todo, não é desconhecer que ele foi perdendo espaço desde a Revolução de 1930. No caso

ciada à expansão da máquina do Estado através de programas sociais” (Carvalho, 2013, p. 207), recursos estes mobilizados “pelo poder de sedução de uma ‘persona’ política (indivíduo, grupo ou partido), capaz de fundar-se no imaginário político popular, instaurando uma temporalidade simbólica, que a mídia consagra como ‘Era’”. Em outras palavras, trata-se de “uma temporalidade política que exige uma mística simbólica forte que a sustente”. (Carvalho, 2013, p. 209). Percebe-se, portanto, um olhar estereotipado a guiar a identificação dos grupos familiares políticos do Nordeste a oligarquias, como se esse fosse um fenômeno exclusivo da Região. Na realidade, grupos familiares atuantes na política há várias gerações são recorrentes em todo o País, inclusive no Sudeste e no Sul.

De tal modo, postula-se aqui o ponto de vista de que os Ferreira Gomes não se configuram como uma oligarquia, e sim como um grupo político, entendido, com suporte em José Cleyton Monte (2016), como uma facção ligada à “política real”, desde os “laços entre políticos e eleitores nas ‘bases eleitorais municipais’ até relações que se estabelecem com candidatos ao parlamento e a cargos majoritários que buscam nos chefes políticos municipais apoio para a constituição de redutos eleitorais”. Tal como Carvalho (2013), Monte também entende que esse tipo de grupo demanda a existência de um chefe com “características pessoais de liderança” e “possibilidades efetivas de contatos políticos ao nível da política estadual ou nacional que tornem plausíveis suas pretensões de agregar seguidores políticos”. (Monte, 2016, p. 120-121). Na atuação de um grupo político, práticas tradicionais, como patrimonialismo, clientelismo e personalismo, se ajustam à modernização das relações políticas, de modo que o “favorecimento” assume com maior frequência a forma de distribuição dirigida dos recursos públicos às bases eleitorais (Carvalho, 2013; Monte, 2016).

No caso em tela, o grupo tem em seu núcleo central os irmãos Ciro, Cid e Ivo Ferreira Gomes, atualmente filiados ao PDT. Apesar da referência a uma família específica atuante originalmente em Sobral, importante município situado na zona norte do Estado, há quase um século, esse núcleo recruta apoiadores, membros e, inclusive, lideranças fora do círculo familiar e partidário, como ilustram os casos de Camilo Santana e Roberto Cláudio<sup>6</sup>.

---

específico do Ceará, identifica-se a mudança de sua elite política, que passa a ter perfis mais modernizantes, já nas primeiras eleições da Terceira República (1946-1964). Deve-se destacar também a intensificação da modernização do Estado a partir da década de 1950, com a criação por exemplo da UFC e do BNB (Barbalho, 2020a; 2020b; Barbalho & Barreto, 2020).

6 O primeiro, atual governador e filiado ao PT, é filho de Eudoro Santana, deputado esta-



A projeção estadual e nacional dos Ferreira Gomes se iniciou em 1987, quando Ciro, o mais velho dos irmãos, então no segundo mandato como deputado estadual, foi convidado pelo governador Tasso Jereissati para ser o líder do Governo na Assembleia Legislativa. Tratava-se do início de um novo ciclo da política cearense que ficou conhecido como “Geração” ou “Governo das Mudanças”, composto, majoritariamente, por jovens empresários que angariaram reconhecimento público promovendo debates sobre a conjuntura e a redemocratização brasileiras no Centro Industrial Cearense (CIC) na passagem dos anos 1970 para os 1980.

Esses empresários souberam reconverter em capital político o capital simbólico conquistado não só como líderes classistas mas, também, como portadores de uma renovação social mais ampla, e entraram para o jogo da política se colocando como agentes modernizadores em contraposição às velhas elites rotuladas pelo mundancistas como representantes do “atraso”. A eleição de Tasso, uma das lideranças desses jovens empresários, pelo PMDB em 1986 marcou o início da hegemonia do grupo e de mudança da imagem do Estado na imprensa nacional, que passou a ser visto, em ultrapasse às crises climáticas e ao atraso de suas antigas elites, como exemplo da gestão pública (Barbalho, 2007; Gondim, 2008; Mamede, 1998; Martim, 1993; Parente & Arruda, 2002). Tasso foi governador por mais dois mandatos, de 1995 a 2002, quando então se elegeu senador pela primeira vez. Com essa trajetória, seu nome acabou se sobrepondo ao ciclo, que aos poucos foi deixando de ser chamado de “mudancismo” e passou a ser conhecido como “tassismo”.

Ciro, por sua vez, foi o candidato vitorioso dos mudancistas para prefeito de Fortaleza em 1988 e para o Governo do Estado em 1990. Ainda que identificado ao ideário do mudancismo, imprimiu sua marca, em particular, no que diz respeito ao trato com a “política de varejo”, que Tasso terceirizava para seu secretário de Governo, e que o novo governador chamou para si, resultando em maior concentração de poder em suas mãos (Bonfim, 2002). Outra diferença está na construção da sua imagem, com tons carismáticos e atenta à dimensão estética e espetacular da política, utilizando-se de três recursos: a oratória, a coragem de falar e a sedução (Diógenes, 2002).

---

dual por quatro mandatos pelo MDB, do qual foi um dos fundadores no Ceará, além de ter ocupado cargos estratégicos nas administrações municipal, estadual e federal. O segundo, prefeito de Fortaleza, cujo segundo mandato se encerrou em 2020, é neto, pelo lado materno, de ex-vereador e ex-deputado estadual e do lado paterno, o pai e o avô foram professores e ocuparam cargos na administração superior da UFC, a mais importante instituição de ensino do Estado.

Respalado por Tasso e pela boa avaliação de suas gestões municipal e estadual, Ciro tornou-se em 1994 ministro da Fazenda no governo Itamar Franco, tendo sido um dos responsáveis pela implantação do Plano Real. Na avaliação de Fernando Henrique Cardoso (1997), o Ministro cearense teve um papel importante nesse processo “no sentido de falar com o país”, ou seja, por tornar-se o elemento de ligação de uma política altamente especializada, a de um plano econômico, com parcelas mais amplas da população brasileira.

Em 1998, Ciro candidatou-se pela primeira vez à Presidência da República pelo PPS, tendo conquistado a terceira colocação com cerca de 11% dos votos<sup>7</sup>. Ainda que não fosse o candidato do partido de Tasso, filiado ao PSDB<sup>8</sup>, teve o seu apoio; contudo, se percebeu, desde essas eleições, com a aproximação de Ciro de outras forças políticas, como o PT, e de sua entrada na disputa política nacional, o progressivo afastamento em relação ao grupo mudancista ou do que tinha restado dele. Desse modo, como situa Monte (2016), na década seguinte, quando se evidenciava o esgotamento do capital político do tassismo, os Ferreira Gomes começaram a se posicionar de maneira autônoma perante Tasso.

O distanciamento ganhou sua primeira dimensão eleitoral em 2006, quando Cid Gomes, então filiado ao PSB, se candidatou ao Governo do Estado concorrendo com Lúcio Alcântara, do PSDB, que buscava a reeleição, e ganhou a disputa no primeiro turno com 62,38% dos votos<sup>9</sup>. Com sua reeleição em 2010 com 62,31% dos votos, os Ferreira Gomes afirmavam-se como a nova hegemonia política cearense<sup>10</sup>. Nessas eleições [2010], se deu o rompimento com Tasso, que não obteve o apoio do grupo para sua candidatura ao Senado, da qual saiu derrotado, o que deixou clara a fronteira, que até então estava borrada, para usar a noção de Carvalho (2013), entre o tassismo e os Ferreira Gomes<sup>11</sup>.

7 A maior parcela dos votos de Ciro nessas eleições veio de Brasília e das regiões Norte e Nordeste, mas também alcançou votação expressiva em Vitória, Belo Horizonte e no sul de Minas Gerais (Jacob *et al*, 2000).

8 Tasso saiu do PMDB no meio de seu primeiro mandato como governador e ajudou a fundar o PSDB, tendo presidido o partido por três vezes e sido pré-candidato às eleições presidenciais de 2002.

9 A candidatura de Lúcio foi cristianizada por Tasso que apoiou abertamente a candidatura de Cid. O PSDB compôs, inclusive, o secretariado do novo governo.

10 O mais novo dos irmãos, Ivo, apresenta a trajetória política mais discreta ou menos ambiciosa. Eleito três vezes deputado estadual com expressiva votação, candidatou-se pelo PDT à Prefeitura de Sobral, em 2016, tendo sido eleito no primeiro turno com 51,44% dos votos válidos, e reeleito em 2020, com 59,23%.

11 Esse rompimento não se mostraria definitivo. Em tempos mais recentes, após as duras críticas de Ciro ao “lulopetismo” e seu afastamento do campo político liderado pelo PT, ocor-

Nas eleições de 2012, o grupo conquistou a Capital do Estado, que vinha de duas administrações petistas, sob comando de Luizianne Lins, inicialmente aliada e depois desafeto de Cid. O candidato vitorioso no segundo turno, com 53% dos votos, foi Roberto Cláudio, do PSB, deputado estadual em segundo mandato e que em sua breve carreira política se posicionou na elite do Parlamento cearense, graças ao apoio de Cid<sup>12</sup>. Ele foi reeleito em 2016 pelo PDT, também no segundo turno, vencendo capitão Wagner, candidato do PR, partido que abriga parte dos opositores dos Ferreira Gomes.

Candidato de Cid à sua sucessão, Camilo, que tinha sido secretário nos dois governos anteriores, foi eleito pelo PT no segundo turno, em 2014, com 53,35% dos votos válidos, concorrendo com Eunício Oliveira (PMDB). Camilo, por sua vez, foi reeleito em 2018 no primeiro turno com 79,96% dos votos e Cid eleito senador pelo PDT, tendo sido o congressista mais bem votado até então no Ceará. Configura-se, desse modo, a força do grupo em âmbito estadual, consolidando esse ciclo político que esteve em risco somente na sucessão Cid-Camilo (Carvalho, 2014). Como indica Cleyton Monte, essa conjuntura resulta de uma “bem-sucedida rede de alianças”, envolvendo deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores e a maioria dos partidos do estado, “compondo uma articulação que produziu um dos arranjos mais poderosos do Nordeste na atualidade”. (Monte, 2019, p. 119).

Paralelo à consolidação do grupo na política cearense, Ciro foi trilhando sua trajetória na disputa nacional. Concorreu novamente à Presidência em 2002, como candidato da Frente Trabalhista, reunindo seu partido (PPS), o PDT e o PTB, e terminou no primeiro turno em quarto lugar com 12% dos votos, tendo chegado a ficar em segundo colocado nas pesquisas de opinião<sup>13</sup>.

---

reu uma reaproximação entre os dois líderes, o que sinaliza para os fortes laços que ligam os Ferreira Gomes a Tasso e ao projeto que ele personifica. A esse respeito ver <https://www.opovo.com.br/jornal/politica/2019/02/37707-ciro-admite-conversa-com-tasso---encontrei-um-velho-amigo.html>. Acesso em 03.02.2021.

12 Médico de formação, Roberto Claudio fez uma entrada lateral na política, tendo se candidatado pela primeira vez em 2006 a deputado estadual pelo PHS, então partido da base dos Ferreira Gomes. Foi vice-líder do Governo e eleito um dos parlamentares estaduais mais influentes. Reeleito em 2010, tornou-se presidente da Assembleia Legislativa em 2011.

13 Ciro cresceu nas pesquisas em julho e passou a ganhar destaque na imprensa nacional; contudo, depois de uma cobertura neutra e mesmo positiva, ela vai se tornando negativa, em grande parte por conta de posicionamentos controversos do próprio candidato (Aldé, 2003). Esse perfil negativo se revela nas pesquisas de opinião que apontam uma queda de 18 pontos entre 15 de agosto e 02 de outubro (Figueiredo & Coutinho, 2003). Para uma avaliação do comportamento eleitoral na Grande São Paulo e a performance de Ciro nesse contexto, ver Souza & Barbetta (2004).

Tendo apoiado Lula no segundo turno, tornou-se seu ministro da Integração Nacional até 2006, quando se candidatou a deputado federal pelo PSB.

Eleito com expressiva votação, proporcionalmente o mais votado do País e o segundo em valores absolutos, teve um mandato discreto mas conseguiu se posicionar na elite parlamentar por conta de sua atuação nos bastidores. Nos três primeiros anos, ficou entre os “cabeças” do Congresso Nacional, segundo pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), ou seja, conseguiu se diferenciar dos demais deputados a partir de suas qualidades e habilidades como “articulador” (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2007; 2008; 2009)<sup>14</sup>. A característica central desse tipo de liderança é seu “excelente trânsito nas diversas correntes políticas, cuja facilidade de interpretar o pensamento da maioria os credencia a ordenar e criar as condições para o consenso”. (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2007, p. 11)<sup>15</sup>.

Em 2018, candidatou-se mais uma vez à Presidência, então pelo PDT, partido ao qual está filiado desde 2015, tendo conquistado o terceiro lugar e 12,47% dos votos. Durante a campanha, Ciro procurou se posicionar novamente como opção da terceira via para o eleitores, agora não mais contra PT e PSDB, mas PT e PSL. E tal como tinha se dado nas eleições de 1998 e 2002, o único estado onde se tornou o mais votado foi o Ceará.

Se o Estado, como sua base eleitoral, lhe garante parte substantiva de seus votos, é pertinente avaliar como o grupo tem se saído nas eleições locais. Se é pouco provável um aumento considerável desse universo, tendo em vis-

---

14 A pesquisa de 2010 considerou os parlamentares que estavam no efetivo exercício do mandato entre o segundo semestre de 2009 e maio de 2010, com isso, Ciro, que se licenciou em abril de 2010, não fez parte da publicação (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2010). Os outros “cabeças” cearenses em 2007 foram os deputados Eunício Oliveira (PMDB) e José Pimentel (PT) e os senadores Inácio Arruda (PCdoB), Patrícia Saboya (PSB, ex-exposa de Ciro) e Tasso Jereissati (PSDB); em 2008, Inácio Arruda, Patrícia Saboya e Tasso Jereissati; e em 2009, Inácio Arruda e Tasso Jereissati (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2007; 2008; 2009).

15 Pela importância da pesquisa do DIAP junto aos formadores de opinião do País, vale a pena transcrever os demais atributos do tipo “articulador”: “Muitos deles exercem um poder invisível entre seus colegas de bancada, sem aparecer na imprensa ou nos debates de plenários e comissões. Como interlocutores dos líderes de opinião, encarregam-se de difundir e sustentar as decisões ou intenções dos formadores de opinião, formando uma massa de apoio à iniciativa dos dirigentes dos grupos políticos a que pertencem. Normalmente, têm livre acesso aos bastidores, ao poder institucional e alto grau de fidelidade às diretrizes partidárias ou ideológicas do grupo político que integram. Não são necessariamente eruditos, intelectuais, mas possuem instinto político e o dom da síntese”. (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2007, p. 11).

ta o patamar já alcançado, o que não implicaria mudanças substantivas em uma votação nacional, por outro lado, uma queda considerável na adesão dos cearenses aos Ferreira Gomes, certamente, resultaria na diminuição do capital político de Ciro em 2022. A próxima seção procura estabelecer se ocorreu alguma variação nesse sentido, tomando como base comparativa a votação nas eleições municipais de 2016 e 2020.

### **3. O CAPITAL POLÍTICO DOS FERREIRA GOMES NAS ELEIÇÕES DE 2016 E 2020**

Esse esforço analítico leva em consideração as observações feitas por Carlos Ranulfo de Melo (2010) de que, em um sistema presidencialista, em especial no brasileiro, cujo âmbito partidário denota elevado grau de fragmentação, nem todo partido se encontra em condições de fazer sua principal aposta na disputa central que é a da Presidência da República. Ora, desde as eleições de 2018, percebe-se que essa é a escolha do PDT ao acolher as pretensões de Ciro Gomes. Sendo assim, “para que o partido possa segui-lo de forma consistente, as decisões tomadas na arena principal deverão subordinar as demais” (Melo, 2010, p. 19), de modo que guiem as concessões e as alianças feitas para as eleições estaduais e municipais.

Por sua vez, há um lógica de fortalecimento mútuo de capital político entre os níveis eleitorais municipal e estadual, até em razão do papel estratégico das máquinas estatais para a reprodução dos grupos, como se afirmou na seção anterior. Assim, a conquista dos governos estaduais possibilita aos partidos, por um lado, “um volume de recursos essencial ao atendimento dos diversos interesses que se articulam em seu interior e no seu entorno” (Melo, 2010, p. 20) e, por outro, um maior número de prefeituras conquistadas nas eleições subsequentes às estaduais.

Se a vitória em âmbito estadual é decisiva para as eleições municipais, é válido conjecturar que o movimento inverso também tenha o mesmo efeito, ou seja, que a vitória expressiva no nível municipal fortaleça o partido no pleito estadual e federal, já que são eleições aninhadas - para retomar Melo (2010). Além do mais, há um dado da ordem do simbólico nessas relações de poderes entre os âmbitos municipal, estadual e federal: um político com pretensões nacionais não pode ser um perdedor nos municípios de seu Estado; não pode ser reprovado por aqueles que “de fato” vivenciaram sua atuação, que estão “perto” dele. Em outras palavras, não há de perder “em casa”.

Defende-se aqui, portanto, a ideia de que, para as pretensões de Ciro de alcançar a Presidência, é necessário que seu grupo político se mostre vito-

rioso no Ceará, elegendo o Governador e o máximo possível de senadores, deputados federais, estaduais, mas também prefeitos, com destaque para o da Capital, e vereadores<sup>16</sup>, não apenas em razão dos recursos públicos e dos votos conquistados, mas pelo reconhecimento por parte da população do legado dos Ferreira Gomes. Afinal, como observa Bourdieu (1989), uma das espécies de capital político, além daquele oriundo de delegação alcançada por meio de votos, é o de notoriedade, ou seja, o fato de o agente individual ou coletivo ser reconhecido, de ter uma boa reputação com base nas qualificações que detém.

Quando analisam a geografia eleitoral das eleições presidenciais de 2002, Jacob *et al* identificam que, se Ciro manteve basicamente seu mesmo capital eleitoral com 12% dos votos (em 1998 foram 11%), não conseguiu romper as fronteiras do Ceará - onde chegou a alcançar 70% dos votos válidos, como foi o caso do Município de Sobral – e conquistar as regiões Sudeste e Sul onde se concentra mais da metade do eleitorado do País. Na avaliação dos autores, Ciro foi, ao lado de José Serra do PSDB, um dos grandes perdedores daquela eleição. Depreende-se dessa análise o quanto é importante para Ciro penetrar outros estados e regiões do País, mas também manter o Ceará como bastião de sua candidatura, garantindo parte considerável do capital político que parece ter conquistado na contextura nacional<sup>17</sup>.

Desse modo, com fins de estabelecer se houve aumento, diminuição ou manutenção do capital político de Ciro, ou melhor, de seu grupo político no Ceará, serão analisados os bancos de dados disponibilizados pelo Tribunal Eleitoral Regional (TRE-CE). O primeiro recorte é o quantitativo de prefeituras conquistadas pelo PDT ou por coligação do qual fez parte como “cabeça de chapa”. Sabe-se que a lógica das coligações municipais não reproduz a estadual. Como exemplo significativo, o PT, partido do governador Camilo, não aderiu, em Fortaleza, à candidatura de Sarto (PDT), e lançou como candidata a ex-prefeita Luizianne Lins, desafeta declarada dos Ferreira Gomes. É preciso destacar também as mudanças nas regras eleitorais, em especial

---

16 O mesmo raciocínio político se aplica ao movimento anterior, que foi o de estadualização dos Ferreira Gomes. Para alcançar o domínio no Estado, o grupo teve que se firmar como hegemônico em sua cidade natal, Sobral, com a eleição de Cid a prefeito do município em 1996 com 63% dos votos (Monte, 2019). Desde então, a cidade vem sendo administrada por políticos do grupo e, mais recentemente, por Ivo Gomes.

17 Ciro avalia que detém em torno de 14,15% dos votos nacionais. A esse respeito ver “Ciro: É necessária uma aliança de centro-esquerda e centro-direita em 2022”. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/12/01/uol-entrevista-cirogomes.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 20.01.2021.

no que diz respeito ao fim das coligações partidárias nos pleitos para cargos proporcionais, o que diminuiu de modo considerável o número e o tamanho das alianças formais para a disputa do Executivo Municipal.

Feitas estas ressalvas, constata-se, na comparação entre as Tabelas 01 e 02, que em 2016 foram 48 e, em 2020, 64 municípios conquistados pelo PDT com candidaturas solo ou em coligação. Constitui um acréscimo considerável de um ano para outro e que equivale, em 2020, a quase 35% dos municípios cearenses.

**Tabela 01 . Municípios conquistados pelo PDT ou por coligação do qual fez parte como “cabeça de chapa” – eleições 2016 – 1o. Turno**

Município	Nome do Candidato	Votos Nominais	% Válidos	Partido	Partido/Coligação
ACARAÚ	ALEXANDRE FERREIRA GOMES DA SILVEIRA	17.727	100,00	PDT	PP / PDT / PT / PSL / PR / PMN / PSB / PSD / PTB
ALCÂNTARAS	JOAQUIM FREIRE CARVALHO	4.334	58,07	PDT	PDT / PT / PTN / PR
AMONTADA	VALDIR HERBSTER FILHO	15.001	60,36	PDT	PDT / PMDB / PR / PPS / PRTB / PMB / PSD / PROS
BANABUIÚ	FRANCISCO HERMES NOBRE	6.537	54,60	PDT	PRB / PP / PDT / PT / REDE / PC do B / SD
BATURITÉ	FRANCISCO DE ASSIS GERMANO ARRUDA	10.257	51,05	PDT	PDT / PPS / PR / PP / PC do B / PRB / PROS / PT do B / PRP / PV / PSDB / PSC / PSD / DEM / SD
BREJO SANTO	TERESA MARIA LANDIM TAVARES	19.886	75,70	PDT	PRB / PP / PDT / PTB / DEM / PMB / PSB / PSD
CAMOCIM	MONICA GOMES AGUIAR	18.411	50,33	PDT	PDT / PHS / SD / PPS / PROS / PTB / PRTB / PMB / PEN / PC do B / PP / DEM
CAMPOS SALES	MOÉSIO LOIOLA DE MELO	11.051	96,75	PDT	PRB / PDT / PTB / PTN / PHS / PMN / PC do B / PRP
CARIDADE	MARIA AMANDA LOPES COSTA	6.869	52,14	PDT	PRB / SD / PTB / PTN / PSDB / DEM / PT do B / PDT
CARIRÉ	ELMO ROBERTO BELCHIOR AGUIAR	9.042	76,71	PDT	PDT
CARIRIAÇU	JOSÉ EDMILSON LEITE BARBOSA	9.556	51,72	PDT	PDT / PT / PSD / PMN / PMB / PHS / PRB / PSDC / PPS / PC do B / PRP / PTB
CASCAVEL	FRANCISCA IVONETE MATEUS PEREIRA	20.144	52,69	PDT	PDT / PHS / PRB / PTC / PSDC / PEN / PSC / PV / PRTB / PMN
CATUNDA	RAVENNA FERNANDES GOMES MESQUITA LIMA	3.612	53,08	PDT	PDT / PMDB / PTN / PR / DEM / PSDB / PC do B / PROS
CEDRO	FRANCISCO NILSON ALVES DINIZ	8.640	51,49	PDT	PDT / PT / PPS / PHS / PTN / PSDC / PMB / PV / PC do B / PEN
CHAVAL	SEBASTIÃO SOTERO VERAS	5.998	69,36	PDT	PRB / PDT / PMDB / PPS / PV
CROATÁ	THOMAZ LAUREANNO FARIAS DE ARAGAO	5.058	50,06	PDT	PDT / PP / PTB / PC do B
GENERAL SAMPAIO	FRANCISCO CORDEIRO MOREIRA	3.813	58,17	PDT	PDT / PSB / PMDB / PT / PR
GRANJA	AMANDA ARRUDA MENEZES	20.972	65,33	PDT	PP / PDT / PT / PTB / PSC / DEM

O CAPITAL POLÍTICO DOS “FERREIRA GOMES”

Alexandre Almeida Barbalho

GUARAMIRANGA	ROBERLANDIA FERREIRA CASTELO BRANCO	2.264	47,16	PDT	PDT / PMDB / PRB / PSC / PRTB / PMB / PSB / PV / PSD / PC do B
HIDROLÂNDIA	IRES MOURA OLIVEIRA	7.001	54,44	PDT	PDT / PT / PR / PSB / PEN / PC do B / PROS
IBICUITINGA	FRANCISCO JOSE MAGALHAES CARNEIRO	5.428	50,72	PDT	PDT / PTN / PPS / PSB / PSD
IGUATU	EDNALDO DE LAVOR COURAS	31.557	60,09	PDT	PDT / PPS / PHS / PTB / PT do B / PSL / PROS / PRB / PP / PC do B / DEM / PMN / PT
IPUEIRAS	RAIMUNDO MELO SAMPAIO	10.815	50,42	PDT	PRB / PP / PDT / PT / PTB / PTN / PSC / PTC / PSD / PC do B
ITAREMA	ELIZEU CHARLES MONTEIRO	13.456	54,41	PDT	PDT / PRB / PT / PPS / SD
ITATIRA	ANTONIO ALMIR BIE DA SILVA	7.602	53,87	PDT	PDT / PP / PPS / PEN / PSD / PSL / PMB / PHS
JAGUARIBE	JOSÉ ABNER NOGUEIRA DIÓGENES PINHEIRO	11.511	100,00	PDT	PTB / PTN / PDT / PT do B / PT / PHS / PSD / PRB
JUCÁS	RAIMUNDO LUNA NETO	8.747	55,11	PDT	PDT / PT / PMB / PSB / PSD / PC do B / PROS
MAURITI	JOSEVAN LEITE DE OLIVEIRA	15.589	57,59	PDT	PTB / PDT / PRB / PP / PMDB / PR / PPS / PSB / PV / PSDB / PEN / PSD
MILAGRES	LIELSON MACEDO LANDIM	9.312	52,57	PDT	PRB / PSD / PSB / PP / PMB / PTB / PDT / PC do B / PSDB
MONSENHOR TABOSA	FRANCISCO JEOVÁ SOUSA CAVALCANTE	6.279	54,89	PDT	PDT / PSL / PHS / PROS / PC do B
MORAÚJO	CARLOS ÁQUILA CUNHA DE QUEIROZ	3.349	55,68	PDT	PDT / PT / PTB / PEN / PSDB
PACUJÁ	ALEX HENRIQUE ALVES DE MELO	2.583	52,76	PDT	PSL / PDT / PSC / PTB / PSB / PEN
PARAMOTI	EDUARDO FEIJÓ SANTOS	3.809	47,86	PDT	PDT / PT / PSC / PSD
PENAFORTE	FRANCISCO AGABIO SAMPAIO GONDIM	3.512	52,00	PDT	PC do B / PDT / PTB / PSD
PENTECOSTE	JOAO BOSCO PESSOA TABOSA	15.873	60,53	PDT	PDT / PTN / PRTB / PMDB / PROS / PR
PEREIRO	RAIMUNDO ESTEVAM NETO	6.699	62,30	PDT	PRB / PP / PDT
PIQUET CARNEIRO	BISMARCK BARROS BEZERRA	5.745	64,51	PDT	PDT / PP / PT / PTB / PMDB / PPS / PMB / PSB / PSDB / PSD / PROS



O CAPITAL POLÍTICO DOS “FERREIRA GOMES”  
Alexandre Almeida Barbalho

PIRES FERREIRA	MARIA MARFISA MARQUES AGUIAR	3.640	57,78	PDT	PDT / PSC / PC do B / PT / PRTB
PORANGA	CARLISSON EMERSON ARAÚJO DA ASSUNÇÃO	3.780	51,32	PDT	PDT / PT / PV / PROS / PP
QUIXERÉ	FRANCISCO RAIMUNDO SANTIAGO BESSA	7.392	90,05	PDT	PDT / PT / PTN / PRTB / PMB / PSB / PSD / PT do B / SD
RERIUTABA	OSVALDO HONORIO LEMONS NETO	8.660	75,92	PDT	PDT / PP / PTB / PPS / DEM / PRP / PC do B
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	FRANCISCO CLÁUDIO PINTO PINHO	21.065	61,79	PDT	PRB / PP / PDT / PTB / PSC / PPS / DEM / PRTB / PHS / PMN / PV / PRP / PSDB / PEN / PPL / PT do B / PC do B / PROS
SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	FRANCISCO ACÁCIO CHAVES	3.353	54,56	PDT	PDT / PTB / PR / PV / PMB
SENADOR POMPEU	ANTONIO MAURÍCIO PINHEIRO JUCÁ	10.137	61,50	PDT	PDT / PPS / PSDB / PEN / PRP / PSB / PR
SOBRAL	IVO FERREIRA GOMES	57.908	51,44	PDT	PP / PDT / PT / PPS / DEM / PRTB / PHS / PSB / PV / PPL / PSD / PC do B / PROS / PSC / PTB
TURURU	MARIA DE FÁTIMA GALDINO ALBUQUERQUE	5.203	45,11	PDT	PDT / PT / PEN / PTN / PRB / PSD
UBAJARA	RENE DE ALMEIDA VASCONCELOS	10.082	53,47	PDT	PDT / PT / PSB / PTB / PPL / PSD / PC do B / SD / PPS / PRB / PV / PSDC / PSDB
URUOCA	FRANCISCO KILSEM PESSOA AQUINO	4.872	54,00	PDT	PDT / PR / PSB / PPS / PTB / PSD / PMB / PC do B

Fonte: TRE-CE

**Tabela 02 . Municípios conquistados pelo PDT ou por coligação do qual fez parte como “cabeça de chapa” – eleições 2020 -1o. Turno**

Município	Nome do Candidato	Votos Nominais	% Votos Nominais	Partido	Partido/Coligação
ACARAPE	FRANCISCO EDILBERTO BESERRA BARROSO	5.789	58,68	PDT	PDT / MDB
ALCÂNTARAS	JOAQUIM FREIRE CARVALHO	5.251	74,20	PDT	PDT / PT
ANTONINA DO NORTE	ANTONIO ROSENO FILHO	2.476	46,19	PDT	PDT
ARACOIABA	THIAGO CAMPELO NOGUEIRA	12.113	59,92	PDT	PDT / PT / PSDB / PP
ARARIPE	CICERO FERREIRA DA SILVA	6.781	52,15	PDT	PDT / PC do B
ASSARÉ	JOSE LIBORIO LEITE NETO	7.707	51,69	PDT	PC do B / PDT / PT / PSB / PL
BAIXIO	JOSÉ HUMBERTO MOURA RAMALHO	2.739	59,11	PDT	PDT
BANABUIÚ	FRANCISCO HERMES NOBRE	7.093	59,80	PDT	PDT / PT / SOLIDARIEDADE / PROS
BARBALHA	GUILHERME SAMPAIO SARAIVA	19.900	53,87	PDT	PSB / PSD / PT / PTB / CIDADANIA / PC do B / PP / PDT
BARROQUINHA	JAIME VERAS SILVA FILHO	5.658	50,74	PDT	PSD / PDT
BELA CRUZ	JOSE OTACILIO DE MORAIS NETO	6.837	42,93	PDT	PSL / PL / PDT
BREJO SANTO	MARIA GISLAINE LANDIM	15.749	61,72	PDT	PP/PL/PDT/DEM/PSB
CAMOCIM	MARIA ELIZABETE MAGALHAES	18.253	50,26	PDT	REPUBLICANOS / PP / PTB / PSB / PSD / PDT
CAMPOS SALES	JOÃO LUIZ LIMA SANTOS	8.955	59,04	PDT	MDB / PDT / PC do B
CARIRÉ	ANTONIO RUFINO MARTINS	8.172	69,95	PDT	PDT
CARIRIAÇU	JOSÉ EDMILSON LEITE BARBOSA	9.999	53,23	PDT	PDT / PT / CIDADANIA
CARNAUBAL	JOSE WELITON SOUZA LEITE	6.820	65,71	PDT	PDT / PP

O CAPITAL POLÍTICO DOS “FERREIRA GOMES”

Alexandre Almeida Barbalho

Município	Nome do Candidato	Votos Nominais	% Votos Nominais	Partido	Partido/Coligação
CATUNDA	RAVENNA FERNANDES GOMES MESQUITA LIMA	3.844	53,91	PDT	PC do B / PDT / MDB / PSDB / PL
CEDRO	JOÃO BATISTA DINIZ	7.719	48,30	PDT	PT / PDT
CHAVAL	SEBASTIÃO SOTERO VERAS	5.171	60,60	PDT	PDT
CHOROZINHO	FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR	10.500	74,58	PDT	PDT / PP
COREAÚ	JOSE EDEZIO VAZ DE SOUZA	8.380	51,79	PDT	PDT
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	FRANCISCO GILDECARLOS PINHEIRO	3.187	52,60	PDT	PDT / PT
ERERÉ	FRANCISCO OTONI DE QUEIROZ MOURA	3.805	100,00	PDT	PDT
FARIAS BRITO	FRANCISCO AUSTRAGEZIO SALES	6.735	50,87	PDT	PDT / PT
FORQUILHA	EDINARDO RODRIGUES FILHO	7.803	51,56	PDT	PDT / PP / PTB / MDB / DEM / PROS / PSDB / PSD
FRECHEIRINHA	HELTON LUIS AGUIAR JUNIOR	5.339	52,64	PDT	PDT / PSD
GENERAL SAMPAIO	FRANCISCO CORDEIRO MOREIRA	2.987	45,84	PDT	MDB / PDT
GRAÇA	MARIA IRALDICE DE ALCÂNTARA	4.646	50,19	PDT	PDT
GRANJA	JULIANA FROTA LOPES DE ALDIGUERI ARRUDA	18.499	61,61	PDT	PDT / PL / DEM / PSD / PT / PSL
GUARAMIRANGA	ROBERLANDIA FERREIRA CASTELO BRANCO	2.785	57,97	PDT	PDT / PL / CIDADANIA
HIDROLÂNDIA	IRES MOURA OLIVEIRA	7.259	62,66	PDT	PT / PDT / SOLIDARIEDADE / MDB
HORIZONTE	MANOEL GOMES DE FARIAS NETO	27.349	61,88	PDT	REPUBLICANOS / PDT / PT / PTB / PSL / PL / PSD / PSB / AVANTE
IBICUITINGA	FRANCISCO JOSÉ MAGALHÃES CARNEIRO	5.908	55,10	PDT	PDT / PSDB / PSD / PSL
ICÓ	ANA LAÍS PEIXOTO CORREIA NUNES	20.139	55,17	PDT	PDT / PP / PTB / MDB / PSL
IRAUÇUBA	PATRÍCIA MARIA SANTOS BARRETO	9.165	62,92	PDT	PDT / PSD / PMB / PTB / DEM / PC do B / PSDB / PL
ITAIÇABA	FRANK GOMES FREITAS	3.045	51,31	PDT	PDT / PP / PT / PTB
ITAREMA	ELIZEU CHARLES MONTEIRO	12.658	52,58	PDT	PTB / PSB / PDT

# O CAPITAL POLÍTICO DOS “FERREIRA GOMES”

Alexandre Almeida Barbalho

Município	Nome do Candidato	Votos Nominais	% Votos Nominais	Partido	Partido/Coligação
JAGUARIBARA	JOACY ALVES DOS SANTOS JUNIOR	4.677	67,29	PDT	PDT / PROS
JUCÁS	JOSE EDSONRIVA SOUZA CUNHA	8.553	55,85	PDT	PDT / PT
MARCO	ROGER NEVES AGUIAR	9.981	55,02	PDT	PDT / PSD
MILAGRES	CÍCERO ALVES DE FIGUEIREDO	9.282	53,74	PDT	PDT / PT / PTB / MDB
MONSENHOR TABOSA	FRANCISCO SALOMÃO DE ARAÚJO SOUSA	6.571	55,26	PDT	PDT / PSB / PC do B / PT
MORAÚJO	CARLOS ÁQUILA CUNHA DE QUEIROZ	3.534	54,44	PDT	PDT
MUCAMBO	FRANCISCO DAS CHAGAS PARENTE AGUIAR	5.797	59,01	PDT	PT / PDT
PACAJUS	BRUNO PEREIRA FIGUEIREDO	21.426	54,13	PDT	PSB / PDT / DEM / PL / SOLIDARIEDADE / CIDADANIA / PSC
PACUJÁ	RAIMUNDO RODRIGUES DE SOUSA FILHO	2.644	52,80	PDT	PDT / PSL
PARACURU	WEMBLEY GOMES COSTA	12.790	56,43	PDT	REPUBLICANOS / PTC / PDT / MDB / PP
PENTECOSTE	JOÃO BOSCO PESSOA TABOSA	8.785	35,23	PDT	PDT
PEREIRO	RAIMUNDO ESTEVAM NETO	7.381	66,81	PDT	PDT / PSD
PIQUET CARNEIRO	BISMARCK BARROS BEZERRA	5.102	54,44	PDT	REPUBLICANOS / PDT / DEM / PSDB / PSD / PT / PL
PIRES FERREIRA	LÍVIA MARIA MESQUITA MORORO MUNIZ MARQUES	3.690	55,43	PDT	PSC / PSB / PDT
QUIXERAMOBIM	CIRILO ANTÔNIO PIMENTA LIMA	23.712	51,74	PDT	DC / PSB / PSL / PSD / PDT
REDENÇÃO	DAVID SANTA CRUZ BENEVIDES	15.047	83,35	PDT	PSB / PP / PT / PL / PDT
RUSSAS	SÁVIO GURGEL NOGUEIRA	28.265	61,99	PDT	PSB / PL / PTB / PDT
SABOEIRO	MARCONDES HERBSTER FERRAZ	3.461	36,21	PDT	PDT / PTB / PSL / DEM
SÃO BENEDITO	SAUL LIMA MACIEL	13.858	53,29	PDT	PT / PC do B / REPUBLICANOS / PDT / PSL / PL
SENADOR POMPEU	ANTÔNIO MAURÍCIO PINHEIRO JUCÁ	8.672	53,80	PDT	MDB / PSL / PSB / PSDB / PSD / PDT

## O CAPITAL POLÍTICO DOS “FERREIRA GOMES”

Alexandre Almeida Barbalho

Município	Nome do Candidato	Votos Nominais	% Votos Nominais	Partido	Partido/Coligação
SOBRAL	IVO FERREIRA GOMES	66.519	59,23	PDT	PDT / PSB / PT / PL / PP / PTB / CIDADANIA / PSDB / DEM / PSD / PC do B
TAMBORIL	LUIZ MARCELO MOTA LEITE	9.186	53,89	PDT	PSL / PDT / PL
TARRAFAS	TERTULIANO CANDIDO MARTINS DE ARAUJO	3.053	51,59	PDT	PL / PDT / PSB
UBAJARA	RENÊ DE ALMEIDA VASCONCELOS	10.392	57,74	PDT	PSB / DEM / PDT
URUOCA	JAN KENNEDY PAIVA AQUINO	5.588	62,74	PDT	PSD / PDT
VARJOTA	FRANCISCO ELMO BEZERRA MONTE	7.068	53,12	PDT	PSB / PDT / PT / PTB

Fonte: TRE-CE

Quando o recorte é o de municípios conquistados por outros partidos como “cabeça de chapa” em coligações na quais o PDT participa, são 38, em 2016, e 35, em 2020 (Tabelas 03 e 04), mantendo-se uma estabilidade de uma eleição para outra. O significativo é constatar que, somando os quantitativos da Tabela 02 e da Tabela 04, o partido dos Ferreira Gomes se faz presente na gestão de mais da metade dos municípios cearenses (51,6%).

**Tabela 03. Municípios conquistados por outros partidos como “cabeças de chapa” em coligações as quais incluem o PDT - Eleições 2016 – 1o. Turno**

Município	Nome do Candidato	Votos Nominais	% Válidos	Partido	Partido/Coligação
ABAIARA	AFONSO TAVARES LEITE	2.889	51,20	PT	PT / PDT / PC do B / PTB / PR
ACARAPE	FRANKLIN VERISSIMO OLIVEIRA	5.511	53,52	PSD	PSD / PDT / PRB / PSB / PHS / PRTB / PMB / PT / PTB / PEN
AIUABA	RAMILSON ARAUJO MORAES	4.888	57,60	PSD	PSD / PMB / PDT
ALTANEIRA	FRANCISCO DARIOMAR RODRIGUES SOARES	2.545	54,11	PT	PT / PDT / SD
ALTO SANTO	MARIA IRISNEILE GADELHA SOUSA COSTA	5.010	50,23	PSB	PSB / PROS / PT / PDT / PR

O CAPITAL POLÍTICO DOS “FERREIRA GOMES”

Alexandre Almeida Barbalho

ANTONINA DO NORTE	FRANCISCO EVANDRO ARRAIS DE ALMEIDA	3.225	59,27	SD	PDT / PMB / PV / PSDB / PSD / SD
ARNEIROZ	EDGAR DE CASTRO MONTEIRO	3.060	54,11	PMDB	PMDB / PDT / PSDB / PROS / SD / PTC / PTB / PEN
ASSARÉ	FRANCISCO EVANDERTO ALMEIDA	8.830	62,06	PSD	PRB / PRP / PDT / PPL / PTB / PSD / PSB / PMDB / PMB / PROS / SD / PSDC
BAIXIO	JOSÉ HUMBERTO MOURA RAMALHO	2.490	56,08	PSB	PDT / PT / PPS / DEM / PSB / PC do B
BARREIRA	ANTONIO ALAILSON OLIVEIRA SALDANHA	7.858	51,15	PT	PT / PDT / PRTB / PSL / PTN / PC do B
BARRO	JOSÉ MARQUINÉLIO TAVARES	6.065	49,56	DEM	DEM / PDT / PSD / PRB / PRP / PC do B / PROS
CARIÚS	JOSE FERNANDES FERREIRA	5.811	48,34	PSDB	PSDB / PP / PDT / PTB / PRP / PR
CHOROZINHO	FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JUNIOR	7.988	54,70	PSD	PRB / PP / PDT / PTN / PRTB / PMN / PMB / PRP / PSD
CRATO	JOSE AILTON DE SOUSA BRASIL	37.740	58,78	PP	PEN / PP / PT / PMN / PDT / PSD / PPL / PHS / PRTB / PSL / PTB / PSC
CRUZ	JOÃO MUNIZ SOBRINHO	8.777	53,78	PSDB	PSDB / PDT / PTB
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	LUIZ CLAUDENILTON PINHEIRO	4.035	72,26	PSDB	PSDB / PR / PDT / PSD / PSB / PV / PMB / PTN
EUSÉBIO	ACILON GONÇALVES PINTO JUNIOR	25.861	81,20	PEN	PRB / PEN / PDT / PROS
FARIAS BRITO	JOSE MARIA GOMES PEREIRA	7.639	62,87	PC do B	PC do B / PDT / PSB / PT do B
FORTIM	NASELMO DE SOUSA FERREIRA	7.318	62,56	PMDB	PMDB / PTB / PP / PT / PTN / PROS / PDT
HORIZONTE	FRANCISCO CESAR DE SOUSA	29.902	70,88	PSDB	PSDB / PSD / PRP / PSDC / PSL / PRB / PC do B / PPS / PT do B / PMN / PSB / DEM / PR / PSC / SD / PRTB / PTC / PDT
ICAPUÍ	RAIMUNDO LACERDA FILHO	7.263	54,58	PMDB	PMDB / PSDB / PR / PTB / PDT / DEM / SD / PROS / PSD / PT do B / PMN / PMB / PSC
IPAPORANGA	ANTONIO ALVES MELO	4.306	61,78	PT	PT / PDT / PSB / PV / PSD
IPAUMIRIM	JOSÉ GERALDO DOS SANTOS	4.109	53,18	PMDB	PMDB / PPS / PDT
JAGUARUANA	ROBERTO BARBOSA MOREIRA	11.995	51,83	PTN	PTN / PMDB / PDT / PP / PSDB / SD / PSB / PSD

O CAPITAL POLÍTICO DOS “FERREIRA GOMES”  
Alexandre Almeida Barbalho

JATI	MARIA DE JESUS DINIZ NOGUEIRA	3.971	100,00	PSD	PSD / PDT / PTB / PR
MARTINÓPOLE	FRANCISCO FONTENELE JUNIOR	4.525	54,45	PSD	PSD / PR / PDT / PV / PMB / PSDB
MERUOCA	FRANCISCO ANTONIO FONTELES	4.047	44,94	PP	PP / PDT / PMB / PSB / PSDB / PPS
MILHÃ	JOSE DARLAN DANTAS PINHEIRO	4.922	53,02	PSD	PSD / PSDB / PPS / PEN / PDT / PR / PRTB / PMN
NOVA OLINDA	AFONSO DOMINGOS SAMPAIO	5.881	60,96	PSD	PSD / PP / PROS / PRTB / PTB / PMB / DEM / SD / PMN / PR / PMDB / PSDB / PDT
ORÓS	SIMAO PEDRO ALVES PEQUENO	8.055	57,19	PSD	PSD / PDT / PMB / PT / PSB / PC do B / PSC / PV / PHS / PSDC
PARACURU	JOSÉ RIBAMAR BARROSO BAPTISTA	9.778	40,48	PSDB	PSDB / PSL / PT do B / PR / PPL / PDT
PORTEIRAS	FÁBIO PINHEIRO CARDOSO	6.981	69,37	PTB	PSD / PTB / DEM / PDT / PSB
POTENGI	ANTONIA ALIZANDRA GOMES DOS SANTOS	3.369	65,80	PT	PT / PMDB / PV / PC do B / PDT
QUIXELÔ	MARIA DE FATIMA ARAÚJO	5.618	50,78	PT	PDT / PT / PC do B
SALITRE	RONDILSON DE ALENCAR RIBEIRO	6.272	100,00	PT	PT / PSD / PMB / PSDC / PMDB / PDT / PR / PRTB / PPS / PSB / PSDB / PRB
SÃO BENEDITO	GADYEL GONCALVES DE AGUIAR PAULA	14.225	53,36	PC do B	PC do B / PDT / PRB / PT do B / PSD / PPS / PTB / SD / DEM
SOLONÓPOLE	JOSÉ WEBSTON NOGUEIRA PINHEIRO	6.178	53,43	PRB	PRB / PDT / PMDB / PR / PMB / PSB / PROS / PTC / PSDB
UMIRIM	FELIPE CARLOS UCHOA SALES RIBEIRO	6.382	51,29	PSD	PSD / PR / PP / PT / PDT / PTN / PMB / PPL / DEM / PSDB

Fonte: TRE-CE

**Tabela 04 . Municípios conquistados por outros partidos como “cabeças de chapa” em coligações as quais incluem o PDT - Eleições 2020 – 1o. Turno**

Município	Nome do Candidato	Votos Nominais	% Votos Nominais	Partido	Partido/Coligação
ALTO SANTO	JOSÉ JOENI HOLANDA DE ARAÚJO	6.261	62,32	PSD	PDT/SOLIDARIEDADE/P SD/PROS
BARRO	JOSÉ TAVARES	6.265	49,46	PSD	REPUBLICANOS/PSD/PC do B/PDT
BOA VIAGEM	JOSÉ DANTAS FILHO	19.507	61,05	SOLIDARIEDA DE	PDT / PTB / DEM / SOLIDARIEDADE / MDB
CANINDÉ	MARIA XIMENES	22.234	53,13	DEM	PSB / DEM / PDT / PP / SOLIDARIEDADE / PTB / PT
CARIÚS	ANTONIO OLIVEIRA	6.250	51,79	PL	PSD/PL/PSB/REPUBLICA NOS/PDT/PT
CRATEÚS	MARCELO MACHADO	30.14 9	73,89	SOLIDARIEDA DE	PSB / SOLIDARIEDADE / PL / DEM / PT / PTB / MDB / PDT / REPUBLICANOS
CRATO	JOSÉ AILTON BRASIL	30.89 8	47,81	PT	PDT / MDB / PRTB / PP / PSB / PMN / PC do B / PT / AVANTE / CIDADANIA
CRUZ	JOÃO MUNIZ SOBRINHO	10.96 4	68,66	PSDB	PTB/PDT/PSL/PSB/PSDB
IBARETAMA	ELIRIA QUEIROZ	3567	35,84	PSD	PDT/PSB/PSD
IPAPORANGA	ANTONIO AMARO PEREIRA OLIVEIRA	4.362	58,44	PT	PDT/PT
IRACEMA	CELSO SILVA NETO	4.990	55,57	PT	DEM/PP/PDT/PT/MDB/PS B
ITAPIPOCA	FELIPE PINHEIRO	31.760	43,74	PT	PT/PATRIOTA/PDT/MDB /PSB
ITATIRA	JOSÉ MATEUS	7.745	54,54	PP	PP/PDT



O CAPITAL POLÍTICO DOS “FERREIRA GOMES”

Alexandre Almeida Barbalho

Município	Nome do Candidato	Votos Nominais	% Votos Nominais	Partido	Partido/Coligação
LAVRAS DA MANGABEIRA	RONALDO LIMA	9.759	55,03	PSD	PODE/PSD/PSL/PDT
LIMOEIRO DO NORTE	JOSÉ LUCENA	18.465	53,84	PSB	PDT / PSB / PV
MASSAPÊ	ALINE ALBUQUERQUE	10.132	40,35	PP	PTB/PDT/PP
NOVA RUSSAS	GIORDANNA SILVA BRAGAMANO	9.929	54,95	PL	PL/PMN/PMB/PP/PDT/PATRIOTA/PSDB/DEM/REPUBLICANOS/SOLIDARIEDADE
NOVO ORIENTE	JESUINO SAMPAIO NETO	9.813	52,47	SOLIDARIEDADE	PP/PDT/PTB/MDB/PSL/PSDB/SOLIDARIEDADE
ORÓS	JOSÉ VERDE	7.070	53,77	PSD	PDT/PSDB/PSD/PL/DEM/PSB, PC do B
PACOTI	MARCOS GONZAGA	4.439	52,88	PT	PSB/PRTB/PDT/PC do B/PT
PINDORETAMA	JOSÉ LEITE	5.105	34,62	PL	PL/PDT
PORTEIRAS	FÁBIO CARDOSO	5.647	51,78	PTB	PDT/PTB/PV/MDB
QUITERIANÓPOLIS	FRANCISCO FIGUEIREDO	9.279	70,72	PSD	PT / REDE / PL / PDT / PSD
QUIXELÔ	JOSÉ JÚNIOR	5.666	49,68	PT	PC do B/PT/PDT
QUIXERÉ	ANTÔNIO OLIVEIRA	8.257	57,96	PT	PT/PDT
SANTA QUITÉRIA	JOSÉ BARROZO	12.835	51,39	PSB	PDT/PT/PSB/PSD/PP/PTB
SANTANA DO ACARAÚ	FRANCISCO MENDES	10.187	50,19	PL	MDB / PDT / PTB / PL / CIDADANIA
SÃO LUIZ DO CURU	FRANCISCO DE ALMEIDA	4.442	48,61	PC do B	PSB/PP/PDT/PC do B
SOLONÓPOLE	ANA JUCÁ	6.270	53,61	PSD	REPUBLICANOS / PDT / PL / PSDB / PSD
TABULEIRO DO NORTE	RILDSON VASCONCELOS	11.208	59,16	PP	PP/PDT/PTB/CIDADANIA/PSB
TAUÁ	PATRÍCIA AGUIAR	16.964	48,91	PSD	CIDADANIA/PSD/PDT/PMB/SOLIDARIEDADE

Município	Nome do Candidato	Votos Nominais	% Votos Nominais	Partido	Partido/Coligação
TEJUÇUOCA	JOSÉ BRITO	7.476	59,10	PSD	PSD/PDT/DEM
TRAIRI	CARLOS MOREIRA	18.145	51,82	PP	PP/PDT
URUBURETAMA	FRANCISCO ALDIR CHAVES DA SILVA	5.575	40,49	PT	REPUBLICANOS / PSD / PDT / PP / PT
VARZEA ALEGRE	JOSÉ CARVALHO	13.537	58,96	MDB	PT/PDT/DEM/MDB/PSD

Fonte: TRE-CE

O aumento significativo de prefeituras conquistadas pelo PDT, contudo, sem ou com aliados, não foi acompanhado por um acréscimo equivalente na quantidade de votos. Quando os dados são refinados, tendo como objetivo estabelecer a votação que o partido recebeu com seus candidatos a prefeito, percebe-se, na realidade, uma diminuição no quantitativo, ainda que tenha ocorrido um acréscimo de quase 10% no percentual total de votos válidos, como demonstram as Tabelas V e VI.

**Tabela 5 . Prefeito: total de votos recebidos pelo PDT no Ceará – Eleições municipais de 2016.**

Votos Nominais	Votos Válidos(A)	% (A)/Total de Válidos
1.398.758	1.398.758	28,72

Fonte: TRE-CE

**Tabela 6 . Prefeito: total de votos recebidos pelo PDT no Ceará – Eleições municipais de 2020.**

Votos Nominais	Votos Válidos(A)	% (A)/Total de Válidos
1.089.87	1.089.87	37,56

Fonte: TRE-CE

Por fim, é relevante observar a votação que os candidatos dos Ferreira Gomes, Roberto Cláudio, em 2016, e José Sarto, em 2020, receberam na disputa em segundo turno por Fortaleza (Tabelas VII e VIII). Além de capital, a Cidade concentra quase 30% da população do Estado e é sede de uma Região Metropolitana que possui mais outros 18 municípios, reúne 44% dos cearenses e tem uma das mais importantes áreas de influência regional do Norte-Nordeste. Nesse quesito, o que se observa é uma queda considerável de uma eleição para outra da diferença entre os candidatos do grupo e capitão Wagner, uma das principais vozes de oposição no campo conservador aos Ferreira Gomes. Em 2016, essa diferença foi de 7,14% e, em 2020, 3,38%, conforme as Tabelas VII e VIII.

**Tabela 7. Resultado do segundo turno em Fortaleza nas eleições de 2016**

Município	Nome do Candidato	Votos Nominais	% Válidos	Partido	Partido/Coligação
FORTALEZA	ROBERTO CLAUDIO RODRIGUES BEZERRA	678.847	53,57	PDT	PDT / PP / DEM / PEN / PSC / PSDC / PRTB / PTC / PPS / PTN / PPL / PSL / PV / PTB / PSD / PROS / PMB / PC do B
FORTALEZA	WAGNER SOUSA GOMES	588.451	46,43	PR	PMDB / PR / PSDB / SD

Fonte: TRE-CE

**Tabela 8. Resultado do segundo turno em Fortaleza nas eleições de 2020**

Nome do Candidato	Votos Computados	% Votos Computados	Situação da Totalização	Partido	Partido/Coligação
JOSÉ SARTO NOGUEIRA MOREIRA	668.652	51,69	Eleito	PDT	PP / PDT / PTB / PL / PSB / DEM / PSD / CIDADANIA / REDE / PSDB
WAGNER SOUSA GOMES	624.892	48,31	Não eleito	PROS	PROS / REPUBLICANOS / PODE / PSC / PMB / PMN / PTC / DC / AVANTE

Fonte: TRE-CE

Certamente, há diferenças importantes entres as candidaturas de Roberto Cláudio e José Sarto que devem ser levadas em consideração, como as trajetórias dos dois candidatos. O primeiro vinha de uma gestão bem avaliada e era candidato à reeleição em 2016; o segundo, apesar de uma carreira vitoriosa no âmbito do Legislativo municipal (Fortaleza) e estadual desde 1988, integrando a elite da Assembleia Legislativa, da qual foi presidente, não

tinha experiência como gestor e nunca ocupou qualquer secretaria no Executivo municipal ou no estadual. Também não se destacava como campeão de votos. Na eleição para deputado estadual de 2018 ficou em 15o. lugar, conquistando 69.000 votos (1,51%). A título de comparação, o primeiro colocado, André Fernandes de Moura (PSL), um candidato estreante com discurso de *outsider*, conseguiu 110.000 votos (2,4%).

Por fim, apropriando-se das reflexões de Carlos Eduardo Sell sobre como a “dinâmica carismático-plebiscitária” está “embutida estruturalmente em nosso modelo institucional do presidencialismo de coalizão” (Sell, 2019, p. 56), é factível conjecturar que as eleições em Fortaleza anteciparam um possível embate ente Bolsonaro e Ciro. O debate na campanha municipal foi nacionalizado, assumindo um caráter plebiscitário: de um lado, Capitão Wagner era o candidato do presidente e do bolsonarismo; de outro, Sarto representava no plano local o projeto cirista para o contexto nacional e teve o apoio, no segundo turno, de praticamente todas os partidos de oposição ao Governo Federal. Sendo assim, deduz-se, ante a estreita margem de votos entre o primeiro e o segundo colocados na disputa por Fortaleza em 2020, a dificuldade de Ciro superar Bolsonaro no confronto pela Presidência em 2022.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aldé, A. (2003). As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. *Alceu*, 6(3), 93-121.

Barbalho, A. (2020a). A criação do Banco do Nordeste e o Congresso Nacional: momento de disputa inter e intra elites ou de consenso regional? *DRd - Desenvolvimento Regional em debate*, 10, 161-174.

\_\_\_\_\_. (2020b). Oligarcas e modernizantes? *Raízes*, 40, 24-43.

\_\_\_\_\_. (2007). Os modernos e os tradicionais: cultura política no Ceará contemporâneo. *Estudos de Sociologia*, 22, 27-42.

\_\_\_\_\_; Barreto, M. (2020). Modernização cultural em realidades periféricas: o caso cearense. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. (Org.). *Retratos do Ceará moderno: emergência de um padrão de modernização cultural nas margens* (pp. 11-30). Fortaleza: Uece.

Bourdieu, P. (1989). Las forma del capital. Capital económico, capital cultural y capital social. In: \_\_\_\_\_. *Poder, derecho y clases sociales* (pp. 131-164). Bilbao: Desclée de Brouwer.

\_\_\_\_\_. (1989). A representação política. Elementos para um teoria do campo político. In: \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. (pp. 163-208). Lisboa: Difel

Bonfim, W. (2002). De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará. In: J. Parente, J. M. Arruda (Org.). *A era Jereissati*. Modernidade e mito. (pp. 35-62). Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha.

Cardoso, F. H. (1997). Estamos reorganizando o capitalismo brasileiro. Entrevista. *Lua Nova*, 39, 11-32.

Carvalho, R. A. (2014). Eleições 2014: transição de ciclos políticos no Ceará? *Em Debate*, Belo Horizonte, 6(5), 23-36.

\_\_\_\_\_. (2013). *Campanhas eleitorais e comunicação midiática*. Ciclos de mudanças e de continuidade. Fortaleza: UFC.

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. (2007) *Os “cabeças” do Congresso Nacional – 2007*. Uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes. Brasília: DIAP.

\_\_\_\_\_. (2008) *Os “cabeças” do Congresso Nacional – 2008*. Uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes. Brasília: DIAP.

\_\_\_\_\_. (2009) *Os “cabeças” do Congresso Nacional – 2009*. Uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes. Brasília: DIAP.

\_\_\_\_\_. (2010) *Os “cabeças” do Congresso Nacional – 2010*. Uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes. Brasília: DIAP.

Diógenes, G. *Ciro Gomes: percursos de uma imagem*. In: J. Parente, J. M. Arruda (Org.). *A era Jereissati*. Modernidade e mito. (pp. 107-124). Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha.

Figueiredo, R & Coutinho, C. (2003). A eleição de 2002. *Opinião Pública*, IX(2), 93-117.

Jacob, C. R. et al. (2006). Eleições presidenciais de 2002 no Brasil: uma nova geografia eleitoral? *Alceu*, 3(6), 287-372.

\_\_\_\_\_. (2000). As eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura militar: continuidade e mudança na geografia eleitoral. *Alceu*, 1(1), 102 -151.

Gondim, L. (1998). *Clientelismo e modernidade nas políticas públicas*. Os “Governos das Mudanças” no Ceará (1987-1994). Ijuí, Unijuí.

Mamede, M. A. (1998). *A construção do Nordeste pela mídia*. Fortaleza: Secult.

Martim, I. (1993). *Os empresários no poder*. O projeto político do CIC (1978-86). Fortaleza; Secult.

Melo, C. R. (2010). Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 4,13-41.

Monte, J. C. (2019). Notas sobre o conceito de grupo político: considerações sobre os Ferreira Gomes no Ceará. *Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses*, 5(2), 118-140.

\_\_\_\_\_. (2016). *Os caminhos do poder no Ceará: a política de alianças nos governos Cid Gomes (2007-2014)*. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Parente, J. & Arruda (2002). (Org.). *A era Jereissati*. Modernidade e mito. Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha.

Sell, C. E. (2019). Do caráter plebiscitário do presidencialismo: Max Weber e a crise política no Brasil. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, 13(2), 38-61.

Souza; Y.; Barbeta, P. (2004). A eleição presidencial de 2002: a decisão do voto na região da Grande São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(56), 75-93.

# 21. AS DINÂMICAS DA ALIANÇA ENTRE MILITARES E EVANGÉLICOS NAS ELEIÇÕES DE 2020 EM FORTALEZA: O CASO DA CANDIDATURA DE CAPITÃO WAGNER

Matheus Alexandre Araujo<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

O processo eleitoral de 2018 foi marcado pela participação de uma nova força política, o “bolsonarismo”. Ainda não existem produções que definam com clareza o significado dessa categoria política<sup>2</sup>. Neste ensaio, compreendendo-a, entretanto, como a expressão de um movimento político neoconservador (LACERDA, 2019) e de extrema-direita sustentado por valores como o militarismo, o anticientificismo, o anticomunismo, o punitivismo, o fundamentalismo, o neoliberalismo e o sionismo, e que tem Jair Bolsonaro, atual presidente da República, como seu principal líder. Rosana Pinheiro-Machado (2018) destaca que o bolsonarismo não deve ser tomado como um fenômeno restrito à figura do presidente, mas algo que corresponde a uma nova roupagem do discurso conservador.

Naquela eleição, mediante a crise de credibilidade das instituições e da política, bem como a crise econômica que teve efeitos deletérios nas condições de vida da maioria dos brasileiros, essa nova força emergente ascendeu ao poder na esfera federal e em alguns estados da Federação. Esse movimento, que culminou na eleição de Jair Bolsonaro como presidente da República, pelo Partido Social Liberal (PSL), também conseguiu eleger a segunda maior bancada da Câmara Federal, com 52 deputados, para a 56<sup>a</sup> legislatura. Nos estados, pelo menos 15 governadores foram eleitos com o apoio do então candidato à Presidência. Como uma aliança entre diversos grupos e pautas, o bolsonarismo também conseguiu aglutinar um importante setor da política

---

1 Graduado em Ciências Sociais e mestrando em Sociologia (UFC). Contato: matheus.alexander17@outlook.com

2 O termo “bolsonarismo” foi usado pela primeira vez em 2014 pelo, então, professor de Direito da Universidade de São Paulo, Conrado Hubner, em artigo para o jornal *Estadão*. “Reféns do Bolsonarismo”: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,refens-do-bolsonarismo-imp-,1140280>>. Acessado em 10/01/2020.

nacional e que tem conquistado muita relevância na esfera pública, nos últimos anos: os evangélicos.

Em outros trabalhos, pesquisadores ressaltaram que a participação de grupos evangélicos no sistema político brasileiro ocorria, sobretudo, no Poder Legislativo, sendo poucos os agentes que se colocavam na disputa dos executivos municipais, estaduais ou do Executivo Nacional (NOVAIS 2002; FONSECA, 2002; *apud* MACHADO, 2006). A eleição de 2018, no entanto, representou um momento de inflexão. Os evangélicos, nesse pleito, voltaram-se não apenas para a disputa legislativa, mas agiram como um dos pilares de sustentação da candidatura de Jair Bolsonaro, imprimindo na disputa sua agenda, símbolos e discurso. Não se tratava mais de apenas pressionar os candidatos laicos por um comprometimento com determinadas pautas em troca de apoio eleitoral - os evangélicos, agora, tinham candidato próprio<sup>3</sup>.

Outro dado relevante foi a participação histórica de pretendentes policiais e integrantes das Forças Armadas. Novecentos e sessenta e um militares disputaram vaga nas assembleias legislativas estaduais, na Câmara Federal e no Senado, em 2018, além dos candidatos à Presidência, Jair Bolsonaro, capitão reformado do Exército, e Cabo Daciolo, do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. Esse número representou um crescimento de 25% com relação ao pleito de 2014<sup>4</sup>. Setenta e dois destes foram eleitos: dois senadores, 20 deputados federais e 22 deputados estaduais<sup>5</sup>. Alguns destes lideraram a lista dos mais votados em seus estados, como é o caso de Wagner Sousa Gomes, capitão da reserva da Polícia Militar do Ceará e conhecido como Capitão Wagner, eleito com 303.593 mil votos.

As eleições municipais de 2020 foram abalizadas por esse panorama político que teve seu ápice em 2018. Foi uma situação, aliás, bem diferente das polarizações que caracterizaram os pleitos locais anteriores. Além do aumento de 12,5% no número de candidatos militares no comparativo com 2016 – o maior em 16 anos – também ocorreu aumento de 34% no número de candidatos evangélicos, segundo o levantamento da *Revista Exame*<sup>6</sup>. Em algumas

3 Como Bolsonaro se tornou o candidato dos evangélicos”: < <https://epoca.globo.com/como-bolsonaro-se-tornou-candidato-dos-evangelicos-23126650>>. Acessado em 19/01/2021.

4 Candidaturas militares crescem 25,6% desde a última eleição”: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-10-05/aumenta-numero-de-candidatos-militares.html>>. Acessado em 19/01/2021.

5 “Na esteira de Bolsonaro, 72 militares são eleitos para cargos legislativos”: < <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/08/militares-eleitos-2018-camara-senado-assembly-legislativa.htm>>. Acessado em 19/01/2021.

6 “Aumenta em 34% o número de candidatos evangélicos no Brasil”: <<https://exame.com/>>



idades, candidatos evangélicos lideraram a lista dos mais votados, como é o caso de Ronaldo Martins, pastor da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e eleito vereador de Fortaleza pelo partido Republicanos, com 31.840 votos. Nas eleições nacionais de 2018, o número de evangélicos no Congresso Nacional cresceu de 78 para 91 integrantes<sup>7</sup>, 84 deputados e sete senadores.

Em Fortaleza, a participação de grupos evangélicos e de policiais na política eleitoral no Município cresce a cada eleição desde o início dos anos 2000. A eleição de 2020 destacou-se tanto pelo crescimento da participação desses dois setores, como pela consolidação de uma aliança entre os dois grupos que durante algum tempo seguiram caminhos eleitorais distintos. Em 2016, eram apenas seis candidatos representantes de grupos evangélicos e 20 candidatos representantes das corporações policiais. Em 2020, esses números aumentaram para 30 e 22, respectivamente, em um pleito marcado pela polarização nacional e a consolidação do bolsonarismo na esfera pública. Na Capital cearense, a candidatura que melhor representou esse movimento político foi a de Capitão Wagner, pelo Partido Republicano da Ordem Social (PROS). Sua candidatura ganhou notoriedade, sobretudo pela expressiva popularidade entre os fiéis evangélicos da Capital<sup>8</sup>, apesar de o militar reformado não fazer parte dessa religião.

Neste capítulo, portanto, objetivo captar como se deu a aliança entre os líderes religiosos de matriz evangélica e os militares, mediante a liderança de Capitão Wagner; quais os dispositivos discursivos foram acionados, como eles se relacionaram e deram unidade à militarização e à “confessionalização da política partidária”. (MACHADO, 2006). Começo com a hipótese de que a coalizão neoconservadora colocada em prática em 2018, e que resultou na eleição de Jair Bolsonaro, foi repetida em Fortaleza, com base nas configurações da realidade política local.

Para que este objetivo seja alcançado, optei por um recorte específico de análise. Uma vez que, para este trabalho, não seria possível examinar a totalidade das candidaturas evangélicas e militares proporcionais, examino como

---

brasil/eleicoes-2020-aumenta-em-34-o-numero-de-candidatos-evangelicos/>. Acessado em 19/01/2021.

7 Em crescimento, bancada evangélica terá 91 parlamentares no Congresso”: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/em-crescimento-bancada-evangelica-tera-91-parlamentares-no-congresso>>. Acessado em 19/01/2021.

8 “Capitão Wagner tem maior preferência entre evangélicos, aponta pesquisa Ibope”: <<https://pontopoder.verdesmares.com.br/capitao-wagner-tem-maior-preferencia-entre-os-evangelicos-aponta-primeira-pesquisa-ibope/23617/>>. Acessado: 10/10/2020.

se deu a inserção das pautas evangélicas e a participação desses agentes, na campanha à Prefeitura de Fortaleza, do policial militar reformado Capitão Wagner. Como esforço de coleta de dados, acompanhei a candidatura nos noticiários da imprensa local, propagandas televisivas, transmissões ao vivo e publicações nas redes sociais, bem assim no Plano de Governo registrado no *site* do Tribunal Regional Eleitoral. Todo esse trabalho foi realizado *on-line*, em virtude da pandemia de covid-19.

## 2. OS EVANGÉLICOS NA POLÍTICA FORTALEZENSE

Não é possível entender o apoio evangélico à candidatura de Capitão Wagner, em 2020, tomando esse pleito isoladamente. É preciso entender como os partidos laicos colaboraram para a atuação evangélica na esfera pública e como esse apoio foi constituído e consolidado à extensão do tempo.

Os mandatos de Luizianne Lins (PT), durante 2003-2012, foram marcados por conflitos com grupos evangélicos. Como prefeita, a petista era acusada por lideranças evangélicas da Capital e por partidos como o PSDB de, entre outras coisas, distribuir revistas que faziam apologia à prostituição e ao homossexualismo nas escolas públicas<sup>9</sup>. A polêmica não era nova, visto que, durante sua primeira campanha à Prefeitura de Fortaleza, em 2004, ganhou destaque o fato de o seu plano de governo incluir pautas dos movimentos LGBT's. O candidato do PFL, Moroni Torgan, denunciava que, caso eleita, a petista Luizianne iria ensinar “o lado bom do homossexualismo” para crianças<sup>10</sup>.

Outro episódio de conflito entre a gestão de Lins e os evangélicos ocorreu quando, em 2007, a então prefeita vetou um projeto que previa a disponibilidade de exemplares da Bíblia em todas as escolas públicas do Município. Após enorme repercussão negativa, a prefeita voltou atrás retroagiu na decisão<sup>11</sup>. Já em 2008, na sua campanha de reeleição, a petista sofreu forte oposição evangélica. Um grupo de evangélicos, representados pela Convenção de Ministros das Assembleias de Deus Unidas do Ceará (Comaduec), espalhou cerca de 60 *outdoors* pela cidade, que propagavam a Candidata como

---

9 “Grupo de evangélicos vai às ruas contra Luizianne em Fortaleza”: <<https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2008/grupo-de-evangelicos-vai-as-ruas-contraluizianne-em-fortaleza-4999929>>. Acessado em: 01/10/2020.

10 Homossexualismo baixo o nível da campanha em Fortaleza”: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/eleicoes/2004/10/14/ult27u45008.jhtm>>. Acessado em: 01/10/2020.

11 “Câmara Municipal decide sobre veto à distribuição da bíblia”: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/cm-decide-sobre-veto-a-distribuicao-da-biblia-1.316058?page=3>>. Acessado: 01/10/2020.

“contra a Bíblia e o povo de Deus”<sup>12</sup> e a comparavam a Jezabel, uma princesa fenícia conhecida nas histórias bíblicas por ser contra os profetas de Israel e por forçar os judeus a cultuarem um “deus estranho”, Baal<sup>13</sup>. A campanha da Candidata defendeu-se das acusações afirmando que Lins era cristã e possuía um irmão evangélico. Apesar dessa oposição, a Prefeita foi reeleita em primeiro turno e com ampla vantagem sobre seu adversário, Moroni Torgan (DEM – ex-PFL).

Em 2012, a campanha do candidato à sucessão de Luizianne pelo PT, Elmano de Freitas, decidiu adotar uma estratégia diferente: aproximar setores evangélicos de sua candidatura. Além de ter sido cogitada a vaga de candidato a vice-prefeito para o pastor Pedro Ribeiro, do PR, partido aliado<sup>14</sup>, Freitas também tentou atrair o eleitorado evangélico por meio de reunião com líderes e membros evangélicos das igrejas Mundial do Poder de Deus, Universal do Reino de Deus, Monte Sião e Assembleia de Deus Madureira. Na ocasião, o Petista destacou a atuação das igrejas nas periferias, propondo também parcerias e apoio para seus trabalhos sociais<sup>15</sup>.

A principal candidatura adversária – posteriormente, vitoriosa – também entrou na disputa pelo voto evangélico que, segundo os dados do Censo de 2010, já representava um quinto da população de Fortaleza. Roberto Cláudio, candidato pelo PSB, e seu aliado Ciro Gomes, então deputado federal pelo mesmo partido, em campanha, participaram, no mês de julho, do palanque oficial da 24ª edição da Marcha para Jesus, evento evangélico conhecido pelo fato de reunir milhares de fiéis em caminhada pacífica, organizado pela Ordem dos Ministros Evangélicos do Ceará (ORMECE)<sup>16</sup>. Dois meses depois, o Candidato e o então governador Cid Gomes (PSB) comandaram um encontro com lideranças evangélicas da Capital. Na ocasião, assim como

---

12 “Assembleia de Deus manda pregar cartazes”: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/assembleia-de-deus-manda-pregar-cartazes-1.279845?page=2>>. Acessado em: 01/10/2020.

13 “Fortaleza: grupo de evangélicos entra na Justiça contra prefeita Luizianne”: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/fortaleza-grupo-de-evangelicos-entra-na-justica-contra-prefeita-luizianne-568899.html>>. Acessado em: 01/10/2020.

14 “Elmano de Freitas pode ter pastor como vice”: <<http://blogdoeliomar.com.br/2012/06/27/214674/>>. Acessado em: 01/10/2020.

15 “Elmano quer ganhar eleitorado evangélico”: <<https://jornaldosmunicipios.com.br/noticias/politica/eleicoes-2012/elmano-quer-ganhar-eleitorado-evangelico/>>. Acessado em: 01/10/2020.

16 “Roberto Cláudio e Ciro falam durante Marcha para Jesus”: <<http://blogdoeliomar.com.br/2012/07/21/roberto-claudio-e-ciro-falam-durante-marcha-para-jesus/>>. Acessado em: 01/10/2020.

o candidato Elmano de Freitas, Roberto Cláudio destacou o “trabalho social das igrejas, sobretudo no resgate de jovens e adultos que entram no caminho das drogas”<sup>17</sup>.

Em 2016, na disputa pela reeleição, Roberto Cláudio, agora no PDT, enfrentou dificuldades de conseguir o apoio de grupos evangélicos que, dessa vez, também se aproximavam do candidato Capitão Wagner (PR). Este contava com um apoio político fundamental para penetrar os setores evangélicos: a deputada estadual Silvana Oliveira (PMDB). Foi através de Oliveira que o candidato conseguiu garantir o apoio da Ordem dos Ministros Evangélicos do Ceará (ORMECE), que reúne uma série de líderes do Ceará, sobretudo da Assembleia de Deus. Em 22 de outubro de 2016, a Deputada publicou em seu *Facebook* fotos do encontro entre o Candidato e os dirigentes da ORMECE. Nas imagens, via-se o Capitão Wagner, de joelhos, recebendo orações com imposições de mãos. Na legenda da publicação, Silvana afirmava que o Candidato havia assinado uma carta de compromisso com o “povo evangélico”. A Deputada chegou a afirmar para o jornal Diário do Nordeste, no dia 28/10/2016, que a posição do Candidato contra a “ideologia de gênero”<sup>18</sup> aumentou sua vontade de participar da campanha.

---

17 “Roberto Cláudio e Cid comandam encontro com evangélicos”: <<http://blogdoeliomar.com.br/2012/09/20/roberto-claudio-e-cid-comandam-encontro-com-evangelicos/>>

18 A expressão “ideologia de gênero” foi desenvolvida por católicos nos anos de 1990 e teve como uma das principais elaboradoras a ativista e escritora estadunidense Dale O’Leary. Começou a ser usada no Brasil quando da discussão do Plano Nacional de Educação, em 2014. Era usada tanto por parlamentares, quanto por militantes religiosos que compareciam às sessões. A invocação da “ideologia de gênero” é, a um só tempo, rejeição a reivindicação de descriminalização do aborto e as demandas dos movimentos LGBT e feministas.

## Imagem 1:



Publicação no Facebook da deputada estadual Silvana Oliveira, relatando o evento de apoio da ORMECE ao candidato Capitão Wagner, nas eleições municipais de 2016, em Fortaleza.<sup>19</sup>

Entre os aliados de Capitão Wagner, também estava Odécio Carneiro, do Partido Solidariedade, policial federal e evangélico, membro de uma das maiores igrejas evangélicas da Capital, a Assembleia de Deus Canaã. O Pastor presidente dessa igreja apoiou a candidatura de Wagner oficialmente no segundo turno do pleito.

Por outro lado, a candidatura de Roberto Cláudio contava com o apoio, em sua coligação, do pastor evangélico da igreja Assembleia de Deus, que também era vereador e candidato à reeleição, Mairton Félix, do PDT. Em sua coligação, também estava Priscila Costa, pelo PRTB, evangélica e integrante da Assembleia de Deus Bela Vista. No segundo turno do pleito, Roberto Cláudio tam-

<sup>19</sup> OLIVEIRA, Silvana. Grande reunião com a presença do Capitão Wagner – recebendo a benção de Deus – com os pastores. A ORMECE apresentou documento que foi assinado pelo capitão de compromisso com o povo evangélico. Fortaleza, 22/10/2016. Facebook: Silvana Oliveira. Disponível em: <https://www.facebook.com/100002751589584/posts/905902469511464/>. Acesso em: 06/10/2020

bém recebeu apoio eleitoral do deputado federal Ronaldo Martins, pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, e seu partido, o PRB. A declaração de um dos principais articuladores de campanha do Pedetista entre os evangélicos, José Sarto, também evangélico, para a imprensa local, provocou polêmica entre uma importante liderança religiosa da capital e a cúpula do PDT<sup>20</sup>:

Temos lideranças importantes na campanha, como Jecer Goes, da Assembleia de Deus Canaã; o Costa Neto, da Videira; o Carlos Queiroz, da Igreja de Cristo. Tem a Igreja do bispo Luiz Martins, que está apoiando. E você sabe que em pese o apoio da Assembleia de Deus à Silvana, o (vereador) Martins Félix é do PDT e está apoiando Roberto Cláudio com outras lideranças da Assembleia de Deus. A candidatura do RC tem vantagem bem expressiva sobre os votos dos religiosos (Diário do Nordeste, 28/10/2016).

O referido pastor negou que estivesse apoiando a reeleição de Roberto Cláudio em declaração no *Facebook* e em programa da emissora de rádio da sua igreja. Em sua publicação na rede social, também no dia 28/10/2016, o Pastor afirmou que “[...] como homem de Deus, não posso apoiar quem é comprometido com tudo aquilo que Deus condena” e que jamais esteve com quem “apoia a ideologia de gênero”. Na emissora de rádio, o pastor afirmou que José Sarto, como evangélico, estava “sujando o cristianismo” e que essa atitude da campanha pedetista não ofendia apenas a Assembleia de Deus Canaã, mas todos “os evangélicos desta cidade” que, por sua vez, “se tiverem um pouquinho de sabedoria virarão as costas” para os pedetistas. Na semana seguinte, Capitão Wagner foi recebido na sede oficial da igreja e apresentado diante de todos os presentes.

Jecer Góes, ainda durante o primeiro turno, recebeu Capitão Wagner junto do candidato oficial da igreja, Odécio Carneiro, em seu escritório, nas instalações da igreja, para ouvir sobre o projeto de governo do Candidato. Circulava também uma imagem de campanha do pastor com ambos os candidatos, que dizia: “tô com eles”.

---

20 “Roberto Cláudio e Wagner disputam voto religioso”: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/roberto-claudio-e-wagner-disputam-voto-religioso-1.1642035>>. Acessado em: 06/10/2020.



## Imagem 2:



Card de campanha eleitoral on-line divulgado nas redes sociais do candidato Odécio Carneiro, em 2016.<sup>21</sup>

Roberto Cláudio foi reeleito em 2016; no entanto, nos quatro anos seguintes, Capitão Wagner trabalhou para estreitar sua aproximação com os grupos evangélicos, fortalecendo uma aliança entre militarismo e fundamentalismo evangélico. Alguns exemplos que simbolizam essa aproximação: em novembro de 2017, Wagner participou de um jogo de futebol com pastores da Assembleia de Deus Canaã. Em abril de 2018, ainda como deputado estadual, utilizou a tribuna da Assembleia Legislativa do Ceará para criticar uma declaração do candidato a presidente do PDT, Ciro Gomes, por colocar no “mesmo patamar os narcotraficantes e as igrejas brasileiras”<sup>22</sup>. Em março de 2020, publicou vídeo em suas redes sociais prestando solidariedade a pastores e igrejas evangélicas que, segundo a descrição do material, estavam “sofrendo perseguição” por não conseguirem manter suas igrejas abertas para realizar atividades que não geram aglomeração durante a pandemia de covid-19. Também em abril publicou mensagem parabenizando a Assembleia

21 CARNEIRO, Odécio. Capitão Wagner e eu em visita ao grande líder do Evangelho no Ceará Pastor Jecer Goes Ferreira. Fortaleza, 27/09/2016. Instagram: @odeciocarneiro. Disponível em link: [https://www.instagram.com/p/BK4ixpxD2SN/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/p/BK4ixpxD2SN/?utm_medium=copy_link). Acesso em: 06/10/2020.

22 “Capitão Wagner critica fala de Ciro Gomes sobre igrejas”: <<https://www.al.ce.gov.br/index.php/oradores-expedientes/item/73568-2004-sa-capitao-wagner>>. Acessado em: 06/10/2020.

de Deus Canaã e ao pastor Jecer Góes por distribuição de cestas básicas durante a pandemia. Em maio de 2020, já como pré-candidato à Prefeitura de Fortaleza, anunciou estar de luto em seu *Facebook* pelo falecimento do Pastor Neto Nunes, líder da Assembleia de Deus Ministério Fortaleza, que também foi candidato a prefeito da Capital cearense em 2008 pelo PSC.

Outra sinalização ao eleitorado evangélico por parte de Capitão Wagner ocorreu quando convidou a vereadora evangélica Priscila Costa (hoje no Partido Social Cristão - PSC), conhecida por atuar em combate à “ideologia de gênero” e ser sobrinha-neta do pastor José Wellington, presidente de honra da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, para ocupar a vaga de candidata a vice-prefeita nas eleições de 2020<sup>23</sup>. Priscila foi eleita pela coligação de Roberto Cláudio em 2016. Em 2019, migrou para o PSC e se tornou oposição ao Prefeito. O convite não foi aceito pela parlamentar, mas, por meio desta, o Candidato conseguiu mobilizar oficiais de várias igrejas, como a Assembleia de Deus Bela Vista, a Assembleia de Deus Montese e a Igreja Casa da Benção.

Em evento que oficializou o apoio do PSC à candidatura de Wagner para a Prefeitura, o Candidato ressaltou que, caso eleito, realizará uma gestão em parceria com os evangélicos: “eu não tenho vergonha de dizer isso. E que venha jornalista de esquerda querer me rotular de qualquer coisa, que eu não tenho vergonha. Primeiro que eu não tenho medo de imprensa”<sup>24</sup>.

O iurdiano Ronaldo Martins, presidente do diretório estadual do Partido Republicanos, que foi candidato a prefeito de Fortaleza em 2016, apoiou Roberto Cláudio no segundo turno e ocupou a chefia da Secretaria de Esportes da Prefeitura de Fortaleza, anunciou a saída do partido da base do Governo municipal, em fevereiro de 2020, para apoiar a pré-candidatura de Capitão Wagner, agora no PROS<sup>25</sup>. O Republicanos também saiu da base do Governo estadual no final de abril, em meio à pandemia de covid-19, e em razão da insatisfação com as medidas de isolamento social que fecharam os templos-

23 “Capitão Wagner convida Priscila Costa para vice na disputa pela Prefeitura”: <<https://mais.opovo.com.br/colunistas/henrique-araujo/2020/09/06/capitao-wagner-convida-priscila-costa-para-vice-na-disputa-pela-prefeitura.html>>. Acessado em: 06/10/2020.

24 “Em evento presencial, e sem uso de máscaras, PSC confirma apoio à candidatura de Capitão Wagner”: <<https://blogdoedisonsilva.com.br/2020/07/em-evento-presencial-e-sem-uso-de-mascaras-psc-confirma-apoio-a-candidatura-de-capitao-wagner/>>. Acessado em: 06/10/2020.

25 Republicanos deixa a base de Roberto Cláudio e vai apoiar Capitão Wagner”: <<https://pontopoder.verdesmares.com.br/republicanos-deixa-a-base-de-roberto-claudio-e-vai-apoiar-capitao-wagner-na-capital/16088/>>. Acessado em: 08/10/2020.



religiosos<sup>26</sup>. O único deputado estadual do partido, David Durand, também é pastor da Igreja Universal.

A IURD, que hegemoniza o Partido Republicanos, é conhecida por traçar estratégia eleitoral única para toda a igreja. Como especulado pelo jornal *O Povo*, no dia 18/02/2020<sup>27</sup>, o apoio de Ronaldo Martins e seu partido arrastou pastores e fiéis da instituição em apoio ao candidato Capitão Wagner.

O candidato do PROS também contou com o apoio da deputada estadual Dra. Silvana Oliveira e do deputado federal Dr. Jaziel, ambos evangélicos da Igreja Assembleia de Deus e integrantes do partido PL. Este partido, no entanto, está na coligação da candidatura adversária de José Sarto, do PDT. O deputado estadual André Fernandes, filho de pastor da Assembleia de Deus e membro da Assembleia de Deus Canaã, também apoia o candidato.

O PDT, com a perda de apoio da base evangélica, usou a estratégia de lançar José Sarto, presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, que, apesar de evangélico, não é conhecido no mundo político por isso. A coligação constituída pela campanha pedetista teve pelo menos 10 candidaturas de lideranças religiosas para a Câmara Municipal, dentre elas o então vereador Mairton Félix. Já a coligação opositora de Capitão Wagner teve pelo menos 14 candidaturas de lideranças evangélicas para a Câmara Municipal.

O vereador Odécio Carneiro, que foi candidato oficial da Assembleia de Deus Canaã em 2016, igreja da qual é membro, integra o Partido Solidariedade, que possui candidato próprio: Heitor Férrer. Em 2020, não recebeu endosso oficial da igreja em razão de conflitos entre a direção da denominação e o seu mandato. Já o deputado federal Heitor Freire, candidato a prefeito pelo PSL, recebeu o apoio do pastor Munguba Júnior, líder da igreja *Seven Church*, antiga Igreja Batista Comunidade do Amor.

Ao analisar o histórico da participação confessional dos evangélicos na política fortalezense, é perceptível o aumento da força política desse grupo a cada eleição. Isso decorre, tanto ao crescimento numérico de evangélicos pentecostais e neopentecostais na Capital cearense, como também em razão do seu fortalecimento na esfera pública promovido por partidos laicos, que buscaram alianças com suas lideranças a fim de cooptar o apoio eleitoral dos

---

26 “Partido Republicanos deixa base governista de Camilo Santana na Assembleia Legislativa”: <<https://blogdoedisonsilva.com.br/2020/04/partido-republicanos-deixa-base-governista-de-camilo-santana-na-assembleia-legislativa/>>. Acessado em: 08/10/2020.

27 “Capitão Wagner tem simpatia de igrejas evangélicas”: <<https://blogdoedisonsilva.com.br/2020/04/partido-republicanos-deixa-base-governista-de-camilo-santana-na-assembleia-legislativa/>>. Acessado em: 08/10/2020.

fiéis. Ricardo Mariano (2011) sustenta que ocorreu algo semelhante no programa nacional nas eleições presidenciais de 2010.

### 3. A CAMAPANHA ELEITORAL DE 2020

O populismo foi uma das características mais marcantes da campanha eleitoral de Capitão Wagner. Aconteceu, desde o início, o estabelecimento de uma identidade coletiva de “povo” contra uma “elite” – mediante a retórica do “nós contra eles” – e a mobilização do sentimento de insatisfação do eleitorado contra a classe política tradicional. Em *A Razão Populista* (2013), Ernesto Laclau identifica o populismo como um processo político que constitui discursivamente uma identidade de povo contra o seu inimigo. Esse processo seria realizado por meio da articulação de várias demandas sociais insatisfeitas e se cristalizaria em uma liderança.

Wagner, durante a campanha, corriqueiramente enfatizava que sua gestão possuiria um olhar igualitário. O lema de campanha expressava isso – “olhar pra todos, olhar pra frente”<sup>28</sup>. O candidato afirmava essa suposta capacidade de administrar com igualdade em razão da sua origem na periferia de Fortaleza. “O Sousa da quebrada”, como ele intitulava. Essa característica faria com que ele apresentasse uma experiência com a cidade diferenciada das elites políticas e o aproximaria do “ser povo” em oposição às antigas elites políticas. Em programa que foi ao ar no dia 03/10, o Candidato afirmava: “Não preciso de assessor para me falar da realidade dos bairros. Eu já conheço!”<sup>29</sup>. No programa do dia 25 de novembro, disse: “O lado de lá se orgulha de ter o apoio dos ex-candidatos, a maioria político profissional. Na cabeça deles, agora é todos contra um. Mas quem disse que eu tô sozinho?”<sup>30</sup>. No dia 10/11: “Fortaleza não é de uma só família. É de todas as famílias. Domingo, vote 90!”<sup>31</sup>. São notáveis as estratégias discursivas do Candidato para a demarcação de uma fronteira política e a divisão da sociedade em dois campos

---

28 Plano de Governo do candidato Capitão Wagner para Prefeito de Fortaleza”:

<[https://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/CE/13897/2/60000001952/proposta\\_governo1470776005961.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/CE/13897/2/60000001952/proposta_governo1470776005961.pdf)>. Acessado em 10/02/2021.

29 “Capitão Wagner: poucos entendem disso como ele”: <[https://www.youtube.com/watch?v=X\\_pHasvrYC8&list=PLPK7AnqJVEeuPiEDB20O7QaZTKt4RtuP7&index=10](https://www.youtube.com/watch?v=X_pHasvrYC8&list=PLPK7AnqJVEeuPiEDB20O7QaZTKt4RtuP7&index=10)>. Acessado em 19/01/2020.

30 “Capitão Wagner tem o melhor apoio político. O do povo de Fortaleza”: <<https://www.youtube.com/watch?v=hwc9rB6NWyU&list=PLPK7AnqJVEeuPiEDB20O7QaZTKt4RtuP7&index=41>>. Acessado em 19/01/2021.

31 “Eduardo Girão apoia Capitão Wagner”: <<https://www.youtube.com/watch?v=pC-ypUBpctPY>>. Acessado em 10/02/2021.

opostos. Os “excluídos” e “aqueles que estão no poder”, as famílias comuns e a “oligarquia”. Em suma, a tática tipicamente populista do “nós contra eles”. (LACLAU, 2013; MOUFFE, 2019).

Em outros programas, Wagner critica a classe política tradicional de Fortaleza, representada pelo candidato José Sarto (PDT), por não ouvir as demandas da população. No dia 03 de outubro, ele apresentou seu canal no *WhatsApp* para os eleitores dessa forma: “Você passou muito tempo querendo falar, falar... E ninguém prestava atenção. Às vezes, até recebiam a mensagem, mas nada de resposta. Agora você tem um candidato a prefeito que te escuta de verdade”<sup>32</sup>. No dia 16 de outubro, ele afirmou em programa televisivo que “o meu gabinete vai ser na calçada da sua rua”. Esses elementos discursivos, tomados em conjunto, apontam para o reforçamento de uma estética de liderança “fora do sistema” e, também, antissistema, que denuncia ferozmente a indiferença da classe política ao povo e a sua corrupção. Uma participação do senador Eduardo Girão (Podemos) confirmaria isso: “Capitão Wagner 90 é a ruptura desse sistema político apodrecido que a gente vive na capital Fortaleza”<sup>33</sup>. O sociólogo Fernando Guarnieri (2018) aponta que essa é uma estética comum de políticos *outsiders*, que não fazem parte da classe política tradicional. Estes ganham relevância em um período de crise e ausência de confiança nas instituições. Luis Miguel da Vinha (2017) ressalta que, ao largo da história, o discurso antissistema foi uma característica de várias lideranças populistas do Ocidente. Essa tática seria capaz de catalisar o descontentamento do eleitorado em relação ao sistema político, que crê existir um abismo cada vez mais ampliado separando o governo e os cidadãos, as elites e o povo.

É nesse contexto de articulação de variadas insatisfações que o Candidato tentou captar o apoio eleitoral dos votantes evangélicos. Chamo essa articulação de insatisfações diferentes de aliança neoconservadora. Para Marina Basso Lacerda (2019), o neoconservadorismo é uma coalizão de atores e valores políticos. Diferente de outras articulações conservadoras, o novo conservadorismo brasileiro teria como eixo a atuação da “direita cristã”, baseada na ideia de que a família é a resposta para os diversos problemas sociais, e a centralidade que atribui a questões relativas à sexualidade e à reprodução.

<sup>32</sup> “Você quer falar comigo? Me chama no zap!”: <<https://www.youtube.com/watch?v=E-AwTbHKKLm0&list=PLPK7AnqJVEeuPiEDB20O7QaZTKt4RtuP7&index=6>>. Acessado em 19/01/2020.

<sup>33</sup> “Senador Eduardo Girão e Olga Freire apoiam Capitão Wagner”: <<https://www.youtube.com/watch?v=r2yECR-H8EI>>. Acessado em 19/01/2021.

Segundo Antônio Flávio Pierucci (1989), a direita se torna “nova direita” justamente por injetar no conservadorismo socioeconômico a ênfase conservadora nas matérias sexuais.

Lacerda (2019) destaca a noção de que o neoconservadorismo, ou nova direita, refere-se originalmente à coalizão que reuniu, nos Estados Unidos, o movimento evangélico fundamentalista, parte da direita secular do Partido Republicano e intelectuais, e que levou Ronald Reagan ao poder daquele País nos anos de 1980, sendo um dos movimentos mais profícuos da direita estadunidense na história recente. No Brasil, o novo conservadorismo seria uma reelaboração desse neoconservadorismo, ideário que passou a hegemonizar a direita brasileira a partir de 2015 e levou Bolsonaro à Presidência. Um dos principais aspectos desse movimento, e que o aproximaria do movimento estadunidense, seria a união dos princípios de autoridade militar e religiosa.

#### a. As elites políticas perseguem os cristãos

Ronaldo Martins, do Partido Republicanos, que foi candidato à Prefeitura de Fortaleza, em 2016, foi candidato à vereança em 2020. Pastor da IURD, uma das suas principais bandeiras de campanha foi a defesa das igrejas evangélicas que, segundo o Candidato, teria sido perseguida pelos governos municipais e estaduais com os decretos de isolamento social, durante a pandemia de covid-19, que determinaram o fechamento dos templos. Na madrugada do dia 27 de setembro, primeiro dia oficial da campanha eleitoral, o Candidato se reuniu com sua equipe na frente da Câmara Municipal de Fortaleza e lá realizaram uma transmissão ao vivo com leitura bíblica e orações.

Nós acompanhamos, nos últimos meses, decretos que foram baixados aqui em Fortaleza. Aqui em Fortaleza, o prefeito baixou o decreto dizendo que as igrejas não eram essenciais, **mandando fechar as igrejas e, inclusive, mandando prender pastores**. Acho que vocês viram o vídeo do Ciro dizendo que aqui no Ceará pastores seriam presos, padres seriam presos. Um absurdo, gente! Pastores e padres que fazem o bem para as pessoas. Agora eu quero falar para os trabalhadores, a você que perdeu o seu emprego. Você sabia que as coisas ficariam ainda piores se eles tivessem votado e aprovado o que eles queriam aqui na Câmara Municipal, que seria o seguinte: eles queriam cassar o alvará de funcionamento das empresas e lojas que estivessem trabalhando. Quer dizer: as pessoas já estão passando fome, pessoas desesperadas no início da pandemia, e ainda iriam cassar o alvará das empresas. Nós fomos pra televisão, denunciámos, e eles retiraram de pauta aqui na Câmara. Infelizmente, nós estamos sem representante aqui na Câmara. E eu estou me colocando à disposição, aqui em Fortaleza, para ser o seu representante. (27/09/2020).

Em março de 2020, durante um decreto de isolamento social emitido pelo Governo estadual, o pastor Thiago Silva da Conceição foi preso porque realizava culto com aglomeração de pessoas. Após recusar a solicitação de policiais militares para que o culto fosse interrompido, foi conduzido a uma delegacia<sup>34</sup>. O líder religioso, assim como Ronaldo Martins, fazia parte da IURD. Segundo o pesquisador Renato Sérgio de Lima (2020), a IURD é uma das igrejas que mais influencia os policiais militares brasileiros e a que mais investe na aproximação e conversão desses servidores.

A prisão do pastor provocou reação do então pré-candidato, Capitão Wagner, que publicou vídeo em suas redes sociais prestando solidariedade a pastores e igrejas evangélicas que estariam “sofrendo perseguição” por tentarem realizar atividades que não geram aglomeração com o objetivo de ajudar os fiéis mais necessitados.

A pauta do candidato Martins foi abraçada por Wagner. Um de seus eventos virtuais, durante a campanha, foi uma transmissão com pastores evangélicos. O tema foi “A Igreja é essencial”<sup>35</sup>. Na ocasião, as lideranças ressaltavam que as igrejas cumpriam um papel que o poder público não cumpria. Capitão Wagner, por sua vez, ressaltou que o evento que acarretou a prisão do pastor iurdiano seria o retorno de momentos de perseguição “contra a igreja”, já vividos em outros momentos da história.

Sou testemunha de que o nosso irmão Ronaldo Martins nos provou que um pastor da Universal foi conduzido à delegacia. Cinco viaturas que deveriam tá **combatendo o crime** foram deslocadas para essa igreja para conduzir o pastor e sua equipe pra delegacia em virtude dessa determinação dessa **pessoa que se acha dona do estado do Ceará**. E teve um outro momento, um outro pastor estava fazendo um culto on-line e, no meio do culto, teve o culto parado também por determinação dessas pessoas. Esse momento vai ficar pra história também como um momento de **perseguição da Igreja**. (13/11/2020).

Na mesma fala, o Candidato a prefeito consegue articular seu posicionamento contra a suposta perseguição às igrejas cristãs; a agenda da segurança pública, pois, segundo ele, as viaturas deslocadas para interromper cultos po-

34 “Pastor de igreja evangélica é detido durante culto em Fortaleza por descumprir decreto para conter coronavírus”: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/03/26/pastor-de-igreja-evangelica-e-detido-durante-culto-em-fortaleza-por-descumprir-decreto-para-conter-coronavirus.ghtml>>. Acessado em 19/01/2021.

35 “A igreja é essencial”: <<https://www.facebook.com/capitaowagnersousa/videos/785103638706404>>. Acessado em 19/01/2021.

deriam estar combatendo o crime, e o seu discurso contra as elites políticas tradicionais do Estado do Ceará, fazendo referência, sobretudo, a Ciro Gomes, do PDT, que seria “a pessoa que se acha dona” da política local.

Em momento anterior, ainda na pré-campanha, Capitão Wagner ressaltou o papel cumprido pelas igrejas evangélicas no combate às drogas e à criminalidade. No já citado evento que oficializou o apoio do PSC à sua candidatura, ele afirmou: “Hoje, a Igreja tem substituído o Estado. Quem mais recupera usuários de droga nessa Nação? É a igreja, que assumiu o papel do Estado”. Assim, o trabalho dos evangélicos seria, também, um trabalho de segurança pública.

### Imagem 3:



Material divulgado de forma anônima nas redes sociais e em forma de panfleto de rua, no segundo turno das eleições municipais de Fortaleza.

#### **b. Escolas cívico-militares como proposta de combate à criminalidade, defesa da família patriarcal e de melhoria da educação pública**

Uma das principais propostas da campanha de Capitão Wagner foi a criação de 20 escolas públicas cívico-militares. Para o Candidato, as dificuldades vivenciadas pela cidade de Fortaleza, sobretudo a violência, possuem relação com o enfraquecimento de valores éticos e também morais cristãos. O militarismo na educação pública, portanto, seria uma estratégia para reestabelecer os valores do cristianismo e, assim, impedir a desestruturação de famílias, combater a violência e melhorar os índices educacionais.



No dia 14 de novembro, a campanha de Capitão Wagner organiza uma transmissão no *Facebook* com diversas lideranças evangélicas, dentre elas a vereadora Priscila Costa (PSC), os deputados estaduais Apóstolo Luiz Henrique (PP), André Fernandes (Republicanos), David Durand (Republicanos) e Silvana Oliveira (PL), os deputados federais Ronaldo Martins (Republicanos) e Dr. Jaziel (PL). O nome do evento foi “Família Cristã é 90!” e ocorreu em resposta à mobilização do pastor Costa Neto, da Comunidade Cristã Videira, que articulava apoio de lideranças evangélicas ao candidato pedetista, José Sarto. Na ocasião, o deputado Jaziel afirmou que era um desejo dos evangélicos ter um governante municipal que apresentasse respeito pelos valores cristãos<sup>36</sup>. Como resposta, Wagner afirmou:

Ao longo dos anos, a gente tem perdido princípios que são tão simples pra gente. A gente aprendeu em casa que deve respeitar pai e mãe, que deve respeitar as pessoas mais idosas. E a gente tem visto, hoje, no ambiente escolar, além dessa **discussão absurda da ideologia de gênero**, o aluno não quer mais se sujeitar a autoridade do professor. O aluno que recebe uma nota baixa do professor tá indo armado pra sala de aula pra ameaçar o professor e por culpa disso o professor, hoje, está completamente desestimulado. **Sou de um tempo que só entrava em sala de aula a partir do momento que a gente orasse o pai nosso**, que é a oração universal que Deus nos ensinou. Toda sexta-feira nos reuníamos para que os alunos **cantassem o hino nacional**. Esses valores estão sendo perdidos ao longo do tempo. Hoje, só para se ter uma referência, quais são as escolas que tem os melhores índices educacionais? Colégio da Política Militar, Colégio do Corpo de Bombeiros e a Escola do Exército Brasileiro. Porque lá se **preserva esses princípios básicos de organização, de disciplina, o professor tem autoridade para reprovar o aluno. É muito importante que a gente possa resgatar esses princípios.** (14/11/2020)

Há aqui, em um só tempo, o agenciamento da pauta militarista, com ênfase na ordem, na disciplina e no nacionalismo, e da pauta evangélica pró-família patriarcal e contra a chamada “ideologia de gênero”.

### c. Combate à ideologia de gênero

Esta última é de muita importância para algumas lideranças evangélicas, como já relatado. A principal expoente dessa pauta na aliança neoconservadora em Fortaleza foi a vereadora Priscila Costa (PSC). Na mesma transmis-

---

36 “Live - A família cristã é 90”: <<https://www.facebook.com/capitaowagnersousa/videos/3816529415032996>>. Acessado em 19/01/2021.

são, ela afirmava em seu discurso que a candidatura adversária representava ataques à família e à sexualidade das crianças.

Esses grupos querem, a todo custo, **acessar a intimidade das nossas crianças**. É muito importante que, em Fortaleza, nós venhamos a valorizar termos um candidato como o Capitão Wagner, que se posiciona e se compromete agora com pai, mãe e filho. (...) Existem ataques políticos contra a família? Sim, principalmente pelo grupo que hoje detém a nossa Prefeitura de Fortaleza. Estou falando de um partido político, PDT, que na cidade de Sobral, implementou nas escolas o ensino da ideologia de gênero. **A ideologia de gênero é o ensino, é o conjunto de ideias, que busca ser ensinado para as crianças a fim de desconstruir a família, a começar deformando a identidade humana.** (14/11/2020).

As pautas dos movimentos sociais LGBT's e feministas, especialmente as que reivindicam educação sexual e reprodutiva nas escolas, são vulgarizadas e desvirtuadas pela Parlamentar com o intuito de ativar os “pânicos morais”. (MISKOLCI, 2007). Richard Miskolci (2007) aponta que os pânicos morais caracterizam a forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem a determinados rompimentos de padrão normativo. O termo **pânico** tem o objetivo de enfatizar que as reações a comportamentos não convencionais não surgem sempre de julgamentos realistas e ponderações racionais, mas de um temor coletivo de que um fenômeno supostamente perigoso que ameace posições, interesses, ideologias e valores. “O pânico é moral porque o que se teme é uma suposta ameaça à ordem social ou uma concepção idealizada de parte dela, ou seja, instituições históricas e variáveis”. (MISKOLCI, 2007, p. 112).

O pânico moral, ainda segundo Miskolci (2007), cria a ideia de que a sociedade está sob ameaça constante do “risco” de transformação nos padrões morais vigentes. Ele se caracteriza por criar uma imagem desproporcional de perigo, gerando, por consequência, reações coletivas também desproporcionais. Ademais, o autor chama atenção para um fato peculiar e importante: todo pânico moral esconde algo diverso. Apesar de se basear em um temor já existente, o pânico moral não é espontâneo. Esses temores são catalisados por algum agente ou grupo de interesse e transformados em pânicos que “emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, ameaçadoras” (2007, p. 103). Esses grupos de interesse podem ser a mídia, as associações profissionais, os departamentos de polícia, os grupos e organizações religiosas.



É para a produção de pânico moral que as políticas públicas de combate ao *bullying* homofóbico e de promoção da dignidade de pessoas LGBT's tornam-se, na fala de Priscila Costa, uma tentativa de acessar a sexualidade das crianças ou promover a “desconstrução” da família formada por pai, mãe e filhos. Há o falseamento ou exploração da ambiguidade daquilo que se quer combater. Aponta Miskolci (2007) que, historicamente, grupos marginalizados por sua religião, visão política ou orientação sexual foram constantemente representados como um perigo para crianças. Isso teria ocorrido com judeus, comunistas e, também, homens *gays*.

O pânico moral de perigo às crianças também foi utilizado em material anônimo distribuído nas ruas de Fortaleza, durante o segundo turno, que apontava a candidatura de José Sarto como a representante do grupo que pretendia pôr “fim à moral cristã”, que é “contrário à família cristã”, “comprometido com a política gay” e a “erotização” de crianças, e que é favorável ao aborto. Ainda segundo esse material, o religioso que direcionasse seu voto a esse candidato estaria cometendo “pecado”.

Esse e outros materiais que circularam de maneira apócrifa, nas redes sociais, durante a semana que antecedeu o segundo turno das eleições de 2020, ocorrido no dia 30 de novembro (imagens 3 e 5), foram colhidos através de grupos evangélicos nos quais estou integrado na rede Facebook. As imagens também foram veiculadas como forma de panfleto em igrejas evangélicas da capital, o que motivou vereadores da cidade a se manifestarem na tribuna da Câmara Municipal.<sup>37</sup>

---

37 “Vereadores denunciam o uso de notícias falsas para confundir o público religioso em Fortaleza”: <[https://blogdoedisonasilva.com.br/2020/11/vereadores-denunciam-uso-de-noticias-falsas-para-confundir-publico-religioso-em-fortaleza/?fbclid=IwAR1ETfiBzeA3K-JxWev178EgaC9zVypkVhqHGSKX\\_kIKOMrktHsTVPIUznKA](https://blogdoedisonasilva.com.br/2020/11/vereadores-denunciam-uso-de-noticias-falsas-para-confundir-publico-religioso-em-fortaleza/?fbclid=IwAR1ETfiBzeA3K-JxWev178EgaC9zVypkVhqHGSKX_kIKOMrktHsTVPIUznKA)>. Acesso em 06/10/2020.

Imagem 4:



Material divulgado de forma anônima nas redes sociais e em forma de panfleto de rua no segundo turno das eleições municipais de Fortaleza.

Imagem 5:



Material divulgado de forma anônima nas redes sociais e em forma de panfleto de rua no segundo turno das eleições municipais de Fortaleza.

A pauta da família patriarcal e cristã também era muito importante para a deputada estadual Silvana Oliveira. Durante a campanha, ela divulgou nas redes sociais vídeo gravado com Capitão Wagner em uma mobilização de rua. Na ocasião, ela afirmava que “a igreja forte do Senhor Jesus vai com o Capitão 90”, pois Wagner seria “um parceiro da igreja, um cristão, e é a favor da família segundo o modelo de Jesus”. O candidato, em seguida, respondeu que naquela eleição iriam “devolver Fortaleza para os cristãos”.

A defesa da família patriarcal contra a “ideologia de gênero” encontrou na campanha um lugar fundamental e foi ponto de convergência entre o militarismo e o fundamentalismo evangélico. Se, para as lideranças evangélicas, a defesa da família é uma questão de fé e de valores espirituais, para Wagner, como militar representante da pauta da segurança pública, a preservação e restauração dos valores familiares são fundamentais para o combate à violência urbana e à preservação da ordem.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À extensão textual, aponte as alterações no campo político fortalezense mediante crescimento e consolidação da intervenção evangélica na esfera pública local. Nesse quesito, os partidos laicos foram fundamentais, pois, ao tentarem atrair o apoio eleitoral de lideranças de um grupo religioso em ascensão, acabaram por legitimar e incentivar a participação destes na política institucional de forma confessional. Os evangélicos, no entanto, não ficaram satisfeitos em apenas negociar com as lideranças políticas tradicionais. Na medida em que cresciam na sociedade e na política, a possibilidade de candidato e de agenda próprias se tornava mais concreta. Isso se materializou na candidatura de Capitão Wagner em 2020, quando conseguiu hegemonizar o campo evangélico de Fortaleza, diferente do pleito de 2016, quando não conseguiu o apoio de denominações importantes.

A aliança entre o militar Capitão Wagner e os evangélicos da Capital cearense não ocorreu, todavia, da noite para o dia. Essa foi resultado de contínuas sinalizações mútuas e aproximações das agendas políticas. O contexto das eleições de 2020 também foi fundamental, visto que a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 para a Presidência da República solidificou, em Fortaleza, um campo neoconservador sob a liderança de Wagner, mas com outras lideranças importantes intervindo na política local, tais como o a deputada estadual Silvana Oliveira, o deputado estadual André Fernandes, a vereadora Priscila Costa, o vereador eleito Ronaldo Martins e outros.

Um dos elementos que deu maior coesão discursiva para essa aliança foi a conciliação da bíblia e da bala. Em outras palavras: ao tratar a segurança e a ordem como questões morais, resumindo-os a um problema de valores e comportamentos individuais, Capitão Wagner abriu caminho para que a proposição dos evangélicos conservadores de restauração da cristandade na esfera pública se tornasse não apenas uma questão religiosa, mas uma pauta de combate à violência e de desenvolvimento qualitativo da comunidade política. Nesse sentido, a defesa da parceria entre poder público e igrejas, a peleja contra a suposta perseguição de igrejas, a cruzada contra o aborto e a ideologia de gênero, e a defesa da família patriarcal, ganharam significativa relevância no interior dessa coalizão. O discurso militarista de defesa da ordem social e a agenda punitiva de combate à criminalidade se encontram com o fundamentalismo cristão. O militar e os evangélicos descobrem seu discurso comum.

A retórica populista de Capitão Wagner foi muito importante para atrair o eleitor insatisfeito com a classe política tradicional, mas, sobretudo, o eleitor evangélico insatisfeito com a desconsideração da sua fé. Como uma figura “fora do sistema”, que luta para ocupar o lugar da “oligarquia corrupta” e que é marginalizado por esta, o Candidato conseguiu estabelecer uma conexão discursiva com um grupo religioso que, por muito tempo, na história política do Brasil, também ocupou posição marginal, como ressalta Paul Freston (1993). As elites políticas às quais o Candidato a prefeito diz enfrentar são as mesmas elites secularistas, que retiraram os valores cristãos do domínio público. Assim, os discursos em defesa dos valores tradicionais são como gritos de guerra contra as elites laicas. A identificação entre o candidato Wagner e as lideranças evangélicas, portanto, ultrapassa a agenda política e informa, também, o lugar que esses têm ocupado na cultura e no sistema político.

Com isto, saliento que, apesar da hegemonia conquistada por Wagner no campo evangélico na última eleição, as dissidências minoritárias no interior desse grupo, que é heterogêneo, também existiram e a ainda há espaço para a disputa. Nesse texto, por sua vez, não tive a intenção de esgotar as possibilidades de análise oferecidas pelo material colhido. Tratou-se de uma contribuição que poderá ser complementada ou superada por outros trabalhos na interpretação dos acontecimentos posteriores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Odécio. Capitão Wagner e eu em visita ao grande líder do Evangelho no Ceará Pastor Jecer Goes Ferreira. Fortaleza, 27/09/2016. Instagram: @odeciocarneiro. Disponível em link: [https://www.instagram.com/p/BK4ixpxD2SN/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/p/BK4ixpxD2SN/?utm_medium=copy_link). Acesso em: 06/10/2020.

GUARNIERI, Gianfrancesco. **Quem está por trás dos outsiders**. 2018. Entrevista. Disponível em: <https://comunitaitaliana.com/quem-esta-por-tras-dos-outsiders/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LIMA, Renato Sérgio de. **A Bíblia e a Bala**. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/biblia-e-bala/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_.; PICCOLO, Fernanda Delvalhas (Org.). **Religiões e homossexualidades**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

\_\_\_\_\_. Religião, cultura e política. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p.29-56, jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p.45-72, dez. 2015.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, São Carlos, v. 1, n. 28, p. 101-128, jan. 2007.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira da. A militarização da segurança pública: um entrave à democracia brasileira. **Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 119-130, fev. 2010.

OLIVEIRA, Silvana. Grande reunião com a presença do Capitão Wagner – recebendo a benção de Deus – com os pastores. A ORMECE apresentou documento que foi assinado pelo capitão de compromisso com o povo evangélico. Fortaleza, 22/10/2016. Facebook: Silvana Oliveira. Disponível em: <https://www.facebook.com/100002751589584/posts/905902469511464/>. Acesso em: 06/10/2020

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Do lulismo ao bolsonarismo**. 2018. Entrevista. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/581843-do-lulismo-ao-bolsonarismo-entrevista-especial-com-rosana-pinheiro-machado>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SILVA NETO, Antonio Sabino. **A disputa pelo troféu da segurança pública: uma análise sobre os policiais militares nas eleições de 2014 no Ceará.** Dissertação de Mestrado. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2016.

VINHA, Luis Miguel da. A vitória eleitoral de Donald Trump: uma análise de disfunção institucional. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], v. 26, n. 66, p. 7-30, jun. 2018. UNIFESP.

## 22. “DEVOLVER FORTALEZA AOS CRISTÃOS” : A ILLUSIO DO CAMPO RELIGIOSO EVANGÉLICO EM TORNO DE WAGNER NAS ELEIÇÕES DE 2020

Emanuel Freitas da Silva<sup>1</sup>

Kerolaine Castro de Oliveira<sup>2</sup>

### 1. NOTAS PRELIMINARES

No dia 03 de agosto de 2020, Jecer Góes, fundador e líder da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Canaã (sediada em Fortaleza), publicava em suas redes sociais o vídeo de um culto realizado na noite anterior, cuja legenda dizia: *Ontem me posicionei sobre a política na igreja. Nós não somos isentos da política, mas não podemos usar o altar para fazer política.* Com pouco mais de oito minutos, o vídeo mostra o que seria o posicionamento do Pastor acerca do processo eleitoral que se aproximava e, por ser seu posicionamento, deveria a vir a ser, também, o *modus operandi* a ser adotado pelos membros de sua igreja.

Começando por dizer que o assunto do qual trataria não dizia [...] *respeito ao Capitão Wagner, que está aqui, assistindo o culto aqui*<sup>3</sup>, mas de algo decidido pela *gestão da igreja*, Jecer discorre sobre o que teriam sido as relações entre sua igreja e a classe política, afirmando que, após sua fala, estaria [...] *proibindo qualquer obreiro da igreja a falar de política dentro da igreja*, sendo efusivamente aplaudido pela audiência que estava no templo. *“A igreja não vai mais fazer o que ela fez*, diz, referindo-se ao apoio que teria dado, na eleição de 2016, a dois candidatos ao Legislativo e, em razão disso, haveria respondido processos ju-

---

1 Docente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Políticas Públicas e do Curso de Ciências Sociais (UECE). Pesquisador do *Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia* da Universidade Federal do Ceará (LEPEM/UFC), onde desenvolve estudos sobre política, eleições e religião. Organizou o livro *Atores Políticos e Dinâmicas Eleitorais*, no ano de 2020. E-mail: [emanuel.freitas@uece.br](mailto:emanuel.freitas@uece.br). Orcid: 0000-0001-6304-4316.

2 Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), estudante de Ciências Sociais (UECE). Bolsista de Iniciação Científica. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7714-2520>

3 De partida, problematizamos até que ponto registrar, de cima do púlpito, a presença do então virtual candidato à Prefeitura de Fortaleza, Capitão Wagner, já não seria um mecanismo por meio do qual já estava a indicar quem seria o candidato da igreja.



diciais. *O quadro no Ceará está muito bem desenhado: quem é contra a igreja e quem é a favor da igreja*<sup>4</sup>, diz.

O momento mais importante do vídeo, repleto de mensagens acerca do que deveria ser o comportamento dos membros da igreja durante a eleição - [...] *quem falar de política aqui dentro estará pecando* -, foi quando se dirigiu diretamente ao então pré-candidato à Prefeitura de Fortaleza, Capitão Wagner (PROS), através do que dizia ser uma “cacetada”, usando os seguintes termos:

Ele é um parlamentar, está colocando o nome dele aí para ser candidato, não sei; digo uma coisa: se o senhor for eleito – cadê ele? Venha aqui, que é melhor olhando olho no olho (chama Wagner). Primeiro, que eu não tenho medo de homem, eu não tenho medo do senhor. [...] Quem vier, o senhor ou outros que forem candidatos. *Se o senhor for eleito e o senhor levantar a unha para prejudicar essa igreja, deus vai lhe matar!* (aponta o dedo para Wagner, e é aplaudido pelos fiéis). Tô logo lhe avisando. Quem se levantar contra o povo de deus paga caro! [...] Outra coisa: o Ministério não está indicando ninguém para vereador (Disponível em: <https://www.facebook.com/pastorjecergoesoficial/videos/223565785559226>. Acesso em 10/05/2021).

O tom utilizado para referir-se a Wagner e a [...] *outros que forem candidatos* à Prefeitura de Fortaleza, explicitamente ameaçador, revelaria, já meses antes da eleição, o que, ao nosso ver, seria o *modus operandi* daquela liderança religiosa e, de modo mais amplo, de incontáveis líderes evangélicos, durante a campanha eleitoral de 2020, que se uniriam em torno do que viria a ser a principal preocupação deste segmento: os interesses de suas instituições, travestidos como os da *Igreja do Senhor Jesus*, ou mesmo da *fé*. O que, pois, cada um dos candidatos poderia fazer em prol, não da cidade, mas *da igreja* (o que significava dizer: das *suas* igrejas), era, assim, a principal divisa de alguns (muitos) líderes religiosos evangélicos.

Outro vídeo, publicado nas redes sociais da deputada estadual Silvana Pereira (PL), e republicado nas redes de Wagner, nos primeiros dias da campanha de rua - ainda em outubro - dava mostras do quanto a *igreja* estava se articulando (ou, poderia dizer, já estava articulada) em torno desta candidatura. Nele, a Deputada assim se expressava:

Oi, gente! Eu sou a deputada Doutora Silvana. Eu quero que você compartilhe, que você diga aí, que a deputada Doutora Silvana, *a Igreja forte do Senhor Jesus*, vai com o capitão! Capitão 90, porque o capitão, todos esses

4 Logo, estando ali, Wagner já se legitimava como “a favor da igreja”.



anos, *é um companheiro da igreja*, é um cristão, é a favor da família segundo o modelo de Jesus. Capitão: nós estamos é com você! (Disponível em: <https://www.facebook.com/227090361322151/videos/854806475059795>. Acesso em 01/04/2021).

Uma articulação, pois, estava já desenhada em torno de Wagner naquilo que se constituía, para este segmento, como a principal questão da cidade de Fortaleza: os interesses da igreja. Além das pautas conservadoras, caras às igrejas, com as quais Wagner era identificado (citando, por exemplo, o modelo de família), o Candidato havia se mostrado um *companheiro da igreja*<sup>5</sup>, o que o legitimava em seu pleito. Dando mostras de que reconhecia a importância deste segmento para sua campanha, Wagner agradeceu à Deputada, dizendo que, no dia 15 de novembro, data em que se realizaria o primeiro turno da disputa, *a gente devolve Fortaleza para os cristãos*, ouvindo da Deputada uma interpelação aos fiéis para que fizessem *resplandecer a sua fé no seu voto, vote com fé, vote 90*. Assim, ao lado da mobilização do segmento em torno do Candidato, se observava a performance deste, em termos religiosos, num movimento duplo: ao ser legitimado pelo segmento, legitimava-se frente a ele, utilizando-se de linguagem e gestos religiosos, como veremos mais à frente.

Havia, assim, um movimento duplo de *illusio*, conceito definido por Pierre Bourdieu em sua Sociologia dos Campos. Para o Sociólogo francês, o termo está relacionado com a ideia que faz um sujeito de se estar dentro de um determinado jogo, envolver-se nele, levá-lo a sério; se cada campo (religioso, político, artístico etc) se define como um espaço social relativamente autônomo, caracterizando-se pelas disputas que se originam em seu interior, então cada um destes campos exige “[...] e aciona uma forma de interesse, um investimento, uma *illusio* específica”. (Bourdieu, 1992, p. 93).

Esse investimento constitui-se como um reconhecimento, por parte dos atores, dado ao jogo, de que vale a pena ser jogado, de que creem na legitimidade de tal disputa, daquilo que está em jogo e das regras da disputa. Ainda segundo o autor, a *illusio* se refere a um “[...] interesse específico, um interesse socialmente constituído e que só existe em relação a determinado espaço social”. (Bourdieu, 1989, p.14).

---

5 Na campanha de 2016, os acenos mais objetivos do campo religioso ao então candidato foram as declarações de apoio dadas pela deputada Silvana e pelo então deputado estadual Carlos Mattos (PSDB), respectivamente da Igreja Assembleia de Deus e da Comunidade Católica Shalom, representando, assim, o apoio dos segmentos evangélicos e católico carismático naquela eleição.

Por crer assim, que vale a pena investir no jogo, uma pessoa ou um grupo investe e atua nas disputas concorrenciais que dão funcionamento a um campo, mobilizando recursos simbólicos ou objetivados ali tidos como atravesantes ou mobilizando-se pela conquista destes. Nesse sentido, aqui se entende que: 1- o conjunto de lideranças evangélicas investiu consideravelmente na disputa pela Prefeitura de Fortaleza em 2020 por considerar que era importante para seus planos de estabelecimento de uma hegemonia religiosa-cultural-política na Cidade, crendo-se como portadores de recursos simbólicos (os títulos do universo religioso – irmão, irmã, cantora gospel, pastor, bispo etc.) e em busca de acumular outro tipo de capital – o político – a ser acionado em outro momento igualmente oportuno, mostrando sua força social, seja a Wagner ou a qualquer outro candidato que viesse a vencer a disputa; 2- o candidato Wagner também investiu no *jogo dentro do jogo*, no movimento, dentro da eleição, em direção ao segmento evangélico como legitimador de sua candidatura, crendo que tal *regra* se constituía como legítima e concessora de legitimidade. Durante a campanha, adesivos com a frase “sou cristão, voto Capitão Wagner 90” podiam ser vistos em muitos automóveis e também compartilhados nas redes sociais por meio de cards. Logo no primeiro dia de campanha, uma publicação nas redes sociais do candidato divulgava dois momentos com este segmento: um “adesivação” no Comitê de Educação e Atividade Cristã, programado para as 19hs, e um “Jantar com Pastoral do Ministério Assembleia de Deus Monteses”, para às 20h30.

Neste capítulo, o que o leitor encontrará é uma análise da mobilização/investimento de líderes religiosos diversos e de parlamentares ligados a instituições religiosas em favor da candidatura de Capitão Wagner, apresentando-o como aquele que melhor agiria na defesa dos “interesses da igreja”. Logo, o problema em torno do qual este texto se exprime é: *de que modos lideranças evangélicas (religiosas ou políticas) uniram-se diante de uma candidatura para chamá-la de “candidatura da igreja”?* Que argumentos foram acionados para legitimar Wagner como “o candidato cristão”?

Lideranças evangélicas *religiosas* são autoridades (sobretudo, pastores) que se pronunciaram em favor de Wagner; lideranças evangélicas *políticas* são parlamentares (deputados e vereadores) que, na qualidade de pertencentes a denominações religiosas, e acionando tal pertença, legitimaram a referida candidatura. Nos argumentos de ambos para a legitimidade do apoio, uma certeza: com Wagner, a fé cristã estaria *assegurada*.

Nomes importantes do universo evangélico pronunciaram-se nas redes sociais em apoio a Wagner, tais como Pastor Silas Malafaia, Pastor Samuel Munguba Jr., a ministra Damares Alves e a cantora Aline Barros; parlamentares religiosos, tais como a já citada Silvana Pereira, seu esposo, Jaziel Pereira, o então deputado federal Ronaldo Martins (que se elegeria vereador na eleição de 2020), o deputado estadual Apóstolo Luiz Henrique, a vereadora Priscila Costa e outros coletivos religiosos, como o “conservadores cristãos”, que, unidos, davam corpo à ideia de que Wagner era o fiel representante da cristandade na cidade de Fortaleza<sup>6</sup>.

A ideia era, pois, a de produção discursiva, com ares de unanimidade, em torno do candidato, o que, em termos analíticos, nos sugere estarmos, ali, diante de um segmento que, a cada eleição, estreita seus interesses mais objetivos e atua como um grupo de interesse<sup>7</sup>. Sob tal perspectiva analítica é este capítulo foi escrito.

Assim sendo, a análise aqui empreendida foi elaborada com suporte em material coletado nas redes sociais do Candidato, seja produzido por sua campanha ou por outros e compartilhado em suas redes; imagens e vídeos, assim, constituem os dados, por excelência, deste segmento do livro, examinados com amparo na análise dos discursos que circularam durante a campanha com base nesse material.

## 2. UMA “FORTALEZA” EVANGÉLICA? NOTAS SOBRE RELIGIÃO E POLÍTICA

Quando observamos os movimentos de lideranças evangélicas durante a disputa eleitoral de 2020, oportunidade em que muito se falou de “inimigos da igreja” ou “inimigos da fé” para se desqualificar aqueles que estavam em outro lado da disputa, tem-se a impressão de que, em Fortaleza, havia uma séria ameaça ao cristianismo. Seria mesmo possível se dizer, observando os

---

6 A estes nomes se juntem os do deputado federal Eros Biondini (PODEMOS-MG) e da cantora Eliana Ribeiro, ambos da Renovação Carismática Católica, que se juntaram aos evangélicos no apoio a Wagner, ampliando o espectro da cristandade da qual o Candidato fazia crer ser o fiel defensor. A *hashtag* #soucristaovoto90 (como se vê acima, na imagem 01) passou a ser amplamente utilizada nas redes sociais, identificando, assim, a pertença religiosa à escolha eleitoral.

7 Segundo Thomas (2004, p. 4), um grupo de interesse é “[...] uma associação de indivíduos ou organizações ou uma instituição pública ou privada que, com base em um ou mais preocupação ou interesse compartilhado, tenta influenciar a política pública a seu favor”. Tomamos, aqui, o segmento evangélico da cidade de Fortaleza, tal como estruturado em termos discursivos pelas lideranças aqui citadas, como um grupo de interesse.

discursos pró-Wagner que, no caso de vitória de qualquer outro candidato, o cristianismo corria risco de extinção. Tal perspectiva, como veremos mais adiante, foi arregimentada, sobretudo, por meio dos embates em torno do fechamento de templos em decorrência da pandemia, bem menos do que por sanção de projetos de lei que, por acaso, viessem a privilegiar algo que “ameaçasse” pilares da cosmologia cristã.

Se ficarmos apenas nesta seara, a de projetos de lei, o ano de 2020 foi precedido por duas grandes vitórias legislativas para o campo conservador-cristão: a derrota do projeto de lei que versava sobre a liberdade de cátedra<sup>8</sup>, que tramitava na Câmara Municipal de Fortaleza, retirado de votação depois de uma intensa mobilização (de desinformação) de Priscila Costa (PSC), vereadora evangélica da Assembleia de Deus, e do vereador da Renovação Carismática Católica, Jorge Pinheiro (PSDB)<sup>9</sup>; a retirada de pauta, na Assembleia Legislativa do Ceará, de um projeto de lei que versava sobre a criminalização de intolerância religiosa no Estado, após a intensa campanha de deputados evangélicos, com destaque para Silvana Pereira (PL) e Apóstolo Luiz Henrique (PP)<sup>10</sup>.

Juntem-se a isso inúmeros projetos de lei sancionados no Estado e na cidade de Fortaleza que contemplam interesses das diversas igrejas cristãs, a inscrição de eventos religiosos no calendário do Ceará, como a Marcha para Jesus e a Caminhada com Maria<sup>11</sup>, e, ainda na gestão de Roberto Cláudio (PDT), a constituição de uma secretaria para assuntos religiosos e a realização de um “natal cristão” na Praia de Iracema, com grandes nomes da música gospel.

Em termos demográficos, também, não teria de haver reclamação. O estudo de Russo e Oliveira (2011), realizado com arrimo no Censo de 2010, analisa o crescimento expressivo dos evangélicos no Ceará e na cidade de Fortaleza, chegando a dar um salto, em dez anos, de 613 mil para mais de 1 milhão e 200 mil evangélicos.

Assim, a pergunta óbvia que se imporia era: que ameaças estão sendo impostas ao cristianismo na Cidade?

Importa registrar o investimento discursivo, nos últimos anos, da parte

---

8 Detalhes do projeto e do debate estão disponíveis em Silva e Sena (no prelo).

9 A campanha de reeleição dos dois parlamentares foi analisada em Silva *et alii* (2021a).

10 Sobre o assunto, ver: <https://segundaopinioao.jor.br/a-doutora-o-apostolo-e-a-escolha-pela-intolerancia-parte-1-emanuel-freitas/>

11 Uma etnografia sobre os dois eventos foi realizada por Silva (2019) em outro momento, quando já iniciava a discussão dos planos de expansão de evangélicos na Cidade, com base na apropriação, por meio da oração, de alguns espaços públicos de Fortaleza.

de religiosos cristãos, sobretudo nos parlamentos, na ideia de uma “perseguição cristã” em curso no mundo contemporâneo, em geral, e no Brasil, em particular, o que se acentuou, sobretudo, desde a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, em 2018. A ideia de “cristofobia” é frequentemente acionada como resposta reativa às políticas de ação afirmativa e de promoção da diversidade sexual levadas a cabo nos últimos anos, o que conduziu, facilmente, o segmento a identificar, no PT e na esquerda, promotores da criminalização da homofobia, os adversários da fé cristã, ao propagarem modos de existência outros que não aqueles tidos como “tradicionais”, despertando, como lembram Berger e Zijderveld (2012), segmentos religiosos a reagir invocando ideais de “fundamentos da fé” para se opor às transformações sociais produzidos pelos processos de modernização social.

É assim que são compreensíveis as movimentações de agentes do terreno religioso (conservador) na realidade política contemporânea. A religião adentra os espaços sociais tidos como laicos e republicanos, pelo menos desde os anos de 1980 (radicalizando-se nos anos 2010), mobilizando os sujeitos da senda religiosa a ações que fazem com que notem “[...] o campo político como uma arena sujeita às influências demoníacas”, assim o sendo em razão do fato de que projetos de leis e políticas públicas estariam a ser postos em ação para corrigir distorções, “[...] foi possível instaurar-se uma verdadeira cruzada no campo político”. (TADVALD, 2010, p. 84). Com esse movimento, fazem surgir uma “[...] ação política regulada pelos ‘planos de Deus’ expressos na bíblia” (CAMPOS, 2010, p. 41), planos esses que são devidamente codificados pelos “representantes de Deus na terra”, os sacerdotes e pastores que dirigem as instituições religiosas e indicam-se a si mesmos ou a outros como os representantes do projeto divino no plano político.

A política constituiu-se, assim, como um campo privilegiado de missão e ação religiosas, levando esses sujeitos a capturarem-na com sua linguagem de “guerra espiritual”, enxergando-a como um espaço por excelência da defesa de seus ideais, e vendo na oposição a tais ideais ou no aprofundamento dos embates em torno do caráter laico do Estado o avanço de uma pauta “anticristã”, uma “destruição dos valores cristãos”, a “ameaça” à própria cristandade”.

Pensar assim é interessante por nos fazer lembrar aquilo que Bourdieu (2004), ao tratar do que chama de “dissolução do religioso” (um contexto social em que a linguagem da religião e seu monopólio de definir legitimamente o que vem a ser o “religioso” e o “simbólico” não estão mais concentrados nos atores legítimos do campo religioso tradicional – padres, pastores

e outras lideranças religiosas), considera como sendo momentos em que “[...] já não se percebe muito bem onde termina o espaço” de um campo ou outro (p. 121). Religião e política, pois, estariam de tal modo imbricadas em nosso tempo que, ao ver um ator do campo religioso discursando, não sabemos se fala como religioso ou como político; que competência está ele a exercer: a competência de definir o religioso ou a de promover uma escolha política?

Por isso mesmo é que o neoconservadorismo brasileiro, de feição evangélica, não pode ser compreendido, tampouco ser deixado de lado, sem o entendimento da eleição presidencial de Jair Bolsonaro, em 2018. Sua chegada à Presidência da República tem significado para os segmentos conservadores um importante marco no ativismo político por eles levado a cabo, uma vez que significa a “posse” do Poder Executivo central por parte daqueles que se mobilizam por uma “agenda moral” de fortalecimento daquilo que creem ser os valores do cristianismo no espaço público, assumidos sem aparentes problemas à laicidade constitucional. Em torno de Bolsonaro, depois de várias disputas eleitorais em que líderes religiosos haviam exercido pressão para que parte de sua pauta fosse incorporada à plataforma de campanha - como se viu, por exemplo, com a discussão em torno do aborto, na eleição de 2010 – (Machado, 2012; Siuda-Ambroziak, 2014) - teria, em 2018, se formado uma “coalizão neoconservadora”, produto da “aliança entre evangélicos, católicos conservadores e profissionais da segurança”. (Lacerda, 2019, p. 194), a partir da qual os elementos da política cristã se fariam presentes na implementação de políticas públicas e na proposição de leis e programas a partir de então.

As movimentações político-religiosas dessas lideranças acionando a ideia de proteção da fé como pertencentes a uma estratégia política maior, em que, denunciando as questões modernas postas pela pluralidade social, se anuncia a “cristofobia”, acionam um suposto plano político em curso para desacreditar aqueles que seriam os pilares morais da fé cristã. Assim, teríamos visto, em Fortaleza, apenas uma versão local de tal empreitada em busca da interdição da pluralidade e da hegemonia do cristianismo, em termos quase totalitários (uma vez já possui-lo em termos socioculturais), no Brasil e na Cidade.

### **3. O PRESSUPOSTO RELIGIOSO DA DISPUTA EM FORTALEZA – A IGREJA COMO “SERVIÇO ESSENCIAL”**

Não se compreendem as tomadas de posição de líderes evangélicos, e sua atuação na eleição de 2020 como um grupo de interesse, em Fortale-

za, sem entender os movimentos políticos prévios em torno de uma agenda precisa: a mobilização pela aprovação de projetos de lei na Assembleia Legislativa do Ceará<sup>12</sup>, que conferiam *status* de “serviço essencial” às igrejas em tempos de pandemia.

Com a confirmação dos primeiros casos de Covid-19 no Estado do Ceará, um decreto foi publicado em 15 de março daquele ano, ordenando a suspensão de todas as atividades presenciais que não fossem caracterizadas como “serviços essenciais”. Desde o comércio de rua, passando por escolas e universidades, até chegar aos templos religiosos de qualquer natureza, o isolamento social passou a ser a regra, o que logo produziria a mobilização de agentes do campo religioso para reverter sua condição de não essencial<sup>13</sup>.

Auxiliadas pelo discurso do presidente Jair Bolsonaro, que via exageros na maneira como a pandemia era conduzida por autoridades políticas e sanitárias e previa o livre funcionamento de igrejas, mesmo durante as medidas de confinamento social, autoridades do campo religioso viram nas ações do Presidente um importante mecanismo de legitimação para, sob o véu da mobilização pelo reconhecimento do *status* de serviço essencial para as atividades realizadas nos templos, uma oportunidade de tecer um outro lugar para os evangélicos no espaço público brasileiro: aquele que garante um livre espaço dentro do arcabouço jurídico do Estado brasileiro, apontando para um futuro próximo sem “entraves”, mesmo jurídicos, à sua atuação, embora inexistam tais entraves na atual legislação.

Em 24 de abril de 2020, a Ordem dos Ministros Evangélicos do Estado do Ceará (ORMECE) editou uma nota pública em que se manifestava contrária aos “sucessivos decretos” do governo por meio dos quais igrejas e templos “se mantinham fechados”. Valendo-se do artigo 5º, inciso VI, da Constituição Federal, sobre “o livre exercício de cultos religiosos”, a nota aludia ao fato de ser vetado às autoridades públicas obstar o funcionamento de cultos religiosos<sup>14</sup>.

---

12 Na Câmara Municipal de Fortaleza, tal debate só seria produzido já no ano de 2021, sob a gestão de José Sarto, com a atuação dos vereadores evangélicos Priscila Costa (PSC), Ronaldo Martins (PRB) e do católico carismático Jorge Pinheiro (PSDB).

13 De fato, é interessante se notar como, em todo o País, tais sujeitos foram exitosos nesse pleito, mesmo que em alguns lugares, como no Ceará, até o momento de escrita deste texto, seus projetos não tenham sido aprovados e sancionados. Reportamo-nos a isso ao lembrar que a alcunha “essencial” conseguiu ser deslocada do qualificativo de serviço que se presta, para designar que a fé, a crença, a igreja e a própria divindade é que seriam “essenciais”, daí não se compreender como alguém, ou alguma autoridade, “duvidando”, pudesse não reconhecer que a fé é “essencial”.

14 Sobre o assunto, conferir trabalho anterior produzido por Silva (2021) em que é analisa-



“*Mais do que nunca, as pessoas precisam do abrigo da igreja e da comunidade de fé*”, dizia a nota em um de seus parágrafos. Os pastores que assinavam a nota, em número de dezoito, pretendiam que o Estado ratificasse a crença conjunta de que a igreja era essencial. Atores do campo religioso para quem suas atividades eram tidas como essenciais solicitavam que representantes de outra área, a política, fizessem o Estado reconhecer a imprescindibilidade de suas atividades, ora referindo-se às atividades “sociais”, ora se reportando ao “apoio espiritual”<sup>15</sup>.

Observe-se, pois, que o que estava em disputa não era a necessidade da religião em si, o que já poderia ser temerário exigir do Estado, mas o funcionamento de templos e igrejas e a prestação dos serviços ali disponíveis. Por isso mesmo é que a nota se encerra nestes termos: “[...] *notificamos o Governo do Estado para remover de seu decreto o fechamento dos templos e o impedimento dos cultos*”. Ora, quem pode notificar alguém é o Estado, mas os pastores se viram na autoridade de notificar o Ente máximo e também legítimo de controle da vida social.

Na Assembleia Legislativa do Ceará (ALCE)<sup>16</sup>, a mobilização pela aprovação do *status* de serviço essencial às igrejas coube a três deputados evangélicos, autores de projetos que versavam sobre a temática: Apóstolo Luiz Henrique (PP), David Durand (REPUBLICANOS) e Silvana Pereira (Partido Liberal).

Fundador e líder da Igreja do Senhor Jesus, com sede na cidade de Fortaleza e uma filial na cidade de Eusébio, Apóstolo Luiz Henrique foi eleito em 2018 para seu primeiro mandato como deputado estadual com um total de 31.130 votos. Desde o início, dedica seu mandato à defesa de questões ligadas ao cristianismo evangélico, sempre iniciando seus discursos na Assembleia com a recitação de versículos bíblicos.

Em 07 de abril, o Deputado protocolou o Projeto de Lei 86/2020, de sua autoria, que reconhecia a atividade religiosa “[...] *como essencial para a população do estado do Ceará em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais*”. No dia seguinte, adotando um tom mais religioso-profético, o parlamentar procedeu a uma leitura espiritualizada do momento de

---

do, pormenorizadamente, o caso do Ceará.

15 Tal dubiedade foi/tem sido fundamental para que tais agentes imponham a qualificação de “inimigos da fé” a governadores, prefeitos e parlamentares que ou não aprovaram ou não puseram em votação tais projetos, uma vez que não está claro a que serviço essencial se referem.

16 Presidida, então, por José Sarto (PDT), evangélico, que seria lançado como candidato à Prefeitura pelo grupo governista.



pandemia pelo qual o Ceará e o mundo atravessavam, mostrando-o como algo dentro de planos divinos, e tentou convencer seus colegas de Casa do papel social que deveria ser ocupado pelas igrejas. Segundo ele:

*Deus tá dando 40 dias para a humanidade se voltar para ele. Deus tá dando a oportunidade para nesses 40 dias as pessoas se converterem. [...] a importância da igreja [...] que o governo reconheça a atividade religiosa como essencial no nosso estado [...] deus colocou todo mundo pra dentro de casa[...] deus disse: vocês vão parar e escutar minha voz [...] eu não estou calado [...] eu defendo a verdade e a palavra de deus [...] o dano da primeira morte não é nada para deus, o pior é a segunda morte. [...] Estão chacoalhando a nossa fé e deus está dando sinais do céu. Então, que haja temor no parlamento [...].*

Exercendo o segundo mandato como deputado estadual, tendo sido re-eleito em 2018 com 45.795 votos, David Durand é membro da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e assenta seu mandato, dentre outras coisas, na “[...] defesa da liberdade de culto e a garantia das prerrogativas e dos direitos constitucionais das diversas expressões cristãs”, como se lê no seu perfil no *site* da ALCE.

No dia 03 de abril protocolou, como autor, o Projeto de Lei 82/2020, que “[...] estabelece as igrejas e os templos de qualquer culto como atividade essencial no estado do Ceará”. Em seu artigo 1º, a pretensa lei estabelece “[...] as igrejas e templos de qualquer culto como atividade essencial no Estado do Ceará, sendo vedada qualquer determinação de fechamento total ou parcial”. Apesar de fazer referência às igrejas e templos, de todas as denominações, e de avocar artigos da Constituição Federal que tratam da liberdade de culto<sup>17</sup>, em sua justificativa, o texto refere-se diretamente à Igreja Universal para ilustrar a “essencialidade” do serviço por ela prestado, sobretudo na pandemia:

Atualmente, com a pandemia do COVID-19, popularmente chamado de novo coronavírus, tem-se mais um exemplo em que as igrejas e atividades religiosas são essenciais para a sociedade. É público e notório, por exemplo, que a Igreja Universal do Reino de Deus, neste ano de 2020, foram mais de 22mil doações de sangue, alcançando mais de 90mil pessoas beneficiadas com essas doações. Esse trabalho não pode parar. A sociedade brasileira ou a sociedade cearense não possui o luxo de ficar sem as atividades sociais das igrejas ou templos<sup>18</sup>.

17 Além de transcrever, *ipsis litteris*, o decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, em março, que incluía as igrejas entre os serviços essenciais, mas que fora invalidado por decisão da Justiça; pondo-o dentro do texto de seu projeto, o deputado apenas dá mostras da importância de mostrar-se alinhado, ele, seu partido e sua igreja, com o Presidente.

18 Texto do projeto disponível na página do deputado no site da ALCE: <https://www.al.ce>.

Deputada em segundo mandato, tendo sido reeleita em 2018 com 61.244 votos, Silvana apresentou o Projeto de Lei 85/2020, que estabelece como atividade essencial “[...] *igrejas de qualquer crença ou denominação em períodos de calamidade pública no Ceará*”. Como justificativa do projeto, a Parlamentar se expressa nos seguintes termos:

Neste momento em que o mundo, o Brasil e o nosso Estado se deparam com uma peste pandêmica, popularmente chamada corona vírus, *devemos assegurar a liberdade de culto e de ação das igrejas em suas várias denominações religiosas*, posto que em assim fazendo estaremos confirmando o legislador constituinte, defendendo os princípios garantistas da nossa Constituição e, sobretudo, *assegurando uma ação espiritual e social decisiva nessa luta contra a pandemia*.

Em 24 de abril, data em que seria criado o Comitê que discutiria o plano de flexibilização do isolamento social no Estado, a Deputada compartilhou um vídeo em que dizia haver “[...] *solicitado que fosse incluído [sic] os nossos líderes religiosos que pudessem representar as pessoas de fé*”. Tal presença seria importante, segundo ela, pois “[...] *a igreja está sendo oprimida e perseguida nesse momento de pandemia*”. Ainda insistindo na ideia de “desrespeito à Constituição”, a Deputada repete o argumento para mostrar o Governador como um fora da lei, cujo intuito é “preseguir a igreja”. “*Não é justo que a igreja fique de fora desse comitê de crise*”, disse ela. “*Como embaixadora de Cristo, eu mando recado para essas autoridades: senhor governador, senhor prefeito, escute as igrejas, porque a igreja tem título de eleitor também*”.

Como nenhum dos projetos avançara, a proximidade das eleições deslocou, da parte dos seus autores e de outros líderes religiosos, as críticas por sua não tramitação: do governador Camilo Santana (PT), elas passavam a ser direcionadas ao grupo político, ora denominado “grupo dos Ferreira Gomes”, às vezes apontado como “governo de esquerda” e noutros lances indicado como “o PDT”, partido do então prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio. A estratégia estava clara: era preciso desgastar o grupo no poder e isso seria feito de modo mais efetivo se se impusesse sobre ele a alcunha de “inimigo da igreja” ou “inimigo da fé” (basta o leitor lembrar-se do vídeo citado no início deste texto).

À medida em que a eleição se aproximava - deve-se registrar - o discurso mudava de teor: deixava-se cada vez mais de se falar em igreja como prestadora de “serviços essenciais” e passava-se a se falar mais de “impedimento da

---

[gov.br/index.php/deputados/nomes-e-historico/20-partidos/221](http://gov.br/index.php/deputados/nomes-e-historico/20-partidos/221).

pregação do evangelho” durante a pandemia, pelos seguidos decretos governamentais, o que auxiliava ainda mais o processo de deslegitimação religiosa do grupo no poder, e de quem fosse o seu candidato escolhido para a sucessão municipal. Com “igrejas fechadas”, sem se poder “adorar o Deus verdadeiro”, era a própria “fé cristã” que estava sob ameaça dos “inimigos da fé”; a realização das eleições seria o momento do acerto de contas, de expressar “a fé por meio do voto”, como dito pela deputada Silvana.

#### 4 O QUADRO DA DISPUTA: OS CANDIDATOS E AS INTENÇÕES DE VOTOS DOS RELIGIOSOS

Realizadas as convenções partidárias, o quadro da disputa pela Prefeitura ficou assim organizado: Anízio Melo (PCdoB); Capitão Wagner (PROS); Célio Studart (PV); Heitor Ferrer (SOLIDARIEDADE); Heitor Freire (PSL); José Loureto (PCO); Luizianne Lins (PT); Paula Colares (UP); Renato Roseno (PSOL); Samuel Braga (PATRIOTA) e Sarto Nogueira (PDT).

Quando a primeira pesquisa para a Prefeitura de Fortaleza, realizada pelo IBOPE, foi divulgada, em 14 de outubro, dados importantes quanto ao eleitorado religioso foram mostrados<sup>19</sup>: Capitão Wagner, que liderava a pesquisa, possuía 24% das intenções de voto entre evangélicos, segmento que ainda contava com 41% de indecisos. Um quarto do segmento estava com ele, enquanto a candidata Luizianne Lins (PT) tinha apenas 9% das intenções, reflexo, em grande medida, das anticampanhas que seu partido, tachado de “comunista” e “abortista”, sofrera nos últimos anos, o que é condutível a um baixo crescimento dela neste espectro. Por sua vez, chamavam a atenção os percentuais de José Sarto (PDT), com apenas 9%, o mesmo da petista, apesar de ser evangélico declarado. Os três acumulavam 42% das intenções de votos entre evangélicos naquela ocasião.

Por sua vez, quando observávamos os dados em relação aos católicos, o cenário era outro: Luizianne e Wagner estavam empatados, com 14% de intenção de votos, seguidos por Sarto, com 11%, sendo os indecisos em torno de 38%.

No dia 04 de novembro, já próximo da eleição, o IBOPE divulgava pesquisa, cujos números de intenção de voto “religioso” eram os seguintes<sup>20</sup>:

19 Para ver a pesquisa completa, acessar: <https://g1.globo.com/ce/ceara/eleicoes/2020/noticia/2020/10/14/pesquisa-ibope-em-fortaleza-capitao-wagner-tem-28percent-luizianne-23percent-sarto-16percent.ghtml>.

20 Para ver a pesquisa completa, acessar: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/paywall-7.100?aId=1.3007289>.

1-Entre os católicos - Sarto 34%, Wagner 26% e Luizianne 25%, enquanto os demais somavam 10%, com brancos e nulos perfazendo 6%; 2-Entre os evangélicos - Wagner 37%, Sarto 22%, Luizianne 16%, e os demais 16%.

Na véspera da realização do primeiro turno, quando as pesquisas já apontavam que a decisão da eleição passaria por uma disputa direta entre Wagner e Sarto, mais pesquisas foram divulgadas e davam mostras do quanto Wagner permanecia forte entre os evangélicos: segundo o Instituto DataFolha<sup>21</sup>, por exemplo, o único segmento em que ele liderava era exatamente este, em que aparecia com 39% das intenções de voto, seguido por Sarto (26%) e por Luizianne (16%); em nenhum outro segmento ele aparecia como líder das intenções. Isso em grande parte decorre da intensa agenda religiosa realizada por sua campanha na reta final da disputa, como veremos mais adiante.

Quando da realização da campanha de segundo turno, que seria disputado entre Wagner e Sarto, as pesquisas continuaram a mostrar o favoritismo daquele entre o eleitorado evangélico. Na pesquisa divulgada pelo IBOPE, em 24 de novembro, a vantagem de Wagner era de 45 sobre 40% do seu adversário entre os evangélicos, ao passo que entre os católicos era derrotado por 28 a 30%<sup>22</sup>.

Apesar, pois, da intensa mobilização de lideranças evangélicas em apoio à candidatura de Wagner, aqui não se repetiu o observado na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, quando o percentual de intenção de votos de evangélicos, em torno de 10 milhões de eleitores, foi exatamente o percentual de vantagem sobre o candidato Fernando Haddad (PT), como muitos autores têm considerado ao analisar a vitória naquela eleição relacionando o componente do voto religioso (Almeida, 2019; Nicolau, 2020; Silva, 2020). Mas, Apesar disso, convém compreendermos no que consistiu a mobilização desses atores durante a eleição.

## **5. UM CAMPO RELIGIOSO EM BUSCA DE LEGITIMAÇÃO POLÍTICA: TERÁ O DISCURSO RELIGIOSO CENTRALIDADE NO JOGO ELEITORAL?**

Tomando a Sociologia de Pierre Bourdieu (1930-2002) como central para compreender os movimentos do campo religioso evangélico na eleição municipal de 2020, o fazemos por compreender que não são as pessoas, em suas particularidades, que nos fornecem as explicações para os fenômenos

21 Números completos estão dispostos em: <https://mais.opovo.com.br/colunistas/carlos-mazza/2020/11/14/wagner-lidera-so-entre-evangelicos--sarto-so-entre-jovens.html>.

22 Números completos estão em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/paywall-7.100?aId=1.3016541>.

sociais mais complexos, mas somente quando as tomamos como “agentes” de um determinado campo, pois é este quem, por assim dizer, se mobiliza a partir de determinados interesses.

Ao definir um *campo* como “[...] espaços estruturados de posições, cujas propriedades dependem da sua posição nestes espaços e que podem ser analisadas independentemente das características dos seus ocupantes (...)”, o Sociólogo francês nos fazia compreender que este era entendido como um sistema de posições em competição objetiva por capitais específicos em um espaço social, funcionando como um “mercado” ou mesmo como um “jogo”. Sendo de tipos diversos (econômico, político, jornalístico, educacional, esportivo), aqui nos interessa a caracterização que ele fará do campo religioso, cujas características, em termos gerais, são as que vêm na sequência.

- A. Função: legitimação sobrenatural da estrutura da sociedade;
- B. Autonomia: diferenciação do campo dos especialistas; expropriação dos leigos;
- C. Problema: monopolizar o poder religioso legítimo; ganhar a maioria dos membros; ser capaz de incutir um *habitus* religioso nos leigos;
- D. Mercado: grupos, especialistas = produtores; secular = consumidores; bens = mensagem sistemática de significado; soluções sobrenaturais;
- E. Capital, recursos: a. incorporado: hábito religioso, conhecimento religioso, b. institucionalizado - hierarquia de posições no grupo, c. social - rede de conhecimento no grupo;
- F. Cargos objetivamente vinculados: padres (igrejas), profetas (seitas), magos (clientela); secular (necessidades);
- G. Regras do jogo: ditadas pelos atores religiosos que detêm mais poder;
- H. Interesses / necessidades: legitimação / compensação / práticas.

Por meio de tais elementos se pode compreender a estrutura e o funcionamento do campo religioso. Ele tem como função dar legitimação sobrenatural à forma como uma sociedade se organiza (em classes, estamentos etc) e, no caso de sua apropriação pelo campo político, ou de sua invasão a este, ele funciona como legitimador de candidatos e políticos a partir da ideia de que estes “representam” a vontade divina para aqueles eleitores, foram “ungidos” para vencerem aquela disputa. Assim procedendo, suas lideranças o fazem distinguindo-se, por sua pertença religiosa, de outros legitimadores, impossibilitando que outros, sobretudo os fiéis, possam apontar aqueles

que seriam alvos da “unção”, da “predestinação” para o governo, os levando a “monopolizar” o poder de nomear tais “escolhidos”, e serem cridos como, de fato, sendo os “legítimos nomeadores”.

Importa lembrar que a sociologia de Bourdieu compreende-se como uma análise das formas como a dominação se estrutura na vida social, particularmente a partir dos mecanismos de imposição de visões de mundo, filtros sociais através dos quais uma determinada forma de ver a realidade, e não outra, se impõe como a obviedade, criando assim essa mesma forma de ver a própria realidade, inscrevendo a dominação nas mentes e nas visões dos sujeitos. A partir de suas palavras, é preciso compreender que

A religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos. (Bourdieu, 2011, pp. 33-34).

Os esquemas de pensamento e de percepção constitutivos da problemática religiosa podem produzir a objetividade que produzem somente ao produzirem o desconhecimento dos limites do conhecimento que tornam possível (isto é, a adesão imediata, sob a modalidade da crença, ao mundo da tradição vivido como “mundo natural”) e do arbitrário da problemática, um verdadeiro sistema de questões que não é questionado”. (Bourdieu, 2011, p. 47).

Assim, por meio de discursos é preciso que o analista compreenda os modos de perceber o mundo que são performatizados pelos agentes para que se tornem modos de ver e de agir para os membros outros do campo, uma vez não conhecerem os modos como são produzidas as visões de mundo por eles cridas como a realidade; na verdade, não existe para estes uma “produção”, uma vez que a realidade seria dada.

Ao analisarmos a mobilização de autoridades religiosas durante a campanha, com vistas a direcionar o voto do eleitorado cristão para a candidatura de Wagner, dizendo ser esta a única que “respeitava os valores cristãos”, percebemos como se intentou materializar o poder simbólico de condução de “almas”, por assim dizer, que seria próprio das autoridades religiosas, no voto dado ao candidato Wagner, mesclando, assim, interesses políticos da parte destes líderes (mostrar poder para além de suas igrejas) e de interesses religiosos da parte do Candidato (legitimando-se como “o” candidato da fé

cristã).

O interesse que move os agentes no campo religioso, nos termos de Bourdieu, é, acima de tudo, de legitimação frente aos liderados. Uma vez que este seja alcançado, cumpre, então, espriar seu domínio para um espectro mais amplo da sociedade, o que nos parece ser exatamente o que tem acontecido nos momentos eleitorais da parte de agentes do campo religioso<sup>23</sup>. E isso se dá, acima de tudo, por meio da manipulação das visões de mundo dos sujeitos, de como estes leem a realidade nos momentos eleitorais, de como se deve ver e perceber a realidade posta sob seus olhos, o que deve ser dito de cada candidato, como se deve produzir a escolha eleitoral. Isso porque,

Os agentes que competem no campo da manipulação simbólica têm em comum o exercício de uma ação simbólica: são pessoas que tentam manipular as visões de mundo (e, portanto, transformar as práticas) manipulando a estrutura da percepção do mundo (natural e social), pela manipulação das palavras e, através delas, dos princípios de construção da realidade social. (Bourdieu, 2011, p. 56).

Em outro texto, o autor também define o que poderia ser um programa de pesquisa em “Sociologia da religião”, centrando-se na forma como o campo se estrutura em determinado momento, direcionando a escolha dos leigos em prol de um determinado “bem de salvação”; aqui, nos parece, tal “bem de salvação” se tratava do voto em Wagner, como veremos mais adiante.

[...] a sociologia da religião pode se identificar com uma pesquisa pastoral que tome por objeto os leigos, os determinantes sociais da prática ou da não prática, uma espécie de pesquisa de mercado que permita racionalizar as estratégias sacerdotais de venda dos ‘bens de salvação’; ela pode, ao contrário, escolher como objeto compreender o funcionamento do campo religioso, do qual os leigos são apenas um aspecto, concentrando-se, por exemplo, no funcionamento da Igreja, nas estratégias pelas quais ela se reproduz e perpetua seu poder – e entre as quais é preciso contar as enquetes sociológicas (originalmente conduzidas por um clérigo) (Bourdieu, 2019, p. 29).

Vejamos, antes da transcrição de alguns vídeos, a definição que Bourdieu oferece de “interesses religiosos”:

Podemos falar de interesses estritamente religiosos (ainda definidos

---

23 Sobre isso, ler o texto de Silva e Castro (2021) sobre a atuação do pastor Silas Malafaia, durante o segundo turno de 2020, contra candidatos de partidos de esquerda, acionando seu capital político para indicar o não-voto destes, sob a mesma perspectiva aqui analisada, a da “ameaça à fé cristã” que tais candidaturas representariam.

em termos genéricos) quando, ao lado das demandas mágicas que ainda existem, pelo menos em certas classes, surge uma demanda propriamente ideológica, ou seja, a expectativa de uma mensagem sistemática capaz de dar um sentido unitário da vida, ao oferecer aos seus destinatários privilegiados uma visão coerente do mundo e da existência humana e ao dar-lhes os meios para a integração sistemática da sua conduta quotidiana, capaz de lhes fornecer justificações de ‘existir como eles existem, ou seja, em uma posição social específica

Agora, então, passemos a analisar alguns movimentos de religiosos durante a campanha de 2020 em Fortaleza.

Começemos com o depoimento de Salomão Liberto, pastor evangélico, que conclama seus pares para “orarem” (como ele mesmo já o estava a fazer) e, como consequência imediata, votarem em Wagner e fazer outros a nele também votarem, em nome da “família” e do “reino de Deus”, falando textualmente em “investir”, apresentando a possível vitória de Wagner como um “fruto de oração” e de “reflexão”; sobrenatural, pois:

*A graça e a Paz! Eu sou o Pastor Salomão Liberato, da Comunidade da fé cristã, Zona sul. Hoje eu tô aqui gravando esse vídeo ao lado do Capitão Wagner, deputado federal. E eu acredito, confio, *estou orando que ele será o próximo prefeito de Fortaleza*, para mudar a nossa cidade. Não apenas para estrutura física, bonita e grande, mas também para investir em relacionamentos, investir em pessoas, *investir na família e investir no Reino de Deus. Eu quero chamar você, pastor, meu amigo, que é líder de Igreja, você que é cristão, que serve ao Senhor, vem comigo também nessa onda azul, para juntos para transformar Fortaleza. Você pode orar e refletir, quando você orar e refletir com certeza vai votar vai da Capitão Wagner 90, num é isso, Capitão?**

No mesmo vídeo é possível ver a resposta de Wagner, interpelando aqueles elementos que têm se mostrado como mais caros às lideranças religiosas conservadoras no plano da política, mostrando conhece-las e saber da importância delas para o segmento, uma vez que constituem os “interesses religiosos” no plano político: a ideia de família, a oposição ao que diz ser a “legalização das drogas”, o aborto e ao que chamam de “ideologia de gênero”:

*Capitão Wagner: Pessoal olha só, queria primeiro reafirmar nosso compromisso com a família, dizer que a gente é contra a legalização das drogas, a gente é contra o aborto e contra principalmente a famigerada ideologia de gênero, que tentam a todo custo. Implementar nas nossas escolas. Por conta disso, eu peço a vocês que nesse domingo votem 90, confiando que junto com o Pastor Salomão, a gente vai fazer uma condução dessa cidade para Deus, para evangelizar esse povo e fazer com que cada vez mais Fortaleza se torne um local*



*bom para viver.*

Talvez a mais ardorosa liderança evangélica política a se empenhar na candidatura de Wagner, desde a primeira hora (como vimos no início desse texto), Silvana Pereira publicou um vídeo em suas redes, dias antes do 1º turno. Nele, direcionando-se ao “povo cristão” com seu esposo Jaziel, a parlamentar elenca os motivos pelos quais se deveria, como cristão, escolher pelo voto em Wagner: ele defenderia as pautas caras à parlamentar, usando o “nossas” para referir-se à coletividade cristã, o “povo de deus” (família, oposição ao aborto e defensor da “família cristã”). A eleição, ato humano de escolha dos representantes políticos em uma democracia, é ressignificado como “a sétima volta nas muralhas de Jericó”, perdendo todo caráter humano e assumindo uma faceta espiritual, terreno de domínio da deputada e das lideranças religiosas que legitimavam Wagner; e este, por sua vez, responde elencando, uma vez mais, aquelas expressões que são caras ao segmento: aborto, família e ideologia de gênero. Vejamos:

**ATENÇÃO POVO CRISTÃO, ESTAMOS NA RETA FINAL! VAMOS COM CAPITÃO WAGNER 90!**

Deputado Jaziel: *Povo cristão de Fortaleza, é com alegria, alegria grande que eu estou aqui do lado do meu prefeito, já fizemos assim da vez passada, e agora estamos aqui de novo, mas agora é pra valer. Capitão Wagner representa sim, a vontade do Fortalezense, a mudança, e para nós tem um significado muito especial. Ele defende nossas pautas. Ele é família! Ele é contra o aborto! Ele é um homem que atende exatamente aquilo que nós pregamos e dizemos. Dra. Silvana é claro que com muita alegria que vamos votar para vencer.*

Silvana: *Igreja do Senhor Jesus é a hora de dar a sétima volta em torno das muralhas de Jericó. Capitão já vem de uma caminhada, tem história e tem história sim com o povo de Deus, com essa deputada, ele foi deputado junto comigo e posso testemunhar que Capitão Wagner é sim um defensor da família cristã. Capitão Wagner, você conta com esse casal. Igreja, é sério! Mas em torno dos 50% não sabe em quem votar ainda, agora o povo de Deus é para saber sim, o povo de Deus é pra votar unido, coeso com um só coração e um só espírito para decidir. O povo de Deus entra arrebrandando tudo! Capitão Wagner, você conta com esse casal, com esse povo, conta com essa igreja Santa de Jesus.*

Capitão Wagner: *Pessoal, a favor família, contra a legalização das drogas, contra o aborto e contra outro grande absurdo famigerada ideologia de gênero. Para transformar nossa sociedade, contamos com vocês, nesse domingo dia 15, 90 neles!*

Silvana: 90 neles!

O também deputado estadual e fundador da Igreja do Senhor Jesus, sediada em Fortaleza, Apóstolo Luiz Henrique, gravou vídeo em apoio ao candidato. Em suas palavras, haveria um modo de ser cristão que deveria, necessariamente, se expressar em um “voto cristão”: isso se daria com um voto que não recaísse sobre candidatos que “fecham as igrejas”, que “querem desconstruir a família”, “se alcoolizam”, “se drogam” e são a favor da “liberação das drogas”. Votar diferente seria agir com “hipocrisia”. Observemos:

A hipocrisia de alguns cristãos: oram como cristãos, mas voltam como ímpios. Oram pela expansão do evangelho, mas votam em candidatos que fecham as igrejas. Você está entendendo que eu estou falando. Oram pelas famílias, mas votam em candidatos que querem desconstruir a família. E também oram para que seus filhos sejam libertos das drogas, mas vota em candidatos que se alcoolizam, até mesmo se drogam e são a favor da liberação das drogas. Acompanhe as redes sociais desses candidatos e veja quem fala, mas não faz. Deus vai te mostrar. Chegou o momento, dia 15 de novembro, de você fazer a diferença. Somos o exército de Deus! Somos o exército do Senhor! Deus te abençoe! Fique na paz!

A cantora gospel Aline Barros também gravou depoimento para a campanha de Wagner, ampliando, com seu marido, o número de evangélicos a legitimarem-no no interior do campo religioso:

Gilmar Barros: Capitão Wagner, que alegria poder tá fazendo esse vídeo para o senhor, dizer que nós estamos assim como família, muito feliz de verdade, dizer que o seu testemunho tem abençoado muitas vidas e abençoado assim muitas famílias. *E a nossa oração é pra que o senhor tenha mais vitórias, mais conquistas, mais êxito nessa nova etapa da sua vida* estamos orando para que Deus te abençoe e que todo plano de Deus possa ser realizado na sua casa, na sua vida, na sua família e nesse estado tão maravilhoso.

Aline Barros: Amém. *Que Deus abençoe a sua vida Capitão. E estenda essa benção sobre sua casa, sobre todo esse povo, em nome de Jesus.*

Em 13 de novembro de 2020, dois dias antes da votação do primeiro turno, quatro pastores de Fortaleza se uniram em uma *live* transmitida nas redes sociais do candidato para realizar um maior aceno ao eleitorado religioso. Sob o título “igreja é essencial”, o Candidato e os parlamentares discorreram na *live* por mais de uma hora, pontuando o que consideravam ser elementos taxativos que asseguravam a necessidade da manutenção de “igrejas abertas”<sup>24</sup> e do reconhecimento do serviço ali prestado como “essencial”.

24 A escolha por tal expressão sugere que, com os decretos governamentais, igrejas estavam

Vejamos alguns trechos dessa *live*. Primeiramente, o candidato Wagner discorre sobre o motivo que o levou a realizar a transmissão com a presença de pastores: a afirmar o papel da igreja na Cidade (mas, em que isso seria tema de uma campanha eleitoral?), elencando, para confirmar sua tese, os serviços prestados por ela:

A gente chamou aqui uma seleção de líderes religiosos da nossa cidade pra gente bater um papo, pra gente conversar um pouquinho a respeito do *papel da igreja aqui na cidade de Fortaleza*. A gente entende, a gente vai discutir isso hoje aqui, vai debater que *a igreja é sim, essencial*, não só pelo serviço social que ela desempenha, não só por resgatar pessoas que estão no mundo do crime, não só para resgatar pessoas que estão nas drogas, não só pelo trabalho e de assistência social distribuição de cestas básicas, mas por tudo que representa a igreja na história da humanidade [...].

Enquanto os projetos de lei apresentados ao longo do ano por parlamentares ligados à denominações religiosas ressaltavam o papel social que as igrejas poderiam exercer, sobretudo durante a pandemia, e embora os discursos dos deputados ressaltassem esse viés, o discurso de Wagner, menos obscuro com relações aos interesses em jogo presentes em tais projetos, ressaltava um outro papel, aquele que não guardaria relação com o “serviço essencial” em questão, mas que dizia respeito à crença no papel desempenhado pelas igrejas, no plano do proselitismo. Enquanto, por meio dos projetos, atores do campo religioso ressaltaram o papel social, Wagner, ator do campo político, ressaltava o crido papel espiritual, fazendo assim com que a questão fosse compreendida, pelo espectador, como algo no plano da crença e do sobrenatural, e não do serviço social.

Dos líderes religiosos presentes, o primeiro a falar se identificou como Pastor Teixeira, da Assembleia de Deus Bela Vista. Em sua fala, ressaltou o fato de a igreja, como “arauto” que seria, teria dado mostras de sua necessidade ao agir em áreas que seriam da alçada da prefeitura (doação de cestas básicas, internamentos, aquisição de remédios, leitos etc) e, em troca, teriarecebido do poder público apenas o não-reconhecimento e o fechamento<sup>25</sup>. Segundo ele,

---

“fechadas”, no sentido de estarem impedidas de cultuar, o que lhes permitia qualificar as autoridades, prefeito e governador, como aqueles que “fechavam igrejas”, sem nenhuma menção ao fato da possibilidade de, realizando-se normalmente cultos, se produzirem aglomerações, *modus* por excelência de transmissão do vírus.

25 Ora, há que se questionar o fato de, sendo mesmo “arauto”, o papel de tais entidades seriam o da denúncia da ausência de tais serviços à população, não o de agir em seu lugar.

[...] *A igreja nessa pandemia tem sido um arauto, uma entidade que tem feito a diferença, aquilo que a prefeitura não fez. A igreja fez, as igrejas evangélicas, pelo meu conhecimento, ela distribuiu mais cestas básicas do que a própria Prefeitura de Fortaleza. A igreja evangélica chegou em momentos cruciais, em momentos que as pessoas estavam passando por necessidade, não tinha internamento, não tinha hospital, não tinha leito, mas as igrejas, os pastores estavam se movimentando e fazendo, tentando arranjar medicamento, tentando falar com as autoridades de saúde para arranjarmos leitos e isso foi feito durante a pandemia, daí a nossa, eu diria, indignação, indignação do não reconhecimento, do não reconhecimento do trabalho que a igreja evangélica no Estado do Ceará, e porque não dizer do Brasil, tem feito. Ela é de suma importância e para nossa surpresa durante a pandemia vem um decreto governamental, o decreto que vai exatamente contra tudo aquilo, todos os nossos princípios, de fechar as igrejas.*

Diante dessas declarações, o candidato Wagner lembra não somente o que considerava ser o *“atual momento de perseguição”* ao trabalho das igrejas, tido como “essencial”, mas de todos os “momentos de perseguição” que a igreja teria sofrido na história. Mais uma vez, opera-se uma confusão entre decretos de isolamento em tempos de pandemia e a proibição do exercício da fé, o que não estava posto nos decretos publicados pelo País, em geral, e no Ceará em particular. O campo religioso evangélico acionava, pois, coesamente uma narrativa: igrejas foram fechadas durante a pandemia, houve perseguição à fé e esta foi levada a cabo pelo grupo político no PDT, cujo representante na eleição era José Sarto.

Um dos presentes, identificado como Bispo Palhano, da Igreja Jerusalém da Grandeza de Deus, corrobora a confusão entre o que era pleiteado nos projetos de lei e o que, de fato, se desejava alcançar com eles: garantir um lugar jurídico especial àquilo que se faz nos templos e seu devido reconhecimento de tal lugar, não apenas socialmente (o que já gozariam) mas, sobretudo, juridicamente. Seria o próprio trabalho espiritual, litúrgico, que se queria garantir, bem longe da dissolução do religioso na esfera social<sup>26</sup>, como fazem pensar as justificativas apresentadas em cada um dos projetos. Vejamos sua

---

26 Retomamos, aqui, a ideia de “dissolução do religioso” pensada por Bourdieu em outros termos. Em sua análise ele verifica a perda e monopólio de atores do campo religioso no que diz respeito às técnicas de “condução da vida”, hoje compartilhadas por líderes religioso com outros profissionais, como terapeutas, professores de ginástica, nutricionistas etc; em nosso tempo, por sua vez, observamos a dissolução dos trabalhos próprios à religião, que se concentraria nas questões espirituais, em atividades outras que diziam respeito, antes a profissionais do campo profano-secular, tais como a assistência social e a política.

argumentação:

[...] porque a igreja em todos os sentidos sempre foi essencial e foi um momento de loucura, sim, foi um momento, sim, de dor e sofrimento, porque as pessoas batiam na porta da igreja, telefone não parava [...] nós sofremos demais. *Tivemos que sair para rua para cuidar do povo e o momento de tristeza maior que aconteceu dentro dos nossos corações foi a proibição. Porque proibir cuidar do povo? Porque essa história de prender pastor? Aquilo a gente só tá querendo fazer o bem e no meu pensamento, no pensamento de todos os homens e mulheres de Deus, a igreja é essencial exatamente pela sua dinâmica de trabalho, pela sua dinâmica, a igreja ora pela libertação do povo de lá do vício, a igreja ora para que esses rapazes do crime sejam libertos, a igreja ora pelo casamento, a igreja ora pela vida financeira do povo [...].*

Duas coisas se depreendem da declaração. A primeira delas é que a mensagem produz um engano quanto ao que se dizia nos decretos: não havia, em nenhum dos decretos estaduais, a restrição ao cuidado com o povo e mesmo com a ajuda que pudesse ser oferecida aos sofredores; a restrição dizia respeito à produção de aglomeração e tão somente a isso, o que atingia a realização de cultos e demais atividades dentro dos templos. Não era, pois, à possibilidade de ajuda aos sofredores que o decreto se dirigia, o que dizia respeito, sim, a um certo papel social, que é da igreja, do Estado, da escola, de muitas instituições; o que se proibia era a aglomeração, sem a qual era plenamente possível ajudar os sofredores. Não era disso, porém, que se reclamava, mas à não possibilidade de funcionamento dos templos.

A segunda delas, consequência da primeira, é que o pastor confunde o “serviço essencial” que seria prestado pelas igrejas (que compreende muitas das atividades listadas na *live*), com o fato de, para os cristãos, a igreja ser ela mesma *essencial* em suas vidas. Como prestadora de serviço essencial, ela estaria em pé de igualdade com outras instituições, caso os projetos de lei fossem aprovados e sancionados; mas isso não faria o Estado reconhecer que, como instituição dogmática, ela seria essencial na vida da coletividade. Há, pois, uma confusão, que podemos compreender como um processo de alquimia ideológica tal qual Bourdieu nos apresentou: do serviço tido como essencial, se passa à existência teológica tida como essencial; do serviço se vai à mensagem e à cosmovisão acreditada como essencial; mais do que isso, legalmente estabelecida.

Ao mesmo tempo em que se diziam essas coisas, circulavam pela cidade (sobretudo pelas redes sociais) imagens que ligavam Sarto a Ciro Gomes

e a Camilo Santana e à suposta perseguição às igrejas que teria sido efetivada durante o confinamento social, como se pode ver nas imagens abaixo que circularam de modo apócrifo nas redes sociais durante a campanha:

### Imagens 01 e 02



Imagens que circularam de modo apócrifo durante a campanha em redes sociais

Durante a campanha eleitoral, a vereadora Priscila Costa também publicou em suas redes um vídeo de apoio a Wagner. Acionando a mesma narrativa das “igrejas fechadas” e falando de “pastores conduzidos à delegacia” (juntando, pois, impedimento dos cultos e perseguição à fé), a vereadora afirmava que para o grupo no poder “igreja não é essencial”, operando, assim, discursivamente aquilo que se podia perceber nas entrelinhas das proposições: não era ao serviço prestado nas igrejas que se buscava o reconhecimento do *status* de essencial, mas à própria igreja. Segundo ela, a resposta do grupo político ao pleito em torno disto foi a declaração de Ciro Gomes, que ela põe no vídeo, com a ameaça de prisão de padres e pastores.

Vejamos:

Você já se imaginou viver numa situação de desespero, procurar uma igreja e saber que todas elas estavam de portas fechadas? Esse foi o retrato da cidade de Fortaleza. Aonde, através de um decreto do prefeito, todas as igrejas estavam impedidas de funcionar. Chegando até pastores serem conduzidos à delegacia, por terem aberto a igreja para montar cestas básicas e alimentar quem tinha fome. Isso aconteceu, porque o decreto disse que Igreja não é essencial. Eu, como vereadora, procurei as autoridades da nossa Fortaleza, uma delas era Sarto, o homem que tinha



poder, a competência como presidente da Assembleia Legislativa a se posicionar, a dizer que a igreja é sim essencial, a dizer que pastores podem sim abrir igrejas para acudir o aflito. Sabe qual foi a resposta de Sarto, diante do decreto que disse que a igreja não era essencial? A resposta de Sarto foi silêncio. E você sabe qual recado do líder de Sarto deu para os cristãos? Esse foi o recado:

(Vídeo do Ciro Gomes): *Aqui no Ceará quem fizer você e já com ordem do ministério público, quem fizer carreatas, fazendo esse tipo de exposição do povo a morte, vai pra cadeia, como também pastores, padres ou seja quem for.*

Até agora Sarto, o líder que poderia nos levantar e nos defender está em silêncio. Se Sarto for o prefeito dessa cidade, por mais que eu use a minha voz, eu já sei o que receberemos, receberemos silêncio, omissão e covardia. E da turma do Sarto, mais ameaça. Sabe por quê? Porque Sarto é Ciro e Ciro é Sarto.

Dando sequência a essa *live*, o aceno mais direcionado ao campo religioso se concretizaria com a realização de uma outra, na tarde de 14 de novembro, um dia antes da votação do primeiro turno. Wagner se reuniria, desta vez, com os deputados estaduais David Durand, Silvana Pereira, André Fernandes e Apóstolo Luiz Henrique; com os deputados federais Jaziel Pereira e Ronaldo Martins; com o senador Eduardo Girão e com a vereadora Priscila Costa. Sob o título “*a família cristã é 90*”<sup>27</sup>, o então candidato discutiu, por mais de uma hora, os temas ligados à agenda conservadora que, desde o começo da campanha, ele dizia ser comprometido: ideologia de gênero, aborto, família tradicional. Todos os convidados foram apresentados por Wagner como aqueles que “*têm lutado para que a igreja seja respeitada nesse momento de pandemia*”, dando assim a entender que a questão da “igreja” era uma “questão política” a ser tratada no debate político acerca da cidade. A chamada informava que o evento se tratava de uma *live* cujo tema era “Frente Ampla em defesa da vida e da família”.

Observe-se que, no contexto em que já circulava pelos campos político e midiático a ideia de uma “frente ampla” necessária para derrotar o presidente Jair Bolsonaro nas eleições de 2022, Wagner nomeia seus apoiadores no campo religioso também como uma “frente ampla”, mas em torno da “vida e da família”, imediatamente posicionando seus adversários como contrários a estes dois elementos. A deputada Silvana, por sua vez, interpelou seus eleitores para um evento como um encontro com a “bancada cristã”, sendo assim mais direta com relação aos objetivos com a realização da *live*.

27 O número faz referência ao número do Candidato, o mesmo da sigla partidária.

Wagner começou por dizer que estava acompanhado “*só com o povo de Deus*”: aqueles “*parlamentares que têm defendido a família, lutado na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional para que a família seja respeitada*”. Dizendo-se estar ali para “*fazer um debate muito importante em relação à defesa da vida da família*”, apresentou seus interlocutores, passando a palavra a cada um deles, dos quais destacaremos os diálogos que nos pareceram mais significativos, uma vez terem explorado ao máximo o “perigo” que rondava as crianças sob a alcunha de ideologia de gênero e de todos os sentidos que ali lhes foram imputados.

Jaziel Pereira usou seu tempo para lembrar a eleição de Bolsonaro, em 2018, como “um divisor de águas”, sobretudo por inaugurar um tempo de “defesa da família”, protegendo a legislação de ataques que chegariam ao Legislativo a partir de “armadilhas” em torno de novos arranjos familiares e apresentando Wagner como um importante ator para impor derrota ao suposto projeto, que não se diz qual. Ao final, o candidato é apresentado como aquele que “fala a língua” das igrejas. Vejamos o momento mais importante de seu diálogo com Wagner:

Jaziel: Um dia desse a gente teve uma apresentação lá, a tentativa de ser votado um projeto onde fala da família moderna. O que é a família moderna? Família moderna é que não tem nada de família, né, é irmão junto com a irmã, o pai com a filha, quer dizer, não se respeita exatamente o que é mais de sagrado, o que é mais de ordenança de Deus, que é uma família padrão segundo o Senhor Deus constituiu. Então essa família moderna, que é ridícula, e nós entramos lá, foi a bancada evangélica, você estava lá, e todos os cristãos. Nós chegamos lá para meter a peia e conseguimos.

Capitão Wagner: No começo até tentaram negar né, deputado Jaziel?

Jaziel: Exatamente!

Wagner: Dizendo que o projeto não era bem isso, mas pelo o que estava escrito lá. Depois eles recuaram retiraram o projeto, isso foi por conta da luta que também que teve o deputado Jaziel como um dos líderes.

Dr. Jaziel: Com certeza, incesto e etc, etc e etc. *Nós estamos para falar para o povo cristão que essa é a oportunidade que nós temos de ajudar o Brasil tomar um rumo. Eu sempre digo que essa é a nossa principal pauta. Essa aqui depois vem as outras. [...] termos um prefeito aqui em Fortaleza que entenda isso aqui, que abrace, que respeite isso aqui, que respeite a Deus, respeite os valores cristãos, sem valores nós não somos nada. Como é que nós podemos falar de qualquer coisa, se nós não temos respeito à família, e a família não é família? Se a vida é banalizada. Se querem colocar para ensi-*



nar uma criança de 2, 4 anos com uma família que nem sempre é um pai e uma mãe, isso nós não vamos admitir. [...] Dois papais e duas mães. Nós não vamos admitir. *Então um prefeito que fale a nossa língua é tudo o que nós queremos.*

Priscila Costa, que disputava reeleição na Câmara Municipal, e que se notabiliza na Câmara Municipal como uma das principais vozes do conservadorismo política e de replicação da agenda política de Bolsonaro no plano municipal, também pautou sua fala a partir de elementos em torno da “inocência das crianças”, da famigerada “salvação da família”, acionando o pânico moral. Observemos que a vereadora fala em “jamais negociar” os valores de sua fé na atuação parlamentar, sugerindo ao telespectador que essa seria uma questão própria ao Parlamento, lugar em que os valores da fé seriam subjugados. Além disso, indica Wagner como candidato “em defesa da família” e o PDT, partido de Sarto, como aquele que impôs a agenda de gênero em outros lugares e o faria em Fortaleza também; daí a importância, segundo suas palavras, de ter “uma prefeitura ao lado dos valores cristãos”.

[...] entrei em embates contra a implementação da ideologia de gênero. Todos vocês sentiram o que é a violência desses grupos que querem a todo custo entrar, acessar a intimidade das nossas crianças. Desde o início do meu mandato em 2016 quando eu fui eleita, eu me comprometi em jamais negociar os nossos valores de fé e valores também de defesa da família. [...] E eu tava falando aqui do valor da família e o compromisso que o Capitão Wagner assume com a defesa da família. E talvez você esteja se perguntando: E a família precisa ser defendida? Existem ataques políticos contra a família? Sim, principalmente pelo o grupo hoje detém a nossa prefeitura de Fortaleza. Eu estou falando de um partido político PDT que na cidade de Sobral implementou nas escolas o ensino da ideologia de gênero. [...] O que eu estou falando parece algo tão bizarro, pois é está implementado na agenda do PDT já em prática na cidade de Sobral. e aqui em Fortaleza eles não conseguem, ainda continuam indo a passos lentos, porque eles sabem que a população em Fortaleza onde está vacinada contra isso. [...] Eu estou pleiteando a vaga de vereadora, mais uma vez, porque quero continuar firme nessa missão, *mas eu sei, que se eu for reeleita e eu estiver na Câmara municipal e eu não tiver uma prefeitura ao lado dos valores cristãos, eu vou mais uma vez ter muita dificuldade, sofrer e preciso, portanto, do seu do seu apoio, você precisa apoiar cada um dos que está aqui, que sofrem por esses valores.*

Por sua vez, a deputada estadual Silvana Pereira, em discurso cujo tom assemelhava-se mais a uma pregação mística (disse estar tremendo as mãos), falou da eleição como uma ação espiritual. Crendo ser aquele momento não

apenas uma *live*, uma reunião de políticos apoiando um candidato, mas uma reunião feita pelo próprio deus, daí a sugestão para seus seguidores: “faça política com fé ne vote com fé”. Isso se daria com o voto em Wagner: votar com fé, com fé cristã, seria votar em Wagner. A deputada relaciona ser igreja com o voto no candidato. Mas, ser igreja é ter fé em Cristo; logo, para ela, o voto em Wagner seria expressão da fé em Cristo. Vejamos o que disse a deputada Silvana Pereira:

*Eu pedi a Deus muito a Deus esse momento, essa live. [...] É o poder de Deus. (bate palmas). O senhor nos reuniu aqui, Senador, nessa mesa e eu aqui fico assim (tremendo as mãos), quando eu estou assim tremendo assim, é porque eu quero dizer para Fortaleza, [...] Capitão Wagner e Fortaleza, eu estou aqui com meu marido, estou aqui para dizer o que foi, o que é o sentimento que me traz para dizer para o futuro prefeito de Fortaleza e a igreja diga: Amém! A igreja de Jesus está nos acompanhando agora. [...] Você também que está me ouvindo aí, faça política com fé e vote com fé. Fé [...] É porque nós vamos ganhar, igreja.*

Conheci como deputado federal Capitão Wagner, jamais, nenhuma só vez contrariou essa crente aqui. É que nesta crente aqui, ninguém pode tocar, ninguém toca no crente, ninguém toque no servo de Deus, ninguém toque no pastor, ninguém toque em padre não, Porque eles tocarem até em padre e eu quero dizer que todas as vezes todas as vezes, todas as vezes sem nenhuma exceção, Senador Eduardo Girão, esse cidadão aqui, que vai ser o prefeito dessa cidade, e tem uma coisa, se o senhor num prestar para essa igreja, eu lhe rasgo em dez pedaços, é em dez pedaços, mas ele não vai fazer isso, porque nunca Capitão Wagner, Igreja você que está me ouvindo, compartilhe essa *live*, compartilhe por essa crente doida, em nome de Jesus. Igreja, nós estamos com os que sonham com o governo do Bolsonaro, a grande verdade é essa, a grande verdade é que o povo se cansou, se cansou de ver os valores da família sendo desprezado e destruído, eu me cansei. [...] eu digo em nome de Jesus que a igreja precisa de um prefeito que respeite a igreja de Jesus. *Se você é igreja vote como igreja.*

Ronaldo Martins e David Durand, ambos da Igreja Universal, trataram do tema “serviço essencial”. Martins, iniciando sua fala citando o artigo da Constituição Federal que trata sobre a liberdade de culto e a inviolabilidade dos lugares de culto. Dizendo lamentar “*a perseguição à pregação do Evangelho*”, afirma que tem como propósito “*defender a livre pregação do Evangelho*”, sendo este o objetivo de seu mandato. Pergunta ao eleitor se “*é mentira que as igrejas foram fechadas*”, impedidas “*de arrecadar alimentos e de ajudar às pessoas*”. Apresentando supostas provas da prisão de um pastor, “*no momento em que arrecadava alimentos*”, “*ajudando pessoas com problemas espirituais*”, lamenta a “perseguição” por parte do PDT, partido do prefeito de Fortaleza, por “su-

postas mentiras” ditas por ele quanto ao fechamento de igrejas. Dirigindo-se aos eleitores, diz que o PDT “*não chamou apenas Ronaldo Martins de mentiroso, mas a milhares de evangélicos*”. Afirma terem sido enviadas cinco viaturas para prender um pastor, mas que não tem dúvidas de que “*a mão de Deus pesará*” sobre os membros do governo.

David Durand, por sua vez, tratou de “*parcerias*” necessárias entre igrejas e poder público, parcerias estas que seriam realizadas em caso de vitória de Wagner. Para o deputado estadual, estaria “*claro para os olhos de qualquer pessoa o trabalho essencial que as igrejas têm promovendo*”, tais como: “estender a mão amiga em momentos de precisão”, “*arrecadar alimentos*” para pessoas que “*foram obrigadas a ficar enclausuradas*”. Estender as mãos às pessoas, segundo ele, era o trabalho essencial que a igreja teria a fazer para os indivíduos. “*A igreja é essencial*”, segundo ele, por “*libertar das drogas*” a muitos. Sua ação seria essencial como “*a igreja é essencial na vida de muitas pessoas*”. Novamente, a confusão entre serviço social e ação missionária. Leva adiante, em sua argumentação, a parceria entre diversos órgãos da Prefeitura, utilizando mesmo espaços da igreja para, via prefeitura, “*ajudar*”.

O deputado Apóstolo Luiz Henrique, chamando mesmo Wagner de “pastor” (ou seja, um deles na condição política e na condição eclesial) antes da realização da *live*, revela terem eles permanecido em oração no dia anterior pela cidade; logo, o que estava sendo dito ali, naquele momento, seria desdobramento daquilo. Wagner, “alinhado” com o propósito divino por conta da imposição de mãos dos pastores, estaria sendo “usado” por deus para fazer o “mal” ser vencido na cidade de Fortaleza. Observemos:

Eu quero primeiro cumprimentar a todos com a paz do senhor Jesus Cristo a todos que estão nos acompanhando nesse momento, *cumprimentar o prefeito de Fortaleza com a paz do senhor Jesus, ontem eu chamei ele de pastor Wagner não sei quantas vezes, para quem não sabe, para quem está para nos acompanhando, ontem nós tava no monte orando, pedindo a Deus a bênção sobre a cidade de Fortaleza e vendo esse homem de joelhos junto com a sua esposa, as lágrimas escorrendo dos olhos dela, né, e eu ungi-ndo eles, então foi algo assim sobrenatural.[...] neste ano 2020 todo nosso o povo indo para urnas botando este homem no poder, para que Fortaleza realmente ser uma Fortaleza guardada, blindada, protegida contra os ataques do mal. [...] e assim a minha alegria capitão Wagner, como eu te falei ti ontem, de ver Deus te usando ,então vocês que estão assistindo agora, Deus está usando nosso futuro prefeito [...] Deus te alinhou com o propósito dele. O sinal disso é nós aqui nesta mesa e esse povo está assistindo agora, Deus te alinhou com o propósito dele. [...] Você é pedra polida. [...] A política imoral não anda junto para*

fé, a política que você viu agora, esse tempo atrás, que quiseram colocar uma cartilhazinha falando sobre sexo na primeira infância, que disseram que era mentira, quando todos nós demos pressão no cunho municipal, estadual e federal, mas a cartilha era verdade sim. [...]

Ao final da *live*, todos se deram as mãos e foi passada a palavra ao deputado e bispo da Universal Ronaldo Martins, que proferiu os seguintes termos:

Senhor nosso Deus, nosso Pai, nós damos a mãos neste momento para orarmos pela nossa cidade. A nossa cidade, meu Deus, que trabalhador foi muito perseguido, inclusive quando passamos no jornal a nível nacional mostrando que eles iriam, que eles aprovar uma lei, meu Deus, para caçar o alvará de funcionamento de quem fosse pego em flagrante trabalhando, sustentando a família, isso não é justo, meu Deus, a perseguição ao trabalhador, isso não é justo, meu Deus *a perseguição ao evangelho, não é justo meu Deus, a perseguição à família*, guarda família fortalezense, guarda o trabalhador fortalezense, meu deus, que tem sido tão perseguido. E quando o povo estava na escravidão, lá no Egito o senhor mandou, levantou Moisés para livrar, libertar o povo da escravidão. E o senhor está levantando aqui um Moisés para libertar o povo fortalezense. *Meu Deus, que nessa manhã, que agora, a partir desse momento venha levantar um grande exército, meu Deus, aqui em Fortaleza, que venha levar esse número, o número 90 de casa em casa, de pessoa em pessoa e que amanhã, que venhamos vencer essa batalha no primeiro turno, assim nós determinamos, meu Pai*. E chega de perseguição, chega de humilhação, mostra isso para cada pessoa dessa cidade, e no lugar da vergonha, amanhã tenhamos dupla honra, assim nós determinamos. *Guarda o Capitão Wagner, guarda cada candidata a vereador a vereadora que estão lutando conosco nesse mesmo propósito e que amanhã a gente possa eleger uma grande bancada, meu Deus lá na câmara municipal e tenhamos o nosso prefeito, meu Deus que juntos a gente possa libertar essa cidade, assim nós determinamos*. E consagra o número 90 que está na mente de todos amanhã nas urnas. E que eles venham se surpreender e eles vão ver com quem foi que eles tocaram, tocaram num ungido. Nós determinamos agora, cabeça do Senhor, que a sabedoria que o senhor deu a Salomão, *que o senhor possa dar ao capitão Wagner para governar*. Ele como um deputado federal, ele conhece todos os caminhos lá em Brasília. Ele estará trazendo recurso que essa cidade nunca viu que vai ver. Meu Deus, e será a melhor administração, assim como o Senhor fez com José, era um simples, até um escravo, mas o Senhor fez dele um grande governante. Ele pensou no povo, ele não pensou nele, mas o senhor fez. E meu Deus, o Capitão Wagner estará pensando no povo, assim nós determinamos. E para honra e para glória do teu Santo nome, amanhã teremos vitória em nome de Jesus. Amém!

Parlamentares: Amém. Gloria Deus! 90!

No dia da votação, 15 de novembro, Wagner postou em suas redes um conjunto de imagens suas com referências a versículos bíblicos, para fazer

crer ainda mais a seu eleitorado que ele de fato era um candidato cristão apoiado por líderes cristãos por ser, antes de tudo, um cristão candidato - retratando momentos antes da eleição e no momento do voto. Da cabine de votação, uma foto sua foi postada, apontando para o lado direito do peito e com um versículo bíblico em que se dizia: “Até aqui nos ajudou o Senhor” (1 Samuel, 7, 12). Mais tarde, no mesmo dia e antes da apuração, uma série de *stories* no *instagram* foi postada com agradecimentos seus aos eleitores, destacando, em todos eles, a expressão “obrigado pelas orações”, substituindo o “obrigado pelos votos”.

## 6. O SEGUNDO TURNO: A BATALHA ESPIRITUAL DO NOVO “DAVI”

Passado o primeiro turno, era a vez de estreitar as estratégias em torno do candidato Wagner para que o eleitorado evangélico marchasse em peso rumo à escolha por sua candidatura. Para isso, cumpria uma nova estratégia, e esta, ao que nos parece, foi ainda mais espiritualizada do que aquela levada a cabo no primeiro turno. Esta consistiu em ressignificar a disputa em curso utilizando-se de uma cena bíblica: aquela em que o rei Davi enfrenta o gigante Golias<sup>28</sup>, impondo-lhe uma derrota inacreditável.

José Sarto, do PDT, trazendo em seu arco de alianças o apoio do prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, do governador Camilo Santana (PT), dos irmãos Cid e Ciro Ferreira Gomes além de parte considerável dos candidatos derrotados no 1º turno e de todos os partidos de esquerda (como o PT e o PSOL, que ofereceram apoio “crítico” ao candidato em uma espécie de “frente ampla” contra o candidato de Bolsonaro) representava o “grande Golias” do poder a ser derrotado; Wagner, sem apoio de ninguém, contando apenas “com Deus e o povo” (sobretudo o “povo cristão”) viria a ser o vitorioso Davi; o grande Golias, em vermelho e com as feições de Sarto, tinha acima de sua cabeça um balão em que dizia “Fortaleza é dos Ferreira Gomes”, enquanto que um pequeno Davi, com roupas azuis, respondia: “Fortaleza é do povo”.

Além disso, é importante destacar que a cidade de Fortaleza foi a única capital do Brasil em que um candidato apoiado por Jair Bolsonaro e seu grupo político, incluindo aí evangélicos conservadores, foi ao segundo turno e com chances de vitória. Assim, passou a ser uma grande aposta dos assim chamados “bolsonaristas” a disputa em Fortaleza (por duas vezes o próprio presidente chegou a declarar voto em Wagner nas suas *lives* semanais de quinta-feira), o que incluía todos os que aqui apoiavam o Candidato.

---

28 Narrativa presente no capítulo 17 do primeiro livro de Samuel.

Para que essa estratégia político-religiosa pudesse ser o mais exitosa possível junto ao eleitorado cristão evangélico, cumpria radicalizar o discurso que tem sido utilizado por políticos religiosos, abraçando sem temor aquilo que tem sido suas pautas; se já elencava a oposição ao aborto e à ideologia de gênero e sua defesa à família tradicional, cumpria agora ser ainda mais enfático. Foi exatamente o que o candidato fez, para ser ainda mais identificado como “o” candidato deste segmento, dizendo-se representante do que seriam as “pautas conservadoras”; um card seria compartilhado em suas redes com a seguinte interpelação: *“para você que é a favor de deus, a favor da vida, contra o aborto, contra ideologia de gênero, pelos padres e pastores, por uma educação de qualidade, vote Wagner 90”*.

O casal de deputados Silvana e Jaziel foi o primeiro a utilizar-se da narrativa *Davi x Golias* para pedir o voto em Wagner. Afirmando claramente que, como igreja, tinham “interesse” na eleição, os deputados “alertavam” para a urgência da eleição do candidato: permanecer tendo a liberdade de culto (mas, onde ela estaria ameaçada?), ter certeza de que os filhos não seriam “instruídos” na ideologia e a permanência da moral “católica” (mesmo ela sendo evangélica). Vejamos:

#### **CHEGOU A HORA DE DERROTAR GOLIAS!**

Jaziel: *Nós estamos aqui enfrentando uma luta, é com Golias contra o Davi. São Golias, porque são grandes, mas para vencer Golias, tem que ter Davi. Davi é pequeno o tamanho dele, não mete medo, mas quem está com ele, sim! Então o que nós estamos querendo dizer? Nós, igreja do senhor, temos interesse nessa eleição, nós precisamos ter a liberdade de culto ao nosso Deus, nós precisamos ter a segurança de que nossos filhos não serão instruídos por esta miséria de ensinamento que está posto. Então Dra. Silvana vamos reverter, vá votar sem medo! Sem perda de tempo! Fale com seu vizinho, com a sua família e nós vamos vencer sim essa batalha.*

Silvana: *Golias está bradando que vai prender padre e pastores, que vai literalmente acabar com a moral cristã católica. Pequeno Davi, cristão e servo de Deus. Com seu voto vá lá dizer que a nossa pedrinha e a nossa disposição de sair de casa para votar. Você que não votou, você que diz: Tô aqui nesse mundo, tá passando. É não. Você vai fazer a diferença! Pegue a pedrinha que Davi pegou, é o seu voto. Vamos mudar esse quadro!*

Jaziel: Acerte na cabeça do Golias!

Deputada Silvana: Capitão Wagner 90!

O líder da Igreja Comunidade do Amor, Samuel Munguba Junior, foi outra liderança a se mobilizar em prol da candidatura de Wagner. Durante o

segundo turno, chegou a fazer algumas *lives* com Wagner, antes das 6h da manhã, espécie de vigílias de oração e louvor. Sua declaração de apoio a Wagner, por meio de vídeo compartilhado, acionava as imagens de Davi e Golias para referir-se, como “pastor da cidade”, à “luta” que estava em curso com aquela eleição. De um lado, diz ele, estaria aquele que “pensa” como “comunista”, “socialista”, o que significava dizer que defendia “a ideologia de gênero”, o “aborto” e a “destruição da família”; “não valoriza a igreja”, continua, um grupo (PDT e PT) que “roubou a nação”, que “querem fechar as igrejas”. Do outro lado, estaria o candidato que representaria todos os valores defendidos pelos cristãos, os mesmos nomeados pelas outras lideranças, mais uma vez dando mostras da unidade discursiva de tais sujeitos, nos possibilitando identificar a *illusio* do campo evangélico na campanha de Wagner. Observemos:

Nós temos no segundo turno apenas dois candidatos, agora, para prefeito da nossa cidade. *Essa luta agora, nós podemos comparar com a luta de Davi com o gigante Golias, é impressionante, né.* Eu quero que você compreenda, o que estou falando não é pessoal, não é pessoal, eu sou pastor da cidade de Fortaleza, eu não sou pastor de um grupo de pessoas, sou pastor da cidade. Eu quero lembrar pra você que dos 2 lados da disputa nós temos pessoas sérias, nós temos pessoas honestas e temos pessoas íntegras. Então não é pessoal. Mas pense comigo, por favor, *nós vamos observar algumas coisas, não é, para que nós possamos escolher o nosso candidato, é a maneira com que o grupo está com ele pensa, se o pensamento é comunista, socialista, se ele defende ideologia de gênero, se defende o aborto, se defende a destruição da família. Se valoriza ou não à igreja evangélica, normalmente não valoriza a igreja evangélica, nem a católica, nem qualquer outra denominação religiosa. Esse é um grupo muito forte, e que no segundo turno estão juntos agora PDT e PT que roubou nossa nação, o PCdoB que é o partido comunista do Brasil, esquerdista, destruição da democracia.* [...] Todos juntos contra aqueles que defendem a família. *São líderes que querem fechar as igrejas, prender padres e pastores.* E do outro lado está o nosso pequeno Davi, que representa os valores da família, os valores judaicos cristãos, que defende a vida desde a sua concepção, que defende a liberdade para todos, para que todos possam ser o que planejarem da sua vida ou que desejaram ser, aliás, nos países cristãos, é exatamente o momento que nós temos a liberdade para que todos possam ser o que quiserem. [...] Você estar percebendo que nós temos uma luta realmente muito grande, *é uma luta de Davi contra o gigante Golias. Mas Davi mesmo sendo pequeno representa os valores de um grande exército de pessoas de bem que são a maioria cristã e de outras religiões que defendem os valores da família, os valores da vida.* Quando Davi o olhou para o gigante Golias, o gigante derramou sobre ele toda a arrogância, grosseria, mas Davi apenas perguntou uma coisa: “Quem é este que não tem a marca do Deus de Israel? Quem este que afronta os exércitos do Deus vivo?” *Você precisa se posicionar, você precisa decidir de que lado você está. Davi ou Golias?* [...] Domingo,



eu peço seu voto para o nosso Davi, o capitão Wagner, número dele é 90. É Davi contra o gigante Golias e seus aliados.

Silas Malafaia, Pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Vitória em Cristo embora não fazendo uso da narrativa Davi *versus* Golias, entrou na lista das lideranças religiosas que se mobilizaram em torno de Wagner, dentro de uma série de intervenções que fez em diferentes cidades durante o segundo turno<sup>29</sup>. Também em seu discurso encontramos a identificação entre o PDT e a ideologia de gênero, sem nem mesmo fazer-se referência ao nome do candidato Sarto. Vejamos suas palavras:

Povo abençoado de Fortaleza, diga não ao PDT! Eu quero lembrar vocês que o PDT junto com os partidos de esquerda em todas as câmaras municipais que foi discutido ideologia de gênero eles foram a favor. O que é esse lixo moral? Ensinar a crianças a sexualidade. Pertence aos pais garantidos pela constituição a educação dos filhos, também o PDT junto dos partidos de esquerda entrou no Supremo Tribunal Federal para que uma mulher que sofre estupro não denuncie o estuprador. *Gente vamos dar um não! Vamos dar um basta nessa gente que tem ideologias totalmente contrarias a nossos princípios e pra isso dar um não neles votando em Capitão Wagner 90!* Povo abençoado de Fortaleza, Capitão Wagner 90! Deus abençoe você! Deus abençoe sua família! Deus abençoe Fortaleza! Deus abençoe o Brasil!”

A evangélica que chefia o Ministério dos Direitos Humanos, Família e Mulher, Damares Alves, também gravou depoimento em favor de Wagner, referindo-se a ele como o candidato que estava ao lado da família e dos cristãos:

Oi Fortaleza, sábado à tarde, dia 21 de novembro e eu estou aqui invadindo as redes sociais da Dra Silvana e Dr. Jaziel, esse casal de deputados que eu sou apaixonada por eles, meus amigos. Eu e a Dra. Silvana que estamos na luta contra o aborto a muito tempo, mas eu estou aqui passando nas redes sociais deles para dizer o seguinte: no segundo turno, Fortaleza precisa eleger um capitão Wagner! Chega de violência nessa cidade, *chega de pedofilia*, chega de violência contra a mulher, chega de crime organizado. Vamos eleger alguém que tenha coragem de enfrentar o crime organizado, vamos eleger alguém que tenha coragem de enfrentar a corrupção aí, na cidade. Vumbora junto com Dr.Jaziel, com Dra. Silvana, *todos os pró-vida, pró-familia, os cristãos ai*, , *votando no Capitão Wagner*, vamos gente, vamos mudar essa cidade. Tem um homem corajoso candidato a prefeito. Bora!

---

29 Novamente, sugerimos a leitura de nosso estudo sobre tal mobilização (Silva e Oliveira, 2021).



Por sua vez, o deputado estadual David Durand juntou-se ao então deputado federal Ronaldo Martins (ambos do Republicanos e da Igreja Universal do Reino de Deus) para, “denunciando” os abusos contra as igrejas durante a pandemia, sobretudo pela não aprovação destas como “serviço essencial”, para mostrar as razões para não se votar em outro candidato que não fosse Wagner:

Ronaldo Martins: Estamos, gente, com todo o prazer (com Wagner), estamos coligados no primeiro turno e continuamos agora tudo. Eu quero dizer para vocês o seguinte: [...] *O PDT, gente, passou a apoiar a ideologia de gênero, que é o ensinamento para as crianças nas escolas sobre mudança de sexo, o exemplo disso foi o governo do PTD lá de Sobral. Eles aprovaram, permitiram o ensino de mudança de sexo para as crianças nas escolas e isso nós não apoiamos e não defendemos. Aí você está entendendo agora, né? O PDT infelizmente agora, nessa pandemia colocou as igrejas como inimigas, ao criar um decreto mandando fechar as igrejas, quando prenderam o nosso pastor, quando um decreto, criaram uma luta de R\$ 50.000 por dia, caso algum pastor fosse flagrado orando, ajudando alguém na igreja. [...] não tínhamos como manter nosso apoio com esse grupo, por isso, né, que nós estamos com o Capitão Wagner, porque ele tem esse compromisso com a família, com as crianças, com a pregação evangélica e com os trabalhadores.*

David Duran: Exato. Deputado, agora vereador Ronaldo Martins. Estamos com o Wagner 90. Assumimos esse compromisso. Porque? Simplesmente por causa do diálogo que foi aberto e das propostas, das propostas que foram abertas em todos os sentidos que atraem a gente, no sentido de que é a linha do nosso pensamento. É a linha do Republicanos. E é a linha também do que pensamos da nossa Ideologia. Do contrário que tenham apresentado PDT, os partidos de esquerda. Enfim, no que se refere, Vereador Ronaldo no que se refere a questão da ideologia de gênero, não faltou da nossa parte, da parte do senhor, a tentativa de diálogo. No que se refere também, a questão também deixar a igreja se tornar uma atividade essencial, mesmo nas pandemias também não faltou diálogo da nossa parte.

Ronaldo Martins: Eu também tentei com o prefeito Roberto Cláudio, o senhor tentou com o governador Camilo Santana, o deputado apóstolo Luiz Henrique, a deputada Silvana vereadora, a vereadora Priscila, o deputado Vitor Valim, *todos nós tentamos e eles disseram: Não. Igreja não é essencial, prejudicando a pregação do evangelho.*

Sem dúvida alguma, porém, o grande mobilizador da ideia *Golias x Davi* foi o senador Eduardo Girão (PROS). Embora não seja declaradamente evangélico, tem pautado sua atuação política a partir da mobilização de agen-

das conservadoras caras a este segmento. Em 25 de novembro, matéria da Revista Veja<sup>30</sup> dizia o seguinte:

Senador convoca ‘cristãos’ para bater ‘oligarquia’ de Ciro em Fortaleza

Principal financiador da candidatura do Capitão Wagner (PROS) na disputa em Fortaleza, o senador e empresário Eduardo Girão (Podemos-CE) está apelando ao que pode para tentar reverter o quadro na capital e derrotar José Sarto (PDT).

Pesquisa Ibope desta semana aponta ampla vantagem – 53% a 35% – para o pedetista, apoiado pelo grupo de Ciro Gomes.

Num texto dirigido a seguidores e cristãos nos seus grupos, Girão apela a católicos, espíritas e evangélicos, diz que Fortaleza vive uma “batalha espiritual” e que a candidatura de Sarto é contra a vida e a família.

O senador chega a associar o grupo de Ciro Gomes à defesa da legalização do aborto e da maconha. Até a erotização infantil.

“O candidato da permanência do poder, Sarto, faz parte de um grupo político que tem o seu partido e aliados defendendo em seus sites e estatutos a legalização do aborto e da maconha, assim como a covarde ideologia de gênero que visa expor nossas crianças a erotização, ferindo de morte a célula mais importante de uma sociedade: a família!”, afirma Eduardo Girão.

Girão destinou 1.240.000 milhões para Wagner, candidato que tem o apoio de Bolsonaro.

No final de sua mensagem, o senador faz um apelo derradeiro.

“Com a misericórdia de Nossa Senhora aos nossos conterrâneos fortalezenses precisamos trabalhar – no limite nossas forças – para que a verdade e a liberdade vençam dia 29, e que possamos ver Fortaleza não apenas continuar a ser a capital do Nordeste, mas também, finalmente, se tornar a capital nacional da vida!”.

Seguindo a linha de apresentar a disputa como uma “batalha espiritual” em que se opunham candidatos contra e favor “da vida e da família”, o senador, segundo a reportagem, falava da oposição ao aborto e à legalização das drogas, além da “erotização infantil” como razões para se opor ao candidato Sarto e marchar rumo ao voto em Wagner, acionando elementos não apenas ligados aos evangélicos, mas também aos católicos, ampliando assim o leque de religiosos a quem se dirigia na busca do apoio político-espiritual a Wagner.

Em suas redes sociais, o senador publicou um vídeo junto de um pastor em que se podia ver as seguintes declarações:

---

30 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar/senador-convoca-cristaos-para-bater-oligarquia-de-ciro-em-fortaleza/>.

### **Princípios e Valores Cristão sob ataque: A batalha é espiritual nesse segundo Turno**

Eduardo Girão: Nós estamos aqui numa decisão aqui em Fortaleza. Capitão Wagner defende valores e princípios que nós defendemos a muito tempo, contra aborto, contra a liberação da maconha, contra os jogos de azar!

Pastor: A favor da família!

Eduardo Girão: contra a questão da ideologia de gênero. É importante a gente comparar, com todo respeito às pessoas, porque a gente sabe que existe gente boa de um lado e do outro. Mas os princípios e valores da liberdade. *A igreja está ameaçada*. No âmbito da sua atividade no exercício da sua atividade. Isso a gente não pode tolerar.

Pastor: Nós estamos orando todos os dias na madrugada de 5 às 6:00 da manhã. Orando pela família. Orando pelo Brasil. Orando pelo senador! Orando pela Damares! Pelos Ministros da justiça! Pela presidência da República. Nós oramos pela nação brasileira! E agora especialmente nesta semana, dia 29 é um dia decisivo. Vamos fazer Fortaleza mudar de verdade. Em prol da família, em defesa igreja, estamos juntos.

Senador Eduardo Girão: Renova e Liberta Fortaleza! Capital nacional da vida!

Pastor: Uau. Poderoso, hein? Capital nacional da vida! Em nome de Jesus.

Eduardo Girão: Em nome de Jesus.

Era, pois a própria existência da igreja cristã que, segundo os dois, estava em questão naquela eleição. Tudo conforme o script de fazer crer que a disputa não era meramente entre dois homens, dois humanos, mas entre forças espirituais. Depois, dias antes do segundo turno, publicou o seguinte texto:

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Terminada a eleição, Fortaleza não foi “devolvida aos cristãos”, como queria o candidato Wagner em vídeo transcrito no início deste texto e seus apoiadores, cujas declarações foram analisadas neste capítulo. E não o foi não apenas porque Wagner se saiu derrotado por Sarto, mas simplesmente pelo fato de ela nunca ter sido tomada destes. Inexistem ameaças à liberdade de crença na cidade, ao menos das igrejas cristãs, e nem isso foi jamais proposto por nenhum dos partidos e candidatos que estavam na disputa.

Procurou-se, aqui, analisar mais uma empreitada de atores do campo religioso em disputas eleitorais, desta vez levando em conta um cenário local: a capital do Ceará. Sabendo que a disputa seria de vital importância para

que expusessem ao campo político seu virtual poder de interferir no jogo político, sobretudo em um ano em que amargou derrota de não ver seus serviços incluídos entre aqueles tidos como “essenciais”, lideranças evangélicas decidiram encampar por completo a plataforma eleitoral de Wagner, apresentando-o como “o” candidato da igreja ou cristão, aquele que defenderia a fé e as pautas caras ao segmento. Desta vez, não deu certo, apesar de dois evangélicos estarem entre os cinco primeiros eleitos para a Câmara Municipal (Ronaldo Martins, em primeiro, e Priscila Costa, em quinto) e isso poder significar uma folgada margem de manobra para a proposição de projetos de lei de cunho conservador-reacionário, ou mesmo de barrar implementação de políticas públicas que contemplem segmentos que sejam vistos como inimigos por tais lideranças.

Mesmo assim, o que podemos compreender a partir do que se viu durante a campanha é que o segmento não mais apostará em apoios a candidatos que eventualmente incorporem elementos de sua agenda em suas plataformas eleitorais; crentes no deus cristão, também o são em relação ao seu poder de barganha e de discursividade durante momentos eleitorais. Agora, é o momento de o próprio segmento apontar quem conta com seu beneplácito na disputa em questão. É um “dos nossos”, logo, terá nosso voto, diz o segmento. As urnas, contudo, podem não ratificar tal afirmação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, R. (2019). Deus acima de todos. (VARIOS). *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo, Companhia das Letras (pp. 35-51).

Berger, P.; Zijderveld, A. (2012). *Em favor da dúvida: como ter convicções sem ser um fanático*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Bourdieu, P. (2019). *Questões de Sociologia*. Petrópolis, Rj: Vozes.

Bourdieu, P. (2011). *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

Bourdieu, P. (2004). *Coisas ditas*. São Paulo: Braziliense.

Bourdieu, P.; Wacquant, L. *Réponses (1994)*. Pour une anthropologie réflexive. Paris: Seuil.

Bourdieu, P. (1989). *Intérêt et désintéressement*. Cours du Collège de Vrance à la Faculté d'Anthropologie et de Sociologie de l'Université Lumière Lyon, Lyon, n.7.

Campos, L. S. (2010). O projeto político de “governo do justo”: os recuos e avanços dos evangélicos nas eleições de 2006 e 2010 para a Câmara Federal. *Debates do NER*, ano II, n.18, pp. 39-82, jul/dez., Porto Alegre.

Lacerda, M. (2019). *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk.

Machado, M. D. (2012) Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.7, p.25-37, jan.-abr.

Nicolau, J. (2020). *O Brasil virou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar.

Russo, M. ; Oliveira, G. R. Devagar e sempre, com fé em Deus: evangélicos cearenses nos Censos Demográficos. *Revista de Ciências Sociais, Fortaleza*, v. 42, n. 1, jan/jun, 2011, p. 129-150.

Silva, E. F. da. (2021). Igreja, “serviço essencial”? Compreendendo argumentos de parlamentares evangélicos. *PLURA, Revista De Estudos De Religião / PLURA, Journal for the Study of Religion*, 12(1), 218-243.

Silva, E. F. da, Oliveira, K. de C., & David, R. C. M. (2021a). Representação política da moral: vereadores religiosos em busca da reeleição. *Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado*, 11(26), 162–197.

\_\_\_\_\_. (2020). “Deus acima de tudo”: a performatividade religiosa como estratégia de legitimação de Bolsonaro, o “presidente cristão”. FROTA, H.; Luz, A.; Silva, E.F. (orgs.). *Atores políticos e dinâmicas eleitorais*. Fortaleza, Ce.: Edmeta, pp. 319-341.

Silva, E. F. (2019). A Fortaleza da fé em dois movimentos: marchando para Jesus, caminhando com Maria. *Religare: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB, [S. l.]*, v. 16, n. 2, p. p.413–434.

Silva, E. F. da, Oliveira, K. de C. (2021). O não voto em nome da fé: Silas Malafaia e o 2º turno das eleições municipais de 2020. *Tropos: comunicação, sociedade e cultura*, 10(1), 1-26.

Silva, E.F, da; Sena, E. S. (2021)

Siuda-Ambroziak, R. (2014) A religião e política no Brasil contemporâneo – o caso das eleições presidenciais de 2010. *Revista del CESLA*, No. 17, 2014, pp. 101-115, 2014.

Tadvald, M. Eleitos de deus e pelo povo: os evangélicos e as eleições federais de 2010. *Debates do NER*, ano II, n.18, pp. 83-109, jul/dez., Porto Alegre, 2010.

Thomas, C.; Klimovich, K. (2014). *Interest Groups and Lobbying in Latin America: Theoretical and Practical Considerations*. *Journal of Public Affairs*, v. 14, n. 3, p. 165-182.

Editora Instituições Parceiras

